JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Associação Mato-Grossense dos Municípios - AMM-MT 4
Camara Municipal de Acorizal 4
Camara Municipal de Água Boa 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Canarana 5
Camara Municipal de Cláudia 5
Camara Municipal de Diamantino 5
Câmara Municipal de Nova Olímpia 5
Camara Municipal de Poconé 6
Camara Municipal de Porto Estrela 6
Camara Municipal de Santa Terezinha 7
Camara Municipal de Tangará da Serra 7
Camara Municipal de Terra Nova do Norte 7
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde Vale do Rio Cuiabá 8
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto - CISVP 9
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 10
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 10
Empresa Cuiabana de Saúde Pública 12
Prefeitura Municipal de Acorizal 54
Prefeitura Municipal de Água Boa 55
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 58
Prefeitura Municipal de Alto Garças 58
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 95
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 96
Prefeitura Municipal de Araguaiana 102
Prefeitura Municipal de Araputanga 103
Prefeitura Municipal de Arenápolis 103
Prefeitura Municipal de Aripuanã 103
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 111
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 111
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 114
Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Araguaia 137
Prefeitura Municipal de Cáceres 137
Prefeitura Municipal de Campinápolis 152
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 155
Prefeitura Municipal de Campo Verde 166
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 171
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 172
Prefeitura Municipal de Canarana 173
Prefeitura Municipal de Carlinda 174
Prefeitura Municipal de Castanheira 179
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 179
Prefeitura Municipal de Cláudia 180
Prefeitura Municipal de Cocalinho 181
Prefeitura Municipal de Colíder 181
Prefeitura Municipal de Colniza 182
Prefeitura Municipal de Comodoro 193
Prefeitura Municipal de Confresa 195
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 200
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 201
Prefeitura Municipal de Diamantino 204

Prefeitura Municipal de Dom Aquino 207
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 208
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 209
Prefeitura Municipal de General Carneiro 209
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 210
Prefeitura Municipal de Indiavaí 213
Prefeitura Municipal de Itanhangá 216
Prefeitura Municipal de Itiquira 231
Prefeitura Municipal de Jaciara 232
Prefeitura Municipal de Jangada 235
Prefeitura Municipal de Jauru 235
Prefeitura Municipal de Juara 237
Prefeitura Municipal de Juína 241
Prefeitura Municipal de Juscimeira 242
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 242
Prefeitura Municipal de Matupá 247
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 251
Prefeitura Municipal de Nobres 254
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 259
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 260
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 263
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 264
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 265
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 268
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 277
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 278
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 279
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 283
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 307
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 307
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 308
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 308
Prefeitura Municipal de Paranatinga 308
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 312
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 320
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 321
Prefeitura Municipal de Poconé 322
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 323
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 325
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 326
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 326
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 326
Prefeitura Municipal de Rondolândia 328
Prefeitura Municipal de Rondonópolis 329
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 330
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 330
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 330
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 331
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 336
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 337
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 337
Prefeitura Municipal de São José do Povo 337
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 337
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 341
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 341
Prefeitura Municipal de Tabaporã 343
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 345
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 346
Prefeitura Municipal de Torixoréu 347
Prefeitura Municipal de União do Sul 347
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 349
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 378
Prefeitura Municipal de Vila Rica 378

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2021/2023

Presidente de Honra: José Eduardo Botelho

Presidente: Neurilan Fraga (PL) - Ex-prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite (Solidariedade) - prefeita de São Félix do Araguaia

Segundo Vice-Presidente: Marcelo de Aquino (PL) - prefeito de General Carneiro

Terceiro Vice-Presidente: Marilza Augusta de Oliveira (MDB)- prefeita de Nova Brasilândia

Quarto Vice-Presidente: Edu Laudi Pascoski (PL)- prefeito de Itanhangá

Quinto Vice-Presidente: Valdecio Luiz da Costa (PL)- prefeito de Dom Aquino

Secretário Geral: Daniel Rosa do Lago (PDT) - Prefeito de Porto Alegre do Norte

Primeiro Secretário: Leocir Hanel (PSDB) - prefeito de Nobres

Segundo Secretário: José Guedes de Souza (MDB) - prefeito de Rondolândia

Tesoureiro Geral: Silmar de Souza Gonçalves (DEM) - prefeito de Nossa Senhora do Livramento

Primeiro Tesoureiro: Alex Steves Berto (Solidariedade) - prefeito de Rosário Oeste

Segundo Tesoureiro: Altamir Kurten (PSDB) - prefeito de Cláudia

Conselho Fiscal:

1º Jacob Andre BringsKen (MDB) - prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade

2º Márcio Conceição Nunes de Aguiar (PSB) - prefeito de Cocalinho

3º Jadilson Alves de Souza (Republicanos) - prefeito de Curvelândia

Suplentes Fiscais:

1º Héctor Alvares Bezerra (PSL) - prefeito de Mirassol D'Oeste

2º Ederson Figueiredo (PP) - prefeito de Arenápolis

3º Julio Cesar dos Santos (MDB) - prefeito de Apiacás

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva

(65) 2123-1200 - (65) 9 9931-8446

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM-MT

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 SRP 006/2021

ASSOCIAÇÃO MATO-GROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 SRP 006/2021

A Associação Mato-grossense dos Municípios – AMM torna público para conhecimento dos interessados do Processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL 010/2021 SRP 006/2021, cujo objeto é a **"REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE PAR DE RECEPTORES GNSS RTK, COLETOR DE DADOS, SOFTWARE PARA COLETA DE DADOS, SOFTWARE DE PROCESSAMENTO DE DADOS E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA AMM, CONFORME ANEXO I"**, que Declara como vencedora a empresa **SANTIAGO & CINTRA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA CNPJ 51.536.795/0006-00.**

Cuiabá (MT), 21 de outubro de 2021.

Fábio Albuquerque da Silva

Presidente comissão permanente licitação

CAMARA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº 018-2021 - NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PORTARIA Nº 018, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE 2021".

A Câmara Municipal de Acorizal-MT, por seu Presidente Sr. Benancy Lemes da Silva, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Permanente de Licitação desta Câmara Municipal para o exercício de 2021, composta pelos seguintes membros:

01. PRESIDENTE: NORLY REGINA DA SILVA;

02. SECRETÁRIO: STEFANY PATRICIA DE ARRUDA;

03. MEMBRO: ENEDIR FERREIRA NEVES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se

Publica-se

Cumpra-se

Gabinete do Presidente, 20 de outubro de 2021.

BENANCY LEMES DA SILVA

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
PORTARIA N° 030/2021

De 21 de Outubro de 2021

"Regulamenta Utilização De Uniformes no Âmbito da Câmara Municipal de Água Boa.".

Luís César de Lara Pinto Filho, Presidente da Câmara Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas,

Considerando a profissionalização do ambiente de trabalho.

Considerando investimento feito pela Câmara Municipal em Uniforme aos servidores.

Considerando a necessidade de regulamentação do tema.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Obrigado a partir da publicação desta o uso de uniforme diariamente no ambiente da Câmara Municipal de Água Boa em horário de expediente a todos os servidores e estagiários da Câmara Municipal de Água Boa.

§ 1º - Considera-se obrigatória a utilização de uniformes em sessões extraordinárias, Sessões Solenes, Audiências Públicas e Reuniões convocadas em horário excepcional.

§ 2º - Considere-se não obrigatórios eventos festivos ou qualquer outro autorizado pela direção da Câmara Municipal.

§ 3 – O descumprimento desta portaria sem justificativa por escrito, poderá gerar penalidades ao servidor,

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de novembro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Presidência, aos 21 de outubro de 2021.

Luís César de Lara Pinto Filho

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
NOTAS DOS CANDIDATOS DE ESTÁGIO EM DIREITO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS ITEM 6.6. DO EDITAL N.º 01/2021.

PROVA – 09/10/2021

	Nome	Nota	Classificação
1	Adelino Braz Venuti - DIREITO - FAPAN	13	CLASSIFICADO

Cáceres, 10 de outubro de 2021.

Nicolas Murtinho Ramos.

Presidente da Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Estagiários

Chales Finney Dalbem Barbosa

Membro

Joel da Silva Benevides

Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 215/2021

"*Dispõe sobre a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA a empresa K. O.A. DREHMER-ME, e dá outras providências."*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo sob nº 2709, de 15 de julho de 2021, desta Casa Legislativa Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Acolher o Relatório Final de Sindicância nos autos do Processo Administrativo nº 06/2021, da Comissão Processante, instaurado pela Portaria nº 162/2021/CMC, tendo por objetivo apurar a responsabilidade da empresa K.O.A. DREHMER-ME, inscrita no CNPJ nº.26.*****/0001-18, em face do não cumprimento das obrigações contidas no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2019, ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 011/2019, desta Câmara Municipal de Cáceres-MT.

Art. 2º Aplicar a penalidade de **ADVERTÊNCIA**, com fulcro no artigo 87 da Lei 8.666/93 à empresa K.O.A. DREHMER-ME, inscrita no CNPJ nº.26.*****/0001-18, tendo em vista que essa não cumpriu o acordo celebrado na Ata de Registro de Preço nº. 011/2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Cumpra-se, publique-se e cientifique o interessado.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 21 de outubro de 2021.

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CANARANA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2021

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE CANARANA

Data: 18/10/2021

Contratado: STAF SISTEMAS LTDA – /CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90

Objeto: Inserção no objeto contratual, da locação de software para envio das informações ao e-Social, pelo período de 07 (sete) meses, referente a vigência do contrato.

Valor Total: R$ 4.583,43 (Quatro mil quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e três centavos)

Vigência: 10/06/2022.

Fundamento Legal: O presente aditivo encontra embasamento legal no art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93.

CAMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CÂMARA MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO
EXTRATO – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

CÂMARA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022.

Aos dezenove dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e um, às nove horas, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na Sala de Sessões da Câmara Municipal, sito a Avenida Gaspar Dutra s/nº, foi realizada a Audiência Pública para discussão da LDO – Lei De Diretrizes Orçamentárias, para dois mil e vinte e dois. A presente Audiência Pública foi aberta pelo Vice presidente da Câmara Municipal Marcos Fernando Feldhaus que fez a abertura dos trabalhos e destacou a importância de definir as Diretrizes para a Elaboração da proposta orçamentária para o exercício vindouro. A seguir a Audiência Pública foi coordenada pelo colaborador do Legislativo Senhor Eduardo Dier, que através de data show apresentou a LDO ao público presente que se fez representar e pelos Vereadores, Funcionários e demais Munícipes. Após apresentadas e discutidas com a sociedade a presente a proposta de Diretrizes orçamentárias foi considerada ideal para o desenvolvimento do Município no exercício de 2022. Esgotadas as discussões a Audiência Pública foi encerrada. Eu Eloi Muck, secretário legislativo fui presente e lavrei a presente ata que após lida e achada conforme vai assinada por mim e por presentes que assinam a lista de presenças cuja cópia é anexada a presente ata. Cláudia, Estado de Mato Grosso.

CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PORTARIA Nº. 068/2021

Portaria nº. 068/2021

Concessão de 10 (dez) dias de gozo das férias do período aquisitivo 09/01/2019 a 08/01/2020 a servidora Aline Simony Stella.

Ranielli Patrick Arruda Lima, Presidente da Câmara Municipal de Diamantino, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder a servidora Aline Simony Stella, 10 (dez) dias de gozo das férias do período aquisitivo 09/01/2019 a 08/01/2020.

Parágrafo Único: O gozo compreenderá de 03 de novembro de 2021 a 12 de novembro de 2021, com retorno as atividades dia 16 de novembro de 2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Diamantino, 21 de novembro de 2021.

Ranielli Patrick Arruda Lima

Presidente da Câmara Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 058/2021

PORTARIA Nº 058/2021

Nomeia a Comissão de Avaliação de Desempenho de servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, VEREADOR EDSON NOEL DA SILVA, no uso das atribuições que lhes são legalmente conferidas no artigo 222 do Regimento Interno,

CONSIDERANDO o vencimento do insterstício expresso no Plano de cargos e carreiras dos servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT e no Estatuto dos Servidores para progressão nas devidas carreiras e tabelas de remuneração;

CONSIDERANDO o pedido de realização de processo de avaliação de desempenho de servidores interessados e já com direito adquirido;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída Comissão para processar a avaliação de desempenho de servidores interessados na progressão funcional dentro das suas carreiras com fundamento na Resolução nº 005/2021.

§ 1º A comissão ora instituída tem a seguinte formação: **Maria Aparecida Borges, matrícula: 000002; Russivel Anderson Souza Santos - matrícula: 000004;** e, **Eliene Gomes dos Santos – Matrícula: 000005**.

Art. 2º Fica conferida a Comissão de Avaliação de Desempenho as atribuições:

I – Investigar, coordenar, acompanhar, analisar e avaliar os trabalhos desempenhados pelos servidores, para fins de progressão funcional;

II – A Comissão de Avaliação de Desempenho deverá consultar o chefe imediato do servidor que fornecerá as informações necessárias sobre o desempenho do servidor no seu cargo durante o interstício fornecido pela lei estatutária;

III – Emitir parecer conclusivo até 15 (dias) dias concluindo a favor ou contra a aprovação da progressão. Caso o parecer seja contrário à progressão, dar-se-á conhecimento deste para efeito de apresentação

de defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias;

IV – Dar conhecimento ao servidor caso seja reprovado através de notificação e cópia do relatório da Comissão e publicação no Diário Oficial do Município;

V – Após a conclusão final dos trabalhos da Comissão, esta deverá encaminhar obrigatoriamente ao Presidente da entidade o Relatório Final e o Parecer Conclusivo para as deliberações e providências necessárias.

Art. 3º A presente Comissão tem seu prazo de vigência estabelecido até o dia 31 de dezembro de 2022.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2022, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, 20 de outubro de 2021.

EDSON NOEL DA SILVA

Presidente

REGISTRADO NESTA SECRETARIA GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL E PUBLICADO POR AFIXAÇÃO EM LUGAR DE COSTUME, NA DATA SUPRA.

VALDINO CARLOS RODRIGUES

Secretário Geral

CAMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A NO 063/2021.

P O R T A R I A No 063/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **Márcio Fernandes Nunes Pereira**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **JUSCELINO JOSÉ DE OLIVEIRA**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2020/2021, a partir de 01 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA/PUBLICADA/CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 20 de outubro de 2021.

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A NO 065/2021.

P O R T A R I A No 065/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, vereador **MÁRCIO FERNANDES NUNES PEREIRA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que na Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, em seu artigo 6º, ficou assegurado aos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público a estabilidade após 03 (três) anos de efetivo exercício;

Considerando que o período de estágio probatório de 03 (três) anos do servidor fora concluído em 14 de agosto de 2021,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica declarado estável no serviço público municipal, no cargo de Contador, Renato Lúcio da Conceição e Silva, lotado na Câmara Municipal de Poconé-MT, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 19/98, em conformidade com o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.662/2012, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Poconé.

Art. 2º A estabilidade a que se refere o artigo anterior passa a contar desde 15 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA – PUBLICADA – CUMPRA-SE

Câmara Municipal de Poconé/MT., 21 de outubro de 2021.

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva

1ª Secretária

CÂMARA MUNICIPAL
P O R T A R I A NO 064/2021.

P O R T A R I A No 064/2021.

O Presidente da Câmara Municipal de Poconé, Estado de Mato Grosso, Vereador **Márcio Fernandes Nunes Pereira**, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a **RODRIGO JACKS SILVA NUNES**, funcionário da Câmara Municipal de Poconé-MT., 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao período 2020/2021, a partir de 01 de novembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA/PUBLICADA/CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Poconé/MT., 20 de outubro de 2021.

Vereador Márcio Fernandes Nunes Pereira

Presidente

Vereadora Jossielma Alves da Silva

1ª Secretária

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA N° 054/2021 REVOGA A PORTARIA N. 054-2021 "CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

PORTARIA N° 054/2021

REVOGA A PORTARIA N. 054-2021 "CONSTITUI E NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

***Daniel Santi da Silva*,** Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, quais são previstas no Regimento Interno, e,

Considerando o compromisso desta Gestão em dar transparência e lisura a seus atos;

Considerando que a implantação e funcionamento da referida Comissão é um ato administrativo discricionário, exclusivo do gestor da Câmara Municipal de Porto Estrela – MT,

RESOLVE:

1°. Nomear a Comissão Permanente de Licitações da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT, a qual será responsável por todos os atos necessários aos regular processamento dos processos licitatórios, previstos na Lei 8666/93.

2°. Ficam designados os seguintes Servidores Efetivos para compor a Comissão permanente de licitação:

Servidora: Macleides Ferreira Soares - Presidente

Servidora: Vera Lucia Onofre de jesus - Secretaria

Servidora: Rosimara Rodrigues da Silva - Membra

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria N 02/01/2021

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se

Gabinete do Presidente, 20 de Outubro de 2021.

Daniel Santi da Silva

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA N.20/2021 DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA Nº008/2021 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2021 QUE NOMEOU AO ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA – MT.

PORTARIA N.20/2021

Dispõe sobre Revogação da Portaria Nº008/2021 de 01 de fevereiro de 2021 que Nomeou ao Assessor Jurídico da Câmara Municipal de Santa Terezinha – MT.

***EDI VENANCIO OLIVEIRA*, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais,**

RESOLVE:

Artigo 1º - Revoga-se a Portaria nº008/2021 que nomeou o Senhor SERGIO ROBERTO JUNQUEIRA ZOCCOLI FILHO OAB/MT, 18709-b CPF 009.318.311-99 ao cargo de "Assessor Jurídico" da Câmara Municipal de Santa Terezinha-MT.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Terezinha MT, 20 de Outubro de 2021.

REGISTRE-SE

CUMPRA-SE

PUBLIQUE-SE

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DECRETO Nº 1046, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

TRANSFERE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA E ALTERA DATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA.

A **MESA DIRETORA** da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 140, § 4º, da Resolução 182/2013 - Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com o Art. 45, §1º da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando o feriado do "Dia de Finados", celebrado em 02 de novembro (terça-feira);

DECRETA:

Art. 1º O ponto facultativo do dia 28 de outubro de 2021 (quinta-feira), alusivo ao "Dia do Servidor Público", fica transferido para o dia 01 de novembro de 2021 (segunda-feira).

Art. 2º Fica a 40ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Tangará da Serra designada para o dia 04 de novembro de 2021 (quinta-feira), às 14 horas.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

ELAINE ANTUNES

1º Secretária

PORTARIA Nº 138, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE PROJETO.

O Vereador **FÁBIO BRITO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Sra. **ISABELLA REGINA DE SOUZA LIMA,** brasileira, engenheira eletricista, inscrita no CPF 034.341.451-17, CREA 1215519524, como responsável pela fiscalização do projeto executivo de prevenção e combate a incêndio, objeto do contrato 08/2021.

Art. 2º Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezenove dias do mês de outubro de 2021.

FÁBIO BRITO

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
PORTARIA 10/2021

PORTARIA Nº 10/2021

ADELAR MARCANTE, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - Indenizar na folha de Pagamento do mês de outubro de 2021, 30 dias de férias vencidas e não retiradas, ao Servidor **LEONEL ARBO SPINELLI**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 9052606259 SSP/RS e inscrito no CPF sob nº 812.866.271-68, servidor Efetivo, lotado no cargo de Controlador Interno, conforme período aquisitivo de 01/03/2020 à 28/02/2021, nos termos da Lei Municipal n° 128/1990,

Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte – MT, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

ADELAR MARCANTE

Presidente da Mesa Diretora

Registra-se, publique-se

CAMARA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE
PORTARIA 09/2021

PORTARIA Nº 09/2021

ADELAR MARCANTE, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR o Sr. **CELSO CARLOS BATISTA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade nº 343.074 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 284.550.291-53, do cargo de Assistente Parlamentar**,** a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Terra Nova do Norte – MT, aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

ADELAR MARCANTE

Presidente da Mesa Diretora

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/2021

"APROVA O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS E PARECER DO MINISTÉRIO PUBLICO DE CONTAS, PROCESSO 8.881-1/2019, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2019"

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 105 do Regimento Interno – RI desta Casa Legislativa, DECRETA, eu Presidente, Promulgo o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o **PARECER** prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **FAVORÁVEL** à aprovação das contas referente ao exercício 2019, da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT. , **PROCESSO Nº 8.881-1/2019.**

a) informe corretamente os registros contábeis, a fim de se evitar informações contábeis não fidedignas

b) disponibilize no Portal Transparência da Prefeitura o edital de convocação para realização de audiência pública de discussão e apresentação da LOA, em cumprimento ao artigo 48, §1º, I, da LRF

c) abstenha-se de assumir obrigações financeiras sem que haja disponibilidade de recursos para sua quitação por fonte de despesa;

d) em observância ao artigo 167, inciso II e V, abstenha-se de abrir créditos adicionais por excesso de arrecadação e superávit financeiro se não houver suficientes fontes de recursos;

e) atendendo ao disposto no artigo 5º, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal, compatibilizando a proposição de Reserva de contingência com a diretriz da LDO;

f) elabore a Lei de Diretrizes Orçamentárias observando as disposições contidas no artigo 4º, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a estabelecer no Anexo de Metas Fiscais metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes;

g) elabore a Lei de Diretrizes Orçamentárias observando as disposições contidas no artigo 4º, § 2º, II da Lei de Responsabilidade Fiscal, de modo a instruir a elaboração do demonstrativo de metas anuais com a metodologia e memória de cálculo, de modo a justificar o resultado pretendido, em comparação com as metas fixadas nos três exercícios anteriores e com a real estimativa para os dois exercícios subsequentes, visando evidenciar a consistência de tais metas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

h) encaminhe os documentos e informações quando solicitados por este Tribunal de Contas, permitindo, dessa forma, o pleno exercício do controle externo (MB01); 9) efetive o envio tempestivo das Contas Anuais de Governo do Município no Sistema Aplic;

i) elabore estudos de alteração do plano de equacionamento atuarial de maneira que subsidie a trajetória de ajustes para mitigar déficit atuarial registrado, acompanhado de demonstração da viabilidade orçamentária e financeira, inclusive dos impactos nos limites de gastos impostos pela LRF, fazendo constar os compromissos do plano de benefícios, bem como no estabelecimento do plano de custeio os parâmetros técnicos e atuariais previstos na Portaria n.º 464/2018-MF, com o propósito de assegurar transparência, solvência, liquidez e observância do equilíbrio financeiro e atuarial previsto no artigo 40 da Constituição Federal;

j) adote medidas voltadas à melhora do Índice de Gestão Fiscal Municipal – IGFM. Advertindo ao gestor municipal que a persistência nas condutas relacionadas as irregularidades DB08, DB99, FB03, MB01 e MB02 (relatório técnico preliminar) poderá influenciar na análise das contas do exercício subsequente.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, 21 de OUTUBRO DE 2021.

CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

GESTÃO 2021/2022

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ

AVISO DO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2021

REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2021

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE VALE DO RIO CUIABÁ, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica, torna público para todos os interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico – tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS PARA ATENDER AS DEMANDAS DOS MUNICIPIOS INTEGRANTES DESTE CONSÓRCIO,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Inicio do acolhimento das propostas: das 10h00m do dia 22 de outubro até às 8h30m do dia 08 de novembro de 2021. (horário de Brasília).

Data da Sessão: 08 de novembro de 2021, ás 9h00min (horário de Brasília)

Data início da disputa: 08 de novembro de 2021, ás 10h00min (horário de Brasília)

Edital Completo: Estará disponível na sede do Consorcio na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, nº 3920 – Bairro: Morada do Ouro – Cuiabá/MT. No site: www.cisvarc.com.br/, e no site: www.licitanet.com.br,

Os interessados poderão obter informações detalhadas de segunda a sexta-feira, das 08:00h as 12:00h e das 13:00 às 17:00, através do telefone (65) 2123.1299 ou do e-mail: licitacao@cisvarc.com.br.

Fundamento Legal: Lei Federal 10.520/2002, 11.107/2005, Decreto Federal nº 10.024/2019, subsidiada pela Lei 8.666/93 e demais legislações.

Cuiabá-MT, 21 de outubro de 2021.

Gracielle Patricia Monteiro da Silva

Pregoeira Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO - CISVP

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 099/2021

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 099/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: VANESSA PEREIRA DA SILVA

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado através do processo seletivo simplificado nº 001/2020, na função de VIGIA.

VIGÊNCIA: 22/09/2021 a 21/09/2022.

VALOR: R$ 13.200,00

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00 – Código Reduzido: “024”

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 097/2021

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 097/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: VONY CLEMENTINO DE ARAUJO

OBJETO: Contratação de prestação de serviços em caráter excepcional temporário na função de Técnico de Enfermagem.

VIGÊNCIA: 13/09/2021 a 31/10/2021.

VALOR: R$ 4.501,13

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00 – Código Reduzido: “024”

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO 031/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Presidente do CISVP em exercício, PASCOAL ALBERTON, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei n° 10.520/2002 e em face aos princípios ordenados através da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nr.: 31/2021

b) Modalidade: Pregão Eletrnico

c) Data da Homologação: 21/10/2021

d) Objeto da Licitação: Adesão à Ata de Registro de Preços n° 013/2021 do Pregão Eletrônico n° 013/2021 da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MEDALHAS E TROFÉUS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto.

e) Fornecedores e itens Vencedores:

Código	Razão Social	CNPJ	Qtde de itens	Valor
405	UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES LTDA	08.419.120/0002-10	2	R$ 32.837,00
TOTAL			2	R$ 32.837,00

PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, quinta-feira, 21 de outubro de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Presidente do CISVP

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO Nº 031/2021

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO**, através da Equipe de Pregoeiro, torna público que realizou no dia **21 de outubro de 2021, às 08h e 30 min**, na Sala de licitações do CISVP em Peixoto de Azevedo/MT, o **PREGÃO Nº 031/2021,** cujo objeto é a **Adesão à Ata de Registro de Preços n° 013/2021 do Pregão Eletrônico n° 013/2021 da Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT que tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, MEDALHAS E TROFÉUS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PEIXOTO DE AZEVEDO CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, em atendimento ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto**,onde sagrou-se vencedora a empresa **UTILISSIMA COMERCIO DE VARIEDADES EIRELI**, com CNPJ nº **08.419.120/0002-10**, no valor total de **R$ 32.837,00** (TRINTA E DOIS MIL E OITOCENTOS E TRINTA E SETE REAIS)**.** Demais informações poderão ser solicitadas diretamente na sede do Consórcio, localizado na Rua Teotônio Vilela, nº 645, Salas 2 e 3, Bairro Centro, CEP 78.530-000, Peixoto de Azevedo/MT, e-mail **cisvaledopeixoto@gmail.com**.

Peixoto de Azevedo MT, 21 de outubro de 2021.

GENIFER KAISER

Pregoeira Oficial do CISVP

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 096/2021

EXTRATO DE CONTRATO RH Nº 096/2021

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO PEIXOTO

CONTRATADO: JUSCELINA PARANHOS SOUTO

OBJETO: Contratação de prestação de serviços por tempo determinado através do processo seletivo simplificado nº 001/2020, na função de FARMACÊUTICO.

VIGÊNCIA: 01/09/2021 a 31/08/2022.

VALOR: R$ 37.763,16

DOTAÇÃO: 01.001.10.302.0002.2003-3190.04.00 – Código Reduzido: “024”

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 046/2021

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia CNPJ: 02.427.361/0001-44, torna público o resultado da Dispensa de licitação nº 046/2021 Processo Licitatório nº 064/2021, cujo objeto é o Contratação de serviços de assessoria em saúde e segurança no trabalho.

EMPRESA/FAVORECIDA	CNPJ	VALOR
R. Marmet e Carneiro Ltda	17.083.982/0001-25	14.400,00
Valor Total da Licitação		14.400,00

Água Boa/MT, 21 de outubro de 2021

Aldair Luiz Zandoná

Presidente CPL

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
EXTRATOS DE ADITIVOS

EXTRATO DO X TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: MENEGAZ SERVIÇOS DE MEDICINA LTDA - ME **CNPJ:** 15.108.609/0001-56

OBJETO: Acrescer o **montante de 25% no quantitativo do item 29 e 50% no item 34**, do objeto doContrato primitivo, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando à continuidade da prestação de serviços médicos especializados.

DO VALOR: R$50.820,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO IX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA ME **CNPJ:** 08.762.309/0001-20

ONDE SE LÊ: OBJETO: Acrescer 15% no quantitativo do item 242 previsto na Cláusula 4ª do Contrato n.º 010/2.018, que consiste na realização de **135 (cento e trinta e cinco) Exames de Doppler Venoso Membros Inferiores**, visando a continuidade da prestação de serviços especializados, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público. **LEIA-SE: Acrescer o quantitativo dos itens previstos na Cláusula 4ª do Contrato n.º 010/2.018, que consiste na realização de 450 consultas, 135 Exames de Doppler Venoso Membros Inferiores e 112 Doppler de Carótidas, visando a continuidade da prestação de serviços especializados, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.**

ONDE SE LÊ: DO VALOR: R$31.826,25. **LEIA-SE: R$95.806,25**

ONDE SE LE: VIGÊNCIA: 20/09/2021 até 01/10/2021. **LEIA-SE: 02/09/2021 até 01/10/2021.**

PERMANECEM INALTERADAS DAS DEMAIS CLAUSULAS E CONDICOES PREVISTAS NO IX TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2018.

EXTRATO DO XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA ME CNPJ: 08.762.309/0001-20

OBJETO: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 010/2018, previsto em sua Cláusula 7ª, o qual fica prorrogado a contar de **02/10/2021 até 31/12/2021**, visando a continuidade da prestação dos serviços médicos especializados em **Consultas de Cir. Vascular, Exame Dopper Venoso Membros Inferiores e Exames Dopper Carótidas,** com o fito de atender a demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento da prorrogação as vantagens são de interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à Matéria.

VIGÊNCIA: 02/10/2021 até 31/12/2021 **DOTAÇÂO**: 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO X TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 010/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ANGIOLOGIA E CIRURGIA VASCULAR LTDA ME **CNPJ:** 08.762.309/0001-20

OBJETO: Acrescer o quantitativo dos itens previstos na Cláusula 4ª do Contrato n.º 010/2.018, que consiste na realização de **135 Exames de Doppler MMI,** visando a continuidade da prestação de serviços especializados, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público.

DO VALOR: R$31.826,25

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

VIGÊNCIA: 20/09/2021 até 01/10/2021 **DOTAÇÃO:** 33.90.39.00.00.00

EXTRATO DO XX TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 021/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CLINICA RADIOLOGICA DR. BERTINETTI LTDA **CNPJ:** 32.970.345/0001-64

OBJETO: Acrescer o quantitativo do item 25 do objeto Contrato n.º 021/2.018, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando à continuidade da prestação do serviço especializado abaixo:

DO VALOR: R$4.170,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2018

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: LAZARO IVO CAJANGO GOMES **CNPJ:** 28.872.680/0001-52

OBJETO: **ONDE SE LÊ**: XI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2018. **LEIA-SE: XII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 038/2018.**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no XII Termo Aditivo do Contrato 038/2018.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 003/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/**CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: HOSPITAL E MATERNIDADE SANTA LÚCIA LTDA/ CNPJ 14.959.522/0001-20

OBJETO: **ONDE SE LE:** V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 003/ 2019. **LEIA-SE: VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 003/2019**

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLAUSULAS E CONDIÇÕES ESTIPULADAS NO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO 003/ 2019.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 008/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso CNPJ: 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: CAROLINA MACIEL NARVAES – ME/CNPJ 29.973.271/ 0001-05

OBJETO: **ONDE SE LE:** VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 008/2019. **LEIA-SE: V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 008/ 2019**

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLAUSULAS E CONDICOES ESTABELECIDAS NO V TERMO ADITIVO DO CONTRATO 008/2019.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 019/2019

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/**CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: GABRIEL C. DA SILVA-ME/CNPJ: 30.396.564/0001-56

OBJETO: ONDE SE LE: Acrescer em 100% o montante do serviço objeto do Contrato primitivo, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de 600 (seiscentas) Consultas de Neurologia. **LEIA-SE: Acrescer em 50% o montante doserviçoobjeto do Contrato primitivo, previsto em sua Cláusula 4ª, que consiste na realização de 300 (trezentas) Consultas de Neurologia.**

ONDE SE LE: DO VALOR: 60.000,00. **LEIA-SE: DO VALOR: R$30. 000,00**

PERMANECEM INALTERADOS AS DEMAIS CLAUSULAS E CONDIÇÕES PREVISTAS NO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO 019/2019.

EXTRATO DO V TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 003/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA ALEIXO SILVA NETO - ME, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 22.303.848/0001-22

OBJETO: **Acrescer em 50% o montante do item 13** doobjeto do Contrato n.º 003/2.020, previsto em sua Cláusula 4ª, com o fito de atender à demanda dos Municípios Consorciados, haja vista que com o advento do aditivo as vantagens são de interesse público, visando a continuidade da prestação de serviços médicos especializados em exames de **POLIPECTOMIA COLON/GÁSTRICA.**

DO VALOR: R$18.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e demais atinentes à matéria.

DOTAÇÃO: 33.90.39.00.00.00

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO VII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 004/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/**CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ALLI AHMAD E MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.103.192/0001-97

ONDE SE LE: DO VALOR: R$13.089,00. **LEIA-SE: R$13.125,00**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no VII Aditivo do Contrato 004/2020.

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO VIII TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 004/2020

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso/**CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: ALLI AHMAD E MOREIRA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 02.103.192/0001-97

ONDE SE LE: DO VALOR: R$13.089,00. **LEIA-SE: R$13.125,00**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no VIII Aditivo do Contrato 004/2020.

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2021

Pregão Eletrônico

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00003/2021 (SRP)

Às 16:45 horas do dia 28 de setembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00.068.143/2020-1, Pregão nº 00003/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Ácido acetilsalicílico
Descrição Complementar: Ácido acetilsalicílico, dosagem: 100 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 34.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:07	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:15	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 2
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, pureza: 0,5%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.360 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,9700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:19	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:22	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 3
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, apresentação: associada à glicose, dosagem: 0,5% + 8%, tipo:

solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.860 **Unidade de fornecimento:** Ampola 4,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,8600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:30	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:30	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 4
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, pureza: 0,5%, aplicação: isobárica, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.860 **Unidade de fornecimento:** Ampola 4,00 ML
Valor Estimado: R$ 8,0600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:41	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:38	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 5
Descrição: Cetoprofeno
Descrição Complementar: Cetoprofeno, concentraçao: 100 mg, forma farmaceutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 24.800 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 3,0200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:50	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:38	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 6
Descrição: Petidina cloridrato

Descrição Complementar: Petidina cloridrato, dosagem: 50 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.200 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:01	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:44	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 7
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, apresentação: associado com codeína, dosagem: 500mg + 30mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10.080 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,3900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:18	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:50	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 8
Descrição: Betametasona
Descrição Complementar: Betametasona, composição: dipropionato, apresentação: associada com betametasona fosfato, dosagem: 5mg + 2mg, uso: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 350 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,7100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:35	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:56	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 9
Descrição: Dexametasona

Descrição Complementar: Dexametasona, dosagem: 0,1%, apresentação: creme
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 500 **Unidade de fornecimento:** Bisnaga 10,00 G
Valor Estimado: R$ 1,3900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA**. , pelo melhor lance de** R$ 1,3000 **e a quantidade de** 500 **Bisnaga 10,00 G .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 06.106.005/0001-80, Melhor lance: R$ 1,3000
Homologado	28/09/2021 16:45:56	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 10
Descrição: Dexametasona
Descrição Complementar: Dexametasona, dosagem: 4 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 20.080 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,50 ML
Valor Estimado: R$ 0,5700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:49	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 11
Descrição: Dexclorfeniramina maleato
Descrição Complementar: Dexclorfeniramina maleato, dosagem: 2 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0600 **e a quantidade de** 1.000 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0600
Homologado	28/09/2021 16:46:12	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 12
Descrição: Dexclorfeniramina maleato

Descrição Complementar: Dexclorfeniramina maleato, concentração: 0,4 mg,ml, apresentação farmacêutica: xarope
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.360 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 1,3500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:31:05	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:12	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 13
Descrição: Dexmedetomidina cloridrato
Descrição Complementar: Dexmedetomidina cloridrato, concentraçao: 100 mcg,ml, forma farmaceutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.680 **Unidade de fornecimento:** Frasco 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 15,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:31:25	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:20	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 14
Descrição: Dextrocetamina cloridrato
Descrição Complementar: Dextrocetamina cloridrato, concentração: 50 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.150 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 64,9000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 15
Descrição: Dextrocetamina cloridrato
Descrição Complementar: Dextrocetamina cloridrato, concentração: 50 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 6.200 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML

Valor Estimado: R$ 13,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 16
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 1mg,ml, uso: solução oftálmica
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 168 **Unidade de fornecimento:** Frasco 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 15,8000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:34:21	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 17
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 25mg,ml, uso: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 33.900 **Unidade de fornecimento:** Ampola 3,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,6600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:34:43	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 18
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 50 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 100.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 0,0576 **e a quantidade de** 100.800 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações

Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 06.106.005/0001-80, Melhor lance: R$ 0,0576
Homologado	28/09/2021 16:46:35	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 19
Descrição: Difenidramina cloridrato
Descrição Complementar: Difenidramina cloridrato, concentração: 50mg,ml, uso: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.040 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 14,9800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**0,20 %
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:43	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 20
Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10.580 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,8300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:06	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:43	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 21
Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 110.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**0,01 %
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:19	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:51	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 22

Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 298.000 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,5500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:38	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:58	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 23
Descrição: Éter dietílico
Descrição Complementar: Éter dietílico, apresentação: solução alcoólica, concentração: 35%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 67 **Unidade de fornecimento:** Litro
Valor Estimado: R$ 47,8400 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 24
Descrição: Etomidato
Descrição Complementar: Etomidato, dosagem: 2 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.172 **Unidade de fornecimento:** Ampola 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 11,9200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:50	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 25
Descrição: Fentanila
Descrição Complementar: Fentanila, apresentação: sal citrato, dosagem: 0,05 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 134.000 **Unidade de fornecimento:** Ampola 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 7,5100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Homologado

Adjudicado para: AMICI COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS EIRELI **, pelo melhor lance de** R$ 12,0000 **, com valor negociado a** R$ 7,5100 **e a quantidade de** 134.000 **Ampola 10,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: AMICI COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 30.329.824/0001-70, Melhor lance: R$ 12,0000, Valor Negociado: R$ 7,5100
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 26
Descrição: Fentanila
Descrição Complementar: Fentanila, apresentação: sal citrato, dosagem: 0,05 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 9.680 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,5000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:02	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 27
Descrição: Hidrocortisona
Descrição Complementar: Hidrocortisona, composição: sal acetato, concentração: 100 mg, forma farmacêutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 38.160 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,0900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:14	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:22	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 28
Descrição: Hidrocortisona
Descrição Complementar: Hidrocortisona, composição: sal acetato, concentração: 500 mg, forma farmacêutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.720 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,3700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20

Situação: Homologado

Adjudicado para: INOVAMED HOSPITALAR LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 4,4000 **e a quantidade de** 8.720 **Frasco 100,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02, Melhor lance: R$ 4,4000
Homologado	28/09/2021 16:47:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 29
Descrição: Ibuprofeno
Descrição Complementar: Ibuprofeno, dosagem: 50 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.680 **Unidade de fornecimento:** Frasco 15,00 ML
Valor Estimado: R$ 1,6800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 1,7000 **, com valor negociado a** R$ 1,6800 **e a quantidade de** 1.680 **Frasco 15,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40, Melhor lance: R$ 1,7000, Valor Negociado: R$ 1,6800
Homologado	28/09/2021 16:47:35	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 30
Descrição: Isoflurano
Descrição Complementar: Isoflurano, apresentação: anestésico inalatório
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 500 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 76,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:25	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:42	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 31
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 10%, apresentação: spray
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 550 **Unidade de fornecimento:** Frasco 50,00 ML
Valor Estimado: R$ 42,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20

Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:00	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:49	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 32
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: geléia
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 7.360 **Unidade de fornecimento:** Bisnaga 30,00 G
Valor Estimado: R$ 2,8000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: DROGAFONTE LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 2,3400 **e a quantidade de** 7.360 **Bisnaga 30,00 G .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: DROGAFONTE LTDA, CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26, Melhor lance: R$ 2,3400
Homologado	28/09/2021 16:47:57	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 33
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.840 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,9000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:13	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 34
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 16.440 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 4,0800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:26	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 35
Descrição: Petidina cloridrato
Descrição Complementar: Petidina cloridrato, dosagem: 50 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 336 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,5400 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:36	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 36
Descrição: Metadona
Descrição Complementar: Metadona, dosagem: 5 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.344 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,4200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:47	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 37
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal acetato, dosagem: 40 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.200 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 13,0700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:57	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 38
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal succinato, dosagem: 125 mg, apresentação: pó liofilizado + diluente, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.640 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 7,6200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:11	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:21	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 39
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal succinato, dosagem: 500 mg, apresentação: pó liofilizado + diluente, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.340 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 13,2500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:22	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 40
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 0,2mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.360 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 4,5800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:32	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 41
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 1mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 11.040 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,0300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 42
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 10mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 23.400 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,4700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:41	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 43
Descrição: Nalbufina cloridrato
Descrição Complementar: Nalbufina cloridrato, dosagem: 10 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.800 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 11,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:52	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no

			que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:44	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 44
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, dosagem comprimido: 750 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.200 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:08	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:50	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 45
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, dosagem solução oral: 200 mg,ml, apresentação: solução oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.080 **Unidade de fornecimento:** Frasco 15,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,8900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:20	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:57	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 46
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 3 mg,ml, forma farmaceutica: solução oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 336 **Unidade de fornecimento:** Frasco 60,00 ML
Valor Estimado: R$ 3,8500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:30	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no

que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.

Homologado	28/09/2021 16:49:05	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA

Item: 47
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 20 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.180 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,8100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,2200 **e a quantidade de** 3.180 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,2200
Homologado	28/09/2021 16:49:14	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 48
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 5 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.180 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,3800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0900 **e a quantidade de** 3.180 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0900
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 49
Descrição: Prometazina cloridrato
Descrição Complementar: Prometazina cloridrato, dosagem: 25 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.360 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no	30/08/2021 11:53:24	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado.

julgamento			Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 50
Descrição: Prometazina cloridrato
Descrição Complementar: Prometazina cloridrato, dosagem: 25 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.100
Unidade de fornecimento: Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,1000
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:53:39	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 51
Descrição: Propofol
Descrição Complementar: Propofol, dosagem: 20 mg,ml, forma farmacêutica: emulsão injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 30.600
Unidade de fornecimento: Ampola 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 13,3300
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:54:35	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:33	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 52
Descrição: Proximetacaína cloridrato
Descrição Complementar: Proximetacaína cloridrato, dosagem: 0,5%, indicação: colírio
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 168
Unidade de fornecimento: Frasco 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 6,7200
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 53
Descrição: Remifentanila cloridrato
Descrição Complementar: Remifentanila cloridrato, dosagem: 2 mg, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.836 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 39,5600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 54
Descrição: Ropivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Ropivacaína cloridrato, dosagem: 0,75%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 700 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 7,5800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:54:48	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 55
Descrição: Ropivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Ropivacaína cloridrato, dosagem: 1%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.480 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 10,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:05	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:47	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 56
Descrição: Sevoflurano
Descrição Complementar: Sevoflurano, forma farmacêutica: líquido inalante
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.300 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 159,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Pregão Eletrônico

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00003/2021 (SRP)

Às 16:45 horas do dia 28 de setembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00.068.143/2020-1, Pregão nº 00003/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Ácido acetilsalicílico
Descrição Complementar: Ácido acetilsalicílico, dosagem: 100 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 34.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:07	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:15	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 2
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, pureza: 0,5%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.360 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,9700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:19	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:22	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 3
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, apresentação: associada à glicose, dosagem: 0,5% + 8%, tipo:

solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.860 **Unidade de fornecimento:** Ampola 4,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,8600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:30	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:30	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 4
Descrição: Bupivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Bupivacaína cloridrato, pureza: 0,5%, aplicação: isobárica, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.860 **Unidade de fornecimento:** Ampola 4,00 ML
Valor Estimado: R$ 8,0600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:41	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:38	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 5
Descrição: Cetoprofeno
Descrição Complementar: Cetoprofeno, concentraçao: 100 mg, forma farmaceutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 24.800 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 3,0200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:29:50	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:38	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 6
Descrição: Petidina cloridrato

Descrição Complementar: Petidina cloridrato, dosagem: 50 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.200 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:01	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:44	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 7
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, apresentação: associado com codeína, dosagem: 500mg + 30mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10.080 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,3900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:18	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:50	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 8
Descrição: Betametasona
Descrição Complementar: Betametasona, composição: dipropionato, apresentação: associada com betametasona fosfato, dosagem: 5mg + 2mg, uso: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 350 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,7100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:35	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:45:56	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 9
Descrição: Dexametasona

Descrição Complementar: Dexametasona, dosagem: 0,1%, apresentação: creme
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 500 **Unidade de fornecimento:** Bisnaga 10,00 G
Valor Estimado: R$ 1,3900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 1,3000 **e a quantidade de** 500 **Bisnaga 10,00 G .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 06.106.005/0001-80, Melhor lance: R$ 1,3000
Homologado	28/09/2021 16:45:56	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 10
Descrição: Dexametasona
Descrição Complementar: Dexametasona, dosagem: 4 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 20.080 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,50 ML
Valor Estimado: R$ 0,5700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:30:49	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 11
Descrição: Dexclorfeniramina maleato
Descrição Complementar: Dexclorfeniramina maleato, dosagem: 2 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.000 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0600 **e a quantidade de** 1.000 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0600
Homologado	28/09/2021 16:46:12	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 12
Descrição: Dexclorfeniramina maleato

Descrição Complementar: Dexclorfeniramina maleato, concentração: 0,4 mg,ml, apresentação farmacêutica: xarope
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.360 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 1,3500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:31:05	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:12	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 13
Descrição: Dexmedetomidina cloridrato
Descrição Complementar: Dexmedetomidina cloridrato, concentraçao: 100 mcg,ml, forma farmaceutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.680 **Unidade de fornecimento:** Frasco 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 15,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:31:25	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:20	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 14
Descrição: Dextrocetamina cloridrato
Descrição Complementar: Dextrocetamina cloridrato, concentração: 50 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.150 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 64,9000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 15
Descrição: Dextrocetamina cloridrato
Descrição Complementar: Dextrocetamina cloridrato, concentração: 50 mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 6.200 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML

Valor Estimado: R$ 13,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 16
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 1mg,ml, uso: solução oftálmica
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 168 **Unidade de fornecimento:** Frasco 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 15,8000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:34:21	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 17
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 25mg,ml, uso: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 33.900 **Unidade de fornecimento:** Ampola 3,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,6600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:34:43	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 18
Descrição: Diclofenaco
Descrição Complementar: Diclofenaco, apresentação: sal sódico, dosagem: 50 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 100.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 0,0576 **e a quantidade de** 100.800 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações

Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: STOCK MED PRODUTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 06.106.005/0001-80, Melhor lance: R$ 0,0576
Homologado	28/09/2021 16:46:35	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 19
Descrição: Difenidramina cloridrato
Descrição Complementar: Difenidramina cloridrato, concentração: 50mg,ml, uso: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.040 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 14,9800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**0,20 %
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:46:43	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 20
Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10.580 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,8300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:06	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:43	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 21
Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 110.800 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**0,01 %
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:19	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:51	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 22

Descrição: Dipirona sódica
Descrição Complementar: Dipirona sódica, dosagem: 500 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 298.000 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,5500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:38	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:46:58	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 23
Descrição: Éter dietílico
Descrição Complementar: Éter dietílico, apresentação: solução alcoólica, concentração: 35%
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 67 **Unidade de fornecimento:** Litro
Valor Estimado: R$ 47,8400 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 24
Descrição: Etomidato
Descrição Complementar: Etomidato, dosagem: 2 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.172 **Unidade de fornecimento:** Ampola 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 11,9200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:36:50	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 25
Descrição: Fentanila
Descrição Complementar: Fentanila, apresentação: sal citrato, dosagem: 0,05 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 134.000 **Unidade de fornecimento:** Ampola 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 7,5100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Homologado

Adjudicado para: AMICI COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS EIRELI **, pelo melhor lance de** R$ 12,0000 **, com valor negociado a** R$ 7,5100 **e a quantidade de** 134.000 **Ampola 10,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: AMICI COMERCIO E REPRESENTACOES DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ/CPF: 30.329.824/0001-70, Melhor lance: R$ 12,0000, Valor Negociado: R$ 7,5100
Homologado	28/09/2021 16:47:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 26
Descrição: Fentanila
Descrição Complementar: Fentanila, apresentação: sal citrato, dosagem: 0,05 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 9.680 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,5000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:02	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 27
Descrição: Hidrocortisona
Descrição Complementar: Hidrocortisona, composição: sal acetato, concentração: 100 mg, forma farmacêutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 38.160 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,0900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:14	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:22	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 28
Descrição: Hidrocortisona
Descrição Complementar: Hidrocortisona, composição: sal acetato, concentração: 500 mg, forma farmacêutica: pó liófilo p, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.720 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,3700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20

Situação: Homologado

Adjudicado para: INOVAMED HOSPITALAR LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 4,4000 **e a quantidade de** 8.720 **Frasco 100,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: INOVAMED HOSPITALAR LTDA, CNPJ/CPF: 12.889.035/0001-02, Melhor lance: R$ 4,4000
Homologado	28/09/2021 16:47:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 29
Descrição: Ibuprofeno
Descrição Complementar: Ibuprofeno, dosagem: 50 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.680 **Unidade de fornecimento:** Frasco 15,00 ML
Valor Estimado: R$ 1,6800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. **, pelo melhor lance de** R$ 1,7000 **, com valor negociado a** R$ 1,6800 **e a quantidade de** 1.680 **Frasco 15,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ/CPF: 02.520.829/0001-40, Melhor lance: R$ 1,7000, Valor Negociado: R$ 1,6800
Homologado	28/09/2021 16:47:35	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 30
Descrição: Isoflurano
Descrição Complementar: Isoflurano, apresentação: anestésico inalatório
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 500 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 76,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:37:25	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:42	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 31
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 10%, apresentação: spray
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 550 **Unidade de fornecimento:** Frasco 50,00 ML
Valor Estimado: R$ 42,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20

Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:00	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:47:49	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 32
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: geléia
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 7.360 **Unidade de fornecimento:** Bisnaga 30,00 G
Valor Estimado: R$ 2,8000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: DROGAFONTE LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 2,3400 **e a quantidade de** 7.360 **Bisnaga 30,00 G .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: DROGAFONTE LTDA, CNPJ/CPF: 08.778.201/0001-26, Melhor lance: R$ 2,3400
Homologado	28/09/2021 16:47:57	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 33
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.840 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,9000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:13	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 34
Descrição: Lidocaína cloridrato
Descrição Complementar: Lidocaína cloridrato, dosagem: 2%, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 16.440 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 4,0800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:26	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:04	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 35
Descrição: Petidina cloridrato
Descrição Complementar: Petidina cloridrato, dosagem: 50 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 336 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,5400 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:36	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 36
Descrição: Metadona
Descrição Complementar: Metadona, dosagem: 5 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.344 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,4200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:47	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 37
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal acetato, dosagem: 40 mg,ml, forma farmacêutica: suspensão injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.200 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 13,0700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:38:57	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 38
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal succinato, dosagem: 125 mg, apresentação: pó liofilizado + diluente, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.640 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 7,6200 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:11	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:21	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 39
Descrição: Metilprednisolona
Descrição Complementar: Metilprednisolona, princípio ativo: sal succinato, dosagem: 500 mg, apresentação: pó liofilizado + diluente, injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.340 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 13,2500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:22	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:28	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 40
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 0,2mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.360 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 4,5800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:32	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 41
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 1mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 11.040 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 5,0300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 42
Descrição: Morfina
Descrição Complementar: Morfina, apresentação: sulfato, concentração: 10mg,ml, forma farmacêutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 23.400 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,4700 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:41	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:36	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 43
Descrição: Nalbufina cloridrato
Descrição Complementar: Nalbufina cloridrato, dosagem: 10 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.800 **Unidade de fornecimento:** Ampola 1,00 ML
Valor Estimado: R$ 11,6000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:39:52	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no

			que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:44	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 44
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, dosagem comprimido: 750 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.200 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:08	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:50	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 45
Descrição: Paracetamol
Descrição Complementar: Paracetamol, dosagem solução oral: 200 mg,ml, apresentação: solução oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.080 **Unidade de fornecimento:** Frasco 15,00 ML
Valor Estimado: R$ 0,8900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:20	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:48:57	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 46
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 3 mg,ml, forma farmaceutica: solução oral
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 336 **Unidade de fornecimento:** Frasco 60,00 ML
Valor Estimado: R$ 3,8500 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:40:30	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no

			que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:05	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 47
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 20 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.180 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,8100 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,2200 **e a quantidade de** 3.180 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,2200
Homologado	28/09/2021 16:49:14	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 48
Descrição: Prednisolona
Descrição Complementar: Prednisolona, composição: fosfato sódico, concentração: 5 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.180 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,3800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0900 **e a quantidade de** 3.180 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	23/09/2021 12:38:22	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0900
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 49
Descrição: Prometazina cloridrato
Descrição Complementar: Prometazina cloridrato, dosagem: 25 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.360 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no	30/08/2021 11:53:24	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado.

julgamento			Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 50
Descrição: Prometazina cloridrato
Descrição Complementar: Prometazina cloridrato, dosagem: 25 mg,ml, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.100
Unidade de fornecimento: Ampola 2,00 ML
Valor Estimado: R$ 2,1000
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:53:39	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 51
Descrição: Propofol
Descrição Complementar: Propofol, dosagem: 20 mg,ml, forma farmacêutica: emulsão injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 30.600
Unidade de fornecimento: Ampola 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 13,3300
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:54:35	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:33	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 52
Descrição: Proximetacaína cloridrato
Descrição Complementar: Proximetacaína cloridrato, dosagem: 0,5%, indicação: colírio
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 168
Unidade de fornecimento: Frasco 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 6,7200
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 53
Descrição: Remifentanila cloridrato
Descrição Complementar: Remifentanila cloridrato, dosagem: 2 mg, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.836 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 39,5600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 54
Descrição: Ropivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Ropivacaína cloridrato, dosagem: 0,75%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 700 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 7,5800 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:54:48	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:39	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 55
Descrição: Ropivacaína cloridrato
Descrição Complementar: Ropivacaína cloridrato, dosagem: 1%, apresentação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.480 **Unidade de fornecimento:** Frasco 20,00 ML
Valor Estimado: R$ 10,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:05	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:47	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 56
Descrição: Sevoflurano
Descrição Complementar: Sevoflurano, forma farmacêutica: líquido inalante
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.300 **Unidade de fornecimento:** Frasco 100,00 ML
Valor Estimado: R$ 159,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,20
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:17	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:47	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 58
Descrição: Tiopental sódico
Descrição Complementar: Tiopental sódico, dosagem: 1 g, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 317
Unidade de fornecimento: Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 45,2200
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:54	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 60
Descrição: Tramadol cloridrato
Descrição Complementar: Tramadol cloridrato, dosagem: 50 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 19.800
Unidade de fornecimento: Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,2500
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:28	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:54	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Fim do documento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:17	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:47	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 58
Descrição: Tiopental sódico
Descrição Complementar: Tiopental sódico, dosagem: 1 g, apresentação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 317
Unidade de fornecimento: Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 45,2200
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	28/09/2021 16:49:54	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 60
Descrição: Tramadol cloridrato
Descrição Complementar: Tramadol cloridrato, dosagem: 50 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 19.800
Unidade de fornecimento: Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,2500
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	30/08/2021 11:55:28	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Cancelo o presente item em razão de todos os valores apresentados em sessão estarem acima do estimado. Após a provocação de todos com o intuito de se obter um aceno positivo no que tange a uma nova proposta, com valor igual ao nosso estimado, alguns declinaram e outros permaneceram silentes.
Homologado	28/09/2021 16:49:54	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Fim do documento

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04.2021

Pregão Eletrônico

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00004/2021 (SRP)

Às 17:04 horas do dia 30 de setembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00.068.076/2021-1, Pregão nº 00004/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Suxametônio cloreto
Descrição Complementar: Suxametônio cloreto, dosagem: 100 mg, indicação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 2.340 **Unidade de fornecimento:** Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 8,9300 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	28/09/2021 11:25:47	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: VALOR OFERTADO ACIMA DO ESTIMADO
Homologado	30/09/2021 17:04:17	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 2
Descrição: Atracúrio besilato
Descrição Complementar: Atracúrio besilato, dosagem: 10 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 22.400 **Unidade de fornecimento:** Ampola 2,50 ML
Valor Estimado: R$ 15,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	30/09/2021 17:04:17	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 3
Descrição: Baclofeno
Descrição Complementar: Baclofeno, concentração: 10 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 8.700 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,2900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA **, pelo melhor lance de** R$ 0,2600 **e a quantidade de** 8.700 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	30/09/2021 17:01:58	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ/CPF: 28.418.133/0001-00, Melhor lance: R$ 0,2600
Homologado	30/09/2021 17:04:17	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 4
Descrição: Cisatracúrio besilato
Descrição Complementar: Cisatracúrio besilato, concentração: 2 mg,ml, forma farmaceutica: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 4.400
Unidade de fornecimento: Ampola 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 24,1000
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	28/09/2021 11:26:11	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: VALOR OFERTADO ACIMA DO ESTIMADO
Homologado	30/09/2021 17:04:25	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 5
Descrição: Dantroleno sódico
Descrição Complementar: Dantroleno sódico, concentração: 20 mg, apresentação: injetável, característica adicional: kit c, 12frs pó liofilizado + 12frs c, diluente
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 140
Unidade de fornecimento: Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 169,4700
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado por inexistência de proposta

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Homologado	30/09/2021 17:04:25	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 6
Descrição: Rocurônio brometo
Descrição Complementar: Rocurônio brometo, dosagem: 10 mg,ml, indicação: solução injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 3.000
Unidade de fornecimento: Frasco 5,00 ML
Valor Estimado: R$ 19,5000
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	28/09/2021 11:26:22	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: VALOR OFERTADO ACIMA DO ESTIMADO
Homologado	30/09/2021 17:04:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 7
Descrição: Suxametônio cloreto
Descrição Complementar: Suxametônio cloreto, dosagem: 500 mg, indicação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.060
Unidade de fornecimento: Frasco-ampola
Valor Estimado: R$ 21,1800
Intervalo Mínimo entre Lances:R$ 0,10

Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	28/09/2021 11:26:32	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: VALOR OFERTADO ACIMA DO ESTIMADO
Homologado	30/09/2021 17:04:26	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Fim do documento

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06.2021

Pregão Eletrônico

EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Nº 00001/2021 (SRP)

Às 16:27 horas do dia 28 de setembro de 2021, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 00.068.105/2020-1, Pregão nº 00001/2021.

Resultado da Homologação

Item: 1
Descrição: Glibenclamida
Descrição Complementar: Glibenclamida, dosagem: 5 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 27.000 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0400 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0300 **e a quantidade de** 27.000 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	20/07/2021 09:55:00	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0300
Homologado	28/09/2021 16:27:00	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 2
Descrição: Insulina
Descrição Complementar: Insulina, origem: humana, tipo: nph, dosagem: 100u,ml, aplicação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.300 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 17,1600 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	19/07/2021 12:02:29	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: O presente item será cancelado em virtude de não haver propostas que se enquadrem em nosso estimativo.
Homologado	28/09/2021 16:27:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 3
Descrição: Insulina
Descrição Complementar: Insulina, origem: humana, tipo: regular, dosagem: 100u,ml, aplicação: injetável
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 1.300 **Unidade de fornecimento:** Frasco 10,00 ML
Valor Estimado: R$ 19,0000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,10
Situação: Homologado

Adjudicado para: PREMIUM HOSPITALAR EIRELI **, pelo melhor lance de** R$ 20,0000 **, com valor negociado a** R$ 19,0000 **e a quantidade de** 1.300 **Frasco 10,00 ML .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	20/07/2021 09:55:00	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: PREMIUM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ/CPF: 27.325.768/0001-91, Melhor lance: R$ 20,0000, Valor Negociado: R$ 19,0000
Homologado	28/09/2021 16:27:06	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 4
Descrição: Metformina cloridrato
Descrição Complementar: Metformina cloridrato, dosagem: 500 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 10.000 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,0900 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Cancelado no julgamento

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Cancelado no julgamento	19/07/2021 12:06:44	-	Item cancelado no julgamento. Motivo: Item será cancelado em virtude não haver nenhuma proposta qualificada, ou seja, todas acima de nosso estimado.
Homologado	28/09/2021 16:27:13	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Item: 5
Descrição: Metformina cloridrato
Descrição Complementar: Metformina cloridrato, dosagem: 850 mg
Tratamento Diferenciado: -
Aplicabilidade Decreto 7174: Não
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não
Quantidade: 11.600 **Unidade de fornecimento:** Comprimido
Valor Estimado: R$ 0,1000 **Intervalo Mínimo entre Lances:**R$ 0,01
Situação: Homologado

Adjudicado para: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT **, pelo melhor lance de** R$ 0,0800 **e a quantidade de** 11.600 **Comprimido .**

Eventos do Item

Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	20/07/2021 09:55:00	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPIT, CNPJ/CPF: 17.472.278/0001-64, Melhor lance: R$ 0,0800
Homologado	28/09/2021 16:27:19	VINICIUS GATTO CAVALCANTE OLIVEIRA	

Fim do documento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

TERMO DE DOAÇÃO

Extrato de Termo de Doação

Termo de Doação

Donatária: MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT

Doadora: PB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE GELATINA LTDA

Objeto: O objeto do presente Termo consiste na doação, sem encargos, pela DOADORA à DONATÁRIA, dos bens devidamente listados e descritos no Anexo I ao presente Termo (¨Bens Doados¨).

Acorizal/MT, 21 de Outubro de 2021.

ANEXO I

BENS DOADOS

#	Bens Doados
1	Motoredutor RECUPERADO da DOADORA para agitador do tanque de floculação.
2	Medidor de vazão tipo Calha Parshal para medição até 60 m³/h.
3	Escada e passarela (reaproveitamento de material retirado da DOADORA).
4	02 válvulas de gaveta recuperadas da DOADORA, de ferro fundido diâmetro 3” 02 válvulas de esfera recuperadas da DOADORA de 2”
5	Material filtrante da DOADORA: Seixo Grosso 1/2” a 3/4”: 1.000 L Seixo Médio 1/4” a 1/2”: 1.000L Seixo Fino 1/8” a 1/4”: 1.000L Areia Grossa TE 1,7 a 3,2 mm e CU < 1,7 : 2.000L Carvão Antracitoso TE 0,9 a 1,7 mm e CU < 1,7: 4.500L
6	25 Kg Polímero aniônico para uso em sistema de abastecimento de água potável; 4500 Kg Policloreto de alumínio 18%; 720 Kg Dicloroisocianurato de sódio 60% de teor de cloro ativo. 350 Kg Hidróxido de cálcio hidratado
7	01 Bomba RECUPERADA da DOADORA Marca CSB Modelo 180 Motor de Indução 80 Hz, 2,5 cv 85rpm 380V
8	Colmeia para tanque de decantação (Lamelas - perfil de decantação)

TERMO DE DOAÇÃO

Extrato de Termo de Doação

Termo de Doação N° 01/2021

Donatária: MUNICIPIO DE ACORIZAL/MT

Doadora: PB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE GELATINA LTDA

Objeto: Projeto Técnico de Arquitetura e Urbanismo de Revitalização da Praça Central ¨Coronel Tonho¨ localizada no Município de Acorizal.

Acorizal/MT, 21 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 3698, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

“DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DAS PREMIAÇÕES COM FULCRO NA LEI MUNICIPAL Nº 1193/2013”.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 80, inciso VI da Lei Orgânica do Município em vigor, baixa o seguinte ***DECRETO***:

Art. 1º - Fica regulamentado o art. 1º, inciso IV e art. 2º incisos I e II da Lei Municipal nº 1193, de 06 de junho de 2013, que premia e incentiva equipes esportivas do Município de Água Boa/MT.

Art. 2º - Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos, através dos seus respectivos departamentos, destinará prêmios para colocados e divulgará os respectivos trabalhos para a Rede Municipal.

§ 1º - Os prêmios referidos no *caput* art. 1º inciso IV, consistirão em:

I. Campeonato Municipal de Bocha *(duplas masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 400,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (Feminino) R$ 600,00

2º Lugar (Feminino) R$ 400,00

3º Lugar (Feminino) R$ 200,00

4º Lugar (Feminino) R$ 100,00

II. Fast Triathlon *(equipes com 3 atletas masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 900,00

2º Lugar (masculino) R$ 600,00

3º Lugar (masculino) R$ 300,00

1º Lugar (feminino) R$ 900,00

2º Lugar (feminino) R$ 600,00

3º Lugar (feminino) R$ 300,00

III. Campeonato de Caiaque *(equipes com 3 atletas masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 450,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

1º Lugar (feminino) R$ 450,00

2º Lugar (feminino) R$ 300,00

3º Lugar (feminino) R$ 200,00

IV. Copa Água Boa de Voleibol *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 1.000,00

2º Lugar (masculino) R$ 500,00

1º Lugar (feminino) R$ 1.000,00

2º Lugar (feminino) R$ 500,00

V. Copa Água Boa de Basquetebol *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 1.000,00

2º Lugar (masculino) R$ 500,00

1º Lugar (feminino) R$ 1.000,00

2º Lugar (feminino) R$ 500,00

VI. Copa Água Boa de Handebol *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 1.000,00

2º Lugar (masculino) R$ 500,00

1º Lugar (feminino) R$ 1.000,00

2º Lugar (feminino) R$ 500,00

VII. Campeonato Municipal de Tiro Esportivo *(tiro esportivo/air soft)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (feminino) R$ 600,00

2º Lugar (feminino) R$ 300,00

3º Lugar (feminino) R$ 100,00

VIII. Campeonato Municipal de Futebol Socyte *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 1.800,00

2º Lugar (masculino) R$ 900,00

1º Lugar (Feminino) R$ 1.200,00

1º Lugar (Feminino) R$ 600,00

IX. Campeonato Municipal de Basquete *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 400,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00
1º Lugar (feminino) R$ 400,00
2º Lugar (feminino) R$ 300,00
3º Lugar (feminino) R$ 200,00
4º Lugar (feminino) R$ 100,00

X. Campeonato Municipal de Voleibol *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 400,00
2º Lugar (masculino) R$ 300,00
3º Lugar (masculino) R$ 200,00
4º Lugar (masculino) R$ 100,00
1º Lugar (feminino) R$ 400,00
2º Lugar (feminino) R$ 300,00
3º Lugar (feminino) R$ 200,00
4º Lugar (feminino) R$ 100,00

XI. Campeonato Municipal de Handebol *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 400,00
2º Lugar (masculino) R$ 300,00
3º Lugar (masculino) R$ 200,00
4º Lugar (masculino) R$ 100,00
1º Lugar (feminino) R$ 400,00
2º Lugar (feminino) R$ 300,00
3º Lugar (feminino) R$ 200,00
4º Lugar (feminino) R$ 100,00

XII. Taça Água Boa de Futsal Feminino

1º Lugar R$ 1.200,00
2º Lugar R$ 800,00
3º Lugar R$ 500,00
4º Lugar R$ 300,00

XIII. Corrida de Rua *(masculino e feminino)*

CATEGORIA "A" (masculino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "A" (feminino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "B" (masculino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "B" (feminino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "C" (masculino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "C" (feminino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "D" (masculino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

CATEGORIA "D" (feminino):

1º Lugar R$ 230,00
2º Lugar R$ 160,00
3º Lugar R$ 100,00
4º Lugar R$ 70,00
5º Lugar R$ 40,00

XIV. Ciclismo *(masculino e feminino)*

CATEGORIA "A" (masculino):

1º Lugar R$ 260,00
2º Lugar R$ 220,00
3º Lugar R$ 160,00
4º Lugar R$ 100,00
5º Lugar R$ 50,00

CATEGORIA "A" (feminino):

1º Lugar R$ 260,00
2º Lugar R$ 220,00
3º Lugar R$ 160,00
4º Lugar R$ 100,00
5º Lugar R$ 50,00

CATEGORIA "B" (masculino):

1º Lugar R$ 260,00
2º Lugar R$ 220,00
3º Lugar R$ 160,00
4º Lugar R$ 100,00
5º Lugar R$ 50,00

CATEGORIA "B" (feminino):

1º Lugar R$ 260,00

2º Lugar R$ 220,00

3º Lugar R$ 160,00

4º Lugar R$ 100,00

5º Lugar R$ 50,00

CATEGORIA "C" (masculino):

1º Lugar R$ 260,00

2º Lugar R$ 220,00

3º Lugar R$ 160,00

4º Lugar R$ 100,00

5º Lugar R$ 50,00

CATEGORIA "C" (feminino):

1º Lugar R$ 260,00

2º Lugar R$ 220,00

3º Lugar R$ 160,00

4º Lugar R$ 100,00

5º Lugar R$ 50,00

XV. Campeonato Municipal de Socyte Veteranos *(masculino)*

1º Lugar R$ 1.200,00

2º Lugar R$ 600,00

XVI. Copa Mais Esportes de Volei de Praia *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (feminino) R$ 600,00

2º Lugar (feminino) R$ 300,00

3º Lugar (feminino) R$ 200,00

4º Lugar (feminino) R$ 100,00

XVII. Copa Mais Esportes de Basquete 3x3 *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (feminino) R$ 600,00

2º Lugar (feminino) R$ 300,00

3º Lugar (feminino) R$ 200,00

4º Lugar (feminino) R$ 100,00

XVIII. Copa Mais Esportes de Futevolei *(masculino e mista)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (misto) R$ 600,00

2º Lugar (misto) R$ 300,00

3º Lugar (misto) R$ 200,00

4º Lugar (misto) R$ 100,00

XIX. Copa Mais Esportes de HandBeach *(masculino e feminino)*

1º Lugar (masculino) R$ 600,00

2º Lugar (masculino) R$ 300,00

3º Lugar (masculino) R$ 200,00

4º Lugar (masculino) R$ 100,00

1º Lugar (feminino) R$ 600,00

2º Lugar (feminino) R$ 300,00

3º Lugar (feminino) R$ 200,00

4º Lugar (feminino) R$ 100,00

§ 2º - Os prêmios referidos no *caput* art. 2º incisos I e II, consistirão em:

I. Campeonato Municipal de Futebol de Campo *(masculino)*

1º Lugar: - Três salários mínimo e meio;

2º Lugar - Três salários mínimos;

3º Lugar - Dois salário mínimo;

4º Lugar - Um salário mínimo.

II. Campeonato Municipal de Futsal Livre *(masculino)*

1º Lugar: - Dois salários mínimo e meio;

2º Lugar - Dois salários mínimos;

3º Lugar - Um salário mínimo e meio;

4º Lugar - Um salário mínimo.

Art. 3º - A premiação será realizada de acordo com o "*Cronograma de Eventos*", a serem comunicados oportunamente.

Art. 4º - Ao se inscreverem para participação dos eventos esportivos, os participantes autorizam automaticamente a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos a utilizar, editar, publicar, reproduzir, por meio de jornais, revistas, televisão, rádio e internet, imagens, conteúdos e qualquer informação sem restrição de espécie alguma,

Art. 5º - No ato da inscrição de cada equipe se define o representante legal da mesma, com identificação, nome, CPF, RG e número de conta bancária para eventual deposito da Premiação total ou parcial, conforme o caso.

Art. 6º - A participação nos eventos esportivos, implica a aceitação irrestrita deste decreto.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUA BOA, AOS 14 DE SETEMBRO DE 2021.

MARIANO KOLANKIEWICZ FILHO

Prefeito Municipal

ERIK RODRIGO JESUS DA SILVA

Secretário Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Eventos

Publicado e dado ciência nesta data.

Secretaria Mun. de Administração e Planejamento de Água Boa, em 14 de setembro de 2021.

SEBASTIÃO ANTÔNIO LOPES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREVIDENCIA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO BALANCETE MENSAL

Assunto: Balancete Financeiro e Orçamentário

Referente: setembro de 2021

MARCIO ANTONIO FAORO, Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Água Boa – ÁGUA-PREVI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento ao inciso XXXV do art. 72 da Lei Orgânica do Município,

TORNA PÚBLICO

Que o Balancete Orçamentário e Financeiro do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Água Boa, referente a setembro de 2021, está à disposição de qualquer contribuinte, a partir desta data no portal transparência do Água-Previ, através do link: https://www.gp.srv.br/transparencia_aguaboapv.

Água Boa - MT, 21 de outubro de 2021.

MARCIO ANTONIO FAORO

Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2021 - REGISTRO DE PREÇO

A Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista – MT, torna público, c/ base na Lei no 10.520/2002 e Decreto Municipal 011/2021, subsidiariamente a Lei no 8.666/93 e alterações posteriores, o aviso de Licitação, na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para "**FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE, PARA USO EM TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA/MT**". Abertura no dia 09 de Novembro de 2021, às 09:00 horas, no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br,** conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos, à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista/MT e no site **www.altoboavista.mt.gov.br**, qualquer informação pelo fone: 66 3539 1113.

Alto Boa Vista/MT, 21 de Outubro de 2021.

Cristiano Rubin Parizotto

Pregoeiro/Port: 143/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 Aos 17 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133.097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 70.000,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao Fornecedor ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA CNPJ 09.176.237/0001-00 Endereço ROD JUARES DOMINGOS VICARI SC 492-KM 1,7 Nº S/N Bairro Cidade Maravilha /SC CEP 89874000 Representante Legal CPF Email Telefone 4936648300 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111421 05 CLIMATIZADOR DE AMBIENTE?CLIMATIZADOR EVAPORATIVO 57.000 M³ UN - UNIDADE 4,00 17.500,0000 70.000,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o pre-

ço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 5. 1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3. 10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a admi-

nistração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7. 5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11. 1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou

execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal ROTOPLAST INDUSTRIA DE CLIMATIZADORES LTDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 Aos 17 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 4.499,98 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. Fornecedor MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI CNPJ 07.508.571/0001-80 Endereço RUA 15 QD.32 LT. 05 ESQ.C/ RUA 02 Nº Bairro Cidade Mineiros /GO CEP 75830000 Representante Legal CPF Email Telefone 6436613584 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111416 27 KIT DE COZINHA - CONTENDO 14 PORTAS , COM DOBRADICAS,ESTRUTU UN - UNIDADE 1,00 1.999,9900 1.999,99 0 2111435 57 CONJUNTO DE MESA E CADEIRA - COM 6 CADEIRAS, MADEIRA UN - UNIDADE 1,00 2.499,9900 2.499,99 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, ca-

so em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 5. 1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou

quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7. 2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamen-

te informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11. 1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1. 3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal MULTIPLICAR COMPRAS & COMÉRCIO EIRELI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 Aos 17 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 1.760,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. Fornecedor L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES CNPJ 22.328.534/0001-84 Endereço R DUZENTOS Nº 94 Bairro Cidade Cuiabá /MT CEP 78075648 Representante Legal CPF Email Telefone 6592553342 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111416 78 FOGAO - TIPO FOGAO DOMESTICO A GAS, ELETRICO COM ACENDIMENTO UN - UNIDADE 1,00 1. 000,0000 1.000,00 0 2111429 04 ESTANTE DESMONTAVEL DE ACO, C 06 PRATELEIRAS P SUPORTA 140KG UN - UNIDADE 2,00 380,0000 760,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando es-

tabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 5. 1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos

causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7. 2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de

Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11. 1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1. 3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal L F COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E REPRESENTACOES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 Aos 17 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 34.685,00 Fornecedor S M S BERIGO ME CNPJ 14.010.264/0001-30 Endereço IVO DE MORAES CAJANGO Nº SN Bairro VILA ESPERANÇA Cidade Santa Rita do Araguaia /GO CEP 75840000 Representante Legal CPF Email Telefone 6436351933 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111397 68 CADEIRA GIRATORIA - DO TIPO ERGONOMICO,REVESTIMENTO DO ASSEN UN - UNIDADE 32,00 680,0000 21.760,00 0 2111435 52 FAQUEIRO - CONJUNTO DE TALHERES COM 76 PECAS UN - UNIDADE 2,00 578,0000 1.156,00 0 2111435 59 SOFA - DE CANTO 3 E 2 LUGARES COM PUFF, TECIDO SUED 100% UN - UNIDADE 1,00 1.493,0000 1.493,00 0 2111435 61 GUARDA ROUPAS - COM 08 PORTAS E 04 GAVETAS UN - UNIDADE 2,00 1.408,0000 2. 816,00 0 2111435 68 COMPUTADOR DE MAO TIPO TABLET TAB 8 T515 4GI 32GB/2GB UN - UNIDADE 4,00 1.865,0000 7.460,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2. 2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento

das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condi-

ções de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1. , a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5. 3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipó-

tese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8. 666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11. 1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1. 3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 11.1.3. 1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1. 3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal S M S BERIGO ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT E A EMPRESA J FREITAS ROCHA EIRELI, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DO ANTIGO PAÇO MUNICIPAL, CONF. CONF. PROJETOS, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEM. DESCRITIVO, ESPEC. E NORMAS TÉCNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Dom Aquino, n. 346, Centro, CEP: 78.770-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 03.133.097/0001-07, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **CLAUDINEI SINGOLANO**, sob CPF nº 051.358.398-01 e RG nº 9.209.732 SSP/SP, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Alexandre dos Santos nº 22 – Bairro Novo Horizonte – CEP: 78.770-000, Alto Garças – MT,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado aempresa **J FREITAS ROCHA EIRELI,** devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 29.450.690/0001-62 e Inscrição Estadual sob o n. Isenta, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federias e à Dívida Ativa da União nº A74D.716D.3676. 2CB3,estabelecida à Rua Av. General Osorio, 1867, Cáceres/MT, representado neste ato pelo seu proprietário Sr. **JOSEFRAN FREITAS ROCHA EIRELI,** brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado à Rua das Turquesas, 395, Cáceres/MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 1655097-8 (SJSP/MT) e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 998.017.282-72,chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo nos termos do Processo Licitatório nº 108/2020 de 28 de agosto de 2020, realizado na modalidade de Tomada de Preços nº 6/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por escopo o acréscimo nos serviços de 2,36% (dois e trinta e seis por cento), nos termos do Processo Licitatório nº 108/2020 - Tomada de Preços nº 6/2020, conforme cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária *em anexo*.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1 O presente aditivo encontra embasamento legal na alínea “d” do inciso II do art. 65 e no art.57 § 1º da Lei n. 8.666/93, bem como na Cláusula 3º, 4º e 9º do contrato original.

2.2 Visto as alterações nos padrões arquitetônicos, bem como algumas alterações quanto a funcionalidade de alguns ambientes da edificação, aliados a inconformidades do projeto arquitetônico com os complementares.

Tomo como necessário, na perspectiva de promover um aumento na segurança e desempenho da edificação, uma retificação no projeto apresentado.

Visto isso, tais alterações se mostraram necessárias para a progressão satisfatória da obra.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO VALOR

3.1 A vigência segue inalterada conforme o segundo termo aditivo.

3.2 O valor do presente aditivo é de **R$ 6.570,27 (seis mil quinhentos e setenta reais e vinte e sete centavos).** Conforme planilha em anexo**.**

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2021, conforme Orçamento Anual e correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão - 03: Secretaria Municipal de Administração

Unidade - 01: Secretaria Municipal de Administração e Unidades

Projeto/Atividade – 2.006: Manut. da Secretaria Municipal de Administração e Unidades

Elemento de Despesa – 4.4.90.51.00.00 Obras e Instalações

CLÁUSULA QUINTA – DAS RATIFICAÇÕES.....

5.1 – Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato original firmado em 02 de outubro de 2020.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 – **As demais Cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.**

6.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Garças do Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Termo Aditivo.

6.3 - E, por se acarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03(três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Alto Garças – MT, 21 de outubro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO	**J FREITAS ROCHA EIRELI**
PREFEITO MUNICIPAL **Contratante**	**CNPJ: 29.450.690/0001-62** **Sr. Josefran Freitas Rocha** **Contratada**

O presente Contrato foi analisado e aprovado nesta data, pela Assessoria Jurídica da Administração.

Gislaine Sara Moreira Moraes Martins

OAB/MT 7062

Testemunhas:

Alessandra da Silva Dias RG: 20402201 SSP/MT CPF: 028.682.851-04	Karinne Maria dos Santos Mota RG: 1996491-9 SSP/MT CPF: 04315259195

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021 Aos 17 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 12.940,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. Fornecedor OLMI INFORMATICA LTDA CNPJ 00.789.321/0001-17 Endereço AVENIDA 9 DE MAIO Nº 92-N Bairro CENTRO Cidade JUINA/MT CEP 78320000 Representante Legal CPF Email OLMIELETRO@GMAIL.COM Telefone SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111434 74 PURIFICADOR DE AGUA -, DIMENSOES: 39,5X30,5X37,0, UN - UNIDADE 10,00 645,0000 6.450,00 0 2111440 81 BEBEDOURO - BEBEDOURO DE COLUNA, NA COR BRANCA, 110/220 V UN - UNIDADE 10,00 649,0000 6.490,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alíena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar

a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8. 666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5. 1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5. 1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garanti-

da a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 registro de preços. 5.3. 10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5. 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8. 7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo

de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11. 1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal OLMI INFORMATICA LTD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021 Aos 20 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS (MASCARAS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DISPENSERES, CESTA ALIMENTICIA DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 2.485,50 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. Fornecedor TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZ.LTDA CNPJ 13.851.726/0001-80 Endereço R 15, CASA 1 Nº 47 Bairro BAIRRO MACHADO Cidade Mineiros /GO CEP 75830132 Representante Legal CPF Email totalseguranca@globo. com Telefone 6436618299 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111435 90 LIMPADOR MULTIUSO DOMESTICO - AEROSSOL,MATA 99.9% DOS GERMES UN - UNIDADE START 500,00 3,3000 1.650,00 0 2111436 33 DISPENSER PARA ALCOOL GEL CAPACIDADE PARA 1000 ML UN - UNIDADE NOBRE/BRANCO 30,00 27,8500 835,50 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A re-

visão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4. 5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 5. 1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas

nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5. 3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5. 3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6. 1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10. 520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5. 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Cen-

tro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal TOTAL SEGURANÇA EQUIP DE PROTEÇÃO E SERVIÇOS ESPECIALIZ.LTDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2020

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2020

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 084/2020 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS/MT E A EMPRESA GOIÁS LED MATERIAIS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÃO EIRELI, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL "JONAS PINHEIRO", CONFORME PROJETO BÁSICO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, MEMORIAL DESCRITIVO, ESPECIFICAÇÕES E NORMAS TECNICAS CONSTANTES DOS ANEXOS DESTA TOMADA DE PREÇOS, POR EXECUÇÃO INDIRETA, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua Dom Aquino, n. 346, Centro, CEP: 78.770-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 03.133.097/0001-07, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **CLAUDINEI SINGOLANO**, sob CPF nº 051.358.398-01 e RG nº 9.209.732 SSP/SP, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Alexandre dos Santos nº 22 – Bairro Novo Horizonte – CEP: 78.770-000, Alto Garças – MT,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado aempresa **GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUÇÃO EIRELI,** devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o n. 27.927.653/0001-77 e Inscrição Estadual sob o n. 10697234-0, estabelecida à Rua 05, n. 105, Quadra 07, LT 09A, Trindade-GO representado neste ato pelo seuProprietário Sr. **ALESSANDRO MARTINS MIGUEL,** brasileiro, solteiro, residente Rua 04, s/n, Quadra. 01, Lote 11, Cristo Redentor, Trindade-GO, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 277939 (SSP-GO) e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o n. 788.729.281-68,chamado simplesmente de **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente termo aditivo nos termos do Processo Licitatório nº 56/2020 de 16 de abril de 2020 realizado na modalidade de Tomada de Preços nº 1/2020, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por escopo a prorrogação do prazo na relação contratual, nos termos do Processo Licitatório nº 56/2020 - Tomada de Preços nº 1/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL E JUSTIFICATIVA

2.1 O presente aditivo encontra embasamento legal no art.57, §1º inciso II, da Lei 8.666/93 e na Cláusula 4º do contrato original.

2.2 Justifica o aditivo de prazo de 03 (três) meses por motivos, mesmo a obra sendo finalizada ainda, depende de fiscalização e ligação da energia elétrica, para a validação dos serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E DO VALOR

3.1 -A vigência do presente Termo aditivo será de 03 (noventa) meses, contados à partir de 22/10/2021 até 21/01/2022.

3.2 - **Não** ocorrerão acréscimos de valores em relação ao Contrato 084/2020.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES.....

4.1 – Ficam ratificadas as demais Cláusulas do Contrato original firmado em 25 de maio de 2020.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 – **As demais Cláusulas do Contrato Original permanecem inalteradas.**

5.2 – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Garças do Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes deste Termo Aditivo.

5.3 - E, por se acarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 03(três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Alto Garças – MT, 21 de outubro de 2021.

CLAUDINEI SINGOLANO	**GOIAS LED MATERIAIS ELETRICOS E CONSTRUÇÃO EIRELI**
PREFEITO MUNICIPAL	**CNPJ: 27.927.653-0001-77**
Contratante	**Contratada**

O presente Contrato foi analisado e aprovado nesta data, pela Assessoria Jurídica da Administração.

Gislaine Sara Moreira Moraes Martins

OAB/MT 7062

Testemunhas:

Alessandra da Silva Dias	Karinne Maria dos Santos Mota
RG: 20402201 SSP/MT	RG: 1996491-9 SSP/MT
CPF: 028.682.851-04	CPF: 04315259195

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021 Aos 20 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133.097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS (MASCARAS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DISPENSERES, CESTA ALIMENTICIA DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 7.390,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. Fornecedor S M S BERIGO ME CNPJ 14.010.264/0001-30 Endereço IVO DE MORAES CAJANGO Nº SN Bairro VILA ESPERANÇA Cidade Santa Rita do Araguaia /GO CEP 75840000 Representante Legal CPF Email Telefone 6436351933 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 889 SODA CAUSTICA 1 KG UN - UNIDADE INDAIA 500,00 11,3900 5.695,00 0 2111392 25 ALCOOL ETILICO - COM TEOR ALCOOLICO 70%,HIDRATADO, EMBALADO UN - UNIDADE ALLGEL 300,00 5,6500 1.695,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2. 3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de

novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4. 5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 5. 1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5. 3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5. 3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6. 1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata des-

cumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10. 520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5. 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedi-

mento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11. 1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal S M S BERIGO ME

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021 Aos 20 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS (MASCARAS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DISPENSERES, CESTA ALIMENTICIA DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 73.950,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. Fornecedor CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI CNPJ 20.357.366/0001-20 Endereço AVENIDA ISAAC PÓVOAS - ATÉ 861/862 Nº Bairro CENTRO NORTE Cidade CUIABA/MT CEP 78005340 Representante Legal CPF Email Telefone SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 344 SABÃO EM PÓ 1 KG UN - UNIDADE ASTER 500,00 3,9000 1.950,00 0 2111412 89 CESTA BASICA ALIMENTICIA UN - UNIDADE FORT 500,00 144,0000 72.000,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o

preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5. 1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone:

06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7. 2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante,

aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11. 1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMATICA EIRELI PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 67/2021 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021 Aos 20 dias do mês de Setembro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO DIVERSOS (MASCARAS, MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, DISPENSERES, CESTA ALIMENTICIA DENTRE OUTROS) PARA ATENDER A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO COMBATE AO NOVO CORONAVÍRUS, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. Total: 2.960,00 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____/2021 No dia _____do mês de _____ do ano de 2021, compareceram, de um lado a (o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS, Estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de Fornecedor DG INDUSTRIA E DISTRIBUICAO LIMITADA CNPJ 41.944.789/0001-16 Endereço PRAÇA CÔNEGO LAFAIETE Nº Bairro CENTRO Cidade JOSE RAYDAN/MG CEP 39775000 Representante Legal CPF Email Telefone SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 2111429 41 TERMOMETRO - DIGITAL INFRAVERMELHO CALOR PELA TESTA FRONTAL UN - UNIDADE INFRARED 30,00 59,0000 1.770,00 0 2111431 31 BORRIFADOR DE AGUA - EM PLASTICO, PARA CAPACIDADE PARA 500ML UN - UNIDADE SILPLAST 100,00 5,0000 500,00 0 2111431 32 DISPENSER PARA ALCOOL GEL - EM PLASTICO ABS, ATE 800 ML UN - UNIDADE NOBRE 30,00 23,0000 690,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 12 direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.133.097/0001-07, com sede administrativa localizada na RUA DOM AQUINO 346, bairro CENTRO, CEP nº. 78770-000, nesta cidade de Alto Garças/MT, representado pelo (a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr (a). CLAUDINEI SINGOLANO, inscrito no CPF sob o nº. 051.358. 398-01, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. _____/2021, Processo Licitatório nº. ____/2021, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o (a) _____ _____

_____ _, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital. Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores: As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº.

10 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO 1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PERMANENTES DO TIPO MOBILIÁRIO EM GERAL, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS DE INFORMÁTICA, CLIMATIZADOR EVAPORATIVO, DENTRE OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços. 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de Código Nome da Empresa Itens Empresas CNPJ / CPF Nome do Representante CPF PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 12 recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue: 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2. 2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: Fornecedor: Item Especifica ção Unid. Marca Quantidad e Preço Unitário Preço Total PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 12 a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 12 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito

dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5. 1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 12 publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5. 3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5. 3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 12 revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 12 protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equi-

valente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7. 5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 8 de 12 esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8. 2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê?la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 9 de 12 contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 10 de 12 totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação

em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11. 2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 11 de 12 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal DG INDUSTRIA E DISTRIBUICAO LIMITAD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021 Aos 18 dias do mês de Outubro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TROCA, CONSERTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MÁQUINAS PARA ATENDER A DEMANDA DAS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DESTE PODER EXECUTIVO., de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. 1 - SERVIÇOS DE TROCA, CONSERTO, RECAPAGEM E VULCANIZAÇÃO DE PNEUS Fornecedor ZENILDO JOSÉ DE SOUZA ME CNPJ 01.476.090/0001-54 Endereço AV. TIRADENTES 2213 Nº Bairro Centro Cidade Alto Garças /MT CEP 78770000 Representante Legal CPF Email Telefone 6699644192 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 211138864 RECAPAGEM PARA PNEU 275/80 22,5R UN - UNIDADE CAMPO MARCA 46,00 658,7000 30.300,20 0 211138865 RECAPAGEM PARA PNEU 1000X20 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 6,00 564,6000 3.387,60 0 211138866 RECAPAGEM PNEU RADIAL MISTO 295 X 80 22,5 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 10,00 705,7500 7.057,50 0 211138867 RECAPAGEM/RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1400X24 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 18,00 1.223,3000 22.019,40 0 211138868 RECAPAGEM PNEU 17,5 X 25 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 20,00 2.164,3000 43.286,00 0 211138875 RECAPAGEM PARA PNEU 1000 X 20 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 36,00 564,6000 20.325,60 0 211138876 RECAPAGEM PARA PNEU 14-9-24 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 8,00 1.223,3100 9. 786,48 0 211138878 SERVICO DE TROCA DE PNEUS EM CAMINHÃO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 220,00 47,0500 10.351,00 0 211138879 SERVICO DE TROCA DE PNEU EM VEICULO UTILITARIO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 160,00 28,2300 4.516,80 0 211138880 SERVICO DE TROCA DE PNEU MOTONIVELADORA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 45,00 103,5000 4.657,50 0 211138881 SERVICO DE TROCA DE PNEU PÁ CARREGADEIRA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 45,00 131,7400 5.928,30 0 211138882 SERVICO DE TROCA DE PNEU EM RETROESCAVADEIRA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 20,00 131,7400 2. 634,80 0 211138883 SERVICO DE TROCA DE PNEU EM RETROESCAVADEIRA 105/80 R18 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 15,00 75,2800 1. 129,20 0 211138884 SERVICO DE TROCA DE PNEU DE ROLOCOMPACTADOR UN - UNIDADE CAMPO MARCA 10,00 56,4600 564,60 0 211138885 SERVICO DE SUBSTITUICAO DE PNEUS DE MOTOCICLETA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 30,00 28,2300 846,90 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 9 Total: 329.000,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar 0 211138886 SERVICO DETROCA DE PNEUS EM ONIBUS UN - UNIDADE CAMPO MARCA 140,00 56,4600 7. 904,40 0 211138887 SERVICO DE TROCA DE PNEUS EM MICROONIBUS E VAN UN - UNIDADE CAMPO MARCA 45,00 47,0500 2.117,25 0 211138888 SERVICO DE TROCA DE PNEUS DIANTEIROS EM TRATOR UN - UNIDADE CAMPO MARCA 15,00 94,1000 1.411,50 0 211138889 SERVICO DE TROCA DE PNEUS TRASEIROS EM TRATOR UN - UNI-

DADE CAMPO MARCA 10,00 141,1500 1.411,50 0 211138890 SERVICO DE TROCA DE PNEUS EM AMBULANCIA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 80,00 28,2300 2.258,40 0 211138891 SERVICO DE TROCA DE PNEUS EM VEICULO POPULAR UN - UNIDADE CAMPO MARCA 50,00 28,2300 1.411,50 0 211138893 CONSERTO DE PNEU 275X80X22,5 E 295X80X22,5 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 160,00 56,4600 9.033,60 0 211138894 CONSERTO DE PNEU 900X20 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 20,00 56,4600 1.129,20 0 211138895 CONSERTO DE PNEU 1000/20 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 65,00 56,4600 3.669,90 0 211138896 CONSERTO DE PNEU 1400X24 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 55,00 123,3300 6.783,15 0 211138897 CONSERTO DE PNEU 17.5/25 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 55,00 141,1500 7.763,25 0 211138899 CONSERTO DE PNEU 105/80 R18 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 15,00 84,6900 1.270,35 0 211138903 CONSERTO DE PNEU 15X6 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 10,00 56,4600 564,60 0 211138905 CONSERTO DE PNEU MOTOCICLETA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 30,00 28,2300 846,90 0 211138906 CONSERTO DE PNEU DE CAMIONETE UN - UNIDADE CAMPO MARCA 40,00 37,6400 1.505,60 0 211138907 CONSERTO DE PNEU DE CARRO POPULAR UN - UNIDADE CAMPO MARCA 140,00 28,2300 3.952,20 0 211138908 CONSERTO DE PNEUS EM ONIBUS UN - UNIDADE CAMPO MARCA 80,00 56,4600 4.516,80 0 211138909 CONSERTO DE PNEUS EM MICROONIBUS E VANS UN - UNIDADE CAMPO MARCA 50,00 56,4600 2.823,00 0 211138910 CONSERTO DE PNEUS EM TRATOR DIANTEIRO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 10,00 94,1000 941,00 0 211138911 CONSERTO DE PNEUS EM TRATOR TRASEIRO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 10,00 141,1500 1.411,50 0 211138912 CONSERTO DE PNEUS, EM AMBULANCIA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 45,00 28,2300 1.270,35 0 211138913 VULCANIZACAO DE PNEU 275/80 22,5R UN - UNIDADE CAMPO MARCA 80,00 141,1500 11.292,00 0 211138914 VULCANIZACAO DE PNEU 900X20 E 1000X20 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 60,00 141,1500 8.469,00 0 211138915 VULCANIZACAO DE PNEU 1400X24 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 30,00 498,7300 14.961,90 0 211138916 VULCANIZACAO DE PNEU 17.5-25 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 40,00 526,9600 21.078,40 0 211138918 VULCANIZACAO DE PNEU CARRO UTILITÁRIO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 200,00 84,6900 16.938,00 0 211138919 VULCANIZAÇÃO EM MOTOCICLETA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 30,00 84,6900 2.540,70 0 211138920 VULCANIZAÇÃO PNEU AMBULANCIA UN - UNIDADE CAMPO MARCA 50,00 84,6900 4.234,50 0 211138921 VULCANIZAÇÃO DE PNEU DE TRATOR TRASEIRO UN - UNIDADE CAMPO MARCA 8,00 611,6500 4.893,20 0 211138922 VULCANIZACAO DE PNEU 14-9-24 16 LONAS UN - UNIDADE CAMPO MARCA 8,00 508,1400 4.065,12 0 211138923 VULCANIZACAO DE PNEU ÔNIBUS 215/75 17,5R UN - UNIDADE CAMPO MARCA 60,00 141,1500 8.469,00 0 211138924 VULCANIZACAO DE PNEU 225/70 R15 UN - UNIDADE CAMPO MARCA 15,00 84,6900 1.270,35 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 9 pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 9 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5.1.2.1. O órgão

gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5. 1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de oficio" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2. 1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 9 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços. 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 9 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7. 2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda for-

necedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 9 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 9 cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÂO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 8 de 9 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal ZENILDO JOSÉ DE SOUZA M

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021 Aos 18 dias do mês de Outubro de 2021, de um lado o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, com sede na rua dom aquino , nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.133. 097/0001-07, neste ato, representado pelo(a), residente e domiciliado na , bairro nesta cidade, neste ato denominado simplesmente Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, realizado por meio do PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada FORNECEDOR, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem: 1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR VISANDO ATENDER ALUNOS DA REDE DE ENSINO DA ZONA RURAL, CONFORME O CALENDÁRIO ESCOLAR DA REDE DE ENSINO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELE, de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório. 1 - LOTE 1 ? SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR (ZONA RURAL) Total: 953.504,00 2 - DO PREÇO 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme clausula 1. Fornecedor J A KONRAD TRANSPORTES EIRELI CNPJ 32.955.379/0001-80 Endereço TIRADENTES Nº 63 Bairro Centro Cidade Alto Garças /MT CEP 78770000 Representante Legal CPF Email garcas_turis@hotmail.com Telefone 6634711552 SEQ. CÓDIGO DESCRIÇÃO UNID. MARCA QUANT. VL. UNIT. VL. TOTAL 0 211144039 SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE ESCOLAR LINHA 1 KM - QUILÔMETRO GARCAS TURIS 59200,00 6,6600 394.272,00 0 211144040 SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE ESCOLAR LINHA 2 KM - QUILÔMETRO GARCAS TURIS 37000,00 5,7600 213.120,00 0 211144041 SERVIÇO DE TRANSPORTE TERRESTRE ESCOLAR LINHA 3 KM - QUILÔMETRO GARACAS TURIS 51200,00 6,7600 346.112,00 PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 1 de 8 2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço. 2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido. 2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração. 2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo. 2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação. 2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação. 2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes: a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado; b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação. 2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá: a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados: b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições: b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador; b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor. 2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes. 2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades. 3 - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 2 de 8 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações. 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8. 666/1993. 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto. 4 - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital; 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata. 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993,

suas alterações posteriores e demais normas cabíveis. 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro. 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona". 5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES 5.1. Compete ao Órgão Gestor: 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 4° do Decreto Municipal n° 010/2013; 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração. 5. 1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos. 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização; 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 3 de 8 prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários. 5. 1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo; 5.1.6. Emitir a autorização de compra; 5. 1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação; 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias: 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital; 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada; 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata. 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata: 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços; 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações; 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis; 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata; 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado; 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão; 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações. 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 4 de 8 registro de preços. 5.3. 10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços. 6 - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS 6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando: 6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando: a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado; b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável; c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento; d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado; e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002; f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas. 6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior. 6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro. 6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente. 6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa. 6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente. 7 - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável. 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação. 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) ho-

ras, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 5 de 8 7.5. A (s) fornecedora (s) classificada (s) ficará (ão) obrigada (s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento. 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar. 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar o prazo estabelecido no termo de referência do edital da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente. 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento. 7.5. 4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n. º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento. 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado. 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata. 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações. 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso. 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega. 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural. 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada. 8 - DO PAGAMENTO 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações. 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela (s) fornecedora (s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS. 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo. 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 6 de 8 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais. 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora. 8. 7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada. 9 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993. 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações. 10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 11 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas: 11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado; c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos. 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente. 11. 1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento: a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso. 11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço: a) advertência, por escrito, nas faltas leves; b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor; c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos. d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. 11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 7 de 8 11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002. 11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação. 11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos. 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo

de cinco dias úteis, contado da notificação. 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração. 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município. 12 - DA EFICÁCIA 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município. 13- DO FORO 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Alto Garças para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas. PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS Prefeito(a) Municipal J A KONRAD TRANSPORTES EIRELI PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS MT ESTADO DE MATO GROSSO RUA DOM AQUINO 1250, Centro, ALTO GARÇAS/MT - Cep: 78770000 RUA DOM AQUINO, nº 1250 - Centro - ALTO GARÇAS/MT - 78770000 Fone: 06634711155 - Email: altogarcas@altogarcas.com.br Pag. 8

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

DEPTO LICITACAO
EXTRATO DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº181/2021

INEXIGIBILIDADE 001/2021 - CREDENCIAMENTO 001/2021

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, 470, Bela Vista - CEP: 78.410-000, Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Alto Paraguai, nº 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **"CONTRATANTE"**, RESOLVE celebrar contrato:

CONTRATADO: A. M. PEROLIN SILVA.

VALOR : **R$ 84.000,00 (Oitenta e Quatro Mil).**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA SUPRIR A DEMANDA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE COVID, POSTOS DA ZONA RURAL E ATENDIMENTO GINECOLÓGICO OFERECIDOS PELO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT

O Contrato terá sua vigência de **10/09/2021** á **28/02/2022**

Alto Paraguai-MT, 22 Outubro de 2021.

Município de Alto Paraguai

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº182/2021

ADESÃO CARONA Nº 28/2021 – arp Nº 119/2021 - PREGÃO PRESENCIAL 38/2021

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, 470, Bela Vista - CEP: 78.410-000, Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Alto Paraguai, nº 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **"CONTRATANTE"**, RESOLVE celebrar contrato:

CONTRATADA: URBANISTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI
VALOR : **R$ 22.996,00 (Vinte e dois Mil novecentos e noventa e seis reais).**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE, NA CAPITAL DO ESTADO - CUIABÁ/MT ENCAMINHADOS PELA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS DO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI/MT"

O Contrato terá sua vigência de 20/09/2021 á 28/09/2022

Alto Paraguai-MT, 22 Outubro de 2021.

Município de Alto Paraguai

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº183/2021

INEXIGIBILIDADE 005/2021 - CREDENCIAMENTO 005/2021

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, 470, Bela Vista - CEP: 78.410-000, Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Alto Paraguai, nº 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **"CONTRATANTE"**, RESOLVE celebrar contrato:

CONTRATADO: LARISSA LACERDA SOUZA, CPF sob o n.º 51.334.121-85 - SERVIÇOS MÉDICOS VETERINARIOS
VALOR : **R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).**

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO AGRICOLA E/OU AGROPECUÁRIA E MÉDICO VETERINÁRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA , PARA ACOMPANHAMENTOS NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO PARAGUAI, PARA ATENDIMENTO DO CONVÊNIO 0857/2020-SEAF/MT

O Contrato terá sua vigência de **04/10/2021** á **04/10/2022**

Alto Paraguai-MT, 22 Outubro de 2021.

Município de Alto Paraguai

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº184/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2021

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, 470, Bela Vista - CEP: 78.410-000, Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Alto Paraguai, nº 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **"CONTRATANTE"**, RESOLVE celebrar contrato:

CONTRATADO: DIVALDO BISPO DA CRUZ - CNPJ: 26.971.596/0001-60

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E REPARO PREDIAL
VALOR: R$ 191.116,06 (cento e dezenove mil cento e dezesseis reias e seis centavos)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E REPARO PREDIAL NA UNIDADE DE SAUDE E NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT", COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE A TABELA SINAPI.

O Contrato terá sua vigência de **08/10/2021** á **08/02/2022**

Alto Paraguai-MT, 22 Outubro de 2021.

Município de Alto Paraguai

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº185/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2021

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, 470, Bela Vista - CEP: 78.410-000, Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA** brasileiro, casado, Advogado, portador da Cédula de identidade RG n.º 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.º 937.368.431-00, residente e domiciliado Av. Alto Paraguai, nº 570, Centro, neste Município, neste ato denominado **"CONTRATANTE"**, RESOLVE celebrar contrato:

CONTRATADO: EDER ROBERTO DE PAULA – ME - CNPJ:Nº 14.822.294/0001-41

SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO
VALOR : R$ 222.350,00 (duzentos e vinte e dois mil trezentos e cinquenta reais)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O MINI LATICÍNIO DO DISTRITO DO CAPÃO VERDE NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI /MT.

O Contrato terá sua vigência de **18/10/2021** á **18/10/2022**

Alto Paraguai-MT, 22 Outubro de 2021.

Município de Alto Paraguai

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA Prefeito Municipal

DEPTO LICITACAO
PORTARIA Nº 328/2021

PORTARIA Nº 328/2021

NOMEAÇÃO FISCAL DE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º.-Designar o servidor Publico municipal, para exercer a função de **FISCAL DOS SEGUINTES CONTRATOS:**

1. **CARLENE DE SOUZA RAMOS ASCARI -** Secretária Municipal de Saúde.

CONTRATO N.181/2021 - Inxegibilidade n.001/2021

Empresa: A. M. PEROLIN SILVA – CNPJ: 24.686.087/0001-60

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURIDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA SUPRIR A DEMANDA NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL, CENTRO DE COVID, POSTOS DA ZONA RURAL E ATENDIMENTO GINECOLÓGICO OFERECIDOS PELO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI-MT**.**

CONTRATO N.182/2021 – ADESÃO CARONA Nº 028/2021 – ARP Nº 119/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2021 – MUNICIPIO DE NOVA MUTUM / MT.

Empresa: URBANISTICA SERVIÇOS SOCIAIS EIRELI – CNPJ: 11.352.553/0001-20.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM COM FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE, NA CAPITAL DO ESTADO CUIABÁ/MT ENCAMINHADOS PELA CENTRAL DE REGULAÇÃO DE VAGAS DE ALTO PARAGUAI/MT".

2. **EVANNIELE FERREIRA DE OLIVEIRA -** Secretaria de Desenvolvimento Econômico Agricultura e Meio Ambiente.

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2021 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2021

CONTRATO Nº 179/2021

CONTRATADO: DANIEL FELIPE FERREIRA DOS SANTOS

CONTRATO Nº 180/2021

CONTRATADO: SINFRÔNIO RAMOS SILVA JUNIOR

CONTRATO Nº 183/2021

CONTRATADA: LARISSA LACERDA SOUZA

Objeto: "CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TÉCNICO AGRICOLA E/OU AGROPECUÁRIA E MÉDICO VETERINÁRIO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PARA ACOMPANHAMENTOS NAS PROPRIEDADES DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE ALTO PARAGUAI, PARA ATENDIMENTO DO CONVÊNIO 0857/2020-SEAF/MT**"**

PREGÃO PRESENCIAL 30/2021

CONTRATO Nº 185/2021

Empresa: EDER ROBERTO DE PAULA – ME, CNPJ: Nº 14.822.294/0001-41

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O MINI LATICÍNIO DO DISTRITO DO CAPÃO VERDE

3. **ZILMAR MORENO CAMARÇO JUNIOR –** Coordenador da Secretaria Municipal de Infra Estrutura.

PREGÃO PRESENCIAL 029/2021

CONTRATO Nº184/2021

Empresa: DIVALDO BISPO DA CRUZ - CNPJ 26.971.596/0001-60

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO E REPARO PREDIAL NA UNIDADE DE SAUDE E NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT", COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE A TABELA SINAPI

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se; Registra-se; Cumpra-se;

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – MT, 22 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

PORTARIA Nº 334/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 072/2021 oriundo do Pregão Presencial n°029/2020"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Rosangela Carvalho de Oliveira Santos, servidora pública de provimentos no cargo de técnico administrativo, matrícula funcional nº 000086 lotado na secretaria municipal educação e cultura, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 072/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Fernanda Nogaroto Tonsis, servidora pública de provimentos no cargo de secretaria municipal educação e cultura, matrícula funcional nº 002810 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 072/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 072/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 072/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 072/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 31 de agosto de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 329/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 074/2021 oriundo da Pregão Eletrônico 024/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Juliana Bellodi, servidora pública de provimentos no cargo de secretaria municipal de educação, cultura, esporte e lazer, matrícula funcional nº 000251 lotado na secretaria municipal de educação, cultura, esporte e lazer, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 074/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Eliana Worst, servidora pública de provimentos no chefe da seção de eventos culturais, matrícula funcional nº 004759 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 074/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 074/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 074/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 074/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 26 de agosto de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2021 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE TONER, CARTUCHOS, TINTAS E OUTROS, PARA ATENDER A DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE ALTO TAQUARI-MT**,de acordo com o projeto básico e o anexo I. Abertura às **08:30h (Horário de Brasília)** do dia **10/11/2021.** O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura em horário de funcionamento através da Pregoeira, pelo site www.altotaquari.mt.gov.br/licitacoes ou ainda pelos fones (66) 3496-1448.

Alto Taquari – MT, 21 de outubro de 2021.

Rosana Cardoso dos Santos Costa

Pregoeira

LEI Nº 1235/2021

"Dispõe sobre alteração do artigo 7º e parágrafo 1º da Lei 1.184/2021, e dá outras providências".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT, **MARILDA GAROFOLO SPERANDIO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 7º, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º- Em virtude da Lei Complementar 173/2020, que no inciso II e III do artigo 8º, no qual proíbe a criação de cargos que aumente despesas até 31/12/2021, se faz necessário a adequação de subsídios dos cargos comissionados e supressão de vagas, assim disposto:

Art. 2º- Fica alterada a redação do paragrafo 1º do artigo 7º o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º- ...

§ 1º - Fica suprimida as vagas dos seguintes cargos de provimento em comissão criados pela lei 739/2013 e alterados pelas leis 950/18 e 1087/19, subordinados às respectivas Unidades Organizacionais, a saber:

CODIGO	CARGO	Nº DE CARGO (s)	SUBSIDIO
	Coreografo	02	R$ 1.536,74
	Instrutor de Banda de Percussão	02	R$ 2.458,00

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 29 de janeiro de 2021.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Taquari-MT, 19 de outubro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 351/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 081/2021 oriundo da inexigibilidade nº 006/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sr. Leandro Alves de Almeida, servidor público de provimentos no cargo comissionado como secretário municipal de administração e fazenda, matrícula funcional nº 004756 lotado na secretaria municipal de administração, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 081/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Veronica Santana Ferreira, servidora em cargo comissionado como assessor de gabinete, matrícula funcional nº 004901 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 081/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 081/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 081/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 10 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 352/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 082/2021 oriundo da inexigibilidade nº 005/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Ivone Tavares Meneses dos Santos, servidora pública de provimentos no cargo de assistente social, matrícula funcional nº 003635 lotado na secretaria municipal de secretaria fundo municipal de saúde, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 082/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Cintia Milena Perfeito de Paulo, servidora em cargo de assistente social, matrícula funcional nº 002944 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 082/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 082/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 082/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e defi-

nitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 10 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 330/2021

“Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 071/2021 oriundo do Pregão Eletrônico nº 036/2021”

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Rosa Maria Pagliuso Siqueira, servidora pública de provimentos no cargo de Engenheira Civil, matrícula funcional nº 002886 lotado na secretaria municipal de planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 071/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Henrique Mesquita Goncalves, servidor público de provimentos no cargo de coordenador de planejamento, matrícula funcional nº 004776 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 071/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 071/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 071/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 071/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 20 de agosto de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

DECRETO EXPROPRIATÓRIO Nº 245/2021 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2021.

“DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO PARA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS A CÉU ABERTO NO ENTORNO DO LAGO MUNICIPAL, OS IMÓVEIS QUE ESPECIFICA”.

A Prefeita Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marilda Garofolo Sperandio, no uso de suas atribuições legais, nos termos do disposto nos artigos 5º, alínea i, e 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando a necessidade de realizar a implantação de um Centro de Eventos a Céu Aberto objetivando a construção de um Palco para Shows e Eventos; instalação de lanchonetes; parque infantil; academia ao ar livre e coreto para apresentações, no entorno do LAGO MUNICIPAL, localizado na zona urbana da cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de UTILIDADE PÚBLICA para fins de desapropriação amigável ou judicial, o lote urbano nº 21, da quadra nº 66, localizada no Bairro Parque Taquari, nesta cidade e Comarca de Alto Taquari/MT, com área total de 432,62 m², circunscritos dentro dos limites e confrontações das matrículas imobiliárias nº 112, nº 574, nº 711 do Cartório do Registro Geral de Imóveis de Alto Taquari.

Art. 2º. Para conhecimento dos interessados e demais efeitos legais, acha-se arquivada na Prefeitura Municipal a planta dos lotes desapropriados.

Art. 3º. A presente desapropriação é declarada de urgência para os efeitos do artigo 15, do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 4º. Os imóveis objetos do presente Decreto destinam-se à implantação de obras objetivando a implantação de uma área de lazer, com palco para shows, coreto de apresentações, praça infantil, academia ao ar livre, bem como outras benfeitorias no entorno do LAGO MUNICIPAL, localizado na zona urbana desta cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita do Município de Alto Taquari-MT, em 21 de outubro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 045/2021

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta, fulcrada no inciso IV, art. 24 da Lei 8.666/93, com a empresa: **VITALMEDICA DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ: 17.252.670/0001-06,** com o valor total de **R$ 10.236,00 (Dez mil, duzentos e trinta e seis reais)**. Cujo objeto trata-se da **AQUISIÇÃO DE TRÊS APARELHOS DE LASERTERAPIA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Contudo resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 do supracitado diploma legal.

Alto Taquari - MT, 21 de Outubro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 335/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 072/2021 oriundo do Pregão Presencial n°029/2020"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Rosangela Carvalho de Oliveira Santos, servidora pública de provimentos no cargo de técnico administrativo, matrícula funcional nº 000086 lotado na secretaria municipal educação e cultura, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 073/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Fernanda Nogaroto Tonsis, servidora pública de provimentos no cargo de secretaria municipal educação e cultura, matrícula funcional nº 002810 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 073/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 073/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 073/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 073/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 31 de agosto de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 341/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 075/2021 oriundo Pregão Eletrônico 024/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. Juliana Bellodi, servidora pública de provimentos no cargo de secretaria municipal de educação, cultura, esporte e lazer, matrícula funcional nº 000251 lotado na secretaria municipal educação e cultura, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 075/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. Eliana Worst, servidora pública de provimentos no cargo de chefe da seção de eventos culturais, matrícula funcional nº 004759 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 075/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução do Contrato nº 075/2021;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 075/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 075/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do Contrato.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 03 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 046/2021

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

A Prefeita Municipal, Srª. Marilda Garofolo Sperandio, tendo em vista a justificativa apresentada pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELETRICISTA PREDIAL CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ELABORADA PELA SECRETARIA SOLICITANTE**, fulcrada nos incisos II do Art. 24 da Lei 8.666/93, com: **ADL ELÉTRICA CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO** - CNPJ: 24.100.333/0001-50, no valor total de **R$ 9. 300,00** (Nove mil e trezentos reais) para 2 messes e 10 dez dias de locação, no valor mensal de **R$ 3.100,00** (Três mil e cem reais). Resolve, RATIFICAR a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/83, que rege as compras públicas.

Alto Taquari - MT, 21 de Outubro de 2021.

Marilda Garofolo Sperandio

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 349/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 080/2021 oriundo da Tomada de Preço nº 011/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, Sra. ROSA MARIA PAGLIUSO SIQUEIRA, servidora pública de provimentos no cargo de engenheira civil, matrícula funcional nº 002886 lotado na Secretaria Municipal Infraestrutura Urbana, Viação, Obras e Planejamento, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 080/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sr. PAULO HENRIQUE ALVES ZOLIN, servidor em cargo comissionado como diretor do dept. de acomp. de proces matrícula funcional nº 004760 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 080/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 080/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 080/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) "as built", elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta "habite-se", emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 10 de Setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 353/2021

"Nomeia Servidor para atuar como fiscal do Contrato nº 083/2021 oriundo da Dispensa de Licitação nº 040/2021"

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO, Prefeita do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal designa-se Sra. Angelita Felipe Nunes, servidora em cargo de Psicólogo, matrícula funcional nº 004034 lotado no fundo municipal promoção e assistência social, para exercer a função de fiscal do Contrato nº 083/2021 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se Sra. Dhayane Negrão ferreira Cremonizi de Souza, servidora pública de provimentos comissionado no cargo de coordenador de assistência social, matrícula funcional nº 004763 da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do Contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do Contrato nº 083/2021, administrando em conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução da Obra;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do Contrato nº 083/2021, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do Contrato nº 083/2021, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de Alto Taquari-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula do Contrato e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Compras e Licitação;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Obra.

Art. 3º - Na fiscalização dos contratos de obras deverão ser observadas as seguintes atribuições, além das demandas já previstas nesta Portaria:

I – os fiscais de obras deverão seguir as recomendações das normas legais e atualizadas concernentes a Obras Públicas;

II – arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento (provisório e definitivo), contratos, aditamentos, apostilas, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento definitivo do serviço e notificações expedidas;

III – exigir da contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso:

a) “as built”, elaborado pelo responsável pela execução;

b) comprovação das ligações de energia e água;

c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;

d) carta “habite-se”, emitida pela Prefeitura local;

e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro da obra, junto ao Cartório de Registro de Imóveis.

f) a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante, no artigo 69 da Lei nº 8.666/93 e no artigo 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

Art. 4º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 13 de setembro de 2021.

MARILDA GAROFOLO SPERANDIO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - PORTARIA Nº 197, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Nomear a Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento de Planejamento Familiar

O Senhor GETÚLIO DUTRA VIEIRA NETO, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso das Atribuições legais e em conformidade com o artigo 77, Inciso VI da Lei Orgânica do Município

Considerando a lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996, regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências.

Considerando a Resolução CIB/MT Nº 007 de 10 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre normas de procedimentos para Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do SUS no Estado de Mato Grosso.

Considerando a portaria SAS/MS Nº 048 de 11 de fevereiro de 1999, referente ao Planejamento Familiar.

RESOLVE:

Art. 1º nomear os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento de Planejamento Familiar

SERVIDOR	FUNÇÃO	CONSELHO DE CLASSE
Thalyta Heloisa Souza Aquino	Enfermeira	Coren -MT 471041
Thaynan Thalita T. de Souza	Psicólogo	CRM-MT 2463
Sueleny de Oliveira	Assistente Social	CRSS-MT 4467/D
Valdivino Barbosa Peres	Médico	CRP-MT 18/02113

Art. 2º A Equipe Multidisciplinar tem por objetivo realizar o aconselhamento as famílias sobre os meios disponíveis de planejamento familiar.

Art. 3º A Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento de Planejamento Familiar deverá se reunião quinzenalmente ou conforme a necessidade do serviço de saúde ou de acordo demanda apresentado no município.

§ 1º A Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento de Planejamento Familiar no prazo de 60 dias deverá elaborar e apresentar a secretaria municipal de saúde um protocolo municipal de planejamento familiar.

§ 2º A Secretaria Municipal de Saúde encaminhará o protocolo para análise e aprovação do conselho municipal de Saúde.

Art. 4º A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araguaiana-MT, em 21 de outubro de 2021.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 75 DE 2021 - NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA E COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 75 DE 2021

Araguaiana, 21 de outubro de 2021.

“NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE TÉCNICA E COMISSÃO COORDENADORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO”.

.

O Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, Sr. Getúlio Dutra Vieira Neto, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º- Ficam nomeados os representantes para comporem a Equipe Técnica e a Comissão Coordenadora do Plano Municipal de Educação – PME de Araguaiana – MT, conforme abaixo:

Membros da Equipe Técnica

Seguimento: Secretaria de Educação Municipal – José Marra Nery, CPF: 202.448.191-49, RG: 844172 SSP/GO, endereço: Av. Presidente Vargas, S/N, Jd. Urânia II. E-mail: marranery@hotmail.com

Seguimento: Assessoria – Lídia Arraes de Oliveira, CPF:395.707.701-04, RG: 39777-5 SSP/MT, endereço: Avenida Dr. José Morberk s/n, Bairro: Jardim Urânia II. E-mail: lidiaarraes01@hotmail.com

Seguimento: Técnico da Secretária Municipal de Educação: Joyce Grazziely Costa, CPF: 018.871.431-40, RG: 16323392-0, endereço: Rua José da Luz, nº 93, Centro, Araguaiana-MT. E-mail: joycegrazziely@hotmail.com

Seguimento: Professor da Rede Municipal - Wcleverson Batista Silva, CPF: 727.801.691-68, RG: 1492623-7 SSP/MT, endereço: Avenida Presidente Vargas, 424, Bairro: Jardim Urânia I. E-mail: prof.wcleverson@gmail.com

Seguimento: Professor da Rede Municipal - Ivani Moraes, CPF: 362.582.291-15, RG: 529136 SSP/MT, endereço: Rua Irmã Carmelita Paniago Vilela, s/nº, Centro. E-mail: vaniduartemoraes@gmail.com.

Seguimento: Professor da Rede Estadual – Eliene Ribeiro de Souza, CPF: 807.397.091-00 e RG: 1121854-1 SSP/MT, endereço: Rua Silva, s/nº, Bairro: Jd Urânia I, Araguaiana-MT. E-mail: ln1_@hotmail.com.

Seguimento: Professor da Rede Estadual – Liliane Parra, Cpf 010.417.611-39, RG 1632471-4, endereço: Rua Porto Alegre n 21, Bairro Jardim Urania I. E-mail: lilianeanaestella@gmail.com

Membros da Comissão Coordenadora

Seguimento: Secretaria de Educação Municipal – José Marra Nery, CPF: 202.448.191-49, RG: 844172 SSP/GO, endereço: Av. Presidente Vargas, S/N, Jd. Urânia II. E-mail: marranery@hotmail.com

Seguimento: Assessoria – Lídia Arraes de Oliveira, CPF:395.707.701-04, RG: 39777-5 SSP/MT, endereço: Avenida Dr. José Morberk s/n, Bairro: Jardim Urânia II. E-mail: lidiaarraes01@hotmail.com

Seguimento: Professor da Rede Municipal - Wcleverson Batista Silva, CPF: 727.801.691-68, RG: 1492623-7 SSP/MT, endereço: Avenida Presidente Vargas, 424, Bairro: Jardim Urânia I. E-mail: prof.wcleverson@gmail.com

Seguimento: Equipe de Apoio/Funcionários – Silvia Duarte Alves – CPF: 474.515.211-68 e RG: 0712257-7 SSP/MT, endereço: Rua Pedrinho Barbosa, nº 158, Jd Saveco – Araguaiana-MT. silviadabatista@hotmail.com

Seguimento: Professor da Rede Estadual – Liliane Parra, Cpf 010.417.611-39, RG 1632471-4, endereço: Rua Porto Alegre n 21, Bairro Jardim Urania I. E-mail: lilianeanaestella@gmail.com

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2021.

_____

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410/2021

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO DO MUNICIPIO DE ARAPUTANGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENILSON DE ARAÚJO RIOS, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE:

Art. 1.º - EXONERAR a pedido, conforme requerimento de 21/10/2021, a servidora **LIBIA PEREIRA GONTIJO,** matrícula nº 2568, ocupante do cargo em comissão de Assessora, a partir de 22/10/2021.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 304/2021.

Registra-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) dias do mês de outubro (10) do ano de dois mil e vinte e um (2021).

ENILSON DE ARAÚJO RIOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2021

EXTRATO DO CONTRATO N° 048/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS – MT

CONTRATADO: AYLA LETICYA VERSALLI

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS COMO PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, NA CRECHE MUNICIPAL TIA FIFI.

PERIODO DE VIGÊNCIA: 13/10/2021 ATÉ **13/10/2022**

VALOR MENSAL R$: 3.262,90 (TRES MIL DUZENTOS E SESSENTA E DOIS REAIS E NOVENTA CENTAVOS.)

DATA DA ASSINATURA:13/10/2021

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N° 051/2021

O MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público aos interessados que fará realizar, no dia **08 DE NOVEMBRO DE 2021, às 08h00min** (Horário Oficial de Mato Grosso), na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada à Rua Presidente Costa e Silva nº 105/E, equina com a Rua Castelo Branco, Vila Nova, neste Município de Arenápolis-MT, O **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS 051/2021, Menor Preço por Item,** com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARENAPOLIS-MT, CONFORME A PROPOSTA Nº 11344.687000/1200-29/FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE, COM ESPECIFICAÇÕES DETALHADA NO ANEXO I DO EDITAL.** O edital completo esta disponível no site **www.arenapolis.mt.gov.br**. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal durante o horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min, ou através do telefone: (65) 3343-1105.

Arenápolis-MT, 21 de Outubro de 2021**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.150/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência no valor de R$ 316.400,00 (trezentos e dezesseis mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no §1º, III e § 3º do artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

07.003.12.361.0009.2040 – Ensino Fundamental – FUNDEB 40%

3190.0400 – Contratação por tempo determinado - R$ 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais);

3190.1300 – Obrigações patronais – INSS – R$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

07.003.12.365.0009.2086 – Manutenção do aprendizado infantil – Pré-Escola – FUNDEB 40%

3190.0400 – Contratação por tempo determinado – R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais);

3190.1300 – Obrigações patronais – R$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundos de excesso de arrecadação por tendência sob a fonte de recursos 01.19 – Transferências do FUNDEB – Impostos 30%.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, na Lei n. º 1985 de 29 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 dias do mês de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 177/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III e § 3º da lei 4320 de 04 de maio de 1964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.021, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que seguem:

I.Programa 0009 – Ensino para transformação; Atividade 2040 – Ensino Fundamental – FUNDEB 40%;

II. Programa 0009 – Ensino para transformação; Atividade 2086 – Manutenção do aprendizado Infantil PRÉ-ESCOLA – FUNDEB 40%.

Onde, o crédito adicional suplementar vem de encontro a arrecadação superavitária em concretização, sendo no presente um excesso por tendência conforme dispõe o art. 43, § 3º da Lei 4320/64.

Dessa forma, o crédito adicional suplementar solicitado aplica-se as ações de manutenção e desenvolvimento da educação básica pública, assim consideradas aquelas dispostas no art. 70 da LDB, deduzida a parcela mínima de 70% (setenta por cento), que é vinculada ao pagamento da remuneração dos profissionais da educação básica, o que equivale a fração restante (de no máximo **30%**).

Posto que, sendo o excesso pressuposto em ápice de efetivação, encaminhamos o Anexo 10 da Lei 4320/64, sob o código da receita nº 1758011100000, o qual detalha a arrecadação para fins de aferição das receitas que envolve o crédito solicitado, sob a fonte de recursos 01.19 – Transferências do FUNDEB – Impostos 30% - agência 1471-0, conta corrente nº 30.906-0.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pelo real comportamento da arrecadação, situação que se enquadra nos dispostos da Lei n. º 4320/64 como "excesso de arrecadação por tendência, ocasionada especialmente pelas alterações promovidas pela Lei nº 14.133 de 25 de dezembro 2020, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 de outubro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 122- ASSECONT

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.151/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência no valor de R$ 134.400,00 (cento e trinta e quatro mil e quatrocentos reais) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no §1º, III e § 3º do artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

07.002.12.361.0009.2028 – Manutenção do Transporte Escolar

3190.0400 – Contratação por tempo determinado - R$ 75.400,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais);

3190.1100 – Vencimentos e vantagens fixas – R$ R$ 46.000,00 (quarenta e seis mil reais).

3190.1300 – Obrigações patronais – INSS – R$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundos de excesso de arrecadação por tendência sob a fonte de recursos 01.01 – Receita de impostos e de transferências de impostos - Educação.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, na Lei n. º 1985 de 29 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 dias do mês de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 178/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao artigo 43, parágrafo 1º da Lei nº 4.320 de 04 de maio de 1964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.021, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer - Programa 0009 – Ensino para transformação - Atividade 2028 – Manutenção do Transporte Escolar.

Onde a abertura do crédito adicional suplementar vincula-se ao excesso de arrecadação atingido no exercício no valor de R$ 2.636.475,71 (dois milhões seiscentos e trinta e seis mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), disponível em conta bancária sob o nº 13.096-6, agência 1471-0, do Banco do Brasil sob a fonte 01.01 – Receita de impostos e de transferências de impostos - Educação.

Acompanha o presente projeto de lei o anexo 10 da Lei 4320/64, ainda, evidenciamos de forma consolidada a arrecadação prevista versus a efetivada até o período:

Fonte	Previsão	Arrecadada	excesso

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pelo real comportamento da arrecadação acima do projetado para o exercício, situação que se enquadra nos dispostos da Lei n. º 4. 320/64 como "excesso de arrecadação", e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 de outubro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 123 ASSECONT

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
ATA DE R.P. Nº 110/2021

Pregão Presencial/Registro de Preços N.º 59/2021

Validade: 12 (doze) meses.

Registro de preço para futura e eventual aquisição de mudas de café da espécie coffea canefora, variedade robusta, com quatro a seis pares de folhas, em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deste Município de Aripuanã-MT.

O **MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 03.507.498/0001-71, com sede na Praça São Fracisco de Assis, nº 128, Centro, nesta cidade, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Prefeita Municipal, **Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**, brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua Ademar Demichelli n.º 683, em Aripuanã, Estado de Mato Grosso, portador da C.I. RG. N.º 3161745-0 e CPF n.º 539.659.739-91, doravante denominado "**ÓRGÃO GERENCIADOR**", e a empresa **HELEN KALINE DIAS CAMPOS WESTPHAL 04971160140** *inscrita no* ***CNPJ Nº. 28.216.239/0001-12*****,** Inscrição Estadual Nº. 13.708.305-0, Inscrição Municipal Nº. 2246, com sede na Chácara Santo Onofre, Lote 25, Bairro: Setor Chacareiro Frei Canuto, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso- CEP Nº. 78.325-000 - Telefone: (066) 98130-6668, e-mail: helenkaline.dias@gmail.com representada por sua proprietária **Srª. Helen Kaline Dias Campos Westphal**, portador do RG nº 24573167 SSP/MT e CPF nº 049.711.601-40, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**", nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal n° 10.520/2002 e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **Pregão Presencial/Registro de Preço n. 59/2021,** firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da **Lei Federal nº. 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, os Decretos Federais nº 7.892/2013, nº. 8.250/2014 e nº 8.538/2015, os Decretos Municipais nº. 1.392/2008 e 3.259/2018 e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações posteriores e demais legislação aplicável**, e em conformidade com as disposições a seguir.

1.OBJETO E PREÇOS

1.1. Através da presente ata ficam registrados os seguintes preços, visando a *futura e eventual aquisição de mudas de café da espécie coffea canefora, variedade robusta, com quatro a seis pares de folhas, em atendimento a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural deste Município de Aripuanã-MT.*Conforme Termo de Referência em anexo, Pregão Presencial/Registro de Preços nº 59/2021, abaixo especificados:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UND.	QTND.	V. UNIT.	V. TOTAL
1	704946	MUDAS DE CAFE ESPECIE COFFEA CANEFORA, VARIEDADE ROBUSTA, COM QUADRO A SEIS PARES DE FOLHAS ENTREGUE NA SEDE DO MUNICIPIO DE ARIPUANA/MT.	UNID.	100.000	R$ 1,09	R$ 109.000,00
TOTAL GERAL						**R$ 109.000,00**

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 07 (sete) meses.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Aripuanã não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 059/2021**, que a precedeu e íntegra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PAGAMENTO

3.1. A empresa licitante deverá apresentar após a execução dos serviços, as notas fiscais eletrônicas, devidamente processadas com todos os campos preenchidos, sem rasuras e devidamente atestada pelo servidor designado pela Administração, devendo ainda estar acompanhada das cópias das Ordens de Fornecimento autorizadas pelo Almoxarifado Central. 3.2. O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Ordem Bancária, será efetuado no prazo de **até 30 (Trinta) dias**, após o recebimento do objeto solicitado parceladamente, e as notas deverão ser entregues e atestada pelo servidor designado pela Administração para a fiscalização da ata; 3.3. Se a Nota Fiscal for apresentada com erro, será devolvida à licitante vencedora para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação; 3.4. Para fazer jus ao pagamento, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação: 3.4.1. Certidão Negativa de Tributos Federais unificada com a CND-INSS, fornecida pela Fazenda Federal, e a Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional; 3.4.2. Certidão Negativa de Débitos Municipais, apenas para empresa com sede no município de Aripuanã; 3.4.3. Certidão de Regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); 3.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). 3.5. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária. 3.6. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, DA EXECUÇÃO E DO PRAZO

4.1. O prazo de fornecimento do objeto é de 07 (sete) meses, porém a entrega dos produtos será no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, após emissão da ordem de fornecimento, sendo que a empresa vencedora só poderá executar a entrega após recebimento da requisição autorizando o fornecimento;

4.2. O objeto da ata será recebido pela unidade requisitante, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei federal nº 8.666/93.

4.3. Se a qualidade dos produtos fornecidos não corresponder às especificações do objeto da ata, aquele será devolvido, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.4. Se durante o prazo de validade da ata, as entregas apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, desde que isto não represente culpa dos agentes do Município, este estabelecerá o prazo em que a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco.

5. DAS OBRIGAÇÕES

5.1. Órgão Gerenciador:

5.1.1. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva execução do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho; 5.1.2. Aplicar as penalidades, quando for o caso; 5.1.3. Prestar toda e qualquer informação, necessária à perfeita execução da nota de empenho; 5.1.4. Efetuar o pagamento no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal acompanhada das certidões de regularidade, devidamente atestada, no setor competente; 5.1.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção. 5.1.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária 5.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento 5.1.8. O objeto desta licitação deverá estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que o recebimento da Secretaria Municipal responsável e por servidores habilitados indicados para tal fim e caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem quaisquer incorreções, não serão aceitos.

5.2. Da Detentora da Ata:

5.2.1. Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida; 5.2.2. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os materiais fornecidos; 5.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação; 5.2.4. Fornecer o objeto, no preço, prazo e forma estipulada na proposta. 5.2.5. Substituir às suas expensas, os materiais que se encontrarem em desconformidade com o edital ou fora do prazo de validade, dentro das condições de consumo; 5.2.6. Repassar eventuais baixas de preços, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. 5.2.7. Quando requisitado, entregar os materiais em local designado pelo Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional. 5.2.8. Credenciar um representante junto ao Município para prestar esclarecimentos que forem solicitados, cujas reclamações se obriga a atender prontamente; 5.2.9. Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; 5.2.10. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por culpa ou dolo, não servindo como excludente ou redutor dessa responsabilidade o fato de haver acompanhamento e fiscalização por parte do Município. 5.2.11. Entregar o objeto em conformidade com edital, caso for constatado que o material for inferior conforme as descrições do termo de referência e segundo norma e certificados exigidos em lei, os mesmos serão devolvidos ficando a empresa fornecedora responsável pelo pagamento de taxas, frete e demais encargos, devendo efetuar a troca do mesmo no prazo máximo de 02 dias úteis. Em caso de reincidência a empresa poderá sofrer sansões administrativas. 5.2.12. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Secretaria Solicitante, em estrita observância das especificações do edital, termo de referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal; 5.2.13. Fornecer o objeto de acordo com as exigências do Edital do Pregão e Termo de Referência, sendo obrigada a substituí-los, se em desacordo com as especificações propostas e recusado por justo motivo pelo encarregado do recebimento; 5.2.14. Entregar as mudas em sacolas plásticas nas dimensões de 10 x 20 centímetros preenchidas com solo livre da presença de plantas daninhas; 5.2.15. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do insumo (Mudas Clonais de Café), nos termos da legislação vigente e exigências contidas neste Termo de Referência, observadas as especificações, normas e outros detalhamentos; 5.2.16. Quando for o caso ou no que for aplicável, fazer cumprir, por parte de seus empregados e prepostos, as normas da Contratante; 5.2.17. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Contratante; 5.2.18. Fornecer as mudas no prazo estabelecido ou quando necessário, informando em tempo hábil qualquer motivo impeditivo ou que impossibilite assumir o estabelecido; 5.2.19. Assumir inteira responsabilidade quanto à garantia e qualidade do insumo, reservando a Contratante o direito de recusá-lo caso não satisfaça aos padrões especificados.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho.

6.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

7. DAS PENALIDADES

7.1. Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

7.1.1. Advertência;

7.1.2. Multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 02º (segundo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

7.1.3. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 02 (dois) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

7.1.4. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

7.1.5. Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.6. Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 Da aplicação das penas definidas nas alíneas do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão de obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do produto fornecido e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição dos produtos, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.1.7. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

10. DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

10.1. As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela autoridade competente ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre com base nas estimativas de consumo.

10.2. As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da NAD – (Nota de Autorização de Despesa). Caso a unidade necessite de regulamentação não prevista neste instrumento, as normas não poderão divergir das cláusulas desta ata.

11. DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas por meio do endereço eletrônico informado na proposta de preço, cabendo a detentora da Ata mantê-lo atualizado, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS nº 059/2021** e a proposta da empresa **HELEN KALINE DIAS CAMPOS WESTPHAL** classificada em 1º lugar para os itens relacionados no item 1.1 desta ata, no certame supranumerado.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

12.3. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da nota de empenho e respectiva Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

12.4. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

13. DO FORO

13.1. As partes elegem o foro da Comarca de Aripuanã, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Aripuanã – MT, 20 de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

HELEN KALINE DIAS CAMPOS WESTPHAL 04971160140

CNPJ Nº. 28.216.239/0001-12

Helen Kaline Dias Campos Westphal

CPF nº 049.711.601-40

Testemunhas:

Ingrid Pâmela Dourado dos Santos Hilariane Hilario da Silva

CPF N.º 062.583.181-00 CPF N.º 038.944.021-30

GABINETE DA PREFEITA
LEI Nº. 2.149/2021.

SÚMULA:

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

SELUIR PEIXER REGHIN, Prefeita do Município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso,

Faço saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Chefe do Poder Executivo Municipal está autorizada a abrir Crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação por tendência no valor de R$ 140.100,00 (cento e quarenta mil e cem reais) no orçamento vigente, lei n°. 1985 de 29 de dezembro de 2020, com amparo no §1º, III e § 3º do artigo 43 da Lei 4320/64, com classificação orçamentária:

07.003.12.361.0009.2041 – Ensino Fundamental – FUNDEB 60%

3190.0400 – Contratação por tempo determinado - R$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais);

3190.1300 – Obrigações patronais – INSS – R$ 11.000,00 (onze mil reais).

07.003.12.365.0009.2087 – Ensino Infantil – CRECHE – FUNDEB 60%

3190.0400 – Contratação por tempo determinado – R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

3190.1300 – Obrigações patronais – INSS – R$ 8.100,00 (oito mil e cem reais);

Art. 2º. Para cobertura do crédito autorizado serão utilizados os recursos financeiros oriundos de excesso de arrecadação por tendência sob a fonte de recursos 01.18 – Transferências do FUNDEB – Impostos 70%.

Art. 3º. Fica a chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a proceder aos ajustes necessários ao Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n°. 1984 de 29 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2021, na Lei n. º 1985 de 29 de dezembro de 2020, Lei Orçamentária para o exercício de 2021, e na Lei Municipal nº. 1548 de 20 de dezembro de 2017, Plano Plurianual, promovendo as emendas orçamentárias pertinentes.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 dias do mês de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

Registre-se e publique-se

KARIN RODRIGUES DOS SANTOS

Secretária Municipal de Finanças

MENSAGEM

Tenho a honra de encaminhar a essa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei nº 176/2021 que "**AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO POR TENDÊNCIA,** NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Projeto tem por objeto a abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro de exercícios anteriores, em observação ao artigo 43, parágrafo 1º, Inciso III e § 3º da lei 4320 de 04 de maio de 1964.

O crédito adicional visa reforçar o orçamento previsto na Lei 1985/2020 – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.021, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que seguem:

I.Programa 0009 – Ensino para transformação; Atividade 2041 – Ensino Fundamental – FUNDEB 60%;

II. Programa 0009 – Ensino para transformação; Atividade 2087 – Ensino Infantil – CRECHE – FUNDEB 60%;

Onde, o crédito adicional suplementar vem de encontro a arrecadação superavitária em concretização, sendo no presente um excesso por tendência conforme dispõe o art. 43, § 3º da Lei 4320/64.

Posto que, o crédito adicional suplementar solicitado se destina ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, com profissionais da educação básica do município em efetivo exercício, em proporção não inferior de 70% dos recursos recebidos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), conforme dispõe o art. 26 da Lei 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

Sendo o excesso pressuposto em tendência pela arrecadação já efetiva, ao qual encaminhamos o Anexo 10 da Lei 4320/64, sob o código da receita nº 1758011100000, com detalhamento da arrecadação para fins de aferição da previsão inicial *versus* a já efetivada, sob a fonte de recursos 01. 18 – Transferências do FUNDEB – Impostos 70% -com movimentação financeira na agência do Banco do Brasil n. º 1471-0, conta corrente nº 30. 906-0.

Desta forma, a abertura do crédito adicional suplementar pretendida, justifica-se pelo real comportamento da arrecadação, situação que se enquadra nos dispostos da Lei n. º 4320/64 como "excesso de arrecadação por tendência, ocasionada especialmente pelas alterações promovidas pela Lei nº 14.133 de 25 de dezembro 2020, e tem a finalidade de adequação e ajustes que a lei determina que seja efetuada no Orçamento Municipal.

Na certeza de contar com o apoio de Vossas Excelências na aprovação da inclusa propositura expostas as razões de minha iniciativa, submeto o presente projeto a discussão e deliberação desta Egrégia Casa, requerendo a sua aprovação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Aripuanã, aos 21 de outubro de 2.021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

PL 121 ASSECONT

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 30/2021

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 6/2021

Aos **trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um,** o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **"ÓRGÃO GERENCIADOR",** representado pela Prefeita Muni-

cipal**, Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**e a empresa **COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDA** inscrita no **CNPJ Nº. 00.449.484/0003-12,** Inscrição Estadual N.º 133871037, Inscrição Municipal N.º 403545921 com sede na Rua 13 de Maio, n.º 857 – Bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP N.º 78325-000, Telefone: (066) 3565-2580, e-mail: trrkrupinskiaripuana@gmail.com, representada por seu procurador **Sr. Leandro Moreira**, portador do RG N.º 1148225-7 SSP/MT e CPF N.º 650.647.631-15, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA**"**,** resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 30/2021,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o *registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível no atacado (diesel S10 e diesel S500) em atendimento a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município de Aripuanã/MT.*

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Seq.	Item	Descrição	Un	Valor Reajustado
01	67036	OLEO DIESEL B S- 500 NO ATACADO	LITRO	**R$ 5,17**
02	675738	OLEO DIESEL B S-10 NO ATACADO	LITRO	**R$ 5,29**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços n.º 30/2021.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 21 de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS KRUPINSKI LTDA

CNPJ N.º 00.449.484/0003-12

Leandro Moreira

CPF N.º 650.647.631-15

Procurador

Testemunhas:

Greicieli Batista Garcia Hilariane Hilário da Silva

CPF N.º 033.633.191-69 CPF N.º 038.944.021-30

LICITAÇÃO
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 04 DE OUTUBRO DE 2021, ANO XIV Nº 3.827, PAGINA 33 REFERENTE A PUBLICAÇÃO DO CONRATO Nº **066/2021**, ONDE LÊ-SE ONDE LÊ-SE VALOR GLOBAL: 141.206,00 (CENTO E QUARENTA E UM MIL E DUZENTOS E SEIS REAIS)' LEIA-SE "VALOR GLOBAL R$ 131.568,00 (CENTO E TRINTA E UM MIL QUINHENTOS E SESSENTA E OITO REAIS)"

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 65/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 13.395/2021, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços especializados em análise de agua e efluente em atendimento a Resolução CONAMA 357/2005, 430/2011, Portaria 05/2017 MS, visando atender as necessidades do Departamento de Agua e Esgoto deste Município de Aripuanã/MT.** /Início da Sessão: **Dia 05/11/2021, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site http://www.aripuana.mt.gov.br, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 21 de outubro de 2021.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL/SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS N.º 68/2021

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pela Portaria 13.395/2021, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial no Sistema Registro de Preço, regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, os Decretos Federais nº 7.892/2013, n° 8.250/2014 e nº. 8.538/2015, os Decretos Municipais nº 1.392/2008, 1.729/2010 e nº. 3.259/2018 e subsidiada pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de bombas d'água submersas para poços artesianos, em atendimento a Secretaria Adjunta de Saneamento Básico do Município de Aripuanã-MT.** Início da Sessão: **Dia 16/11/2021, às 08h00min (oito),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido no site **http://www.aripuana.mt.gov.br**, ou pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 21 de outubro de 2021.

Sidnei Pereira de Souza Junior

Pregoeiro

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 92/2021

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N.º 43/2021

Aos **vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o n. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominado simplesmente **"ÓRGÃO GERENCIADOR",** representado pela Prefeita Municipal**, Sra. SELUIR PEIXER REGHIN**e a empresa **POSTO CIDADE ALTA COMER-**

CIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado,inscrita no CNPJ Nº. 29.361.217/0001-09, Inscrição Estadual Nº13.710.132-5, Inscrição Municipal Nº. 3008, com sede na Avenida dois de Dezembro, nº 1915 – Bairro: Cidade Alta, município de Aripuanã, Estado de Mato Grosso - CEP Nº 78.325-000, Telefone:(066) 3565-1873, e-mail: financeiro.postocidadalta@outlook.com, representada pelo sócio administrador Sr. Junior Antonio Dalpiaz, portador do RG Nº 08400254 SESP/MT e CPF Nº. 792.896.571-20, doravante denominada "**DETENTORA DA ATA",** resolvem celebrar o presente **termo de Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 43/2021,** observando as disposições contidas no Artigo 65, § 1º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, no art. 5º, VIII do Decreto Federal nº 7.892/2013, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto o *Registro de preço para futura e eventual aquisição de combustível no varejo para atendimento as necessidades das Secretarias Municipais deste Município de Aripuanã/MT*.

1.2. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DAS ALTERAÇÕES

2.1. Em face da negociação empreendida entre as partes, tendo como base o disposto no art. 5º, VIII, do Decreto Federal nº 7.892/2013, o presente termo aditivo altera o valor unitário do item registrado, passando a vigorar com a seguinte redação:

Seq.	Item	Descrição	Un	Valor Reajustado
1	669405	OLEO DIESEL B S- 500 NO VAREJO	LITRO	**R$ 5,50**

3. DA RATIFICAÇÃO

3.1 Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços n.º 92/2021.**

E assim, por estarem às partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 20 de outubro de 2021.

SELUIR PEIXER REGHIN

Prefeita Municipal

POSTO CIDADE ALTA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDACNPJ/MF N.º29.361.217/0001-09

Junior Antonio Dalpiaz

CPF N.º 792.896.571-20

Sócio Administrador

Testemunhas:

Greicieli Batista Garcia Hilariane Hilário da Silva

CPF N.º 033.633.191-69 CPF N.º 038.944.021-30

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA DE APROVAÇÃO DE PROJETO

PORTARIA N.º 142 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A **APROVAÇÃO DO PROJETO DECONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO** NO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO - MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Margareth Gonçalves da Silva PREFEITA MUNICIPAL, DE **BARÃO DE MELGAÇO - MT**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° Por meio desta Portaria, através do Setor de Engenharia do Município de **Barão de Melgaço - MT**, tornar público a **APROVAÇÃO DO PROJETO DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO. Nas ruas** Ciro **Siqueira Gonçalves, Alípio Duarte, Mario Pulcherio, Marechal Rondon, Estevão de Mendonça, Totó Paes, Travessa da Igrejinha, Eugênio Figueiredo, Avenida 13 de março, Fernando Corrêa, Salvador Costa Marques, José Honório , Projetada PS, Sem nome.**

conforme discriminação abaixo:

EXPEDIENTE	OBJETO	RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
APROVAÇÃO DO PROJETO	CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MICROREVESTIMENTO. 52.690,99m²	NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: José Eduardo Moreno Souza da Paz CREA: 050077

PROFISSIONAIS RESPONSÁVEL PELA APROVAÇÃO:

ENGENHEIRO CIVIL (a): Claudyney Cesar Vieira Silva

CREA MT 50935

ARTIGO 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.

Barão de Melgaço, 18 de Outubro de 2021.

Margareth Gonçalves da Silva

Prefeita Municipal Claudyney Cesar Vieira Silva

CREA MT 50935

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

CÂMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 014, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 014, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

Sumula: Constitui a Comissão Especial de Inquérito**.**

EURÍPIO DA COSTA ARANTES, PRESIDENTE A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica e Regimento Interno; e

CONSIDERANDO, que a denúncia oferecida pelo cidadão **EDILSON DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 707.403. 051-15 e Título de Eleitor nº 020348991813, , eleitor do município de Barra do Bugres, morador na Rua dos Operários s/nº Bairro Maracanã – Barra do Bugres –MT, contra o Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Sr. **Divino Henrique Rodrigues dos Santos**, preenche os requisitos legais do inciso I do artigo 5º do decreto-lei 201/67 e está acompanhado dos documentos apresentados como prova de suas alegações;

CONSIDERANDO, também que a denúncia foi recebida na sessão ordinária do dia 14 de outubro de 2021, pelo voto favorável de doze (12) vereadores, o que representa a maioria dos membros que compõe a Câmara Municipal de Barra do Bugres; CONSIDERANDO ainda que na mesma reunião foram sorteados três (03) vereadores para comporem a comissão especial de inquérito; e

CONSIDERANDO finalmente que foram cumpridas todas as exigências previstas no artigo 5º do decreto-lei 201/67 para constituir-se uma comissão especial de inquérito;

RESOLVE:

Art. 1º, Fica constituída a comissão especial de inquérito nº 03/2021, nos termos do Regimento Interno desta casa legislativa, artigo 61 e seguin-

tes para averiguação da prática das infrações tipificadas no artigo 4º, do Decreto-Lei 201/67 e consubstanciada e fundamentada nos fatos a saber.

A) Protocolizada na Câmara Municipal sob o nº 2.044/2021, apresentada e aprovada na sessão ordinária nº 1247ª em 14/10/2021.

Art. 2º- A presente Comissão Especial de Inquérito será composta de três (03) vereadores, nos termos do Artigo 5º, inciso II, do Decreto-Lei 201/67 e terá o prazo de noventa (90) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado nos termos do artigo 5º, inciso VII, do decreto-lei nº 201/67, prorrogável por menor, ou igual prazo, devendo apurar infração à regra do artigo 61 e seguintes do Regimento Interno desta Casa Legislativa, bem como a pratica das infrações político-administrativas, apontadas na denúncia constante do artigo 4º, do decreto-lei 201/67.

Parágrafo Único: A Comissão Especial de Inquérito será integrada pelos vereadores (a) PRESIDENTE **Arthur José Franco Pereira** (DEM); RELATOR: **Sidnei Gomes de Souza** (MDB); MEMBRO: **Sebastião Falanque** (PSL)sendo os escolhidos nos termos do artigo 5º, inciso II, do Decreto-Lei 201/67.

Art. 3º- A Comissão Especial de Inquérito será destituída automaticamente, bem como arquivado o respectivo processo, se os trabalhos não forem concluídos no prazo estipulado no artigo 2º, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos.

Art. 4º **-** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, EM 15 DE OUTUBRO DE 2021.

Eurípio da Costa Arantes

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 15 de outubro de 2021.

Douglas Manzan

Secretário Geral

Portaria nº001/2021

DECRETO LEGISLATIVO Nº 015/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES/ MT, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno,

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO

O Decreto Legislativo de 08 de outubro de 2021, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano XVI nº 3.836, página 83, referente à constituição de Comissão Especial de Inquérito.

"REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE".

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, 20 DE OUTUBRO DE 2021.

Eurípio da Costa Arantes

Presidente

Registrado nesta Secretaria e publicado no Diário Oficial Eletrônicos dos Municípios - Mato Grosso: https://diariomunicipal.org/mt/amm .

Câmara Municipal de Barra do Bugres, 20 de outubro de 2021.

Douglas Manzan

Secretário Geral

Portaria nº001/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
EDITAL N° 049/2021 – CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.004/SMEC/2020

O Secretário Municipal de Educação e Cultura do município de Barra do Bugres – MT, Sr. **CARLOS ANTONIO TAYANO**, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Edital nº 10/2021, que trata doResultado Final da Prova Objetiva e Classificação Definitiva do Candidato no Processo Seletivo Simplificado nº 004/SMEC/2020, **CONVOCA** os candidatos abaixo a comparecerem na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**, localizada na Rua Frederico Josetti, s/n, bairro Beira Rio, no **DIA 22/10/2021 (SEXTA-FEIRA),** munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de serem considerados como desistentes, perdendo a respectiva vaga.

Cargo: PROFESSOR – PEDAGOGIA – SEDE: **CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ANOS INICIAIS**

Insc. Nº	Nome
179	OMAR GONÇALVES FORTES

Cargo: TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Insc. Nº	Nome
1228	FELIPE ANDRÉ DA SILVA

Art. 1º Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 21 de outubro de 2021.

CARLOS ANTONIO TAYANO

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 324/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO DO ADITIVO AO CONTRATO N º 34/2021 - DISPENSA Nº 11/2021

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita CNPJ 04.358.835/0001-79.

DO OBJETO - Constitui objeto do presente Termo Aditivo e sua formalização em decorrência da **PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA,** devido ao término do prazo do contrato principal referente à **CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (CIMENTO), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES – MT.**

DA VIGÊNCIA - O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 30 (trinta) dias, sendo de **14/09/2021 à 14/10/2021**, em conformidade com a Cláusula Segunda, Parágrafo único do referido contrato, conforme estabelece o Art. 57, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DA CLÁUSULA E CONDIÕES - Ficam ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº: 34/2021.

Barra do Bugres- MT, 14 de setembro de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

JUNQUEIRA MATERIAIS E CONSTRUÇÃO LTDA

Juliane Cristine da Costa Junqueira

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DO ADITIVO AO CONTRATO N º 102/2020 - ADESÃO CARONA Nº 26/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: CIMEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ: 06.067.718/0001-81.

DO OBJETO - CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO E SUA FORMALIZAÇÃO EM DECORRÊNCIA DO AUMENTO DE QUANTITATIVO DE 25 % DO ITEM 18 PARA AQUISIÇÃO DE 75 (SETENTA E CINCO) UNIDADES REFERENTES A **AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, ADUELAS, MEIO FIO E DEMAIS MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DA CANALIZAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES/MT.**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QTD TOTAL	VL. UNITÁRIO	QTD AUMENTO 25%	VL. TOTAL
18	TUBO DE CONCRETO 800CM X 100CM CA I	UNID	300	R$ 195,00	75	R$ 14.625,00
					Valor Total	**R$ 14.625,00**

DO VALOR – O valor para este quantitativo de ITENS adicionais importou em **R$ 14.625,00 (quatorze mil e seiscentos e vinte e cinco reais),** em conformidade com especificações das planilhas anexas a este termo de aditamento, perfazendo um percentual de aumento de 25% do item 18 do Contrato principal.

DA VIGÊNCIA - O presente Termo Aditivo formaliza-se em decorrência de sua Prorrogação por mais 240 (duzentos e quarenta) dias, sendo de 24/09/2021 à 01/03/2022, em conformidade com a Cláusula segunda, Parágrafo Primeiro, conforme estabelece o Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 de 21.06.93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DA CLÁUSULA E CONDIÕES - Ficam ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº: 102/2020.

Barra do Bugres- MT, 24 de setembro de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

CIMEL ENGENHARIAE CONSTRUÇÕES EIRELI

Lucia Helena Spazapan Baldrigui

Contratado

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º TERMO DO ADITIVO AO CONTRATO N º 35/2021 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES – MT, CNPJ: 03.507.522/0001-72.

CONTRATADO: POSTO MARACANA LTDA**,** inscrita no CNPJ sob o nº 13.637.894/0001-77.

DO OBJETO – AQUISIÇÕES DE COMBUSTIVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM, OLEO DIESEL S-500, OLEO DIESEL S-10) PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS OFICIAIS.

DO VALOR - O valor reajustado tem por base a tabela da ANP e passarão a ser conforme o quadro demonstrativo a baixo:

ITEM	DESCRIÇAO	VALOR UNITARIO – custo empresa - ANTERIOR	VALOR UNITÁRIO após o aumento do da Petrobrás - ATUAL	DIFERENCA ENTRE OS VALORES – após o aumento	VALOR UNIT. ANTERIOR	VALOR UNIT. APÓS O REAJUSTE
2	DIESEL S500	R$ 4,560	R$ 4,865	R$ 0,305	R$ 5,080	R$ 5,385
3	DIESEL S10	R$ 4,630	R$ 4,930	R$ 0,300	R$ 5,120	R$ 5,420

DA VIGÊNCIA - A vigência deste termo de aditamento de prazo contratual e reajuste de preços se darão a partir da data de sua assinatura até o dia **15 de julho de 2022**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DA CLÁUSULA E CONDIÕES - Ficam ratificadas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original nº: 35/2021.

Barra do Bugres- MT, 19 de outubro de 2021.

DIVINO HENRIQUE RODRIGUES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Contratante

POSTO MARACANA LTDA

ALEXSANDRO VIEIRA FURTADO

Contratado

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 447/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 447/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **OLMI INFORMATICA-EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. **00.789.321/0001-17**, estabelecida AVENIDA MATO GROSSO, Nº 92, CENTRO, JUINA -MT neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor ANDREY RICARDO IORIS**, Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Aldemar Dutra, 205 modulo 02, Juína-MTCarteira de Identidade nº. 1210787-5 SSP/MT, CPF nº. 907.910.101-04, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

CODIGO	NOME	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
63321	ESTABILIZADOR 500VA BIVOLT, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: MICROPROCESSADOR TRUE RMS; 4 TOMADAS TRIPOLARES (PADRÃO N/F/T); PROTEÇÃO CONTRA SOBTENSÃO, SOBRE TENSÃO, SOBRECARGA, CURTO- CIRCUITO E SOBRE TEMPERATURA; RENDIMENTO =91%; FILTRO DE LINHA CONTRA SUR	Unidade		50,0000	155,0000	7.750,00
63325	ESTABILIZADOR 1000VA BIVOLT. ESPECIFICAÇÕES MINIMAS: MICROPROCESSADOR TRUE RMS; 4 TOMADAS TRIPOLARES (PADRÃO N/F/T); PROTEÇÃO CONTRA SOBTENSÃO, SOBRE TENSÃO, CURTO CIRCUITO E SOBRE TEMPERATURA; RENDIMENTO = 91%; FILTRO DE LINHAS CONTRA FURTOS DA REDE			20,0000	260,0000	5.200,00
VALOR TOTAL R$					**12.950,000**	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:OLMI INFORMATICA-EPP Proprietário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPMF: _____
Nome: _____ CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 451/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 451/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA - EPP**, inscrita no CNPJ/MF nº. **10.793.812/0001-95**, estabelecida SHCS CR 516, Bloco B, nº 69, Parte C055, 1º Pavimento, Asa Sul, Cidade de Brasília, Distrito Federal, CEP: 70.381-525 neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor SILVIO MOREIRA DOS SANTOS**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Quadra 08, Lote 49, Setor Norte, Brazlândia, na Cidade de Brasília, Distrito Federal, sob CEP nº 72.710-080. CNH nº 02892817530 DETRAN/DF, CPF nº. 830.417.701-30, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
63327	MULTIFUNCIONAL TANQUE DE TINTA, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TÉCNOLOGIA DE IMPRESSÃO MICROPIEZO, VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 33PPM EM PRETO E 15 PPM EM CORES. SISTEMA TANQUE DE TINTA 100% SEM CARTUCHOS. TAMANHO DA GOTA 3 PICOLITROS, CAPACIDADE DE ENTRADA DO	UND	EPSON ECOTANK L3250	60,0000	1.290,5900	77.435,40
VALOR R$						77.435,40

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: LS SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E ELETRÔNICA LTDA - EPP Proprietária

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPMF: _____
Nome: _____ CPMF: _____

RETIFICAÇÃO DO 1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 254/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021.

ONDE LÊ:

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 254/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021.

PASSA-SE A LER:

1º TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 254/2021 – TOMADA DE PREÇO Nº 01/2021.

ONDE LÊ:

PRIMEIRA - Pelo presente Termo Aditivo Negativo, face ao permitido no artigo 65, § 2°, II, da Lei n° 8.666/93.

PASSA-SE A LER:

PRIMEIRA - Pelo presente Termo Aditivo, face ao permitido no artigo 65, § 2°, II, da Lei n° 8.666/93.

Barra do Garças - MT, 21 de Outubro de 2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 452/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 452/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **DIAL - COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA EM GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA. - ME**, inscrita no CNPJ/MF nº. **17.160.828/0001-00**, estabelecida BARÃO DO RIO BRANCO, 1459, CENTRO, ANDRADINA, SÃO PAULO, sob CEP nº 16.901-001 neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor ANDERSON DISQUE DE SOUZA**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na RUA DOUTOR HUMBERTO DE CAMPOS, 1824, Vila Peliciari, Andradina-SP, sob CEP nº 16.901-460. CNH nº 40.360.404-7 SSP/SP, CPF nº. 349.761.668-05, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total
63330	ROTEADOR 4 PORTAS LAN 10/100/1000 MBPS, E 1 PORTA WAN 10/100/1000 BOTÃO QSS, BOTÃO RESET, FONTE DE ALIMENTAÇÃO EXTERNA ANTENAS QUATRO (4) ANTENAS ONIDIRECIONAIS DE 5 DBI; FREQUENCIA 2,4 E 5 GHZ, DUAL-BAND, TECNOLOGIA AC, SEGURANÇA WIRELESS WEP/ WPA/ W	UND	TP-LINK AC1200 ARCHER C50	60,0000	280,0000	16.800,00
VALOR R$					16.800,00	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: DIAL - COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA EM GESTÃO DE DOCUMENTOS LTDA. - ME. Proprietária

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPMF: _____
Nome: _____ CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 446/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 446/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. **08.710.871/0001-00**, estabelecida Rua AVENIDA SÃO SEBASTIÃO Nº 3855, SALA 02, BAIRRO QUILOMBO, CEP 78045-000, CUIABÁ /MT, neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor JOSÉ GUERREIRO FILHO**, Brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Cursinho Amarante nº 1271, Edifício Premiato, Apartamento 1401, Bairro Duque de Caxias-II, Cep: 78.043-390Carteira de Identidade nº. 1.203.796-6 SJ/MT, CPF nº. 848.821.741-20, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

CODIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
63336	NOTBOOK; MICROCOMPUTADOR PORTÁTIL NOTBOOK; COM PROCESSADOR DE NO MINIMO 4 NUCLEOS E 8 THREADS; COM FREQUÊNCIA DE CLOCK REAL, IGUAL OU SUPERIOR A 1,6 GHZ, CACHE 06 MB OU SUPERIOR; 8 GB DE MEMORIA RAM DDR4 - 2666 MHZ OU SUPERIOR; HD SSD DE 240GB PADR	UNIDADE		80,0000	4.100,0000	328.000,00
TOTAL R$					**328.000,00**	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:STUDIO COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMATICA LTDA

Proprietário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPMF: _____
Nome: _____
CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 448/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 448/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado,

a empresa **FERRARI CELL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. **11.350.664/0001-05**, estabelecida AVENIDA Nove de Maio, n 600, loja 13, Térreo, Modulo 01, Juína, Cep: 78.320-000 neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor wanderley Ferrari**, Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Av. Gabriel Muller, nº 358, Apto 01, Lote 53, Expansão Comercial AR-1, Juína –MT. Carteira de Identidade nº. 4.121.459-7 SSP/PR, CPF nº. 550.012.119-72, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

CODIGO	NOME	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
63333	TECLADO COM TECLAS MULTIMÍDIA E NO PADRÃO ABNT2; MÍNIMO DE 104 TECLAS; USB; COMPATIBILIDADE COM O WINDOS.	Unidade		100,0000	39,0000	3.900,00

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:FERRARI CELL LTDA Proprietário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPMF: _____
Nome: _____ CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 449/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 449/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. **08.784.976/0001-04**, estabelecida Rua das rosas, nº 396-A Bairro Montreal, Sete Lagoas – MG, CEP: 35.701-382 neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor Lucas Vinicius Gomes Figueiredo**, Brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua das rosas, nº 396 Bairro Montreal, Sete Lagoas – MG, Cep: 35.701-382 Carteira de Identidade nº. MG-10.581.168 SSP/MG, CPF nº. 091.943.036-81, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

CODIGO	NOME	UNIDADE DE FORNECIMENTO	MARCA	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO	TOTAL
63322	MULTIFUNCIONAL LASER 50.000 PÁGINAS MÊS, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER; DISPLAY LCD (TIPO/TAMANHO) TOUCHSCREEN COLORIDO DE 3,7; VIDRO DE DOCUMENTOS TAMANHO OFÍCIO; VELOCIDADE DE IMPRESSÃO 42/40 PPM (CARTA/A4); ALIMENTADOR AU	Unidade	BROTHER	60,0000	3.199,0000	191.940,00
VALOR TOTAL R$						**191.940,00**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA Proprietário

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ CPMF: _____
Nome: _____ CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 445/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 445/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa, **DI BENTO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF nº. **14.238.297/0001-32**, estabelecida **Rua 25-A Qd. 60-A, Lt. 11 nº 676, Setor Aeroporto, Goiânia –Go, CEP: 74.070-150**, neste ato representada por seu sócio proprietário, **Senhor LUIZ ALBERTO BENTO** , Brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua 13-A, Nº 80, Qd 38-A, Lote 06/06 e 22/23, Apto 1104, Setor Aeroporto Goiânia-GO, CEP: 74. 075-140**,** Carteira de Identidade nº. 673961, SSP/MT, CPF nº. 424.206.791-72, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

ITEM	CODIGO	DESCRIÇÃO	QTDE	MARCA	VALOR UNI.	TOTAL
09	63328	Switch 8 portas, 10/100 Mbps auto-sensing, permitindo a um pequeno grupo de trabalho flexível se conectar a dispositivos Ethernet e Fast Ethernet para criar uma rede integrada. - Velocidade máxima de 200 Mbps em full duplex, 8 portas RJ-45 10 / 100 Mbps com Auto Negociação, alimentação é feita através de fonte de alimentação (inclusa), Suporta auto MDI / MDIX, eliminando a necessidade de cabos cruzados.	50,0000		63,0000	3.150,00
VALOR R$						**3.150,000**

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO:Senhor LUIZ ALBERTO BENTO

Proprietária

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPMF: _____
Nome: _____
CPMF: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 450/2021.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 294/2021.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 024/2021.

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº. 450/2021.

OBJETO: A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço Futuras e Eventuais referente à aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT

O **Município de Barra do Garças**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. **03.439.239/0001-50** com sede administrativa a Rua Carajás, nº 522 – Centro Sul, representado pelo seu prefeito municipal**,** Sr**. Adilson Gonçalves de Macedo**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula de identidade nº. 1287678 SSP/MT e do CPF nº. 307.340.371-04, residente e domiciliado à Rua 10, quadra 12, lote 03, jardim Toledo na cidade de Barra do Garças/MT, doravante denominada simplesmente de **ORGÃO GERENCIADOR** e, de outro lado, a empresa **ANTONIA DE PAULA BONFIM**, inscrita no CNPJ/MF nº. **32.154.542/0001-05**, estabelecida RUA DAS CASTANHEIRAS, nº 1001, SETOR COMERCIAL, SINOP – MT, CEP: 78.550-290 neste ato representada por seu sócio proprietário, **SenhoraANTONIA DE PAULA BONFIM**, Brasileira, casada, empresária, residente e domiciliado na RUA DOS CUPUAÇUS, nº 401, JARDIM JACARANDAS, SINOP – MT, CEP: 78.557-643. Carteira de Identidade nº. MG-863013 SSP/MT, CPF nº. 537.944.781-34, daqui por diante, denominada simplesmente **FORNECEDORA REGISTRADA,** resolvem, na forma da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei n°. 10.520/2002, e Decreto Municipal nº. 4.601/2021, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi previamente examinada e aprovada pela Procuradoria do Município, conforme consta dos autos do Processo Administrativo n°. 294/2021, conforme determina o Parágrafo Único do artigo 38 da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes condições:

1. DO OBJETO

1.1 - A presente Ata de Registro de Preço visa registrar os preços ofertados para o registro de preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme especificações, quantidades e rotinas descritas no Termo de Referência, bem como na proposta vencedora, os quais fazem parte integrante e inseparável deste instrumento, como se aqui integralmente reproduzidos.

1.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do Artigo 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

2. DOS PREÇOS

2.1 - O preço para Futuras e Eventuais aquisição de equipamentos de informática para atendimento de demanda da Secretaria Municipal de Educação/ Prefeitura Municipal de Barra do Garças/MT, conforme segue:

Codigo	Nome	Unidade de Fornecimento	Marca	Quantidade	Vlr. Unitário	Total

63323	HD EXTERNO 1 TB USB 3.0	UND	ADATA /AHV320	20,0000	336,0000	6.720,00
63324	TECLADO MULTIMÍDIA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PADRÃO: ABNT2. CONEXÃO US. TECLAS: 107 + 9 MULTIMÍDIA.	UND	CHIP SCE 5+ /015-0074	30,0000	37,5000	1.125,00
63326	MOUSE PAD ERGONÔMICO APOIO MACIO PARA O PULSO REVESTIDO COM SILICONE GEL REVESTIDO COM NEOPRENE E COM BASE DE POURETANO USA ANTIDERRAPNETE EM QUALQUER TIPO DE SUPERFICIE.	UND	VINIK /MPG-02P	30,0000	29,0000	870,00
63329	SWITCH GIGABIT DE MESA E MONTÁVEL EM RACK DE 24 PORTAS GIGABIT, 10/100/1000 MBPS, SUPORTA AUTO-APRENDIZAGEM DE MAC ADDRESS, AUTO MDI / MDIX E AUTO NEGOCIAÇÃO, DESIGN DE PLUG & PLAY,INTERFACE: 24 PORTAS RJ45 AUTO-SENSÍVEIS 10/100/1000 MBPS COM AUTO NE	UND	TP LINK/ TL-SG1024D	50,0000	748,5000	37.425,00
63332	NOBREAK 1.200 VA BIVOLT ENTRADA/SAIDA: 220V 8 TOMADA; NOBREAK DENOIDAL, COMUNICAÇÃO INTELIGENTE: PADRÕES R$ 232 (E USB ACOMPANHA CABO USB TIPO A-B): MICROPROCESSADOR RISC/FLASH DE ALTA VELOCIDADE TENSÃO: BIVOLT AUTOMATICO OU MONOVOLT 220V (MODELO	UND	RAGTECH/ EASY WAY 1200 STD	10,0000	863,5000	8.635,00
63334	HD SSD 240 GB	UND	KINGSPEC/ P4-240	100,0000	264,0000	26.400,00
63335	MOUSE USB ÓPTICO; 3 BOTÕES; RESOLUÇÃO DE 1000 DPI; PLUG AND PLAY; COMPATÍVEL COM WINDOWS.	UND	MULTILASER/ M0300	100,0000	10,0000	1.000,00
VALOR R$					82.175,00	

3 - DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA.

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura da mesma; não sendo admitida a sua prorrogação, conforme Art. 15. § 3º, inciso III da Lei nº. 8.666/93 e Art. 11 do Decreto nº. 2455/2013.

3.2 - O prazo para a entrega dos materiais, objeto desta licitação é de até **30 (trinta)** dias, contados da emissão da Ordem de Fornecimento.

3.3 - O ÓRGÃO GERENCIADOR **não estará obrigado a adquirir o produto registrado**, podendo utilizar-se de uma licitação específica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento ao detentor da Ata, no caso de igualdade de condições; nos termos do Art. 15, § 4o da Lei nº. 8.666/93 e Art. 15 do Decreto nº. 2455/2013.

3.4 - A presente Ata só terá eficácia depois da publicação de seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM.

4 - DA CONTRATAÇÃO.

4.1 - Para fornecimento do produto registrado nesta Ata, cada órgão contratante (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) deverá emitir sua nota de empenho e providenciar a assinatura do respectivo contrato administrativo.

4.2 - Apenas serão emitidas notas de empenho, nos termos do subitem anterior, quando da efetiva disponibilidade de recursos orçamentários para pagamento dos encargos dela decorrentes.

4.3 - **Os órgãos não participantes da presente ata de registro de preços**, quando dela desejarem fazer uso, deverão manifestar seu interesse junto ao **órgão gerenciador - (OG)**, para que ele indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos máximos registrados.

4.3.1 - No caso específico dos **órgãos não participantes**, caberá ao fornecedor registrado optar pela aceitação ou não da contratação, desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

5 - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

5.1 - Os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços (órgão gerenciador, órgão participante e órgãos extraordinários) obrigam-se a:

a) prestar as informações e os esclarecimentos atinentes aos fornecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da EMPRESA REGISTRADA;

b) aceitar preposto da EMPRESA REGISTRADA para representá-la sempre que for necessário;

c) indicar seu próprio gestor de contrato, ao qual, além das atribuições previstas no art. 67 da Lei 8.666/93, compete:

c.1) promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação do fornecedor, os respectivos quantitativos e os valores a serem praticados, encaminhando, posteriormente, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

c.2) assegurar-se, quando do uso da Ata de Registro de Preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados, informando ao órgão gerenciador eventual desvantagem, quanto à sua utilização;

c.3) zelar, após receber a indicação do fornecedor, pelos demais atos relativos ao cumprimento, por ele, das obrigações contratualmente assumidas, e também, em coordenação com o órgão gerenciador, pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, para que sejam tomadas providências de acordo com o subitem 9.2.2 desta Ata;

c.4) informar ao órgão gerenciador, quando de sua ocorrência, a recusa do fornecedor em atender às condições estabelecidas em edital, firmadas na Ata de Registro de Preços, as divergências relativas à entrega, as características e origem dos bens licitados e a recusa do mesmo em assinar contrato para fornecimento ou prestação de serviços;

a) comunicar, oficialmente, à EMPRESA REGISTRADA, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave;

b) atestar, no verso das notas fiscais/faturas apresentadas pela EMPRESA REGISTRADA, por meio do fiscal designado, o efetivo fornecimento dos produtos;

c) encaminhar a nota fiscal/fatura, após seu devido ateste, ao setor competente, para contabilização e liberação do pagamento.

5.2 - Caberá ao órgão gerenciador, além do disposto no subitem 5.1 desta Ata, a prática de todos os atos de controle e administração do SRP;

5.3 - Não obstante a EMPRESA REGISTRADA seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos serviços especificados, os órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços reservam-se o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização.

5.4 - A EMPRESA REGISTRADA obriga-se, além do disposto no Edital e seus anexos, a:

a) efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do Edital e seus Anexos;

b) prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelos órgãos que fizerem uso desta Ata de Registro de Preços, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

c) comunicar por escrito aos fiscais do contrato indicados pelos órgãos que fizerem uso da presente Ata de Registro de Preços qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

d) observar as normas legais de segurança a que está sujeita a atividade de distribuição dos produtos contratados;

e) não comprometer o fornecimento do órgão gerenciador e do órgão participante, caso venha a fornecer para órgão extraordinário (carona);

6 - DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA E DO PAGAMENTO.

6.1 – É dispensada a indicação de dotação orçamentária, em conformidade com o art. 6º § 2º do Decreto Municipal nº. 4.601/2021

6.2 - Os pagamentos referentes aos serviços do objeto desta licitação serão efetuados, em moeda nacional, por emissão de ordens bancárias, e ocorrerão em até 30 (trinta) dias contados da aceitação das Notas Fiscais e de comprovações pelos Fiscais dos Contratos, sendo observado antes de cada pagamento:

I - Ateste das Notas Fiscais pelos servidores designados como Fiscais dos Contratos, os quais ficarão responsáveis pela fiscalização dos serviços fornecidos, confirmando se a aquisição atendeu as cláusulas estabelecidas neste Edital. Os fiscais dos contratos deverão observar o disposto no subitem 13.1 deste Edital, no que se refere ao cálculo do preço devido.

II - As Notas Fiscais deverão ser emitidas pela própria empresa prestadora dos serviços objeto deste Edital, e deverão conter obrigatoriamente o número de inscrição no CNPJ apresentado nos Documentos de Habilitação e na Proposta Comercial, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

III - Comprovação da manutenção das condições iniciais de contratação, quanto à situação de regularidade fiscal e trabalhista da licitante, sob pena de rescisão do Contrato.

7 - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 - Dentro do prazo de vigência da presente ata, o fornecedor está obrigado a entregar o objeto licitado, no local indicado na Ordem de Fornecimento (no campo ‘endereço’), o objeto registrado.

8 - CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1 - O registro de preços poderá ser cancelado pelo Órgão Gerenciador (OG) nas seguintes hipóteses:

8.1.1 - quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

8.1.2 - quando o fornecedor não aceitar a respectiva nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.3 - quando o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4 - quando o fornecedor se recusar a assinar o respectivo contrato administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sem justificativa aceitável;

8.1.5 - por razões de interesse público, devidamente justificado;

8.1.6 - quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

8.2 - A comunicação do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nos casos previstos no subitem 8.1, será formalizada em processo próprio e feita por correspondência, com aviso de recebimento, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.3 - No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no DOM, considerando-se, para todos os efeitos, cancelada a Ata de Registro de Preços.

9. PENALIDADES.

9.1 - Por retardar a execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, por falhar ou fraudar a execução do presente instrumento, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior devidamente comprovada, a empresa REGISTRADA sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na Cláusula Décima da Minuta de Contrato.

9.2 - A aplicação de penalidades relativas ao desatendimento às cláusulas desta Ata e dos Contratos que advierem dela obedecerão ao seguinte:

9.2.1 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com o órgão gerenciador, todo o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado por esse órgão;

9.2.2 - Caso o desatendimento se dê com relação ao contrato celebrado com órgão participante ou órgão extraordinário, o procedimento relativo à apuração de responsabilidade será realizado desta forma:

a) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável pela abertura do processo para apuração da responsabilidade da empresa, devendo instruí-lo com os seguintes documentos:

a.1) relatório da fiscalização do contrato sobre o fato que deve gerar a aplicação de penalidade;

a.2) demais documentos necessários para comprovar a falta cometida pela empresa;

a.3) notificação, de intenção de penalidade, comprovadamente enviada à empresa;

b) O órgão participante (ou o órgão extraordinário) ficará responsável, ainda, pelo gerenciamento do prazo para interposição de defesa prévia;

c) Depois de decorrido o prazo da defesa prévia, o processo deve ser encaminhado ao órgão gerenciador, devidamente instruído com a defesa apresentada pela empresa, para decisão acerca da aplicação da penalidade e demais providências cabíveis;

9.3 - As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que a aplicação de multa não impede que seja rescindido unilateralmente o contrato ou que venham a ser aplicadas, cumulativamente, as demais penalidades previstas.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS.

10.1 - Esta Ata de Registro de Preços é regida pelas disposições do Decreto Municipal n°. 4.601/2021, Lei nº. 10.520/2002, Lei nº. 8.666/93, Decreto Federal n° 7892/2013 e suas alterações; aplicando-se ainda as disposições citadas aos casos omissos que possam ocorrer;

10.2 - Fazem parte desta Ata de Registro de Preços, independentemente de sua transcrição, o Edital de Licitação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº. 024/2021 e seus anexos, a Proposta Comercial da EMPRESA REGISTRADA e demais elementos constantes do processo nº. 294/2021.

10.3-Em caso de divergências entre o teor do Edital e a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, prevalecerão as disposições do primeiro.

11. FORO.

11.1 - As questões decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços que não possam ser dirimidas administrativamente serão dirimidas na esfera judicial pela Comarca de Barra do Garças

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se a presente Ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, que, depois de lidas, serão assinadas pelos representantes das partes, ÓRGÃO GERENCIADOR (OG) e EMPRESA REGISTRADA**,** e pelas testemunhas abaixo relacionadas.

Barra do Garças, 20 de Outubro de 2021.

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA: MUNICÍPIO DE BARRA DO GARÇAS

Prefeito Municipal

FORNECEDOR REGISTRADO: ANTONIA DE PAULA BONFIM Proprietária

TESTEMUNHAS:

Nome: _____
CPMF: _____
Nome: _____
CPMF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO ARAGUAIA

PREFEITURA
1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2020.

1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 87/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2020 – PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 54/2020

OBJETO DO CONTRATO:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÁS DE COZINHA, CONFORME ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO ARAGUAIA/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa na Avenida Marco Aurelio Fullin, s/n, inscrito no CNPJ sob o nº 04.173.952/0001-68, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, prefeito municipal, portador do RG nº 4022620 SSP-GO e CPF 96915862153, com endereço na Rua José Humárcio Carlos Ferreira, s/n, Centro, Bom Jesus do Araguaia/MT - CEP: 78.678-000.

CONTRATADO: INDEPENDENCIA COMERCIAL DE GAS LTDA, CNPJ 04.658.517/0001-23, AVENIDA MARCO AURELIO FULLIN LT 03 QD 03 - CENTRO, BOM JESUS DO ARAGUAIA - MT, CEP: 78678-000.

Cláusula Primeira – O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação de vigência do contrato, pelo mesmo período de validade inicial (12 meses), com vigência até 06/10/2022.

Cláusula Segunda – As despesas decorrentes da execução do objeto deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias constantes no contrato inicial.

Cláusula Terceira – A alteração contratual de que trata este instrumento é baseada no art. 65, inc. I, alínea b, da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Quarta – Ficam inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no contrato originário, naquilo que não conflitarem com as disposições expressas neste instrumento.

VIGÊNCIA: 06/10/2022.

E por estarem justas e contratadas, assinam o presente Contrato em três vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que, desde logo, produza seus efeitos legais e jurídicos.

Bom Jesus do Araguaia-MT, 05 de Outubro de 2021.

_____

MARCILEI ALVES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

INDEPENDENCIA COMERCIAL DE GAS LTDA

CONTRATADA

Testemunhas:

ASSINATURA: _____

CPF: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 875, DE 19/10/2021.

TRANSPOSICIONA *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transposicionados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Ficha: 71 04.122.1007.2013.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 10.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

Ficha: 73 04.122.1007.2013.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 40.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

Ficha: 89 04.422.1007.2193.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 5.700,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

Ficha: 90 04.422.1007.2193.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PER

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 119 15.453.1007.2241.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 28.000,00

3.3.90.34.00 OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CON

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 93.700,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 03 01 SEC. MUNICIPAL ESPECIAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Ficha: 80 04.122.1007.2199.0000 GESTAO DE EXCELENCIA -65.700,00

3.1.71.70.00 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM C

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 932 04.129.1008.2182.0000 EQUILIBRIO FISCAL -28.000,00

3.3.90.35.00 SERVIÇOS DE CONSULTORIA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -93.700,00

TERMO ADITIVO Nº 099/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 088/2021 - PROCESSO SELETIVO 002/2020 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 099/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 01º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 088/2021

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, de ora em diante denominado (a) simplesmente contratante, e o (a) senhor (a), **JULIANA FERREIRA URA BERLANGA**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Tulipa, Nº 07, Santa Cruz, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 42.792.810-2 SSP/SP e CPF n° 334.661.428-06, daqui por diante denominado (a). Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **JULIANA FERREIRA URA BERLANGA** no cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento - UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter seu **término em 10 de abril de 2022.**

Cláusula 3ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Cláusula 4ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de outubro de 2021.

_____

JULIANA FERREIRA URA BERLANGA

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 35-2021 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO GLOBAL

Interessada: Secretaria Municipal de Saúde.

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa para confecção Prótese Total (PT) adulto necessária para atender o Programa da Odontologia no Município de Cáceres.

Realização: 09 de Novembro de 2021 às 09h00min horário de Brasília.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http:// https://www.caceres.mt.gov.br/Licitacoes/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de Outubro de 2021.

Wilton Bento Pimenta

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 484/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 018/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE AO EDITAL 03/2021 PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 2021.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com os Decretos nº 609/2021 e 392/2021.

Informa a convocação da candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado 03/2021.

A candidata classificada deverá comparecer a Secretaria Municipal de Assistência Social para entrega de documentação para compor o quadro de vagas nas datas de 22, 25 e 26/10/2021.

CANDIDATO CONVOCADO

Cargo: Cuidador(a)		
Ordem	**Nome**	**RG**
13	Eduardo Santana do Nascimento	27145522

Isso é que nos cabe informar

Cáceres - MT, 21 de outubro de 2021.

Paulo Henrique Procópio Moreira

Presidente da Comissão

Fabiola Campos Lucas

Secretária de Assistência Social

TERMO ADITIVO Nº 098/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 101/2021 - PROCESSO SELETIVO 002/2020 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 098/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 01º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 101/2021

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, de ora em diante denominado (a) simplesmente contratante, e o (a) senhor (a), **ADEMIR JESUS CAMPOS DE MORAIS LEITE**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) Rua das Tilapias, n° 444, Bairro DNER, Cáceres/MT, portador (a) do RG n° 1686703-3 SSP/MT e CPF n°012.355.721-61, daqui por diante denominado (a). Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **ADEMIR JESUS CAMPOS DE MORAIS LEITE** no cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento-UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter seu **término em 28 de abril de 2022.**

Cláusula 3ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Cláusula 4ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de outubro de 2021.

_____

ADEMIR JESUS CAMPOS DE MORAIS LEITE

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

TERMO ADITIVO Nº 097/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 141/2021 - PROCESSO SELETIVO 002/2020 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 097/2021 – SMS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 141/2021 – SMS, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A PROFISSIONAL KARINE DE OLIVEIRA PINTO

Que entre si celebram, de um lado o Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, denominado Contratante, e o (a) senhor (a) **KARINE DE OLIVEIRA PINTO**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua dos Presidentes 48, Junco, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 2151256-6 SSP/MT e CPF n° 034.335.551-50, daqui por diante denominado (a) Contratado (a).

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (DO OBJETO) e Cláusula 10ª, passando a partir de 11/10/2021 a vigorar da seguinte forma:

O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **KARINE DE OLIVEIRA PINTO** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Vigilância de Saúde – VISA - da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2050	3.1.90.04	1.0.2

Cláusula 2ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 11 de Outubro de 2021.

_____

KARINE DE OLIVEIRA PINTO

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 0022/2021 – LIMPEZA DE TERRENOS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO – PRAZO DE 10 DIAS – A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA os sujeitos passivos abaixo identificados, que se encontram em lugar incerto e não sabido para realizarem a limpeza dos terrenos abaixo relacionados ou seu comparecimento a PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, sito à Av. Brasil, 119, Bairro Jd. Celeste, em dia útil no funcionamento normal da unidade para comprovação de limpeza e devida atualização cadastral, portando documentos pessoais. O prazo para regularização da limpeza do lote que se encontra sujo é de 10 (dez) dias, e inicia-se desde a publicação desde edital.

A não realização da limpeza do terreno de posse do sujeito passivo ou seu representante legal no prazo estipulado ensejará a aplicação de multa e a devida limpeza pelo Município, nos termos do Código Tributário Municipal (Lei n°. 148/2019) e concomitantemente os artigos nº. 161 e 162 do Código de Obras e Postura Municipais (Lei nº. 19/1995) com a conseqüente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal.

SUJEITO PASSIVO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ENDEREÇO DO TERRENO
JANUARIA MARQUES DE ARRUDA	***.784.****-04	400205630178001	Rua das Garças, s/n, Bairro Cidade Alta, nesta

EMERSON FLORES DA MOTA MACIEL MENEZES

GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS E AMBIENTAL

VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA

SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA

EDITAL COMPLEMENTAR DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2021 - SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2020 - SMS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE TÍTULOS - EDITAL N° 002/2020

EDITAL COMPLEMENTAR 030

A Secretaria Municipal de Saúde de Cáceres – MT, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no art.37, da Constituição da República Federativa do Brasil/88, na Lei Orgânica do Município, na Lei 1931/2005, na Resolução de consulta nº 59/2011 (DOE,26/09/2011) onde dispõe sobre as contratações temporárias no item: "**3.** Na contratação temporária não há necessidade de criação ou preexistência de cargos, exige-se sim a definição do quantitativo de vagas/funções, por meio da lei, que autorizou a contratação, sendo dispensável para os casos de substituição de servidor". e demais Leis que criaram os cargos.

RESOLVE:

I – CONVOCAR candidatos Classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde, situadas na Avenida Getúlio Vargas – S/Nº, bairro Santa Isabel na sala do setor de Gestão de Pessoas da Secretaria, nos dias **22/10 e 25/10/2021 das 08:00 as 11:00 e 14:00 as 17:00** horas para apresentar as documentações para a devida contratação nos termos do **Edital 002/2020 do Processo Seletivo Simplificado de Títulos**, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme **Anexo II.**

Cáceres-MT, 21 de outubro de 2021.

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

CARGO: ENFERMEIRO (A) – SMS

CL.	NOME	SITUAÇÃO
0109	KARLA SILVA DA PAIXÃO	CLASSIFICADO (A)

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	DOCUMENTOS	ENTREGUE
01	Cópia dos documentos: RG E CPF	
02	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento	
03	Cópia do Título de Eleitor	
04	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais	
05	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)	
06	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)	
07	Cópia CNH (em caso do cargo especifico verificar a categoria exigida)	
08	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP	
09	Cópia do Diploma/Comprovante de escolaridade **(autenticado)**	
10	1 Foto 3X4 Atualizada	
11	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão Regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade.	
12	Número CPF Pai, Mãe, cônjuge quando for casado, filhos/Dependentes, se os pais forem falecidos apresentar atestado de óbito (autenticado) ou declaração de não convivência com os pais (autenticado)	
13	Cópia da Certidão de Nascimentos dos Filhos	
14	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco anos	
15	**Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)**	
	DEMAIS DOCUMENTAÇÕES	
16	Comprovante de Residência atual (copia conta de água, luz, telefone ou contrato de locação imóvel	
17	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, **com firma reconhecida.**	
18	Atestados Médicos Admissional emitido pelo médico do trabalho, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo.	
19	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais junto ao Estado de Mato Grosso 1º e 2º Grau	
20	Certidão Criminal Federal 1º e 2º Grau	
21	Declaração de Bens/Imposto de Renda, **com firma reconhecida.**	
22	Telefone e E-mail	

TERMO ADITIVO Nº 101/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 026/2020 - PROCESSO SELETIVO 004/2019 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 101/2021 – SMS

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO Nº 026/2020 – SMS, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O PROFISSIONAL IAGO CUNHA MATOS

Que entre si celebram, de um lado o Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, denominado Contratante, e o (a) senhor (a) **IAGO CUNHA MATOS**, Brasileiro, Solteiro, Residente e Domiciliado na Praça Vilas Boas, N° 62, Centro, em Cáceres - MT, portadora do RG n° 23836806 SSP/DF e CPF n° 046.297. 661-03, daqui por diante denominado (a). Contratado (a).

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (DO OBJETO) e Cláusula 10ª, passando a partir de 01/08/2021 a vigorar da seguinte forma:

O Objeto do presente Contrato por prazo determinado consiste na contratação, **IAGO CUNHA MATOS** no cargo de Médico Clinico Geral, 20 horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Testagem e Aconselhamento – CTA/SAE da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional Programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2039	3.1.90.04	1.0.2

Cláusula 2ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 01 de outubro de 2021.

_____

IAGO CUNHA MATOS

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
EDITAL DE ELEIÇÃO PARA O BIÊNIO 2022/2023 - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CÁCERES

O Conselho Municipal de Turismo de Cáceres realizará **Eleição de Diretoria para o biênio 2022/2023**, no dia **30 de novembro de 2021**, das 13h30 horas às 19h30 horas na Secretaria de Cultural e Turismo de Cáceres situada à Rua Riachuelo, nº 01, ficando convocados todos os membros do Conselho conforme deliberação da Comissão Eleitoral.

Foram designados em Assembleia, realizada no dia 29 de setembro de 2021, para compor a Comissão Eleitoral os membros conselheiros**: Lygia Cristina Menezes de Lima, Antônio Carlos Viana Costa e Natalie Charlise Gonçalo**, ficando sob a presidência do primeiro.

Estarão aptos a votar todos os conselheiros titulares, ou seus suplentes (em casos de ausência do titular justificada por escrito) conforme dita o Regimento Interno deste Conselho, os quais tenham sido indicados pelas instituições com assento no Comtur e regulares até o dia 03 de novembro de 2021.

Até o dia 20 de novembro às 17h30 poderão ser entregues na SMTC os requerimentos de inscrição das chapas completas que pretendem concorrer à eleição para os cargos de **Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro, 2º Tesoureiro**, podendo participar das chapas somente os membros titulares do Conselho que foram indicados oficialmente por suas instituições ou órgãos em tempo hábil**; é vetada a participação de um mesmo conselheiro em mais de uma chapa.** As chapas inscritas no prazo serão afixadas no mural da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo na data da eleição, ou seja, 30 de novembro de 2021.

Também serão eleitos **três membros para o Conselho Fiscal,** podendo concorrer somente os conselheiros titulares. Os conselheiros que desejarem se candidatar para conselho fiscal poderão se inscrever de forma individual até o dia 19 de novembro às 17h30 horas .

O prazo de deferimento das candidaturas será de até 48 horas após a entrega das chapas e caso seja necessário algum recurso, o prazo será de até 48 horas após o prazo de deferimento.

Em caso de impugnação da eleição, a mesma poderá ser entregue por escrito até às 17h30 horas do dia 1º de dezembro de 2021, entregues à Comissão Eleitoral na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, com decisão em até 48 horas.

Cáceres MT, 21 de outubro de 2021.

Comissão Eleitoral:

Presidente: Lygia Cristina Menezes de Lima

Membro do Comtur: Antonio Carlos Viana Costa

Membro do Comtur: Natalie Charlise Gonçalo

TERMO ADITIVO Nº 100/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 087/2021 - PROCESSO SELETIVO 002/2020 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 100/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 01º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 087/2021

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, de ora em diante denominado (a) simplesmente contratante, e o (a) senhor (a), **MARILSI DAS DORES QUEIROZ**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Dos Lavapés, S/Nº, Monte Verde, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° 1514948-0 SSP/MT e CPF n° 000.777.331-50, daqui por diante denominado (a). Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **MARILSI DAS DORES QUEIROZ** no cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro de Atendimento e Testagem – CTA - da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter seu **término em 10 de abril de 2022.**

Cláusula 3ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2039	3.1.90.04	102

Cláusula 4ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 18 de outubro de 2021.

_____

MARILSI DAS DORES QUEIROZ

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
EDITAL DE LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO Nº 0018/2021 – LIMPEZA DE TERRENOS

LANÇAMENTO DE AUTO DE INFRAÇÃO DE OFÍCIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA na forma da lei, faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que por ele NOTIFICA os sujeitos passivos abaixo identificados, que se encontram em lugar incerto e não sabido quanto ao lançamento de auto de infração de ofício, devidamente fundamentado no Título II, Capítulo II, Seção IV - Dos terrenos não edificados -, artigos nº. 161 e 162 da Lei Complementar nº. 19 de 21/12/1995 - Código de Obras e Posturas Municipais.

Trata-se de lançamento de Auto de infração de Ofício ante o descumprimento de notificação via edital.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA procederá com o lançamento de multa no valor de 50 (cinquenta) unidades fiscais do município (UFIC), acrescidas de eventuais valores de limpeza de terreno, a ser executada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA, com a conseqüente inscrição do contribuinte na DIVIDA ATIVA da PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, para fins de propositura da Ação de Execução Fiscal.

SUJEITO PASSIVO	CPF/CNPJ	INSCRIÇÃO IMOBILIARIA	ENDEREÇO DO TERRENO	NÚMERO E DATA DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO	VALOR DA MULTA (50 UFIC)
SIND. DOS SERV. FEDERAIS DA EDUCAÇÃO	00.000.000/0284-24	200200750231001	Av. Getúlio Vargas, s/n, Bairro Santa Isabel	nº 21/2021 de 05/10/2021	R$ 2.809,50

EMERSON FLORES DA MOTA MACIEL MENEZES

GERENTE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS E AMBIENTAL

VITOR MIGUEL DE OLIVEIRA

SECRETARIO MUNICIPAL DE FAZENDA

ASSESSORIA TECNICA
EXTRATO DO 9° TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 199/2019-PGM

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 9° Termo Aditivo de Prazo ao Contrato Administrativo n.º 199/2019-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: ISOFEN ENERGY ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE LTDA

Objeto: Aditar o **PRAZO DE VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 199/2019 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística** e a empresa **ISOFEN ENERGY ENGENHARIA DE SUSTENTABILIDADE LTDA,** em mais **180 (cento e oitenta)** dias.

Cáceres – MT, 21 de outubro de 2021.

Wesley de Sousa Lopes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Logística

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 853 DE 13 DE OUTUBRO DE 2021.

"REGULAMENTA OS ARTIGOS 283 e 284 e SEGUINTES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 19, DE 21/12/1995 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 74, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando nº 30.306 de 27 de setembro de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Fica regulamentada a Taxa de Construção de Calçada quando compulsoriamente prestados ao contribuinte, com valor R$ 1,037 UFIC´s - Unidade Fiscal de Cáceres por metro quadrado, na forma dos artigos 283 e 284, da Lei Complementar nº 19, de 21/12/1995.

Art. 2º O valor previsto no artigo 1º foi parametrizado com base no preço referencial da tabela SINAPI de agosto/2021, conforme discriminado no anexo único.

Art. 3º A taxa de construção de calçada terá como fato gerador a execução do respectivo serviço de construção pela municipalidade, não obstando a aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de outubro de 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres

ANEXO ÚNICO

TABELA SINAPI – CEF (Considerando uma calçada de 12 m de testada, por 1,5 m de largura e 7 cm de profundidade)	

LIMPEZA MANUAL DE VEGETAÇÃO EM TERRENO COM ENXADA	VALOR R$ 51,12
REATERRO MANUAL APILOADO COM SOQUETE	VALOR R$ 38,75
COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	VALOR R$ 10,26
EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. ESP. 7,00 CM	VALOR R$ 967,57

Custo = R$ 1.067,70 = R$ 59,32

18

Valor da UFIC em setembro de 2021 = R$ 57,17

Custo m² em UFIC = 59,32 **= 1.037**

57,19

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº876, DE 19/10/2021.

TRANSFERE *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **transferidas** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 117 04.122.1007.2018.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 10.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 947 15.453.1007.2241.0000 GESTAO DE EXCELENCIA 9.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 19.000,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 04 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Ficha: 122 04.122.1007.2018.0000 GESTAO DE EXCELENCIA -10.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

Ficha: 955 15.453.1007.2241.0000 GESTAO DE EXCELENCIA -9.000,00

4.4.90.52.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERM

TOTAL DAS ANULAÇÕES -19.000,00

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO OBJETO DO EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 29/2021 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO

REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO

Interessada: Prefeitura Municipal de Cáceres

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Onde se lê Objeto: Registro de Preço para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas e acondicionadas em marmitex para atender à demanda do Município de Cáceres**,** para as Secretarias de Saúde, Esporte e lazer, Turismo e Cultura, Educação e Infraestrutura e Logística.

Leia – a sê Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de consumo, limpeza e Higiene, visando atender a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Cáceres-MT.

Cáceres-MT 21 de Outubro de 2021.

MUNICIPIO DE CÁCERES – MT

Secretária Municipal de Assistência Social

FABIOLA CAMPOS LUCAS ANTUNES

CPF nº 452.509.601-20

RG nº 2570057-0 SSP/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 228/2021 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARIA TEREZA SOARES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Campos Vidal , n° sem número , Cavalhada 1 , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 0421323-8 SSP-MT e CPF n.º318.439.301-10, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da CF, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARIA TEREZA SOARES ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Dom Máximo Biennes , com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, Em substituição ao professor Ademildo Pereira que solicitou rescisão contratual, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01de Outubro de 2021 e término em 06 de Janeiro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.164,64 (Dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód**. Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm**. Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2021

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 874, DE 19/10/2021.

REMANEJA *recursos do orçamento vigente de 2021*

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.934/2021.

DECRETA

Art. 1º - Ficam **remanejados** na forma do anexo deste decreto, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021:

Art. 2º - A alteração introduzida pelo presente Decreto não implica em abertura de crédito adicional, suplementar, especial ou mesmo extraordinário, já que efetuada dentro dos limites dos grupos de despesa impostos na Lei de nº2934, de 23 de março de 2021 e dentro dos valores aprovados para os poderes, órgãos e unidades contempladas.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

ANEXO

ACRÉSCIMOS

LOCAL:02 PODER EXECUTIVO

02 08 01 SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA

Ficha: 530 15.122.1003.1088.0000 SERVIÇOS PUBLICOS PARA SOCIE 286.556,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 286.556,00

REDUÇÕES

LOCAL: 02 PODER EXECUTIVO

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Ficha: 156 99.999.1010.0999.0000 OPERAÇÃO ESPECIAL -286.556,00

9.9.99.99.00 RESERVA DE CONTINGÊNCIA

TOTAL DAS ANULAÇÕES -286.556,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº873, DE 19/10/2021.

Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso e gozo de suas legais atribuições e de acordo com a Lei N.º 2.916/2020.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar nos termos do item III, parágrafo primeiro do Art. 43 da Lei n.º 4.320 de 17 de março de 1964, no valor de R$14.900,00 distribuídos as seguintes dotações:

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

135 04.123.1008.2021.0000 MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS 900,00

3.3.90.14.00 DIÁRIAS - CIVIL F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

816 08.244.1009.2109.0000 SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA - PAIF/SCFV 1.000,00

3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

947 15.453.1007.2241.0000 MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO 13.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

Art. 2º - Para cumprimento do artigo anterior e de acordo com o art. 43, parágrafo 1º inciso III da Lei Federal nº 4.320/64 ficam parcialmente anuladas as seguintes dotações orçamentárias:

02 05 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

137 04.123.1008.2021.0000MANUT. E ENC. C/ AS ATIVIDADES DA SEC. DE FINANÇAS -900,00

3.3.90.33.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO F.R. Grupo: 1.00

02 12 02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

812 08.244.1009.2109.0000SERVICOS DA PROTECAO SOCIAL BASICA - PAIF/SCFV -1.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R. Grupo: 1.00

02 16 01 SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

953 15.453.1007.2241.0000MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRANSITO -13.000,00

3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ F.R. Grupo: 1.00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 223/2021 – SME POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA**, de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o senhor(a) **FLÁVIA DOS SANTOS NASCIMENTO,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Avenida Dos Bandeirantes, Nº 987, Bairro DNR, Município de Cáceres- MT, portador (a) do RG n.º 2057446-0 SSP-MT e CPF n.º 031.347.561-02, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da CF, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público da senhora **FLÁVIA DOS SANTOS NASCIMENTO,** no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, para exercer suas funções na Escola Municipal Brincando e Aprendendo com **carga horária de trabalho de 40 (QUARENTA) horas semanais**, Seu chamamento se justifica e encontra amparo no inciso IX do caput do art. 37 da Constituição Federal , garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de Outubro de 2021 e término em 30 de Dezembro de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO:O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de R$ 1.058,26 (Um mil, cinquenta e oito reais e vinte seis centavos) mensais.

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente.

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª O Município descontara do vencimento do contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Cláusula 6ª O pagamento referente a carga horaria serão realizados mensalmente de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 7ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Cláusula 8ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Órgão unidade

Cód. Órgão	Cód. Unid Orçamentaria	Cód. Função	Cód. Sub função	Cód. Programa	Num. Projeto-atividade-de	Cód. Da categ. Econômica	Cód. Do grupo de natureza de despesa	Cód. da modalidade de aplicação	Cód. Elem. de despesa	Cód. Sub elemento de despesa	Cód. ID de uso e destinação de recurso	Cód. Grupo de destinação de recurso	Cód. da especificação da destinação de recurso	Unid. Orçamentaria
07	02	12	361	1004	2061	3	1	90	04	00	00	1	01	077057

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 9ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; b) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; c) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; d) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; e) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 10ª A contratado, obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal; b) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual; c) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo, solicitada pela coordenação escolar ou geral; d) Requerer expressamente, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato; e) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais; f) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados; g) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;** h) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual; i) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo. j) O município descontara do vencimento da Contratada, eventuais faltas ao serviço não justificadas;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 11ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 12ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de Providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 13ª O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Cláusula 14ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 15ª Ao termino da vigência do presente contrato de trabalho, tem-se por rescindido a relação trabalhista entre as partes, formalizando o fim do vínculo empregatício;

Cláusula 16ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 17ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2021.

CONTRATADO (A)

_____

Liamara Rodrigues da Silva CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

NOME:_____

RG:_____

CPF: _____

MEMBRO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO/ SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 27-2021 COM REGISTRO DE PREÇO MENOR PREÇO

Interessada: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de computador específico de

uso em engenharia, visando atender a Secretaria Municipal de Infraestrutura e

Logística e a Assessoria Técnica I.

Empresa Vencedora: MAPPE BRASIL CNPJ Nº 13.266.239/0001-50, perfazendo um valor total R$80.000,00 (Oitenta mil reais)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78210.906, ou baixadas no portal http://www2.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma ou gov.br/compras.

Prefeitura de Cáceres-MT, 21 de Outubro de 2021.

WILTON BENTO PIMENTA

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 484/2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 225/2021 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **MARILZA DA SILVA CHAVES ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua Floriano Peixoto , n° sem número , Jardim União , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 1115108-0 SSP-MT e CPF n.º907.534.701-44, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da CF, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **MARILZA DA SILVA CHAVES,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Vila Real, com **carga horária de trabalho de 25(Vinte Cinco) horas semanais**, Em substituição ao professor Everaldo Mendes que solicitou exoneraçãp, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01 de Outubro de 2021 e término em 6 de Janeiro de 2022.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$2.705,75 (Dois mil centos e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2021

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATO Nº 226/2021 – SMED POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 005/2019

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Educação, **LIAMARA RODRIGUES DA SILVA** de ora em diante denominada simplesmente Contratante, e o (a) senhor (a), **IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO ,** brasileiro (a) residente e domiciliado (a) na Rua da FEB, n° sem número , Jardim Paraiso , Município de Cáceres MT, portador (a) do RG Nº 2957815-9 SSP-MT e CPF n.º894.387.521-53, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da CF, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação, por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público do (a) senhor (a) **IVETE CAMARGO DE CARVALHO MELO ,** no cargo de Professor (a) Licenciado (a) em Pedagogia, para exercer suas funções na Escola Municipal Isabel Campos, com **carga horária de trabalho de 20(Vinte) horas semanais**, Em substituição a professora Sandriele Ortega Dias que está exercendo suas atividades laborais em domicílio, por meio de teletrabalho/trabalho remoto conforme estabelecido no decreto nº 734 de 01/9/2021, Art. 6, garantindo o direito dos 200 (duzentos) dias letivos conforme o calendário escolar.

Parágrafo único A carga horária do contrato poderá ser reduzida a qualquer momento mediante alteração da matriz curricular.

DO PRAZO

Cláusula 2ª A referida Contratação por prazo determinado tem início em **01de Outubro de 2021 e término em 30 de Dezembro de 2021.**

PARAGRAFO ÚNICO: O presente contrato poderá ser prorrogado por igual período sem exceder 02 (dois) anos de vinculo, de acordo com o interesse e justificativa da Secretaria Municipal de Educação.

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª O Município pagará a título de salário o valor de **R$ 2.164,64 (Dois mil cento e sessenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) mensais.**

DOS SERVIÇOS O CONTRATADO

Cláusula 4ª Responsabilizar-se a, integramente, pelo que forem demandados pela CONTRATANTE, em conformidade com a normatização pertinente, cronogramas de aulas, materiais didáticos necessários (aulas práticas e teóricas).

DA FORMA DE PAGAMENTO

Cláusula 5ª Os pagamentos referentes às horas/aulas ministradas serão realizados mensalmente após de acordo com a folha de frequência.

DO ACOMPANHAMENTO E DA EXECUÇAO DO CONTRATO

Cláusula 6ª A gestora da unidade anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto do presente contrato, determinado o que for necessário a regularização das faltas, reposições e ou adequações necessárias para o cumprimento dos dias letivos.

DA DOTAÇAO ORÇAMENTARIA

Cláusula 7ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão a conta da seguinte dotação orçamentaria da Secretaria Municipal de Educação:

Cód. Órgão	**Cód.** Unid. Orçamentaria	**Cód.** Função	**Cód.** Sub função	**Cód.** Programa	**Núm.** Projeto-atividade	**Cód.** Da categ. Econômica	**Cód.** Do grupo de natureza de despesa	**Cód.** da modalidade de aplicação	**Cód.** Elem. de despesa	**Cód.** Sub elemento de despesa	**Cód.** ID de uso e destinação de recurso	**Cód.** Grupo de destinação de recurso	**Cód.** da especificação da destinação de recurso	**Unid.** Orçamentaria
07	003	12	361	1004	2068	3	1	90	04	00	0	1	18	077064

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATANTE

Cláusula 8ª Constituem obrigações do CONTRATANTE:

a) Aprovar o(s) projeto(s) pedagógico(s) a serem executados na unidade escolar; b) Comunicar ao CONTRATADO toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO; c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO; d) Propiciar recursos para que o CONTRATADO possa desempenhar seus serviços dentro das normas; e) Verificar a regularidade de recolhimento dos encargos sociais antes do pagamento; f) Efetuar o pagamento ao CONTRATADO, na forma convencionada neste;

DAS OBRIGAÇOES DA CONTRATADA

Cláusula 9ª A contratado obriga-se, ainda:

a) Ser assíduo e comprometido com que é proposto pela Educação Municipal;

b) Realizar o controle da frequência e do desempenho escolar dos alunos;

c) Cumprir a carga horaria semanal estabelecida para a função na qual foi selecionado, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato, sob pena de rescisão contratual;

d) Apresentar documentação mensal relativa à execução de suas atividades ao gestor da unidade, para efeito de comprovação de assiduidade;

e) Estar ciente de que poderá ser convocado a qualquer momento a participar de reuniões em caráter administrativo e pedagógico, solicitada pela coordenação escolar ou geral;

f) Requerer expressamente, **com antecedência mínima de 30 (trinta) dias** ao gestor da instituição de ensino, o interesse em rescindir o contrato;

g) Zelar pelo patrimônio público, desde a estrutura física, a identidade e os valores institucionais;

h) Entregar planejamento anual antes do início das aulas, o qual poderá ser solicitado pela Coordenação escolar e pela Coordenação Pedagógica da Secretaria Municipal de Educaçãosua alteração e/ou adequação;

i) Planejar as aulas e atividades didáticas e ministra-las seguindo as orientações do projeto político pedagógico da unidade, bem como do material didático;

j) Adequar aprendizagem dos alunos as necessidades especificas do público-alvo;

k) Elaborar o conteúdo programático adequando conteúdo, aulas, materiais didáticos, mídias e bibliografia as necessidades dos alunos da unidade escolar;

l) Registrar diariamente em tempo real e em sistema próprio a frequência dos alunos;

m) Avaliar e registrar o desempenho dos alunos;

n) Manter as planilhas diárias atualizadas, e apresenta-las sempre que solicitado pelo coordenador pedagógico e ou coordenação geral da Secretaria Municipal de Educação;

o) Entregar toda documentação a secretaria escolar dentro do prazo exigido após a finalização do bimestre;

p) Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE, sujeitando-se a ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;

q) Comunicar imediatamente o Coordenador pedagógico escolar a ausência do aluno 2 (dois) dias consecutivos sem justificativa;

r) Arcar com todo ônus relativo ao seu deslocamento, hospedagem, alimentação e demais custos que advenham da sua permanecia no local de trabalho**;**

s) A abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretara em rescisão contratual;

t) Justificar ao coordenador ou diretor da unidade escolar, através de documento a falta que vier a ocorrer, assim como a data da reposição do dia letivo.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Cláusula 10ª Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato ou avaliação que comprove a não cumprimento das atribuições inerentes à função para a qual foi contratado o profissional, será aplicada a sansão prevista no ordenamento jurídico;

Cláusula 11ª Este contrato por prazo determinado vincula-se ao regime geral de providencia Social – INSS para o qual a Contratada contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto;

DA RESCISÃO

Cláusula 12ª A inexecução total ou parcial do objeto deste CONTRATO ou resultado não favorável na avalição de desempenho do profissional enseja na sua rescisão de forma unilateral;

Cláusula 13ª *O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.*

Cláusula 14ª Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Cláusula 15ª Fica eleito o Foro da comarca de Cáceres para dirimir qualquer controvérsia oriunda deste contrato.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Setembro de 2021

_____

CONTRATADO (A)

_____

LIAMARA RODRIGUES DA SILVA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

NOME:_____

RG Nº:_____

CPF Nº:_____

TERMO ADITIVO Nº 093/2021 - ADITIVO CONTRATUAL - CONTRATO Nº 104/2021 - SMS

TERMO ADITIVO Nº 093/2021 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO: 2º ADITIVO CONTRATUAL – CONTRATO Nº 104/2021

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário (a) Municipal de Saúde, **ELIS FERNANDA DE MELO SILVA**, de ora em diante denominado (a) simplesmente contratante, e o (a) senhor (a), **LETICIA CRISTINO FRANCISCO**, Brasileiro (a), Residente e Domiciliado (a) na Rua Sem Denominação, S/Nº, Vitoria Régia, em Cáceres-MT, portador (a) do RG n° MG-23. 599.019 PM/MG e CPF n° 430.562.978-00, daqui por diante denominado (a). Contratado (a), pelo presente Contrato por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato, conforme as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da vigência da contratação de **LETICIA CRISTINO FRANCISCO** no cargo de Médica Plantonista em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções na Unidade de Pronto Atendimento - UPA da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres.

Cláusula 2ª – O prazo de vigência da referida Contratação passa a ter seu **término em 24 de abril de 2022.**

Cláusula 3ª – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde:

Órgão/Unidade	Funcional programática	Natureza de Despesa	Fonte de Recursos
020601	10.301.1002.2041	3.1.90.04	102

Cláusula 4ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 07 de outubro de 2021.

_____

LETICIA CRISTINO FRANCISCO

Contratado (a)

_____

ELIS FERNANDA DE MELO SILVA

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº489 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

*"*Instaurar Processo Administrativo que vise regularizar a documentação do veículo Fiat Uno Fire, 2006/2006, Placa KAT-8477".

JOSE BUENO VILELA, Prefeito do Município de Campinápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

Considerando a lei Complementar nº 01/1993;

Considerando o Ofício nº 01/2021;

Considerando o Ofício nº 481/2021/GPM – Gabinete Municipal

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo que vise regularizar a documentação do veículo Fiat Uno Fire, 2006/2006, Placa KAT-8477, Renavan 888324456,

Art. 2º - A apuração dos fatos e recomendações ficará a cargo da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nomeado através da Portaria n° 212/2021 e suas alterações.

Art. 3º - O Processo de Sindicância será concluído nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 001/93.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º -. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis MT, em 21 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº491 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Instaura Processo Administrativo em face do servidor L T. S.".

JOSE BUENO VILELA, Prefeito do Município de Campinápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

Considerando a lei Complementar nº 01/1993;

Considerando o Ofício nº 472/2021/GPM – Gabinete Municipal;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apurar possível irregularidade relacionada a conduta do Servidor: **LEOMAR TAVARES DA SILVA**,

Art. 2º - A apuração dos fatos e recomendações ficará a cargo da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nomeado através da Portaria n° 212/2021 e suas alterações.

Art. 3º - O Processo de Sindicância será concluído nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 001/93.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º -. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis MT, em 21 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Quinto Termo aditivo ao Contrato Administrativo Nº 046/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT.

Contratada: VÓLUS TECNOLOGIA E GESTÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, CNPJ nº. 03.817.702/0001-50.

Objeto: 1- O acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) no valor do contrato;

2- alterar a CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR, do contrato original, que passa a ter o valor global de R$ 1.710.898,12 (um milhão setecentos e dez mil oitocentos e noventa e oito reais e doze centavos).

Ratificação: Ficam ratificadas as demais clausulas não mencionada neste Termo Aditivo

Assinam: José Bueno Vilela – por parte da CONTRATANTE e Dario da Costa Barbosa Junior – por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº490 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Instaura Processo de Sindicância em face da servidor F. B. M. F.

JOSE BUENO VILELA, Prefeito do Município de Campinápolis-MT, no uso de suas atribuições legais, e, especialmente:

Considerando a lei Complementar nº 01/1993;

Considerando o Ofício nº 473/2021/GPM – Gabinete Municipal;

Considerando Denuncia protocolada no dia 05/10/2021;

RESOLVE

Art. 1º - Instaurar Processo de Sindicância para apurar possível irregularidade relacionada a conduta do Servidor: **FRANKLIN BENEDITO MOTA FERREIRA**,

Art. 2º - A apuração dos fatos e recomendações ficará a cargo da Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar nomeado através da Portaria n° 212/2021 e suas alterações.

Art. 3º - O Processo de Sindicância será concluído nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 001/93.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º -. Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campinápolis MT, em 21 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
COVID-19: DECRETO Nº 3.735 DE 20 OUTUBRO DE 2021

DECRETO Nº 3.735 DE 20 OUTUBRO DE 2021

"Autoriza a prorrogação do Decreto nº 3.717/2021 até o dia 19.11. 2021- referente às Medidas Preventivas do coronavírus – COVID – 19, bem como autoriza o retorno de TODOS os estudantes às aulas presenciais na rede municipal de ensino e dá outras providências"

JOSÉ BUENO VILELA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS – MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO o quantitativo de casos ativos de contaminação pelo COVID-19 em nosso Município, no Estado do Mato Grosso;

CONSIDERANDO a taxa de vacinação em nosso Município;

CONSIDERANDO a taxa de ocupação dos leitos públicos disponibilizados para internação e dos leitos de UTIs, exclusivos para Covid-19 em nosso Estado;

CONSIDERANDO que a pandemia ocasionada pelo COVID-19, tem a sua propagação e contágio através de contatos por proximidade e aglomerações, fazendo-se necessário que sejam tomadas providências no sentido de coibir a sua propagação;

CONSIDERANDO que a necessidade de adoção de medidas não farmacológicas para evitar a disseminação do COVID-19 sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas;

CONSIDERANDO o comprometimento da Administração Pública com a preservação da saúde, e bem estar de toda a população campinapolense;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 662/2021/GS/SEDUC/MT** a qual determinou o retorno de todos os estudantes da Rede Estadual de Ensino desde o dia 18.10.2021;

DECRETA

Art. 1º - Fica **prorrogado o Decreto nº 3.717** de 30 de setembro de 2021 até o dia 19.11.2021.

Art. 2º. Fica alterado o art.11º do Decreto nº 3.717/2021, nos seguintes termos:

"Art. 11. (...)

(...)

III- Fica autorizado o retorno de TODOS os estudantes às aulas presenciais junto à rede municipal de ensino, com a manutenção e cumprimento das regras de prevenção e combate ao novo coronavírus – COVID-19;

(...)"

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Faz parte integrante deste Decreto o Anexo I, contendo o Boletim Diário de Situação do Coronavírus – COVID-19 em Campinápolis – MT do dia 20/10/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, Campinápolis - MT, 20 de outubro de 2. 021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

ANEXO I

BOLETIM DIÁRIO DE SITUAÇÃO DO CORONAVÍRUS – COVID-19 EM CAMPINÁPOLIS – MT DO DIA 20/10/2021. (anexo no site)

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2021 - GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 27/2021 - GPM

"Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 – cargos de: Professor Ensino Fundamental Zona Rural, Professor Educação Infantil na Zona Rural (Esc. José Cordeiro); AAE/Nutrição – sede - que menciona e dá outras providências."

JOSÉ BUENO VILELA, Prefeito municipal de Campinápolis - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, homologado pelo Decreto nº 3577 de 05 de março de 2021.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 236/2021/SEMEC;

Considerando as leis nº1.295/2021 e 1.312/2021;

RESOLVE:

1.**CONVOCAR o(a)s**candidatos(as) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021 elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, **até as 17:00h do dia 28/10/2021**, com a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo habilitado (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens.

i. Declaração de não acúmulo de cargo público.

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, o candidato convocado deverá preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº01/2021 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e demais Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2021, por parte do candidato, a Diretoria de Recursos Humanos atestará entrega de documentos, para fins de apresentação junto a SEMEC.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverá se apresentar de imediato na Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SEMEC.

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no momento da entrega dos demais documentos.

Publique-se. Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021

AAE/NUTRIÇÃO – SEDE					
Nº Ordem	Nº Inscrição	NOME	Data de Nascimento	Pontuação	Classificação
3.	052	**Rosiclene dos Reis Mendes de Oliveira**	06.01.1991	27,0	3º

PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL					
Nº Ordem	Nº Inscrição	NOME	Data de Nascimento	Pontuação	Classificação
2	145	**Pollyanne Costa Correia e Silva**	02.08.1995	33,0	2º

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL – ZONA RURAL					
Nº Ordem	Nº Inscrição	NOME	Data de Nascimento	Pontuação	Classificação
2	058	**Ricardo Inácio Batista**	16.06.1995	31,0	2º

Gabinete do Prefeito Municipal, 21 de outubro de 2021.

JOSÉ BUENO VILELA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 065/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 065/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

MOREIRA & CIA LTDA PATRICIO MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA STAR PRIME LTDA A. G. DA SILVA & CIA LTDA A. PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO CONSTRUFER MAQUINAS CONSTRUCOES FERR. BARAO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO R J M COMERCIAL EIRELI CONSTRUTORA VILLAGE LTDA DIPAR FERRAGENS – EIRELI L C GUEDES EIRELI FM SERVICOS COMBINADOS LTDA NOVOACO COMERCIO DE FERRO E ACO LTDA MULTUS COMERCIAL LTDA - ME

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 087/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 345 E 346/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 087/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

RESTAURANTE PARADA 364 LTDA GABRIELE MARIANO ROCHA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 093/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 362/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 093/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: NORTHWEST MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 097/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 365/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 097/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: G. V. DE ABREU SILVA EIRELI

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 100/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 367/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 100/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: STREET DECOR IMPORTACAO INDUSTRIA E COMERCIO

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 028/2021

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 185/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 028/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: R. O. DA SILVA & CIA LTDA

Objeto: Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PP 024/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 366/2021** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 024/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: A. S. DE LEAO PUBLICIDADE E EVENTOS ME

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
PORTARIA Nº 929, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

AUTORIZA A SERVIDORA **STELLA REGINA PYDD PILGER** A CONDUZIR VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS.

TERMO DE APOSTILAMENTO

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 292 de 2020** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 50/2020.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: J.B SILVA ME

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto **INSERIR** a Srª. **ROBERTA CRISTINA FREITAS SILVA** como Agente Fiscalizadora da referida Ata de Registro de Preços,respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993. Tal inserção foi solicitada através do memorando nº 609/2021, oriundo da Secretaria de Municipal de Assistência Social.

Campo Novo do Parecis-MT, 20 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

AVISO DE LICITAÇÃO PE 114/2021

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO RP 114/2021

Recebimento das propostas: **a partir do dia 22 de outubro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Do encerramento das propostas: **dia 12 de novembro de 2021, às 08:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Data de abertura das propostas: **dia 12 de novembro de 2021, às 09:00 horas.**

(horário de Brasília - DF)

Início da sessão de disputa de preços: **dia 12 de novembro de 2021, às 09:05 horas.**

(horário de Brasília - DF).

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais de fisioterapia.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: https://bllcompras.com/ **Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108, o edital na integra poderá ser retirado pelo site:** www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 21 de outubro de 2021**.**

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE RESULTADO PP 025/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS, através do seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação com modalidade PREGÃO PRESENCIAL 025/2021, destinado à REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza mecanizada de fossas sépticas, caixas de gorduras e desentupimento de tubulações, teve como vencedoras as empresas: WANIA DE ALMEIDA LEITE MORAIS com valor total de R$ 37.941,07 (trinta e sete mil e novecentos e quarenta e um reais e sete centavos), RAIMUNDO IVENDO LEITE ME, com valor total de R$ 260.552,36 (duzentos e sessenta mil e quinhentos e cinqüenta e dois reais e trinta e seis).

Campo Novo do Parecis-MT, 21 de outubro de 2021.

_____

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 368/2021

PREGÃO PRESENCIAL 025/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: WANIA DE ALMEIDA LEITE MORAIS.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECANIZADA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURAS E DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÕES.

VALOR: R$ 37.941,07

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2021

PREGÃO PRESENCIAL 025/2021 – REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT.

FORNECEDOR: RAIMUNDO IVENDO LEITE ME.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA MECANIZADA DE FOSSAS SÉPTICAS, CAIXAS DE GORDURAS E DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÕES.

VALOR: R$ 260.552,36

PORTARIA Nº 922, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA A SERVIDORA **MARIA ESTHER AZAMBUJA TERRA.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/10/2021 a 13/11/2021.

SUSPENSÃO DE EDITAL

Pregão Eletrônico 106/2021

O Pregoeiro do Município de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 106/2021, que tem por objeto **Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria especializada na área de Plano Municipal de Educação, para realizar monitoramento e avaliação técnica do Plano Municipal de Educação de Campo Novo do Parecis-MT, enquanto avaliação de política pública, nas dimensões qualitativa e quantitativa**, que teria sua abertura no dia 21 de outubro de 2021.

Motiva-se a suspensão para adequações do Edital.

Campo Novo do Parecis 21 de outubro de 2021.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

PORTARIA Nº 918, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **IVANIR CRESTANI PRIMO.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/10/2021 a 10/01/2022.

PORTARIA Nº 921, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA A SERVIDORA **MAILZA APARECIDA LORENÇO FERREIRA.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 01/10/2021 a 28/10/2021.

PORTARIA Nº 920, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA A SERVIDORA **DENICLEI LOPES BARRETO.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 11/10/2021 a 11/11/2021.

PORTARIA Nº 919, DE 14 DE OUTUBRO DE 2021

CONCEDE AUXÍLIO-DOENÇA AO SERVIDOR **RAFAEL HENRIQUE DA SILVA.**

O benefício de auxílio-doença será concedido pelo período de 13/10/2021 a 08/11/2021.

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
OFÍCIO Nº 27/2021/AJ

À EMPRESA

AGROCERES MULTIMIX NUTRIÇÃO ANIMAL LTDA

REFERÊNCIA: ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO – PRAZO PARA MANIFESTAÇÃO FINAL

A empresa ora intimada, solicitou à Administração Pública a baixa do Registro 2.117 ou a anuência para autorizar o Cartório de Registro de Imóveis a realizar averbação do evento de incorporação.

Durante a apuração dos fatos, foi garantido o direito ao contraditório e ampla defesa, conforme prevê o § ú do art. 27 da Lei Municipal nº 1.458/2011.

Sendo a matéria discutida totalmente de direito, não há motivos para a realização de audiência e oitiva de testemunhas, haja vista haver subsídios suficientes na documentação trazida aos autos para decisão.

Diante do exposto, servimo-nos do presente para intimar Vossa Senhoria para, querendo, apresentar a manifestação final no prazo de 10 (dez) dias, conforme art. 44 da Lei supramencionada.

Anexo ao presente, segue-se cópia integral dos autos.

Sendo o que tinha a expor, nos colocamos a disposição para eventuais esclarecimentos.

Campo Novo do Parecis - MT, 18 de agosto de 2021

STELLA REGINA PYDD

ASSESSORA JURÍDICA - PORTARIA Nº 266/2021

OAB-MT Nº 11.236-O

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 795/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** JRC SUSTENTABILIDADE E CRÉDITOS DE FLORESTAS**, CPF/CNPJ:** 26.301.439/0001-48**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Rondônia, quadra 421, lote 44, bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o

Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 785/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** JRC SUSTENTABILIDADE E CRÉDITOS DE FLORESTAS**, CPF/CNPJ:** 26.301.439/0001-48**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Rondônia, quadra 421, lote 29, bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 783/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** CANUTO RODRIGUES OLIVEIRA**, CPF/CNPJ:** 176.245.841-15**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Sabiá, quadra 414, lote 13A bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 781/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** GENIVAL DE ALMEIDA**, CPF/CNPJ:** 013.317.865-09**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Araponga, quadra 404, lote 01B bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 772/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** DANI NAFEZ BAZI**, CPF/CNPJ:** 689.489.641-00**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Beija Flor, quadra 359, lote 15 bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 775/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** ABREU FOLLMANN E VIGANO LTDA**, CPF/CNPJ:** 08.988.022/0001-13**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Canarinho, quadra 379, lote 22 bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

TERMO DE APOSTILAMENTO PP 011/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 59 E 60/2021** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 011/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

A. S DE LEÃO FELIPE DAS CHAGAS FERREIRA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 776/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** ABREU FOLLMANN E VIGANO LTDA**, CPF/CNPJ:** 08.988.022/0001-13**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Canarinho, quadra 379, lote 23 bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que *institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências*:

Art. 37.(...)

Parágrafo Único **- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

Art. 3º. **Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 773/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR** AFONSO GOTERRA**, CPF/CNPJ:** 190.759.952-53**,** a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na rua/av. Ceará, quadra 367, lote 06B bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, **no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal

nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

***Parágrafo Único* - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.**

***Art. 3º.* Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.**

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 771/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF

nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato,

representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas

atribuições e prerrogativas legais, vem através desta NOTIFICAR MAGI NAFEZ BAZI, CPF/CNPJ: 569.429.821-

72, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na av./rua Ceará, quadra 359, lote 03 bairro Jardim

das Palmeiras, neste Município, no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta notificação, pelo

descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do

Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002

que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras

providências:

Art. 37.(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de

lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as

medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis,

evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e

outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de

Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do

imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do

imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e

1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta

lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato

à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento)

ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do

imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços

de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de

doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis

lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os

valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
NOTIFICAÇÃO 763/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF

nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecis – MT, neste ato,

representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas

atribuições e prerrogativas legais, vem através desta NOTIFICAR EURICO PEREIRA DE ARRUDA, CPF/CNPJ:

621.088.161-00, a efetuar a limpeza do lote de sua propriedade, situado na av. Amazonas, quadra 278, lote 06A

bairro Jardim das Palmeiras, neste Município, no prazo de 72 horas a contar da data do recebimento desta

notificação, pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código

Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei

Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores

transmissores e dá outras providências:

Art. 37.(...)

Parágrafo Único - Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de

lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.

Art. 3º. Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as

medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis,

evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e

outros vetores que transmitem doenças.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de

Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do

imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do

imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e

1.548/2013.

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta

lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato

à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento)

ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do

imóvel não tenha regularizado a situação, o Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços

de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de

doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis

lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os

valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

Campo Novo do Parecís-MT, 17 de setembro 2021.

_____ _____

Jason Alves Batista Neuton Bernardes Martins

Agente Fiscal Sanitário Agente Fiscal Sanitário

Recebi em ---------/---------/---------- Assinatura_____

DEPARTAMENTO DE LEGISLAÇÃO
EXTRATO DE ADITAMENTO

Aditivo nº 014 ao Contrato 044/2016

Partes: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS** x **INVIOLÁVEL CAMPO NOVO MONITORAMENTO DE ALARMES LTDA - ME**,inscrita no CNPJ sob n° 07.413.483/0001-03.

Objeto: Altera-se a vigência contratual para prorrogar por 06 (seis) meses, de 14 de outubro de 2021 a 13 de abril de 2022.

Valor: R$ 164.874,00

Dotação Orçamentária:

Órgão: 03. Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Administração

Programática: 03.001.04.122.0002.20011.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Livres - Sem Destinação de Recursos

Órgão: 06. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Unidade: 002. Desporto Comunitário

Programática: 06.002.27.812.0019.20036.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000 Recursos Ordinário Exercício

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 001. Gabinete da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Programática: 09.001.12.122.0002.20059.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.01.000000 – Receita de Impostos e de Transferências de Impostos – Educação – Exercício Anterior

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 002. Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.361.0007.20065.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.15.049000 – Transferências de Recursos do FNDE Salário Educação – Exercício

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 002. Departamento de Educação

Programática: 09.002.12.365.0007.20066.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.01.000000 - Recursos Ordinários – Exercício Anterior

Órgão: 09. Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Unidade: 003.

Programática: 09.003.12.365.0007.20067.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.01.000000 – Recursos Ordinários – Exercício

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.122.0008.20084.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.3.02.000000- Recursos Ordinários – Exercício Anterior

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.301.0009.20088.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0011.20092.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.42.020000-

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.302.0010.20094.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000 - Transferência De Recursos Do Sistema Único De Saúde – SUS – Estado - Exercício

Órgão: 10. Secretaria Municipal de Saúde

Unidade: 001. Fundo Municipal de Saúde

Programática: 10.001.10.303.0011.20095.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.02.000000-

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 001. Secretaria Municipal de Assistência Social

Programática: 11.001.08.122.0002.20103.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002. Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS

Programática: 11.002.08.244.0013.20104.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 004. Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Programática: 11.004.08.243.0013.20117.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 005. Departamento de Fomento ao Trabalho e a Renda

Programática: 11.005.11.334.0015.20120.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Programática: 11.005.11.334.0015.20121.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 008. Fundo Municipal de Apoio à Política do Idoso - FUMAPI

Programática: 11.008.08.241.0013.20125.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários – Exercício

Órgão: 11. Secretaria Municipal de Assistência Social

Unidade: 002.

Programática: 11.002.08.243.0013.20155.3.3.90.39.00.00

Fonte de Recurso: 0.1.00.000000- Recursos Ordinários - Exercício

Data: 21/10/2021

Secretaria: Secretaria Municipal de Administração, Assistência Social, Educação, Saúde, Esporte e Lazer.

TERMO DE APOSTILAMENTO PP 015/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 182/2021** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 015/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: N. ZABOLOSTKY

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PP 016/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 184/2021** DO PREGÃO PRESENCIAL **Nº 016/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: PAULO FERNANDO SILVA DE SANTANA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 06/2021

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 018/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 006/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: PANIFICADORA DOCE PAO LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 08/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 23, 24. 25, 26, 27, 28, 29, 30/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 008/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

MOREIRA & CIA LTDA STAR PRIME LTDA PEREIRA LEITE MATERIAIS PARA CONSTRUCAO BARAO DE PIRACICABA MATERIAIS DE CONSTRUCAO MANORT INDUSTRIA E COMERCIO DE TINTAS LTDA SIMONE AMADEU DA SILVA RODRIGUES & ASSIS LTDA MULTUS COMERCIAL LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** como agente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 07/2021

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 33/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 07/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: PRESTADORA DE SERVICOS ADF LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 015/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 015/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

PANIFICADORA DOCE PAO LTDA COMERCIAL ARENA SUTIL EIRELI ME LB LEÃO JÚNIOR PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI M 7 COMERCIO DE ALIMENTOS COMERCIAL LUAR LTDA GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMERCIO EIRELI L. M. CUSTODIO COMERCIO DE ALIMENTOS

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 044/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS **Nº 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 044/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

GRAFICA PARECIS EIRELI MARIA LUIZA P DE MATOS PROMO GRAFICA EDITORA E COMUNICACAO VISUAL EIRELI SPEEDGRAF GRAFICA E EDITORA EIRELI VTPRINT OUTDOOR E GRAFICA EIRELI A F GRAFICA EIRELI A VIEIRA SERVICOS EDITORA E GRAFICA 2020 LTDA O & P COMUNICACAO LTDA 4D DESIGNER GRAFICA E EDITORA LTDA ME ALTAIR DA SILVA SANTOS EIRELI

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado atra-

vés do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 051/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 166/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 051/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratada: WANIA DE ALMEIDA LEITE MORAIS

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 052/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 175 E 176/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 052/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

META EXTINTORES LTDA – EPP GLICERIA RASFASKI DE ARAUJO MENEZES

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

TERMO DE APOSTILAMENTO PE 069/2021

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 247, 248, 249, 250/2021** DO PREGÃO ELETRONICO **Nº 069/2021.**

Contratante: ***MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS,*** pessoa jurídica do direito público, estabelecida a Avenida Mato Grosso, 66, na Cidade de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob n° 24.772.287/0001-36.

Contratadas:

PEDRAGON AUTOS LTDA VALE COMERCIO DE MOTOS LTDA SAINT EMILION AUTOMOVEIS PECAS E SERVICOS LTDA VILLE DE FRANCE VEÍCULOS LTDA

Objeto: O presente Termo de Apostilamento tem como objeto substituir o agente fiscalizador **Sr. JHONATHAN IRANCHE SOARES,** deixando **Srª. SILVIA REGINA SCHNEIDERS** comoagente fiscalizador, das Atas de Registro de Preços, respaldado no art. 67 da Lei 8.666/1993, solicitado através do memorando nº 083/2021, da Secretaria de Municipal de Cultura e Turismo.

Campo Novo do Parecis - MT, 21 de outubro de 2021.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

JURÍDICO
LEI N°. 2740, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

DIPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO AFIM DE ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NOS TERMOS DO INCISO IX DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 37, IX da Constituição Federal de 1988, em consonância com o artigo 2º, inciso VIII, da Lei Municipal nº. 881/2003 e Lei Municipal nº. 2.466/2019, a contratar por prazo determinado, servidores para os cargos e vagas constantes do Anexo Único desta Lei, os quais atenderão situação de relevante interesse público, bem como demais situações temporárias de caráter excepcional.

Art. 2º. As contratações de que trata o artigo 1º desta lei serão realizadas mediante a realização e aprovação em Processo Seletivo Simplificado.

Art. 3º. As contratações objeto da presente lei, serão por tempo determinado, pelo período máximo de 01 (um) ano, admitida uma única prorrogação por igual período, desde que devidamente justificado a necessidade e o interesse público.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, com emenda.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 135/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna pública a **RETIFICAÇÃO** do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMA SINTÉTICA, LIXEIRAS E RESERVATÓRIOS DE ÁGUA**, na modalidade Pregão (presencial) **n° 135/2021** a se realizar no dia **08 de Novembro de 2021 às 13h30min**, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada de edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail: compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244**.**Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 21 de Outubro de 2021.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 076/2021, CUJO OBJETO É A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPACTAÇÃO DE SOLO, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, CONSTRUÇÃ

Contratante: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE

Contratado: PRENCON INCORPORADORA E IMOBILIÁRIA EIRELI

Objeto: Fica acrescido ao contrato originário, o valor de R$ 160. 251,34 (cento e sessenta mil, duzentos e cinquenta e um reais e trinta e quatro centavos).

Data de Assinatura: 21 de outubro de 2021.

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO CMDCA Nº 026/2021 DE 21 DE OUTUBBRO DE 2021.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 026/2021 DE 21 DE OUTUBBRO DE 2021.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90 e na Lei Municipal Nº 2076/2015, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na Reunião Extraordinária do dia 21 de outubro de 2021, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; Lei Municipal Nº 2.076 de 23 de Abril de 2015 – que dispõe sobre as deliberações dos recursos do FMDCA; Deliberação da Reunião Extraordinária deste Conselho, realizada em 21 de outubro de 2021 na Ata nº 015/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - APROVAR a prestação de execução parcial do **Projeto Gênesis - Palestras de Combate e Prevenção às Drogas e Projeto Oficinas de Hip Hop;**

Art. 2º - **DESIGNAR gestores da parceria do Projeto Construção da Brinquedoteca, Biblioteca e Videoteca Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Verde-APAE** no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)**.** Fica designada como gestora titular a servidora **ÉLIDA DORVALINA RODRIGUES BARBOSA** e gestor suplente o conselheiro**ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS;**

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 21 de Outubro de 2021.

ANDRÉ RÉGIS TAVARES NOVAIS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

---

JURÍDICO
COVID-19: LEI N°. 2739, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE APORTE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO SOCIAL AMIGOS DA SOLIDARIEDADE – ASAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica destinado aporte financeiro no valor de R$ 785.388,00 (setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais) para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS, a fim de subsidiar a manutenção e o plano de trabalho de 10 (dez) leitos de enfermaria e 10 (dez) leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), todos voltados para o atendimento dos pacientes no âmbito da emergência da Pandemia (Covid-19), nos termos da Portaria nº. 3.137 de 19 de novembro de 2020, Portaria GM/MS nº. 431, de 11 de março de 2021 do Ministério da Saúde, e Portaria nº. 249/2020/GBSES da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Parágrafo Único - Os valores de que tratam o *caput* do presente artigo deverão ser utilizados para a manutenção e funcionamento das unidades de terapia intensiva e enfermarias Covid-19, no âmbito municipal, referentes à competência do mês de outubro do exercício de 2021, sendo o referido aporte transferido em parcela única de R$ 785.388,00 (setecentos e oitenta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais), que serão custeadas por repasses federais, subsidiariamente com recursos estaduais e municipais devidamente discriminados em suas respectivas prestações de contas.

Art. 2º - O aporte financeiro objeto da presente Lei será transferido para a Associação Social Amigos da Solidariedade - ASAS mediante elaboração de Termo Aditivo ao Convênio nº. 019/2014, atualmente vigente.

Art. 3º - A Associação Social Amigos da Solidariedade – ASAS, deverá prestar contas à Prefeitura Municipal dos recursos de que trata esta lei, com cópia à Câmara Municipal, oportunidade em que comprovará a utilização dos repasses mediante provas idôneas, como notas fiscais e relatórios fotográficos, no prazo de 30 (trinta) dias após a utilização dos recursos.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

JURÍDICO
LEI Nº. 2738, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

***DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 1.616, DE 02 DE SETEMBRO DE 2010,* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam revogados os artigos 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 33 e 50 da Lei Municipal nº. 1.616, de 02 de setembro de 2010.

Art. 2º. Fica alterada a redação do *caput* do art. 34 da Lei nº. 1.616, de 02 de setembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte disposição:

"**Art. 34.** O abono anual será devido àquele que, durante o ano, tiver recebido proventos de aposentadoria e pensão por morte, pagos pelo RPPS."

Art. 3º. Fica alterada a redação do §1º do artigo 44 da Lei nº. 1.616, de 02 de setembro de 2010, passando a vigorar com seguinte disposição:

"**Art. 44.** (...)

§1º - Constitui também fonte do plano de custeio do PREVIVERDE as contribuições previdenciárias previstas nos incisos I, II e III incidentes sobre o abono anual, os valores pagos ao segurado pelo seu vínculo funcional com o município, em razão de decisão judicial ou administrativa."

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT torna pública a homologação da TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2021 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE/PRÉ-ESCOLA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, que teve como vencedora a empresa VETOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, CNPJ Nº 33.573.532/0001-77, com o valor global de R$ 1.939.837,14 (um milhão, novecentos e trinta e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e quatorze centavos). Campo Verde, 21 de outubro de 2021.Hélida B. M. P. Hubner - Presidente da CPL.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde retifica a publicação da homologação da Tomada de Preços 007/2021, publicada no Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM/MT, no dia 20/10/2021, ANO XVI, Nº 3.838, pág. 95: ONDE SE LÊ "CNPJ Nº 79.401.188/0001-30", LEIA-SE "CNPJ Nº 33.573.532/0001-77". Permanecem inalterados todos os demais dados da referida publicação. Campo Verde, 21 de outubro de 2021. Gislene J. Lopes – Membro da CPL.

JURÍDICO
LEI Nº. 2737, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

***DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº. 2.582, DE 15 DE JULHO DE 2020,* E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do *caput* do art. 1º da Lei nº. 2.582, de 15 de julho de 2020, passando a vigorar com a seguinte disposição:

"**Art. 1º.** Passa a ser de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, Poder Legislativo Municipal e de cada Autarquia do Município de Campo Verde - MT, **o pagamento dos benefícios de auxílio doença, salário família, auxílio maternidade e auxílio reclusão**, os quais serão pagos diretamente pelo tesouro municipal na forma desta lei e com fundamento no art. 2º da Portaria MPS nº 402/2008 e suas alterações posteriores e ainda, Emenda Constitucional nº 103/2019."

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 19 de outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, com emendas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

JURÍDICO
LEI Nº. 2736, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

INSTITUI O REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS TITULARES DE CARGO EFETIVO; FIXA O LIMITE MÁXIMO PARA A CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES PELO REGIME DE PREVIDÊNCIA DE QUE TRATA O ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; AUTORIZA A ADESÃO AO PLANO DE BENEFÍCIOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz Saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 1º. Fica instituído, no âmbito do Município de Campo Verde, o Regime de Previdência Complementar – RPC, a que se referem os § 14, 15 e 16 do artigo 40 da Constituição Federal, com as alterações trazidas pela Emenda Constitucional nº. 103/2019.

Parágrafo único. O valor dos benefícios de aposentadoria e pensão devido pelo Regime Próprio de Previdência Social – RPPS aos servidores públicos titulares de cargos efetivos que ingressarem no serviço público de quaisquer dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações, no Município de Campo Verde a partir da data de início da vigência do RPC de que trata esta Lei, não poderá superar o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º. O Município de Campo Verde, por meio dos Poderes Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, é o patrocinador do plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, sendo representado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A representação de que trata o *caput* deste artigo compreende poderes para a celebração de convênio de adesão ou de contratos e suas alterações e para manifestação acerca da aprovação ou da al-

teração de plano de benefícios de que trata esta Lei e demais atos correlatos.

Art. 3º. O Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei terá vigência e será aplicado aos servidores públicos titulares de cargos efetivos, incluídas suas Autarquias e Fundações, que ingressarem no serviço público a partir da data de:

I - publicação da autorização, pelo órgão fiscalizador de que trata a Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, do convênio de adesão do patrocinador ao plano de benefícios previdenciário administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

Art. 4º. A partir do início de vigência do Regime de Previdência Complementar de que trata esta Lei, independentemente da inscrição do servidor como participante no plano de benefícios oferecido, aplicar-se-á o limite máximo dos benefícios pagos pelo RGPS, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, às aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS do Município de Campo Verde e aos segurados definidos no parágrafo único do art. 1º.

Art. 5º. Os servidores definidos no parágrafo único do art. 1º desta Lei que tenham ingressado no serviço público até a data anterior ao início da vigência do Regime de Previdência Complementar, poderão, mediante prévia e expressa opção, aderir ao RPC de acordo com § 16 do Artigo 40 da Constituição Federal, na forma a ser regulamentada por Lei Complementar específica, a ser editada no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da vigência do Regime de Previdência Complementar.

§1º. Aos servidores de cargo efetivo referidos no *caput*, que tenham optado por aderir ao Regime de que trata esta Lei, passará a ser observado, a eles, o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social quando da concessão de aposentadorias pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Verde.

§2º. O exercício da opção a que se refere o *caput* deste artigo é irrevogável e irretratável, devendo observar o disposto no art. 4º desta Lei.

Art. 6º. O Regime de Previdência Complementar de que trata o art. 1º será oferecido por meio de adesão a plano de benefícios já existente ou plano próprio em Entidade de Previdência Complementar.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE BENEFÍCIOS

SEÇÃO I

DAS LINHAS GERAIS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Art. 7º. O plano de benefícios previdenciários estará descrito em regulamento, observadas as disposições das pertinentes Leis Complementares, e dos normativos decorrentes desses diplomas legais, e deverá ser oferecido, obrigatoriamente, a todos os servidores do Município de Campo Verde de que trata o art. 3º desta Lei.

Art. 8º. O Município de Campo Verde somente poderá ser patrocinador de plano de benefícios estruturado na modalidade de contribuição definida, cujos benefícios programados tenham seu valor permanentemente ajustado à reserva constituída em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados, resgatados e/ou portados e os benefícios pagos.

§1º. O plano de que trata o *caput* deste artigo deverá prever benefícios não programados que:

I - assegurem pelo menos, os benefícios decorrentes dos eventos invalidez e morte do participante; e

II – sejam estruturados unicamente com base em reserva acumulada em favor do participante.

§2º. Na gestão dos benefícios de que trata o § 1º deste artigo, o plano de benefícios previdenciários poderá prever a contratação de cobertura de risco adicional junto à sociedade seguradora, desde que tenha custeio específico.

§3º. O plano de que trata o *caput* deste artigo poderá prever cobertura de sobrevivência do assistido, desde que contratada junto à sociedade seguradora.

§ 4º. A concessão dos benefícios programados de que trata o *caput* deste artigo aos participantes do RPC, disciplinado nesta Lei é condicionada à concessão do benefício de aposentadoria pelo Regime Próprio de Previdência Social do Município de Campo Verde.

SEÇÃO II

DO PATROCINADOR

Art. 9º. O Município de Campo Verde é o responsável pelo aporte de contribuições e pelas transferências das contribuições descontadas dos seus servidores ao plano de benefícios previdenciário, observado o disposto nesta Lei, no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento.

§ 1º. Os aportes devido aos planos de previdência administrados pela Entidade de Previdência Complementar, a título de contribuições devidas pelo patrocinador deverão ser pagas de forma centralizada, com recursos do orçamento de cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações, e em hipótese alguma poderão ser superiores às contribuições normais dos participantes.

§2º. O Município de Campo Verde será considerado inadimplente em caso de descumprimento, por quaisquer dos poderes Executivo e Legislativo, incluídas suas Autarquias e Fundações, de qualquer obrigação prevista no convênio de adesão ou no contrato e no regulamento do plano de benefícios.

Art. 10. Sem prejuízo de responsabilização e das demais penalidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização e aos acréscimos, nos termos do regulamento do respectivo plano de benefícios.

Art. 11. Deverão estar previstas, expressamente, nos instrumentos jurídicos cabíveis, no contrato ou no convênio de adesão ao plano de benefícios administrado pela entidade de previdência complementar, cláusulas que estabeleçam no mínimo:

I - a não existência de solidariedade do Ente Federativo, enquanto patrocinador, em relação a outros patrocinadores; instituidores, averbadores; planos de benefícios e entidade de previdência complementar;

II – os prazos de cumprimento das obrigações pelo patrocinador e das sanções previstas para os casos de atraso no envio de informações cadastrais de participantes e assistidos, de pagamento ou do repasse das contribuições;

III – que o valor correspondente à atualização monetária e aos juros suportados pelo patrocinador, por atraso de pagamento ou de repasse de contribuições seja revertido à conta individual do participante a que se referir a contribuição em atraso;

IV – eventual valor de aporte financeiro, a título de adiantamento de contribuições, a ser realizado pelo Ente Federativo;

V – as diretrizes com relação às condições de retirada de patrocínio ou rescisão contratual e transferência de gerenciamento da administração do plano de benefícios previdenciários;

VI – o compromisso da entidade de previdência complementar de informar a todos os patrocinadores vinculados ao plano de benefícios sobre o inadimplemento de patrocinador em prazo superior a noventa dias no pagamento ou repasse de contribuições ou quaisquer obrigações, sem prejuízo das demais providências cabíveis.

SEÇÃO III

DOS PARTICIPANTES

Art. 12. Podem se inscrever como participantes do Plano de Benefícios todos os servidores titulares de cargo efetivo.

Art. 13. Poderá permanecer inscrito no respectivo plano de benefícios o participante que:

I – esteja cedido a outro órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, inclusive suas empresas públicas e sociedades de economia mista;

II – esteja afastado ou licenciado do cargo efetivo temporariamente, com ou sem recebimento de remuneração, inclusive para o exercício de mandato eletivo em qualquer dos entes da federação;

III – optar pelo benefício proporcional diferido ou autopatrocínio, na forma do regulamento do plano de benefícios.

§1º. O regulamento do plano de benefícios disciplinará as regras para a manutenção do custeio do plano de benefícios, observada a legislação aplicável.

§2º. Havendo cessão com ônus para o cessionário subsiste a responsabilidade do patrocinador em recolher junto ao cessionário e repassar a contribuição ao plano de benefícios, nos mesmos níveis e condições que seriam devidos pelo patrocinador, na forma definida no regulamento do respectivo plano.

§3º. Havendo cessão com ônus para o cedente, o patrocinador arcará com a sua contribuição ao plano de benefícios.

§4º. O patrocinador arcará com a sua contribuição, somente, quando o afastamento ou a licença do cargo efetivo se der sem prejuízo do recebimento da remuneração.

Art. 14. Os servidores referidos no art. 3º desta Lei, com remuneração superior ao limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, serão automaticamente inscritos no respectivo plano de benefícios de previdência complementar desde a data de entrada em exercício.

§1º. É facultado aos servidores referidos no *caput* deste artigo manifestarem a ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios patrocinado pelo Município de Campo Verde, sendo seu silêncio ou inércia, no prazo de noventa dias após sua inscrição automática na forma do *caput* deste artigo, reconhecida como aceitação tácita à inscrição.

§2º. Na hipótese de a manifestação de que trata o § 1º deste artigo ocorrer no prazo de até noventa dias da data da inscrição automática, fica assegurado o direito à restituição integral das contribuições vertidas, a ser paga em até sessenta dias do pedido de anulação atualizadas monetariamente nos termos do regulamento.

§3º. A anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo e a restituição prevista no §2º deste artigo não constituem resgate.

§4º. No caso de anulação da inscrição prevista no § 1º deste artigo, a contribuição aportada pelo patrocinador será devolvida à respectiva fonte pagadora no mesmo prazo da devolução da contribuição aportada pelo participante.

§5º. Sem prejuízo ao prazo para manifestação da ausência de interesse em aderir ao plano de benefícios, fica assegurado ao participante o direito de requerer, a qualquer tempo, o cancelamento de sua inscrição, nos termos do regulamento do plano de benefícios.

SEÇÃO IV

DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 15. As contribuições do patrocinador e do participante incidirão sobre a base de cálculo das contribuições ao RPPS estabelecidas na Lei Ordinária nº 1.616, de 02 de setembro de 2010, e suas alterações, que exceder o limite máximo dos benefícios pagos pelo Regime Geral de Previdência Social, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato.

§2º. Os participantes poderão realizar contribuições facultativas, de caráter voluntário, sem contrapartida do Patrocinador, na forma do regulamento do plano de benefícios ou contrato.

Art. 16. O patrocinador somente se responsabilizará por realizar contribuições em contrapartida às contribuições normais dos participantes que atendam, concomitantemente, às seguintes condições:

I - sejam segurados do RPPS, na forma prevista no art. 1º ou art. 5º desta Lei; e

II - recebam subsídios ou remuneração que exceda o limite máximo a que se refere o art. 4º desta Lei, observado o disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal.

§1º. As contribuições do patrocinador de que trata o caput deste Artigo incidirão sobre a parcela da base de contribuição do participante que exceder ao limite máximo a que se refere o Parágrafo Único do Artigo 1º desta Lei Ordinária

§2º. A contribuição do patrocinador será paritária à do participante, observadas as condições previstas no § 1º deste artigo e no disposto no regulamento do plano de benefícios ou no contrato, e não poderá exceder ao percentual de 8,5% (oito vírgula cinco por cento), sobre a parcela que exceder o limite máximo a que se refere o Parágrafo Único do Artigo 1º desta Lei Ordinária.

§3º. Os participantes que não se enquadrem nas condições simultâneas previstas nos Incisos I e II do caput deste artigo não terão direito à contrapartida do patrocinador.

§4º. Sem prejuízo ao disposto no *caput* deste artigo, o Patrocinador deverá realizar o repasse das contribuições descontadas diretamente da remuneração ou subsídio dos participantes a ele vinculados, inclusive daqueles que, embora não enquadrados no inciso II deste artigo, estejam inscritos no plano de benefícios.

§5º. Sem prejuízo às demais penalidades e responsabilidades previstas nesta Lei e na legislação aplicável, as contribuições recolhidas com atraso estarão sujeitas à atualização monetária e consectários de mora estabelecidos no Convênio ou Contrato, regulamento e plano de custeio do respectivo plano de benefícios, ficando o Patrocinador desde já autorizado a adotar as providências necessárias para o regular adimplemento de suas obrigações junto ao plano de benefícios.

Art. 17. A entidade de previdência complementar administradora do plano de benefícios manterá controle individual das reservas constituídas em nome do participante e registro das contribuições deste e das dos patrocinadores.

SEÇÃO V

DO PROCESSO DE SELEÇÃO DA ENTIDADE

Art. 18. A escolha da entidade de previdência responsável pela administração do Plano de Benefícios será precedida de processo seletivo conduzido com impessoalidade, publicidade e transparência e que contemple requisitos de qualificação técnica e economicidade indispensáveis à garantia da boa gestão dos planos de benefícios.

§ 1º. A relação jurídica com a entidade será formalizada por convênio de adesão, com vigência por prazo indeterminado.

§ 2º. O processo seletivo poderá ser realizado em cooperação com outros Municípios desde que, seja demonstrado o efetivo cumprimento dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo.

SEÇÃO VI

DO ACOMPANHAMENTO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Art. 19. O Poder Executivo deverá instituir um Comitê de Assessoramento de Previdência Complementar (CAPC) nos termos da Legislação vigente e na forma regulamentada pelo Município de Campo Verde.

§1º. Compete ao (CAPC) acompanhar a gestão dos planos de Previdência Complementar, os resultados do plano de benefícios, recomendar a transferência de gerenciamento, manifestar-se sobre alterações no regulamento do plano, além de outras atribuições e responsabilidades definidas em regulamento na forma do caput.

§2º. O Poder Executivo poderá, alternativamente ao comando do *caput*, delegar as competências descritas no §1º deste Artigo ao Órgão ou Conselho já devidamente instituído no âmbito dos Regimes Próprios de Previdência Social desde que assegure a representação dos participantes.

§3º. O (CAPC) terá composição de no mínimo 4 (quatro) membros e será paritária entre representantes, tendo pelo 1 (um) representante do poder Legislativo, dos participantes e assistidos, e do patrocinador, cabendo a este a indicação do conselheiro presidente, que terá, além do seu, o voto de qualidade.

§4º. Os membros do (CAPC) deverão ter formação superior completa, e atender aos requisitos técnicos mínimos e experiência profissional definidos em regulamento pelo Município de Campo Verde na forma do *caput*.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 19 de outubro de 2021.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: sanciono a presente lei, sem emendas e ressalvas.

ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume, Data Supra.

CLAUDILEI DE OLIVEIRA BORGES

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ERRATA – TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2021

A Prefeitura Municipal de Campo Verde retifica a publicação da homologação da Tomada de Preços 008/2021, publicada no dia no dia 20/10/2021, no Jornal Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM/MT, ANO XVI, Nº 3.838, pág. 103. ONDE SE LÊ "CNPJ Nº 79.401.188/0001-30", LEIA-SE: CNPJ Nº 33.573.532/0001-77. Permanecem inalterados todos os demais dados da referida publicação. Campo Verde, 21 de outubro de 2021. Gislene J. Lopes – Membro da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 319, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

EXONERA, A PEDIDO, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PSICÓLOGO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação da servidora autuada sob nº. 5277/2021,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **FABIANA PEGORER** do cargo efetivo de Psicólogo, nomeada através da Portaria nº. 90, de 02 de agosto de 2010, matriculada sob nº. 898.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 21 de outubro do fluente ano.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 90, de 02 de agosto de 2010, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 20 de outubro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO "SRP" Nº 41/2021

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pela Portaria nº 127/2020, vem a público divulgar, para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Eletrônico nº 41/2021, do tipo menor preço por item, pelo Sistema Registro de Preços, com abertura no dia 21/10/2021, às 08h00 do horário local, com a finalidade de registrar preços para aquisições eventuais e parceladas de aparelhos condicionadores de ar, sendo declaradas vencedoras do certame as licitantes: 1) OLMI INFORMÁTICA LTDA, CNPJ/MF nº 00.789.321/0001-17, com valor unitário para o item 01 de R$ 4.270,00 e valor total de R$ 222.040,00 e; 2) NVF COMERCIO E SERVICOS DE CLIMATIZACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 41.401.446/0001-05, com valor unitário para o item 2 de R$ 2.390,00 e valor total de R$ 179.250,00.

Os itens 3, 4, 5 e 6 restaram fracassados, pois os valores propostos ficaram acima do valores máximos estimados.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (65) 3387 2800 ou pelo e-mail licitacao1@camposdejulio.mt.gov.br.

Campos de Júlio - MT, 21 de outubro de 2021.

Eric Rodrigo Pettenan

Pregoeiro

Portaria nº 127/2020

PORTARIA Nº. 316, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

EXONERA, A PEDIDO, OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTÁBIL.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso II da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *a solicitação da servidora autuada sob nº. 5181/2021,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora **LIDIANE MOURA DE FREITAS,** do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento Contábil, nomeada através da Portaria nº.66, de11 de janeiro de 2021, a partir do dia 31 de outubro de 2021.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir do dia 31 de outubro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 66, de 11 de janeiro de 2021, declarando-se a vacância do cargo mencionado no artigo 1º, nos termos do inciso I do artigo 73 da Lei Complementar nº. 1, de 15 de julho de 2008.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de outubro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 318, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

DESTITUI A FUNÇÃO GRATIFICADA DE SECRETÁRIO ESCOLAR ATRIBUÍDA A SERVIDORA QUE MENCIONA.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições previstas em lei e;

CONSIDERANDO *a Comunicação Interna-CI nº. 196/2021, subscrita pela Exmª Secretária Municipal de Educação;*

RESOLVE:

Art. 1º Destituir a servidora **SANDRA CRISTINA DOS SANTOS MARTINS**, inscrita no CPF sob nº. 630.218.621-87, do exercício da função gratificada de Secretário Escolar, materializada pela Portaria nº. 48, de 05 de janeiro de 2021.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, surgindo seus efeitos a partir do dia 20 de outubro de 2021.

Art. 3º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 48, de 05 de janeiro de 2021.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 20 de outubro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 320, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

CONCEDE AFASTAMENTO AO SERVIDOR QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE CASAMENTO.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições previstas em lei e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, II, alínea "a" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o requerimento protocolado sob nº. 5083/202 pela servidora mencionado no artigo 1º;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **JULIANA DE FÁTIMA DE PAULA HORBACH,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivoao cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, através da Portaria nº 23, de 16 de janeiro de 2014, pelo prazo de cinco dias, contados a partir do dia 16 de outubro do fluente ano, em decorrência de casamento.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 21 de outubro de 2021.

IRINEU MARCOS PARMEGGIANI

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RH/GABINETE
PORTARIA N.509/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.509/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **MARIA LOURDES PEREIRA DA MOTA,** matrícula n. 164 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
02/06/2019 Á 01/06/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 21 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 018/2021 DE: 21 DE OUTUBRO DE 2021.

EDITAL Nº 018/2021 DE: 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

T O R N A – SE P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, representado pelo senhor **JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS**, torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de setembro do exercício de 2021, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N.508/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.508/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **DINALVA DA CRUZ FRANCO,** matrícula n. 353 ocupante do cargo de Técnica em Laboratório, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/06/2020 Á 31/05/2021
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 21 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N. 507/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N. 507/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A FUNCIONARIA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO PUBLICO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Funcionara Pública Municipal, Sr. **ALETICIA BARROS DE MELO,** matrícula n.287 ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/06/2018 Á 31/05/2019
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 21 de Outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N.510/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.510/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **NUVIA ALVES DE SOUZA,** matrícula n. 812 ocupante do cargo de Agente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/03/2015 Á 29/03/2016
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 21 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RH/GABINETE
PORTARIA N.511/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N.511/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS Á SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, OCUPANTE DE CARGO EFETIVO."

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder FÉRIAS pelo período de 30 (trinta) dias ininterrupto a Servidora Pública Municipal, Sra. **REGINA LOURENÇO DA SILVA FIAIS,** matrícula n. 1774 ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

PERÍODO AQUISITIVO DE FÉRIAS
01/08/2019 Á 31/07/2020
PERÍODO DO GOZO DE FÉRIAS
03/11/2021 Á 02/12/2021

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte - MT, em 21 de outubro de 2021.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

AVISO DE SUSPENSÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2021

Registro de Preços

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através da Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 059/2021**, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para a locação e fornecimento de materiais para decoração natalina** de acordo com os anexos do Edital, que a realização da sessão pública, anteriormente marcada para o dia **25 de Outubro de 2021, às 13h30min (horário de Brasília)**,

fica **SUSPENSA "*SINE DIE*",** até segundo aviso, por razões de interesse publico, diante do atraso na inclusão de novo item ao catálogo de materiais e serviços do TCE/MT, causando assim dificuldade para as empresas na elaboração de suas propostas através do sistema BETHA AUTO COTAÇÃO. Tão logo seja solucionada tal pendencia, será divulgada nova data para a realização do certame com a devida publicação na imprensa oficial. Duvidas poderão ser esclarecidas pessoalmente na Prefeitura Municipal de Canarana/MT, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 12h00min às 18h00min ou através do e-mail **licitacao.canarana@gmail.com**.

Canarana - MT, 21 de Outubro de 2021.

_____

DAVID ANDERSON MARIANO DA SILVA

Pregoeiro Oficial

TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 061-2021

Processo nº 168/2021

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 061/2021

RATIFICO o ato da Comissão Permanente de Licitação, que dispensou licitação com fundamento no **Art. 24, inciso V da Lei nº 8.666/93**e alterações posteriores, a favor da empresa **FILGUEIRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ nº 19.560.627/0001-25, estabelecida na cidade de Anápolis-GO, à Rua 13, Qd 63, Lt. 03, Jardim das Américas, 2ª etapa, para a **conclusão da Pavimentação Asfáltica com Drenagem, meio fio, sarjeta e Sinalização Horizontal na Rua 03 de Maio entre a Avenida Paraná e Rua Vista Gaúcha, Bairro Nova Canarana no Município de Canarana-MT**, conforme Contrato de Repasse nº 858537/2017/ CAIXA**,** conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro, memorial descritivo, especificações técnicasao custo total de **R$ 139.366,49 (cento e trinta e nove mil, trezentos e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos),** face ao disposto no Artigo 26 de Lei nº 8.666/93, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

As despesas decorrentes da contratação do objeto do presente correrão à conta de dotação do orçamento vigente para o exercício de 2021 nas seguintes classificações: 4.4.90.52.

Publique-se.

Canarana-MT, 21 de Outubro de 2021.

FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/20EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/202121

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2021

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, visando atender os princípios de publicidade, da legalidade e da impessoalidade,

RESOLVE:

I – Retificar, em parte, o Anexo I do Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2021.

ONDE SE LÊ:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGOS	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CH	VAGAS	LOCAL DE TRABALHO
Psicólogo	Licenciatura plena em Psicologia	R$ 5.374,00	40h	Cadastro de Reserva	Sede
Técnico em Educação Física	Licenciatura em Educação Física	R$ 3.597,25	40h	Cadastro de Reserva	Sede

LEIA-SE:

ENSINO SUPERIOR COMPLETO

CARGOS	REQUISITOS	REMUNERAÇÃO	CH	VAGAS	LOCAL DE TRABALHO
Psicólogo	Licenciatura plena em Psicologia e Registro no Conselho Nacional de Psicologia.	R$ 5.374,00	40h	Cadastro de Reserva	Sede
Técnico em Educação Física	Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho Regional de Educação Física	R$ 3.597,25	40h	Cadastro de Reserva	Sede

Canarana-MT, 21 de outubro de 2021.

Rosmeri Bernadete Anschau

Presidente da Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, TORNA PÚBLICO A ERRATA DO AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRONICO Nº 068/2021 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS (https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes), PÁGINA 164 DO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2021 CONFORME SEGUE ABAIXO:

ONDE SE LÊ:

HORÁRIO: 08H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

LEIA-SE:

HORÁRIO: 14H30MIN (HORÁRIO OFICIAL DE BRASÍLIA).

Publique-se

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 619 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *ROSILENE XAVIER DE LIMA*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 096, 126, 299, 314 e 405/2020;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 082, 250, 350, 455, 497 e 567/2021;

CONSIDERANDO, Portaria/PREVCAR nº 112/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***ROSILENE XAVIER DE LIMA*****,** efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **21/10/2021 a 21/11/2021,** conforme processo do DRH nº 014/2020.

Art. 2º - Servidora dará inicio ao Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 623 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pelo servidor **ALESSANDRO SACHI GEZUALDO** matricula nº 4200 cargo de Professor na data 21 de Outubro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro de 2021 ao dia 24 de outubro de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 627 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **JÉSSICA ALVES DOS SANTOS FERNANDES** matricula nº 4556 cargo de Professora na data 21 de Outubro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro de 2021 ao dia 21 de outubro de 2021 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 615 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA*.".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 a 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 081, 378, 379,496, 545/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora **APOLIENE APARECIDA PEREIRA SILVA,** efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria de Municipal de Educação, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **10/10/2021 a 10/11/2021**, conforme Processo do DRH nº 019/2021.

Art. 2º - Servidora iniciará Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 614 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *SALUA GAZALI*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 015, 125, 241/2020;

CONSIDERANDO, Portaria/DRH nº 033, 42, 398 e 447, 501, 564/2021;

CONSIDERANDO, Oficio/PREVCAR nº 103/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***SALUA GAZALI***,efetiva no cargo de Procuradora Jurídica, lotada no Gabinete, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **25/10/2021 a 25/11/2021**, conforme processo do DRH nº 003/2020.

Art. 2º - Servidora está em Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutá-

rio – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 625 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 127 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **KEILA DE FREITAS ARAUJO BUENO** matricula nº 129, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Diretora Escolar na data 20 de outubro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro de 2021 ao dia 24 de outubro de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 617 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *VERA LUCIA SEZE*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 593, 594/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***VERA LUCIA SEZE*,** efetiva no cargo Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, com a totalidade dos vencimentos, no dia **20/10/2021 a 20/11/2021**, conforme Processo do DRH nº 038/2021.

Art. 2º - Servidora encaminhada para Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 332/2021.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica REMOVIDO o Servidor CARLOS ROBERTO DE ALMEIDA GALVÃO no cargo de Vigia da Secretaria Municipal de Saúde, para a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 20 de outubro de 2021.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 605 DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre FÉRIAS dos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências;

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao servidor **PEDRO PEREIRA MORBEQUES**, ocupante do cargo de Vigia matricula 186, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social devendo ser usufruído de **14/10/2021 a 12/11/2021**. Ficando assim encerrado o período aquisitivo **2020/2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal de Carlinda

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

A V I S O D E F É R I A S

Funcionário: PEDRO PEREIRA MORBEGUES – 186

Cargo: VIGIA

Período Aquisitivo: 2020/2021

Em face de que dispõe a determinação Administrativa, comunicamos a Vossa Senhoria que suas férias, serão concedidas a partir de **14/10/2021 a 12/11/2021**devendo seu retorno ao serviço ocorrer no dia **13/11/2021.**

Atenciosamente,

Carlinda/MT, 14 de Outubro de 2021.

..... Assinatura do Secretario da Pasta

Ciente em : ...../.... .../..... .....

Assinatura do Servidor

Declaro para os devidos fins, que gozei das minhas férias e recebi meu terço de férias, no período aquisitivo acima citado.

.....

Ciente em : ...../.... .../..... .....

Assinatura do Servidor

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 620 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *MEIRE VIANA DE FREITAS*.".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 403, 422, 499 e 566/2021.

CONSIDERANDO, Oficio/PREVCAR nº 112/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora **MEIRE VIANA DE FREITAS,** efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria de Municipal de Saúde, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **19/10/2021 a 19/11/2021**, conforme Processo do DRH nº 025/2021.

Art. 2º - Servidora está Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 613 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *DIVINA TAVARES FERREIRA*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 09 de Janeiro de 2020.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 341/2019;

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 017, 062/2020;

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 017, 180, 313, 399, 450, 503, 503A/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***DIVINA TAVARES FERREIRA*,** efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, ao período de **10/10/2021 a 10/11/2021**, conforme processo do DRH nº 12/2019.

Art. 2º - Servidora esta em Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 607 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre prorrogação de concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora IVONI MORTELLE DA SILVA".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 442/2020 e 130/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação de Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora**IVONI MORTELLE DA SILVA,** efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Zeladora, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **15/10/2021 a 15/11/2021**, conforme processo do DRH nº 035/2020.

Art. 2º - Servidora encaminhada para Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 062/2021

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÁSCARAS DESCARTÁVEIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT.**

EMPRESA VENCEDORA:

FORTCLEAN COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI inscrita no CNPJ sob o n.º 36.327.075/0001-29

Carlinda – MT, 21 de Outubro de 2021.

DEISE DIONE MUTSCHALL

PREGOEIRA OFICIAL

Publique-se

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 616 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Prorrogação da Concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *NELI VITURINO COSMO*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 ao 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 372, 448, 500, 565/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***NELI VITURINO COSMO*****,** efetiva no cargo Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **28/10/2021 a 29/11/2021**, conforme Processo do DRH nº 017/2021.

Art. 2º - Servidora está em Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 612 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a Prorrogação da Concessão de Benefício Estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *LOURDES APARECIDA DE LIMA*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 ao 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 342/2019;

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 018, 088/2020;

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 024, 255, 370, 466, 502, 563/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Prorrogação do Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora ***LOURDES APARECIDA DE LIMA*****,** efetiva no cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **18/10/2021 a 18/11/2021**, conforme processo do DRH nº 013/2019.

Art. 2º - Servidora está em Processo de Aposentadoria por Invalidez averbada por Perícia Médica Oficial Municipal, prorroga-se benefício estatutário – Auxílio Doença, até a finalização dos procedimentos para publicação do ato concessório.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e se extinguindo no ato da aposentadoria.

Art. 4º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 611 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "Dispõe sobre a concessão de benefício estatutário – Auxilio Doença em favor da servidora *LOURDES DE ASSIS*".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO, os termos dos art. 02 e 07 da Lei Municipal nº 1.278 de 11 de Junho de 2021.

CONSIDERANDO, Portaria-DRH nº 575 e 610/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Benefício Estatutário – Auxílio Doença em favor da servidora**LOURDES DE ASSIS,** efetiva no cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo – Auxiliar de Serviços Gerais, com a totalidade dos vencimentos, ao período de **09/10/2021 a 08/11/2021**, conforme processo do DRH nº 042/2021.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 626 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **VILMA SANTINA DA SILVA** matricula nº 104 cargo de Professora na data 20 de Outubro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro de 2021 ao dia 29 de outubro de 2021 totalizando 10 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 610 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **LOURDES DE ASSIS** matricula nº 131, cargo de Apoio Administrativo Educacional Definitivo na data 14 de outubro de 2021, lotada na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 08 de outubro de 2021.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA-DRH Nº 624 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **DAIANE PATRICIA MALISSI GEZUALDO** matricula nº 4446 cargo de Professora na data 21 de Outubro de 2021, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 20 de outubro de 2021 ao dia 24 de outubro de 2021 totalizando 05 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 010/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA N° 40/2021

AVISO DE RESULTADO

DA DISPENSA N° 40/2021

A Presidente da CPL torna público que realizou **DISPENSA Nº 40/2021**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM.** O objeto do presente é a **AQUISIÇÃO DE PORTAS E MADEIRA BRUTA DO TIPO CEDRINHO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO,** que será firmada com a empresa **COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ISAÍAS LTDA EPP,** cadastrada no **CNPJ/MF sob o nº 19.573.233/1000-01** com o valor global de **R$ 1.999,00 (Hum mil, novecentos e noventa e nove reais).**

Castanheira - MT, **21 de outubro** de **2021.**

CAUANE DA SILVA GONÇALVES

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 250/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 40/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

N° 40/2021

Dispensa de licitação **N° 40/2021**

Objeto: **AQUISIÇÃO DE PORTAS E MADEIRA BRUTA DO TIPO CEDRINHO PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CASTANHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO.**

Contratada: **COMERCIO DE MADEIRAS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ISAÍAS LTDA EPP**

CNPJ nº**19.573.233/1000-01**

Data da declaração: 21 de outubro de 2021, Pela Secretaria de Educação

Data da ratificação: 21 de outubro de 2021. Pelo Prefeito Municipal, Jakson de Oliveira Rios Junior

Referência Período: 60 dias.

Base legal: Art. 24 incisos II, da Lei Federal nº 8.666/93.

Castanheira MT, 21 de outubro de 2021.

JAKSON DE OLIVEIRA RIOS JUNIOR

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH PORTARIAS RH

Portaria nº 475/GP/2021

Em, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª CARMEN MARIA ALVES PEDROSO, portadora do RG nº 09316647 e CPF nº** 545.590.571-68, na função de AGENTE DE SERVICOS GERAIS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de 02/03/2020 a 02/03/2021, conforme autorização no processo **6502/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 14/10/2021 e término em 12/11/2021, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 13/11/2021.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 14/10/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 476/GP/2021

Em, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º RENATO VAZ DE LIMA,** portador do RG nº 17162866 e CPF nº 738.086.011-91, na função de TECNICO EM ENFERMAGEM, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de 05/07/2018 a 05/07/2019, conforme autorização no processo **6493/2021, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 13/10/2021 e término em 11/11/2021, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 12/11/2021.

Esta portaria entra em vigor com efeitos retroativos a partir de 13/10/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 477/GP/2021

Em, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- A Servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª CARINA SANTIN,** portadora do RG nº 13210912 e CPF nº 903.120.071-91, na função de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de 01/12/2018 a 01/12/2019, conforme autorização no processo **6344/2021, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.**

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 03/01/2022 e término em 01/02/2022, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 02/02/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 03/01/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 478/GP/2021

Em, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º WILSON DA SILVA COSTA, portador do RG nº 648875 e CPF nº** 545.486.751-91, na função de ODONTOLOGO, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de 28/03/2017 a 28/03/2018, conforme autorização no processo **6445/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 17/01/2022 e término em 15/02/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 16/02/2022.

Esta portaria entra em vigor a partir de 17/01/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 19 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 480/GP/2021

Em, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

TORNAR SEM EFEITO – A **Portaria nº 350/GP/2021**, de 02/08/2021, a qual concede 60 (sessenta) dias de férias, referente ao período de 21/06/2019 a 21/06/2021, a servidora Pública Municipal efetiva **Sr.ª LESLIE PUNTSCHART**, portadora do RG nº 75022205 e CPF nº 004.049.878-69, na função de PSICOLOGO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme processo protocolado **6831/2021**.

Esta portaria entra em vigor a partir de 20/10/2021.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

Portaria nº 481/GP/2021

Em, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO, Prefeito Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER- Ao Servidor Público Municipal efetivo **Sr.º HEBER HELTON DE PAULA GUERREIRO,** portador do RG nº 001264383 e CPF nº 923.083.921-34, na função de AGENTE DE SEGURANCA, lotado na SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, **30** (trinta) dias de Férias, referente ao período de **20/01/2021 a 20/01/2022**, conforme autorização no processo **5870/2021**, de acordo com o artigo 88 da Lei Municipal 581/91.

A Férias de que se trata a presente portaria terá início em 10/03/2022 e término em 08/04/2022, devendo o servidor apresentar-se ao trabalho em 09/04/2022.

Esta portaria entra em vigor com a partir de 10/03/2022.

RESGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 20 de outubro de 2021.

OSMAR FRONER DE MELLO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021

A Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, através de Pregoeiro nomeado, torna público que devido à readequações necessárias ao Edital e Termo de Referência, fica **SUSPENSA** a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2021**, ao **MENOR VALOR POR LOTE/ITEM**, tendo por objeto o **"Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de um Trator Agrícola e uma Grade Aradora de controle remoto para atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Assuntos Fundiários de Chapada dos Guimarães-MT, através do Convênio MAPA/Nº 872254/2018 – Proposta Siconv nº 034411/2018"". Chapada dos Guimarães-MT**, 21 de outubro de 2021.

MÁRCIO BENEDITO DE AMORIM

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

SECRETARIA DOS CONSELHOS
EDITAL COMPLEMENTAR/CMDCA

PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR PARA CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002 AO EDITAL Nº 006/2021/CMDCA

O Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cláudia - MT, Sr. **ISAIAS CAVALCANTE DA SILVA**, através da Comissão Especial de Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, nomeada pela Resolução 001/2021, torna público o Edital Complementar nº 002 ao Edital nº 006/2021/CMDCA.

Art. 1º - Alteram os itens 12.2, 12.3 12.8, 12.9, 12.18 do Edital nº 006/2021 CMDCA, a saber:

12.2. A Avaliação de Conhecimento Específico, de caráter eliminatório, será constituída de:

12.2.1. Prova compreendendo matéria da Lei Federal n° 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA) e conhecimentos gerais, contendo 30 (trinta) questões objetivas, de múltipla escolha com 04 (quatro) alternativas para cada enunciado, sendo uma única delas a correta; cada questão valerá 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos) pontos e a pontuação máxima da prova será 75 (setenta e cinco) pontos.

12.2.2. Redação em língua portuguesa, com pontuação máxima de 25 (vinte e cinco) pontos.

12.2.3. Será atribuída nota 0 (zero) à(s) questão(ões) objetiva(s):

a) cuja resposta indicar alternativa que não corresponda ao enunciado;

b) que contiver emenda, rasura, ainda que legível, no cartão resposta;

c) que contiver mais de uma opção assinalada no cartão resposta;

d) que não tiver alternativa alguma assinalada no cartão resposta;

12.2.4. Será atribuída nota 0 (zero) à Redação que:

a) não atender à proposta solicitada, o que configurará "Fuga ao tema";

b) não apresente texto escrito, que será considerada "Em Branco";

c) apresente parte do texto deliberadamente desconectada com o tema proposto, o que configurará "Anulada";

d) apresente nome, assinatura, rubrica ou qualquer outra forma de identificação no espaço destinado exclusivamente ao texto da redação, o que configurará "Anulada";

12.3. Será automaticamente eliminado(a) o(a) candidato(a) que:

a) não alcançar no mínimo 50 (cinquenta) pontos na Avaliação de Conhecimento Específico;

b) obtiver nota 0 (zero) na Redação;

12.8. O candidato deverá comparecer ao local da realização da prova com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, portando caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada com material transparente, documento com foto, que deverá ser colocado sobre a mesa no ato da prova;

12.9. O ingresso do candidato na sala onde realizará a prova será permitido mediante a apresentação de documento original de identidade ou outro de igual valor, desde que contenha, no mínimo, fotografia, assinatura e filiação, preferencialmente o mesmo apresentado no ato da inscrição;

12.18. A avaliação psicológica será de caráter eliminatório, e será aplicada por um profissional devidamente qualificado na área de Psicologia. A avaliação psicológica será aplicada no dia 23/10/2021, nas dependências da Clínica Interagi – Rua Floriano Peixoto n° 882, Centro;

12.18.1. O(a) candidato(a) deverá comparecer no dia 23/10/2021, às 13h, no local indicado no item anterior.

12.18.2. O resultado final da avaliação psicológica, com parecer de habilitação ou não habilitação do(a) candidato(a) será disponibilizado publicamente na data de 27/10/2021.

Cláudia – MT, 21 de Outubro de 2021.

_____

_____ **ISAIAS CAVALCANTE DA SILVASILVIA SCHMEING**

Presidente do CMDCA Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha dos Candidatos ao Cargo de

Conselheiro Tutelar

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2021

Item	Objeto
01	Consiste o objeto da prestação de serviços de instalação da rede de internet na prefeitura de cocalinho envolvendo mão de obra e peças de instalação.
Favorecido	IKSON SOARES SEVERO LIMA do CPF. 040.375.191-86 e Rg nº 5017731 SPTC/GO, residente e domiciliado na rua santa rita nº 047 setor jk Edeia – GO cep. 75.940-000, atende a todas as exigências para a prestação do serviço em questão.
Prazo de execução	21/10/2021 a 30/10/2021
Valor global	R$ 16.427,59
Fundamento Legal	Artigo 24, Inciso II da Lei nº 8.666/93. E Decreto Federal nº 9.412/2018
Justificativa	Anexa nos autos do processo.

Ratifico a Dispensa de Licitação nº 022/2021 em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer Jurídico, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

Cocalinho – MT, 21 de outubro de 2021

Marcio Conceição Nunes de Aguiar

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

JURIDICO
DECRETO Nº 115/2021

DECRETO Nº 115/2021

*Súmula:***DISPÕE SOBRE O RETORNO DAS ATIVIDADES ESCOLARES DE FORMA PRESENCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO,** Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e*

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n°1.134 de 01 de outubro de 2021 que versa sobre a revogação dos decretos restritivos para contenção da COVID-19 e sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras em território matogrossense;

CONSIDERANDOa Portaria nº 662/2021/GS/SEDUC/MT que atualiza medidas excepcionais de caráter temporário, estabelecendo critérios de assiduidade e retorno de todos os estudantes da rede estadual de ensino, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação;

CONSIDERANDOque as unidades escolares municipais, por seus servidores, adotarão medidas sanitárias e obedecerão aos protocolos federais, estaduais e municipais, durante as aulas presenciais;

CONSIDERANDO que todos os profissionais da educação de Mato Grosso já tiveram a oportunidade de tomar as duas doses da vacina contra a COVID-19;

CONSIDERANDO a regularidade no calendário de vacinação e imunização do Município, bem como a adoção de medidas de proteção e higienização para conter a disseminação do vírus em âmbito municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinado o retorno das atividades escolares de forma presencial em todas as Escolas Municipais de Colider/MT.

§ 1º. Deverão ser adotados todos os protocolos de saúde e normas sanitárias cabíveis para prevenção da disseminação do vírus, conforme Decretos Estaduais e Federais, mantendo-se em todas as unidades de forma continua, intensa conscientização sobre os riscos de contágio e medidas de prevenção contra a COVID-19.

§ 2º. Os estudantes que possuem comorbidades deverão apresentar laudo médico recomendando o afastamento das atividades presenciais e assim será garantida a continuidade do ensino de forma remota.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor a partir do dia 25 de outubro de 2021 (segunda-feira).

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2.021.

HEMERSON LOURENÇO MÁXIMO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2021

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao **Pregão Presencial nº 033/2021**, cujo objeto é a **aquisição de materiais de consumo e serviços para serem utilizados na ampliação de vala do aterro sanitário para resíduos sólidos urbanos do município de Colider/MT**. Sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

EMPRESA	LOTE	VLR. TOTAL (R$)
LUANA PEDRA HUME EIRELI EPP	01	255.285,00

Colider/MT, 21 de outubro de 2021.

ANA PAULA ZAMONER

Pregoeira Oficial

Publique-se

RECURSOS HUMANOS/PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER-MT
PORTARIA Nº 1202/2021

O Exmo. Sr. Hemerson Lourenço Máximo, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear membros da Comissão Municipal de Elaboração, Inscrição, Análise, Avaliaçãode Recursos e Atribuição do Processo Seletivo Simplificado, visando a seleção de candidatos ao preenchimento de vagas para o quadro de funcionários da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, através de contratação temporária de Professor, Técnico em Desenvolvimento Infantil, Técnico Administrativo Educacional, Apoio Administrativo Educacional para as funções Nutrição Escolar, Manutenção da Infraestrutura, Motorista, Vigia e Profissional de Educação Física com Formação em Bacharelado – conforme resolução 07/2004 do CNE/MEC, que será constituída pelos seguintes membros:

Presidente:

Luciana da Silva Sant Ana

Membros:

Luciene de Almeida Teodório

Roseli Macena de Jesus Santos

Vanessa Fernandes Fischer Bosseti

Parágrafo Único –As funções de cada um dos membros da presente Comissão serão determinadaspela Presidência.

Artigo 2º - A comissão poderá convidar outros membros para auxiliar nos trabalhos, quandonecessário.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de 21 de outubro de 2021, revogadas asdisposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, 21 de outubro de 2021.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 448/ADM/2021

PORTARIA Nº 448/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Cassia Souza Leal,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 467, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 433/ADM/2021

PORTARIA Nº 433/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Ademir de Souza Macedo,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 35, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 442/ADM/2021

PORTARIA Nº 442/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Tereza Aparecida da Cunha de Oliveira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3357, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 441/ADM/2021

PORTARIA Nº 441/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Dionisia Barbosa Carlos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 783, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 440/ADM/2021

PORTARIA Nº 440/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Marilete Maria da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2506, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 444/ADM/2021

PORTARIA Nº 444/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Karla Silveira Barbosa,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1937, partir do dia **23 de novembro a 22 de dezembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 410/ADM/2021

PORTARIA Nº 410/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Leonice Aparecida Cordeiro Almeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2039 por um período de 30 (trinta) dias a contar de 06 de outubro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **06 de outubro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 427/ADM/2021

PORTARIA Nº 427/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Emerson Pereira de Souza,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, matricula nº 7416, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 426/ADM/2021

PORTARIA Nº 426/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **ADILSON BRUSTOLOM MOREIRA,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 49, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 425/ADM/2021

PORTARIA Nº 425/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Joaquim Alves Fernandes,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2693, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 424/ADM/2021

PORTARIA Nº 424/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Moacir Francisco Cardoso,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2658, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 423/ADM/2021

PORTARIA Nº 423/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** ao Servidor Público Municipal **Universo Francisco dos Santos, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matricula nº 3381 por um período de 360 (trezentos e sessenta) dias a contar de 15 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **15 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 422/ADM/2021

PORTARIA Nº 422/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Lucia Santana da Silva Braga**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2118 por um período de **60 (sessenta) dias a contar de 20 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **20 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 421/ADM/2021

PORTARIA Nº 421/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Maria Miguelina de Oliveira**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2465 por um período de **90 (noventa) dias a contar de 27 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **27 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 420/ADM/2021

PORTARIA Nº 420/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Valeria Correia de Souza**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3439 por um período de **30 (trinta) dias a contar de 20 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **20 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 419/ADM/2021

PORTARIA Nº 419/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Claudia da Silva Bento**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6401 por um período de **120 (cento e vinte) dias a contar de 20 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **20 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 417/ADM/2021

PORTARIA Nº 417/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Marilucia Valentim Souza**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2510 por um período de **180 (cento e oitenta) dias a contar de 13 de outubro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **13 de outubro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 443/ADM/2021

PORTARIA Nº 443/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Laudiceia de Oliveira,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6248, partir do dia **12 de novembro a 11 de dezembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 415/ADM/2021

PORTARIA Nº 415/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Rosenilda Gomes Daniel da Silva, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3065 por um período de 90 (noventa) dias a contar de 28 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **28 *de setembro de 2021*,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414/ADM/2021

PORTARIA Nº 414/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Helena Cristina Belanda**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6493 por um período de **360 (trezentos e sessenta) dias a contar de 14 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **14 *de setembro de 2021*,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 431/ADM/2021

PORTARIA Nº 431/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Romário de Souza Gurgel,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2977, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2017/2018, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413/ADM/2021

PORTARIA Nº 413/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Franciele da Silva Nascimento, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 6493 por um período de 30 (trinta) dias a contar de 27 de setembro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **27 de setembro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412/ADM/2021

PORTARIA Nº 412/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Maria Piedade Bento Tavares**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2473 por um período de **45 (quarenta e cinco) dias a contar de 04 de outubro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **04 de outubro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 434/ADM/2021

PORTARIA Nº 434/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Gilvan Rufino da Silva,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1344, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, sendo que os primeiros 10 (dez) dias serão convertidos em abono pecuniário conforme art. 74 da Lei Municipal 499/2011, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 432/ADM/2021

PORTARIA Nº 432/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Unilton Ferreira da Costa,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3380, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 428/ADM/2021

PORTARIA Nº 428/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Agemir Gonçalves da Silva,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matricula nº 106, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 447/ADM/2021

PORTARIA Nº 447/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Muni-

cípio de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Marciele Moraes da Costa,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6323, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 429/ADM/2021

PORTARIA Nº 429/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Francisco Ferreira da Silva,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1254, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 439/ADM/2021

PORTARIA Nº 439/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Girlene Silva Lima,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1350, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 438/ADM/2021

PORTARIA Nº 438/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Ilsabete Procopio Barros,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 1462, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411/ADM/2021

PORTARIA Nº 411/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Rosalina Pedrosa Pinhedo**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3004 por um período de **90 (noventa) dias a contar de 16 de outubro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **16 de outubro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 437/ADM/2021

PORTARIA Nº 437/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Edivani Lucio Teodoro,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 889, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2021

ONDE SE LÊ:1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2021CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZACONTRATADO: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.979.234/0001-98, com sede na avenida do contorno, nº 270, Centro, Colniza-MT, por intermédio de seu representante legal CÉLIO BERNARDI, administrador por procuração, portador do RG Nº 959047 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 630.889.081-20, residente e domiciliado na Avenida do Contorno, nº 270, Centro, Colniza-MT.OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: ACRÉSCIMO DE 19,264203% (DEZENOVE INTEIROS E DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E TRÊS CENTÉSIMOS DE MILÉSIMO POR CENTO) AO VALOR DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 15/06/2021, COM FUNDAMENTO NO ART. 65 DA LEI 8666/93.DATA DE EMISSÃO: 15/10/2021.DATA DO INICIO DA VIGÊCIA: 15/10/2021.DATA DE VENCIMENTO: 15/01/2022.

LEIA –SE1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2021-CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZACONTRATADO: VIVÁ PROJETOS & CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 18.979.234/0001-98, com sede na avenida do contorno, nº 270, Centro, Colniza-MT, por intermédio de seu representante legal CÉLIO BERNARDI, administrador por procuração, portador do RG Nº 959047 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 630.889.081-20, residente e domiciliado na Avenida do Contorno, nº 270, Centro, Colniza-MT.OBJETO RESUMIDO DO CONTRATO: **REFORMA E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO ALVES DOS SANTOS LOCALIZADA NO DISTRITO DE TRÊS FRONTEIRAS, COLNIZA-MT.ADITIVO DE ITENS:** ACRÉSCIMO DE 19,264203% (DEZENOVE INTEIROS E DUZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, DUZENTOS E TRÊS CENTÉSIMOS DE MILÉSIMO POR CENTO) AO VALOR DO CONTRATO **DE Nº 019/2021** FIRMADO ENTRE AS PARTES EM 15/06/2021, COM FUNDAMENTO NO ART. 65 DA LEI 8666/93.DATA DE EMISSÃO: 15/10/2021.DATA DO INÍCIO DA VIGÊNCIA: 15/10/2021.DATA DE VENCIMENTO: **15/062022**.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 446/ADM/2021

PORTARIA Nº 446/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Maria da Penha Schunk Dias Ramos,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6353, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente

ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 445/ADM/2021

PORTARIA Nº 445/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 02(duas) **Férias** consecutivasa Servidora Pública Municipal **Jaqueline de Medeiros Brito,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 6497, partir do dia **01 a 20 de novembro e 21 de novembro a 10 de dezembro do ano de 2021**, referente aos períodos aquisitivos 2019/2019 e 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 416/ADM/2021

PORTARIA Nº 416/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

CONSIDERANDO: o disposto na Lei Municipal nº 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais nos seus artigos 110 e 111;

CONSIDERANDO: a existência de comprovação documental, por meio de atestado e laudo médico, atestando a necessidade do afastamento para fins de tratamento de saúde,

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Afastamento da Atividade por Motivo de Doença** a Servidora Pública Municipal **Marisa Madalena dos Santos Jandrey, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2545 por um período de 180 (cento e oitenta) dias a contar de 05 de outubro de 2021.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia **05 de outubro de 2021,** ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 436/ADM/2021

PORTARIA Nº 436/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Carmem Rodrigues da Rocha,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 461, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2020/2021, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 435/ADM/2021

PORTARIA Nº 435/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Pública Municipal **Maria Aparecida da Silva Ribeiro,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 2344, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2019/2020, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 430/ADM/2021

PORTARIA Nº 430/ADM/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no inciso I e II do artigo 88 da Lei orgânica do Município de Colniza/MT e no artigo 24, inciso I, na Lei Municipal nº. 697/2017 que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Público Municipal **Uedno dos Santos Xavier,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, matricula nº 3378, partir do dia **01 a 30 de novembro do ano de 2021**, referente ao período aquisitivo 2018/2019, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Certidão de Publicação
Certifico que o presente ato foi publicado nesta data por afixação no quadro de avisos da Prefeitura Municipal Colniza-MT.
Colniza/MT, em 21 de outubro de 2021.

Ivone Aparecida de Mendonça Silva
Setor: RH

ZACARIAS ANTUNES MAGALHÃES

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

DECRETO N.º 58/2021 DE: 21.10.2021

"Declara a caducidade da aprovação do Loteamento Parque Residencial Nova Vacaria, neste município, conforme especifica e da outras providências."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o art. 182, §2º, da Constituição Federal que estabelece que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor;

Considerando o art. 105, I, da Lei Municipal nº 1.557/2014 (Plano Diretor), que assenta ser objetivo da Política de Uso e Ocupação do Solo Urbano a ordenação do crescimento da cidade e de suas edificações, mediante a adoção de critérios como volumetria e densidade, condições de suporte do meio ambiente, estruturação do sistema viário, infraestrutura disponível, impacto na vizinhança, integração das atividades rural e urbana, bem como a consolidação de áreas edificadas existentes, com a reurbanização de áreas cujas implantações sejam consideradas irregulares ou inapropriadas;

Considerando as determinações previstas ao Loteador e ao Poder Público quanto à implantação de loteamentos, previstas, em sua maioria, na Lei nº 6.766/1979 e na Lei Municipal nº 1.268/2010 que substituiu a Lei Municipal nº. 18/1987;

Considerandoque o Loteamento Parque Residencial Nova Vacaria foi aprovado pelo Município de Comodoro por meio do Decreto nº. 13/1987, já sob a égide da Lei 6.766/1979, sendo registrado pelo Primeiro Serviço Notarial e Registral de Pontes e Lacerda/MT, em 07/03/1988, averbado à margem da matrícula nº 1.048;

Considerando a irrefutável constatação da irregularidade quanto à implantação do Loteamento Parque Residencial Nova Vacaria;

Considerando, nesse cenário, que o §1º, do art. 12, da Lei nº 6.766/1979, determina a declaração de caducidade da aprovação do empreendimento;

Considerando,*finalmente, o interesse público,*

DECRETA

Art. 1º. Fica declarada a caducidade dos atos públicos de aprovação do Loteamento Parque Residencial Nova Vacaria, aprovado outrora em 25 de novembro de 1987, por meio do Decreto Municipal nº 13/1987, haja vista a inexecução das obras de infraestrutura, nos termos do §1º, do art. 12, da Lei nº 6.766/1979.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 13/1987.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias do mês de outubro de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 57/2021 DE: 15.10.2021

"Recebe e considera como hóspede Oficial do Município de Comodoro, a Governadora do Distrito LB-4."

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDOa visita da Excelentíssima Governadora do Distrito LB-4 do LIONS CLUBE INTERNACIONAL, no Município de Comodoro no dia 20 de outubro de 2021,

CONSIDERANDOa relevância dos serviços prestados pelo LIONS CLUBE INTERNACIONAL e seus integrantes em favor da população Comodorense, especialmente a classe mais carente, e

CONSIDERANDOa participação e comprometimento do LIONS CLUBE INTERNACIONAL e seus associados com os assuntos que dizem respeito com o crescimento e desenvolvimento deste município,

DECRETA

Art. 1º. Recebe e considera como Hóspede Oficial do Município de Comodoro, no dia 20 de outubro de 2021, a Governadora do Distrito LB-4 de LIONS CLUBE INTERNACIOL, DG MJF Maria Aparecida Vaz Andrade - AL 2021/2022.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de outubro de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 787/2021 DE: 19.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR as pessoas abaixo relacionadas para comporem a nova Diretoria do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente de Comodoro/MT, conforme reunião realizada no dia 19 de outubro de 2021, sem ônus para esta municipalidade.

Ø Guilherme Tomas de S. Junior – Presidente – CPF n. 041.971. 381-64,

Ø Andréia Regina Piovezan Rocha – Vice-Presidente – CPF n. 442. 543.931-72.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 786/2021DE: 18.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. NOMEAR no cargo comissionado o senhor **RICARDO ALBANES NUNES, para exercer as funções de Assessor de Gabinete**, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 785/2021DE: 15.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **27.09.2021,** ao servidor efetivo **BRAZ BONEGIO FERREIRA – Agente Comunitário de Saúde, Matrícula nº. 4283,** referente ao **Processo Virtual n. 0002521/2021,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de setembro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 784/2021DE: 15.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Licença Saúde, a partir de **04.10.2021,** a servidora efetiva **ENI TEREZINHA DE LIMA – Inspetor de Alunos II, Matrícula nº. 1892,** referente ao **Processo Virtual n. 0002671/2021,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conformidade com as Leis Municipais nº 1.519/2014 e nº 1.865/2020, com os ônus relativos aos vencimentos e demais incidências ao encargo da Prefeitura Municipal, inclusive a perícia médica, até o final do afastamento, nesta municipalidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de outubro de 2021.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº. 783/2021DE: 15.10.2021

ROGÉRIO VILELA VICTOR DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER Progressão Horizontal (nível de escolaridade) aos servidores abaixo relacionados, em conformidade com os artigos 17 e 18, parágrafo 1º e 2º do art. 19, anexo III, da Lei Municipal n.º 1.327, de 29 de julho de 2011 e artigo 22-B acrescentado pela Lei nº 1.849/201, bem como suas alterações, passando do **FUNDAMENTAL** para o **MÉDIO**, nesta municipalidade.

Mat.	Servidor(a)	Função	N. Processo	Classe	Nível a Progredir
4275	Juliana Moreira da Silva	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000168	B	03
4276	Tatiana Silva Pessoa	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000170	B	03
4277	Andrea Crician Joriatti Teodoro	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000171	B	03
4286	Richardicson dos Santos da Cunha	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000173	B	03
4278	Bruna de Oliveira da Cruz	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000174	B	03
4281	Lucineia Ferrari da Silva	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000176	B	03
4279	Marcelo Neves Santana	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000177	B	03
4280	Renato Luiz dos Santos	Agente Comunitário de Saúde	10240010080000178	A	03

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de outubro do ano de 2021.

Rogério Vilela Victor de Oliveira

Prefeito Municipal

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se

Dyego Henrique Rocha de Oliveira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PREGÃO ELETRONICO Nº 050/2021

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através do Pregoeiro Fernando Oliveira Lemos da Rosa, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA **REGISTRO DE PREÇOS por Km rodado, do tipo menor preço por item, PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA COM REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DO TIPO TRANSLADO DE CORPOS DO LOCAL DO ÓBITO (CÁCERES-MT, CUIABÁ-MT, PONTES E LACERDA-MT E VILHENA/RO) ATÉ O MUNICÍPIO DE COMODORO,** cuja abertura ocorrerá às 08:00 horas (HORARIO DE BRASÍLIA) do dia 08/11/2021, via plataforma Eletrônica LICITANET. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site: www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com o Pregoeiro/Equipe de Apoio das 8:00 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 21 de Outubro de 2021.

Fernando Oliveira Lemos da Rosa

Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO - AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 021/2021 de 10/02/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que ***realizará no próximo dia 05 de novembro de 2021 às 9:00horas, Processo Licitatório nº 008/2021 na Modalidade Tomada de Preços nº 002/2021 – tipo Menor Preço Global, para*** **a contratação de empresa especializada para execução de REFORMA DO SETOR ADMINISTRATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE COMODORO/MT**, conforme especificações constantes no Edital nº 03/2021 de 21/10/2021: **Informações pelos telefones: (65) 3283 1249/3283 1855; Emails: licitacao@camaracomodoro.mt.gov.br**; **camara@camaracomodoro.mt.govbr;** diretoria@camaracomodoro.mt.govb;

Site: https://www.camaracomodoro.mt.gov.br/Publicacoes/E...

Comodoro/MT, 21 de outubro de 2021.

Adriana Guimarães Rosa - Presidente da CPL

Rosa Adriana Dourado - Secretária da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL

Pregão Presencial **nº 061/2021**

Processo Licitatório **nº 159/2021**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 181/2021**

Pelo presente Instrumento, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Centro Oeste nº 286, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **Ronio Condão Barros Milhomem**, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 - Centro, nesta cidade de Confresa-MT, CEP: 78.652-000, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53, resolve **RESCINDIR** a **ARP 181/2021**, supracitada com a Empresa **EXPRESSO SATÉLITE AZUL EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita

no **CNPJ/MF sob o número 27.428.590/0001-04 com sede Rua B, s/nº. , Quadra área, Lote: 02, Chácara Maria Dilce, Goiânia – GO - CEP: 74. 583-174** (e-mail: juridico@satelitenorte.com.br) **Telefone: (62) 3565-1900**, conforme as cláusulas que seguem:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para **OBJETO**: **AQUISIÇÃO DE PASSAGENS TERRESTRES (INTERMUNICIPAL), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO, JUNTAMENTE COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA-MT**.

1.2. A rescisão terá efeito a partir do dia **21 de outubro de 2021**;

1.3. Justificativa da Rescisão: justifica-se a presente rescisão o descumprimento da **Empresa Expresso Satélite Azul Eireli** quanto ao que foi pactuado na ARP Nº. 181/2021, especificamente na CLAUSULA QUINTA, ou seja, a referida Empresa deixou de disponibilizar passagens aos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde), além da deficiência na prestação de serviço, inclusive em erros de informação na disponibilização de passagem pelo sistema, inclusive chegando a prejudicar pacientes a ponto de perderem consultas, devido não conseguirem o embarque na forma que havia sido reservada. Conforme se verifica no Ofício nº. 3380/SMS/2021, da Secretaria Municipal de Saúde, bem como na notificação de nº. 18-2021 – PGM – CONF, e na decisão de notificação nº. 013/2021.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DA RESCISÃO

2.1. O município dá por rescindido a **ARP (Ata de Registro de Preço) nº 181/2021**, baseado na **decisão de notificação nº. 13/2021.**

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1. Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Alegre do Norte – MT**, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2. Fica assegurada à **CONTRATADA** o prazo recursal de **5 (cinco) dias úteis** à presente rescisão, previstos na alínea "e" do inciso I do art. 109 da Lei n. 8.666/93, a contar da sua publicação no Diário Oficial.

E, assim sendo, a **CONTRATANTE** dá-se ciência do presente ato.

Confresa-MT, 21 de Outubro de 2021.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

CONTRATANTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 273/2021 ADM DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE ATA FIRMADO POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor público municipal, **Jeverson Pereira Borges CREA-GO 1016143150 AP-GO Engenheiro Civil** como **FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Art. 2º - O servidor designado ficar responsável pela Ata respectiva a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATA DE REGISTRO	**258/2021**	**CNPJ**	**VALOR TOTAL**
CONTRATADA	SCHUSSLER E CUNHA CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA	39.834.991/0001-43	**R$ 136.494,28**
OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ESPERA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.		
VIGÊNCIA	12 MESES – 21/10/2021 A 21/10/2022.		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações

Disponibilizará aos Fiscais designados, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 21 de outubro de 2021.

_____ **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO N° 194/2021 PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 053/2021

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 194/2021

PREGÃO ELETRONICO – SRP N° 053/2021

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do Processo Licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N° 053/2021, conforme segue:

OBJETO:PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO DO TIPO COMBOIO - ZERO KM, ANO 2021, MODELO 2021, EQUIPADO COM LUBRIFICAÇÃO E ABASTECIMENTO, PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO, JUNTO AO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT.

HOMOLOGADO/ADJUDICADO para a empresa:

TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA.

CNPJ: 02.416.362/0001-93

ENDEREÇO: AV. ULISSES POMPEU DE CAMPOS, Nº 656, BAIRRO ZERO QUILOMETRO.

CIDADE: VÁRZEA GRANDE-MT

CEP: 78110-600

FONE: (65) 3632-7700

EMAIL: licitacao@albertobarrosadvocacia.com.br

Vencedora do único item do certame no valor global de R$ 555.000,00 (Quinhentos e Cinquenta e Cinco Mil Reais).

Registro de Preços válido por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Confresa- MT, 21 de outubro de 2021.

_____

PALANNA OLIVEIRA BEZERRA

PREGOEIRA

PORTARIA N° 0126/2021

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 258/2021

Aos 21 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e Vinte, o MUNICÍPIO DE CONFRESA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua 13 de maio, nº 215, Centro, Confresa - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. Ronio Condão Barros Milhomem, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Avenida Ayrton Senna da Silva, n° 133 – Centro, nesta cidade, portador da Carteira de Identidade RG n. 0875190-0 SSP-MT e inscrito no CPF sob o n. 535.561.191-53 a seguir denominada simplesmente ÓRGÃO GERENCIADOR, institui a presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação **Processo Licitatório nº 217/2021** na modalidade **Pregão Presencial nº 073/2021** da Prefeitura Municipal de Confresa-MT, **HOMOLOGADO EM 20/10/2021**, cujo objetivo é a eventual e futura **PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ESPERA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA-MT,** junto ao município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009, Decreto Municipal nº 128 e 248/2020 e, Decreto Municipal n° 030/2021, segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços referente a eventual e futura**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ESPERA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE CONFRESA-MT.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente ARP a PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, localizada na Rua 13 de Maio, nº 215, Centro, em Confresa - MT, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR;**

Parágrafo único – qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderá solicitar a utilização da presente ARP, independentemente da participação ou não na licitação em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

O ÓRGÃO GERENCIADOR, através da Seção de Licitação e Contratos, obriga-se a:

a) gerenciar a presente ARP, indicando, sempre que solicitado, os nomes dos fornecedores, os preços, os quantitativos disponíveis e as especificações dos materiais registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

b) convocar os particulares via fax, telefone ou e-mail, para assinatura da ARP e retirada da nota de empenho;

c) observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;

d) conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;

e) realizar, quando necessário, prévia reunião com os licitantes objetivando a familiarização das peculiaridades do Sistema de Registro de Preços;

f) consultar os fornecedores registrados (observada a ordem de classificação) quanto ao interesse em fornecimento dos serviços a outros órgãos da Administração Pública que externem a intenção de utilizar a presente ARP;

g) comunicar aos gestores dos órgãos participantes possíveis alterações ocorridas na presente ARP;

h) coordenar a qualificação mínima dos respectivos gestores dos órgãos participantes;

i) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação, na presente ARP.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE E NÃO PARTICIPANTE

O ÓRGÃO PARTICIPANTE e o ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE, através de gestor próprio indicado, obrigam-se a:

a) tomar conhecimento da presente ARP, inclusive às respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta da mesma;

b) consultar, previamente, o ÓRGÃO GERENCIADOR objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;

c) verificar a conformidade das condições registradas na presente ARP junto ao mercado local, informando ao ÓRGÃO GERENCIADOR, eventuais desvantagens verificadas;

d) encaminhar ao ÓRGÃO GERENCIADOR a respectiva nota de empenho;

e) enviar, no prazo máximo de **05 (cinco) dias** úteis, as informações sobre a contratação efetivamente realizada;

f) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente ARP, informando ao ÓRGÃO GERANCIADOR qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR obriga-se a:

a) assinar a ARP, retirar a respectiva nota de empenho e assinar o contrato no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação, no que couber;

b) informar, no prazo máximo de 01 (um) dia, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a presente ARP;

c) realizar os serviços solicitados nos prazos estabelecidos e conforme autorização de fornecimento, conforme solicitado no edital;

d) realizar os serviços conforme especificações e preços registrados na presente ARP;

e) realizar os serviços solicitados no respectivo endereço do órgão participante ou não participante da presente ARP, sem nenhum ônus adicional ao Município de Confresa;

f) providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERANCIADOR referentes às condições firmadas na presente ARP;

g) fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;

h) prover condições que possibilitem o atendimento das condições firmadas a partir da data da assinatura da presente ARP;

i) ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão gerenciador e participante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas na presente ARP;

j) pagar, pontualmente, o fornecedor e cumprir com as obrigações fiscais, relativos aos materiais entregues, com base na presente ARP, exonerando a Administração Pública de responsabilidade solidária ou subsidiária por tal pagamento;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de até um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 21 de Outubro de **2022.**

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços, as quantidades, o fornecedor e as especificações dos serviços registrados nesta Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

EMPRESA: **SCHUSSLER E CUNHA CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA**

CNPJ: 39.834.991/0001-43

END: AV. TEREZINHA ABREU VITA, N° 127, SALA B, BAIRRO COMERCIAL

CIDADE: SANTANA DO ARAGUAIA-PA CEP: 68.560-000

TELEFONE: (66) 98409-5375 E-MAIL: **thaynarals.engenharia@gmail.com**

REPRESENTANTE LEGAL: JOÃO NETO DA SILVA CUNHA

RG: 7274281 SSP/PA E CPF: 010.985.772-05

ITEM: 01.

Especificação - Valor Unitário - Quantidade

ITEM	CÓD. SISTEMA	CÓD. TCE	UND	QTD	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	133125609	00030687	UND	1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE REDE DE ESPERA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA HMCREDE DE ESPERA PARA AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA HMC.	R$ 136.494,28	**R$ 136.494,28**

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até **30 (trinta)** dias condicionado à prestação do serviço e apresentação da Nota Fiscal/Fatura. Para tanto, o FORNECEDOR deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura à qual deverá ser atestada pelo setor de compras, ou outro servidor formalmente designado;

Parágrafo primeiro – o pagamento só se efetivará depois de confirmada a situação de regularidade fiscal para com a seguridade social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Fazenda Federal através da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; com a Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa de débitos.

Parágrafo segundo – o pagamento será condicionado ao cumprimento das obrigações fixadas na presente ARP.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO

ORGÃO: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ELEMETO:3.3.90.39.00.00.00.00

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CONDIÇÃO ESPECÍFICA

A existência desta Ata de Registro de Preços não obriga o ÓRGÃO GERENCIADOR, nem o ÓRGÃO PARTICIPANTE, se for o caso, a firmar as futuras aquisições, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para determinada contratação, assegurado ao particular cujo preço foi registrado, em caso de igualdade de condições, a preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

Os preços, os quantitativos, o fornecedor e as especificações resumidos do objeto, como também as possíveis alterações da presente ARP, serão publicadas no Diário Oficial do Município, na forma de extrato, em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CRITERIO DE REAJUSTE

O preço da presente contratação será fixo e irreajustável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – POSSIBILIDADE DE SUPRESSÕES E/OU ACRESCIMOS.

A empresa contratada obrigar-se-á a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas no Edital/contrato, os acréscimos e/ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado atualizado, nos termos do art. 65, § 1º da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos não poderão exceder os limites acima mencionados, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, com fulcro no art. 65, § 2º, da Lei 8.666/1993.

As supressões e/ou acréscimos referenciados serão considerados formalizados mediante assinatura de Termo de Aditamento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, quando:

a) não cumprir as exigências do instrumento convocatório da licitação supracitada e as condições da presente ARP;

b) recusarem-se a retirar a nota de empenho no prazo estabelecido, salvo por motivo devidamente justificado e aceito pela Administração;

c) der causa à rescisão administrativa decorrente desta ARP;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial relativa ao presente Registro de Preços;

e) não manutenção das condições de habilitação e compatibilidade;

f) não aceitar a redução dos preços registrados, nas hipóteses previstas na legislação;

g) em razões de interesse público, devidamente justificadas.

II – Por iniciativa do próprio FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprimento das exigências insertas neste Registro de Preços, tendo em vista fato superveniente, aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que comprovadamente venha a comprometer a perfeita execução contratual;

Parágrafo único – o cancelamento de registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, deverá ser formalizado mediante competente processo administrativo com despacho fundamentado do Prefeito Municipal, gestor do ÓRGÃO GERENCIADOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS PENALIDADES

15.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e do Município de CONFRESA /MT pelo prazo de até 05 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

15.2 - Pela inexecução total ou parcial da ATA DE REGISTRO DE PREÇO ou pelo atraso injustificado na execução da ATA DE REGISTRO DE PREÇO sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de execução dos serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ordem de Serviço/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de execução;

c)10% (dez por cento) sobre o valor constante da ATA DE REGISTRO DE PREÇO, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

d) A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização da execução dos Serviços será exercida pelo servidor credenciado, **Jeverson Pereira Borges CREA-GO 1016143150 AP-GO Engenheiro Civil**, nomeado mediante **Portaria Municipal n° 273/2021**, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pelo FORNECEDOR, o seu exclusivo juízo:

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– DA DOCUMENTAÇÃO

A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes:

a) Edital do **Pregão Presencial** Nº **073/2021** e anexos;

b) Proposta Comercial da FORNECEDORA.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Porto Alegre do Norte-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Confresa – MT, 21 de Outubro de 2021.

_____

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

_____

SCHUSSLER E CUNHA CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA

CNPJ n° 39.834.991/0001-43

Representante Legal: João Neto da Silva Cunha

CPF n° 010.985.772-05

-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA Nº 160/2021

"Designa Fiscal de Contrato Administrativo."

MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no artigo 67, da lei 8.666/93,

Considerando as disposições contidas no Decreto Municipal 038/2013, e;

Considerando os princípios que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **CELIA ROMUALDO DA COSTA REIS** portadora da Cédula de Identidade RG nº 1001705 SSP/MT e do CPF: 928.145.656-72, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para atuar como fiscal do contrato administrativo n° **073/2021.**

Art. 2º - Fica o fiscal obrigado a comunicar a administração todas às ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providencias que ultrapassem a competência do fiscal deverão ser solicitado, à administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas saneadoras.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir da assinatura do contrato.

Cumpra-se

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 161/2021

"Dispõe sobre a nomeação do Fiscal de Contratos firmados junto à Previdência Social dos Servidores de Conquista D' Oeste – MT"

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CONQUISTA D' OESTE - MT, no uso das atribuições legais, conferidas pela Lei nº 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar a servidora **WALKIRIA FERNANDA MARCELINO DE SOUZA**, brasileira, inscrita no CPF sob nº 990.635.651-00, para acompanhamento e fiscalização do Contrato Administrativo nº 003/2019, firmado entre o PREVI-CONQUISTA com o Consórcio Gestor RPPS de prestação de serviços técnicos.

Artigo 2º - O objeto do Contrato Administrativo nº 003/2019 com o Consórcio Gestor RPPS é a prestação de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social CONTRATANTE, conforme descrição contida no Termo de Referência do Pregão Presencial nº 001/2017 realizado pelo CONSPREV.

Artigo 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 119/2020, de 15 de junho de 2020.

Registra-se, Publica-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 157/2021

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar, a pedido, a servidora **ZILDENIR LEMES DE ALMEIDA** do cargo de **SERVIÇOS GERAIS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 388418 SJSP/AC e do CPF: 716.655.102-00, a partir 01 de outubro de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 18 de outubro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 158/2021

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar, a pedido, a servidora **FABIANA VIANA DOS SANTOS** do cargo de **SERVIÇOS GERAIS,** portadora da Cédula de Identidade RG nº 2071112-3 SSP/MT e do CPF: 030.418.981-28, a partir 01 de outubro de 2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 18 de outubro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PORTARIA/DECRETO
PORTARIA 159/2021

"Dispõe sobre a exoneração de servidor do cargo que menciona."

MARIA LUCIA DE OLVEIRA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D'Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições legais e especialmente as contidas na Lei Municipal nº 002/2001,

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar, a pedido, o servidor contratado **MARCELO VIEIRA DA SILVA** do cargo de **MOTORISTA,** portador da Cédula de Identidade RG nº MG 13899528 SSP/MG e do CPF: 075.013.786-06, a partir desta data

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 21 de outubro de 2021.

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

SEC. GOVERNO
LEI N.º 1.156/2021

Dispõe sobre a Criação, Organização, Estrutura e Competências do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO E SUAS FINALIDADES

Art. 1.º Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, órgão normativo, consultivo e deliberativo vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como um mecanismo permanente de participação das entidades representativas no processo de planejamento e execução da Política Municipal de Cultura, será composto e funcionará conforme as disposições desta Lei.

Art. 2.º O Conselho Municipal de Política Cultural de Cotriguaçu-MT tem por finalidade.

I - o aperfeiçoamento do planejamento setorial com participação da comunidade organizada e dos produtores culturais devidamente registrados junto ao departamento municipal de cultura, em um plenário bipartite integrado por Conselheiros indicados e nomeados nos termos da presente Lei e da legislação pertinente;

II - promoção de incentivo à preservação, produção e difusão de bens culturais do Município e dos diferentes segmentos que compõem a sua cultura;

III - integração regional da cultura municipal por meio do apoio às vocações artísticas e às manifestações culturais locais, facilitando o acesso de toda a população aos produtos culturais incentivados; e,

IV - promoção, por meio das manifestações artístico-culturais em geral, a internalização comunitária dos valores que consagram a identidade e a evolução cultural do povo do Município.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO

Art. 3.º Para o cumprimento de suas finalidades, compete ao Conselho Municipal de Política Cultural:

I - Promover a Política Municipal de Cultura, orientando as diretrizes, os objetivos, as estratégias e as metas que orientarão o processo de planejamento e gestão comparticipada da função Cultural;

II - apreciar o Plano Plurianual de Ação do setor e os instrumentos programáticos e orçamentários anuais correspondentes;

III - aprovar o Regimento Interno do Conselho;

IV - aprovar o Manual de Normas e Procedimentos do Programa Municipal de Incentivo à Cultura;

V - promover a integração programática junto as secretarias municipais, principalmente daquelas relacionadas com o Turismo, a Promoção Social, a Educação, Desportos e Lazer, visando a sua convergência para os objetivos comuns de desenvolvimento cultural do Município;

VI - articular-se com órgãos similares em outros municípios, buscando a integração de esforços e meios orientados para objetivos comuns;

VII - articular-se com órgãos estaduais, federais e internacionais de apoio à Cultura, visando a complementação de esforços e apoio técnico e financeiro para viabilização do programa municipal de Cultura;

VIII – articular com o Governo do Estado de Mato Grosso, a celebração de acordos e mecanismos de seleção de projetos culturais a serem apoiados por programas governamentais de incentivo, visando a adoção de critérios de prioridade de atendimento segundo o grau de interesse coletivo do Município, atributo este a ser formalmente declarado pelo Conselho Municipal;

IX - apreciar e votar os Pareceres Técnicos emitidos sobre processos de encaminhamento de Projetos Culturais submetidos ao Conselho para fins de recebimento de incentivos do programa municipal de apoio a Cultura;

X – Orientar o poder executivo sobre as implicações culturais de planos governamentais no âmbito do Município;

XI - exercer vigilância e transparência sobre as ações governamentais na área da Cultura, registrando a eficiência gerencial do desempenho executivo e perscrutando a eficácia social de seus resultados.

Art. 4.º O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC é constituído pelas seguintes instâncias:

I - Plenário;

II - Mesa Diretora (Presidência. Vice-presidência);

Parágrafo Único. O Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural somente poderá deliberar com no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

Art. 5.º Ao Plenário, instância máxima do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, compete:

I - propor as diretrizes gerais do Plano Municipal de Cultura – PMC;

II - estabelecer diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura – SMC;

III - colaborar na implementação das pactuações acordadas na Comissão Intergestores Tripartite – CIT e na Comissão Intergestores *Bipartite* – CIB, devidamente aprovadas, respectivamente, nos Conselhos Nacional e Estadual de Política Cultural;

IV - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;

V - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

VI - contribuir para o aprimoramento dos critérios de partilha e registros, no âmbito do Sistema Nacional de Cultura acompanhando a execução do Acordo de Cooperação Federativa assinado pelo Município;

VII - contribuir para a definição das diretrizes do Programa Municipal de Formação na Área da Cultura – PROMFAC, especialmente no que tange à formação de recursos humanos para a gestão das políticas culturais;

VIII - promover cooperação com os demais Conselhos Municipais de Política Cultural, bem como com os Conselhos Estaduais, do Distrito Federal e Nacional;

IX - incentivar a participação na gestão das políticas e dos investimentos públicos na área cultural;

X - aprovar o regimento interno da Conferência Municipal de Cultura – CMC;

XI - estabelecer o regimento interno do Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC.

Art. 6.º Compete aos Fórum municipal, de caráter permanente, a formulação e o acompanhamento de políticas culturais específicas para os respectivos segmentos culturais.

Art. 7 º. O Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC deve se articular com o Plano Municipal de Cultura – PMC, e o Fundo Municipal de Cultura – FMC, para compor o Sistema Municipal de Cultura – SMC.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO E DA ESTRUTURA DO CONSELHO

Art. 8 º. O Conselho Municipal de Política Cultural do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, será composto por 09 (nove) membros titulares, e igual número de suplentes, de acordo com a estrutura representativa, a seguir estabelecida:

I – REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

a) Representante do Departamento Municipal de Cultura:

1. 01 (um) titular; e,

2. 01 (um) suplente,

b) Representantes indicados pelo Prefeito Municipal:

1. 02 (dois) titulares; e,

2. 02 (dois) suplentes.

II – REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO:

1. 01 (um) titular; e,

2. 01 (um) suplente,

III - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA:

a) 05 (cinco) titulares; e,

b) 05 (cinco) suplentes.

Art. 9 º. Os Representantes Governamentais do Poder Executivo serão indicados pelo Prefeito Municipal e dos demais Órgãos e Entidades pelos seus respectivos Representantes Legais, mediante Ofício.

§ 1.º As substituições dos Representantes Governamentais dar-se-ão da mesma forma disposta do *caput*, do presente artigo.

§ 2.º No caso do Conselho Municipal de Política Cultural não estar em funcionamento ou com a Diretoria e membros com mandatos vencidos, deverá ser observada a regra contida no *caput*, do presente artigo.

Art. 10. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural serão nomeados por Decreto do Executivo.

CAPÍTULO IV

DO FÓRUM MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 11. O Fórum Municipal de Cultura será formado:

I - por todos os artistas, produtores culturais e demais membros que estiverem devidamente cadastrados junto ao departamento municipal de cultura;

Parágrafo Único. O Fórum Municipal de Cultura, deverá reunir-se a cada 02 (dois) anos para avaliação dos programas, projetos e ações desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Cultura, bem como do cumprimento do Plano Municipal de Cultura.

CAPÍTULO V

DOS CONSELHEIROS

Art. 12. O mandato do Conselheiro é de 03 (três) anos, passível de reeleição para 01 (um) período imediatamente subsequente.

Art. 13. O representante do Departamento Municipal de Cultura, será membro nato do Conselho, como representante de uma das vagas Governamental.

Art. 14. Os Conselheiros integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e social.

Art. 15. O Presidente e Vice Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural serão escolhidos pelos seus membros.

Parágrafo Único. As funções de Presidente e Vice Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural serão revezadas, entre os Representantes Governamentais e Não Governamentais, a cada período de 03 (três) anos, passível de recondução para o 01 (um) período imediatamente subsequente.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As despesas oriundas da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento Vigente do Município.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 21 de outubro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

TERMO DE RESULTADO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2021 - PROCESSO Nº 131/2021

Do resultado:

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial- SRP nº 050/2021.

A empresa: ARAUJO & ARAUJO LTDA CNPJ 04.334.289/0006-40 foi vencedora da licitação dos itens: 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16 Com o valor global de R$ 39.746,62 reais.

Da homologação:

O Prefeito Municipal, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

a) Processo Nr.: 131/2021

b) Licitação Nr.: 050/2021

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 21/10/2021

e) Objeto da Licitação: "AQUISIÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, HERBICIDAS, INSETICIDAS, FUNGICIDAS E EMBALAGENS PARA MUDAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO- AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT".

Cotriguaçu - MT, 21 de outubro de 2021

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

SEC. GOVERNO
LEI N.º 1.155/2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir Crédito Adicional Suplementar nas dotações orçamentárias que menciona, do Orçamento Vigente, no valor de R$ 990.000,00, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo do Município de **Cotriguaçu**, Estado de Mato Grosso, autorizado a abrir **Crédito Adicional Suplementar,** no valor de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), nas seguintes dotações Orçamentárias, do Orçamento Vigente para o Exercício Financeiro de 2021, aprovado pela Lei Municipal n.º 1.129, de 15 de dezembro de 2020:

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001	Divisão de Educação Fundamental e Especial
Função: 04	12	Educação
Sub Função:	361	Ensino Fundamental
Programa:	0002	Educação para Todos
Projeto/Atividade:	1.014	Reforma e Ampliação e Manutenção dos Prédios Escolares
Fonte de Recursos	3.0015	Recursos FNDE
Elemento Despesa:	44.90.51.00	Obras e Instalações..... R$ 70.000,00
TOTAL:.....R$ 70.000,00		

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001	Divisão de Educação Fundamental e Especial
Função: 04	12	Educação
Sub Função:	361	Ensino Fundamental
Programa:	0002	Educação para Todos
Projeto/Atividade:	1.014	Reforma e Ampliação e Manutenção dos Prédios Escolares
Fonte de Recursos	3.0019	FUNDEB 40%
Elemento Despesa:	44.90.51.00	Obras e Instalações..... R$ 70.000,00
TOTAL:.....R$ 70.000,00		

Órgão:	06	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Unidade Orçamentária:	001	Divisão de Educação Fundamental e Especial
Função: 04	12	Educação
Sub Função:	361	Ensino Fundamental
Programa:	0002	Educação para Todos
Projeto/Atividade:	2.040	Aquisição de Veículos
Fonte de Recursos	3.1001	Recursos Próprios (Educação)
Elemento Despesa:	44.90.52.00	Aquisição de Veículos..... R$ 850.000,00
TOTAL:.....R$ 850.000,00		

TOTAL GERAL.....R$ 990.000,00

Art. 2.º Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar descrito no art. 1.º, da presente Lei, no valor total de R$ 990.000,00 (novecentos e noventa mil reais), fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o *superávit* financeiro apurado no exercício anterior, conforme previsto no art. 43, § 1.º, inciso I, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), com a finalidade de promover a manutenção e reforma de estruturas de prédios e ambientes escolares, e de R$ 850.000,00 (oitocentos e cinquenta mil reais), com o objetivo de aquisições de Ônibus Escolares para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Parágrafo Único. O Demonstrativo do *superávit* financeiro apurado no exercício anterior segue no ANEXO ÚNICO, da presente Lei, que dessa passam a ser partes integrantes, em cumprimento ao disposto no *caput*, do art. 43, da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Art. 3.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer as alterações necessárias e proceder à inclusão da despesa que trata a presente Lei, nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei Complementar Federal n.º **101**, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre eles, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, na Lei Orçamentária Anual – LOA e no Plano Plurianual – PPA, para o exercício financeiro de 2021.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 21 de outubro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
LEI N.º 1.154/2021

Altera a redação do § 2.º, do art. 63, da Lei Municipal n.º 692/2011, que Reestruturou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Cotriguaçu-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, Faço saber que, a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º O § 2.º, do artigo 63, da Lei Municipal n.º 692/2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 63. (...).

(...).

§ 2.º O limite de gastos administrativos do PREVI-COTRI será de 2.8% (dois inteiros e oito décimos por cento) do valor total da remuneração de contribuição de todos os servidores ativos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, relativo ao exercício financeiro anterior, com efeitos a contar de 1.º (primeiro) de janeiro de 2022.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT,21 de outubro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SEC. GOVERNO
DECRETO N.º 1.469 DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, pelo prazo que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU-MT, OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS, **no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art.** 81, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os Conselheiros titulares e suplentes abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do Município de Cotriguaçu-MT, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 15 de outubro de 2021:

I - REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

1. Titular :André Luiz Silveira; e,

2. Suplente : Elizete Lubke.

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO:

1. Titular : Jaciélio do Nacimento Eufrásio; e,

2. Suplente : Joserlanha Macedo de Oliveira.

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE :

1. Titular : Willian Ramos Maciel; e,

2. Suplente : Tania Cristina Cardoso Eufrásio.

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

1. Titular : Juliana Cruz Amorim; e,

2. Suplente : Ivonete Alves de Deus Gollo.

II - REPRESENTANTES DA ÁREA NÃO GOVERNAMENTAL:

a) ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE COTRIGUAÇU-MT:

1. Titular : Elisangela da Silva Dutra Nunes; e,

2. Suplente : Vanilda Aparecida Pinto.

b) PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA:

1. Titular : Reinaldo Valiguski; e,

2. Suplente : Francisca Luiza da Silva Barros.

c) IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS:

1. Titular : Leocadia Gomes Padilha; e,

2. Suplente : Rodrigo Jesuino Padilha.

d) SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS:

1. Titular : Helena de Jesus Moreira; e,

2. Suplente : Roseli dos Santos Oliveira.

Art. 3.º Os membros do Conselho Municipal que trata o presente Decreto não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação dos mesmos constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 4.º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Cotriguaçu-MT, 15 de outubro de 2021.

OLIRIO OLIVEIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
DECRETO Nº 196/2021

DISPÕE SOBRE O REENQUADRAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICOS EFETIVO EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 881/2013 E 1.340/2020.

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica reenquadrado (a) servidor (a) efetivo (a) relacionado (a) na tabela abaixo, anexa de acordo com a Lei Nº 1.340/2020.

Art. 2º- - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/10/2021, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 21 de Outubro de 20211.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA							
MAT.	**SERVIDOR**	**CARGO**	**FUNÇÃO**	**CLASSE NV. ATUAL**	**REENQ.**	**SALÁRIO ATUAL**	**SALÁRIO ATUALIZADO**
1327-1	SIMONE DE PRADO MARTINS	ATENDENTE DE CIDADANIA	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	D-05	D-06	R$ 2.399,48	R$ 2.515,55
1359-1	ROSIRAM FIALHO GOMES DA SILVA	AUX. DE CONS. DENTÁRIO	AUX. DE SERVIÇOS TÉCNICOS	B-05	B-06	R$ 2.161,27	R$ 2.265,82
1210-1	POLIANA PEREIRA CARDOSO	AUX. ENFERMAGEM	AG. AUXILIAR DE SERV. TECNICOS	B-05	B-06	R$ 2.161,27	R$ 2.265,82

3173-1	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA XAVIER	FISCAL DE SAÚDE PÚBLICA	FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	B-04	C-04	R$ 2.205,71	R$ 2.493,38
1887-1	ROSENILDA PEREIRA COSTA	AG. DE HIGIENIZAÇÃO	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	B-04	B-05	R$ 1.180,97	R$ 1.903,01
1329-1	LETICIA LAZZARI FANTIN	DENTISTA	TEC. NIVEL SUPERIOR	D-05	D-06	R$ 9.168,01	R$ 9.611,94
964-1	MICHELI CRISTINA CARRASCO MAURIZ	ENFEMEIRA	TÉC. NÍVEL SUPERIOR	C-05	C-06	R$ 8.219,96	R$ 8.617,60
339-1	IRINEIA RODRIGUES VIEIRA	AG. HIGENIZAÇÃO	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	D-05	D-06	R$ 2.399,18	R$ 2.515,55
241-1	OSVALDINO GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	AGENTE ADMINISTRATIVO	A-06	A-07	R$ 2.113,05	R$ 2.210,56
1338-1	ALINE POLETTO DE LA BANDEIRA	FISIOTERAPEUTA	TEC. NIVEL SUPERIOR	C-05	C-06	R$ 8.219,96	R$ 8.617,60
902-1	JORGE ADRIANO DO VALLE SOUZA	DENTISTA	TEC. NIVEL SUPERIOR	C-05	C-06	R$ 8.219,96	R$ 8.617,60
1332-1	ADRIANA DE JESUS	AUX. ENFERMAGEM	AG. AUXILIAR DE SERV. TECNICOS	D-05	D-06	R$ 2.724,94	R$ 2.856,91
1325-1	JOSE RENATO MARTINS	DENTISTA	TEC. NIVEL SUPERIOR - 30 HORAS	C-05	C-06	R$ 6.289,03	R$ 6.593,23
897-1	FABIANO ORMOND RIBEIRO DE CAMPOS	DENTISTA	TEC. NIVEL SUPERIOR - 30 HORAS	B-05	B-06	R$ 5.563,37	R$ 5.832,47
346-1	MARTA PEGO DE SOUZA	AUX. DE CONS. DENTÁRIO	AUX. DE SERVIÇOS TÉCNICOS	D-05	D-06	R$ 2.724,94	R$ 2.856,91
1328-1	ANA MARIA RODRIGUES DA COSTA	AUX. ENFERMAGEM	AG. AUXILIAR DE SERV. TECNICOS	C-05	C-06	R$ 2.443-16	R$ 2.561,36
895-1	EUCENIA DE SOUSA PINHEIRO	DENTISTA	TEC. NIVEL SUPERIOR	C-05	C-06	R$ 8.219,96	R$ 8.617,60
1333-1	JOÃO GOMES CAVALCANTE	AUX. ENFERMAGEM	AG. AUXILIAR DE SERV. TECNICOS	B-05	B-06	R$ 2.161,27	R$ 2.265,82

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

MAT.	SERVIDOR	CARGO	FUNÇÃO	CLASSE NV. ATUAL	REENQ.	SALÁRIO ATUAL	SALÁRIO ATUALIZADO
3087-1	LEANDRO MONTEIRO DA SILVA	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA	AG. OP. DE MANUTENÇÃO	C-04	D-04	R$ 2.493,42	R$2.781,08
3095-1	VALDEIR GOMES FERREIRA	MOTORISTA	AG. OP. DE MANUTENÇÃO	C-04	D-04	R$ 2.493,42	R$ 2.781,08
145-1	JOÃO ANTONIO PEREIRA	SERVIÇOS GERAIS	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	C-10	D-11	R$ 2.671,76	R$ 3.096,06
146-1	JOÃO AURELIANO DA SILVA	SERVIÇOS GERAIS	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	A-07	A-09	R$ 1.814,96	R$1.1975,07
102-1	ESCALINDO FERREIRA DA SILVA	VIGIA	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	B-08	B-09	R$ 2.179,30	R$ 2.271,34
1739-1	CLEBER CASSIO BENEDITO DA SILVA	SERVIÇOS GERAIS	AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL	C-04	D-05	R$ 2.047,17	R$ 2.399,45

LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2021

LEI COMPLEMENTAR Nº 65/2021

AUTORIZA A ENCAMPAÇÃO DO SERVIÇO HOSPITALAR DA ASSOCIAÇÃO SANTA MADRE PAULINA, COM CONSEQUENTE REQUISIÇÃO ADMINISTRATIVA DA ESTRUTURA HOSPITALAR DO HOSPITAL SÃO JOÃO BATISTA.

O Prefeito do Município de Diamantino do Estado de Mato Grosso, **Manoel Loureiro Neto**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, a Câmara Municipal de Diamantino aprova e Eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Diamantino/MT, na qualidade de Poder Concedente, a encampar, a operação e a manutenção dos serviços hospitalares da Associação Santa Madre Paulina, decorrente da celebração do contrato nº 113/2021 deste município, atendendo o interesse público.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, a prévia indenização de que trata o art. 37 da Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências, fica considerada como amortizada, em multas por descumprimento contratual, além do uso dos equipamentos de propriedade do município, sem prejuízo da apuração de saldo remanescente de equipamentos, bens de consumo e medicamentos a serem devolvidos em pecúnia, assim que apurados o remanescente por meio de inventário especifico.

Art. 2º O Poder Executivo editará as normas necessárias à execução desta Lei Complementar, estando desde já autorizado a dar continuidade aos contratos da Associação para fins do serviço encampado, para manutenção de forma urgente do serviço público de Saúde.

Parágrafo Único. Os valores que tinham destinação ao Contrato, passam a ser de responsabilidade do Município de Diamantino.

Art. 3º O Município de Diamantino/MT fica obrigado a cumprir com todo o estipulado no Contrato Administrativo 113/2021.

Art. 4º Caso o Poder Executivo opte por terceirizar qualquer prestação do serviço decorrente do contrato, deverá fazê-lo por meio dos mecanismos da Lei 8.666/93 ou Lei 14.133/21.

Art. 5º Acaso demonstre necessária o uso do Imóvel e equipamentos que não sejam públicos destinados ao uso e manutenção do contrato, fica desde já autorizada a Requisição Administrativa de tais bens.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 20 de outubro de 2021.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Muni

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2021.

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT torna público que ás 09:00 horas do dia 10 de novembro de 2021, estará abrindo o pregão eletronico, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES DE SAÚDE DE DIAMANTINO**

O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente, pode ser solicitado pelo e-mail licitacao@diamantino.mt.gov.br e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 21 de outubro de 2021.

SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021.

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO/MT torna público que ás 09:00 horas do dia 09 de novembro de 2021, estará abrindo o pregão eletronico, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, TERMÔMETROS E MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS E PROTETORES SOLARES PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT.**

O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente, pode ser solicitado pelo e-mail licitacao@diamantino.mt.gov.br e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino/MT, 21 de outubro de 2021.

SERGIO VINICIUS MASSAROLO DIAS

Pregoeiro Oficial

EDITAL Nº 07/2021 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2021

AUDIÊNCIA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – PLOA/ 2022

Dispõe sobre a publicidade por meio eletrônico da Audiência Pública para elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual do Município de Diamantino para o exercício financeiro de 2022.

A Prefeitura Municipal de Diamantino, por meio da Secretaria Municipal de Planejamento e Controle,no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber a toda população e as entidades representativas do Município que:

Considerando que o artigo 48, § 1º, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, como um dos instrumentos para assegurar a transparência na gestão fiscal, incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante o processo de elaboração e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022.

Considerando a existência de Pandemia do Coronavírus – COVID-19 declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que a comunicação e discussão em ambiente virtual, respeita o isolamento social e o alinhamento a todos os esforços que o Estado vem adotando para evitar a disseminação da pandemia;

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar Audiência Pública on-line e presencial para discussão e elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2022, no **dia 27 de outubro de 2021, às 14:00 horas**, no Plenário da Câmara Municipal "Palácio Urbano Rodrigues Fontes".

Art. 2º A audiência pública será transmitida de forma on-line com transmissão pelo Youtube no canal da Prefeitura Municipal de Diamantino: https://www.prefeitura.mt.gov.br.

Art. 3º O link de acesso para os participantes do evento que desejarem fazer uso da palavra será disponibilizado durante a transmissão ao vivo e o espaço estará aberto ao debate.

Art. 4º. As contribuições serão analisadas e em sendo pertinentes serão incorporadas ao Projeto de Lei.

Art. 5º. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino – MT, 21 de outubro de 2021.

Manoel Loureiro Neto

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 564/2021

PORTARIA Nº 564/2021

MANOEL LOUREIRO NETO, Prefeito Municipal do município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - **Tornar sem efeito a ERRATA da Portaria nº 131/2021, publicada no Diário Oficial nº 3.838, em 20 de outubro de 2021,** que alterou a lotação da Senhora **CELIA APARECIDA BARBOSA,** portadora do RG nº 0414669-7 SSP/MT, inscrita no CPF nº 206.831.701-04.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 20 de Outubro de 2021.

MANOEL LOUREIRO NETO

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO DE CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 135/2021 - CONTRATADO(a): EDUARDO ROSSI: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO ADMINSITRATIVO EDUCACIONAL - TAE - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.372,25 (Um Mil Trezentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado. IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. **21 de Outubro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 122/2021 - CONTRATADO(a): MICHELLE RODRIGUES DE SOUZA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1.372,25 (Um Mil Trezentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Cinco Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado. IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. **08 de Outubro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 060/2021 - CONTRATADO(a): KISSILA REJANE DA SILVA SIQUEIRA SANTOS: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de

PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 2. 223,11 (Dois Mil Duzentos e Vinte e Três Reais e Onze Centavos), equivalentes à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado . IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. Diamantino/MT, **30 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 061/2021 - CONTRATADO(a): CELINA DA SILVA: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **PROFESSORA ENSINO FUNDAMENTAL - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 2.223,11 (Dois Mil Duzentos e Vinte e Três Reais e Onze Centavos), equivalentes à carga horária de 20 (vinte) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado . IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. Diamantino/MT, **30 de Setembro de 2021.**

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 136/2021 - CONTRATADO(a): ELIANE DE SOUZA LEAL: O presente contrato tem como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO - MANUTENÇÃO DE INFRA ESTRUTURA - CONTRATO**, lotado na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**. Durante o prazo constante da cláusula terceira, o **CONTRATADO,** receberá o vencimento de R$ 1. 115,61 (Um Mil Cento e Quinze Reais Sessenta e Um Centavos), equivalentes à carga horária de 30 (Trinta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Educação e Cultura. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado. IV – Fonte do Recurso: FUNDEB. Diamantino/MT, **20 de Outubro de 2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.702/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto artigo 167 da Constituição Federal e, nos termos dos artigos 40, 41 e 42 da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir mediante decreto regulamentar no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento vigente até o limite de R$ 306.600,00 (trezentos e seis mil seiscentos reais), conforme abaixo:

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.122.0000.0.000. Administração Geral

05.002.10.122.0083.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

05.002.10.122.0083.1.032. Aquisição de veículos e ambulâncias para atender Secretaria de Saúde

4.4.90.52.00.00 01.47.021000 – EQUIPAMENTO E MATERIAL 225. 000,00

PERMANENTE

05.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

05.002.10.000.0000.0.000. Saúde

05.002.10.301.0000.0.000. Atenção Básica

05.002.10.301.0083.0.000. EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE SAÚDE

05.002.10.301.0083.1.082. Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)

4.4.90.51.00.00 01.47.008000 – OBRAS E INSTALAÇÕES 81.600,00

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de excesso de arrecadação apurado nas fontes **01. 47.021000 e 01.47.008000** dentre outras, as disposta no artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 3º - O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação na Lei nº 1.538/2018, de 17/01/2018, Plano Plurianual – PPA – 2018-2021, e na Lei nº 1.667/2020 de 18/12/2020, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2021.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2021

CONTRATADA:RR LOPES EIRELI, CNPJ: 22.548.304/0001-20

OBJETO: O registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para suprir as necessidades, da secretaria de educação, esporte e lazer, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, edital e todos seus anexos.

VALOR:R$ 24.000,00

DATA DE ASSINATURA: 21/10/2021

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 083/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 083/2021

CONTRATADA: ECS COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ: 22.607. 948/0001-42

OBJETO: O registro de preço para futura e eventual aquisição de equipamentos e materiais permanentes para suprir as necessidades, da secretaria de educação, esporte e lazer, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, edital e todos seus anexos.

VALOR: R$ 155.560,00

DATA DE ASSINATURA: 21/10/2021

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2021

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 023/2021

CONTRATADA:RICARDO CORTES GUIMARÃES, **CNPJ: 33.494.772/0001-86**

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a expansão de QUINZE (15) dias **uteis** do prazo de execução dos serviços, constante da Cláusula Segunda do Contrato de Prestação de Serviços nº 023/2021, com fundamento nas diretrizes contidas na Lei 8.666/93.

DATA DE ASSINATURA: 10/10/2021

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2021

Órgãos: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER.

Identificação: Tomada de Preços nº 003/2021

Objeto: O OBJETO DO CERTAME CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (POSTO DE TRANSFORMAÇÃO) PARA ATENDER AS ESCOLAS MUNICIPAIS RENATO DIAS COUTINHO E JULIANA NAZARÉ DE OLIVEIRA, AMBAS NESTE MUNICÍPIO DE DOM AQUINO, INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM A DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS, PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, AMBOS PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

Data: 09/11/2021

Horário: 09h00min (horário de mato Grosso)

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Global

Local: Sala de Reuniões, na sede desta Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT, situada na Avenida Cuiabá, n. º 143, centro, Município de Dom Aquino-MT.

VISITA TÉCNICA: A visita deverá ser agendada com o Departamento de Engenharia da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, pessoalmente ou pelos telefones (66) 3451-1299 /3451-1202, para o período compreendido entre a data de publicação do aviso de edital e a que antecede a data máxima para entrega dos envelopes.

Os interessados poderão solicitar esclarecimentos, na prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT, durante horário comercial através do fone: (66) 3451 1236/3451-1299 ou através do e-mail: licitacaopmda@gmail.com

O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Dom Aquino, sito à Av. Cuiabá, 143, centro, no horário normal de expediente (07:00 às 13:00).

Dom Aquino – MT, 21 de outubro de 2021.

SIRLENE VIEIRA DE JESUS

Presidente da CPL

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
LEI Nº 1.701/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.427 DE 16 DE JUNHO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA, Prefeito do Município de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei :

ARTIGO 1º - Fica revogada, em seu inteiro teor, a Lei Municipal nº 1.427 de 16 de junho de 2015, que dispõe sobre a correção e atualização monetária dos valores constantes nos incisos I e II do artigo nº 23 e incisos I e II do artigo nº 24, da Lei nº 8.666/93, com base no indexador IGP-M, os quais passam a vigorar nos procedimentos licitatórios realizados no município de Dom Aquino.

ARTIGO 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 20 de outubro de 2021.

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: Nº 048/2021

DATA ASSINATURA: 21 DE OUTUBRO DE 2021

CREDOR: AUTO POSTO REIS LTDA

OBJETO:O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO CONCEDER REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO, NO ITEM 02 (GASOLINA) CONFORME OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/2021, QUE PASSAM A TER AS SEGUINTES REDAÇÕES:

ITEM	QUANT.	PRODUTO	PREÇO ATUAL	PREÇO REAJUSTADO
02	SALDO EXISTENTE	GASOLINA COMUM AUTOMOTIVA, EM CONFORMIDADE COM AS CARACTERÍSTICAS CONSTANTES NO REGULAMENTO TÉCNICO ANP EM VIGOR.	R$6,50	R$6,67

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 025/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 025/2021 Nº. 2º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: COMPAGNONI E CIA LTDA

DATA ASSINATURA: 18 DE OUTUBRO DE 2021

VIGENCIA: 13 DE MAIO DE 2022.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO REESTABELECER O EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO ITEM PREVISTO NA TABELA ABAIXO:

Item	Descrição	Valor Unitário Atual	AUMENTO	Preço Reequilibrado
2	AGUA MINERAL COM GÁS 12 X 500 ML	R$ 19,00	R$6,00	**R$25,00**
3	AGUA MINERAL SEM GÁS 12 X 500 ML	R$ 17,00	R$5,00	**R$22,00**
6	GÁS DE COZINHA P-13	R$ 115,00	R$13,00	**R$ 128,00**

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 033/2021

Por meio do presente documento a Prefeitura de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, vem publicar a **RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 033/2021,** do dia 21 de outubro de 2021, pagina 490, nº 3.839 no que segue:

Onde se lê:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 033/2021 Nº. 1º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: R DE ALMEIDA PAIVA LTDA

DATA ASSINATURA: 12 DE OUTUBRO DE 2021

VIGENCIA: 26 DE NOVEMBRO DE 2021.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO, ALTERANDO ASSIM A CLÁUSULA OITAVA, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO CONTRATO Nº 027/2021.

Leia se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 033/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 033/2021 Nº. 1º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: R DE ALMEIDA PAIVA LTDA

DATA ASSINATURA: 12 DE OUTUBRO DE 2021

VIGENCIA: 26 DE NOVEMBRO DE 2021.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO, ALTERANDO ASSIM A CLÁUSULA OITAVA, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO CONTRATO Nº 033/2021.

.

LICITAÇÃO/ CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 027/2021

Por meio do presente documento a Prefeitura de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, vem publicar a **RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 027/2021,** do dia 21 de outubro de 2021, pagina 490, nº 3.839 no que segue:

Onde se lê:

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 021/2021 Nº. 5º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: B N PASQUALOTTO

DATA ASSINATURA: 15 DE OUTUBRO DE 2021

VIGENCIA: 30 DE OUTUBRO DE 2021.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO, ALTERANDO ASSIM A CLÁUSULA OITAVA, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO CONTRATO Nº 027/2021.

Leia se:

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

CONTRATO: Nº 027/2021 Nº. 5º. TERMO ADITIVO

CONTRATADO: B N PASQUALOTTO ENGENHARIA EIRELI-ME

DATA ASSINATURA: 15 DE OUTUBRO DE 2021

VIGENCIA: 30 DE OUTUBRO DE 2021.

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETIVO PRORROGAR O PRAZO DE EXECUÇÃO, ALTERANDO ASSIM A CLÁUSULA OITAVA, PARÁGRAFO PRIMEIRO, DO CONTRATO Nº 027/2021.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL – MT AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2021 REGISTRO DE PREÇO Nº. 035/2021

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08h00-min do dia 09 de novembro de 2021, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2021, REGISTRO DE PREÇO Nº. 035/2021,** objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS HIDRÁULICOS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT.**

O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal - MT, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

_____

JOAQUIM MARTINS DA SILVA NETO

PREGOEIRO

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 337/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 080/2021

PREGÃO PRESENCIAL/SRP Nº 040/2021

‘’ PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

O Município de Gaúcha do Norte/MT, por meio de sua Pregoeira Oficial, torna se público o Pregão Presencial com Sistema de Registro de Preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE INFORMATICA** para atender a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações do edital, será realizada no dia **04/11/2021 às 07h30min** (**Horário de Cuiabá/MT**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. A retirada do edital será no site www.gauchadonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacaogauchadonorte@gmail.com.

Gaúcha do Norte, 21 de outubro de 2021.

NEILLA F. DE SOUZA

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO PR 028/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 028/2021

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, **através de** sua **PREGOEIRA,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 09 de Novembro de 2021**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93.

O **credenciamento** será feito das **08h00 às 08h30**.

OBJETO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO: ALUGUEL DE BENS MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA UTILIZAÇÃO NAS AÇÕES CULTURAIS E ESPORTIVAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NESTE TERMO DE REFERÊNCIA.

RETIRADA DO EDITAL: Por meio do site oficial da Prefeitura – www.generalcarneiro.mt.gov.br, solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 07:00 às 12:00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153

General Carneiro - MT, 21 de Outubro de 2021

AGLEIDISTELLY ALMEIDA CAPELI LOPES

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 024/2021

TERMO ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao Contrato N.º 024/2021 que entre si celebram o Município de Glória D´Oeste – MT, e a empresa JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA ME, para os fins que especifica.

O Município de Glória D'Oeste, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, sito à Av. dos Imigrantes nº 2000, Bairro Centro, Glória D'Oeste - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.464.955/0001-00, neste ato representada pela Prefeita Sra. **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, s/n, Centro, na Cidade de Gloria D' Oeste – MT, portador da Cédula de Identidade RG. Nº.11004940 SSP/MT e do CPF nº. 722.901.371-20**,** doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, e a Empresa **JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 26.482.077/0001-39, estabelecida à Avenida Boa Vista, s/n, Bairro Centro, CEP nº. 78278.000, em Lambari D'Oeste/MT, representada neste ato por sócio proprietário, Sr. JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 985471 SSP/MT e CPF nº 785.609.931-34, chamado simplesmente de CONTRATADA resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO DE VALOR**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o seguinte:

1.1.1 – **Aditivar a Cláusula Sexta – promovendo acréscimo de valor na importância de R$ 4.325,00 (quatro mil trezentos e vinte cinco reais), correspondente à 25% do valor inicial contratado.**

CLAUSULA SEGUNDA: DO ADITIVO DE VALOR E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 – Diante do aumento nos valores dos serviços e materiais de consumo, inicialmente previstos e de obrigação da proponente contratada de entregá-los, nas mesmas condições iniciais, com o reajuste que se fizeram necessários, a Administração se sentiu na obrigação de promover o presente aditivo de valor ao contrato nº24/2021, que versa sobre a Contratação de empresa especializada para a REALIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AÇÃO SOCIAL; OBRAS PÚBLICAS E SERVIÇOS URBANOS; SAÚDE; EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER E DE ADMINISTRAÇÃO.

2.2 – O presente aditivo encontra embasado legal no art. 65 da lei n.º 8.666/93 e na cláusula terceira, do contrato 024/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.0 – As despesas decorrentes da contratação, objeto deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações previstas no orçamento 2021:

Código: 042

Órgão: 03 – Secretaria Geral de Administração

Unidade: 01 – Departamento de Administração e Finanças

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0003 – Administração Geral

Projeto/Atividade: 2007 – Manutenção e encargos da Sec. Municipal de Administração

Recurso: 0.1.00 – Recursos Ordinários

Elemento: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA QUARTA: DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando- se as normas contidas na Lei n.º 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Glória D´Oeste-MT, 06 de outubro de 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE – MT

CONTRATANTE

JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA ME

JESLEI GABRIEL BRAGA NOGUEIRA

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: Sidinei da Silva

CPF nº. 615.800.151-15

Nome: Leandro De Souza Remédio

CPF nº. 732.048.971-68

O presente Termo Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração.

Em:_____/_____/_____

PORTARIA Nº 122, DE 18 DE OUTUBRO DE 2.021

PORTARIA Nº 122, DE 18 DE OUTUBRO DE 2.021

EMENTA: Institui Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.

A Excelentíssima Senhora **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições que lhes são conferidas por Lei, conforme o Artigo 84, Inciso IX da Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 017/2002 que Dispõe Sobre O Estatuto E O Regime Jurídico Dos Servidores Públicos Do Município De Glória D´Oeste, De Suas Autarquias E Fundações;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 019/2002 que Dispõe Sobre O Plano De Carreira Dos Profissionais Da Educação Pública Do Município De Glória D´Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 058/2016 Dispõe sobre a Reformulação do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Administração Geral, da Saúde e do Poder Legislativo do Município de Glória d'Oeste – MT e dá outras providências.

Resolve:

Art. 1º - Instituir a Comissão Permanente de Sindicância que terá como objeto avaliar e apurar infrações cometidas por servidores públicos municipais através de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) que será instaurado pela Prefeita ou Secretário da respectiva Pasta em que o servidor estiver lotado, seguindo as diretrizes apontadas nas normativas legais.

Art. 2º - Ficam designados como membros dessa Comissão Permanente de Sindicância os seguintes servidores:

- PRESIDENTE - DIEGO EMÍLIO DA SILVA, Assistente Administrativo, de Matrícula Nº 3559;

- SECRETÁRIA- JOSENILDA ALVES DAS NEVES, Agente Administrativo, de Matrícula Nº 162;

-MEMBRO - CELIA PASQUALI SCARPASSI, Zeladora, de Matricula Nº 146;

- MEMBRO - JAIR SAVOINE, Agente Administrativo, de Matricula Nº 143;

- MEMBRO - VANDERLEI SABATINO BEJAS, Chefe da Agência Municipal de Trânsito de Matricula Nº 1622;

- MEMBRO - ELIANE PIRES, Professora (Classe A), de Matrícula Nº 1911;.

Art. 3º - Para cada processo a comissão terá prazo de 30 (trinta) dias para realizar as diligências de sindicância e instrução processual probatória a fim de elucidar os fatos, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, quando devidamente justificado.

Art. 4º - O Processo Administrativo Disciplinar deverá ser concluído com relatório final de sindicância e emitir parecer sugestivo fundamentado, opinando pela absolvição, arquivamento ou aplicação de penalidades através de juízo de admissibilidade.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE – SE,

PUBLIQUE – SE,

CUMPRA – SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO EM 20 DE OUTUBRO DE 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D´Oeste – MT.

PORTARIA Nº 126 , DE 21 DE OUTUBRO DE 2.021

PORTARIA Nº 126 , DE 21 DE OUTUBRO DE 2.021

DISPÕE SOBRE A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA CONTRA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE DA SILVA TEODORO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Excelentíssima Senhora GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO, Prefeita Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, República Federativa do Brasil, no uso de suas legais atribuições que as são conferidas pela legislação,

RESOLVE:

Artigo 1º - Determinar a instauração de SINDICÂNCIA para averiguação e manifestação conclusiva quanto às acusações de a servidora pública municipal DAIANE DA SILVA TEODORO, assegurado o contraditório para o caso de a acusada optar por se defender.

Artigo 2º - Nomear como integrantes da Comissão (específica) desta Sindicância os seguintes servidores públicos municipais:

- PRESIDENTE- DIEGO EMÍLIO DA SILVA, Assistente Administrativo, de Matrícula Nº 3559;

- SECRETÁRIA- JOSENILDA ALVES DAS NEVES, Agente Administrativo, de Matrícula Nº 162;

- MEMBRO - VANDERLEI SABATINO BEJAS, Chefe da Agência Municipal de Trânsito de Matricula Nº 1622;

Artigo 3º – O conteúdo desta Sindicância possui caráter sigiloso, sendo levantado o respectivo sigilo somente para os envolvidos, os quais devem se manter sigilosamente e nada manifestar fora da presente Sindicância.

Artigo 4º - Esta Sindicância possui o prazo de 30d (trinta dias), podendo ser prorrogado por igual período e se justificada a necessidade antecipadamente ao vencimento.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE-MT-BRA, EM 21 DE OUTUBRO DE 2021.

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

Prefeita Municipal de Glória D'Oeste

PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALORES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2021 que entre si celebram o Município de GLÓRIA D´OESTE /MT* por intermédio*da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste/MT e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão Presencial nº 03/2021, tendo por OBJETO REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUIDOS E COMBUSTÍVEIS, DIRETO NA BOMBA DA PROPONENTE CONTRATADA PARA O MUNICÍPIO DE GLORIA D´OESTE-MT.

Pelo presente Instrumento, o Município de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Prefeitura Municipal de Gloria D' Oeste – MT inscrita no CNPJ nº 37.464.955/0001-00 situado na Av. dos Imigrantes, nº 2000, Bairro Centro, Gloria D' Oeste – MT, CEP – 78.293-000 neste ato representada pela Prefeita Sra. **GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO**, Brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Juliano Mateus, s/n, Centro, na

Cidade de Gloria D' Oeste – MT, portador da Cédula de Identidade RG. Nº.11004940 SSP/MT e do CPFnº. 722.901.371-20, e de outro lado, a empresa **AUTO POSTO CRUZEIRO D´OESTE LTDA**, inscrita no CNPJ 00.948.703/0001-46, estabelecida na Avenida dos Imigrantes, 2.822, Bairro Centro, cidade de Glória D´Oeste - MT, CEP. 78.293-000, neste ato representado por seu proprietário pelo **Sr. DIMILTON DE CARVALHO,** portador do RG 14313138 SESP/MT, inscrito no CPF 722.901.611-87, sujeitando-se aos princípios e as exigências da Lei N.º 10.520/02, subsidiada pela Lei N.º 8.666/93 e atualizações posteriores, regulamentada, no que couber, pelo Decreto Municipal N.º 810/2019, RESOLVEM celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Instrumento tem por objetivo o aditivo de valor à Ata de Registro de Preços para Futura E Eventual Aquisição De Óleos Lubrificantes, Graxas, Fluidos E Combustíveis, Direto Na Bomba Da Proponente Contratada Para O Município DE GLORIA D´OESTE-MT, nos termos do processo licitatório modalidade Pregão Presencial N.º 03/2021.

CLAUSULA SEGUNDA –DO ADITIVO DE VALOR

2.1 Diante do aumento no valor dos combustíveis, inicialmente previstos e de obrigação da proponente fornecedora adjudicatárias de entregá-los, nas mesmas condições iniciais, com o reajuste que se fizeram necessários do item 14 da Ata de Registro de Preços n.º 02/2021, fica o seu valor unitário alterado conforme demonstrativo abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	MARCA	VALOR REGISTRADO (LT)	VALOR REAJUSTADO (LT)
14	OLEO DIESEL COMUM	LITROS	BAND. BRANCA	R$ 5,20	R$ 5,40

CLAUSULA TERCEIRA - DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1 – O aditivo promovido por este Termo Aditivo se deve aos seguintes fatores:

3.1.1 – O Presente aditivo busca a legalidade e viabilidade do reajuste de preço do combustível, vista que houve alta nos valores, onde foi apresentado a tabela de preço médio pela ANP – Agencia Nacional de Petróleo, comprovando assim a alteração de preço do petróleo no Brasil.

3.2 – O aditivo do valor unitário original e individual da Ata de Registro de Preços n.º 02/2021 tem seu fundamento no Art. 12 § 1º do Decreto Municipal N.º 810/2019.

CLAUSULA QUARTA - DAS DIPOSIÇÕES FINAIS

4.1 - As demais cláusulas da Ata de Registro de Preços originária permanecem inalteradas.

4.2 – Fica eleito o Foro da Comarca de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando- se as normas contidas no Decreto Municipal N.º 810/2019 e legislações a fins, assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Glória D´Oeste-MT, 04 de outubro de 2021.

O presente Termo Aditivo foi analisado e aprovado pela Assessoria Jurídica da Administração.

Em_____/_____/_____

MUNICÍPIO DE GLÓRIA D´OESTE – MT

GHEYSA MARIA BONFIM BORGATO

CONTRATANTE

AUTO POSTO CRUZEIRO D'OESTE LTDA - ME

DIMILTON CARVALHO

CONTRATADO

PORTARIA Nº 123 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

*DISPÕE SOBRE **NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR/ORDENADOR DO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À POLÍTICA DO IDOSO - FUMAPI,** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

A Excelentíssima Senhora Gheysa Maria Bonfim Borgato, Prefeita Municipal de Glória D´O-MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei,

RESOLVE,

Art. 1º - Nomear a Senhora com ORDENADORA DE DESPESAS do FUMAPI DE GLÓRIA D ´OESTE A Senhora Márcia Helena Martins dos Santos**,** portadora da cédula de Identidade, RG 809.772 SSP/MT, CPF 531. 347.611-49, ocupante do cargo de Chefe do Setor de Finanças, como Administradora/Ordenadora das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Glória D´Oeste – FUMAPI.

Art. 2º - Regulamenta a nomeação do Presidente do FUMAPI O Srº Antônio Fernandes Martins, portador da cédula de Identidade, RG 155722 SSP/MT, CPF 111.893.041-04.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Glória D´Oeste - MT, 19 de outubro de 2021.

_____

Gheysa Maria Bonfim Borgato

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 037/2021 PREGÃO PRESENCIAL N.º 004/2021-SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D'OESTE, Estado de Mato Grosso, com endereço a Avenida dos Imigrantes, nº. 2.000, Centro, a

qual goza de personalidade jurídica própria, de autonomia administrativa e financeira, de Direito Público, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 37.464.955/0001-00, através da sua COMISSÃO DE LICITAÇÃO, que na inexistência de jornal local diário, e para cumprimento do disposto na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, ATESTA, que o Edital Ficará publicada por afixação no mural da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, durante o período de 22/10/2021 à 04/11/2021, estando a disposição de todos os Munícipes.

DATA E LOCAL DA REALIZAÇÃO: Dia 04 de Novembro de 2021, na sede da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste, situada na Av. dos Imigrantes, 2000 - Centro - CEP.: 78.293-000 - Glória D'Oeste – Mato Grosso.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP - AGUA MINERAL NATURAL ARMAZENADOS EM GARRAFÕES DE 20 LITROS E GELO EM BARRAS.

CREDENCIAMENTO: Das 08h00min até às 08h15min (horário de Mato Grosso).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 08h15min horas (horário de Mato Grosso).

AQUISIÇÃO DO EDITAL: Os interessados poderão obter informações sobre a licitação, no Departamento de licitação da Prefeitura Municipal, de segunda à sexta-feira, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13:00hs as 17:00hs pelo telefone (65) 3275-1179, através do E-mail: licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br ou no site: gloriadoeste.mt.gov.br.

É a expressão da verdade e dou fé.

Glória D'Oeste - MT, 21 de Outubro de 2021.

SIDINEI DA SILVA

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2021.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2021.

Contratante: Prefeitura Municipal de Indiavaí.

Contratado: Helena Garcia Modesto.

Objetivo: Locação de imóvel.

Procedimento: Contratação Direta.

Vigência: 18/10/2021 – 18/10/2022.

Valor: R$: 7.620,00 (sete mil e seiscentos e vinte reais).

Fiscal do Contrato: Karolyne da Silva Francisco.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 056/2021

Pelo presente instrumento o **Município de Indiavaí do Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua NS do Carmo, s/n, Centro, Indiavaí-MT, inscrito no CNPJ 03.239.027/0001-20, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor **Sidnei Marques Lopes**, brasileiro, residente e domiciliado na Rua José Moro, s/n, neste Município Indiavaí, portador da Cédula de Identidade *"R.G"* n.º 05758220 SSP /MT e no Cadastro de Pessoal Física *"CPF"* n. 559.427.761-72, RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS da empresa abaixo relacionada, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 033/2021**, para Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei n° 8666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

Contratação De Empresa Especializada Para Fabricação De Móveis Planejados Para Atender A Sala Da Farmácia Básica E Atender O Programa QUALIFAR.

2. DA LICITAÇAO E DO AMPARO LEGAL

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 033/2021**, adjudicado e homologado em 15/10/2021, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores, de acordo com o termo de referência, que são parte integrante deste instrumento, como também faz parte integrante do processo à proposta de preços da licitante vencedora.

3. DA DETENTORA DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

3.1. Fica registrado os preços da empresa:

tendo como representante o senhor Marcos Antônio de Carvalho, portador do RG: 1051660-3 e CPF: 631.138.641-00.

EMPRESA	M A DE CARVALHO
CNPJ	N° 11.630.393/0001-33
ENDEREÇO	Av. Deputado Aldo Ribeiro Borges, 540, bairro São Sebastião, Araputanga-MT
CONTATO	moveis_styllus@hotmail.com (65)3261-1828

3.2. Descrição, Quantidade e Preço Registrado:

Lote 1 - Moveis em atendimento ao programa Qualifar

Empresa Credenciada: M A DE CARVALHO

Item.	Descrição	Valor de proposta	Class. lance	Valor R$
1	Balcão em L, com portas de correr, medindo 3,70x2,10	5.560,00	1	5.282,00
2	Armário para medicamentos controlados, medindo 1,92x2,40	6.690,00	1	6.355,50
3	Prateleira para medicamentos, medindo 1,40x2,10	3.240,00	1	3.078,00
4	Prateleira para medicamentos, medindo 2,30x2,20	5.190,00	1	4.930,50
5	Nicho com rodas para medicamentos vencidos, medindo 50x70	420,00	1	399,00
6	Armário Aéreo, medindo 2,40x70	1.550,00	1	1.472,50
7	Painel em L para fita led, medindo 3,40x2,97	4.440,00	1	4.218,00
8	Mesas de Atendimento, medindo 2,10x60	3.050,00	1	2.897,50
Valor total do lote em R$ 28.633,00 (vinte e oito mil seiscentos e trinta e três reais)				

Lote 2 - Moveis em atendimento a secretaria

Empresa credenciada: M A DE CARVALHO

Item.	Descrição	Valor de proposta	Class lance	Lance 1
1	Gaveteiro com rodas medindo 50x62 para sala de odontologia	810,00	1	769,50
2	Balcão baixo da pia medindo 75x65 para sala de odontologia	950,00	1	902,50
3	Dois Balcões baixo da pia med. 1,10x75 para consultório médico 1 e 2	2.610,00	1	2.479,50
4	Balcão baixo da pia med. 1,15x75 para sala de curativo	1.350,00	1	1.282,50
5	Balcão medindo 1,06x75 para sala de vacina	1.360,00	1	1.292,00
6	Dois Balcões baixo da pia 75x75 para os banheiros 1 e 2	1.810,00	1	1.719,50
7	Balcão com gavetas e chaves med. 1,10x70 para sala de medicamentos	3.770,00	1	3.581,50
Valor total do lote em R$ 12.027,00 (doze mil e vinte e sete reais).				

3.3. O valor acima poderá eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimo) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impe-

ditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8. 666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

3.4. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

3.5. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, etc.)

3.6. Demais situações elencadas no edital de onde deriva está presente ata.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

4.2. Fornecer os objeto contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ – MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

4.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando do fornecimento.

4.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da aquisição;

4.5. Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

4.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município.

4.7. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

4.8. Fornecer o objeto conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

4.9. Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa contratada;

4.10. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

5.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

5.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

5.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

5.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação de seu extrato nos Diários: AMM.

6.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor do objeto se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

7. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Secretário Municipal de Administração, Sr. Elesandro Venâncio da Silva, deste Município de INDIAVAÍ / MT.

8. DO PAGAMENTO

8.1. – Os pagamentos serão efetuados, através de ordem bancária exclusivamente em nome da Vencedora em número de conta bancária informada, não havendo adiantamento por conta do fornecimento.

8.1.1 – Os pagamentos ocorrerão da seguinte forma:

8.1.1.1 – O pagamento será efetuado após a elaboração, entrega e montagem na sede na Farmácia Básica do Município e na Secretaria de Saúde.

8.2 - Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (CND); com o FGTS (CRF), INSS – Receita Federal; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.3- O pagamento das notas fiscais apresentadas e devidamente atestadas será efetuado através de Pagamento Eletrônico, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento e atestação das referidas notas fiscais pelo servidor designado pela Administração.

8.4 As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à empresa vencedora para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata esta cláusula começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem imperfeições.

8.5 Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de atualização monetária.

8.6 Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente. Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A Presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

10.1.1. Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

10.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

10.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

10.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

10.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial DOS MUNICÍPIOS - AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do Item.

10.6. Caso o MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ/MT não utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

11. DAS PENALIDADES

12.1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre o objeto que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de fornecimento do objeto encaminhada pela Administração.

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

11.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

11.2.1. Advertência por escrito;

11.2.3. Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

11.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

11.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT, o respectivo valor descontado dos créditos que a contratada possuir com este MUNICÍPIO e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de Araputanga/MT.

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão Publicadas no Diário Oficial dos Municípios às sanções administrativas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1. A despesa com o fornecimento ora contratados, correrão à conta do Exercício 2021; conforme abaixo, devendo o restante onerar recursos orçamentários futuros, efetivamente consignados para esse fim.

ORGÃO 06 – SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0020.1056 – AQUIS. DE BENS MOVEIS, UTENS. E EQUIP. ATENÇÃO BASICA

4.4.90.52.00.0 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CODIGO REDUZIDO: 299

FONTE: 102

CODIGO REDUZIDO: 835

FONTE: 347

13. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador MUNICIPIO DE INDIAVAÍ - MT, desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002,** com oDecreto Estadual nº 4733/2002 de 02 de Agosto de 2002 esubsidiariamente, pela Lei Nº 8.666/93 ealterações posteriores, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços do MUNICÍPIO DE INDIAVAÍ / MT.

13.2. Para utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidades da Administração Pública que não tenha participado do certame, utiliza-se dos valores constantes registrados nesse procedimento.

13.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II – Vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial SRP nº 033/2021, seus anexos e as propostas da contratada.

III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de INDIAVAÍ / MT.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de INDIAVAÍ / MT providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial, conforme Lei nº 10.520/02.

15.2. A integra dessa Ata será disponibilizada no site do Município de INDIAVAÍ / MT. www.indiavai.mt.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Araputanga/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

INDIAVAÍ-MT, 15 de outubro de 2021.

_____

MUNICIPIO DE INDIAVAÍ/MT

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

_____

M A DE CARVALHO

CNPJ N° 11.630.393/0001-33

_____

Vanessa Venturolli Caldeia

Assessor Jurídico

OAB/ MT: 26.487

PROCURADOR JURIDICO
LEI Nº.718, DE 27 DE ABRIL DE 2021.

Emenda à Lei Orgânica - Passa a criar e dar redação normativa ao *artigo 63-A da Lei Orgânica* do Município de Indiavaí do Estado de Mato Grosso.

Sidnei Marques Lopes – Prefeito Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **faz saber** que a **Câmara Municipal de Indiavaí** decreta e ele sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Passar a criar e dar redação ao artigo 63-A, nos seguintes termos:

Art. 63-A. Leis de iniciativa exclusiva do prefeito estabelecerão:

I - O plano plurianual;

II - As diretrizes orçamentárias;

III - Os orçamentos anuais.

§ 1º - O projeto de lei do plano plurianual deverá ser encaminhado até a data do dia 31 de agosto do exercício financeiro competente e devolvido pela casa de leis até o dia 30 de setembro.

§ 2º - O projeto de lei de diretrizes orçamentárias deverá ser encaminhado até o dia 31 de agosto, no primeiro ano de mandato do Prefeito e devolvido até o dia 30 de setembro; nos demais exercícios financeiros, deverá ser enviado até o dia 31 de maio e devolvido até o dia 30 de junho.

§ 3º - O projeto de lei orçamentária anual deverá ser encaminhado até o dia 15 de outubro e devolvido até o fim do exercício financeiro.

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Indiavaí-MT, em 27 de abril de 2021.

Sidnei Marques Lopes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 081/2021

Nos termos do Art.43, inciso da Lei Federal n° 8.666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Itanhangá-MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Pregoeira, levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto da Licitação supracitada, que tem como vencedor abaixo e cujo objeto é:

OBJETO: "Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".

VENCEDORES:

Nome	CPF/CNPJ:
AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI	24.538.995/0001-07
EXPRESSO ITAMARATI S/A	59.965.038/0001-41

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL 081/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2021

Pregão Presencial n° 081/2021

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n° 07. 209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 411.269.551-91, residente e domiciliado na Rua das Flores, n° 409, Centro, neste município, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **24.538.995/0001-07,** situada na Rua Cândido Mariano, n° 495, bairro: Centro – Norte, CEP: 78.005-150, Cuiabá – MT, neste ato representada por sua sócia administradora Natalia Vitoria da Silva Botelho, portadora do RG n° 2566005-5 SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob n° 053.734.271-01, doravante e denominado **"DENTENTORA DA ATA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/ 2002, Decreto Municipal 001/2010, e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 081/ 2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021.

1.2. O desconto fixo oferecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços sobre o valor das passagens aéreas e/ou terrestres emitidas e encomendas, independente do trajeto a ser utilizado:

Item	Descrição	Percentual mínimo de desconto	Valor Estimado
01	Passagens Aéreas. Especificação Técnica: Passagens aéreas expedidas para qualquer lugar do Território Nacional	3%	R$ 30. 000,00

1.2.2. O desconto deverá ser ofertado mediante o valor da menor tarifa de passagem a ser adquirida.

1.2.3. O desconto deverá ser obtido através do menor valor da passagem a ser emitida, sendo que, a contratada se obrigada a emitir o bilhete conforme requisitado, sempre em classe econômica por empresas que detém autorização de transporte de passageiros intermunicipais/interestaduais de passageiros, onde, a comprovação do valor deverá ser através de orçamentos de preços mais o valor da taxa de embarque.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**,contados a partir da data de sua assinatura, de **21/10/2021** até **21/10/2022**.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 081/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de execução dos serviços do objeto é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura até 21/10/2022.

3.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8. 666/1993.

4. DO PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento das passagens e despachos de envelopes e encomendas solicitadas deverão ser entregues nas quantidades estipuladas pela Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a empresa vencedora só poderá executar os serviços após recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.1.1. O bilhete de passagem será emitido no ato da apresentação da requisição de passagem, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.1.2. A licitante vencedora somente poderá efetuar os serviços, mediante o recebimento da Ordem de Fornecimento, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.1.3. Os prazos podem ser reduzidos ou prorrogados de acordo com a urgência e necessidade dos casos, encaminhada para as empresas/entidades, a fim de não prejudicar o serviço público emergencial.

4.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhando pela secretaria solicitante que é parte integrante do presente edital.

4.3. Os serviços deverão ser prestados diariamente, mediante as necessidades e demanda das secretarias municipais e deverão obedecer às seguintes:

4.3.1. Fornecer o bilhete de passagem/encomenda mediante a entrega de requisição de passagem devidamente assinada pelo servidor competente indicado pelo órgão;

4.3.2. Manter contato com a ADMINISTRAÇÃO sobre quaisquer assuntos relativos à prestação dos serviços objeto deste edital, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

4.3.3. Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com o órgão, para o fluxo operacional da prestação de serviços objeto deste edital;

4.3.4. Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços objeto deste edital;

4.3.5. O bilhete de passagem/encomenda será emitido no ato da apresentação da Ordem de Fornecimento para fornecimento de passagem/encomenda, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.3.6. Prestação de informações sobre frequência de horários de partida e previsão de chegada;

4.3.7. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagem terrestres/aéreas/encomendas;

4.3.8. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

4.3.9. É expressamente vedada a detentora da Ata o fornecimento dos serviços com Ordem de Fornecimento sem assinatura, sob pena de não pagamento das mesmas;

4.3.10. É vedada a conversão das Ordens de Fornecimento em qualquer espécie, principalmente em numerário;

4.3.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

4.3.12. Corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro/Contrato de Preço em que se verificarem vícios ou incorreções, resultantes da execução desta Ata/Contrato;

4.3.13. Responsabilizar-se pela execução da Ata de Registro de Preços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais requisitos previstos na Lei nº 8.078/90, assegurando-se ao Município todos os direitos inerentes à qualidade de “consumidor”, decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;

4.4. Os serviços deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante que é parte integrante do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021.

4.5. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.6. A empresa prestadora de serviços deverá emitir Relatório, na impossibilidade de execução dos serviços, especificando a causa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do comparecimento ao local;

4.7. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.7. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a execução dos serviços em locais indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.7.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.7.2. Em caso de recusa dos serviços pelas secretarias do Município de Itanhangá - MT, será lavrado o Termo de Recusa, expedido pelo responsável da Pasta, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os itens serem substituído pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

5. DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos das notas fiscais apresentadas corresponderão aos serviços efetivamente executados, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira de cada secretaria solicitante, através de ordem bancária até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da Secretaria Municipal solicitante;

5.1.1. A empresa deverá apresentar relatórios mensais com as descrições detalhadas das passagens emitidas e envelopes e encomendas despachadas, a seguir, juntamente com os comprovantes de serviços para pagamento, objetivando o controle do desempenho dos serviços prestados pela agência detentora da Ata de Registro de Preços:

Passagem(Trecho) Encomenda(Trecho)	Valor Unitário da Passagem/Encomenda	% de Desconto obtido na Licitação	Valor a ser pago (R$) total

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS e Trabalhista, atualizada até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

5.2.1. A apresentação das certidões, acima mencionadas, é de responsabilidade da licitante vencedora;

5.2.2. A validade das certidões deverá ser correspondente à época da programação de pagamento, devendo a Licitante vencedora ficar responsável pela conferência de tal validade.

5.3. A licitante vencedora deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, descrição dos serviços realizados, o número da Ordem de Fornecimento o número e nome do banco, agência e número da conta e nome da empresa contratada, onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, sem rasuras e devidamente atestada pelo Servidor designado da Administração, devendo ainda estar acompanhada da cópia da Ordem de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

5.5.1. Nenhum pagamento isentará licitante vencedora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

5.6. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

5.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São direitos e responsabilidades do Município:

6.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos e/ou execução dos serviços, objeto da contratação;

6.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

6.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

6.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

6.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

6.1.10. Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

6.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

6.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

6.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

6.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

6.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

6.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

6.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

6.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, com a qualidade exigida, bem como nas condições estabelecidas no edital.

6.2.2. Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;

6.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

6.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do for-

necimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.2.6. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

6.2.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.2.8. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

6.2.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

6.2.10. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

6.2.11. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, sendo que caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

6.2.12. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

6.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.2.14. Não havendo possibilidade de entrega dos itens/execução dos serviços, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

6.2.15. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

6.2.16. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

6.2.17. Indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.2.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.2.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se à independentemente do que será exercido pelo Município de Itanhangá;

6.2.20. Observar as normas de segurança e disponibilizar equipamento de proteção individual e item de identificação da empresa para todos os seus funcionários que estejam trabalhando.

6.2.21. Substituir em qualquer hipótese e sem qualquer ônus ao Município de Itanhangá toda ou parte dos serviços executados pela mesma no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso constatado defeito e/ou divergências nos serviços prestados;

6.2.22. O Município de Itanhangá– MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer serviço que não atenda as exigências, cabendo à empresa refazer os serviços, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviços.

6.2.23. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.2.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

6.2.25. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

6.2.26. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8. 666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8. 666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, assessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento

das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela "PROMITENTE FORNECEDORA".

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

9.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.6. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

9.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da lei 8666/93.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93,

a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.2. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo

correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os

efeitos legais.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski **–** Prefeito Municipal

CONTRATANTE

AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI

Natalia Vitoria da Silva Botelho – Sócia administradora

CONTRATADA

Testemunhas:

_____	_____
Nome: CPF:	Nome: CPF:

(Essa página de assinatura pertence a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 096/2021 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ e AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI. Em 21/10/2021)

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2021

Pregão Presencial n° 081/2021

Vigência: 12 (doze) meses

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, na sede da Prefeitura Municipal de Itanhangá, de um lado o **MUNICIPIO DE ITANHANGÁ**, **ESTADO DE MATO GROSSO,** inscrita no CNPJ n° 07. 209.225/0001-00, situada na Av. Santa Catarina, n° 314, Bairro: Centro, CEP: 78579-000, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **EDU LAUDI PASCOSKI**, brasileiro, casado, portador do RG n° 408.854 SSP/MS, inscrito no CPF sob n° 411.269.551-91, residente e domiciliado na Rua das Flores, n° 409, Centro, neste município, doravante e denominado **"MUNICIPIO"** e do outro lado a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob n° **59.965.038/ 0001-41,** situada na Av. Tarraf, n° 2710, bairro: Jardim Anice, CEP: 15. 057-441, São José do Rio Preto – SP, neste ato representada por seu Diretor Operacional Valdeir Aparecido Zanin, portador do RG n° 3.995.151-0 SSP/SP e inscrito no CPF sob o n° 012.266.738-72 e por seu Procurador Diego Mansur Guimarães, portador do RG n° MG-11.683.814 SSP/MG e inscrito no CPF sob n° 056.083.616-36, doravante e denominado **"DENTENTORA DA ATA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto Municipal 001/ 2010, e 081/2015, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial Nº 081/2021, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS

1.1. A presente ata tem por objeto **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT",** conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência (anexo I) do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021.

1.2. O desconto fixo oferecido pela Detentora da Ata de Registro de Preços sobre o valor das passagens aéreas e/ou terrestres emitidas e encomendas, independente do trajeto a ser utilizado:

Item	Descrição	Percentual mínimo de desconto	Valor Estimado
02	Passagens Terrestres. Especificação Técnica: Passagens Terrestres expedidas para qualquer lugar do Território Nacional.	5%	R$ 202. 000,00

Item	Descrição	Percentual mínimo de desconto	Valor Estimado
03	Transporte de Envelopes e Encomendas. Especificação Técnica: Transporte de envelopes e encomendas expedidas para qualquer lugar do Território Estadual.	2%	R$ 35. 000,00

1.2.2. O desconto deverá ser ofertado mediante o valor da menor tarifa de passagem a ser adquirida.

1.2.3. O desconto deverá ser obtido através do menor valor da passagem a ser emitida, sendo que, a contratada se obrigada a emitir o bilhete conforme requisitado, sempre em classe econômica por empresas que detém autorização de transporte de passageiros intermunicipais/interestaduais de passageiros, onde, a comprovação do valor deverá ser através de orçamentos de preços mais o valor da taxa de embarque.

2. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de **12 (doze) meses**,contados a partir da data de sua assinatura, de **21/10/2021** até **21/ 10/2022.**

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal n° 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Itanhangá não será obrigado a contratação, exclusivamente por seu intermédio, os serviços referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada contratação decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial n° 081/2021, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de execução dos serviços do objeto é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura até 21/10/2022.

3.1.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O con-

trato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57 da Lei 8. 666/1993.

4. DO PRAZO E FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O fornecimento das passagens e despachos de envelopes e encomendas solicitadas deverão ser entregues nas quantidades estipuladas pela Administração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo que a empresa vencedora só poderá executar os serviços após recebimento da Ordem de Fornecimento.

4.1.1. O bilhete de passagem será emitido no ato da apresentação da requisição de passagem, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.1.2. A licitante vencedora somente poderá efetuar os serviços, mediante o recebimento da Ordem de Fornecimento, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.1.3. Os prazos podem ser reduzidos ou prorrogados de acordo com a urgência e necessidade dos casos, encaminhada para as empresas/entidades, a fim de não prejudicar o serviço público emergencial.

4.2. Os itens deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhando pela secretaria solicitante que é parte integrante do presente edital.

4.3. Os serviços deverão ser prestados diariamente, mediante as necessidades e demanda das secretarias municipais e deverão obedecer às seguintes:

4.3.1. Fornecer o bilhete de passagem/encomenda mediante a entrega de requisição de passagem devidamente assinada pelo servidor competente indicado pelo órgão;

4.3.2. Manter contato com a ADMINISTRAÇÃO sobre quaisquer assuntos relativos à prestação dos serviços objeto deste edital, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;

4.3.3. Estabelecer normas e procedimentos, em conjunto com o órgão, para o fluxo operacional da prestação de serviços objeto deste edital;

4.3.4. Designar pessoal qualificado para a execução das atividades decorrentes deste objeto, responsabilizando-se pela qualidade da prestação dos serviços objeto deste edital;

4.3.5. O bilhete de passagem/encomenda será emitido no ato da apresentação da Ordem de Fornecimento para fornecimento de passagem/encomenda, devidamente assinada pelo servidor competente autorizado para emissão da Ordem de Fornecimento Secretarias Municipais.

4.3.6. Prestação de informações sobre frequência de horários de partida e previsão de chegada;

4.3.7. Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração, com relação ao fornecimento de bilhetes de passagem terrestres/aéreas/encomendas;

4.3.8. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

4.3.9. É expressamente vedada a detentora da Ata o fornecimento dos serviços com Ordem de Fornecimento sem assinatura, sob pena de não pagamento das mesmas;

4.3.10. É vedada a conversão das Ordens de Fornecimento em qualquer espécie, principalmente em numerário;

4.3.11. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

4.3.12. Corrigir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro/Contrato de Preço em que se verificarem vícios ou incorreções, resultantes da execução desta Ata/Contrato;

4.3.13. Responsabilizar-se pela execução da Ata de Registro de Preços dentro dos padrões adequados de qualidade e segurança e demais requisitos previstos na Lei nº 8.078/90, assegurando-se ao Município todos os direitos inerentes à qualidade de “consumidor”, decorrentes do Código de Defesa do Consumidor;

4.4. Os serviços deverão ser fornecidos de acordo com as especificações e exigências contidas no Termo de Referência encaminhado pela Secretaria solicitante que é parte integrante do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021.

4.5. A DETENTORA DA ATA sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Município, encarregada de acompanhar a entrega dos serviços prestando esclarecimentos solicitados, atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta;

4.6. A empresa prestadora de serviços deverá emitir Relatório, na impossibilidade de execução dos serviços, especificando a causa no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do comparecimento ao local;

4.7. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos ou prestação de serviços de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

4.7. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a execução dos serviços em locais indicado pela secretaria solicitante, incluindo a troca dos que porventura forem fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

4.7.1. Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos serviços obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta;

4.7.2. Em caso de recusa dos serviços pelas secretarias do Município de Itanhangá - MT, será lavrado o Termo de Recusa, expedido pelo responsável da Pasta, no qual se consignarão as desconformidades, devendo os itens serem substituído pela CONTRATADA, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoantes o que dispõe no Art. 69 da Lei n° 8.666/93);

5. DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos das notas fiscais apresentadas corresponderão aos serviços efetivamente executados, devendo ser pago conforme disponibilidade financeira de cada secretaria solicitante, através de ordem bancária até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor responsável da Secretaria Municipal solicitante;

5.1.1. A empresa deverá apresentar relatórios mensais com as descrições detalhadas das passagens emitidas e envelopes e encomendas despachadas, a seguir, juntamente com os comprovantes de serviços para pagamento, objetivando o controle do desempenho dos serviços prestados pela agência detentora da Ata de Registro de Preços:

Passagem(Trecho) Encomenda(Trecho)	Valor Unitário da Passagem/Encomenda	% de Desconto obtido na Licitação	Valor a ser pago (R$) total

5.2. A DETENTORA DA ATA deverá comprovar sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota Fiscal, as certidões de regularidade Fiscal com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, INSS e FGTS e Trabalhista, atualizada até a data da emissão da nota fiscal do mês de sua competência.

5.2.1. A apresentação das certidões, acima mencionadas, é de responsabilidade da licitante vencedora;

5.2.2. A validade das certidões deverá ser correspondente à época da programação de pagamento, devendo a Licitante vencedora ficar responsável pela conferência de tal validade.

5.3. A licitante vencedora deverá indicar no corpo da Nota Fiscal, descrição dos serviços realizados, o número da Ordem de Fornecimento o número e nome do banco, agência e número da conta e nome da empresa contratada, onde deverá ser feito o pagamento, via ordem bancária, sem rasuras e devidamente atestada pelo Servidor designado da Administração, devendo ainda estar acompanhada da cópia da Ordem de Fornecimento autorizadas pela Secretaria Municipal solicitante.

5.4. Nenhum pagamento será efetuado a licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.5. Caso seja constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais. O prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação;

5.5.1. Nenhum pagamento isentará licitante vencedora das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

5.6. O CNPJ da DETENTORA DA ATA constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

5.8. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas, simultaneamente, com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

5.9. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

6. DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São direitos e responsabilidades do Município:

6.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos e/ou execução dos serviços, objeto da contratação;

6.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação;

6.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

6.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

6.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

6.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

6.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

6.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

6.1.9. Receber ou rejeitar os produtos/serviços após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

6.1.10. Rejeitar os produtos/serviços no todo ou em parte entregues/prestados em desacordo com as obrigações assumidas.

6.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

6.1.12. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida/contratada;

6.1.13. Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

6.1.14. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

6.1.15. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

6.1.16. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

6.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

6.2.1. É responsabilidade da empresa fornecedora a prestação de serviços nas quantidades, no horário e nas datas estipuladas, com a qualidade exigida, bem como nas condições estabelecidas no edital.

6.2.2. Executar os serviços nas especificações e com a qualidade exigida no Termo de Referência, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da condição estabelecida;

6.2.3. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

6.2.4. Pagar todos os tributos, despesas com transporte e outras e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os itens fornecidos;

6.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa e dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

6.2.6. Levar imediatamente ao conhecimento da Contratante quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto.

6.2.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.2.8. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo Contratante, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante.

6.2.9. Sujeitar-se a ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do fornecedor pela entrega do produto.

6.2.10. O ônus decorrente do cumprimento da obrigação de fornecimento, ficará a cargo exclusivamente da CONTRATADA;

6.2.11. Comunicar à fiscalização da CONTRATANTE, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à entrega dos produtos ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato, sendo que caso não o faça dentro do prazo estipulado, a CONTRATANTE poderá descontar o valor do ressarcimento da fatura a vencer ou cobrar em juízo;

6.2.12. Não transferir total ou parcialmente qualquer parte da Ata de Registro de Preço, sem prévia autorização do Município e não se eximindo, com isso de suas responsabilidades e obrigações derivadas deste;

6.2.13. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da CONTRATANTE, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

6.2.14. Não havendo possibilidade de entrega dos itens/execução dos serviços, emitir Relatório de Não Conformidade descrevendo o(s) motivo(s) da impossibilidade;

6.2.15. Obedecer rigorosamente à Ordem de Fornecimento quanto a entrega, com as datas, horários, locais e quantidades.

6.2.16. A CONTRATADA obriga-se a substituir prontamente os itens que estiverem em desacordo com o que foi solicitado pelo fiscal do contrato.

6.2.17. Indenizar terceiros e/ou ao Município, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.2.18. Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.2.19. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se à independentemente do que será exercido pelo Município de Itanhangá;

6.2.20. Observar as normas de segurança e disponibilizar equipamento de proteção individual e item de identificação da empresa para todos os seus funcionários que estejam trabalhando.

6.2.21. Substituir em qualquer hipótese e sem qualquer ônus ao Município de Itanhangá toda ou parte dos serviços executados pela mesma no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, caso constatado defeito e/ou divergências nos serviços prestados;

6.2.22. O Município de Itanhangá– MT, reserva-se o direito de rejeitar qualquer serviço que não atenda as exigências, cabendo à empresa refazer os serviços, sendo que a rejeição não poderá ser alegada como justificativa para atraso na execução dos serviços e também isenta o Município de responsabilidades quanto ao cumprimento dos termos de garantia de serviços.

6.2.23. A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste contrato e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

6.2.24. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços prestados, objeto desta Ata de Registro de Preços, independente da fiscalização ou acompanhamento do Município;

6.2.25. A fornecedora reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa nas situações prevista no art. 77 da lei n. 8.666/93.

6.2.26. Em caso do não cumprimento das especificações exigidas no edital, A empresa se responsabilizará pela realização de nova entrega de produto, sem ônus algum à contratante.

7. DAS PENALIDADES

7.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8. 666/93 com as alterações posteriores.

7.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8. 666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

7.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

7.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. h) Comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. i) Cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos. j) Declaração de Inidoneidade.

7.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Itanhangá - MT, devidamente fundamentado.

7.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1. Considera-se incluso no preço dos serviços para fins de desconto todas as despesas e custos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, assessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma;

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o INPC.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a contratação dos serviços, sem que caiba direito de recurso.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

a) A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa; b) A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor; c) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais; d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos; e) Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. f) A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. g) No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação. h) Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93. i) A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

9.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação nos Diários Oficiais da AMM e Diário Oficial de Contas (TCE-MT), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido;

9.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9.6. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata, ou, a juízo do Município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal n° 8.666/93;

9.7. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme Art. 77 da lei 8666/93.

10. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra o motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público;

11. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

11.1. A presente ata de registro de preços obedece aos termos do Edital do Pregão Presencial n° 081/2021, bem como Proposta de Preços apresentada pela detentora da ata e ao que determina a Lei Federal 8.666/93, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal n° 001/2010 e Decreto Municipal n° 081/2015, bem como alterações posteriores.

12. DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. O Município de Itanhangá-MT, promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de preços na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o Art. 61 da Lei Federal n° 8.666/93;

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei 10.520/2002 no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

13.2. O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da Ordem de Fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da ata.

13.3. Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo

correio, registrado, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os

efeitos legais.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir as questões decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, fica eleito o foro da Comarca de Tapurah-MT, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

Edu Laudi Pascoski **–** Prefeito Municipal

CONTRATANTE

EXPRESSO ITAMARATI S/A

Valdeir Aparecido Zanin – Diretor Operacional

CONTRATADA

EXPRESSO ITAMARATI S/A

Diego Mansur Guimarães – Procurador

CONTRATADA

Testemunhas:

Nome: CPF:	Nome: CPF:

(Essa página de assinatura pertence a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 097/2021, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ e EXPRESSO ITAMARATI S/A. Em 21/10/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

PORTARIA DLC N° 357/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Renata Tereza Zini, inscrita no CPF n° 022. 791.051-60, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/ 0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Marinelda Favero – CPF: 008. 180.109-24.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes ao Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e Secretaria Municipal de Administração, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Finanças e Planejamento

Secretário Municipal de Administração

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 358/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Cleusete Aparecida Ulsenheimer, inscrita no CPF n° 756.971.499-72, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Susana Fontana – CPF: 575.244.831-04.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Secretária Municipal de Esporte, Lazer e Turismo

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 359/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Jose Wilton os Santos Silva, inscrito no CPF n° 136.117.544-39, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, a servidora Adriana Laureth – CPF: 026.652.851-18.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Saúde, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

BRUNO HENRIQUE ASCARI FELIX

Secretário Municipal de Saúde

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 360/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor Joao Carlos Souza de Oliveira, inscrito no CPF n° 012.767.581-70, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento do titular, o servidor Angelo Trevisan Neto – CPF: 045.431.601-18.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria, Com. e Meio Ambiente, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar,

obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

LEANDRO JOSE PASCOSKI

Secretário Municipal de Agricultura, Indústria, Comércio e Meio Ambiente

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 361/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Fernanda Carrilho Goncalves, inscrita no CPF n° 031.386.121-80, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, a servidora Rosenilda de Santana – CPF: 862.862.501-15.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SINTIA REGINA BRANDALIZE PASCOSKI

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Trabalho

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 362/2021

DATA: 21 de outubro de 2021.

SÚMULA: *"Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de Atas de Registro de Preços e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, ESTADO DE MATO GROSSO,** Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93 e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidora Aline Berti, inscrita no CPF n° 029.962. 321-19, para exercer a função de Fiscal Titular das Atas de Registro de Preços oriundas do Pregão Presencial n° 081/2021, qual tem por objeto o **"Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de passagens aéreas e terrestres e transporte de envelopes e encomendas para atender a demanda das Secretarias Municipais do Município de Itanhangá – MT".**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e as empresas abaixo relacionadas, conforme segue:

Ata de Registro de Preços n° 096/2021 tendo como detentora a empresa **AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº 24.538.995/0001-07.

Ata de Registro de Preços n° 097/2021 tendo como detentora a empresa **EXPRESSO ITAMARATI S/A,** inscrita no CNPJ sob o nº 59.965.038/ 0001-41.

Art. 2° - Fica designado para atuar como Fiscal Suplente, em caso de férias e/ou afastamento da titular, o servidor Joao Carlos Souza de Oliveira – CPF: 012.767.581-70.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis pelas responsabilidades atribuídas aos fiscais, referentes a Secretaria Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento, quais sejam:

a) Ler atentamente a Ata de Registro de Preços, Edital, anexos bem como o termo de referência qual originou a presente ata, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

b) Verificar se o fornecimento de produtos, ou prestação de serviços se desenvolve de acordo com o previsto em Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços: prazo, especificações, valores, e demais condições;

c) Arquivar de maneira física ou em mídia digital, todos os documentos pertinentes ao acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços de sua responsabilidade que estarão disponíveis no site Oficial do Município;

d) Verificar a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, proceder à sua conferência e formalizar a atestação. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação da Nota Fiscal;

d-1) Todo serviço ou fornecimento de material originado de uma Ata de Registro de Preços deverá ser executado a partir da sua assinatura e publicação, de uma Nota Fiscal, Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços, exarados pelas autoridades competentes;

d-2) Nota de Autorização de Despesa, Nota de Empenho ou Ordem de execução de serviços deverão observar o cronograma de execução estabelecido na Ata de Registro de Preços e Termo de Referência do Edital de licitação;

e) Receber e encaminhar as Notas Fiscais, devidamente atestadas, acompanhada das certidões de regularidade fiscal e trabalhista, entre outras obrigações da Detentora da Ata, observando se a Nota Fiscal/fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço que foi autorizado e efetivamente prestado no período. Em caso de dúvida, buscar, obrigatoriamente, auxílio para que efetue corretamente a atestação/medição;

f) Antecipar-se a solucionar problemas que afetem a relação contratual (greve, chuvas, fim de prazo);

g) Esclarecer dúvidas do preposto/representante da Contratada que estiverem sob a sua alçada, encaminhando às áreas competentes os problemas que surgirem quando lhe faltar competência;

h) Controlar os saldos existentes dos produtos ou serviços registrados;

i) Pronunciar-se com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência da Ata – ou no caso de consumação de saldo - à autoridade competente, visando garantir tempo hábil para que seja realizado novo processo licitatório, se necessário;

j) Anotar todas as ocorrências em registro próprio, tomando as providências que estejam sob sua alçada e encaminhando às instâncias competentes aquelas que fugirem de sua alçada;

k) Notificar empresa, se necessário, fazendo constar todos os acontecimentos relevantes relacionados;

l) Manter organizadas todas as notificações feitas, inclusive as soluções apresentadas pelo contratado, a fim de permitir a elaboração de relatório circunstanciado, se assim solicitado;

m) Comunicar ao Secretário da Pasta em caso de recorrentes notificações a empresa, de forma a compor relatório, solicitando que o caso seja levado ao Prefeito Municipal para adoção das medidas cabíveis;

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento da Ata de Registro de Preços e de sua garantia, quando houver.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

JEFERSON DA SILVA SANTOS

Secretário Municipal de Transportes, Obras, Serv. Públicos e Saneamento

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO DE ADESÃO N° 028/2021

PROCESSO LICITATÓRIO N° 127/2021

O **MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT,** torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 209/2020, oriunda do Pregão Presencial n° 065/2020, promovido pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte – MT, visando a **"AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ – MT"**, de acordo com a legislação específica vigente.

CONTRATADA: MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMÉRCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 07.838.209/0001-78, com sede na Av. Fernando Correa da Costa, n° 6259, Bairro: Parque Ohara, na cidade de Cuiabá – MT, CEP: 78.080-300.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 338.000,00** (trezentos e trinta e oito mil reais), sendo que foi aderido o seguinte item:

Item	Cód. TCE	Descrição	Quant	Marca	Valor Unit.	Valor Total
02	394702-5	VEÍCULO ESCOLAR NOVO, COR A DEFINIR, ANO 2020/2021, 49 LUGARES, SENDO 47 LUGARES NO SALÃO + 01 LUGAR PARA O MOTORISTA + 01 LUGAR PARA O AUXILIAR. AR CONDIOCNADO INTERNO/CONDENSADOR TETO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 156CV, PBT DE NO MÍNIMO 9.400 KG, FREIO PNEUMÁTICO COM ABS, PORTA DOBRADIÇAS COM SISTEMA DOOR BRAKE, JANELA DE VIDROS MÓVEIS, POLTRONA DO MOTORISTA COM AMORTECIMENTO HIDRÁULICO, POLTRONA DOS PASSAGEIROS ESCOLAR SOFA 1000X800, TOMADA 12V NO PAINEL, SIRENE DE MARCHA RÉ, CÂMERA DE MARCHA RÉ COM MONITOR NO PAINEL, FAIXA ESCOLAR, REVESTIMENTO DAS POLTRONAS EM PLASTICO AZULÃO AMASSADO, E DEMAIS ACESSORIOS QUE ATENDAM AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ENTREGA DO VEÍCULO NO MUNICIPIO DE GUARANTÃ DO NORTE/MT. GARANTIA MINÍMA DE 01 ANO, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.	01	Volare/ attack 9	R$ **338. 000,00**	R$ **338. 000,00**

- HOMOLOGO.

Itanhangá-MT, 21 de outubro de 2021.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 060/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA,por meio do seu pregoeiro,e, em cumprimento a determinações superiores,torna público aos interessados que, a ADJUDICAÇÃO do processo acima mencionado fora realizada em 12/09/2021, sendo HOMOLOGADO em 13/09/2021, tendo sido seu resultado devidamente publicado em 13/09/2021, conforme fls. 245 dos autos.

Itiquira/MT, em 21 de outubro de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 064/2021

Pregão Eletrônico nº 019/2021

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, centro, através deste pregoeiro o qual subscreve, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivandoo REGISTRO DE PREÇO PARA FUTRURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL,do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **PEDRAGON AUTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 03.935. 826/0001-30, com o valor total de **R$ 362.600,00** (trezentos e sessenta e dois mil e seiscentos reais).

Departamento de Licitação, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, em 21 de outubro de 2021.

Aloizio Magno Fischer Lopes Júnior

Pregoeiro Designado

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
7° TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 009/2020

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **JSP CONSTRUTORA EIRELI ME, CNPJ nº 25.313.986/0001-80**;

OBJETO: O presente tem por objeto o aditivo do percentual de ? 28,225%, ante a tabela SINAPI, no montante total de R$ 169.901,53 (cento e sessenta e nove mil, novecentos e um reais e cinquenta e três centavos).

Data de Assinatura: 21/10/2021.

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 007/2021

Data assinatura: 01/10/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: **N M FERREIRA EDIFICAÇÕES - EPP** – CNPJ 10.720.593/ 0001-14

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E MONTAGEM DE RESERVATÓRIO METÁLICO CILÍN-**

DRICO, EM AÇO CARBONO, COM CAPACIDADE PARA 250M³, COM EXECUÇÃO DE FUNDAÇÃO EM CONCRETO ARMADO

Fundamento: art. 79, II da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Termo de Rescisão nº 005/2021

ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 005/2018

Data assinatura: 14/09/2021

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: **BIANCA NASCIMENTO GOMES VIEIRA 05853828169** – CNPJ 30.372.412/0001-13

Objeto: **CONCESSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA DE IMÓVEIS NO MUNICIPIO DE ITIQUIRA**.

Fundamento: art. 79, II da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Termo de Rescisão nº 004/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 003/2021

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 068/2021, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 030/2021, realizada pelo Município De Primavera do Leste - MT. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, da anuência à solicitação de adesão ao referido Pregão Presencial, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO pelo Município De Primavera do Leste -MT e da empresa detentora do Registro de **CLIMAR LOCAÇÕES EIRELI**, detentora do CNPJ/MF nº **– 14.887.904/0001-95,** cujo objeto é a **"Contratação de empresa para "Locação de Banheiros Químicos"**,ao valor global de **R$ 11.371,80 (onze mil, trezentos e setenta e um reais, oitenta centavos).** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925, das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 21 de outubro de 2021.

ADEVANIR MARCOS RODRIGUES DE ARAÚJO

Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA – PREGÃO PRESENCIAL N. 044/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara, através do Pregoeiro nomeado, torna público que, a sessão do dia 20/10/2021, referente ao **– PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N. 044/2021**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto o **"Registro de Preços para Eventual Aquisição de Equipamentos de Som e Imagem para a Diretoria de Comunicação e demais setores da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT",** nos termos da Lei 10.520/02, foi declarada **DESERTA**, pois não acudiram interessados. Jaciara-MT, 20 de outubro de 2021.

ADEVANIR MARCOS RODRIGUES DE ARAÚJO

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

PORTARIA N.º 300 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA N.º 300 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2004 a 2009, a partir de 04 de outubro de 2021 a 02 de novembro de 2021(30 dias), à servidora abaixo:

DORALICE VIEIRA DE CASTRO BULEGON – Professora.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 07 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 001/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 301 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 301 DE 07 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2013 a 2018, a partir de 01 de outubro de 2021 a 02 de dezembro de 2021 (60 dias), à servidora abaixo:

ZÉLIA VIEIRA DE CASTRO DE SOUZA – Professora.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 07 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 001/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 306 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 306 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2012 à 2017, a partir de 03 de Novembro de 2021 a 02 de Dezembro de 2021 (30 dias), à servidora abaixo:

EDLEUSA LOPES DA SILVA – Agente de Serviços Gerais.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 19 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 307 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 307 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2011à 2016 e, a partir de 04 de Setembro de 2021 a 03 de Outubro de 2021 (30 dias), e Quinquênio 2016 a 2021 a partir de 04 de Outubro de 2021 a 02 de Novembro de 2021 (30 dias) à servidora abaixo:

ELIETE CAVALCANTE DA SILVA BIHAIN– Atendente de Consultório Dentário.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 19 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 308 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 308 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2014 à 2019, a partir de 17 de Outubro de 2021 a 14 de Janeiro de 2022 (90 dias), à servidora abaixo:

FÁTIMA ROSANA OLEINICZAK– Técnica Higiene Dentária.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 19 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 309 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 309 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2009 à 2014, a partir de 16 de Novembro de 2021 a 13 de Fevereiro de 2022 (90 dias), à servidora abaixo:

JUNELENE ELIZIA BATISTA DE MOURA – Técnica em Enfermagem.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 19 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA Nº 310 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 310 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedida **Licença Prêmio**, referente ao Quinquênio de 2012 à 2017, a partir de 08 de Outubro de 2021 a 17 de Dezembro de 2021 (71 dias), à servidora abaixo:

SANDRA ALVES DE SOUZA – Técnica em Enfermagem.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara/MT, 19 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

PORTARIA N.º 311 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA N.º 311 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º– EXONERAR, o servidor **CLAUDÉCIO GONÇALVES DA SILVA**, do Cargo Comissionado de Superintendente de Fazenda Municipal, a partir de 01 de Setembro de 2.021;

Art. 2º– DESIGNAR, o servidor **CLAUDÉCIO GONÇALVES DA SILVA**, ao cargo de Superintendente de Fazenda Municipal, a partir de 02 de Setembro de 2.021.

Art. 3º – Esta Portaria retroage a partir da data acima mencionada, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 20 de Outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

.

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data supra.

PORTARIA N.º 299 DE 06 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA N.º 299 DE 06 DE SETEMBRO DE 2021

A Prefeita Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **ANDRÉIA WAGNER**, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, o servidor **DIEFERSON CAMPO DOS SANTOS**, como **FISCAL DE OBRA**, do contrato abaixo relacionado:

CONTRATO 023/2021 – "Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Manutenção e Reforma de parte Coberta, Forro e Elétrica na Escola Municipal Magda Ivana, no Município de Jaciara/MT, ETAPA 03 – Recurso proveniente do Salário Educação".

Art. 2º - Esta Portaria entra em rigor na data de 06/10/2021, revogadas as disposições em contrário.

Jaciara-MT, 06 de outubro de 2021.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal – 2021 a 2024

ALEXANDRE RUSSI

Secretário Municipal de Administração e Finanças – Portaria n° 01/2021

Registrada e publicada de conformidade com a legislação vigente, com afixação nos lugares de costumes estabelecidos por Lei Municipal. Data Supra.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2021

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, ao **MENOR VALOR UNITÁRIO**, tendo por objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMAS, PLANTAS ORNAMENTAIS E INSUMO PARA REALIZAÇÃO DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO DE CANTEIROS CENTRAIS E TREVOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT."** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no dia **11 DE NOVEMBRO DE 2021 – 13:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 até às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara, 21 de outubro de 2021.

Adevanir Marcos Rodrigues de Araújo

Pregoeiro – Prefeitura Municipal de Jaciara/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA Nº 025/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 4104-01/2021

PREGÃO PRESENCIAL N.º 054/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA/MT

A Prefeita Municipal de Jaciara/MT**,** Srª. ANDRÉIA WAGNER, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, referente ao Pregão Presencial nº 054/2021, cujo objeto **"REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GRAMAS, PLANTAS ORNAMENTAIS E INSUMOS PARA REALIZAÇÃO DE PAISAGISMO E ARBORIZAÇÃO DE CANTEIROS CENTRAIS E TREVOS DO MUNICÍPIO DE JACIARA-MT"**, através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº **4104-01/2021, Pregão Presencial Nº 054/2021;**

CONSIDERANDOo Pedido de impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 054/2021, encaminhado por meio eletrônico, na data de 19 de outubro de 2021, através da empresa **RLS PAISAGISMO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica sob o n.º 06.048.962/0001-05. , ao aviso do Pregão Presencial Nº 054/2021 supra mencionado.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico **Nº 005/2021/PMJ/LICITAÇÃO**, emitido pela empresa Marcon Consultoria e Assessoria datado em 19/10/2021;

DECIDE:

1. **CONHECER** o recurso interposto pela empresa licitante, reconhecendo sua tempestividade; 2. Declarar **IMPOCEDENTE** do recurso administrativo formulado pela empresa **RLS PAISAGISMO,** pessoa jurídica de direito privado, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa jurídica sob o n.º 06.048.962/0001-05, no mérito dos preços ofertados pois foi realizado uma pesquisa de preço de mercado e o mesmo encontra de acordo com praticado. 3. Declarar **PROCEDENTE**, no mérito Inclusão da exigência de inscrição no **RENASEM** como condição de habilitação ou alternativamente exigi-lo no ato da entrega dos produtos.

4. **DETERMINAR** a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

5. **COMUNICAR** aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Jaciara/MT, 21 de outubro de 2021.

ANDRÉIA WAGNER

Prefeita Municipal de Jaciara/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

AVISO DE SUSPENSÃO DE CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA – Estado de Mato Grosso, CNPJ/MF nº 24.772.147/0001-68, localizada no Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, s/nº, Centro, Jangada - MT, CEP 78.490-000, representada neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. Rogerio de Oliveira Meira, brasileiro, residente e domiciliado na Rua João Ponce De Arruda, Bairro centro, nesta cidade de Jangada – MT, portador da Cédula de Identidade nº. RG n.º 22404961/SSP-MT e CPF n.º 052.062.921-33, Torna Publico, para conhecimento de quantos possam interessar que, está **SUSPENSO** o Contrato Nº 019/2021, que tem por objeto a **FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO TECNICO, ASSESSORIA E CONSULTORIA VOLTADA A GESTÃO PÚBLICA, ENVOLVENDO AS ÁREAS DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS, LICITAÇÕES, CONTRATOS, PRESTAÇÕES DE CONTAS, COM ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DIVERSAS, ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, ELABORAÇÃO DE PEÇAS DE PLANEJAMENTO E LEVANTAMENTO PATRIMONIAL PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA - MT PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA - MT.** Tudo de acordo com a determinação judicial acostada nos autos do processo. Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do e-mail: licitacao@jangada.mt.gov.br.

Jangada/MT, 14 de Outubro de 2021.

_____

Rogerio De Oliveira Meira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 17/21

PREGÃO ELETRONICO 17/2021

No dia 18 de outubro **do ano de 2021**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU , Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, com sede administrativa localizada na RUA DO COMERCIO, 480, bairro CENTRO, CEP nº. 78255-000, nesta cidade de Jauru/MT, representado pelo (a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). **VALDECI JOSÉ DE SOUZA**, brasileiro, casado, administrador, Carteira de Identidade sob o n. 12694908 SSP/MT e C.P.F. nº. 985.374.821-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO**, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRONICO nº 017/2021, Processo Licitatório nº 0097/2021** que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com as especificações constantes no Edital e nas clausulas e condições abaixo descritas.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA – CNPJ 23.106.657/0001-33, sito a Rua 49, nº 177 – Edifício Gariela, Apto 203, bairro Boa Esperança – Cuiabá MT; CEP 78.068-465.

Item	Especificação	Unid	Marca	Qtd.	Preço unit.	Preço total
01	*LOTE COM 78 NOTEBOOKS - MICROCOMPUTADOR PORTATIL DE 15 POLEGADAS, PROCESSADOR CORE I3 OU SUPERIOR, DE GERAÇAO 6ª OU SUPERIOR, MEMORIA RAM DE NO MINIMO 4GB, ARMAZENAMENTO EM MEMORIA FLASH SSD DE NO MINIMO 256GB, TECLADO PADRAO ABNT, COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10, COM 4 PORTAS USB, COM FONTE DE ALIMENTAÇAO BIVOLT, COM 2 ANOS DE GARANTIA*	01	Asus	01	R$283.686,00	R$283.686,00

Jauru, 18 outubro de 2021.

PORTARIA Nº 317/2021

PORTARIA Nº317, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Presidente do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** a **Sra. LUCIENE MANSANO**, portadora do RG nº 1202211-0 SSP/MT e CPF nº 862.411.411-04, da função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTO,** nomeada conforme Portaria nº076, de 29 de janeiro de 2021 e **NOMEAR** para a função gratificada de **PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**, com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 20 de outubro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 315/2021

PORTARIA Nº315, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Presidente do Conselho Previdenciário".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o **Sr. MATEUS RUY NERY DE ALMEIDA**, portador do RG nº 10804404 SSP/MT e CPF nº 830.704.861-34, Da função gratificada de **PRESIDENTE DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,** nomeado conforme Portaria nº170, de 19 de maio de 2021 e **NOMEAR** para a função gratificada de **PRESIDENTE DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO**, com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenien-

tes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 20 de outubro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 318/2021

PORTARIA Nº318, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Membro do Comitê de Investimentos".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** o **Sr. LINDOMAR RODRIGUES**, portador do RG nº 5586824 SSP/GO e CPF nº 701.374.381-09 para exercer função gratificada de **MEMBRO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS,** com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 20 de outubro de 2021.

PORTARIA Nº. 023, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº. 023, DE 04 DE OUTUBRO DE 2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO (A) AGENTE DE CONTRATAÇÃO E RESPECTIVA E EQUIPE DE APOIO.

PETRONILIO LADEIRA DA SILVA, PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1°. Em cumprimento ao disposto no art. 7º e §1º, da Lei Nacional nº 14.133/2021, fica nomeado o (a) Agente de Contratação, de que trata o inc. LX do art. 6º da mesma Lei, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, que será auxiliado pela respectiva Equipe de Apoio.

AGENTE DE CONTRATAÇÃO

ALOISIO COSTA DE ABREU

EQUIPE DE APOIO:

LUCIENE MANSANO

EQUIPE DE APOIO:

CLAUDIO GONZAGA DA SILVA

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroagidos em data de 01 de outubro de 2021, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE:

Gabinete da Presidência em Jauru-MT, 04 de outubro de 2021.

PETRONILIO LADEIRA DA SILVA

Presidente do Legislativo

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 091/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: PRISMA PROJETOS E CONTRUÇÕES EIRELI

Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA "PINTURA GERAL E PEQUENOS REPAROS NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL ELZA CARRIJO PAVINI", VISANDO O BEM-ESTAR, SAÚDE E CONFORTO DOS SERVIDORES E USUÁRIOS.

VALOR: R$ 147.226,79 (cento e quarenta e sete mil duzentos e vinte e seis reais e setenta e nove centavos)

VIGÊNCIA: 20/10/2021 a 19/10/2022

PLANO PLURIANUAL /2022-2025

LEI Nº 930/2021 de 18/10/2021

ANEXOS

OBS. Os anexos do PPA/2022-2025 está publicado no site da Prefeitura Municipal no link :

http://177.222.236.248:5656/transparencia/

Escolha o exercício:2022/Planejamento Orçamentário/PPA-Plano Plurianual

https://www.jauru.mt.gov.br/sic-legislacao/ppa

Valdeci José de SouzaPrefeito Municipal de Jauru

PORTARIA Nº 316/2021

PORTARIA Nº316, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe a sobre a nomeação de função gratificada de Membro do Conselho Previdenciário".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JAURU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

RESOLVE:

Art. 1º - **NOMEAR** o **Sr. SIDNEI RODRIGUES DOS SANTOS SOUZA**, portador do RG nº 3300496-0 SESP/MT e CPF nº 975.643.541-00, para exercer a função gratificada de **MEMBRO DO CONSELHO PREVIDENCIÁRIO,** com ônus financeiro para o PREVI-JAURU, custeado com recursos provenientes da taxa de administração, conforme Lei Complementar nº154, de 17 de abril de 2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/10/2021, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Paço Municipal "José Perez", em Jauru/MT, 20 de outubro de 2021.

VALDECI JOSÉ DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 542 E 545-2021

PORTARIA Nº 542/2021.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS QUE COMPÕE A COMISSÃO DO REDIMENSIONAMENTO PELA ORGANIZAÇÃO DAS MATRICULAS DAS UNIDADES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO DE 2022.

CARLOS AMADEU SIRENA, PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA, ESTADO DE MATO GROSSO, JUNTAMENTE COM A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO E ASSESSORIA PEDAGOGICA DE JUARA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e, considerando as exigências da Lei de Diretrizes e Base da Educação, procede a organização das matrículas das Unidades de Ensino Público do Município de Juara/MT, para o ano de 2022.

Considerando, o Processo SAD nº 14.245 de 18/10/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR, comissão conjunta formada pelos profissionais abaixo relacionados, para que sob a coordenação do primeiro e do segundo, procedam ao Reordenamento da Rede Pública de Ensino Público do Município de Juara - MT, com o objetivo de garantir qualidade ao atendimento em 2022.

Secretaria Municipal de Educação

Fernanda Alves dos Santos Ribas

Elizabete de Jesus Furlan

Maria do Carmo Barros Hata

Assessoria Pedagógica de Juara

Maria Devanildes do Carmo Kayabi

Vanderlei Carvalho dos Santos

Gestor Estadual

Marcelo de Oliveira Miranda

Alexandre da Silva Colinsque

Anderson Aparecido Volpato

Carlos Augusto Garrido do Lago

Dirlei Perin

Noemi Rodrigues da Cruz

Sidnei Conceição Castão

Jáspio Alencar de Souza

Cindy Lauper Ferreira Silva

Gestor Municipal

Gislaine Evangelista da Silva

Geneilda de Souza Silva

Cassius Cley Ferreira

Haroldo Ferreira Coutinho

Ailton Francisco da Silva

Evania Francielli Colet Mendonça

Conselho Municipal de Educação

Ana Paula Pereira da Silva

Representante do SINTEP

Wagner Fanini Belarmino de Jesus dos Santos.

Representante da Diretoria Regional da Educação

Elaine Cristina da Silva Moreira

Representante de Alunos

Carlos Eduardo de Jesus Machado

Jamili Gimenez Inácio

Ângela Parecida Magalhães Castão

Cristina Queiroz da Silva

Representante dos Profissionais da Educação

Claudio Rezer

Gislaine do Nascimento

Marli Lauro

Gisele da Silva Metka

Rosimeire Ribeiro da Silva

Lucélia Tondin Coutinho

Taisa Suelen Miranda Bólbo

Marcelo Barbosa da Silva

Representante do Transporte Escolar

Odair Pereira da Hora

Evaristo José dos Santos

Mônica da Silva Costa

Representante do Poder Legislativo

Vereadora: Marta Dalpiaz Nepomuceno

Vereador: Luciano Aparecido de Oliveira

Artigo 2º- Determina que as decisões decorrentes do processo de Organização Escolar sejam acatadas e cumpridas pelas Equipes Gestoras das Unidades de Ensino Estaduais e Municipais de Juara/MT.

Artigo 3º - A referida comissão deverá iniciar seus trabalhos após a assinatura desta Portaria, no prazo de 30 (trinta) dias apresentando quadro de atendimento da Demanda Escolar para o ano letivo de 2022.

Artigo 4º - Após a finalização dos trabalhos o relatório final deverá ser encaminhado a Coordenadoria de Microplanejamento e Estrutura Escolar – SUGT/SEDUC, a qual deliberará sobre o caso.

Artigo 5º - Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação, revogando-se em especial a Portaria nº 506/2021 de 08 de setembro de 2021, publicada Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso. Ano XVI nº 3.812, dia 13/09/2021 Pag.178 e 179.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 18 de outubro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

PORTARIA Nº 545/2021.

Dispõe sobre a Instituição da Comissão Organizadora que coordenará a Eleição dos membros do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Juara/MT – PREV-JUARA.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Eleitoral que coordenará a Eleição dos membros do Conselho Previdenciário do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Juara-MT – PREV-JUARA, que será composta pelos seguintes servidores:

1. Sandra Almeida Torsi Galvão (Presidente)

2. Angélia Pereira (Membro)

3. Claudemir Fernandes da Silva (Membro)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 18 de outubro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 088/2021/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento Parcelado Periódico e Ininterrupto de Oxigênios Medicinais, Acetileno e Aquisição de Manômetros em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, sendo os Cilindros Disponibilizados pelo Fornecedor em Regime de Comodato, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/10/2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspublicas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 08 de novembro de 2021 às 08h30 – Horário Local.

Juara/MT, em 21 de outubro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO N.º 078/2021 TIPO: ELETRONICO JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 075/2021, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 075/2021, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 78/2021, cuja abertura ocorreu as 08h00 - Local, do dia 20.10.2021, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. **Objeto: Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição de "Eletrodoméstico e Motocicletas Zero KM", para Premiações da Campanha Consciência Fiscal Lei Municipal nº 2.560 de 18/11/2015 Regulamentada Pelo Decreto 1618/2021 de 09/03/2021,**em Atendimento ao PROCON, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se vencedora as empresas: **ARGOS LTDA** inscrita com o CNPJ sob o n.º 42.262.411/0001-03, sendo vencedora com o valor global de R$ 876,00 (oitocentos e setenta e seis reais).

Juara –MT, 21 de outubro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.701/2021

Decreto nº 1.701, de 21 de outubro de 2021.

Dispõe sobre a homologação do Resultado Final do Teste Seletivo Simplificado n° 004/2021, e da outras providencias.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1° Fica Homologado o Resultado Final do Teste Seletivo Simplificado n° 004/2021, conforme a respectiva classificação que faz parte do anexo único deste Decreto.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 21 de outubro de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

Anexo Único

Lista Geral dos Candidatos

BIOMÉDICO

INSC.	NOME	RG	P	C.G	C.E	T	Classificação	Ordem
04	RAIMUNDO EDIGRE DE AQUINO	25865743-1 SSP/SP	5	4	7	16	Classificado - C.R.	1
02	ALINE RUBIA PINHEIRO	1680353-1 SSP/MT	4	4	4	12	Classificado - C.R.	2
06	THAIS DOS SANTOS	2337058-0 SSP/MT	2	4	5	11	Classificado - C.R.	3
33	MARCIONE DA SILVA COSTA	23758201 SJSP/MT	2	2	6	10	Classificado - C.R.1	4
27	JAQUELINNE BARROS CUNHA	21144761 SSP/MT	3	4	3	10	Classificado - C.R.	5
17	ALEFFE BRAUN	2097264-4 SSP/MT	0	4	3	7	Classificado - C.R.	6
22	JAQUELINE VIOLADA	1359249-1 SSP/MT	0	3	3	6	Classificado - C.R.	7
10	KELLY LEANDRO CORDEIRO	3315523-2 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	
18	BIANCA HOLODNIAK	1903010-0 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	RG	P	C.G	C.E	T	Classificação	Ordem
19	EUDES HONORIO LEMUNIER	1386240-5 SSP/MT	3	3	6	12	Classificado - C.R.	1
16	ELINA DE SOUZA MONTALVÃO	1434105-0 SSP/MT	1	4	5	10	Classificado - C.R.	2
28	ADRIANE CLAUDIA JURUCATU	2497210-0 SEJSP/MT	0	4	5	9	Classificado - C.R.	3
32	LILIA FERNANDA FRIZZERA DE LORENZO	3180200-1 SSP/MT	3	4	1	8	Classificado - C.R.	4
09	OZIMAR BESERRA	2431006-9 SESP/MT	2	1	4	7	Classificado - C.R.	5
13	PATRICIA APARECIDA MORANI	2242105-0 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	
14	MARIA SILVANA DE SOUZA SILVEIRA	1840427-8 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	
30	JAQUELINE BARBOSA BARBIERI	2825695-6 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	
31	EVELINE DOS SANTOS JULIO DA SILVA	2430240-6 SSP/MT	-	-	-	-	Ausente	

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	RG	P	C.G	C.E	T	Classificação	Ordem
15	KELLY FERNANDA REZER	2135018-3 SSP/MT	4	5	8	17	Classificado - C.R.	1
20	CLEBERSON FRANZIN DE SOUZA	64359309-3 SSP/SP	3	5	7	15	Classificado - C.R.	2
05	ELAINE APARECIDA DE ALMEIDA	22968180 SSP/MT	2	4	7	13	Classificado- C.R.2	3
25	BRUNA KAROLINE PEGO DE SOUZA	11163268-5 SSP/PR	3	3	7	13	Classificado - C.R.	4
03	ANGELA RODRIGUES DA COSTA	1471712-3 SSP/MT	3	3	6	12	Classificado - C.R.	5
12	ELIANA DA SILVA	1424419 SSP/SE	3	3	5	11	Classificado- C.R.2	6
01	JENNIFER BRAGA MANTOVANI	2477388-3 SSP/MT	2	4	5	11	Classificado - C.R.	7
11	LARISSA MARIA PERANDRE	10986966-0 SESP/PR	2	2	5	9	Classificado - C.R.	8
08	NIUARA MARQUES DOMINGOS	2439738-5 SSP/MT	1	3	4	8	Classificado - C.R.	9
29	MARIA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	20230931 SSP/MT	1	3	3	7	Classificado - C.R.	10
24	JESSICA APARECIDA CAZELLA	2137718-9 SSP/MT					Ausente	
26	BRUNA CHORMIAK CUMINI	54946762-2 SSP/SP					Ausente	

FONOAUDIÓLOGO

INSC.	NOME	RG	P	C.G	C.E	T	Classificação	Ordem
23	FRANCIS DA SILVA VALENZUELA	2520172-7 SSP/MT	2	5	6	12	Aprovado	1

TERAPEUTA OCUPACIONAL

INSC.	NOME	RG	P	C.G	C.E	T	Classificação	Ordem
21	FLORACI CORREIA DA SILVA	03742873 SESP/MT	2	3	6	11	Classificado - C.R	1
07	CARLOTA VERGINIA SAUEIA	164520 SSP/MS	3	2	5	10	Classificado - C.R	2

P = português **C.G =** conhecimentos gerais **C.E =** conhecimento específico **T=** total

Ordem de **Classificados – C.R**. (CADASTRO DE RESERVA):

Aprovado: conforme número de vaga do Edital

Classificado – C.R.: Na classificação final dentre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de preferência, na ordem de posicionamento e desempate. Aquele que tiver obtido maior nota em conhecimentos específicos; **Classificado - C.R.:** Os candidatos que não zerar a somatória das provas. (Maior nota total) **Classificado - C.R.1:** Que obtiver maior número de acertos em conhecimento especifico. **Classificado- C.R.2**: Candidato mais idoso; **Classificado- C-R.3**: Caso ocorra empate em todos os critérios, o desempate será através de sorteio público.

Ausente: Candidato que não compareceu.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 087/2021/SECAD TIPO: PRESENCIAL APURAÇÃO: MENOR VALOR POR ITEM.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Gêneros Alimentícios em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde/ Hospital Municipal de Juara/MT, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos.

EDITAL E INFORMAÇÕES: O Edital poderá ser obtido a partir de 22/10/2021, na Sede da Prefeitura Municipal de Juara/MT – Divisão de Licitações e Contratos, localizada à Rua Niterói, 81N, Centro – Juara/MT – Fone: (066) 3556-9400/9401 ou por meio dos sites: www.juara.mt.gov.br; www.portaldecompraspublicas.com.br

ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL: Decairá do direito de pedir esclarecimentos ou impugnar os termos deste Edital aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura dos envelopes, apontando de forma clara e objetiva as falhas ou irregularidades que entende viciarem o mesmo. As petições deverão ser protocoladas, devidamente instruídas (assinatura, endereço, razão social e telefone para contato), junto ao Serviço de Protocolo desta Prefeitura ou diretamente ao Pregoeiro Oficial ou ainda através do Fax (66) 3556-9400/9401 ou **ainda e preferencialmente através do Site**: www.portaldecompraspubli-

cas.com.br e/ou e-mail: licitacao@juara.mt.gov.br que tem o prazo de 24 (vinte e quatro) horas úteis para respondê-las.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES: dia 12 de novembro de 2021 às 08h30 – Horário Local.

Juara/MT, em 21 de outubro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 554/2021.

PORTARIA Nº 554/2021.

Nomear servidores para compor a Comissão Especial para Análise de Processo.

CARLOS AMADEU SIRENA, Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que a Lei Orgânica lhe confere;

Considerando, o Processo SAD nº 12.668 de 15/09/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores Públicos Municipais a integrarem a Comissão Especial para Análise do Processo de Pagamento por Indenização, em favor da Empresa E. Rodrigues de Oliveira- ME, conforme abaixo relacionados:

I – Antônio José Santana Neto – Presidente

II - Elza Aparecida de Araújo K. Lima - Secretária

III- Wellington Rodrigo da Costa Leite -Membro

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº514/2021.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 20 de outubro de 2021.

MARCIA REGINA F. ARAUJO Secretária Mun. Administração	**CARLOS AMADEU SIRENA** Prefeito do Município

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
LEI MUNICIPAL Nº 2.936/2021

Lei Municipal n° 2.936, de 21 de outubro de 2021.

Dispõe sobre a autorização para Parcelamento de Débitos Previdenciários e Não Previdenciários, perante a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º **Fica Executivo Municipal autorizado a efetuar o parcelamento de débitos previdenciários e não previdenciários, perante a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, nos termos do Instrumento de parcelamento a ser firmado entre as partes, relativo a débitos previdenciários e não previdenciários, incidentes ou não sobre a folha de pagamentos correspondentes ao período de janeiro a dezembro de 2010, janeiro a dezembro de 2011 e referente ao mês de agosto de 2013.**

Parágrafo único**. Fica o Município autorizado a assinar o Instrumento de Confissão de Dívida relativo aos débitos existentes, com a incidência de multa, juros e correção monetária a serem calculados nos termos da legislação vigente pela SELIC – Taxa Especial de Liquidação e de Custódia.**

Art. 2º **O prazo de vigência do acordo mencionado no artigo anterior está limitado à 60 (sessenta) meses, sendo o único programa de parcelamento vigente.**

Parágrafo único**. Fica assegurado ao Poder Executivo Municipal o direito de solicitar junto à Receita Federal do Brasil - RFB e/ou Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN a revisão e/ou correção dos valores devidos caso verifique, posteriormente, a assinatura do acordo a ocorrência de algum tipo de incorreção ou falha no sistema de cálculo e cobrança das tarifas e sua devida atualização e juros.**

Art. 3º **Para o cumprimento do disposto nos arts. 1º e 2º, fica autorizada a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN a descontar o valor das parcelas da cota-parte do município relativo ao Fundo de Participação do Município.**

Art. 4º **Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar os procedimentos administrativos e/ou contábeis necessários, inscrevendo os débitos previdenciários e não previdenciário sem Dívida Fundada, no Balanço Patrimonial, nos termos do Art. 98 da Lei Federal nº 4.320/64.**

Art. 5º **O Poder Executivo consignará nos orçamentos anuais e plurianuais do Município de Juara/MT, a partir do exercício seguinte e durante os prazos que vierem a ser estabelecidos, dotações suficientes à amortização do principal, encargos e acessórios resultantes, correções, conforme autorizado por esta Lei.**

Art. 6º **Os Planos Plurianuais e Leis de Diretrizes Orçamentárias para exercícios a partir de 2021 e enquanto perdurar a vigência do contrato deverão obrigatoriamente consignar dotações suficientes para pagamento do principal, juros e encargos da dívida.**

Art. 7º **Havendo novos programas de parcelamento ou refinanciamento de débitos tributários federais, seja perante a Receita Federal do Brasil - RFB e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, fica desde já autorizado o poder executivo municipal a rescindir os termos de parcelamentos vigentes e realizar novas adesões, desde que haja vantajosidade.**

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, 21 de outubro de 2021.

Carlos Amadeu Sirena

Prefeito do Município

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 079/2021 TIPO: PRESENCIAL JULGAMENTO: MENOR VALOR POR LOTE

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 075/2021, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 075/2021, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 079/2021, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Local, do dia 21/10/2021, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO SERVICOS METALURGICOS PARA EXECUCAO DE 02 COBERTURAS EM ESTRUTURA METALICA,** em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagrou-se **Deserta.**

Juara –MT, 21 de outubro de 2021.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE JUINA
DECRETO N.º 142, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO FÓRUM PERMANENTE DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JUÍNA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO N.º 142, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Fórum Permanente de Educação do município de Juína-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUÍNA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 83, inciso III, da Lei Orgânica do Município; e com base no art. 2º da Lei Municipal n.º 993/2007,

DECRETA:

Art. 1.º Ficam nomeados os seguintes membros indicados pelas suas respectivas instituições para compor o Fórum Permanente de Educação do município de Juína-MT.

I – REPRESENTANTES DO SEGMENTO SINTEP: a) Titular: CARLITO PEREIRA DA ROCHA - CPF: 304.119.631-94 - e-mail: cprocha13@gmail.com - celular: (66) 984662422 - endereço: R. LAURO MONGENOTE, 214 N – MÓDULO 5. b) Suplente: GILVANO TEIXEIRA BASTOS CPF: 876.618.701-00 e-mail: gilvanobastos@hotmail.com - celular: (66) 992148323.

II - REPRESENTANTES DO SEGMENTO ORDEM DOS MINISTROS EVANGÉLICOS:

a) Titular: Geisa Maria Varanda Cândido CPF: 948.239.791-68 e-mail: g_varanda@hotmail.com celular: (66) 99640 4749 endereço: rua Vitor Bernacz, 35 – módulo 2. b) Suplente: André Gonçalves Daguana - CPF: 970.282.231-91 - e-mail: pisicologoandre-agd@gmail.com - celular: 99772 6895 - endereço: Rua 11 número 4425 Flamboyant.

III – REPRESENTANTES DO SEGMENTO IFMT:

a) Titular: Wagner Mendes da Silva - CPF: 487.963.101-97 - e-mail: wagner.silva@jna.ifmt.edu.br - celular: (66) 98416 9371 - endereço: R. Terra Rica, 551 N Módulo 5. b) Suplente: Miguel Julio Zadoreski Junior - CPF: 627.119.031-68 - e-mail: Miguel.junior@jna.ifmt.edu.br - celular: 98417 3848 endereço: Rua Marte, 11N Módulo 4 - Juína.

IV - REPRESENTANTES DO SEGMENTO AJES:

a) Titular: Antonielle Pagnussat CPF:860.774.301-53 e-mail: antonielle@ajes.edu.br celular: 66 99632 4390 endereço: Rua Apucarana, 298N, Módulo 5 – Juína. b) Suplente: Alcione Adame - CPF:283.700.428-64 - e-mail: alcione@ajes.edu.br - celular: 66 98126 5749 - endereço: Rua Carmem Miranda, 222N, Módulo 2 – Juína.

V - REPRESENTANTES DO SEGMENTO SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

a) Titular: Ana Paula L. Brugnera - CPF: 049.446.501-83 - e-mail: paulabrugnera@hotmail.com - celular: 99229 1506 - endereço: Rua São Thomé, 15W – Móduo 5 – Juína. b) Suplente: Agnaldo Araújo dos Santos - CPF: 854.826.331-87 - e-mail: agnaldoguiba@gmail.com - celular: 66 99602.6407 - endereço: Travessa Emmanoel, 33N.

VI - REPRESENTANTES DO SEGMENTO SECRETARIA MUNICIPAL SAÚDE:

a) Titular: Josemar Farias de Albuquerque – CPF: 000.916.891-55 - e-mail: saudejuina@gmail.com - celular: 66 99670 1985 - endereço: Rua Das Orquídeas, 40N Módulo 4. b) Suplente: Joyce Ribeiro Luz Oliveira - CPF: 023.019.181-90 - e-mail: joyceribeiro@hotmail.com - celular: 66 99626 9175 - endereço: Rua Campo Largo, 110 W, Módulo 5.

VII - REPRESENTANTES SEGMENTO SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO:

a) Titular: Jéssica dos Santos Benits - CPF: 015.423.291-24 - e-mail: jessicaerafa2013@hotmail.com - celular: 66 99695 9555 - endereço: rua Ibitinga, 104 W Módulo 6. b) Suplente: Rozenildo de Borba - CPF: 000.197.331-27 - e-mail: rozenildo.borba.santos@gmail.com - celular: 66 98419 4592 - endereço: Rua Corbélia, 253 N Módulo 5.

VIII – REPRESENTANTES DO SEGMENTO PRESBITERIANO:

a) Titular: Manuel de Souza Silvestre - CPF: 047.652.121-14 - e-mail: manuel007aouzasilvestre@hotmail.com - celular: 66 98429 6887 - endereço: Rua Simone Ribeiro Lauber, 116N – módulo 2. b) Suplente: Gisselle Alexandra Martins Davi - CPF: 551.066.841-53 - e-mail: gisselledavi1@hotmail.com - celular: 66 99989 4291 - endereço: Rua Alto Garças 70N, Módulo 5.

IX- REPRESENTANTES DO SEGMENTO SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL:

a) Titular: Devanir Donizete Tezolin - CPF: 488.026.701-53 - e-mail: devanirjuina@hotmail.com - celular: 99914 3042 - endereço: Escritório Assistência Social – CRAS. b) Suplente: Roseli Cardoso - CPF: 550.721.191-49 - e-mail: rosejui@hotmail.com - celular: 66 98424 6771 - endereço: Escritório Assistência Social – CRAS.

X – REPRESENTANTES DO SEGMENTO COLÉGIO SÃO GONÇALO:

a) Titular: Orlando da Costa Maximiano - CPF: 994.798.341-20 - e-mail: orlandomaxuano@hotmail.com - celular: 61 99131 3455 - endereço: Rua Holmis Ioris, 720 – Módulo 1 – Juína. b) Suplente: Edileuma Gome Lopes - CPF: 046.927.341-08 - e-mail: nenekaty@hotmail.com - celular: 66 9 8426 7585 - endereço: Av. Joinvillr, 589 – Padre Duílio.

XI – REPRESENTANTES SEGMENTO ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

a) Titular: Luciana Ledo Peres Reis – CPF nº: 813.412.451-87 - e-mail: luleruis@hotmail.com - celular: 998401 7973 - endereço: Rua Umuarama, 27 W Módulo 5. b) Suplente: Alessandra Lopes Cortez – CPF nº: 538.000.951-49 - e-mail: cortez.alessandra@gmail.com - celular: 66 99955 7636 - endereço: Rua Vanor Lauro de Mello, 83N.

XII – REPRESENTANTES DO SEGMENTO PROFISSIONAIS EDUCAÇÃO ESTADUAL:

a) Titular: Claudiane Souza Carvalho Ungaratti – CPF nº: 025.502.651-06 e-mail: Claudiane_raul@outlook.com - celular: 66 99671 6309 - endereço: Rua Serra Negra, 26, W, Módulo 06. b) Suplente: Marcos Vinícius Bezerra de Souza – CPF nº: 010.881.001-12 - e-mail: academicomarcosgeografia@gmail.com - celular: 66 99904 3473 - endereço: Rua Japurá, 56 W – Módulo 05.

XIII- REPRESENTANTES DO SEGMENTO DIRETORIA REG. DE EDUCAÇÃO (CEFAPRO):

a) Titular: Antonio Carlos Faneca Santos – CPF nº: 342.904.512-68 - e-mail: carlos_fane_ca@hotmail.com - celular: 66 98119 7919 - endereço: Rua Reinaldo Post, 89N – Módulo 04. b) Suplente: Jefferson Ribas da Silva – CPF nº: 964.666.001-06 - e-mail: kabar@hotmail.com - celular: (66) 98421 0346 - endereço: Rua Missionário Gunnar 1211 – Módulo 04.

XIV – REPRESENTANTES DO SEGMENTO PESTALOZZI:

a) Titular: Letícia Pardim - CPF: 036.117.091-23 - e-mail: letícia bu@hotmail.com - celular: (66) 99662 4521 - endereço: Rua Campo Mourão – Módulo 5. b) Suplente: Rosangela de Oliveira – CPF nº: 488.003.921-72 - e-mail: rosabranca1968@hotmail.com - celular: 66 999600761 - endereço: Rua Taubaté, 83 – Módulo 06.

XV – REPRESENTANTES SEGMENTO CÚRIA REGIONAL:

a) Titular: Paulo Alves Ferreira – CPF nº: 706.760.119-34 - e-mail: Paullomt@hotmail.com - celular: (66) 98131 3573 - endereço: Av. Guerino da Luz, 1983 – Setor Industrial. b) Suplente: Vera Lucia Gonçalves de Azevedo – CPF nº: 942.201.821-87 - e-mail: vera_izabela@hotmail.com - celu-

lar: (66) 99677 2630 - endereço: Rua Bispo Dom Franco Dalla Valle, 183 – módulo 03.

XVI – REPRESENTANTES DO SEGMENTO PROMOTORIA JUSTIÇA:

a) Titular: Tiago José Farias Simioni – CPF nº: 050.468.321-78 - e-mail: tiagosimioni2020@gmail.com - celular: (66) 984124008 - endereço: Av. Cuiabá s/n – módulo 5. b) Suplente: Inez Caroline Nogueira Machado – CPF nº: 048.196.271-98 - e-mail: imachado@mpmt.mp.br - celular: (66) 996579038 - endereço: Chácara nossa Senhora Aparecida.

XVII- REPRESENTANTES DO SEGMENTO CÂMARA MUNICIPAL:

a) Titular: Vanderlei Monteiro (Delei Locutor) – CPF nº: 513.898.271-00 - e-mail: diretoriageral@juina.mt.leg.br - celular: (66) 99972 2781. b) Suplente: Câmara Municipal Fabiano Aurelio Ribeiro – CPF nº: 040.213.691-80 - e-mail: diretoriageral@juina.t.leg.br - celular: (66) 98447 5548 - endereço: Câmara Municipal.

XVIII – REPRESENTANTES DO SEGMENTO PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

a) Titular: Elaine Aparecida de Vargas Witcel - CPF nº: 550.958.951-53 - e-mail: elainevargas.witcel@hotmail.com ou elainevargas.witcel@gmail.com - celular: 996468682 - endereço: Comunidade Nova Jerusalém – Chácara Boa Esperança. b) Suplente: Teresa Alves Moreira – CPF nº: 956.220.391-34 - e-mail: terejl1308@gmail.com - celular: (66) 996767073 - endereço: Rua Porecatu, 112N – Módulo 5.

XIX – REPRESENTANTES DO SEGMENTO EDUCAÇÃO BÁSICA:

a) Titular: Leida Oliveira da Silva - CPF: 890.907.801-49 - e-mail: leidafogassa@hotmail.com - celular: 999090437 - endereço: Rua Porto Alegre, 378N – Modulo 3. b) Suplente: Maicon Dione Sampaio de Mello - CPF: 044.036.911-88 - e-mail: maicond.sampaio@gmail.com - celular: 996560983 - endereço: Linha 3 – Terra Roxa.

Art. 2.º O Presidente e Vice-Presidente do Fórum Municipal Permanente de Educação serão escolhidos por seus membros, com a respectiva consignação em Ata, e o Secretário será designado dentre os membros, pelo Presidente, mediante Termo de Compromisso.

Art. 3.º Os membros do Fórum Municipal Permanente de Educação não serão remunerados pelos serviços prestados, mas a atuação de tais membros constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

Art. 4.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Juína-MT, 21 de outubro de 2021.

PAULO AUGUSTO VERONESE

Prefeito Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

PORTARIA Nº 247/2021, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO PARA OCUPAR O CARGO DE SUPERVISOR DO CREAS DO MUNICÍPIO DE JUSCIMEIRA SRº PAULO RENATO SANTOS CARDOSO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS:

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR o Srº Paulo Renato Santos Cardoso, brasileiro, solteiro , residente e domiciliado à Rua Filinto Muller nº 484, Centro, Juscimeira-MT, do **Cargo de Supervisor do CREAS**. Lotado na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Artigo 2º - Está Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de Outubro de 2021.

SILVANI GOMES DA SILVA SANTOS

Secretária de Desenvolvimento Social

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

EXTRATO 2º ADITIVO REQUILIBRIO FINANCEIRO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2020

PARTES: Prefeitura Municipal de Juscimeira e Russi & Russi Ltda

OBJETO: "Registro de Preços Para Futura e Eventual Aquisição De Combustível; Gasolina Comum, Etanol, Óleo Diesel Comum".

VALOR:

Etanol Comum R$ 4,570 (Quatro Reais, Cinquenta Sete Centavos)

Gasolina Comum R$ 6,090 (Seis Reais, Nove Centavos)

Óleo Diesel Comum R$ 4,840 (Quatro Reais, Oitenta Quatro Centavos)

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Moisés Dos Santos e Russi & Russi Ltda – CNPJ: 36.958.262/0002-91.

PORTARIA Nº 245/2021, 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE LOTAÇÃO DA SERVIDORA **SRª BEATRIZ CORREIA DA SILVA PEREIRA** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

RESOLVE:

Artigo 1º - Alterar a Divisão, Subdivisão, Local de Trabalho e Unidade Orçamentária da Servidora Efetiva **Srª Beatriz Correia da Silva Pereira – Matricula 2930.1** Cargo Oficial Administrativo a partir de 20/10/2021:

Lotação Anterior	Lotação Atual
000006 – Secretaria de Infraestrutura	000003 – Secretaria de Administração
000003 – Secretaria de Infraestrutura - Sede	000005 – Compras
000119 – Manut. e Encargo com Secretaria de Infraestrutura - Efetivo	000016 – Manut. Ativ. Secretaria Administração - Efetivo

Artigo 2º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 20 de Outubro 2021.

LEANDRO CARDOSO LEITÃO

Secretaria de Administração

MOISÉS DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT, EXTRATO DE RATIFICAÇÃO. A Prefeitura de Lambari d'Oeste/MT, através do seu Prefeito Municipal, vem publicar o Extrato de **RATIFICAÇÃO**, resultante do julgamento da INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021, cujo OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA COM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, PARA ELABORAÇÃO, MANEJO E ACOMPANHAMENTO JUDICIAL DE DEMANDA, EM FACE DA UNIÃO, COM O FITO DE RECUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS QUE NÃO FORAM REPASSADAS AO MUNICÍPIO, NOS ÚLTIMOS 05 (CIN-**

CO) ANOS, REFERENTE AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO (FPM), E A RETIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA QUE A UNIÃO REALIZE CORRETAMENTE OS PRÓXIMOS REPASSES DAS COTAS DO FPM, COM EFETIVA ATUAÇÃO EM QUALQUER JUÍZO. FAVORECIDO: ***MARCOS INÁCIO ADVOGADOS***, *pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Francisca Moura, nº 548, Bairro Centro, CEP 58013-441, João Pessoa/PB, inscrita no CNPJ nº 08.983.619/0001-75.* VALOR: a título de honorários advocatícios, o importe de cento e cinquenta reais (R$ 150,00) para cada hum mil reais (R$ 1.000,00) do proveito econômico da demanda. DATA DA RATIFICAÇÃO: 21/10/2021. Prefeito Municipal: **Marcelo Vieira Vitorazzi**. Lambari d'Oeste/MT, 21 de outubro de 2021.

PORTARIA Nº 282/2021, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 282/2021, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

Concede Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município, Art. 72, inciso III e, Art. 88 da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006, e Lei Municipal 682 de 19 de novembro de 2020.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-Maternidade a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

CHARLIENI FATIMA DE JESUS, COORDENADOR MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias conforme consta em Atestado médico a contar do dia 13/10/2021 a 10/04/2022;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia treze de outubro de dois mil e vinte e um, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Lambari d'Oeste/MT, em cumprimento à RATIFIFICAÇÃO procedida pelo Prefeito Municipal de Lambari d'Oeste/MT, faz publicar o extrato resumido do processo, de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2021, a seguir: OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA COM SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, PARA ELABORAÇÃO, MANEJO E ACOMPANHAMENTO JUDICIAL DE DEMANDA, EM FACE DA UNIÃO, COM O FITO DE RECUPERAÇÃO DAS DIFERENÇAS QUE NÃO FORAM REPASSADAS AO MUNICÍPIO, NOS ÚLTIMOS 05 (CINCO) ANOS, REFERENTE AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO (FPM), E A RETIFICAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO PARA QUE A UNIÃO REALIZE CORRETAMENTE OS PRÓXIMOS REPASSES DAS COTAS DO FPM, COM EFETIVA ATUAÇÃO EM QUALQUER JUÍZO.** VALOR: a título de honorários advocatícios, o importe de cento e cinquenta reais (R$ 150,00) para cada hum mil reais (R$ 1.000,00) do proveito econômico da demanda. Fundamento Legal: caput e inciso II, do art. 25, combinado com o parágrafo único do art. 26 e inciso III do art. 13, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como no Artigo 1º da Lei Federal nº 14.039, de 17 de agosto de 2020. Declaração de Inexigibilidade emitida pelo Presidente da Comissão Permanente e ratificada pelo Prefeito Municipal, Sr.º **Marcelo Vieira Vitorazzi**.

Lambari d'Oeste – MT, 21 de outubro de 2021.

CLAUDEMIR RODRIGUES JOVANO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 285/2021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 285/2021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Saúde à Servidora Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

CLAUDIA DE ANDRADE SANTANA, Artífice em copa e cozinha, Nível 02, Classe "b", lotada na Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, no período de 90 (noventa) dias, do dia 18/10/2021 a 15/01/2022, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos aos dezoito dias do mês de outubro de 2021, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 286/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 286/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Saúde a Servidora Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

MARCILEIA PEREIRA LOPES, PROFESSOR LIC. PLENA EM PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR, Nível "02", Classe "B", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no período de 180 (CENTO E OITENTA) dias, do dia 15/10/2021 a 23/03/2022, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia quinze de outubro de 2021, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 281/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

***ADIR DE SOUZA LEITE, FISCAL SANITÁRIO,* Nível "6", Classe "B", lotado na Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/11/2021 a 29/01/2022, conforme período aquisitivo de 01/04/2009 à 01/04/2014.**

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rúbrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia primeiro do mês de novembro. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de outubro de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 287/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 287/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Saúde ao Servidora Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que específica:

CLAUDENICE DA SILVA CANDIDO, ARTIFICE EM COPA/COZINHA, Nível "07", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no período de 60 (SESSENTA) dias, do dia 17/10/2021 a 15/12/2021, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia dezessete de outubro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 280/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 280/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença-prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

***DELVAN BARTOLOMEU DE SOUZA, GUARDA MUNICIPAL,* Nível "5", Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 29/10/2021 a 27/01/2022, conforme período aquisitivo de 01/06/2012 à 01/06/2017.**

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rúbrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Orçamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

Art. 4º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia vinte e nove do mês de outubro. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos dezoito dias do mês de outubro de 2021.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 279/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 279/2021, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

Concede FÉRIAS aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: IONICE CANDIDA DE SOUZA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 17/07/2019 À 17/07/2020

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ISRAEL SEBASTIÃO TENÓRIO

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 24/08/2016 À 24/08/2017

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JESSICA PEREIRA DE SOUZA

Órgão/Unidade: SEMPAS

Período aquisitivo: 10/01/2020 À 10/01/2021

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOVELINO FERREIRA DE SOUZA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 13/05/2015 À 13/05/2016

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 30 (trinta)

Servidor: LUCIANA BATISTA DA SILVA

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 06/11/2019 À 06/11/2020

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 20 (vinte)

Abono Pecuniário: 10 (dez)

Servidor: SILVANA PEREIRA DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 29/03/2020 À 29/03/2021

Período de gozo: 01/11/2021 À 30/11/2021

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 288/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 288/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Concede Licença-Saúde ao Servidora Pública Municipal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município e Art. 72, inciso I, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, segundo o que menciona, na forma que específica:

EDNA DOS SANTOS, ARTIFICE EM COPA/COZINHA, Nível "06", Classe "A", lotada na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no período de 30 (TRINTA) dias, do dia 19/10/2021 a 19/11/2021, conforme consta em atestado Médico;

Art. 2º - Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia dezenove de outubro de 2021. Revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 278/2021, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 278/2021, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

"Nomeia Médico responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar /AIH e, de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, segundo o que menciona".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, nos termos da Norma Operacional Básica /SUS -01/93, constante no Anexo Único da Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993, do Ministério de Estado da Saúde,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o Médico **VICTOR FELIPE FERREIRA MACHADO,** CPF: 035.804.991-14, RG: 1698260-6 e CRM/MT 11941,conforme Prestação de Serviços Técnicos Especializados, referente à Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar/AIH e de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, em cumprimento as exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, emanadas dos órgãos competentes, para operacionalização do Sistema Único de Saúde/SUS, de acordo com o processo de municipalização sob condição de gestão parcial.

Art. 2° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 289/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 289/2021, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Nomeia Comissão Processante e Instaura Processo Administrativo Disciplinar n° 001/2021 para apurar denúncia em face do Senhor **ISRAEL SEBASTIÃO TENÓRIO**, Técnico de Enfermagem (efetivo) do Município de Lambari D'Oeste / MT, e dá outras Providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI**, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO as informações contidas nos **Autos de Inquérito Policial n° 81.4.2021.17674 (I.P. 67/2021)**, que indica que o Servidor **ISRAEL SEBASTIÃO TENÓRIO**, efetivo no cargo de Técnico de Enfermagem, em tese, praticou crime de FURTO QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA (Art. 155, § 4°, II, do CP);

CONSIDERANDO que após o recebimento dos Autos de Inquérito Policial n° 81.4.2021.17674 (I.P. 67/2021), foram nomeados três membros do quadro de Servidores Efetivos para comporem a Comissão Processante;

CONSIDERANDO que para compor a Comissão Processante elegem Presidente, Secretário e Membro;

CONSIDERANDO que foram cumpridas todas as exigências previstas na Lei Complementar 025/2006;

R E S O L V E:

Art. 1º - INSTAURAR o competente **PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR** em desfavor de **ISRAEL SEBASTIÃO TENÓRIO** (matrícula 215), Servidor Público do Cargo Efetivo de Técnico de Enfermagem, a fim de apurar o crime de FURTO QUALIFICADO PELO ABUSO DE CONFIANÇA, conforme os Autos de Inquérito Policial n° 81.4.2021.17674 (I.P. 67/2021).

Art. 2° - NOMEAR a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) os seguintes servidores:

CARLOS SILVA CRUZ – CPF: 001.385.751-77 (PRESIDENTE);

ADRIANA APARECIDA LUIZ – CPF: 992.101.261-49 (SECRETÁRIA)

MARCIA REGINA ALVES LOPES – CPF: 887.524.701-30 (MEMBRO)

Art. 3° FIXAR o prazo de 60 (sessenta) dias para a apuração dos fatos pela Comissão Processante, a contar da publicação da presente portaria em órgão oficial, com fulcro no artigo 189 e seguintes do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei n° 025/2006), podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias conforme o Art. 198 da mencionada Lei, em caso de necessidade justificada.

Art. 4° - DETERMINAR que sejam juntados ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD), ora instaurado todos os documentos necessários à instrução do mesmo que possam indicar eventual responsabilidade, ou ausência desta, do servidor processado, sendo identificado, a partir de agora, pela sigla e número "PAD n.º 001/2021".

Art. 5° - NOTIFIQUE-SE a Comissão designada no artigo 2.º desta Portaria, para que dê início imediato aos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 6° - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 277/2021, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 277/2021, DE 15 DE OUTUBRO DE 2021

"Revoga a Portaria 095/2021 que nomeia Médico responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar /AIH e, de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, segundo o que menciona".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e, nos termos da Norma Operacional Básica /SUS -01/93, constante no Anexo Único da Portaria nº 545, de 20 de maio de 1993, do Ministério de Estado da Saúde,

R E S O L V E:

Art. 1º Revogar a Portaria n° 095/2021 quenomeia a Médica **GISELLY DA SILVA LARA PICADA,** conforme Prestação de Serviços Técnicos Especializados, referente à Secretaria Municipal de Saúde, como responsável pela emissão de Autorização de Internação Hospitalar/AIH e de Autorização de Procedimentos Ambulatoriais de Auto Custo/APA no Município, em cumprimento as exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, emanadas dos órgãos competentes, para operacionalização do Sistema Único de Saúde/SUS, de acordo com o processo de municipalização sob condição de gestão parcial.

Art. 2° – Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do poder Executivo, em Lambari D'Oeste – MT, aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 283/2021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

PORTARIA Nº 283/2021, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021

"Altera a Portaria n° 263/2021 pelo período de 180 dias, e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

CONSIDERANDO a Portaria n° 282/2021 que Concede Licença Maternidade a Servidora Charliene Fatima de Jesus, Coordenadora Municipal de Educação Infantil.

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar a portaria n° 263/2021, que nomeia GISELE CARVALHO ALVES DA SILVA como Coordenadora Municipal de Educação Infantil, pelo período de 180 dias a contar de 13/10/2021 a 10/04/2021, em caráter de substituição a Coordenadora Municipal de Educação Infantil,

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos no dia treze de outubro de 2021. revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 284/2021, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021

PORTARIA Nº 284/2021, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021

"Altera a Portaria n° 264/2021 determinando novo prazo de vencimento, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **MARCELO VIEIRA VITORAZZI,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos, VI e IX, combinado com o art. 90, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município e Art. 11, inciso II, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

CONSIDERANDO a alteração para o aumento de prazo para Suplente Poliana Mendes da Silva que será válida por mais 30 dias, tendo em conta a Portaria n° 279/2021 que concede Férias a Servidora Jéssica Pereira de Souza durante o período de 01/11/2021 a 30/11/2021,

R E S O L V E:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 30 dias a contar de 01/11/2021 a 30/11/2021 a Portaria n° 264/2021, que nomeia a servidora POLIANA MENDES DA SILVA em caráter temporário e em substituição a Membro Titular Jéssica Pereira de Souza/ Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, de Lambari D'Oeste.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando seus efeitos a partir do dia primeiro de novembro de dois mil e vinte e um, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

MARCELO VIEIRA VITORAZZI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10721 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Concessão plena de serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o **Srº. EDUARDO ANTONIO AMANCIO DA SILVA**, Engenheiro Sanitarista, CPF nº 013.864.231-14, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato de Concessão plena de serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário entre a Prefeitura Municipal de Matupá e Aegea Saneamento e Participações S.A.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução do contrato, e emitirá relatório, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **deverá ser enviado** a Secretaria Municipal de Administração para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10719 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas e Contratos, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o ***SR. THIAGO VIEIRA DO NASCIMENTO***, Analista Administrativo, portador do CPF nº 036.655.251-10, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrados com o município.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 045/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CARGA PESADA EQUIPADO COM PRANCHA PARA TRANSPORTE DAS MAQUINAS PESADAS DA FROTA DO MUNÍCIPIO DE MATUPÁ/MT"**, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **AET-X LOCACAO E TERRAPLANAGEM LTDA** - CNPJ N° 40.022.084/0001-89 COM VALOR TOTAL DE R$ 86.700,00. Matupá – MT, 21 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 044/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS**

PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **JACKERSON ZANCHINI DOS SANTOS - CNPJ N°** 37.609.841/0001-00 COM VALOR TOTAL DE R$ **149.609,90.** Matupá – MT, 21 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10718 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas e Contratos, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o ***SR. LUCAS RAUL FERNANDES***, Coordenador de Departamento, portador do CPF nº 091.055.239-82, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrados com o município.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezenove dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº. 10720 DE 19 DE OUTUBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE A AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO NO HISTÓRICO FUNCIONAL DA SERVIDORA MARIA APARECIDA MESTRE."

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando o artigo nº 154 da Lei Complementar Municipal n°. 081/2013, de 15 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matupá– MT;

RESOLVE:

ART. 1° - Averbar o tempo de contribuição, conforme a Certidão de Tempo de Contribuição emitida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social com número de protocolo INSS Nº 10021080.1.00015/18-0, em favor da servidora MARIA APARECIDA MESTRE, portadora do RG nº 22634460 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 812.859.659-49, residente e domiciliado no Município de Matupá, servidora efetiva, no cargo de Técnica de Enfermagem, Classe A, nível 02, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, **conforme processo Administrativo de Averbação nº 009/2021**.

ART. 2º **-** O total de tempo averbado das certidões de Contribuição compreende **2.378 dias líquidos, correspondente a 06 (seis) anos, 06 (seis) meses e 08 (oito) dias.**

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Matupá - MT, em 19 de outubro de 2021.

BRUNO SANTOS MENA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE

Marylaine de Lima Santana

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10692 DE 01 DE OUTUBRO DE 2021.

"CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ***FUNÇÃO GRATIFICADA – FG 02- R$ 900,00)***, conforme Anexo VI do PCCV, a servidora ***GENI TEIXEIRA FERREIRA, RECEPCIONISTA,*** onde junto a Secretaria Municipal de Administração, ficará responsável pelo apoio ao Lar dos Idosos no município.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de outubro, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10683 DE 01 DE OUTUBRO DE 2021

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a Portaria n° 10542 de 01 de setembro de 2021, a qual concedia Função Gratificada (R$ 900,00), conforme PCCV, ao servidor **DIONISIO PEREIRA JORGE**, junto a Secretaria Municipal de **MEIO AMBIENTE**, onde estava responsável pelo aterro sanitário.

Art. 2º - Nomear o Srº. **DIONISIO PEREIRA JORGE** a exercer o cargo de **ADJUNTO IMEDIATO**, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**, o qual assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços prestados.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 01 de outubro do ano corrente, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

-Prefeito Municipal de Matupá-

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10662 DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

*"Concede **RETORNO DELICENÇA SAÚDE**a servidora **ANA MARIA DE JESUS MOURA,*** no cargo de ***PROFESSOR*** e dá outras providências*".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE* a servidora *ANA MARIA DE JESUS MOURA,* matrícula nº 0004, lotado junto a Secretaria Municipal de Educação e Desporto a partir do dia 06 de setembro de 2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 27 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10657 DE 27 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de servidor público responsável pelo acompanhamento e fiscalização de Atas e Contratos, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o dever das Secretarias Municipais de manter o controle e a transparência dos gastos públicos, e zelar pela qualidade das compras e serviços;

Tendo em vista o cumprimento do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***SRª. ELAINE ROCHA TUSSI***, Adjunto Imediato, portador do CPF nº 047.956.221-08, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização das atas e contratos, celebrados com o município.

Art. 2º - O servidor deverá acompanhar o desenvolvimento da execução dos contratos, e emitirá quadrimestralmente relatório, ou excepcionalmente, quando necessário, contendo anotações das ocorrências relevantes e documentando eventuais faltas ou defeitos observados, assumindo total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objetos desta nomeação.

Parágrafo único – O relatório **quadr**imestral deverá ser enviado ao Departamento de Licitações e Contratos para apreciação e providências quando julgadas necessárias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se - Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PORTARIA Nº 10661 DE 27 DE SETEMBRO DE 2021

*"Concede **RETORNO DELICENÇA SAÚDE**ao servidor **RENATO FERNANDES DE SOUZA,*** no cargo de ***FISCAL DE VIGILANCIA SANITARIA*** e *dá outras providências".*

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder***RETORNO DE LICENÇA SAÚDE* ao servidor *RENATO FERNANDES DE SOUZA,* matrícula nº 3470, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir do dia 13 de setembro de 2021.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor no dia 27 de setembro do ano corrente, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se

Publique-se

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 047/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 09 **de novembro de 2021 às 09h30min** na sede da Prefeitura Municipal, a "PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE ANESTESISTA PARA CIRURGIAS ELETIVAS E DE SOBREAVISO, AUXILIAR CIRÚRGICO EM CIRURGIAS ELETIVAS E PARA AUTORIZADOR DAS INTERNAÇÕES HOSPITALARES EM ATENDIMENTO AO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT". Maiores informações através do Edital nº. 0112/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 21 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE CREDENCIAMENTO 05/2021 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados o processo licitatório do tipo chamada pública visando o CREDENCIAMENTO DAS EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TOMOGRAFIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA ENCAMINHADOS PELO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. O envelope contendo os documentos de habilitação e a proposta de adesão será recebida pela Comissão Permanente de Licitação, no período de 28/10/2021 à 28/12/2021, das 08h00 às 11h00 (horário de Mato Grosso), de segunda-feira a sexta-feira. Maiores informações através do Edital nº. 0113/2021, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fone (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT. 21 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA – Presidente Substituta da Comissão de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
DECRETO Nº 3838 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2021 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a homologação do Processo Seletivo Simplificado 001/2021, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso no dia 19/02/2021;

CONSIDERANDO a necessidade do provimento de Cargos públicos temporários;

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2021, para o Cargo constante na relação do Anexo II, do presente Decreto, para se apresentarem na Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal, situado a Avenida Deputado Sebastião Alves Júnior, nº 106, Bairro Setor Industrial, Matupá – MT, fone: (66) 3595-2560, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da data da publicação, no horário das 07:00 às 11:00 e das 13:00 a 17:00 horas, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de procuração.

Art. 2º. Os candidatos deverão se apresentar com fotocópias da documentação devidamente autenticadas via cartório ou fotocópias com originais, os quais constam no Anexo I deste Decreto.

Art. 3º. Se o candidato convocado não se apresentar para a entrega da documentação ou apresentar a documentação de forma incompleta, no prazo estabelecido por este Decreto, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Processo Seletivo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

Registre-se; Publique-se.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

ANEXO I

1- Cópia da Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

2- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

3- Cópia do Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF)

4- Cópia Título de Eleitor;

5- Cópia carteira de trabalho **(constando número e data de emissão)**;

6- Cópia Cartão **PIS/PASEP**;

7- Cópia da Certidão de Casamento **ou** Nascimento;

8- Cópia da Certidão de Nascimento e **CPF** dos filhos (as) **dependentes**;

9- Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos (as) **menores de 05** anos **(constando a parte da frente e as vacinações)***;*

10- Comprovante de frequência Escolar dos filhos (as)*;*

11- *Endereço de e-mail* ***obrigatório***

12- 01 (uma) foto 3x4, colorida e recente;

13- Certidão de Regularidade Eleitoral; **www.tse.jus.br;**

14- Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado), site do Poder Judiciário- **www.tjmt.jus.br de 1º** e **2º** grau ou no **Fórum;**

15- Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse (**tirar na prefeitura**);

16- Atestado de Saúde Física e Mental **(por conta do contratado);**

17- Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se **comprovante de quitação de anuidade, certidão de regularidade Administrativa e Financeira (Conselho) e carteirinha autenticadas (Só para casos de carteirinhas do profissional)**;

18- Cópia da Certidão de **Reservista** (quando do **sexo masculino**);

19- Cópia **Autenticada** do Comprovante de Escolaridade (**Histórico escolar** e **Diploma)**, para concursados e seletivo conforme exigência do cargo ao qual concorre devidamente registrado pelo MEC;

20- Cópia do comprovante de **endereço residencial atualizado ou** caso em outro nomeacompanhado de declaração assinada.

21- Declaração negativa de não acúmulo de cargo **público ou privado**;

22- Declaração de Bens;

23- Cópia do CPF e RG do Cônjuge*;*

24- Cópia da conta bancária (Banco do Brasil)*;*

25- Cópia ou Número de Inscrição do CPF de Pai e Mãe*;*

26- Número para contato*;*

27- Cópia da carteira de Motorista autenticada (**no caso de motoristas**);

28- Cópia do Curso de condutores de veículo **Transporte Escolar** assinado pelo Órgão Competente (**no caso de motoristas**).

ANEXO II

CARGO: AUXILIAR DE CRECHE - ZONA URBANA

NOME	RG	NOTA	CLASSIFICAÇÃO	SITUAÇÃO
RAYSSA RIBEIRO DA SILVA	3084041-4	17	47º	Classificado (a)
TAISA VIEIRA DA SILVA SANTIAGO	23586680	17	48º	Classificado (a)
MILENA DA SILVA SOUZA	30934982	17	49º	Classificado (a)
MABIA GONCALVES FERREIRA	31062792	17	50º	Classificado (a)
LAIS DA SILVA CARLETTO	26068133	17	51º	Classificado (a)
LISLEI MATOS GONÇALVES	1335666	17	52º	Classificado (a)

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal de Matupá

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 10706 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre nomeação de Profissional Habilitado para Acompanhamento e Fiscalização de Obras e Serviços, e dá outras providências".

BRUNO SANTOS MENA, Prefeito Municipal de Matupá - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a ***Srº. THIERRY CLEMENTE DIAS GUERRA SEMENSATO***, Engenheiro Civil, 121362895-4/MT, para acompanhamento e fiscalização da seguinte obra:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 084/2021, TOMADA DE PREÇO 09/

2021, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços. Contrato nº 142/2021;

Art.2º O **presenteprofissional promoverá o acompanhamento e fiscalização** dos serviços**, onde emitirá parecer sobre o andamento dos serviços quando solicitado, efetuará medições para pagamento e** assume total responsabilidade pelo bom desempenho dos serviços objeto desta nomeação.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrario.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

BRUNO SANTOS MENA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 142/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: *Constitui objeto deste Contrato***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA NA ESCOLA MUNICIPAL MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT.Contidas nos anexos do Edital 084/2021, TOMADA DE PREÇO 09/2021, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.**

CONTRATADA: CONSTELLA CONSTRUTORA EIRELI

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 1.133.705,26 (um milhão, cento e trinta e três mil, setecentos e cinco reais e vinte e seis centavos).**

Assinatura: 18/10/2021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N º 143/2021

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: *Constitui objeto deste Contrato*, **"DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A REVISÃO DOS 40.000 KM COM A FINALIDADE DE MANTER A GARANTIA DE FÁBRICA DO VEÍCULO SPRINTER PLACA RAN5C15 EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL**",de acordo com o termo de referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes da respectiva **Dispensa de Licitação 049/2021.**

CONTRATADA: RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS CIRASA S.A.

Valor/Global: **O valor total estimado para esta contratação é de R$ 2.618,14** (dois mil e seiscentos e dezoito reais e quatorze centavos).

Assinatura: 19/10/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 043/2021

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou na sede da Prefeitura Municipal, o **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE SERRALHEIRO NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DA ÁRVORE DE NATAL DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"**, aonde consagrou-se vencedor o Licitante: **JOAO PAULO DE ANDRADE BELO 99596288172** - CNPJ N° 30.825.739/0001-01 COM VALOR TOTAL DE R$ 12.500,00. Matupá – MT, 21 de outubro de 2021. ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO RESULTADO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

PUBLICAÇÃO RESULTADO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

DISPENSA 007/2021

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às 09h00 (nove) horas na sala de licitação do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste - MT, presidente **NEY DA SILVA SILVA BRAGA**,reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, composta por**: ELENIR PEREIRA, VALTER LUIZ NAZARIO,** Membros,designado pela **portaria n.º 021/2021, de 26/02/2020**, para analisar e julgar as propostas referentes ao objeto da **DISPENSA N.º 007/2021, cujo objeto trata-se da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE GERAÇÃO E ARMAZENAMENTO EM NUVEM DE COPIA DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE FATURAMENTO/ATENDIMENTO, DADOS DOS CONSUMIDORES, CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, TESOURARIA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS, ALMOXARIFADO, FROTAS PATRIMÔNIO PÚBLICO, PROTOCOLO E PROCESSOS, CONTROLE INTERNO, ARRECADAÇÃO E SISTEMA DE LEITURAS (READER).** Até o momento marcado para abertura das propostas, a empresa entregou todos os documentos no **SAEMI** manifestaram-se interessadas todas as empresas convidadas. Na data e hora marcada foi dado início aos trabalhos pela comissão de licitação e diante da verificação dos documentos apresentados **ILMO Sr. PRESIDENTE.** Submetemos à apreciação de V.Sª, os documentos constantes da licitação realizada nesta data, na qual a firma, **JRP TECNOLOGIA EIRELI** foi a que apresentou melhor preço e condições para a prestação de serviços. A empresa **JRP TECNOLOGIA EIRELI** ganhou a dispensa, perfazendo um total de **R$ Valor Total de R$12.050,00 (doze mil e cinquenta reais), que deverão ser pagos em 12 parcelas mensais iguais de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais),**o valor global. Os gastos correrão à conta da respectiva dotação orçamentária, ou seja: **33.90.40.** A Comissão Permanente de Licitação, considerando os resultados supracitados, decidiu pela adjudicação dos menores preços unitários apresentados e consequentemente pelo valor GLOBAL. Concluído os trabalhos o Presidente da Comissão. Encerrado o prazo para recurso será o processo encaminhado à autoridade superior para homologação. Sem mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião as 09h45 (nove horas e quarenta e cinco minutos) da qual, eu Vanessa Gonçalves Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Mirassol D´Oeste, Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

Presidente: Nome: NEY DA SILVA BRAGA JUNIOR Membros: **Nome: ELENIR PEREIRA**	Ass.: -
Nome: VALTER LUIZ NAZARIO	Ass.:-
	Ass.: -

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 566 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

NOMEIA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE INTERLOCUTORA MUNICIPAL DE TURISMO NO ÂMBITO DA URT DE TURISMO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, Prefeito do Município de Mirassol d'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Termo de Aceite e Responsabilidade firmado entre Empaer - MT e este município para o desenvolvimento do Turismo local e regional apresentado no Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora pública **ANA MARIA DE JESUS PIRES**, matrícula 000579, lotada na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, para ocupar a função de interlocutora municipal de turismo, atendendo a Alínea 3 do Termo de Aceite e Responsabilidade no âmbito do Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo, apresentado pela Empaer-MT em parceria com o Consórcio Complexo Nascentes do Pantanal, passando a ser a coordenadora, articuladora e responsável pelas ações do Plano.

Art. 2° - A servidora supracitada durante o período de duração do Plano de Desenvolvimento Regional do Turismo, se responsabilizará pelo levantamento de informações solicitadas pela equipe da Empaer-MT, acompanhar os trabalhos, fornecer informações, realizar visitas, recepcionar técnicos, produtores, autoridades e imprensa em geral para divulgação da tecnologia empregada, participar de treinamentos e capacitações.

Art. 3º - Para contato oficial, envio de informações e comunicado referente ao Plano deverá ser utilizado o seguinte endereço eletrônico: turismo@mirassoldoeste.mt.gov.br .

Art. 4º - Na ausência e impedimentos da nomeada no artigo 1ª desta portaria, fica desde já nomeado em substituição, o servidor **EVERSON CUSTÓDIO DO NASCIMENTO**, matrícula 001176, cargo Técnico Agrícola**,** lotado da Secretaria de Desenvolvimentos Sustentável.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho, em 21 de outubro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO Nº 4.091 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, **Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e,**

CONSIDERANDO o feriado municipal do dia 28 de outubro (quinta-feira), Aniversário do Município de Mirassol d'Oeste/MT e feriado nacional do dia 02 de novembro (terça - feira), Dia de Finados;

R E S O L V E:

Art. 1º - Estabelecer Ponto Facultativo nos dias 29 de outubro de 2021 **(sexta-feira), e** 01 de novembro de 2021 (segunda-feira) no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Autárquica do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º **- Serão preservados o funcionamento dos serviços considerados essenciais afetos aos órgãos ou unidades da administração direta e indireta do município, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos (atendimento de urgência e emergência médica, fornecimento de água tratada, coleta de lixo, entre outros).**

Parágrafo Único - Cada organismo estabelecerá suas escalas de serviços ou plantões, e/ou obedecerão seus calendários anteriormente estabelecidos, com vistas ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 20 de outubro de 2021.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Prefeito

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°007/2021

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°007/2021

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE GERAÇÃO E ARMAZENAMENTO EM NUVEM DE COPIA DE SEGURANÇA DOS SISTEMAS DE GESTÃO DE FATURAMENTO/ATENDIMENTO, DADOS DOS CONSUMIDORES, CONTABILIDADE, RECURSOS HUMANOS, PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, TESOURARIA, LICITAÇÕES, COMPRAS, CONTRATOS, ALMOXARIFADO, FROTAS PATRIMÔNIO PÚBLICO, PROTOCOLO E PROCESSOS, CONTROLE INTERNO, ARRECADAÇÃO E SISTEMA DE LEITURAS (READER), em observância aos artigos 1° e 2° da Lei Ordinária nº 1.396/2016.

DECRETA:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de junho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER *Esteves Pedro Colnago Junior*

...

Art. 24. É dispensável a licitação: (Vide Lei nº 12.188, de 2.010) Vigência

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

FORNECEDOR:

NOME: JRP TECNOLOGIA EIRELI, Rua Arthur Xavier, n°555, Centro, CEP:78.260-000, Rua Arthur Francisco Xavier, n°555, Bairro: Centro, Araputanga-MT, inscrita no CNPJ:05.409.467/0001-03.

Valor Total de R$12.050,00 (doze mil e cinquenta reais), que deverão ser pagos em 12 parcelas mensais iguais de R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Mirassol d' Oeste – MT, 14 de outubro de 2021.

_____

JOÃO LUCIANO DE OLIVEIRA

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°006/2021

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE LIMPA FOSSA**, em observância aos artigos 1° e 2° da Lei Ordinária nº 1.396/2016.

DECRETO Nº 9.412, DE 18 DE JUNHO DE 2018

Atualiza os valores das modalidades de licitação de que trata o art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput,** inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 120 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 , ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Brasília, 18 de junho de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER *Esteves Pedro Colnago Junior*

Art. 24. É dispensável a licitação: (Vide Lei nº 12.188, de 2.010) Vigência

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente; (Redação dada pela Lei nº 9. 648, de 1998)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

FORNECEDOR:

NOME DO CREDOR: CLAUDINEI GONÇALVES FERNANDES

CNPJ:33.691.015/0001-00 ENDEREÇO: RUA FRANCISCO BOTELHO NETO, N°25, MIRASSOL D'OESTE-MT, CEP:78.280-000.

VALOR TOTAL: R$16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), divididos em horas para 12 meses.

Mirassol d' Oeste – MT, **14 de outubro de 2021.**

_____

JOÃO LUCIANO DE OLIVEIRA

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PUBLICAÇÃO RESULTADO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO
DISPENSA 006/2021

PUBLICAÇÃO RESULTADO ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO

DISPENSA 006/2021

Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às 08h00 (oito) horas na sala de licitação do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste - MT, presidente **NEY DA SILVA SILVA BRAGA**,reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação, composta por**: ELENIR PEREIRA, VALTER LUIZ NAZARIO,** Mem-

bros,designado pela **portaria n.º 021/2021, de 26/02/2020**, para analisar e julgar as propostas referentes ao objeto da **DISPENSA N.º 006/2021, cujo objeto trata-se da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DE LIMPA FOSSA.** Até o momento marcado para abertura das propostas, a empresa entregou todos os documentos no **SAEMI** manifestaram-se interessadas todas as empresas convidadas. Na data e hora marcada foi dado início aos trabalhos pela comissão de licitação e diante da verificação dos documentos apresentados **ILMO Sr. PRESIDENTE.** Submetemos à apreciação de V.Sª, os documentos constantes da licitação realizada nesta data, na qual a firma, **CLAUDINEI GONÇALVES FERNANDES** foi a que apresentou melhor preço e condições para a prestação de serviços. A empresa **CLAUDINEI GONÇALVES FERNANDES** ganhou a dispensa, perfazendo um total de **R$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)** o valor global. Os gastos correrão à conta da respectiva dotação orçamentária, ou seja: **33.90.40.** A Comissão Permanente de Licitação, considerando os resultados supracitados, decidiu pela adjudicação dos menores preços unitários apresentados e consequentemente pelo valor GLOBAL. Concluído os trabalhos o Presidente da Comissão. Encerrado o prazo para recurso será o processo encaminhado à autoridade superior para homologação. Sem mais a tratar deu-se por encerrada a presente reunião as 08h45 (oito horas e quarenta e cinco minutos) da qual, eu Vanessa Gonçalves Ribeiro, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. Mirassol D´Oeste, Aos vinte e dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

Presidente: Nome: NEY DA SILVA BRAGA JUNIOR Membros: **Nome: ELENIR PEREIRA**	Ass.: -
Nome: VALTER LUIZ NAZARIO	Ass.:-
	Ass.: -

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

TABELA DE INSVESTIMENTO -2022

Tipo de Ativo	Carteira Atual	Limite Legislação	Limite Inferior	Alocação Objetivo	Limite Superior	Enquadramento
Títulos Públicos		100%	0%		100%	Art. 7º, I, "a"
Fundos 100% Títulos Públicos - Referenciado	52,79%	100%	0%	50%	100%	Art. 7º, I, "b"
Fundos de Índice 100% Títulos Públicos - Referenciado		100%	0%		100%	Art. 7º, I, "c"
Operações Compromissadas		5%	0%		5%	Art. 7º, II
Fundos Renda Fixa Referenciados	17,12%	60%	0%	10%	60%	Art. 7º, III, "a"
Fundos de Índice Renda Fixa Referenciados		60%	0%		60%	Art. 7º, III, "b"
Fundos de Renda Fixa	6,74%	40%	0%	5,00%	40%	Art. 7º, IV, "a"
Fundos de Índice de Renda Fixa		40%	0%		40%	Art. 7º, IV, "b"
Letras Imobiliárias Garantidas		20%	0%		20%	Art. 7º, V, "b"
Cédula de Depósito Bancario		15%	0%		15%	Art. 7º, VI, "a"
Poupança		15%	0%		15%	Art. 7º, VI, "b"
Cota Sênior de FIDC		5%	0%		5%	Art. 7º, VII, "a"
Fundos Renda Fixa "Crédito Privado"		5%	0%		5%	Art. 7º, VII, "b"
Fundo de Debêntures		5%	0%		5%	Art. 7º, VII, "c"
Fundos de Ações Referenciados	3,67%	30%	0%	5%	30%	Art. 8º, I, “a”
Fundos de Índices Referenciados		30%	0%		30%	Art. 8º, I, “b”
Fundos de Ações	8,59%	20%	0%	10%	20%	Art. 8º, II, “a”
Fundos de Índice de Ações		20%	0%		20%	Art. 8º, II, “b”
Fundos Multimercados	6,96%	10%	0%	0,1	10%	Art. 8º, III
Fundos de Participações		5%	0%		5%	Art. 8º, IV, “a”
Fundos de Investimentos Imobiliários		5%	0%		5%	Art. 8º, IV, “b”
Fundos de Ações - Mercado de Acesso		5%	0%		5%	Art. 8º, IV, “c”
Renda Fixa - Dívida Externa		10%	0%		10%	Art. 9º A, I
Fundos de Investimento no Exterior		10%	0%		10%	Art. 9º A, II
Ações - BDR Nível I	4,13%	10%	0	10%	10%	Art. 9º A, III

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGAO PRESENCIAL SRP N° 67/2021

O Município de Nobres - MT, através da Pregoeira Sra. Quézia da Rosa Ferreira, torna público, a **RETIFICAÇÃO NO Capitulo XIX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES, Letra (C) e do Termo de Referencia Anexo I,** (I DA JUSTIFICATIVA, ITEM 1.1.) , do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 67/2021**, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRANSITO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE NOBRES/MT.**

ONDE SE LÊ: XIX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes:

c) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte e instalação, carga e descarga, assistência técnica e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.

ONDE SE LÊ: ANEXO I: TERMO DE REFERENCIA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

1.1.Trata-se de contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais/placas, para posterior execução de serviços de sinalização viária vertical e horizontal no Município de Pato Branco – Paraná.

LEIA SE: XIX – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

19.1. São direitos e responsabilidades da CONTRATADA os seguintes:

c) Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela CONTRATANTE.

LEIA SE: ANEXO I: TERMO DE REFERENCIA ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

1.1.Trata-se de contratação de empresa para futuro e eventual fornecimento de materiais/placas, para posterior execução de serviços de sinalização viária vertical e horizontal no Município de Nobres/MT.

Como não houve alteração da proposta de preço a data e horário de abertura da sessão permanecerá para o dia 27/10/2021 as 08:00hs*, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de NOBRES, com sede na Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres/ MT. As demais clausulas permanecem inalteradas.*

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 07h00m as 11h00m e das 13h00m as 17h00m, através do telefone (65) 3376 - 4218 ou no site **www.nobres.mt.gov.br/transparencia**.

Nobres - MT, 21 de Outubro de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

LICITAÇÃO
RESULTADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 62/2021

A Comissão de Pregão – CAP, torna público para amplo conhecimento que a Licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 62/2021,cujo Objeto visa ***Futura E Eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - TECIDOS, AVIAMENTOS, MATERIAL PARA ARTESANATO E AFINS*, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, sagram-se vencedoras as empresas **ALTO GIRO ATACADO E DISTRIBUIDORA DE AVIAMENTOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ n°. 19.496.182/0001-61, com valor global de R$ 359.630,43 (trezentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e trinta reais com quarenta e três centavos), **CYAN PAPELARIA E MAT. DE INF. EIRELI**, inscrita no CNPJ nº. 20.357.366/0001-20, com o valor global de R$ 245.667,45 (duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sessenta sete reais com quarenta centavos)

Nobres/MT, 21 de Outubro de 2021.

Quézia da Rosa Ferreira

Pregoeira

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS - 2022

Política de Investimentos

2022

PREVI NOBRES

Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres

1. Introdução

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres, Previ Nobres, é constituído na forma da legislação pertinente em vigor, com caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira. Sua função é administrar e executar a previdência social dos servidores, conforme estabelece a Lei nº 1325/2014 e a Resolução CMN nº 3.992/2010 e posteriores alterações, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Previ Nobres. A presente Política de Investimentos (P.I.) foi discutida e aprovada pelo Conselho Previdenciário – Administrativo e Fiscal na reunião ordinária, que ocorreu em **21/10/2021**.

2. Definições

Ente Federativo: Município de Nobres, Estado do Mato Grosso

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nobres

CNPJ: 04.463.781/0001-01

Meta de Retorno Esperada: INPC + 5,40 a.a.

Categoria do Investidor: Investidor em Geral

3. Gestão Previdenciária

A adoção das melhores práticas de Gestão Previdenciária, de acordo com a Portaria MPS Nº 185, de 14 de maio de 2015, tem por objetivo incentivar o Previ Nobres a adotar melhores práticas de gestão previdenciária, que proporcione maior controle dos seus ativos e passivo e mais transparência no relacionamento com os segurados e a sociedade. Tal adoção garantirá que os envolvidos no processo decisório do Previ Nobres cumpram seus códigos de conduta pré acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete ao Comitê de Investimentos, a elaboração da Política de Investimento (P.I.), que deve submetê-la para aprovação ao Conselho Previdenciário – Administrativo e Fiscal, o agente superior nas definições das políticas e das estratégias gerais da Instituição.

Ainda de acordo com os normativos, esta P.I. estabelece os princípios e as diretrizes a serem seguidas na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração deste RPPS, visando atingir e preservar o equilíbrio financeiro e atuarial e a solvência do plano.

As diretrizes aqui estabelecidas são complementares, isto é, coexistem com aquelas estabelecidas pela legislação aplicável, sendo os administradores e gestores incumbidos da responsabilidade de observá-las concomitantemente, ainda que não estejam transcritas neste documento.

4. Comitê de Investimentos

De acordo com a Portaria MPS nº 519/11 e posteriores alterações, combinado com o Decreto 094/2018 o Comitê de Investimento do Previ Nobres é formado por 3 membros funcionários efetivos da Prefeitura Municipal, possuindo caráter deliberativo. O fato de em sua composição estarem presentes pessoas tecnicamente preparadas permite que ele seja responsável por zelar pela implementação desta P.I. e realizar recomendações junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Previdenciário – Administrativo e Fiscal. Neste colegiado, podem ainda participar especialistas externos para auxiliar em decisões mais complexas ou de volumes mais representativos.

O comitê de investimento é formado por 3 membros. A maioria dos membros do comitê são certificados conforme disposto a seguir:

Tipo de Certificação Profissional	Quantidade de Membros Certificados	Data de Vencimento da Certificação
Certificação Profissional ANBIMA: **CPA – 10**	2	26/01/2024 25/03/2024

5. Consultoria de Investimentos

A consultoria de investimentos terá a função de auxiliar o Previ Nobres no acompanhamento e monitoramento do desempenho do risco de mercado, do enquadramento das aplicações dos recursos e do confronto do retorno observado vis a vis o seu retorno esperado. Essa consultoria deverá ser cadastrada junto a CVM única e exclusivamente como consultora de valores mobiliários. O contrato firmado com a Consultoria de Investimentos deverá obrigatoriamente observar as seguintes Cláusulas:

5.1 - que o objeto do contrato será executado em estrita observância das normas da CVM, inclusive da INCVM nº 592/2017;

5.2 - que as análises fornecidas serão isentas e independentes; e

5.3. - que a contratada não percebe remuneração, direta ou indireta, advinda dos estruturadores dos produtos sendo oferecidos, adquiridos ou analisados, em perfeita consonância ao disposto no art. 18, III, “a” da Resolução CMN nº 3.922/10: Art. 18. Na hipótese de contratação objetivando a prestação de serviços relacionados à gestão dos recursos do regime próprio de previdência social: (...) III - a contratação sujeitará o prestador e as partes a ele relacionadas, direta ou indiretamente, em relação às aplica-

ções dos recursos do regime próprio de previdência social, a fim de que: a) não recebam qualquer remuneração, benefício ou vantagem que potencialmente prejudiquem a independência na prestação de serviço.

6. Diretrizes Gerais

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta P.I. buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do Previ Nobres, bem como procuram evitar a exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos traçados.

Esta P.I. entrará em vigor em 01 de janeiro de 2022. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 12 meses que se estende de janeiro a dezembro de 2022.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações e a Portaria MPS nº 519/11 e alterações que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios bem como parâmetros mínimos para as alocações de recursos e limites, utilização de veículos de investimento e a meta de rentabilidade.

Adicionalmente este documento trata da metodologia adotada para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, em consonância com as definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações.

Em havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta P.I. e os seus procedimentos serão alterados gradativamente, de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos, conforme definições constantes na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Previ Nobres, desde que este plano não seja contrário ao arcabouço legal constituído.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, o Previ Nobres deverá comunicar oficialmente a Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social do Ministério da Economia.

7. Modelo de Gestão

A gestão das aplicações dos recursos, de acordo com o Artigo 3º, §5º, Inciso II da Portaria MPS nº 519/11 e alterações, do Previ Nobres será própria, ou seja, o Previ Nobres realizará diretamente a execução da P.I. de sua carteira, decidindo sobre as alocações dos recursos e respeitados os parâmetros da legislação e definidos neste documento.

8. Segregação de Massa

O Previ Nobres não possui segregação de massa do seu plano de benefícios.

9. Meta de Retorno Esperado

Para o exercício de 2021 o Previ Nobres prevê que o seu retorno esperado será no mínimo INPC acrescido de uma taxa de juros de 5,40% a.a..

A escolha do INPC, justifica-se devido ao fato de este ser o mesmo índice de preços que a Prefeitura utiliza para conceder a reposição inflacionária anual do salário dos servidores, como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial

A escolha da taxa de juros real de 5,40%a.a. justifica-se como forma de coerência para evitar descasamento entre o crescimento do passivo atuarial e do ativo atuarial.

10. Aderência das Metas de Rentabilidade

As metas de rentabilidade definidas no item anterior estão aderentes ao perfil da carteira de investimento e das obrigações do plano.

Verificamos que a meta atuarial do Previ Nobres cresceu nos últimos três anos às seguintes taxas:

2018: 9,59% a.a.

2019: 10,98% a.a.

2020: 10,11%

Verificamos ainda que a rentabilidade da carteira nos últimos três anos está aderente à meta de rentabilidade escolhida, conforme o histórico abaixo:

2018: 8,79% a.a.

2019: 11,96% a.a.

2020: 4,45%

11. Carteira Atual

A carteira atual, de acordo com a tabela abaixo, demonstra os percentuais de alocação assim como os limites legais observados por segmento na data 31/08/2021.

SEGMENTO	LIMITE LEGAL (Resolução CMN N° 3.992/11)	CARTEIRA
Renda Fixa	100%	76,66 %
Renda Variável e Investimentos Estruturados	30%	19,22 %
Investimentos no Exterior	10%	4,13%

12. Alocação dos Recursos por Segmento de Aplicação

A análise e avaliação das adversidades e das oportunidades, observadas em cenários futuros, contribuem para a formação de uma visão ampla do Previ Nobres e do ambiente em que este se insere, visando assim a estabilidade e a solidez do sistema. O grau de maturação, suas especificidades, imposições legais e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos:

ü A alocação dos recursos nos diversos segmentos; ü Os limites mínimos, objetivos e máximos de aplicação em cada segmento; ü A seleção de ativos e/ou de fundos de investimentos; ü Os respectivos limites de diversificação e concentração.

13. Cenário

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer. O cenário utilizado corresponde ao Boletim Focus (17/09/2021) que representa a média das expectativas dos principais agentes de mercado.

14. Alocação Objetivo

A tabela a seguir apresenta a alocação objetivo e os limites de aplicação em cada um dos segmentos definidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações. Essa alocação tem como intuito determinar a alocação estratégica a ser perseguida ao longo do exercício desta Política de Investimento que melhor reflita as necessidades do passivo.

A alocação objetivo foi definida considerando o cenário macroeconômico e as expectativas de mercado vigentes quando da elaboração deste documento, conforme já descrito no item Cenário. De acordo com a tabela de alocação demonstrada acima, vale destacar que as aplicações previstas no Art. 7, incisos III e IV, subordinam que o regulamento do(s) fundo(s) pertencentes a esta estratégia determine:

I - Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, entre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco registrada na CVM;

II - Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controla-

da e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

15. Apreçamento dos Ativos Financeiros

Os títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras e fundos de investimentos, nos quais o Previ Nobres aplica seus recursos devem ser marcados a valor de mercado (exceto os ativos pertencentes às carteiras dos Fundos regidos pela Portaria MPS nº 65 de 26/02/2014 e os Títulos Públicos Federais contabilizados pelos custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos, em conformidade com a Portaria MF nº 04 de 05/02/2018), de acordo com os critérios recomendados pela CVM, pela ANBIMA e definidos na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações.

O método e as fontes de referência adotados para apreçamento dos ativos pelo Previ Nobres são os mesmos estabelecidos por seus custodiantes e estão disponíveis no Manual de apreçamento do custodiante.

É recomendado que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

No caso da aquisição direta de títulos públicos federais é de fundamental importância que no ato da compra sejam observadas as taxas indicativas e respectivos Preços Unitários (PUs) divulgados diariamente pela ANBIMA e, ainda, que além de efetuar a compra em plataformas eletrônicas e, consequentemente, custodiar os mesmos através do CNPJ do Previ Nobres no SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), ainda, deverá ser realizado, no dia da compra, a escolha do critério contábil que o título será registrado até o seu vencimento: ou será marcado a mercado, ou será marcado na curva, pela sua taxa de aquisição desde que realizado o estudo de ALM (Asset Liability Management).

16. Gestão de Riscos

Em linha com o que estabelece a Resolução CMN nº 3.922/2010 e alterações, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. O objetivo deste tópico é demonstrar a análise dos principais riscos destacando a importância de estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, legal, terceirização e sistêmico.

16.1.1. Risco de Mercado

O acompanhamento do risco de mercado será feito através do cálculo do *VaR* (*Value a Risk*) por cota, que estima, com base nos dados históricos de volatilidade dos ativos p

resentes na carteira analisada, a perda máxima esperada.

16.1.2. VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do cálculo do *VaR* por cota, com o objetivo do Previ Nobres controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios.

O controle de riscos (*VaR*) será feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE
Renda Fixa	5%
Renda Variável	20%
Investimentos no Exterior	20%

16.2. Risco de Crédito

16.2.1. Abordagem Qualitativa

O Previ Nobres utilizará para essa avaliação de risco de crédito os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características a seguir:

ATIVO	RATING EMISSOR	RATING EMISSÃO
Títulos emitidos por instituição não financeira	X	X
FIDC		X
Títulos emitidos por instituição financeira	X	

Os títulos emitidos por instituições não financeiras podem ser analisados pelo *rating* de emissão ou do emissor. No caso de apresentarem notas distintas entre estas duas classificações, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating.*

Posteriormente, é preciso verificar se o papel possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:

AGÊNCIA	FIDC	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	INSTITUIÇÃO NÃO FINANCEIRA
PRAZO	**-**	**Longo prazo**	**Longo prazo**
Standard & Poors	brA-	brA-	brA-
Moody's	A3.br	A3.br	A3.br
Fitch Ratings	A-(bra)	A-(bra)	A-(bra)
SR Ratings	brA	brA	brA
Austin Rating	brAA	brAA	brAA

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria grau de investimento e considerados como baixo risco de crédito, conforme definido na Resolução CMN nº 3.992/10 e alterações, desde que observadas as seguintes condições:

ü Os títulos que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria grau especulativo e não poderão ser objeto de investimento;

ü Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;

ü No caso de ativos de crédito que possuam garantia do Fundo Garantidor de Crédito – FGC, será considerada como classificação de risco de crédito a classificação dos ativos semelhantes emitidos pelo Tesouro Nacional, desde que respeitados os devidos limites legais;

ü O enquadramento dos títulos será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

No ato do Credenciamento de cada um dos gestores dos fundos de investimentos, também será verificado o *rating* de Gestão de cada um deles.

16.3. Risco de Liquidez

O risco de liquidez pode ser dividido em duas classes:

a) Possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo); b) Possibilidade de redução da demanda de mercado (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

a) Indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo)

A gestão do risco de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações depende do planejamento estratégico dos investimentos do plano. A aquisição de títulos ou valores mobiliários com prazo ou fluxos incompatíveis com as necessidades do plano pode gerar um descasamento.

b) Redução de demanda de mercado (Ativo)

A segunda classe de risco de liquidez pode ser entendida como a possibilidade de redução ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira. A gestão deste risco será feita com base no percentual da carteira que pode ser negociada.

O controle do risco de liquidez de demanda de mercado será feito por meio dos limites da tabela abaixo, onde será analisado o curto (de 0 a 30 dias), médio (de 30 dias a 365 dias) e longo prazo (acima de 365 dias).

HORIZONTE	PERCENTUAL MÍNIMO DA CARTEIRA
De 0 a 30 dias	90%
De 30 dias a 365 dias	0%
Acima de 365 dias	0%

16.4. Risco Operacional

Risco Operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Dessa forma a gestão desse risco será a implementação de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável. Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

ü A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;

ü O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;

ü Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e

ü Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo planejamento, execução e controle de investimento.

16.5. Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos do RPPS. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta o RPPS de responder legalmente perante os órgãos supervisores e fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que o RPPS tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, conforme definições na Resolução CMN nº 3.922/10 e alterações e demais normativos da Secretaria de Previdência do Ministério da Economia. A observância do ato de credenciamento e do estabelecimento mínimo dos dispositivos legais não impede que o RPPS estabeleça critérios adicionais, com o objetivo de assegurar a observância das condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na aplicação dos recursos, conforme já estabelecido nesse documento.

16.6. Risco Legal

O risco legal está relacionado a não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos.

O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

ü Da realização de relatórios de *compliance* que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelos Conselhos do Previ Nobres;

ü Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

16.7. Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando a mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise.

16.8. Risco de Desenquadramento Passivo – Contigência

Em havendo um eventual desenquadramento passivo nos recursos do Previ Nobres, o Comitê de Investimentos se reunirá para encontrar uma solução, sempre pensando na preservação do patrimônio e no equilíbrio financeiro e atuarial.

17. Considerações Finais

Este documento será disponibilizado por meio publicação em diário oficial do Estado, divulgação no site oficial do Previ Nobres e da Prefeitura Municipal para todos os servidores, participantes e interessados e os casos omissos deverão ser dirimidos pelo Conselho de Gestor.

De acordo com o parágrafo 3º, do Art. 1º, da Portaria nº 519/11, O relatório da política anual de investimentos e suas revisões, a documentação que os fundamenta, bem como as aprovações exigidas deverão permanecer à disposição dos órgãos de acompanhamento, supervisão e controle pelo prazo de 10 (dez) anos.

CONSELHO REPRESENTANTES DOS SEGURADOS

AGNALDO SOARES CAMPOS

ANA DARC DIAS DE CARVALHO

APARECIDA CAROLINA DE PINHO ROSA

DANIEL BARBOSA DE MELO_____

FERNANDO DE MORAES SILVA

MARIA DOLORES DE PAULA PEREIRA

CONSELHO REPRESENTANTES DO EXECUTIVO

AMILTON BARRETO DOS REIS

MARA LURDES OLHWEILER

CONSELHO REPRESENTANTES DO LEGISLATIVO

DHENER HEBART RIBEIRO_____

FLÁVIO VINÍCIUS RONDON MAYER

COMITÊ DE INVESTIMENTO

AGNALDO SOARES CAMPOS

ELIZABETH PEREIRA GOMES MACHADO

EDSON FRIEDRICH

Nobres, 21 de Outubro de 2021

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 001/2021

Aviso de Contratação Direta nº 001/2021

Local: NOBRES/MT

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE NOBRES-MT (PREVI-NOBRES)

Modalidade: Dispensa de Licitação

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 75, II

Tipo: Aviso de Contratação Direta

Data de propostas: 20/10/2021

Data de encerramento de propostas: 22/10/2021

Objeto: Contratação de Prestação de serviços de Assessoria Contábil e Financeira.

Informação complementar:

Email: previnobres@gmail.com

Nobres - MT, 19 de Outubro de 2021.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ORDEM DE SERVIÇO RETOMADA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO 018/2021

ORDEM DE SERVIÇO

RETOMADA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO CONTRATO 018/2021

EMPRESA LUCILENE PEREIRA RODRIGUES BARRA – ME

CNPJ sob o n°**24.604.722/0001-13**

Avenida Vereador Juliano da Costa Marques, nº 645, Cond. Pantanal I Apto 1401, sala2, Bairro Jardim Aclamação CEP: 78.050-253

Município de Cuiabá/MT

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021

PELO PRESENTE DETERMINO A VOSSA SENHORIA QUE PROCEDA SERVIÇO

CONFORME ABAIXO EXPOSTO.

Especificação dos serviços

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de elaboração de projetos de engenharia e meio ambiente com objetivo de ampliar a área do cemitério municipal visando atender a decisão impetrada pelo Ministério Públicos por meio de Ação Civil Pública nº 1032255-87.2020.8.11.0041 à Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento/MT, TERMO DE REFERENCIA Nº 046/2021 PROCESSO **ADMINISTRATIVO: 00958/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021**

PRAZO DE EXECUÇÃO: (DOIS MESES) A CONTAR DO DIA 05/10/2021

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT, 05 DE OUTUBRO 2021

Jodirce Gonçalina Faria Miranda

Sec. Munic. de Administração e Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 31/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: **ODENIL ALCANTARA DA SILVA**

OBJETO: Prorrogação do prazo

Cargo: Arquiteto Urbanista

Vigência: até 30 de dezembro 2021.

DOTAÇÃO: **08.001.04.122.2074.31.90.04 – 325.**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADA: **JOEMI BENEDITO DE ALMEIDA**

OBJETO: Prorrogação do prazo

Cargo: Geólogo

Vigência: até 30 de dezembro 2021.

DOTAÇÃO: **08.001.04.122.2074.31.90.04 – 325.**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 21 de Outubro de 2021

ERRATA CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 048 2021

***ERRATA* CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO 048 2021**

Contratação deempresa especializada em prestação de serviços técnicos especializados em consultoria na área de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para levantamento técnicos nas redes de computadores internas de cada órgão municipal e na nova rede urbana de comunicação de dados interligada com a Internet, visando integração, eficácia e eficiência em toda a rede de computadores municipal.QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA DARIO ZOZIMO REGO DAS NEVES ME CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001628/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO N0041/2021 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO FUNDAMENTO:

1.1 O presente contrato decorre do Processo Administrativo PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001628/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0041/2021 nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores, publicado a ratificação da Dispensa no dia 02 de julho de 2021 no Jornal AMM/MT Edição nº 3741.

DO OBJETO:

2.1 - ***Contratação deempresa especializada em prestação de serviços técnicos especializados em consultoria na área de Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação para levantamento técnicos nas redes de computadores internas de cada órgão municipal e na nova rede urbana de comunicação de dados interligada com a Internet, visando integração, eficácia e eficiência em toda a rede de computadores municipal***s, no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001628/2021, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0041/2021

VALOR TOTAL: R$ 29.664,00 (Vinte e Nove Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais)

ONDE SE LE

DA VIGENCIA CONTRATUAL:

A vigência deste contrato será de 10 (dez) meses a contar da sua assinatura.

LEIA-SE

DA VIGENCIA CONTRATUAL:

A vigência deste contrato será de 07 (sete) meses a contar da sua assinatura.

Nossa Senhora do Livramento, 27 de Julho de 2020

CONTRATANTE

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa: DARIO ZOZIMO REGO DAS NEVES ME

CNPJ sob o nº 08.884.184/0001-01

Representada pelo Senhor Dario Zozimo Rego das Neves

CPF nº 047.057.341-49 e RG: 873.456 SSPE/RE

DECRETO Nº 148

DECRETO Nº 148 , DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 - LEI N.939

Abre no orçamento vigente crédito adicional suplementar e da outras providências

DECRETA:

Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional suplementar na

importância de R$210.000,00 distribuídos as seguintes dotações:

Suplementação (+) 210.000,00

02 05 06 GESTÃO DO FUNDEB

185 12.365.0014.2104.0000 MANUT. DA EDUCAÇÃO INFANTIL PRE ESCOLA FUNDEB 140.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 19

152 12.361.0016.2011.0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40% 70.000,00

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO F.R.: 0 1 19

Artigo 2o.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos

provenientes de:

Excesso: 210.000,00

Fontes de Recurso

1 19 210.000,00

Artigo 3o.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 091/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2021

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 091/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2021

ADESÃO Nº 010/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório referente à **ADESÃO Nº 010/2021** - **cujo OBJETO e oREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,** utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 209/2020,** oriunda do **Pregão Presencial nº 065/2020** celebrado pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, conforme descrição do Item abaixo.

FORNECEDOR: **MACROPECAS MULTIMARCAS COMERCIO DE CAMINHOES E ONIBUS EIRELI.**

CNPJ nº: **07.838.209/0001-78**

VALOR GLOBAL: **R$ 358.530,00 (trezentos e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta reais)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO ESCOLAR NOVO, COR A DEFINIR, ANO 2020/2021, 46 LUGARES, SENDO 44 LUGARES NO SALÃO + 01 LUGAR PARA O MOTORISTA + 01 LUGAR PARA O AUXILIAR. AR CONDIOCNADO INTERNO/CONDENSADOR TETO. POTÊNCIA MINIMA DE 152CV, PBT DE NO MÍNIMO 8.500 KG, FREIO PNEUMÁTICO COM ABS, PORTA DOBRADIÇAS COM SISTEMA DOOR BRAKE, JANELA DE VIDROS MÓVEIS, POLTRONA DO MOTORISTA COM AMORTECIMENTO HIDRÁULICO, POLTRONA DOS PASSAGEIROS ESCOLAR SOFA 1000X800, TOMADA 12V NO PAINEL, SIRENE DE MARCHA RÉ, CÂMERA DE MARCHA RÉ COM MONITOR NO PAINEL, FAIXA ESCOLAR, REVESTIMENTO DAS POLTRONAS EM PLASTICO AZULÃO AMASSADO, E DEMAIS ACESSORIOS QUE ATENDAM AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ENTREGA DO VEÍCULO NO MUNICIPIO GUARANTA DO NORTE/MT. GARANTIA MINÍMA DE 02 ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.	UND	VOLARE ATTACK 8	01	R$ 358.530,00	R$ 358.530,00

SETOR INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

GABINETE DO PREFEITO.

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

Nova Bandeirantes - MT, 21 de outubro de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira (Decreto nº 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2021

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2021

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade.

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 075/2021

PROCESSO Nº.: Nº. 140/2021

DATA DE ABERTURA/HORA: Dia 08 (oito) de novembro de 2021 às 09:00 horas. (Horário de Brasília). Este pregão será regido pela plataforma

da BLL (www.bll.org.br) e pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO RETIFICADO: REGISTRO DE PREÇO EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTE PARA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, nos termos, condições e especificações contidas conforme TERMO DE REFERÊNCIA (**Anexo I**).

JUSTIFICATIVA: A prorrogação do certame licitatório *in* preço dá-se em virtude de retificação feita no Edital de Convocação no Termo de Referência Anexo I – Descrição dos Itens.

INFORMAÇÕES: O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. E também pela plataforma da BLL Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 21 de outubro de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 045/2021)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 403/2021

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 403/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTATO CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

AMIBSON EVANGELISTA DE ARRUDA, Agente de fiscalização, portador do CPF 014.704.271.25, matricula 4138.

De acordo com preceitua na **Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,** para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato **Nº 116/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** tendo como O **presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de Oficina de Capacitação - formato Ensino à Distância - EAD, no âmbito do produto "CAIXA Políticas Públicas", conforme detalhado nos "Anexo I – Detalhamento dos Serviços" e "Anexo II – Detalhamento dos Preços", sendo esses anexos integrantes deste Contrato**.Com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

GREISSON MARTINS DE ARAUJO, Chefe Departamento de Manutenção - Controle de Pátio, portador do CPF 046.869.371.83, matricula 5169.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente ciente de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 21 de outubro de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	Assinatura	Nome por extenso

Suplente

Ciente em	Assinatura	Nome por extenso

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 398/2021

PORTARIA DESIGNAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 398/2021

EMENTA: "DESIGNA FISCAL PARA CONTRATOS CELEBRADO PELO MUNÍCIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR CESAR AUGUSTO PÉRIGO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MÁTERIA:

RESOLVE

Art. 1º Designar como **Fiscal de Contrato** os servidores:

***NAEGELI TEODORO BRUMATI*,** Enfermeira, portadora do CPF 054.519.981-67, matricula 5318.

De acordo com preceitua na ***Lei de Licitações Nº 8.666/93, nos Art. 67, e Art. 68,*** para acompanhar e fiscalizar a execução de contrato **Nº 115/2021**, firmado entre a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes e o fornecedor: **AGAPE CENTRO DE ESPECIALIDADES LTDA** tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PARA ATENDER:** com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais, e atendendo a Instrução Normativa nº 010/2020;

Art. 2º Fica designado como **Suplente** do referido contrato os servidores:

EDEVAN OLIVEIRA MARCOLINO, Agente de Saúde, portador do CPF 804.491.071.91, matricula 81.

Art. 3º Fica os servidores acima, igualmente CIENTE de que:

a) suas atribuições estão descritas no Manual para Fiscais de Contratos Administrativos dispostos na Instrução Normativa nº 010/2020;

b) a falta ou deficiência no cumprimento de suas atividades de fiscalização estão sujeitas a responsabilização na esfera civil, administrativa e criminal, inclusive com eventual propositura de ação indenizatória e de improbidade administrativa;

c) a partir deste momento o Fiscal do Contrato deve ter conhecimento do andamento da licitação e que, tão logo, seja celebrado o contrato, deve iniciar as atividades de fiscalização, independentemente de qualquer outra comunicação;

d) tão logo publicado no diário oficial do município o extrato do contrato deve buscar junto ao departamento de compra e contratos ou órgão equivalente da administração indireta uma cópia do mesmo e, se necessário, dos anexos, a fim de iniciar a atividade de fiscalização;

e) deve manter arquivada em seu local de trabalho, onde tenha fácil acesso a essa documentação, uma cópia do contrato, seguido de cópia do Termo de Fiscal de Contrato e dos originais dos Termos de Fiscalização, pela ordem cronológica, os quais estarão sempre preparados e organizados para consulta pelas autoridades, inclusive o Ministério Público e a população.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Bandeirantes - MT, 19 de outubro de 2021.

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

Prefeito Municipal

Fiscal de contrato

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

Suplente

Ciente em	*Assinatura*	*Nome por extenso*

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO ADESÃO Nº 010/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

ADESÃO Nº 010/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **CESAR AUGUSTO PÉRIGO,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Adesão nº 010/2021, Pregão presencial n. ° **091/2021, cujo OBJETO e oREGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL,** utilizando-se os termos da **Ata de Registro de Preços nº 209/2020,** oriunda do **Pregão Presencial nº 065/2020 celebrado pela Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT**, conforme descrição do Item abaixo.

FORNECEDOR: **MACROPECAS MULTIMARCAS COMERCIO DE CAMINHOES E ONIBUS EIRELI.**

CNPJ nº: **07.838.209/0001-78**

VALOR GLOBAL: **R$ 358.530,00 (trezentos e cinquenta e oito mil quinhentos e trinta reais)**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO ESCOLAR NOVO, COR A DEFINIR, ANO 2020/2021, 46 LUGARES, SENDO 44 LUGARES NO SALÃO + 01 LUGAR PARA O MOTORISTA + 01 LUGAR PARA O AUXILIAR, AR CONDIOCNADO INTERNO/CONDENSADOR TETO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 152CV, PBT DE NO MÍNIMO 8.500 KG, FREIO PNEUMÁTICO COM ABS, PORTA DOBRADIÇAS COM SISTEMA DOOR BRAKE, JANELA DE VIDROS MÓVEIS, POLTRONA DO MOTORISTA COM AMORTECIMENTO HIDRÁULICO, POLTRONA DOS PASSAGEIROS ESCOLAR SOFA 1000X800, TOMADA 12V NO PAINEL, SIRENE DE MARCHA RÉ, CÂMERA DE MARCHA RÉ COM MONITOR NO PAINEL, FAIXA ESCOLAR, REVESTIMENTO DAS POLTRONAS EM PLASTICO AZULÃO AMASSADO, E DEMAIS ACESSORIOS QUE ATENDAM AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ENTREGA DO VEÍCULO NO MUNICÍPIO GUARANTÃ DO NORTE/MT. GARANTIA MÍNIMA DE 02 ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.	UND	VOLARE ATTACK 8	01	R$ 358.530,00	R$ 358.530,00

SETOR INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

GABINETE DO PREFEITO.

Fica convocada a proponente para assinatura do contrato, nos termos do art. 64, caput, da Lei 8.666/93, sob as penalidades da lei.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Nova Bandeirantes - MT, 21 de outubro de 2021.

_____

CESAR AUGUSTO PÉRIGO

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 010/2021 PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2021 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2021

AVISO DE ADESÃO Nº 010/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 091/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 209/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2021.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT,** inscrita no CNPJ sob o nº 03.239.019/0001-83, situada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitoria, na Cidade de Guarantã do Norte- CEP 78520-000.

ADERENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62, na Cidade de Nova Bandeirantes/MT – CEP 78.565-000, Comarca de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 33.683.822/0001-73, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o **Sr. CESAR AUGUSTO PERIGO,**brasileiro, casado, portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.001.064-6 SSP/PR, e do CIC/CPF nº 037.458.769-89.

CONTRATADA: **MACROPEÇAS MULTIMARCAS COMERCIO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob nº **07.838.209/0001-78**, situada na Av. Fernando Correia da Costa, n° 6259, Bairro Parque Ohara, na Cidade de Cuiabá/MT – CEP 78.080-300, pelo seu representante legal senhora **TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO**, inscrita no CPF sob nº 885.384.431-00, portadora do RG sob nº 4043362 SSP/GO.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO ÔNIBUS ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**, **DO MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, conforme especificações em anexo,**utilizando-se os termos da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 209/2020,** oriunda do **PREGÃO PRESENCIAL nº 065/2020**, **celebrado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT,** conforme descrição dos itens abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	VEÍCULO ESCOLAR NOVO, COR A DEFINIR, ANO 2020/2021, 46 LUGARES, SENDO 44 LUGARES NO SALÃO + 01 LUGAR PARA O MOTORISTA + 01 LUGAR PARA O AUXILIAR. AR CONDIOCNADO INTERNO/CONDENSADOR TETO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 152CV, PBT DE NO MÍNIMO 8.500 KG, FREIO PNEUMÁTICO COM ABS, PORTA DOBRADIÇAS COM SISTEMA DOOR BRAKE, JANELA DE VIDROS MÓVEIS, POLTRONA DO MOTORISTA COM AMORTECIMENTO HIDRÁULICO, POLTRONA DOS PASSAGEIROS ESCOLAR SOFA 1000X800, TOMADA 12V NO PAINEL, SIRENE DE MARCHA RÉ, CÂMERA DE MARCHA RÉ COM MONITOR NO PAINEL, FAIXA ESCOLAR, REVESTIMENTO DAS POLTRONAS EM PLASTICO AZULÃO AMASSADO, E DEMAIS ACESSORIOS QUE ATENDAM AO CÓDIGO NACIONAL DE TRÂNSITO. ENTREGA DO VEÍCULO NO MUNICÍPIO GUARANTÃ DO NORTE/MT. GARANTIA MINIMA DE 02 ANOS, CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.	UND	VOLARE ATTACK 8	01	R$ 358. 530,00	R$ 358. 530,00

SETOR INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES/MT

GABINETE DO PREFEITO.

Adesão autorizada pelo Ofício nº 513/2021GP - junto ao Gabinete do Prefeito **Erico Stevan Gonçalves.**

Nova Bandeirantes - MT, 21 de outubro de 2021.

_____

Andressa Cristine F. Moreira

Pregoeira (Decreto nº 045/2021)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOÃO PAULO FANINI DOURADINHO EPP**

CNPJ: 24.613.818.0001/48

OBJETO: O objeto do presente termo contratual consiste em **AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, conforme condições e especificações do Processo n. º 062/2021, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº.022/2021.

VALOR R$ 363.968,00 (trezentos e sessenta e três mil novecentos e sessenta e oito reais).

ASSINATURA: **15 de outubro de 2021.**

VIGENCIA: **15 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JOÃO PAULO FANINI DOURADINHO EPP**

CNPJ: 24.613.818.0001/48

OBJETO: O objeto do presente termo contratual consiste em **AQUISIÇÃO DE GRAMA ESMERALDA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO E INFRAESTRUTURA DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILÂNDIA/MT**, conforme condições e especificações do Processo n. º 062/2021, na modalidade de Licitação Pregão Presencial/Registro de Preços nº.022/2021.

VALOR R$ 363.968,00 (trezentos e sessenta e três mil novecentos e sessenta e oito reais).

ASSINATURA: **15 de outubro de 2021.**

VIGENCIA: **15 de outubro de 2021 a 31 de dezembro de 2021.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2021

EXTRATO DE CONTRATO Nº 105/2021.

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **MATHEUS SILVA DE OLIVEIRA**

CNPJ: 25.390.478/0001-04

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONSULTÓRIOS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR R$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais).

ASSINATURA: **15 de outubro de 2021.**

VIGENCIA: **15 de outubro de 2021 a 15 de janeiro de 2022.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 59/2021

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 59/2021

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 59/2021.

ABERTURA: 04 de novembro de 2021 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: Registro de Preço para aquisição pranchas de madeiras, para construção de pontes, atendendo as necessidades da Secretaria de Obras.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, sala de licitações, sito na Rua 16 de Julho, 815, Centro, Nova Lacerda- MT.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações no site: www.novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 21 de outubro de 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

PREGOEIRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2021

PROC. LICITATÓRIO: 124/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 056/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: DOUGLAS DA CUNHA BARROS

OBJETO:Registro de preço para Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de Exames de análise Clínica/Laboratorial, a ser realizado no município para diagnostico de paciente, atendendo a demanda da unidade de saúde de Nova Lacerda.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 15 de outubro de 2021

CONTRATADO:

DOUGLAS DA CUNHA BARROS: R$ 1.380.000,00 (Um milhão e trezentos e oitenta mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO 1.789 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"Recebe e considera como Hóspede Oficial do Município de Nova Lacerda-MT a Governadora do Distrito LB-4"

UILSON JOSE DA SILVA, Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a visita da Excelentíssima Governadora do Distrito LB-4 do LIONS CLUBE INTERNACIONAL, no Município de Nova Lacerda-MT no dia 21 de outubro de 2021

Considerando a relevância dos serviços prestados pelo LIONS CLUBE INTERNACIONAL e seus integrantes em favor da população Novalacerdense, especialmente a classe mais carente, e

Considerando a participação e comprometimento do LIONS CLUBE INTERNACIONAL e seus associados com os assuntos que dizem respeito com o crescimento e desenvolvimento deste município,

DECRETA:

Art. 1º - Recebe e considera como Hóspede Oficial do Município de Nova Lacerda-MT, no dia 21 de outubro de 2021, a Governadora do Distrito LB-4 do LIONS CLUBE INTERNACIONAL, DG MJF **Maria Aparecida Vaz Andrade** – AL 2021/2022

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito do município de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, em 21 de outubro de 2021.

Uilson Jose da Silva

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS EXTRATO ADESAO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS DA PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ

DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS EXTRATO ADESAO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS DA

PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ

PREGÃO PRESENCIAL 004/2021 ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2021

OBJETO; ADESÃO - Registro de Preços para contratação de empresas para fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva para manter a conservação das maquinas pesadas e leves, sobre o maior desconto , atendendo a Secretaria de Obras do Município.

PRAZO: 12 Meses, a partir 22 de outubro de 2021

CONTRATADA; TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME

QUANTIDADES DE ITENS 01(um)

Item 01(um) 36,0% (trinta e seis por cento)

Nova Lacerda- MT 21 de Outubro de 2021

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 056/2021

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 056/2021

PROC. LICITATÓRIO: 124/2021 PREGÃO PRESENCIAL: 056/2021

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO: DOUGLAS DA CUNHA BARROS

OBJETO:Registro de preço para Contratação de Empresa especializada na prestação de serviço de Exames de análise Clínica/Laboratorial, a ser realizado no município para diagnostico de paciente, atendendo a demanda da unidade de saúde de Nova Lacerda.

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PRAZO: 12 Meses, a partir de 15 de outubro de 2021

CONTRATADO:

DOUGLAS DA CUNHA BARROS: R$ 1.380.000,00 (Um milhão e trezentos e oitenta mil reais)

Ata de Registro 059/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO.

Pregoeiro.

Portaria no 003/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITACAO ADESAO DA PREFEITURA DE NOVA NAZARÉ

DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITACAO ADESAO DA PREFEITURA

DE NOVA NAZARÉ

MODALIDADE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 002/2021 PREGÃO PRESENCIAL 004/2021

OBJETO: **ADESÃO - Registro de Preços para contratação de empresas para fornecimento de peças para manutenção preventiva e corretiva para manter a conservação das maquinas pesadas e leves, sobre o maior desconto , atendendo a Secretaria de Obras do Município.**

CONTRATADA; TRICATE COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-ME

QUANTIDADES DE ITENS 01(um)

Item 01(um) 36,0% (trinta e seis por cento)

Nova Lacerda- MT 21 de Outubro de 2021

Jacson Douglas Nunes Cordeiro

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 107/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°008/2021

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA APERFEIÇOAMENTO DOS FUNDAMENTOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES 14.133 E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS DE MERCADO PARA ESTIMAR OS CUSTOS DAS CONTRATAÇÕES DESTE MUNICIPIO.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: INSTITUTO FERNANDINHO, CNPJ **33.550.111/0001-20**

FISCAL: ROSANGELA MELO GOLARTE

VIGÊNCIA: 14/09/2021 a 14/12/2021

Valor Total R$ 8.000,00 (oito mil reais)

LICITAÇÃO
TERCEIRO TERMO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2021. PREGÃO PRESENCIAL 022/2021.

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ, com CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pela Prefeita Municipal Sr.ª ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA TIBIRISSA COMERCIO E TRANSPORTE DE DIESEL LTDA**, inscrito no CNPJ **17.897.642.0001.38**, neste ato representado pelo Sr. **GILMAR OLIVEIRA PINTO**, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 17.897.642.0001.38, oriunda do Pregão Presencial n° 022/2021, ajustam e celebram o presente Termo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivas legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT,**conforme especificações e condições constantes na Ata, no edital e seus anexos.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste Termo de Reequilíbrio encontram-se indicados na Ata de registro de Preços conforme tabela abaixo:

LOTE 01 - ÓLEO DIESEL BS500 TRR – O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERÁ DE 3 (TRES) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND ANTES DO REAJUSTE	VALOR UND APÓS REAJUSTE
01	LITRO	512.000	**ÓLEO DIESEL BS500 TRR**	R$ 4,88	R$ 4,98

LOTE 02 – ÓLEO DIESEL S-10 TRR - O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERA DE 3 (TRES) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND ANTES DO REAJUSTE	VALOR UND APÓS REAJUSTE
01	LITRO	249.980	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 4,96	R$ 5,06

LOTE 09 - ÓLEO DIESEL S10 E ÓLEO DIESEL B S500 – O PRODUTO DEVERÁ SER ENTREGUE NA "**SECRETARIA DISTRITAL DE BRIANORTE MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ - MT**" DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT COM TODOS OS CUSTOS DE TRANSPORTE POR CONTA DA CONTRATADA. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA SERÁ DE 3 (TRES) DIAS UTEIS APÓS A SOLICITAÇÃO.

ITEM	UND	QNT	DESCRIÇÃO	VALOR UND ANTES DO REAJUSTE	VALOR UND APÓS REAJUSTE
01	LITRO	70.000	**ÓLEO DIESEL S-10 TRR**	R$ 4,96	R$ 5,06
02	LITRO	60.000	**ÓLEO DIESEL BS 500 TRR**	R$ 4,88	R$ 4,98

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. LOTE 01,02 e 09 – O reajuste é justificável devido à cotação do petróleo vir em uma sequência de alta forte desde o início do ano. O preço do barril do tipo Brent, referência internacional, passou de US$ 80 no último dia 28 de setembro pela primeira vez desde outubro de 2018. Essa trajetória de alta impacta diretamente nos derivados gasolina, diesel, gás natural, gás de cozinha e é explicada por pressões dos dois lados: maior demanda e restrição de oferta.

Parte do aumento do consumo é explicada pela reabertura dos países que têm conseguido implementar seus programas de vacinação contra a covid-19 e o impacto da retomada ter sido mais forte do que o esperado em algumas regiões e também a valorização do barril de petróleo ter um duplo efeito para países como o Brasil, que passam por uma profunda desvalorização cambial. O preço sobe não apenas porque a commodity em si custa mais, mas porque o dólar também está mais caro.

Uma série de fatores explica porque a moeda americana tem se mantido em patamar elevado, acima de R$ 5 por dólar, alguns são externos, como a expectativa de aumento de juros nos Estados Unidos e de retirada do programa de estímulos monetários, outros, internos.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. As demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 040/2021, PREGÃO PRESENCIAL 022/2021 original permanecem inalteradas.

Nova Maringá – MT, 21 de Outubro de 2021.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ-MT

ANA MARIA URQUIZA CASAGRANDE

Contratante

_____

TIBIRISSÁ COMERCIO E TRANSP. DE DIESEL LTDA

CNPJ/MF **17.897.642/0001-38**

GILMAR OLIVEIRA PINTO

Detentor da Ata de Registro

TESTEMUNHAS:

_____/ _____

EMILY RAYANA BUCHS DA CRUZ/ ROSIMEIRE DA SILVA SOUZA

CPF: 061.821.981-17/ CPF: 017.985.851-38

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 108/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 028/2021- ADESÃO

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGENIO MEDICINAL COM CESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MARIALVA DE JESUS DA SILVA SARAIVA – ME, CNPJ 27.908.983/0001-15

FISCAL: MARYHELEN BIRKHAHN SILVA

VIGÊNCIA: 15/09/2021 a 15/09/2022

Valor Total **R$ 77.274,00** (setenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

MUNICÍPIO - NOVA MARINGA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00006, de 20 de Setembro de 2021.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**T Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
LUIZ CRISTOBAL GASQUES	176.993.121-04	0111/00060/2021
VALDOMIRO JOSE SOUZA	176.071.591-34	0111/00170/2021

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: CLEVERSON EDUARDO ALLIEVI Matrícula: 00002191 Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS Assinatura:

Data de afixação: 21/10/2021

Data de desafixação: 05/11/2021

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 117/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°069/2021

OBJETO: **EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO URBANA DE 40 MTS COM TRAFO DE 75KVA - 220/127 – 15KV E TODOS OS MATERIAIS CONFORME PROJETO APROVADO POR ENERGISA.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: INSTALADORA SÃO JOSE COMER. DE PEÇAS LTDA. CNPJ: 01.273.045/0001-00

FISCAL: VALMIR ASSIS DA SILVA

VIGÊNCIA: 13/10/2021 a 13/11/2021

Valor Total R$ 60.230,68 (sessenta mil duzentos e trinta reais e sessenta e oito centavos)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 116/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°067/2021

OBJETO: **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MARJANE DE FREITAS ANDRADE. CPF: 018.216.901. 41

FISCAL: ROSANA FARIA LEITE

VIGÊNCIA: 04/10/2021 a 04/10/2022

Valor Total R$ 18.484,30 (dezoito mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 115/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°067/2021

OBJETO: **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: LIDIA LENIN COZIOL MODTKOWSKI. CPF: 859.821. 309.82

FISCAL: ROSANA FARIA LEITE

VIGÊNCIA: 04/10/2021 a 04/10/2022

Valor Total R$ 19.999,20 (dezenove mil novecentos e noventa e nove reais e vinte centavos)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 114/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°067/2021

OBJETO: **CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: CLAUDIO MATEUS TOMAZ. CPF: 981.795.861.20

FISCAL: ROSANA FARIA LEITE

VIGÊNCIA: 04/10/2021 a 04/10/2022

Valor Total R$ 2.580,00 (DOIS MIL QUINHENTOS E OITENTA REAIS)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 113/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°068/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS OBJETIVANDO A REVISÃO DE 2.000 HORAS DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DA MARCA KOMATSU PLACA PC210LCB10028 LOTADA NA SECRETARIA DE OBRAS DO MUNICIPIO.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: VAMOS COMERCIO DE MAQUINAS LINHA AMARELA LTDA. CNPJ: 35.654.688.0001.08

FISCAL: CRISTIANE MARIA DE JESUS

VIGÊNCIA: 01/10/2021 a 31/10/2021

Valor Total R$ 9.268,10 (nove mil duzentos e sessenta e oito reais e dez centavos)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 112/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°066/2021

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES DE OCULOS DE GRAUS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: VILDOMAR DA SILVA PEREIRA & CIA LTDA, CNPJ: 04.828.995/0001-34

FISCAL: JOANA DIAS LEAL PAIVA

VIGÊNCIA: 22/09/2021 a 22/11/2021

Valor Total R$ 25.004,00 (Vinte e cinco mil e quatro reais).

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 111/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – DISPENSA DE LICITAÇÃO N°065/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ACUIDADE VISUAL E OPTOMETRISTA PARA ATENDER O MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: BRILHANTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 09.675.664.0001.25

FISCAL: JOANA DIAS LEAL PAIVA

VIGÊNCIA: 20/09/2021 a 20/11/2021

Valor Total R$ 25.002,47 (Vinte e cinco mil dois reais e quarenta e sete centavos).

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 110/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/2021- INEXIGIBILIDADE 007/2021

OBJETO: **EMPRESAS QUE TENHAM INTERESSE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ-MT.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: W.B.L DE MORAIS EIRELI, CNPJ: **34.483.146/0001-57**

FISCAL: EDSON WAGNER BARROS

VIGÊNCIA: 17/09/2021 a 17/11/2022

Valor Total R$ 100.000,00 (Cem mil Reais)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 105/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – CREDENCIAMENTO N.º 003/2021- INEXIGIBILIDADE 006/2021

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA, MANUTENÇÃO, REPAROS, LIMPEZA, DESISTALAÇÃO E INSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO ATENDENDO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ – MT.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MEDJACK SERVIÇOS MEDICOS LTDA. CNPJ 43.075. 177/0001-60

FISCAL: MARYHELEN BIRKHAHN SILVA

VIGÊNCIA: 01/09/2021 a 01/10/2021

Valor Total R$ 50.920,40 (Cinquenta mil novecentos e vinte reais e quarenta centavos)

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 109/2021

PROCESSO DE LICITAÇÃO – PREGÃO 029/2021 - ADESÃO

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS Á FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA - MT.**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ/MT.

CONTRATADO: MOTO IDEAL LTDA, CNPJ 14.936.231.0003.88.

FISCAIS: ALEXSANDRO OLIVEIRA BUCHS, WELDER SOUZA CUNHA, SIDNEI DOS SANTOS COSTA, DOUGLAS GESSO ROCHA

VIGÊNCIA: 19/09/2021 a 16/03/2022

Valor Total R$ 46.996,00 (quarenta e seis mil novecentos e noventa e seis reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITACAO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2021 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 34/2021

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

Homologo a presente **Dispensa de Licitação nº 34/2021** Adjudicando o Contrato ao Interessado, conforme Artigo 38, VII, da Lei 8.666/93.

Adjudique-se à **ANGELA MARIA DALLA COSTA, CNPJ: 23.824.666/ 0001-60,** pelo valor global de **R$ R$ 17.004,00** ***(dezessete mil e quatro reais)*** o objeto da presente dispensa de licitação.

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VIGÊNCIA – 21 DE OUTUBRO DE 2021 A 21 DE NOVEMBRO DE 2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Monte Verde-MT, 21 de outubro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

PREFEITO

LICITACAO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2021

EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 34/2021

PROTOCOLO DE DISPENSA Nº 6543/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.

CONTRATADO: ANGELA MARIA DALLA COSTA

CNPJ: 23.824.666/0001-60

OBJETO: ***AQUISIÇÃO DE NECESSAIRE PERSONALIZADA PARA ATENDER A CAMPANHA OUTUBRO ROSA PARA A PREVENÇÃO DO CANCER DE MAMA E COLO DE ÚTERO, REALIZADAS PELO MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT.***

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: O valor total bruto da aquisição deste contrato é **R$ 17. 004,00** ***(dezessete mil, e quatro reais)*** **pagos em parcela única.**

VIGÊNCIA – 21 DE OUTUBRO DE 2021 A 21 DE DEZEMBRO DE 2021.

Nova Monte Verde-MT, 21 de outubro de 2021.

CLAUDIO DOS SANTOS MARIA

Presidente da CPL

Decreto 134/2021

PUBLIQUE-SE.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 006/2021/SMECET/MT.

PORTARIA N° 006/2021/SMECET/MT.

Atualiza medidas excepcionais de caráter temporário, estabelecendo critérios de assiduidade e retorno de todos os estudantes nas aulas presenciais da Rede Municipal de Ensino, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei em conformidade com o disposto no artigo 100, da Lei Orgânica do Município de Nova Monte Verde e com base nos princípios da Gestão Democrática emanados da Constituição da República Federativa do Brasil de 1998 e com fulcro na Lei Municipal N.º 627/2013;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 11.367 de 10/05/2021 em que "Reconhece as atividades educacionais, escolares e afins como essenciais para o Estado de Mato Grosso";

CONSIDERANDO o Decreto do Governo Estadual de Mato Grosso nº 1134 de 01/10/2021 que "Revoga os decretos estaduais que menciona, e dá outras providências";

CONSIDERANDO o Decreto Municipal, n. 190 de 14/10/2021 que "Estabelece medidas de biossegurança para a covid-19, em espaços públicos e privados, e dá outras providências";

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção das medidas de prevenção para evitar a disseminação da Covid-19, sem olvidar da manutenção das necessidades essenciais coletivas.

RESOLVE

SEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Estabelecer procedimentos para a organização das instituições que constituem o Sistema Municipal de Ensino de Nova Monte Verde/MT, com vistas ao retorno de todos os estudantes nas aulas presenciais a partir do dia 18 de outubro de 2021 de forma escalonada Grupo A e B, e a partir do dia 03 de novembro de 2021 o retorno de 100% de todos os alunos, em conformidade com o disposto na presente Portaria.

§ 1º É obrigatória a frequência de todos os estudantes desde a Educação Infantil Pré I e II e do Ensino Fundamental 1º ao 9º ano nas aulas presenciais, reitera-se também de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 no artigo 129, que

são medidas aplicáveis aos pais ou responsável a obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.

§ **2º** Para os estudantes que estiverem em isolamento ou quarentena para COVID-19, bem como para aqueles com comorbidade comprovada com laudo médico, será garantida a oferta da modalidade remota, sem prejuízo do seu aprendizado.

§ **3º** As aulas presenciais das turmas de Educação Infantil que compõe a modalidade Creche não iniciarão no dia 18 de outubro, o atendimento será

organizado posteriormente mediante análise do cenário da pandemia da Covid-19.

Art. 2º Fica vedado o cumprimento de jornada em regime de teletrabalho pelos servidores pertencentes ao grupo de risco que já tenham sido incluídos, no rol de imunização mediante vacina contra a Covid-19.

Art. 3º Os servidores que, excepcionalmente necessitarem permanecer em regime de teletrabalho, deverão apresentar, no **prazo de 03 (três) dias**, a contar da publicação desta Portaria, requerimento formal à chefia imediata e encaminhar o requerimento via processo físico, ao Departamento de Recursos Humanos, anexando obrigatoriamente, documento que comprove:

I - o aguardo de complementação das doses recomendadas para a imunização;

II - o aguardo do transcurso do prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recebimento da segunda dose ou dose única da vacina;

III - laudo médico específico que ateste justificadamente a contraindicação da imunização;

IV - laudo médico específico que ateste justificadamente a impossibilidade médica do retorno ao trabalho presencial após a imunização completa e que não se enquadre em situação de licença médica.

Art. 4º Os servidores que já tenham sido incluídos no rol de imunização mediante vacina contra a Covid-19 e optarem pela não imunização deverão:

I - preencher e assinar Declaração de Responsabilidade, conforme ANEXO I desta Portaria, e protocolá-la junto ao Departamento de Recursos Humanos e Secretaria Municipal de Educação;

II - retornar, imediatamente, ao trabalho presencial.

Art. 5º Será considerada como falta injustificada, a ausência do cumprimento da jornada de trabalho **PRESENCIAL** no órgão ou entidade de lotação, dos servidores pertencentes ao grupo de risco, que não apresentarem os documentos exigidos nos art. 3º ou art. 4º desta Portaria.

Parágrafo único. As faltas injustificadas, de que trata o *caput*, serão consideradas para fins de configuração de abandono de cargo ou de inassiduidade habitual, sujeitando o servidor às

perdas remuneratórias, abertura de procedimento disciplinar e demais consequências funcionais previstas em lei.

Art. 6º A substituição de professor, será realizada nas hipóteses de casos confirmados precedido de atestado médico ou caso previsto no art. 3º.

SEÇÃO II

PROCEDIMENTOS PARA CONTROLE DE ASSIDUIDADE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 7º Os servidores que, excepcionalmente, se enquadrar no Art. 3º, cuja atividades não tenham compatibilidade ou esses não possuam condições materiais para sua realização nesta modalidade, deverá ser providenciada, a critério exclusivo da Administração:

I - a lotação do servidor em unidade que admita o teletrabalho;

II - análise de possibilidade de concessão de férias, caso o servidor possua férias vencidas;

III - análise de possibilidade de usufruto de licença prêmio caso o servidor possua vencida;

Art. 8º A jornada de trabalho do servidor lotado na unidade escolar será da seguinte forma:

I - a secretaria escolar deverá funcionar de maneira que atenda aos turnos de funcionamento da unidade escolar e conforme legislação vigente;

II - o professor cumprirá jornada de trabalho de acordo com o horário de aula/hora atividades instituída pela unidade escolar e conforme legislação vigente.

SEÇÃO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Somente será permitida a circulação e permanência de pessoas nos ambientes pertencentes à Secretaria Municipal de Educação e Unidades Escolares, mediante a utilização de máscara facial, ainda que artesanal, inclusive no posto de trabalho.

Art. 10 A adoção e cumprimento das medidas de prevenção e controle para Covid-19 são de responsabilidade de cada Instituição de Ensino, alunos, pais, colaboradores e todos aqueles que frequentarem estes locais.

Art. 11 As unidades escolares devem intensificar as medidas de biossegurança, tais como: uso de máscara, aferição de temperatura, disponibilização de álcool em gel e desinfecção periódica dos espaços.

Art. 12 Os casos omissos relacionados à aplicação desta Portaria, serão decididos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 13 A inobservância do disposto nesta Portaria acarretará em responsabilização funcional do servidor que a ela deu causa.

Art. 14 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Monte Verde, 18 de outubro de 2021.

_____ Angela Etelvina Ferro da Silva

Secretária Mun. de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Decreto nº 004/2021

ANEXO ÚNICO

"**ANEXO I**"

TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

(Somente para os servidores públicos dispostos no art. 4º desta Portaria)

Eu, _____, CPF nº _____, matrícula nº _____, exercendo o cargo de _____, lotado na unidade _____, declaro, para todos os fins de direito, que tenho ciência de todos os riscos em relação ao contágio do Coronavírus SARS-CoV2 e dos problemas causados pela Covid-19. Declaro para os devidos fins, que tendo sido a mim disponibilizado, pelo Plano Municipal de Vacinação, a ministração da vacina contra o vírus SARS-CoV 2; que embora tenha sido orientado pela Unidade de Gestão de Pessoas do órgão ou entidade em que sou lotado, a ser vacinado, e de estar ciente dos benefícios da imunização, assim como dos riscos a que estarei exposto pela minha decisão em não me vacinar. Por minha responsabilidade estou deixando de ser imunizado e isento o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e o órgão ou entidade em que presto labor, de quaisquer problemas que a falta de imunização possa vir a trazer para minha saúde ocupacional. Outrossim, comprometo-me a desempenhar minhas atividades mediante a utilização dos equipamentos de proteção e a adoção de todos os cuidados necessários à preservação da minha própria saúde e da saúde daqueles com quem tiver contato. Por ser a expressão da verdade, firmo o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Nova Monte Verde/MT, _____, de outubro de 2021.

_____

Assinatura do servidor

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 257, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 257, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DESIGNA A SERVIDORA **ELIZA CRISTTINA DA SILVA** PARA DESEMPENHAR A FUNÇÃO DE **OPERADORA DO SISTEMA GEO-OBRAS**DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

e;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Designar a servidora Eliza Cristtina da Silva, para desempenhar a função de **OPERADORA DO SISTEMA GEO-OBRAS,** lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Administração, do Município de Nova Monte Verde, Estado do Mato Grosso.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Nova Monte Verde - MT, 21 de outubro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021 PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2021

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/2021

PREGÃO ELETRONICO Nº 33/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3616/2021

Pelo presente instrumento, nesta cidade de NOVA MONTE VERDE Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE, de um lado **O MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE,** Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso, nº. 51, Centro, nesta cidade, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 37.465.556/0001-63, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **EDEMILSON MARINO DOS SANTOS**, CPF/MF nº. 330.412.338-51, residente e domiciliado na rua José Joaquim Vieira, nº. 101, Centro, nesta cidade de Nova Monte Verde/MT, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado as empresas: **WANDA MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.358.170/0001-21, estabelecida a Avenida Brasil, Andar 1 Sala 4, nº1200-W, Bairro Jardim Acácia, cidade de Tangara da Serra/MT, neste ato representada pelo Sra. Talita Suelen Carbonera, portador do CIRG nº. 2214950-3 SSP/MT e CPF Nº. 040.454.391-02; **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 35.942.214/0001-61, estabelecida na Rua M-5 Quadra 20 Sala 05, Parque Cuiabá, Cuiabá/MT, neste ato representada pelo Sr. Ricardo Cesar de Aragão, portador do RG nº. 15249930 SSP/MT e CPF nº 003.374.721-06; **POWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 37.480.591/0001-51, localizada na Rua Bartolomeu Lourenço de Gusmão nº 1311, Bairro Hauer, Curitiba/PR, neste ato representada pelo Sr. Deividy Gonçalves da Silva, portador do RG nº 9087859-0 SESP/PR e CPF.: 039.759.079-24; **TYSKI & MACHOVSKI LTDA** inscrita no CNPJ nº 33.460.679/0001-50, localizada na Rua João Faber, nº 290, Bairro Centro, Rio Azul/PR, neste Ato representada pelo Sra. Suzeli Tyski, portadora do RG nº 11102946-6 SSP/PR e CPF.: 068.306.789-35; **TOP HOUSE COMERCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ.: 37.652.650/0001-21, localizada a Rua Santa Luzia, nº 213, Bairro Portão Velho, Portão/RS, neste atro representado pela Sra. Silvia Silva de Sousa, portadora do RG nº 9081287402 SJS/RS e CPF.: 992.607.940-72; **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA**, inscrita no CNPJ.: 33.492.887/0001-31, localizada na Rua Victor Tyski, nº 40, Sala 01, Setor Industrial, Rio Azul/PR, neste ato representada pelo Senhor Ademir Augusto Dembrisnki portador do RG nº 7.617.924-7 e CPF.: 030.067.319-13; **DIPAR FERRAGENS EIRELI**, inscrita no CNPJ.: 16.868.674/0001-42, localizada na Rua Abílio L. Machry, nº 437, Loteamento Anzanello, Erechim/RS, neste ato representado pela Senhora Patricia Paula Andretta Arcari, portadora do RG.: 7.060.817.678 e CPF.: 978.951.560-04; **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ.: 22.328.534/0001-84, localizada na Rua Duzentos, Quadra 03 Lote 01, nº 94, Jardim Imperial, Cuiabá/MT, neste ato representada pela Sra. Flavia Palermo Fernandes, portadora do RG nº 26592037 SJS/MT e CPF.: 056.247.611-39; **NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ.: 41.401.446/0001-05, localizada na Avenida Damien Biancardini, nº 359, Parque Cuiabá, Cuiabá/MT, neste ato representado pelo Senhor Nixon Vieira Franco, portador do RG nº 16703235 e CPF.: 013.831.641-42; **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ.: 31.449.939/0001-76, localizada na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 88 Sala B, Parque Industrial, Aracatuba/SP, neste ato representado pela Sra. Valeria Stanicheski, portadora do RG nº 40.262.271-6 e CPF.: 351.626.258-33; doravante denominadas **"PROMITENTE FORNECEDORAS",** nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº. 10.520/2002, e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERMANENTES MOBILIARIOS DIVERSOS PARA ATENDER A CRECHE PRO-INFÂNCIA DO MUNCIPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT.

WANDA MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
23	ESPREMEDOR DE FRUTAS CRITICAS EP	UNIDADE	METAL FERREIRA	1	R$ 600,00	R$ 600,00
26	FORNO DE MICROONDAS 30L - MI	UNIDADE	ELECTROLUX	2	R$ 835,00	R$ 1.670,00
					Total	**R$ 2.270,00**

ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
15	CASINHA DE BONECCA MULTICOLORIDA EM POLIETILENO - CS	UNIDADE	BELFIX	1	R$ 1. 480,00	R$ 1. 480,00

22	ESCORREGADOR COM RAMPA E UMA ESCADA DE DEGRAUS EM POLIETILENO ES	UNIDADE	EXCLUSIVA	1	R$ 635,00	R$ 635,00
28	GANGORRA COM MANOPLAS DUPLAS EM POLIETILENO GA	UNIDADE	EXCLUSIVA	1	R$ 185,00	R$ 185,00
31	GIRA-GIRA OU CARROCEL - CR (PROINFANCIA)	UNIDADE	EXCLUSIVA	1	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00
					Total	**R$ 3.300,00**

POWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
8	BATEDEIRA PLANETARIA 20 LITROS BT2	UNIDADE	MANÁ	1	R$ 5.249,99	R$ 5.249,99
10	BEBEDOURO ELETRICO CONJULGADO COM DUAS COLUNAS BB1	UNIDADE	LIBELL	5	R$ 796,99	R$ 3.984,95
30	GELADEIRA VERTICAL INDUSTRIAL 4 PORTAS RF1	UNIDADE	FRILUX	1	R$ 6.872,62	R$ 6.872,62
34	MAQUINA DE LAVAR LOUCAS INDUSTRIAL TIPO MONOCAMARA LV	UNIDADE	NETTER	1	R$ 15.499,99	R$ 15.499,99
					Total	**R$ 31.607,55**

TYSKI & MACHOVSKI LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
5	BALANCA DIGITAL 15KG BL1	UNIDADE	BALMAK	1	R$ 799,00	R$ 799,00
17	CONJUNTO DE COLCHONETE PARA REPOUSO (4 UNIDADES) CO3	UNIDADE	RG	12	R$ 900,00	R$ 10.800,00
24	FOGAO 04 BOCAS DE USO DOMESTICO FG2	UNIDADE	BRASLAR	1	R$ 890,00	R$ 890,00
32	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 8L LQ1	UNIDADE	FUNDIFERRO	1	R$ 810,00	R$ 810,00
33	LIQUIDIFICADOR SEMI-INDUSTRIAL 2 LITROS LQ2	UNIDADE	FUNDIFERRO	3	R$ 480,00	R$ 1.440,00
39	MIXER DE ALIMENTOS MX	UNIDADE	PHILCO	1	R$ 460,00	R$ 460,00
40	POLTRONA INDIVIDUAL ESTOFADA PO	UNIDADE	PHOENIX	4	R$ 898,00	R$ 3.592,00
43	TUNEL LUDICO EM POLIETILENO TL	UNIDADE	LIG LIG	1	R$ 1.750,00	R$ 1.750,00
					Total	**R$ 20.541,00**

TOP HOUSE COMERCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
18	CONJUNTO DE COLCHONETE PARA TROCADOR (3 UNIDADES) CO2	UNIDADE	ECOESPUMA	2	R$ 389,99	R$ 779,98
					Total	**R$ 779,98**

PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
7	BANCO RETANGULAR MONOBLOCO B1	UNIDADE	ANDRIEI	12	R$ 499,00	R$ 5.988,00
16	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 01 - CJC-01	UNIDADE	ANDRIEI	16	R$ 711,00	R$ 11.376,00
21	CONJUNTO PARA PROFESSOR CJP 01	UNIDADE	ANDRIEI	4	R$ 478,40	R$ 1.913,60
38	MESA RETANGULAR MONOBLOCO - M1	UNIDADE	ANDRIEI	6	R$ 1.010,00	R$ 6.060,00
					Total	**R$ 25.337,60**

DIPAR FERRAGENS EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
25	FOGAO INDUSTRIAL 06 BOCAS FG 1	UNIDADE	INVICTO	1	R$ 2.699,99	R$ 2.699,99
					Total	**R$ 2.699,99**

L F COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
3	ARMARIO ALTO EM ACO COM DUAS PORTAS DE ABRIR AM4	UNIDADE	W3	4	R$ 1.167,00	R$ 4.668,00
4	ARMARIO ROUPEIRO EM ACO COM 12 PORTAS AM2	UNIDADE	W3	4	R$ 1.799,00	R$ 7.196,00
29	GELADEIRA DE USO DOMESTICO FROSFREE RF2	UNIDADE	CONSUL	2	R$ 2.987,00	R$ 5.974,00
35	MAQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE DE 8KG MQ	UNIDADE	MUELLER	1	R$ 1.974,00	R$ 1.974,00
41	PROCESSADOR DE ALIMENTOS CENTRIFUGA (DOMESTICO) MT	UNIDADE	PHILIPS	1	R$ 1.122,00	R$ 1.122,00
42	PURIFICADOR DE AGUA PR	UNIDADE	LIBELL	3	R$ 879,00	R$ 2.637,00
					Total	**R$ 23.571,00**

NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 12000 BTUS AR3	UNIDADE	ELGIN	2	R$ 1.985,00	R$ 3.970,00
2	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT 18000 BTUS AR2	UNIDADE	ELGIN	2	R$ 2.581,60	R$ 5.163,20
					Total	**R$ 9.133,20**

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

Item	Descrição	Unidade	Marca	Quant.	Vl. Unit.	Vl. Total
6	BALANCA PLATAFORMA 150KG BL2	UNIDADE	LIDER	1	R$ 1.579,00	R$ 1.579,00
					Total	**R$ 1.579,00**

1.2. A descrição detalhada, contendo as especificações dos produtos e suas peculiaridades estão discriminadas no Anexo I (Termo de Referência) deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Federal nº. 10.520/02.

2.2. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preço, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.3. Os Órgãos ou Entidades da administração pública municipal não participantes poderão utilizar até 100% dos quantitativos registrados na ata de registro de preços decorrente deste certame.

2.4. Os quantitativos decorrentes das adesões à ata de registro de preços efetuadas por Órgãos não participantes, não poderão exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preço decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.5. O Município de NOVA MONTE VERDE será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação, por meio da Secretaria de Administração e Finanças.

2.6. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.7.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA TERCEIRA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 21/10/2021 até 21/10/2022.

3.2. Nos termos do §4º, do artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de NOVA MONTE VERDE não será obrigado à aquisição, exclusivamente por seu intermédio, o objeto referido na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

3.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA QUARTA

DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega do produto solicitado e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

4.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais das referidas certidões:

a) Certidão do FGTS/CRF;

b) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais;

c) Dívida Ativa da União;

d) Certidão negativa de débito, relativos às contribuições previdenciárias.

4.2. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

4.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

4.4. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

4.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUINTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

5.1. A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade e especificações contidas na solicitação da Secretaria competente, conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.2. A entrega dos produtos deverá ser feita no local indicado na solicitação pela Secretaria competente, no prazo máximo de até **15 (QUINZE) dias corridos**, contados da data do recebimento da requisição, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo licitante/ contratado e acatado pela Prefeitura.

5.2.1. Em caso de emergência os mesmos deverão ser entregues em até **05 (CINCO) dias corridos**.

5.3. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser entregues conforme solicitado pelo departamento responsável da PREFEITURA.

5.3.1. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.2. No campo "Observação" da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.3.6. Se os itens forem fornecidos em caixas, deverá constar na Nota Fiscal a quantidade dentro de cada caixa e a quantidade de caixas.

5.3.7. No ato da entrega, a contratada deverá trazer descrito na parte exterior das embalagens o número da Nota Fiscal a que se refere, para agilidade na conferência por parte do Setor responsável.

5.3.8. No campo "Observação" da Nota fiscal deverá conter o número da Ordem de Fornecimento expedida pela solicitante, ao qual a Nota Fiscal se refere.

5.4. A PREFEITURA terá o prazo de até 05 (cinco) dias para aceitar os produtos fornecidos pela CONTRATADA, sendo que o objeto deste Edital será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital e da proposta da Contratada;

b) Definitivamente, na forma do inciso I, alínea "b" do art. 73, da Lei nº. 8.666/93, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após a comprovação de adequação do objeto aos termos contratuais;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6. A marca dos produtos cotados não poderá ser substituída no decorrer do contrato, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

5.7. O transporte e a descarga dos bens correrão por conta da CONTRATADA, sem qualquer custo adicional a Prefeitura.

5.8. A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da data de assinatura da referida ata de registro.

5.8.1. As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES

6.1. Do Município:

6.1.1. Proceder ao pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.1.2. A fiscalização e acompanhamento do contrato serão de responsabilidade desta Prefeitura Municipal, através do fiscal de contrato responsável pelos produtos;

6.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.4. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

6.1.5. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento;

6.1.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado. Assim como não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato.

6.2. Da Detentora da Ata:

6.2.1. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078, de 1990);

6.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

7.1. As aquisições decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizadas pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

7.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

7.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

7.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA OITAVA

DAS PENALIDADES

8.1. O atraso injustificado na entrega sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº. 8666/93, sobre o valor do contrato/ARP.

8.1.2. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 8.2, “b”.

8.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento do produto, objeto desta licitação, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato/ARP;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº. 10.520/2002.

8.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura;

8.4. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos pelo município, ou recolhidos em favor do município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

8.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

8.5.1. Desclassificação ou inabilitação, caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

8.5.2. Cancelamento do contrato, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento.

8.6. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

8.7. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa contratada, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE/MT.

8.8. Serão publicadas no Diário Oficial de Contas (DOC TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM) as sanções administrativas previstas no item 8.2, “c” e “d”, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

8.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº. 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.9.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.9.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.9.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº. 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº. 9.784, de 1999.

8.11. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo.

8.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.15. O processamento do Processo Administrativo não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA NONA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da Ata de Registro de Preços, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2. Durante o período de validade, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

9.3. A contratada tem direito ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato, procedendo-se à revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

9.4. À contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para a revisão dos preços registrados, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações contraídas por ela.

9.5. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.6. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a prefeitura solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

9.7. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

9.7.1. Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA DÉCIMA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

10.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

10.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

10.2.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

10.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

10.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

10.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

10.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

10.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial de Contas (DOC/TCE) e/ou Diário Oficial Eletrônico dos Municípios - Mato Grosso (AMM), por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

10.4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº. 8.666/93.

10.4.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

11.1. As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

11.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO ORÇAMENTO

12.1. As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de NOVA MONTE VERDE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

13.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS COMUNICAÇÕES

14.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Integram esta Ata, o edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021** as propostas das empresas: **WANDA MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA**; **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA; POWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**; **TYSKI & MACHOVSKI LTDA**; **TOP HOUSE COMERCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI**; **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA; DIPAR FERRAGENS EIRELI**; **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA; NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI**; **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI;** classificada no certame supranumerado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DO FORO

16.1. As partes elegem o foro da Comarca de NOVA MONTE VERDE – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

NOVA MONTE VERDE - MT, 21 de outubro de 2021.

EDEMILSON MARINO DOS SANTOS

MUNICIPIO DE NOVA MONTE VERDE/MT

PREFEITO MUNICIPAL

WANDA MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ sob o nº 12.358.170/0001-21

PROMITENTE FORNECEDORA

ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

CNPJ sob o nº 35.942.214/0001-61

PROMITENTE FORNECEDORA

POWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA,

CNPJ sob o nº 37.480.591/0001-51

PROMITENTE FORNECEDORA

TYSKI & MACHOVSKI LTDA

CNPJ nº 33.460.679/0001-50

PROMITENTE FORNECEDORA

TOP HOUSE COMERCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI

CNPJ.: 37.652.650/0001-21

PROMITENTE FORNECEDORA

PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA

CNPJ.: 33.492.887/0001-31

PROMITENTE FORNECEDORA

DIPAR FERRAGENS EIRELI

CNPJ.: 16.868.674/0001-42

PROMITENTE FORNECEDORA

L F COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA CNPJ.: 22.328.534/0001-84

PROMITENTE FORNECEDORA

NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI

CNPJ.: 41.401.446/0001-05

PROMITENTE FORNECEDORA

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI

CNPJ.: 31.449.939/0001-76

PROMITENTE FORNECEDORA

LICITACAO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3616/2021

OBJETO: ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PERMANENTES MOBILIARIOS DIVERSOS PARA ATENDER A CRECHE PRO-INFÂNCIA DO MUNCIPIO DE NOVA MONTE VERDE – MT***.

.

A Pregoeira Oficial do Município de Nova Monte Verde-MT, nomeado através do Decreto nº. 019/2021 de 07 de janeiro de 2021, torna público aos interessados que conforme Edital de Licitação de Pregão Eletrônico nº. 33/2021 sagraram vencedoras do Certame Licitatório realizado pelo portal da BLL Compras no dia 04 de Agosto de 2021, às 08:30 horas a seguinte:

EMPRESAS:
Ø **ARAGÃO BRINQUEDOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **35.942.214/0001-61**, para um Valor Total de **R$ 3.300,00** (três mil e trezentos reais);
Ø **DIPAR FERRAGENS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **16.868.674/0001-42**, para um Valor Total de **R$ 2.699,99** (dois mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos);
Ø **L F COMERCIO DE EQUIPAMENTO DE INFORMATICA E REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **22.328.534/0001-84**, para um Valor Total de **R$ 23.571,00** (vinte e três mil quinhentos e setenta e um reais);
Ø **M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **31.499.939/0001-76**, para um Valor Total de **R$ 1.579,00** (um mil e quinhentos e setenta e nove reais);
Ø **NVF COMERCIO E SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **41.401.446/0001-05**, para um Valor Total de **R$ 9.133,20** (nove mil cento e trinta e três reais e vinte centavos);
Ø **PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.492.887/0001-31**, para um Valor Total de **R$ 25.337,60** (vinte e cinco mil trezentos e trinta e sete reais e sessenta centavos);
Ø **POWER COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **37.480.591/0001-51**, para um Valor Total de **R$ 31.607,55** (trinta e um mil seiscentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos);
Ø **TOP HOUSE COMERCIO E FABRICAÇÃO DE COLCHÕES EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº **37.652.650/0001-21**, para um Valor Total de **R$ 779,98** (setecentos e setenta e nove reais e noventa e oito centavos);
Ø **TYSKI & MACHOVSKI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.460.679/0001-50**, para um Valor Total de **R$ 20.541,00** (vinte mil quinhentos e quarenta e um reais);
Ø **WANDA MOVEIS EQUIPAMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **12.358.170/0001-21**, para um Valor Total de **R$ 2.270,00** (dois mil duzentos e setenta reais);
Compromissos estes assumidos para os serviços a serem fornecidos, visto que as empresas atenderam todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

Nova Monte Verde-MT, 21 de Outubro de 2021.

POLIANA ALVES DEON

Pregoeira

Decreto 019/2021

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA/LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2021

Objeto	Contratação de empresa para elaboração de projeto técnico de engenharia elétrica completo, incluindo projeto, orçamento completo (planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, composição de BDI, memória de cálculo) memoriais descritivos e levantamentos, para a implementação da iluminação pública de LED no Município de Nova Nazaré-MT
Favorecido	**JULIO ANDRADE DOS SANTOS EIRELI**, CNPJ nº 18.227.245/0001-11, com sede na Q SHCES Quadra 803 – Bloco C, Loja 09, Bairro Cruzeiro Nova em Brasília-DF
Prazo de Vigência	31/12/2021.
Valor global	**R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**
Fundamento Legal	**Artigo 75, I** da Lei Federal 14.133/2021
Justificativa	Anexa nos autos do processo de dispensa de licitação nº 033/2021.

Ratifico a Dispensa de Licitação em consonância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Artigo 72, § único da Lei nº. 14.133/2021.

Nova Nazaré – MT, 21 de outubro de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA
DECRETO MUNICIPAL Nº. 4072/2021.

DECRETO MUNICIPAL Nº. 4072/2021

“Revoga Decretos municipais de da outras providências no âmbito do Município de Nova Nazaré-MT.

JOÃO TEODORO FILHO, Prefeito Municipal de Novo Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas **pelo Art. 65, VI da Lei Orgânica Municipal e:**

Considerando a redução do número internações e de casos confirmados para COVID-19 no território estadual, e principalmente no Município de Nova Nazaré-MT, nos termos do painel epidemiológico nº 588, de 17 de Outubro de 2021, da Secretaria Estadual de Saúde;

Considerando a vacinação contra a COVID-19, em todo o Estado, e ainda a taxa de imunização de Nova Nazaré, que alcançou todas as pessoas acima de 18 anos, já tendo iniciado as imunizações em jovens.

Considerando a necessidade de atualização constante das medidas não farmacológicas de combate à disseminação do mencionado vírus;

Considerando que ainda está em vigor Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em todo território Nacional, nos termos da Portaria Ministerial 188/2020 e suas alterações.

Considerando o Decreto Estadual **nº 1134 de 01/10/2021,** com novas medidas não farmacológicas em todo o Estado.

Decreta:

Art. 1º Ficam revogados os decretos nº 2026, de 19 de março de 2020; nº 2030, de 23 de março de 2020; nº 2039, de 22 de abril de 2020; nº 2054, de 26 de Maio de 2020; nº 2060, de 05 de junho de 2020; nº 2066, de 30 de junho de 2020; nº 3076, de 26 de Março de 2021; 3093 de 19 de Abril de 2021 e 4006 de 26 de maio de 2021, bem como suas respectivas alterações.

Art. 2º Fica mantida, em todo o território de Nova Nazaré-MT, a obrigatoriedade do uso de máscara de proteção individual em espaços públicos e privados, inclusive para as pessoas que já estejam devidamente imunizadas.

Art.3º As Aquisições para suprir medidas excepcionais na aquisição de bens, insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19, deverão seguir o disposto na **Lei 14.217/2021**.

§ 1º O disposto nesse Artigo permanecerá em vigor até a declaração, pelo Ministro de Estado da Saúde, do encerramento da ESPIN declarada em decorrência da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2.

§ 2º As compras e contratações realizadas para suprir as necessidades excepcionais, deverão ser devidamente justificadas pela Secretaria Competente, nos termos da Lei 14.217/2021.

Art. 4º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Nazaré - MT, em 20 de outubro de 2021.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº060/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 244/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 060/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE TUBOS DE CONCRETO, PISO DE CONCRETO E CONCRETO USINADO DESTINADO AO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA/MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **17 de novembro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 21 de outubro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 202/2021

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 253 DE 14 DE OUTUBRO DE 2021.

“QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO”.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais que lhe são inerentes por lei, expede a seguinte portaria.

R E S O L V E N D O:

Art. 1º - Conceder a **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor público deste município, **Senhor CESARIO LUIZ DE LIMA ocupante do CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE DE LIMPEZA PÚBLICA,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - A licença de que trata o artigo primeiro desta portaria, **será pelo prazo de 03 (três) meses**, considerando como período aquisitivo **2013/2018**, tendo **início em 14 de Outubro de 2021 e término em 11 de Janeiro de 2022**, nos termos do artigo 99º da Lei Municipal 775/2008.

Art. 3º - - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal em Nova Olímpia – MT, 14 de Outubro de 2021.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº002/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 226/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO ELETRONICO SRP Nº. 002/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE RETROESCAVADEIRA ZERO QUILOMETRO DESTINADA AO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA/MT**. A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **18 de novembro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson

de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 21 de outubro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 202/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº058/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 215/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 058/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇAO E ABASTECIMENTO DE CARTUCHOS E TONERS E SUBSTITUIÇAO DE IMPRESSORAS DESTINADOS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **05 de novembro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 14 de outubro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 202/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº059/2021/PMNO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 224/2021/PMNO

O município de Nova Olímpia - Mato Grosso, através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade PREGÃO SRP Nº. 059/2021/PMNO, para seleção da melhor proposta pelo MENOR PREÇO POR ITEM, tendo como objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MATERIAL DE LIMPEZA, DESCARTAVEIS E AFINS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIMPIA/MT.** A abertura do certame está prevista para as 08h00min do dia **16 de novembro de 2021**. As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhado do edital. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site www.novaolimpia.mt.gov.br. As dúvidas sobre o certame serão dirimidas no departamento de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de Nova Olímpia localizado na Rua Wilson de Almeida, nº 259 s Bairro Jardim Ouro Verde, Cidade de Nova Olímpia/ MT, no horário de 07h00min as 13h00min horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 19 de outubro de 2021.

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

Port. 202/2021

LICITAÇÃO
ERRATA DE PUBLICAÇÃO

RETIFICA-SE O EXTRATO DO TERCEIRO TERMO DE REAJUSTE DE PREÇOS Nº 073/2021/PMNO DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PUBLICADOS NOS SEGUINTES JORNAIS:

JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, N° 3.839, PAGINAS N° 620 E 621.

ONDE SE LE:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UN ATUAL	PERCENTUAL DE REAJUSTE	VALOR UN REAJUSTADO
111	LEITE EM PO INSTANTANEO – COMPOSIÇÃO, LEITE INTEGRAL, VITAMINAS (A, D E C) E MINERAIS (FERRO E ZINCO) E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLUTEN.	12,49	VENANCIO	-

LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR UN ATUAL	PERCENTUAL DE REAJUSTE	VALOR UN REAJUSTADO
111	LEITE EM PO INSTANTANEO – COMPOSIÇÃO, LEITE INTEGRAL, VITAMINAS (A, D E C) E MINERAIS (FERRO E ZINCO) E EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA. NÃO CONTÉM GLUTEN.	12,49	50,52%	18,80

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 067/2021

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 067/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 059/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) FRANCIELLY DE LUEDES BEGNINI,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **72356675 SESP/PA** inscrito (a) no CPF sob o n° **044.363.299-50,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **TEC DE DES OU AUX DES INFANTIL E ED ESPEC 20 HR**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 19 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

FRANCIELLY DE LURDES BEGNINI

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 029/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) ALCIONE DE JESUS LIMA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 23322092002-7-GEJSPC/MA, inscrito (a) no CPF sob o n° 013.864.343-10, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de PROFESSOR 30 H/S LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, CENTRO MUNICIPAL TANCREDO NEVES, com carga horária de 30 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, durante o período de

01/10/2021 a 21/12/2021.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 3403,86 (TRÊS MIL QUATROCENTOS E TRÊS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS), correspondentes a 30 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 30 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

05.004.12.361.0017.2026.319004000000.0240

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

ALCIONE DE JESUS LIMA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO Nº 030/2021

Pelo presente instrumento particular de CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO, que entre si celebram o Município de Nova Ubiratã, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Pará nº 1.850, CEP 78. 888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-

00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, SR. EDEGAR JOSE BERNARDI, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o Sr. (a) MAURIANE MARTINS CUNHA, portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. 032840352007-1-SESP/MA, inscrito (a) no CPF sob o n° 601.900.733-32, doravante denominado simplesmente CONTRATADO (A), têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente contrato temporário é celebrado observado o disposto no inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal e conforme autoriza a Lei Municipal 656/2014, tendo como finalidade a prestação de serviço pelo CONTRATADO (A) no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, 0, com carga horária de 40 horas semanais, a ser desempenhada na Estrutura Administrativa junto a Secretaria Municipal de SAÚDE, durante o período de

01/10/2021 a 01/10/2022.

PARÁGRAFO ÚNICO – O presente contrato visa suprir vaga temporária existente em razão do titular estar desempenhando cargo de chefia, cargo de confiança ou por estar de licença sem remuneração, licença saúde ou licença maternidade, ou outros motivos de vacância temporária, o que não concede qualquer direito ao CONTRATADO (A) senão os decorrentes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – Em contra prestação a CONTRATANTE se compromete a pagar mensalmente ao CONTRATADO (A) o salário de 1175,53 (HUM MIL E CENTO E SETENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E TRÊS CENTAVOS), correspondentes a 40 horas/semanais, pagamento este que será efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O valor previsto nesta cláusula poderá ser alterado durante a vigência do presente contrato, alteração esta decorrente de variação na carga horária do CONTRATADO (A).

PARÁGRAFO SEGUNDO – A variação da carga horária do CONTRATADO (A) respeitará o limite máximo de 40 horas/semanais e ficará a critério exclusivo da Secretaria Municipal de Educação, consultado o Chefe do Poder Executivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – O presente Contrato, autorizado pela Lei Municipal nº 656/2014, não cria entre as partes nenhum vínculo empregatício, ficando desde já acordado que ao seu final, será pago ao CONTRATADO exclusivamente o previsto na legislação citada.

CLÁUSULA QUARTA – O CONTRATADO (A) obriga-se a respeitar as normas de trabalho, horário, regulamentos, ordens de serviços da CONTRATANTE, respondendo em forma da Lei pelos seus erros, mesmo por imperícia, imprudência ou negligência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO (A) Prestará o serviço ajustado com os limites e obrigações impostas aos servidores de provimento efetivos por força do Estatuto dos Servidores Municipais de Nova Ubiratã do Município, sem que com isso adquira direitos iguais aos benefícios individuais previsto naqueles textos legais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Se houver faltas não justificadas por parte do

CONTRATADO (A), estas serão descontadas no seu pagamento.

CLÁUSULA QUINTA – O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo obedecendo ao previsto na citada Lei Municipal 656/2014.

CLÁUSULA SEXTA – Além do desconto em folha de pagamento do CONTRATADO (A) dos tributos referentes ao INSS, os quais serão recolhidos junto ao órgão competente pela CONTRATANTE, provenientes da presente prestação de serviços, reserva-se o CONTRATANTE o direito de descontar do CONTRATADO (A) as importâncias correspondentes aos danos eventualmente causados por ele, o que fica desde já autorizado.

CLÁUSULA SETIMA – As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta da Dotação Orçamentária, abaixo consignada no Orçamento Programa para o corrente Exercício.

07.001.10.122.0027.2040.319011000000.0313

CONTRATAÇÃO DE TEMPO DETERMINADO

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS – Caso se façam necessárias alterações, as mesmas serão objeto de estudo entre as partes, e só efetivada de mútuo acordo entre ambos mediante Termo Aditivo.

estiver jurisdicionada para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato em detrimento de qualquer outro por mais privilegiado que seja ficando expressamente estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação seja a que título for será considerado fora de sua jurisdição.

E por estarem assim, justos e contratados, assinam de comum acordo o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma na presença de 02(duas) testemunhas que também assinam.

Nova Ubiratã/MT, 01 DE OUTUBRO DE 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

EDEGAR JOSE BERNARDI Prefeito Municipal CONTRATANTE

MAURIANE MARTINS CUNHA CONTRATADO (A)

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF N°. 020.226.045-39 CPF N°. 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 064/2021

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 064/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 108/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) CIBELE JULIANE ALMEIDA BONFIM TEODORO,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **2748341-0 SESP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **061.417.961-09,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **TEC DE DES OU AUX DE DES INFANTIL E ED ESPEC 20 HR**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 04 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CIBELE JULIANE ALMEIDA BONFIM TEODORO

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

DECRETO Nº 108/2021.

DECRETO Nº 108/2021.

DATA: 14 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETOMADA DAS AULAS PRESENCIAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a reunião de deliberação do comitê de enfretamento acompanhamento, monitoramento e adoção de medidas de emergência em saúde pública decorrente da Pandemia do Corona Vírus, realizada em 19 de outubro de 2021, às 07h00 nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Ubiratã - MT, na qual foi discutido sobre medidas de flexibilização a serem adotadas no município quanto a volta as aulas presenciais de 100% dos alunos da rede pública municipal de ensino;

CONSIDERANDO a redução do número de óbitos e de casos confirmados para COVID-19 no território municipal, conforme boletim de Enfrentamento ao Coronavírus nº 572, de 20 de outubro de 2021, da Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a vacinação em grande escala da população nova ubiratãense o aumento na distribuição de doses imunizantes por todo o território mato-grossense, conforme dados extraídos do painel de informações fornecido pelo Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO a importância da educação escolar para o desenvolvimento intelectual, social e emocional das crianças, dos jovens e das famílias, das interações que acontecem no ambiente escolar, priorizando o bem-estar e, acima de tudo a segurança de todas as pessoas envolvidas;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 1.134 de 01 de outubro de 2021;

CONSIDERANDO a Portaria nº 662/2021/GS/SEDUC/MT de 07 de outubro de 2021, que dispões sobre o retorno das aulas presenciais de 100% dos alunos da rede pública estadual de ensino.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a retomada das aulas presenciais na totalidade de alunos matriculados em sala de aula, no âmbito da rede pública de ensino, a partir do dia 25 de outubro de 2021.

§ 1º A dispensa do estudante das aulas presenciais dar-se-á somente mediante apresentação de laudo médico que comprove comorbidades.

§ 2º Caso o aluno e / ou família do aluno apresente sinais e/ou sintomas de Síndrome Gripal (SG) compatíveis com a COVID-19; estiver em quarentena por exposição ou aguardando os resultados do teste da COVID-19, o mesmo não deve ir à escola ou participar de atividades extracurriculares e esportivas, sendo recomendada sua avaliação por um médico para diagnóstico e encaminhamentos. Nestes casos, a instituição de ensino deve ser comunicada a respeito destas ausências.

Art. 2º Compete à todas as instituições de ensino públicas, o cumprimento das seguintes determinações:

I - adotar medidas de higiene e biossegurança, definidos pelos órgãos de saúde pública, tais como:

a) aferir a temperatura dos estudantes nos horários de entrada, e todos aqueles que adentrarem no estabelecimento de ensino;

b) exigência de uso de máscaras pelos alunos bem como pelos funcionários

e/ou servidores que laboram nas unidades de Educação em todos os ambientes escolares;

c) oferta permanente de produtos para higienização das mãos, como água, sabão líquido e álcool em gel 70%;

II - A entrada de pais e/ou responsáveis no ambiente escolar, deve ocorrer de forma controlada, respeitando as medidas de biossegurança com o fito de evitar-se aglomerações.

Art. 3º A adoção e o cumprimento das medidas de prevenção e controle para COVID-19 são de responsabilidade das Instituições de Ensino, alunos, pais, colaboradores e todos aqueles que as frequentarem.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Ubiratã - MT, Estado de Mato Grosso, 21 de outubro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ ESTADO DE MATO GROSSO, EM 21 DE OUTUBRO DE 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

Certifico que este Decreto foi registrado e publicado por afixação no mural da Prefeitura Municipal na data de 21/10/2021.
FRANCINE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Administração
Decreto n° 001/2021

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

Decreto. Nº 001/2021.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº. 173/2019

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Nº. 173/2019

Aos Vinte e Um Dias do Mês de Outubro do Ano de Dois Mil e Vinte e Um, no Setor de Pessoal e Recursos Humanos, eu **EDEGAR JOSÉ BERNARDI**, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, no uso das atribuições que me confere, dou **POSSE** a **PAMELA BEPPLER POZZATTO,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº 2346809-2 SSP/MT e inscrita(o) no CPF nº. 052.755.381-62 para o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – SECRETÁRIO ESCOLAR - SEDE,** lotada (o) na Estrutura Administrativa – Classificado(a) em 7º lugar no Concurso Público Municipal nº. 001/2019realizado em 12/05/2019, com carga horária semanal de **40 (quarenta) horas**, assumindo o mesmo o compromisso de cumprir fielmente os deveres do cargo, e os constantes da Legislação Municipal pertinente. O nomeado comprova neste ato, através da inspeção médica, estar apto físico e mentalmente para o exercício do cargo, bem como **DECLARA** que não exerce outro cargo, emprego ou função pública remunerada na Administração Direta ou em autarquia, Sociedade de Economia Mista, Fundação ou Empresas públicas. O nomeado apresenta ainda neste ato **DECLARAÇÃO** de seus bens e valores que constituem seu patrimônio.

Nova Ubiratã – MT, 21 de Outubro de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

DE ACORDO EM:

PAMELA BEPPLER POZZATTO

CPF nº 052.755.381-62

TESTEMUNHAS:

BRUNO NEIVA CRUZ FRANCINE OLIVEIRA

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 066/2021

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 066/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 120/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) TAMAKAYU TXIKÃO TRUMAI,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **2069216-1 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **035. 106.341-28,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação de **PROFESSOR I – 30 HR**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 13 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

TAMAKAYU TXIKÃO TRUMAI

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

RECURSOS HUMANOS
ATO DEPTO PESSOAL Nº. 065/2021

ATO DEPTO PESSOAL Nº. 065/2021

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO Nº. 203/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA UBIRATÃ, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Para nº. 1.850, CEP 78.888-000, Nova Ubiratã-MT, inscrito no CNPJ sob o nº. 01.614.521/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **EDEGAR JOSE BERNARDI**, nesta cidade de Nova Ubiratã-MT.

CONTRATADO (a) GIOVANA PEROLLA DA SILVA,portador (a) da Cédula de Identidade RG nº **177233-5 SSP/MT** inscrito (a) no CPF sob o n° **010.345.731-36,** Lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde de **TECNICA EM ENFERMAGEM**,residente e domiciliado (a) no município de Nova Ubiratã, Estado de Mato Grosso, firmam o presente Termo de Rescisão Contrato.

Nova Ubiratã-MT, em 06 de Outubro de 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

Edegar Jose Bernardi

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

GIOVANA PEROLLA DA SILVA

CONTRATADO (a)

TESTEMUNHAS:

Bruno Neiva Cruz Francine Oliveira

CPF: 020.226.045.39 CPF: 716.437.531.34

PORTARIA Nº. 0783/2021

PORTARIA Nº. 0783/2021

DATA: 18 DE OUTUBRO DE 2021

EDEGAR JOSÉ BERNARDI, Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º - RETORNAR ao cargo de origem de **MECANICO DE MAQUINAS E VEICULOS PESADOS.** o servidor o Sr.**ARLEI JOSÉ BEM,** portador da Cédula de Identidade RG nº. 1833366-9 SSP/MT e inscrito no CPF nº. 033.255.161-06.

ART. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º- Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente a portaria n° 0511/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Ubiratã, em 18 de outubro de 2021.

EDEGAR JOSÉ BERNARDI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

FRANCINE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1820/2021

PORTARIA N.º 1820/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 128/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Seventec Tecnologia e Informática Ltda**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 128/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 128/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
COMISSAO DE LICITACAO CONTRATO N.º 047/2021

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA- MTe a empresa, **TLS ENGENHARIA EIRELI**, Inscrito no **CNPJ/MF n.º 30.803.865/0001-57.** O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE AMPLIAÇÃO DE BANHEIROS INFANTIS PARA FUTURA CRECHE DEUS É AMOR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS INTEGRANTES DO EDITAL. **C**om as especificações descritas no correspondente processo de contratação, parte integrante do presente instrumento. O valor global deste contrato é de **438.790,95 (quatrocentos e trinta e oito mil setecentos e noventa reais e noventa e cinco centavos).**

JOÃO MACHADO NETO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1826/2021.

PORTARIA N.º 1826/2021.

Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade da servidora Angelina da Silva Ramos, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 40, § 1º, Inciso III, § 2º e § 3º da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019, de acordo com art. 31, Inciso I, II e III da Lei Municipal nº 1.189, de 02 de outubro de 2006, que *reestrutura o, RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova Xavantina – MT e dá outras providências*, combinado com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT*; **resolve:**

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade** a servidora **Angelina da Silva Ramos**, brasileira, portadora do CI/RG nº 2884339-8-SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 190.890.401-10, portadora do Título de Eleitor nº 006702181805, efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "B/06", Matrícula Funcional 1048, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e contribuiu no período de 18 de fevereiro de 2005 a 03 de outubro de 2021, para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina – MT, totalizando **6.068 dias, 16 anos, 07 meses e 16 dias com proventos proporcionais, conforme Processo Administrativo do PREVINX nº 2021.01.00000002, a partir do dia 22 de outubro de 2021, até posterior deliberação.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de outubro de 2021

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1825/2021

PORTARIA N.º 1825/2021

Altera dispositivos constantes na Portaria n.º 1637/2021 que dispõe sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que em razão do reduzido quadro de servidores da Gerência de Gestão de Pessoas, da necessidade de darmos andamentos aos serviços/trabalhos de fechamento e conferência da folha de pagamento, houve a necessidade de convocação da servidora Wânia Maria Gonçalves – Gerente de Gestão de Pessoas, que estava em período de gozo de férias; **resolve**:

Art. 1º O art. 1º da Portaria n.º 1637/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:

".....
....."

Art. 1º Conceder 7 (sete) dias de férias a(o) servidor(a) público(a) municipal **Wânia Maria Gonçalves,** Auxiliar de Escritório, atualmente Gerente de Gestão de Pessoas, Matrícula Funcional 788, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/4/2018 a 15/4/2019.

§ 1º As férias de que trata o *caput* deste artigo, compreenderá ao período de 13/10/2021 a 19/10/2021.

§ 2º A servidora de que trata o *caput* deste artigo, ficará com saldo remanescente de 3 (três) dias de férias a ser usufruídos de acordo com escala a ser definida pela Administração Municipal.

.....
....."

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de outubro de 2021.

João Machado de Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1824/2021

PORTARIA N.º 1824/2021

Dispõe sobre a nomeação de Comissão de Recurso Administrativo, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina - MT*, suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria;

Considerando que em face do indeferimento do pedido de concessão de Adicional de Qualificação, o servidor público municipal Rhaymysom J. Gomes Abreu, médico, apresentou Recurso Administrativo; **resolve**:

Art. 1º Constituir **Comissão de Recurso Administrativo**, conforme discriminada abaixo, para proceder à análise e o julgamento do Recurso Administrativo contra decisão/indeferimentodo pedido de concessão de Adicio-

nal de Qualificação requerido pelo servidor público municipal Rhaymysom J. Gomes Abreu, Médico Generalista 40h, Matrícula Funcional 4268:

I –**João Machado Neto –** João Bang**,** Prefeito Municipal de Nova Xavantina/MT;

II - **Welton Magnone Oliveira dos Santos**, Auditor e Controlador Geral, Matrícula Funcional 3536, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

III – **Paula Nunes de Oliveira**, Procuradora Geral, Matrícula Funcional 4511, lotada junto a Secretaria de Gabinete do Prefeito;

IV ***– Luismar Bernardes da Silva****, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4370, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças;*

V – ***João Bosco Pereira da Silva Junior***, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4105, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Parágrafo único. A Comissão de Recurso de que trata o *caput* deste artigo, deverá proceder aos trabalhos de acordo com o preconizado na Lei Municipal n.º 1.752/2013, suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria.

Art. 2º Nomear **Welton Magnone Oliveira dos Santos**, Auditor e Controlador Interno, como **Relator da Comissão de Recurso** de que trata o art. 1º desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 21 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1823/2021

PORTARIA N.º 1823/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 130/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **P B Lemes - ME**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de pranchões, tábuas e vigas de madeira para recuperação, manutenção e construção de pontes e passarelas nas estradas vicinais do município* – **Pregão Presencial nº 043/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da **Ata de Registro de Preços nº 130/2021**, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:**

I – Antônio Rodrigues de Oliveira, Pedreiro, Matrícula Funcional 164;

II – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

III – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* da **Ata de Registro de Preços nº 130/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1822/2021

PORTARIA N.º 1822/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 131/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Hospcom Equipamentos Hospitalares Eirelli**que tem por objeto *registro de preço para futura e eventual aquisição de aparelho de anestesia para atender as demandas do Hospital Municipal* – **Pregão Eletrônico nº 016/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da **Ata de Registro de Preços nº 131/2021**, **em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:**

I – Andréia Arraz Pessoal, Enfermeira Técnica Hospitalar, Matrícula Funcional 4380;

II – Leandro Daniel Dionezio, Gerente Clínico Hospitalar, Matrícula Funcional 4346;

III – Lilian da Rocha, Enfermeira, Matrícula Funcional 3889.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* da **Ata de Registro de Preços nº 131/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1821/2021

PORTARIA N.º 1821/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 129/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Via Novita Ltda**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 129/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 129/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1819/2021

PORTARIA N.º 1819/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 127/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **S3M Empreendimentos Comerciais e Serviços Eirelli**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 127/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 127/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1818/2021

PORTARIA N.º 1818/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 126/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Pablo Eduardo Ferreira Marolla - MEI**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 126/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 126/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1817/2021

PORTARIA N.º 1817/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 125/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Only Style Comercial de Produtos Ltda**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 125/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 125/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1816/2021

PORTARIA N.º 1816/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 124/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Olmi Informática Ltda - EPP**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 124/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 124/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1815/2021

PORTARIA N.º 1815/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 123/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **LF Comércio de Equipamentos de Informática e Representações Ltda ME**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 123/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 123/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1814/2021

PORTARIA N.º 1814/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 122/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Habitus Digital – Comércio e Serviços de Informática Ltda**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 122/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 122/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1813/2021

PORTARIA N.º 1813/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 121/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Distribuidora Primavera de Equipamentos de Refrigeração Eirelli**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 121/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 121/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1812/2021

PORTARIA N.º 1812/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 120/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Di Bento Comércio e Serviços Ltda**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 120/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 120/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1811/2021

PORTARIA N.º 1811/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando a **Ata de Registro de Preços nº 119/2021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **Campos Comércio de Variedades e Importação Eirelli**que tem por objeto *registro de preços para futura e eventual aquisição de computadores e acessórios* – **Pregão Eletrônico nº 018/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) da Ata de Registro de Preços nº 119/2021, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Ana Maria Rodrigues Duarte, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4543;

II – Suzete Madair Rosa Miranda, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3618;

III – Maria Deusdete Rodrigues Batista, Atendente, Matrícula Funcional 3650;

IV – Krishna Ramayanne Moreira Gonzaga, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4259;

V – Edson Francisco Farias, Auxiliar de Serviços Gerais, Matrícula Funcional 177;

VI – Belmiro Barbosa dos Santos, Motorista, Matrícula Funcional 4020;

VII – Nubia Silva de Alencar Vilella, Psicóloga, Matrícula Funcional 4307;

VIII – Adriano Dias de Souza, Divisão de Assistência Social, Matrícula Funcional 3327;

IX – Vanderlene Maria de Oliveira, Assessora Pedagógica, Matrícula Funcional 1178;

X – Arabela Andressa Causi Jung, Divisão de Compras e Manutenção da Rede Física, Matrícula Funcional 805;

XI – Airson Caetano de Moura, Divisão de Patrimônio, Matrícula Funcional 810;

XII – Herick Bruno Mattos Santos, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4258;

XIII – Luiz Carlos da Silva Cordeiro, Agente de Vigilância, Matrícula Funcional 1175;

XIV – Marcelo Oliveira Negreiro, Professor, Matrícula Funcional 1930;

XV – Leonardo Nunes Manoel, Assessor de Tecnologia da Informação de Sistemas do SUS, Matrícula Funcional 812;

XVI – Washington Sousa Bispo, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4104;

XVII – Marcilene Leite de Queiroz, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256.

Art. 2º Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório, da **Ata de Registro de Preços nº 119/2021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1810/2021

PORTARIA N.º 1810/2021

Dispõe sobre a nomeação de fiscais, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o **Contrato de Prestação de Serviços n.º 47/2.021**, firmado entre o *Município de Nova Xavantina* e a empresa **TLS Engenharia Eirelli**que tem por objeto *contratação de empresa especializada para execução de obras de ampliação de banheiros infantis para futura creche Deus é Amor, conforme especificações do projeto, memorial descritivo e planilhas integrantes do edital* – **Tomada de Preços nº 002/2.021***;* **resolve:**

Art. 1º Nomear os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para atuar como fiscal(is) técnicos do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 47/2.021**, em conformidade com a legislação que versa sobre a matéria:

I – Thiago Soares Caetano, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 4447;

II – Edbert Moreira Júnior, Engenheiro Civil, Matrícula Funcional 3956.

Art. 2º *Delegar atribuições e competências constantes do Edital do certame licitatório,* do **Contrato de Prestação de Serviços n.º 47/2.021** e demais normas necessárias ao fiel cumprimento do disposto na legislação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1809/2021

PORTARIA N.º 1809/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 20 de outubro de 2021, pelo médico *Maximiliano Lopes França* – CRM-MT 4797, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Jovita Silva Rosa**, Professora, Matrícula Funcional 4046, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo período de 18/10/2021 a 18/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1808/2021

PORTARIA N.º 1808/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Anderson Aparecido de Souza Cabral**, Motorista de Veículo de Emergência, **Matrícula Funcional 4273, I**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/6/2019 a 1/6/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1807/2021

PORTARIA N.º 1807/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Verni Paulina Reinheimer Iduarte**, Agente de Combate às Endemias, **Matrícula Funcional 3657, I**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2/7/2020 a 1/7/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO A PUBLICAÇÃO Nº. 3.839 DO SELETIVO 02/2021.

RETIFICAÇÃO A PUBLICAÇÃO REALIZADA NO DIARIO OFICIAL – AMM EDIÇÃO Nº. 3.839 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021 DAS PAGINAS 640 A 648

INSCRIÇÃO	CANDIDADO	DOCUMENTO	VAGA	SITUAÇÃO	DETALHES HOMOLOGAÇÃO
106	ABIQUEYLA XAVIER KLOSINSKI	RG 28814720 SSPMT MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
212	ADRIANA DA COSTA SOUSA	RG 5696275 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
24	ADRIANA TEONILIA DA SILVA	RG 1111399996 SSP MA	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
321	ADRIANO QUEIROZ RIOS	RG 3355376-9 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
196	AGDA RABELO DE OLIVEIRA	RG 9778625-9 SSP PR	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
383	AGNALDO RODRIGUES DA SILVA	RG 10971718 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
16	ALDO WESLEY SILVA SANTANA	RG 5647077 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
268	ALEQUIANA MALAQUIAS PRADO DA SILVEIRA	RG 4758227 DGPC GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
202	ALEX HENRIQUE DE SOUSA SANTANA	RG 17561167 SECRETARIA DE SEGURA MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
306	ALEXSANDRO CARRILHO	RG 93437179 SESP PR MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
236	ALINE FERNANDES LIMA	RG 17853508 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
217	ALINE REGINA COLLA	RG 18509550 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
9	ALINE RIVAROLA ARAUJO	RG 001247128 SSP MS	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
204	ALINNE KATIUSCIA DOS ANJOS SOUZA	RG 3904122 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
155	ALLINE ALVES TEIXEIRA	RG 21745129 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
361	ALZIMARA BARBOZA FORTES	RG 127680 SESDC RO	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
201	AMANDA LARISSA RAMOS NOGUEIRA	RG 2059850 SSP MS	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
232	AMANDA PEREIRA DA NÓBREGA	RG 2887960 SSPB PB	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
147	AMANDA VIEIRA TOLOTTI	RG 29031940 TERRITÓRIO NACIONAL MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
219	AMILSON DA SILVA RIBEIRO	RG 47579719X SSP SP	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
25	ANA FLÁVIA GOMES E SILVA	RG 2044352-8 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 E SUB ITEM 3.14, SEM ASSINATURA NA DECLARAÇÃO.
302	ANA JULIA WEGNER FELIX	RG 24007536 SESP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
180	ANA LÚCIA INÁCIO DE SOUSA	RG 1660157-2 12/08/2016 MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
81	ANA MARIA SANTANA MORAIS	RG 5298176 PC GO	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
170	ANA PAULA BARRETO DE OLIVEIRA	RG 26695189 SEJSP MT MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
128	ANA PAULA SIMÕES BECKMANN	RG 22262121 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
167	ANA PAULA SOARES FERREIRA	RG 37562756-X SSP SP	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
50	ANDERSON LEONEL RIBEIRO MATHIAS	RG 665529 SSP/MS MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
45	ANDREIA DA SILVA GUEDES FURLAN	RG 69629270 SESP PR	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
51	ANDREIA DA SILVA GUEDES FURLAN	RG 69629270 SESP PR	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
53	ANDREIA DA SILVA GUEDES FURLAN	RG 69629270 SESP PR	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
94	ANDRÉIA QUIRINO DE SOUZA SANTOS	RG 2489324-2 SSPMT MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
95	ANDRÉIA QUIRINO DE SOUZA SANTOS	RG 2489324-2 SSPMT MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
220	ANDRESSA FREITAS SIQUEIRA	RG 53697951-0 SSP SP	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
221	ANDRESSA FREITAS SIQUEIRA	RG 53697951-0 SSP SP	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
235	ANDREZA FERRAZ FERNANDES	RG 27235688 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
4	ANGELA BROMATE RIBEIRO ARLYSS	RG 27081060 SSP\ MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
228	ANISIO ROGERIO RODRIGUES	RG 417697855 SSP SP	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

12	ANTONIA PEREIRA LIMA	RG 12098469 SJMT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
47	ANTONIO MARCOS FURLAN	RG 65959593 SESP PR	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
214	ARIANE DA SILVA	RG 2500981-8 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
195	ARISCLEIA SILVA RIBEIRO	RG 18162460 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
7	AYALLA DIENIFFER MARTINS GOMES	RG 27745996 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
184	BABY DDIVA FERREIRA DA SILVA MARTINS	RG 18551696 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
96	BEATRIZ MAIA SILVA	RG 27822796 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
240	BEATRIZ MENÊSES PORTELA DA SILVA	RG 1570208603 SSP BA	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
90	BIANCA ROCHA DO SANTOS	RG 3252640-7 SESP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
38	BRUNA PIRES LIMA	RG 29271312 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
233	BRUNA VICTOR FERREIRA	RG 6083998 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
29	CAMILA FERNANDA GOMES DA SILVA	RG 26570769 MT MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
18	CARLA CASER ROSSI	RG 3111089 SPTC ES	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
384	CÉLIA DE FÁTIMA COSTA LOPES	RG 912875 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
199	CELIA MARIA COSTA LIMA	RG 1511667-0 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
52	CÉSAR CORREIA DA SILVA	RG 16020740 SESP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
30	CIDELENE PORTILHO FONSECA	RG 0713391 SSP/MT MT	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
286	CINTHIA BARBOSA DE JESUS OLIVEIRA	RG 6916949 SSP GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
187	CINTHIA DE CASSIA AFONSO BARBOSA	RG 5120327 SSP-GO GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
310	CINTHIA DE CASSIA AFONSO BARBOSA	RG 5120327 SSP-GO GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
133	CLAUDIA ALVES DE SOUZA LIMA	RG 17878195 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
171	CLAYTON DIEGO ROCHA GARCIA	RG 12238813 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
169	CRISLAINE CLAUDIA ALVES DOS SANTOS	RG 19395450 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
211	CRISLAINE CLAUDIA ALVES DOS SANTOS	RG 19395450 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
83	CRISTIANE ALVES NEVES	RG 15269426 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
132	CRISTIANE AMORIM DE LIMA	RG 24114316 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
102	CRISTIANE RIBEIRO DA COSTA	RG 20994150 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
254	CRISTIELLY MARIA BARROS BARBOSA	RG 24091766 SSP MT	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
345	CYNTHIA SILVA DE SOUZA	RG 847314 SSP ES	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
312	DAGMA FERREIRA COUTINHO	RG 5171818 SEGUP PA	201 - MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
108	DAIENE MOREIRA DA SILVA GONÇALVES	RG 24307629 SSPMT MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
186	DANIEL FERREIRA DE OLIVEIRA	RG 22544933 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
75	DANIEL PEREIRA DOS SANTOS	RG 5795416 SSP SC	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
39	DANIELA DINIZ BATISTA	RG 35270861 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
3	DANIELA LUCIA MAGALHÃES	RG 24056553 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
324	DANIELA SANCHES COUTO	RG 2584938-7 SEJUSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

288	DANIELE RIBEIRO DE CARVALHO	RG 20832354 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
256	DANIELLE STEPHANE RAMOS	RG MG-11792075 PCMG MG	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
238	DANILLO CAMARGO OLIVEIRA	RG 5171363 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
234	DANILLO DENNER OLIVEIRA	RG 3928843 PC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
154	DANILO FERNANDO GONÇALVES GONZAGA	RG 20062230 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
350	DANILO MARTINS LIMA	RG 03567892618 DETRAN/MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
295	DANILO RODRIGUES DOS SANTOS	RG 2121904-4 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
41	DAVID HALEN ARAÚJO PINHEIRO	RG 657428619 SSP SP	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
369	DAYANNA VIEIRA LIMA	RG 19772696 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
98	DEBORAH CHAVES BATISTA VIEIRA	RG 260724420033 SSP MA	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
293	DELIANE SOUZA DA SILVA	RG 20790252 POLITEC MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
371	DENIS HENRIQUE DE OLIVEIRA	RG 4388864 DGPC GO	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
73	DENISE ARAUJO MARTINS	RG 15768880 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
76	DENIVALDA LOPES LORENA	RG 4075789 SSP GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
59	DENIZIA ALVES RIBEIRO	RG 24992186 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
222	DERCIO ALVARES JUNIOR	RG 12098329 SSP MT	201 - MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
33	DHYESSICA LIDIA THOME	RG 6490406 SSP GO	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
2	DIDIMA KAROLINA CABRAL COSTA	RG 2811257-1 07102016 MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	LOCAL DA VAGA ALTERADA CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.14 DO CERTAME.
319	DIEGO CRISTIANO MOREIRA	RG 4573404 SSP GO	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
351	DORACI NASCIMENTO DAS NEVES FONSECA	RG 10657975 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
123	EDIÁLIDA MORAES ODA	RG 23078286 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
355	EDILAINE JOSE DA SILVA	RG 26259257 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
331	EDNILSON LEVANDOSKI	RG 3791382 SSP SC	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
352	EDUARDO CELESTINO BARBOSA JUNIOR	RG 4728627 SSP GO	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
354	ELANE SOUZA COSTA	RG 1741848-8 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
227	ELDIRA MARTINS RODRIGUES	RG 20565917 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
158	ELIANDRA OLIVEIRA LAGE	RG 15226340 SSP MG	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
328	ELIANE RAQUEL TSCHÖPE	RG 17767962 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
213	ELIAS MENDES LIMA	RG 17705651 SSP/MG MG	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
87	ELINEIDE MARQUES FERREIRA	RG 7158993 SSP-GO GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
181	ELISANGELA ALVES DE OLIVEIRA	RG 1992583 SEJUSP MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
245	ELISÂNGELA BARREIRA BARBOSA	RG 11250259 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
280	ELISANGELA RODRIGUES MARTINS	RG 6791646 PC PA	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
285	ELIVANI OLIVEIRA SOARES	RG 14512343 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
209	ELIZABETHE VICTORINO GONÇALVES	RG 22553290 MT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
273	ELIZANGELA FERNANDES GALDINO MODESTO	RG 16329333 SESP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
177	ELIZANGELA LIMA ROCHA	RG 2697270-0 SEJSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
14	ELLEN GONÇALVES DE SOUSA	RG 386308 POLITEC AP	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

49	ELOANE LUISA BORGES	RG 702307 SSPMT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
243	ELON MARTINS VALADÃO	RG 4441466 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
244	ELON MARTINS VALADÃO	RG 4441466 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
337	ERIKA APARECIDA MARTINS BORGES	RG 18965229 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
143	ERIKA RAYANE FATIMA DA SILVA	RG 6160579 SSP GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
134	ERIKA VIANA BEZERRA	RG 0376311420095 SSP MA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
61	EROMIR LIRA ALVES	RG 21676752-2651866 SSP GO	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
153	FABIANA ALVES DA SILVA	RG 19938080 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
166	FABIANA PEREIRA DA SILVA	RG 6738119 TRAIRÃO PA MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
113	FABIANA SOUZA NUNES	RG 15565017 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
89	FABIANE BRUNA DOS SANTOS	RG 19222815 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
114	FABIANY SILVA DE OLIVEIRA COSTA	RG 4657543 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
225	FÁTIMA PEROLA BRAGA ÁVILA	RG 815019 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
103	FERNANDA BARBOSA VIEIRA	RG 18561179 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
362	FERNANDA CRISTINA NERES LIMA	RG 23003405 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
109	FERNANDA GOMIG PEREIRA	RG 29606500 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
157	FLAVIA GONÇALVES BONIFACIO	RG 22355472 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
313	FLAVIA LETTYCIA ALVES	RG 20163681 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
145	FLAVIANE F RANÇA DA SILVA MENDES	RG 18166679 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
223	FLÁVIO BORGES DE GOUVEA JUNIOR	RG 18681907 SSP MG	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
365	FRANCIELA INACIO FERREIRA	RG 5104386 SPTC GO	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
115	FRANCIELE NOETZOLD	RG 4550720 SSP SC	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
276	FRANCIELI SWIDZIKIEWICZ	RG 8080014767 SJS RS	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
277	FRANCIELI SWIDZIKIEWICZ	RG 8080014767 SJS RS	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
5	FRANCISCA SOARES FERREIRA	RG 4634112 DGPC GO	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
366	FRANCISCO DORNELIO GERMANO NETO	RG 2287516-6 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
111	FRANCISCO LEANDRO SOARES DE SOUZA	RG 749845 SSP RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
79	GABRIEL BEZERRA EVANGELISTA	RG 430430 SSP TO	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
203	GABRIEL GOMES ARAUJO	RG 26285029 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
22	GABRIEL VILELLA NEVES	RG 2069351-6 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
118	GABRIELA MORAES COSTA	RG 27768783 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
325	GECELY ALVES DA SILVA	RG 17117259 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
255	GEFFERSON WANDELES SOARES DOS SANTOS	RG 15978397 SSP/MT MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
105	GEICIELLE KHAUANY DE MELLO IZEPPI	RG 30393167 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
188	GESIANE APARECIDA DE SOUSA DOS ANJOS	RG 10949011 SSPMT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
247	GISELIA MENDES DOS SANTOS	RG 4250504 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
278	GISELIA MENDES DOS SANTOS	RG 4250504 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
189	GISLAILA FERREIRA ROCHA	RG 4460095 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
139	GLEIBIANE GONÇALVES LIMA	RG 233302001 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
138	GLEICA GONÇALVES LIMA	RG 2086593-7 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
144	GLEICIANE BARBOSA FERREIRA	RG 4745197 DGPC GO	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
260	GLEICIANE BARBOSA FERREIRA	RG 4745197 DGPC GO	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
130	GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA	RG 27854230 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

80	HALANA LIRENA NAOMA LIMA DE OLIVEIRA	RG 6693739 SDS PE	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
183	HELEN THAIS BARBOSA JUIZ	RG 2683339-5 SESP MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
314	HISVETISLANIA COSTA SOUZA	RG 10716050 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
78	HWERLY SANDRA MARTINS DA CRUZ	RG 11218126 SJ MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
150	ILNÁ DE MATOS SNATOS	RG 11546131 SSP AC	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
218	ITTALLA KARYDA TEODORO MONTEIRO	RG 6130497 SSP GO	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
57	IZABELA DE CASTRO NUNES	RG 24997846 SEJUSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
338	JACKELINY CRISTINA FERNANDES DA SILVA	RG 6151643 SSP GO	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
378	JAILSON BARROS SILVEIRA	RG 2272193 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
88	JAIRO DE JESUS CAETANO DE SOUZA	RG 581986 SSP/RO RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
358	JALVITA CARDOSO MENDONÇA	RG 0678891-2 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
172	JANAINA RIBEIRO DE CASTRO DANTAS	RG 2124498-7 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
190	JANAINA RIBEIRO DE CASTRO DANTAS	RG 2124498-7 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
259	JANETE NUNES LEAL	RG 0723886-0 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
17	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
347	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
349	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
175	JAQUELINE FARIAS GOMES	RG 17576300 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
270	JAQUELYNE SOUZA DO CARMO	RG 27966640 SSSP/MT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
275	JEANE CORREIA DA SILVA	RG 1552869-3 SSPMT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
330	JESSICA MAIA ARAÚJO DA SILVA	RG 21595135 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
117	JESSICA PRESTES SILQUEIRA	RG 16761693 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
208	JESSICA SAMIRA NAVES	RG 22237054 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
44	JESSYKA SILVA OLIVEIRA	RG 20046413 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
363	JEVERSON DA CRUZ	RG 15005003 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
326	JOAO BARRETO DE ARAUJO	RG 782747 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
116	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	RG 21652244 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
54	JOÃO DA SILVA - IMPACTA	RG 123456 SSP ES	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
121	JOICE ALVES DE SOUZA	RG 2756141-0 SESP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
298	JOICE APARECIDA MOURA TOLEDO	RG 24997412 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
226	JOIDA DA SILVA DOS SANTOS	RG 2303365_7 SSP/MT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
356	JONAS LOIOLA GONÇALVES	RG 20075224547 SSPDS CE	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
173	JONATHAN ROBSON DA SILVA CAMPOS	RG 19738099 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
91	JORDANA BORGES SOBRINHO	RG 24956686 SSP/MT MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
197	JORGE EDUARDO MOREIRA ARAUJO JUNIOR	RG 1454625872 SSP BA	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
207	JOSCINEIDE GONÇALVES FERREIRA	RG 18720340 SEJSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
257	JOSE CARLOS MARTINS CARRIJO	RG 3563060-9058060 SSP GO MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
34	JOSENEIA NAVES DE SOUZA	RG 12984248 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
300	JOSIANE ARAGÃO ALMEIDA	RG 2028122 SEJUSP MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
367	JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA	RG 21215545 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
251	JOSIANE RIBEIRO DE PAULO	RG 16839870 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
210	JOSIELI PEREIRA DA SILVA	RG 23645237 SSP/MT MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
346	KAATLYN LAYLA BUENO DA SILVA	RG 14660113 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.

380	KAREN CAMILA BARZOTTO LEÃO	RG 2083245-1 SSP MA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
140	KARLLA MENEZES DOS REIS	RG 30997356 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
101	KAROLINA STEFANY GOMES CARVALHO	RG 2386604-7 SSPMT MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
46	KÁTIA CHAGAS FERNANDES	RG 969581 SSP RO	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

328	ELIANE RAQUEL TSCHÖPE	RG 17767962 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
213	ELIAS MENDES LIMA	RG 17705651 SSP/MG MG	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
87	ELINEIDE MARQUES FERREIRA	RG 7158993 SSPGO GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
181	ELISANGELA ALVES DE OLIVEIRA	RG 1992583 SEJUSP MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
245	ELISÂNGELA BARREIRA BARBOSA	RG 11250259 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
280	ELISANGELA RODRIGUES MARTINS	RG 6791646 PC PA	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
285	ELIVANI OLIVEIRA SOARES	RG 14512343 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
209	ELIZABETHE VICTORINO GONÇALVES	RG 22553290 MT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
273	ELIZANGELA FERNANDES GALDINO MODESTO	RG 16329333 SESP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
177	ELIZANGELA LIMA ROCHA	RG 2697270-0 SEJSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
14	ELLEN GONÇALVES DE SOUSA	RG 386308 POLITEC AP	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
49	ELOANE LUISA BORGES	RG 702307 SSPMT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
243	ELON MARTINS VALADÃO	RG 4441466 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
244	ELON MARTINS VALADÃO	RG 4441466 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
337	ERIKA APARECIDA MARTINS BORGES	RG 18965229 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
143	ERIKA RAYANE FATIMA DA SILVA	RG 6160579 SSP GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
134	ERIKA VIANA BEZERRA	RG 0376311420095 SSP MA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
61	EROMIR LIRA ALVES	RG 21676752-2651866 SSP GO	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
153	FABIANA ALVES DA SILVA	RG 19938080 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
166	FABIANA PEREIRA DA SILVA	RG 6738119 TRAIRÃO PA MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
113	FABIANA SOUZA NUNES	RG 15565017 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
89	FABIANE BRUNA DOS SANTOS	RG 19222815 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
114	FABIANY SILVA DE OLIVEIRA COSTA	RG 4657543 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
225	FÁTIMA PEROLA BRAGA ÁVILA	RG 815019 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
103	FERNANDA BARBOSA VIEIRA	RG 18561179 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
362	FERNANDA CRISTINA NERES LIMA	RG 23003405 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
109	FERNANDA GOMIG PEREIRA	RG 29606500 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
157	FLAVIA GONÇALVES BONIFACIO	RG 22355472 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
313	FLAVIA LETTYCIA ALVES	RG 20163681 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
145	FLAVIANE F RANÇA DA SILVA MENDES	RG 18166679 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
223	FLÁVIO BORGES DE GOUVEA JUNIOR	RG 18681907 SSP MG	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
365	FRANCIELA INACIO FERREIRA	RG 5104386 SPTC GO	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
115	FRANCIELE NOETZOLD	RG 4550720 SSP SC	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
276	FRANCIELI SWIDZIKIEWICZ	RG 8080014767 SJS RS	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
277	FRANCIELI SWIDZIKIEWICZ	RG 8080014767 SJS RS	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

5	FRANCISCA SOARES FERREIRA	RG 4634112 DGPC GO	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
366	FRANCISCO DORNELIO GERMANO NETO	RG 2287516-6 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
111	FRANCISCO LEANDRO SOARES DE SOUZA	RG 749845 SSP RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
79	GABRIEL BEZERRA EVANGELISTA	RG 430430 SSP TO	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
203	GABRIEL GOMES ARAUJO	RG 26285029 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
22	GABRIEL VILELLA NEVES	RG 2069351-6 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
118	GABRIELA MORAES COSTA	RG 27768783 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
325	GECELY ALVES DA SILVA	RG 17117259 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
255	GEFFERSON WANDELES SOARES DOS SANTOS	RG 15978397 SSP/MT MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
105	GEICIELLE KHAUANY DE MELLO IZEPPI	RG 30393167 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
188	GESIANE APARECIDA DE SOUSA DOS ANJOS	RG 10949011 SSPMT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
247	GISELIA MENDES DOS SANTOS	RG 4250504 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
278	GISELIA MENDES DOS SANTOS	RG 4250504 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
189	GISLAILA FERREIRA ROCHA	RG 4460095 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
139	GLEIBIANE GONÇALVES LIMA	RG 233302001 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
138	GLEICA GONÇALVES LIMA	RG 2086593-7 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
144	GLEICIANE BARBOSA FERREIRA	RG 4745197 DGPC GO	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
260	GLEICIANE BARBOSA FERREIRA	RG 4745197 DGPC GO	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
130	GUSTAVO ALVES DE OLIVEIRA	RG 27854230 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
80	HALANA LIRENA NAOMA LIMA DE OLIVEIRA	RG 6693739 SDS PE	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
183	HELEN THAIS BARBOSA JUIZ	RG 2683339-5 SESP MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
314	HISVETISLANIA COSTA SOUZA	RG 10716050 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
78	HWERLY SANDRA MARTINS DA CRUZ	RG 11218126 SJ MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
150	ILNÁ DE MATOS SNATOS	RG 11546131 SSP AC	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
218	ITTALLA KARYDA TEODORO MONTEIRO	RG 6130497 SSP GO	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
57	IZABELA DE CASTRO NUNES	RG 24997846 SEJUSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
338	JACKELINY CRISTINA FERNANDES DA SILVA	RG 6151643 SSP GO	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
378	JAILSON BARROS SILVEIRA	RG 2272193 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
88	JAIRO DE JESUS CAETANO DE SOUZA	RG 581986 SSP/RO RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
358	JALVITA CARDOSO MENDONÇA	RG 0678891-2 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
172	JANAINA RIBEIRO DE CASTRO DANTAS	RG 2124498-7 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
190	JANAINA RIBEIRO DE CASTRO DANTAS	RG 2124498-7 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
259	JANETE NUNES LEAL	RG 0723886-0 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
17	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
347	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
349	JANITA CARDOSO DA SILVA	RG 16762380 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
175	JAQUELINE FARIAS GOMES	RG 17576300 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
270	JAQUELYNE SOUZA DO CARMO	RG 27966640 SSSP/ MT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
275	JEANE CORREIA DA SILVA	RG 1552869-3 SSPMT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
330	JESSICA MAIA ARAÚJO DA SILVA	RG 21595135 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

117	JESSICA PRESTES SILQUEIRA	RG 16761693 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
208	JESSICA SAMIRA NAVES	RG 22237054 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
44	JESSYKA SILVA OLIVEIRA	RG 20046413 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
363	JEVERSON DA CRUZ	RG 15005003 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
326	JOAO BARRETO DE ARAUJO	RG 782747 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
116	JOÃO CARLOS SOUZA MACHADO	RG 21652244 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
54	JOÃO DA SILVA - IMPACTA	RG 123456 SSP ES	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
121	JOICE ALVES DE SOUZA	RG 2756141-0 SESP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
298	JOICE APARECIDA MOURA TOLEDO	RG 24997412 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
226	JOIDA DA SILVA DOS SANTOS	RG 2303365_7 SSP/MT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
356	JONAS LOIOLA GONÇALVES	RG 20075224547 SSPDS CE	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
173	JONATHAN ROBSON DA SILVA CAMPOS	RG 19738099 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
91	JORDANA BORGES SOBRINHO	RG 24956686 SSP/MT MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
197	JORGE EDUARDO MOREIRA ARAUJO JUNIOR	RG 1454625872 SSP BA	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
207	JOSCINEIDE GONÇALVES FERREIRA	RG 18720340 SEJSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
257	JOSE CARLOS MARTINS CARRIJO	RG 3563060-9058060 SSP GO MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
34	JOSENEIA NAVES DE SOUZA	RG 12984248 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
300	JOSIANE ARAGÃO ALMEIDA	RG 2028122 SEJUSP MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
367	JOSIANE OLIVEIRA DA SILVA	RG 21215545 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
251	JOSIANE RIBEIRO DE PAULO	RG 16839870 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
210	JOSIELI PEREIRA DA SILVA	RG 23645237 SSP/MT MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
346	KAATLYN LAYLA BUENO DA SILVA	RG 14660113 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
380	KAREN CAMILA BARZOTTO LEÃO	RG 2083245-1 SSP MA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
140	KARLLA MENEZES DOS REIS	RG 30997356 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
101	KAROLINA STEFANY GOMES CARVALHO	RG 2386604-7 SSPMT MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
46	KÁTIA CHAGAS FERNANDES	RG 969581 SSP RO	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
248	KÁTIA NAYARA AFONSO MARTINS	RG 2251869 SJSP MS	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
374	KATIUSCIA DA ROSA	RG 14502348 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
8	KAUANY FARIAS PAINS	RG 2526577-6 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
215	KELLEN MENEZES DE OLIVEIRA	RG 23107936 SSP MT	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
178	KELLYTA CELINA GOMES MARCHESAN	RG 23843268 SEJUSP MT	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
32	KENNIA ADRIELLY BARBOSA SANTOS	RG 2095718-1 SSP/MT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
282	KERILLANY SANTANA SILVA	RG 21316970 SSP/MT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
297	KESSIA MAIA RIBEIRO	RG 27481042 SSP-MT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
258	KETLY MARLAYNE ALVES DE LIMA RIBEIRO	RG 2338787-4 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
241	KIMBERLY DE PAULA COELHO	RG 2843428-5 SSPMT MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
242	KIMBERLY DE PAULA COELHO	RG 2843428-5 SSPMT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
125	LANNA GABRIELLA FERNANDES DE FREITAS	RG 21636605 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
287	LARISSA CRISTHINA DE OLIVEIRA ROHDEN	RG 5886690 SSP GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

74	LARISSA KETLEN CAETANO DOS SANTOS	RG 25527312 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
348	LARISSA KETLEN CAETANO DOS SANTOS	RG 25527312 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
332	LARISSA RANIERI DE LIMA OLIVEIRA MEDEIROS	RG 001973861 SSP MS	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
142	LARISSA TENORIO MIRANDA	RG 26298376 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
381	LAURENTINA FRANCISCA DE JESUS	RG 3282774-1 SSP/MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
327	LECI KOCH	RG 834937 SSP/MT MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
36	LÉIA SANTOS SILVA	RG 11542217 SP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
162	LEIDIANE FEDRIGO NOGUEIRA	RG 18051375 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
305	LEILA FRANCELINA BARBOSA	RG 1670334-0 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
159	LEONARDO VIANA DE MELO	RG 7065488 PC PA	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
309	LEOPOLDO MOREIRA INES DE ALMEIDA	RG 17076315 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
191	LETICIA CRISTINA MORAIS SOUZA	RG 6174219 SSP GO	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
19	LÍDIA SERAFIM DOS SANTOS	RG 3228804 SDS PE	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
104	LIDIANE SANTOS SOUSA	RG 23723149 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
48	LILIAN DA ROCHA	RG 18163631 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
11	LIORDETE EDITE DE OLIVEIRA	RG 4603597 SSP GO	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
336	LIZANDRA TENORIO MIRANDA	RG 24800716 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
42	LORENA BARROS SOUZA	RG 26350793 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
156	LORENNA CRISS ANDRADE COSTA	RG 6366282 SSP GO	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
239	LORRAINE MARTINS TELES	RG 2934249-0 SECRETARIA DE ESTADO MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
299	LOUYSLENE NUNES DA SILVA	RG 27708608 SESP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
122	LUAN MACIVALDO CUNHA DO NASCIMENTO	RG 25294300 SSP SE	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
205	LUANA DA SILVA BATISTA	RG 26854007 SECRETARIA DE ESTADO MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
165	LUCAS MANUEL ABREU DE JESUS	RG 6804026 PCPA PA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
339	LUCIANA BEZERRA ALVES	RG 11183969 SECRETARIA DE JUSTIÇ MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
284	LUCIANA SANTOS SIQUEIRA	RG 13349538 SEJUSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
63	LUCIANE LOPES DE OLIVEIRA	RG 1347966 SSP RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
13	LUCICLEIA PAIVA BORGES	RG 4527943 DGPC GO	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
274	LUCIENE NERIS ALVES	RG 862817 SSP MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
107	LUCINEIDE LUZ DA SILVA OLIVEIRA	RG 1801276 0 NOVA XAVANTINA MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
231	LUDIMILA PINHEIRO REZENDE	RG 14220857 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
27	LUDIMILLA BUENO SILVA	RG 4729222 DGPC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
303	LUZIA TAUFMAN	RG 19996403 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
252	LUZINEY MARQUES MEDEIROS	RG 33154394166230 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
65	MAIKELLY DE JESUS PEREIRA	RG 22177515 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
329	MAIRA ALVES MENDES DA SILVA	RG 343949647 SSP SP	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
97	MANASSÉS DA SILVA BORGES	RG 26259338 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
193	MANOELE SOUSA DE ARAUJO	RG 7840457 POLÍCIA CIVIL PA	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
92	MÁRCIA BARBOSA HONÓRIO	RG 16437560 SSPMT MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
322	MARCILEIA FERREIRA LUIZ	RG 18127266 SSPMT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
120	MARCILENE MOREIRA MARTINS	RG 1110072-9 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

267	MARCOS DA SILVA CORDEIRO	RG 20130503 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
318	MARCOS KLEIN FERREIRA	RG 26085216 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
379	MARIA ALDENIZIA DA SILVA LIMA	RG 22719768 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
176	MARIA CARMEM LUCIA LEITES SOARES BARROS	RG 14239396 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
200	MARIA DE FATIMA PINHEIRO BRITO	RG 336826 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
1	MARIA DE LOURDES DA SILVA ARAUJO	RG 6216393 SSP GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
37	MARIA ELIANE OLIVEIRA CARDOSO	RG 30530741 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
279	MARIA GORETE DE AQUINO VASCO	RG 15674886 SEJSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
192	MARIA HELENA CORREIA DA SILVA	RG 3692821 SPTC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
385	MARIA ISABEL VARGAS FARFAN	RG 68066 PC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
311	MARIA LUIZA FERNANDES VILELA ROSA	RG 17075270 SESP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
131	MARIANA FIGUEIREDO INEZ DE ALMEIDA	RG 16744233 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
271	MARIANA ISABEL DE CASSIA E SILVA	RG 4818673 SPTC GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
281	MARIANA RODRIGUES SANTANA	RG 24640627 SSP- MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
308	MARIANO GOMES BOTELHO	RG 11025522 SJ MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
272	MARICISIA DA FONSECA GONSALVES	RG 8768877888 SSP BA	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
216	MARIENE ARAÚJO MARQUES COSTA	RG 22462139 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
66	MARINA BENTO CARNEIRO NHAMBA	RG 384516956 SSP SP	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
263	MARLI RICHCIK	RG 09259813 SJ MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
206	MARLUCIA ANGELO	RG 18108458 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
72	MARTA VICENTINI	RG 20350515 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
265	MATEUS COSTA BRASIL	RG 2744645 SEJUSP MS	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
179	MAYARA LIMA MORAES SILVA	RG 5536110 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
82	MEIDER MANUEL LEISTER PEREIRA	RG 21820449 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
344	MICHELLE CRISTINA ZAKAREVICIUS ROCHA	RG 43762921-1 SSP SP	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
375	MICHELLE CRISTINA ZAKAREVICIUS ROCHA	RG 43762921-1 SSP SP	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
364	MOISÉS MARÇAL MEDEIROS	RG 5484556 IGP SC	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
289	MONICA ALVES DA COSTA SANTANA	RG 2587916-2 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
237	NAIANE DO NASCIMENTO OLIVEIRA	RG 5747302 PC PA	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
21	NAIHARA NEPOMUCENO AUGUSTO	RG 22472851 SSPMT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
69	NATHALIA COSTA LIMA MOMESSO	RG 2663453-8 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
294	NAURENI RAMOS DA SILVA	RG 07377746 SSP MT	101 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
316	NAYARA VIEIRA SALOIO	RG 22483160 SESP MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
146	NAYRA FERNANDES DA COSTA	RG 14589287 SSP MG	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
368	NEILY FABIANE DA SILVA SOUZA LISBOA	RG 002295470 ITEP RN	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
85	NERIVAN FERREIRA DE SOUZA	RG 6316513 SSP GO	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
112	NIEWTON MENDES DE SOUZA	RG 16698614 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
317	NUBIA DALVA NOGUEIRA	RG 22874445 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
62	PAMMELA JANINE MEDEIROS VERA	RG 2043394-8 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

20	PATRICIA FRANCO TELES	RG 1350007 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
55	PATRICIA FRANCO TELES	RG 1350007 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
152	PATRICIA RIBEIRO DE SOUSA	RG 18192645 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
292	PATRICIA STOCCO	RG 18282741 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
264	PAULA HORTÊNCIA SOUZA BUENO	RG 6174922 61393997 MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
56	PAULO HENRIQUE DE REZENDE SOUZA	RG 6142426 POLICIA CIVIL PA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
58	PRISCILA RODRIGUES DA SILVA	RG 23371668 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
77	PRISCYLA DESIRÉE BARBOSA JARDIM	RG 2862508 SSP DF	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
149	QUÉREN SUELEN OLIVEIRA CARVALHO	RG 6334559 SSP GO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
261	RAFAEL CARVALHO DE FREITAS	RG 1444272-8 SSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
64	RAFAELLA KAROLINE GALLETE GONCALVES	RG 25467859 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
341	RAFAELLA MENDES MOTA	RG 24302090 SESP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
182	RAINARA CARDOSO FARIAS	RG 32331797 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
253	RAQUEL FERREIRA MARTINS DA PENHA	RG 22568956 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
43	RAYLLA MICHELLI DE MELO SCHMIDT	RG 23577134 SSP MT	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
194	REGINARA LINDER GONCALVES	RG 6360623 SSP GO	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
67	RENAN DO NASCIMENTO GONÇALVES	RG MG-19.290-233 PC MG	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
164	RENAN TRINDADE PACHECO DA SILVA	RG 1333234 SESP/RO RO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
129	RENATO ALVES DE CARVALHO	RG 1681169-0 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
93	RICARDO FRANKLHIN ALVES GUILHERME	RG 20182740 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
370	RICARDO PEREIRA DA SILVA	RG 21088365 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
359	RITA DE KASSIA GONÇALVES	RG 16503260 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
185	ROBÉRIA MARIA AMORIM DO NASCIMENTO	RG 20070269461 SSPDS CE	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
86	ROBERT WILLIAN CAMARA MARQUES	RG 2262717 SSP DF	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
224	RODRIGO SILVERIO DIAS	RG 254553394 SECRETARIA DE SEGURA SP	201 - MÉDICO OTORRINOLARINGOLOGISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
296	RONALDO VICTOR COSTA MAGALHAES	RG 23834781 SSP-MT MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
198	RONICY BUENO DE SOUZA	RG 1514635-9 SSP/MT MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
68	RONY MARCELO BATISTA	RG 7394827 SSP MG	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
373	ROSANA APARECIDA CARVALHO BARBOSA	RG 1956316-7 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
15	ROSÂNGELA SILENE ARAÚJO DE SOUZA LEITE	RG 0272211-9 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
31	ROSIANE SILVA DE MORAES	RG 11894822 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
124	ROSIELE PINHEIRO GOMES	RG 1116296 SSP RO	101 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
246	ROSILENE ALVES DE OLIVEIRA	RG 22618350 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
23	ROSILENE APARECIDA FERREIRA	RG 6894317 PC MG	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
360	ROSILENE CARVALHO BARBOSA	RG 1405531-7 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
357	ROSILENE SILVA DOS SANTOS	RG 4439047 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
353	ROSIMEIRE BEZERRA ALVES	RG 19751052 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
6	RUTE DE OLIVEIRA SOUZA	RG 2610767 SEJSP MS	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
382	SAMARA PARREIRA MAGALHAES	RG 2499984-9 SSP MT	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.

160	SAMARA PEREIRA DOS SANTOS	RG 27348008 SSEP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
60	SARA BARBOSA DOS SANTOS	RG 17253330 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
163	SARA HORRANA BUENO DE MORAES	RG 24992658 SSP MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
135	SARA RANIELY MARTINS DA SILVA	RG 2927130-4 SSP/MT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
136	SARA RANIELY MARTINS DA SILVA	RG 2927130-4 SSP/MT MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
110	SEIR BENTO DE SANTANA	RG 3423761 SSP GO	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
127	SHEILA CANDIDA DE SOUSA	RG 387842 SSP/GO GO	301 - ODONTÓLOGO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
291	SIDIMARA ZANELLA DA SILVA	RG 3090797386 SJS RS	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
161	SILAS DE OLIVEIRA DAMASCENO	RG 49.679.215-5 SSP SP	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
333	SILVIA GOMES TENÓRIO	RG 5210073 SSP MG	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
137	SILVIA LETÍCIA DA SILVA	RG 1218166 SEDS AL	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
315	SILVIA MARA CARVALHO SILVA	RG 2259869-3 SSP/MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-
376	SILVIA MARA CARVALHO SILVA	RG 2259869-3 SSP/MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
323	SÍLVIA NUBIA FERREIRA DOS SANTOS	RG 16264983 SSP/MT MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
249	SÔNIA CRISTINA RODRIGUES RISSI	RG 17867991 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
126	SUELI MENEZES DA SILVA SANTOS	RG 15116735 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
290	SUELLEN CRISTHINE VITAL GUIMARAES	RG 6399129 POLICIA CIVIL PA	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
28	SUELLEN SOUZA ARAÚJO AZEVEDO	RG 27663728 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
340	SUELY FREIRE DA CRUZ	RG 21627087 PCMG MG	301 - BIOMÉDICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
148	TAINA CASTRO DOS SANTOS	RG 5652287 SSP PA	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
266	TAIS BENTO ARAUJO	RG 25199218 SEJSP MT	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
377	TAISA ALVES COELHO	RG 6369098 SSP GO	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
335	TALITA DIAS DE ARAUJO	RG 5591440 SSP_GO MT	104 - TÉCNICO DE RADIOLOGIA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
151	TÂMARA CASTRO MIRANDA	RG 15893553 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
71	TANIA LOURENÇO AMORIM	RG 20443838 SSP MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
26	TATIANE MELO DA SILVA	RG 2480180_1 SSPMT MT	107 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 03) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
372	THAINARA PEREIRA DE SOUZA	RG 22602828 SSP MT	106 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 02) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
84	THAÍS APARECIDA DA SILVA FERNANDES	RG 27347281 SSP MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
262	THAIS BERNARDI	RG 14.068.006-8 SSP/SP SP	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
174	THAIS REGINNA ARAUJO LIMA	RG 22640304 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
70	THAIS SILVA SANTOS	RG 27854337 SSP MT	105 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 01) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUBITEM 3.14 DO CERTAME
283	THAYRATA MIELLE DE OLIVEIRA BUENO	RG 21161380 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
307	TONI DJEIMISON SOUZA SILVA	RG 5671895 SSP GO	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
100	UALLACE CHAVES CAVALCANTE	RG 1040413 SSP RO	301 - FISIOTERAPEUTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
301	VALDIRENE ANASTACIO SOBRINHO BARBOSA	RG 28111346 SSP/MT MT	109 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 05) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
320	VALÉRIA REIS ALVES DE OLIVEIRA CARVALHO	RG 21937915 SESP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
119	VANESSA OLIVEIRA SANTANA	RG 20443870 SSP MT	110 - AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS - ACE - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
40	VERLEINE SOUZA VEDANA	RG 22870148 SSP MT	102 - TÉCNICO DE ENFERMAGEM - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
342	VITÓRIA LIMA DA COSTA	RG 5908466 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	-

343	VITÓRIA LIMA DA COSTA	RG 5908466 SSP GO	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
230	VIVIANNE DE SOUSA DUNCK	RG 1071035-3 SJ MT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
10	WALERIA POLICARPO RIBEIRO	RG 24997340 MT MT	108 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS (UBS – 04) - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
99	WELBER FERREIRA LOPES	RG 14026171# SSPMT MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
35	WESTER JOSÉ RODRIGUES	RG 16640160 SSP MT	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
168	WILLTERMAN DA CRUZ FERNANDES	RG 963166 SSP MS	301 - ENFERMEIRO - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
269	WYLLIANE SOUSA SILVA	RG 0178410120013 SSP MA	301 - FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
141	YARA LUIZA DE SOUZA	RG 11772000 SSP MT	301 - ASSISTENTE SOCIAL - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-
229	YASMIN GONÇALVES DE OLIVEIRA	RG 3241558-3 SSP MT	101 - AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL - NOVA XAVANTINA	Cancelado	CANCELADO CONFORME ITEM 3 SUB ITEM 3.4 E 3.5 DO CERTAME.
304	ZEMAR CONSTANTINO DA COSTA	RG 18061117 SSP MT	301 - MÉDICO GENERALISTA - NOVA XAVANTINA	Confirmado	-

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1806/2021

PORTARIA N.º 1806/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marcélia Martins Mendonça**, Agente Administrativo, Matrícula Funcional 3608, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 2/4/2020 a 1/4/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1805/2021

PORTARIA N.º 1805/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marta Moreira Pinto**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 20, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 16/2/2020 a 15/2/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1804/2021

PORTARIA N.º 1804/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Marcilene Leite de Queiroz**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4256, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 4/6/2020 a 3/6/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1803/2021

PORTARIA N.º 1803/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Telma Aparecida Borges**, Assistente Administrativo, Matrícula Funcional 4358, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 8/3/2020 a 7/3/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1802/2021

PORTARIA N.º 1802/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Ingrid Sandy Martins Gomes**, Assistente Administrativo, **Matrícula Funcional 4102, l**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 2/6/2020 a 1/6/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1801/2021

PORTARIA N.º 1801/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 10 (dez) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Ingrid Sandy Martins Gomes**, Assistente Administrativo, **Matrícula Funcional 4102, l**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 1/6/2018 a 31/5/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1800/2021

PORTARIA N.º 1800/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Ilda Francisco Campos dos Santos**, Auxiliar de Enfermagem, **Matrícula Funcional 36, l**otado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 15/2/2019 a 14/12/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1799/2021

PORTARIA N.º 1799/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **José Martins Vieira**, Motorista, Matrícula Funcional 191, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 28/2/2020 a 27/2/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1798/2021

PORTARIA N.º 1798/2021

Dispõe sobre a conversão de férias em abono pecuniário, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* e alterações posteriores; de acordo com o ***Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 30/2021***; **resolve:**

Art. 1º Converter 20 (vinte) dias de férias em abono pecuniário do(a) servidor(a) público(a) municipal **Cloves Alves de Oliveira Filho**, Motorista, Matrícula Funcional 3946, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 13/1/2020 a 12/1/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 20 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1797/2021

PORTARIA N.º 1797/2021

Dispõe sobre a nomeação de ***Danillo Camargo Oliveira****, e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto na Lei Municipal n.º 1.901, de 23 de dezembro de 2015, que *dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa do Município de Nova Xavantina, e dá outras providências,* de acordo com a Lei Municipal n.º 2.208, de 26 de junho de 2020, que *altera dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.901/2015 e na Lei Municipal n.º 2.034/2017, e dá outras providências;* **resolve:**

Art. 1º Nomear, a partir da data desta Portaria, o Sr. ***Danillo Camargo Oliveira***, brasileiro, portador do CI/RG n.º 5171363 2ª Via-GO, inscrito no CPF sob o n.º 025.619.291-08, para exercer a função comissionada de ***Gestão – Responsável Técnica COVID-19***, junto A Secretara Municipal de Saúde, fazendo jus aos vencimentos pertinentes ao cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 19 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1796/2021

PORTARIA N.º 1796/2021

Dispõe sobre a concessão de Licença Médica, e dá outras providências.

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais, das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT,* suas alterações posteriores e demais legislação que trata da matéria; **resolve:**

Art. 1º De acordo com o *Laudo de Inspeção de Saúde*, lavrado em 14 de outubro de 2021, pelo médico *Álvaro Rizzardi* – CRM-MT 1703, **deferir licença médica**, a(o) servidor(a) público(a) municipal **Adriana da Silva Freitas**, Gari, Matrícula Funcional 3934, lotado(a) junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 20/10/2021 a 6/11/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de outubro de 2021.

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
PORTARIA N.º 1795/2021.

PORTARIA N.º 1795/2021.

Dispõe sobre a concessão do benefício Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição da servidora Cleusa Mara Kasper, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, de acordo com o atr. 30 da Lei Municipal nº 1.189, de 02 de outubro de 2006, que *reestrutura o RPPS – Regime Próprio de Previdência Social de Nova xavantina – MT e dá outras providências*, combinado com o art. 266 da Lei Municipal nº 1.752, de 03 de dezembro de 2013, que *dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis Municipais das Autarquias e das Fundações Públicas do Município de Nova Xavantina – MT;* **resolve**:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição** a servidora **Cleusa Mara Kasper**, brasileira, portadora do CI/RG n.º 0551608-0 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 378.361.101-68, portadora do Título de Eleitor n.º 0068 6833 1899, efetiva no cargo Assistente Administrativo, classe "E/10", Matrícula Funcional 10, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, e contribuiu para o Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Xavantina - MT de 08 de outubro de 1991 a 08 de outubro de 2021, totalizando 10.951 dias, 30 anos e 04 dias, com proventos integrais, conforme processo administrativo do PREVINX nº 2021.09.00000009, a partir de 11 de outubro de 2021, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina, 18 de outubro de 2021

João Machado Neto – João Bang

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº 040/2017

O MUNICÍPIO NOVA XAVANTINA-MT e a empresa **BIG BRAIN COMUNICAÇÃO LTDA – ME**, inscrito no CNPJ sob o nº 09.474.688/0001-16, objetivo Distrato do Contrato nº 040/2017 cujo objeto é a **Contratação de Agência de Propaganda para realização de serviços de publicidade e propaganda**. Este distrato se fundamenta nos termos do edital do certame e nos termos das cláusulas contratuais, e no Ofício nº 042/2021/ASSJUR/GAB, bem como por meio de decisão judicial e é regido pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

Nova Xavantina-MT, 21 de outubro de 2.021.

João Machado Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°298/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (dias) dias de férias ao Servidor**: Jair Domingues**, brasileiro, maior, portador do RG n°1188831-8 SJ/MT e do CPF n° 924. 414.751-34 lotado no setor **Secretaria Municipal de Infraestrutura,** no cargo de **Vigilante**, referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 21/10/2021 à 19/11/2021, com retorno aos trabalhos no dia 20/11/ 2021.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 21 de outubro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N°297/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais são atribuídas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 30 (dias) dias de férias para a Servidora**: Valdina Rodrigues Souza**, brasileira, maior, portadora do RG n°1872384-5 SSP/MT e do CPF n° 020.902.261-29, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, no cargo de **Monitora de Creche,** referente ao período aquisitivo de 2020/2021, a partir do dia 21/10/2021 à 19/ 11/2021, com retorno aos trabalhos no dia 20/11/2021.

Artigo 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrários.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, 21 de outubro de 2021.

SILVANO PEREIRA NEVES

PrefeitoMunicipal

ALBERTO GORGES

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N° 013/2021

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves, torna público a quem possa interessar, que está a disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do norte, O BALANCETE DE VERIFICAÇÃO DO PLANO PCASP, do mês de SETEMBRO do exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte, em 20 de outubro de 2021

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº: 068/2021

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: Ana Paula da Silva de Jesus

Objetivo: **Prestação de serviços emergencial de combate a Covid 19 por tempo determinado na área da Saúde**

Vínculo Legal: Decreto 047/2020

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: Auxiliar de Saúde Bucal

Valor Global R$: **R$ 5.124,13 (Cinco mil cento e vinte e quatro reais e treze centavos**).

Data assinatura: 22/10/2021

Vigência: de 22/10/2021 A 19/01/2022.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito do município de Novo Horizonte do Norte e **Ana Paula da Silva de Jesus**

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 260/2021

De 21 de outubro de 2021.

"Dispõe Sobre Concessão de Férias,

e dá Outras Providências".

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o artigo 69 e 70 da LC n.º 004/2001 aos servidores:

DANIELA BOCCOLI, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1594952-4 SSP/MT e do CPF sob o nº. 008.929.181.60, servidora no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE**, matriculada no DRH sob o nº 990, a partir do dia 18/10/2021 a 16/11/2021 referente ao período aquisitivo de 01/01/2020 – 31/12/2020.

REGINALDO JOSE RODRIGUES PIEDADE, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1253135-9 SSP/MT e CPF sob o nº 878.529.691.00, servidor no cargo de **AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE**, matriculado no DRH sob o nº 1007, a partir do dia 01/10/2021 a 31/10/2021, referente ao período aquisitivo de 01/01/2021 – 31/12/2021.

ROSE MARLEI BLOTZ, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1821154-2 SSP/MT e do CPF sob o nº. 009.882.571.22, servidora no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, matriculada no DRH sob o nº 2236, a partir do dia 04/10/2021 a 02/11/2021 referente ao período aquisitivo de 01/08/2020 – 31/07/2021.

POLIANI RENATA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10.610.756 SSP/MG e do CPF sob o nº. 037.141.786.43, servidora no cargo de **ENFERMEIRA**, matriculada no DRH sob o nº 952, a partir do dia 04/10/2021 a 02/11/2021 referente ao período aquisitivo de 01/11/ 2019 – 31/10/2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 21 de outubro de 2021.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2021

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 019/2021

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 069/2021

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: durante os dias **22 de Outubro a 10 de Novembro de 2021**, período integral do expediente, sendo que excepcionalmente, no dia 10 de Novembro de 2021 as propostas poderão ser encaminhadas até às 08h00, horário de Brasília. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 08h00. Inicio da sessão da disputa: às 09h00 (Brasília) do dia 10 de Novembro de 2021. Objeto da licitação na modalidade pregão eletrônico: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT,** conforme condições e especificações constantes no Edital e seus anexos. **LOCAL DA DISPUTA**: Site da Licitanet - Licitações On-line www.licitanet.com.br. **RETIRADA DO EDITAL:** site: www.novosantoantonio.mt.gov.br. **INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas deverão providenciar o cadastro no Licitanet - Licitações On-line, conforme edital de chamamento. **CONTATO:** (0**66)3548-1140 ou e-mail: licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br .

Novo Santo Antônio-MT, 22 de Outubro de 2021.

EVA RODRIGUES BRITO

Pregoeira Oficial

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021
PROCESSO Nº 068/2021

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2021

PROCESSO Nº 068/2021

A Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, através de sua Pregoeira torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo "**MENOR PREÇO**". O critério de julgamento **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO /MT.** em conformidade com as Leis 10.520/2002 e Lei 8.666/93. O Credenciamento será realizado das 08h: 00mim até às 09h: 00 min do dia **09 de Novembro de 2021**. Na Avenida 29 de setembro, nº 244 - Centro no Paço Municipal. "A Sessão terá início às 09h: 00 min, (horário de Brasília) na mesma data e local". O Edital completo está à disposição dos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT, no horário das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas e também disponibilizado pelo site ***www.novosantoantonio.mt.gov.br*** ou através do e-mail ***licitacao@novosantoantonio.mt.gov.br***, demais esclarecimentos pelo telefone (66)3548-1140.

Novo Santo Antônio – MT, 22 de Novembro de 2021.

Eva Rodrigues Brito

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA LICITAÇÃO TOMDADA DE PREÇOS Nº 05/2021

A Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT através da Comissão Permanente de Licitação torna público para o conhecimento dos interessados, o Resultado do Julgamento da Habilitação da Tomada de Preços nº 05/2021. Foram declaradas **HABILITADAS** as empresas **ALIANÇA INDUSTRIA E CONSTRUCOES LTDA e BARRACON CONSTRUTORA EIREL**, por atenderem a todas as exigências editalicias. Não havendo nenhum licitante inabilitado, desde já ficam convocados para a abertura dos envelopes nº 02 - PROPOSTA DE PREÇO que será realizada no dia 26/10/2021 as 14:00 horas (horário de Brasília), na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim-MT.

Novo São Joaquim/MT, 21 de outubro de 2021.

VALBER KENEDY BARBOZA SANDES - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO CMS Nº004, DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

RESOLUÇÃO CMS Nº004, de 20 de outubro de 2021.

O Conselho Municipal de Saúde de Paranatinga, no uso de suas atribuições legais que lhe confere através da Lei Orgânica de 8080 de 17/07/1990 e 8.142 de 28/12/1990, a lei complementar 22/09/1992, em consonância com a lei municipal Nº 197/2006, em reunião extraordinária, conforme regimento interno do Conselho Municipal de Saúde, capítulo III, Sessão III, artigo 7º, parágrafo único, presidiu a reunião a conselheira Adriana Ferreira Pedroso eleita pelos seus pares, realizada em 20 de outubro de 2021.

Resolve:

Art 1 º APROVAR o Plano Municipal de Contingência das Arboviroses urbanas Dengue, Zika, Chikungunya 2020-2021.

Art 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art 3º - Revogam se as disposições em contrário.

Ressalvas: Deve ser realizada a revisão dos valores da Tabela 8.3 Custos das necessidades por Elemento de Despesa. Todos os gastos deverão ser apresentados e aprovados para o Conselho Municipal de Saúde, em tempo hábil para aprovação de prestação de contas.

Registra – se, cumpra –se e publica-se.

Paranatinga-MT, 20/10/2021.

ADRIANA FERREIRA PEDROSO

PRESIDENTE INTERINO DO C.M.S.

HOMOLOGO:

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR Nº 03 AO CONTRATO 47/2019

Aditivo nº 03 ao Contrato 47/2019 – Processo de Carta Convite nº 01/2019 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratado: **RD ENGENHARIA LTDA - ME**, **CNPJ: 32.581.633/0001-27.** Objeto: Constitui Objeto da Presente licitação Contratação de Empresa Especializada em-Consultoria técnica e prestação de serviços de responsabilidade técnica, fiscalização e elaboração de projetos básicos de engenharia e acompa-

nhamento de obras realizadas no município de Paranatinga-MT, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos. Conforme especificações contidas neste Edital e seus Anexos. **Prazo**: **21/10/2021 A 22/08/2022**. **Valor: R$: 170.042,86 (cento e setenta mil e quarenta e dois reais e oitenta e seis centavos).** Departamento de Licitações e Contratos, em 21 de outubro de 2021.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 362/2021

PORTARIA Nº. 362/2021

INSTAURA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL NO ÂMBITO DA PREFEITURA DE PARANATINGA/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, **Sr. Josimar Marques Barbosa**, no uso e gozo das suas atribuições legais; e

Considerando, as disposições contidas no Ofício nº. 570/2021-WMP-WG subscrito pelo Sr. Wellington Miranda Passos, Vereador do Município de Paranatinga/MT, a notícia de que está ocorrendo irregularidades nas aquisições de combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10), as quais se dá através do certame licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial, o qual foi registrado sob o nº. 063/2020 pela Prefeitura de Paranatinga/MT.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Instaurar, no âmbito Prefeitura de Paranatinga/MT, Tomada de Contas Especial para apuração dos apontamentos constantes no Ofício nº. 570/2021-WMP-WG subscrito pelo Sr. Wellington Miranda Passos, Vereador do Município de Paranatinga/MT, a notícia de que está ocorrendo irregularidades nas aquisições de combustíveis (Óleo Diesel Comum e Óleo Diesel S10), oriunda do Pregão Presencial nº. 063/2020, tendo por objetivo a verificação dos fatos, a identificação dos responsáveis, a quantificação do dano e a recomposição do prejuízo causado ao Erário.

Artigo 2º - A execução dos trabalhos de apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano ao erário será realizada pela Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial designada por meio da Portaria nº 361/2021, publicada em 21/10/2021, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias nos termos da Resolução Normativa nº. 24/2014 do TCE/MT, podendo ser prorrogada uma única vez por igual período.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Cumpra-se.

Paranatinga/MT, 20 de outubro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 363 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA N° 363 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

INSTITUIR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE PREFEITURA DE PARANATINGA E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA/MT, SR. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, NO USO E GOZO DAS SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS; E

CONSIDERANDO a Lei nº 13.019 de 31 de Dezembro de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre administração pública e organizações da sociedade civil;

CONSIDERANDO a Lei nº 2197 de 16 de agosto de 2021, que Regulamenta a Lei Federal nº 13.019 de 31 de Dezembro de 2014, que trata sobre o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a Administração Pública Municipal e as Organizações da Sociedade Civil, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidades de interesse público;

CONSIDERANDO que a Comissão de Avaliação e Monitoramento é órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos um servidor ocupante de cargo efetivo;

CONSIDERANDO a necessidade de nomeação da Comissão de Avaliação e Monitoramento para melhor avaliação dos Termos de Parceria celebrada entre Administração Pública e as OSC.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica nomeada a Comissão de Avaliação e Monitoramento, sendo que será sem ónus, órgão colegiado que terá como competência de monitorar e avaliar a execução dos Termos de Fomento, Termo de Colaboração e Termo de Cooperação, firmados pela Administração Pública e as Organização da Sociedade Civil - OSC.

Artigo 2º - A Comissão de Avaliação e Monitoramento de que trata o artigo antecedente será composta pelos seguintes membros:

VICTOR CEZAR DA SILVA ANFILOFEV - Presidente - inscrito no CPF nº 051.029.551-79. THAINA LOULA - Secretária - inscrita no CPF nº CPF: 041.141.881-50. LEIDIANE BARBOSA PEREIRA - Membro - inscrito no CPF: 879.089.131-72.

Artigo 3º - São obrigações da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

I – Monitorar e avaliar as parcerias celebradas com as organizações da sociedade civil;

II – Emitir parecer técnico conclusivo, levando em consideração o conteúdo do relatório de monitoramento e avaliação e do parecer financeiro conclusivo.

Artigo 4º - O membro da Comissão de que ora se constitui deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:

I – Tenha nos últimos 05 (cinco) anos mantido relação jurídica com organização da sociedade civil parceira;

II A declaração de impedimento de membro da Comissão não obsta a continuidade do processo de execução da parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão e o ou a entidade pública municipal;

III – Na hipótese do item II, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro substituto nomeado através de ato competente, afim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de execução.

Artigo 5º - Para subsidiar seus trabalhos, esta Comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

Artigo 6º - Esta Comissão, bem como a nomeação de seus membros terá vigência a contar da publicação da presente portaria.

Artigo 7º - Todos os trabalhos desta Comissão deverão ser registrados em atas, devidamente assinadas e arquivadas no setor competente.

Artigo 8º - A Comissão de Avaliação e Monitoramento deve cumprir o disposto na Lei Federal 13.019/2014 e suas alterações, bem como, o disposto na Lei Municipal 2197/2021.

Artigo 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 20 de outubro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PARECER

PARECER

Ao:

Exmo. Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**

Prefeito Municipal de Paranatinga – MT.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instituída pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº 037/2021, publicada no dia 22 de janeiro de 2021, no Jornal Oficial dos Municípios AMM, constituídas pelos servidores **DENI MARTINS BORGES, FERNANDA CRISTINA DE MELO e GUSTAVO MIRANDA DE FARIA**, Presidente e Membros, com incumbência de verificar a falta funcional do servidor **EVERTON COLDEBELLA,**brasileiro, Agente de Combate de Endemias, inscrito no RG nº 8045368951 SJS/RS e CPF nº 511.728.101-25, residente na Rua dos Imigrantes, 440, bairro União, Paranatinga/MT, telefone para contato (66) 98404-5392, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nesta cidade, vem à respeitável presença de Vossa Excelência apresentar:

RELATÓRIO

Nos termos seguintes:

DA INSTAURAÇÃO E DA ACUSAÇÃO

Houve informação que o Servidor **EVERTON COLDEBELLA,** brasileiro, Agente de Combate a Endemias, inscrito no RG nº 8045368951 SJS/RS e CPF nº 511.728.101-25, residente na Rua dos Imigrantes, 440, bairro União, Paranatinga/MT, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, nesta cidade, conforme oficio 575/2020/SMS.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, consultando o Estatuto dos Servidores Público Municipal, constatou indícios de conduta que coadunam com o disposto no artigo 203, I, III, XI, artigo 204, I, IX, XVI, XVII, XIX e XXV, e artigo 217, inciso III combinado com artigo 224, *caput*, todos da Lei Municipal nº 024/97:

Art. 203 – São deveres do servidor além dos que lhe cabem em virtude do desempenho de seu cargo e dos que decorrem, em geral, de sua condição de servidor público:

I – comparecer ao serviço, com assiduidade e pontualidade e nas horas de trabalho extraordinário quando convocado;

(...)

III – executar os serviços que lhe competir e desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;

(...)

XI – apresentar relatório ou resumos de suas atividade, nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

(...)

Art. 204 – São proibidas ao funcionário toda ação ou omissão capazes de comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência do serviço ou causar dano à Administração Pública, especialmente:

I – ausentar-se do serviço durante o expediente sem previa autorização do chefe imediato.

(...)

IX – deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada;

(...)

XVI – proceder de forma desidiosa;

(...)

XVII – praticar atos de sabotagem contra o serviço público;

(...)

XIX – exercer ineficientemente suas funções

(...)

XXV – praticar atos de indisciplina ou de insubordinação.

(...)

Art. 217 – A demissão será aplicada nos seguintes casos:

(...)

III – inassiduidade administrativa;

(...)

Art. 224 – Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justiçada por 15 (quinze) dias ou mais, interpoladamente, durante o período de 12 (doze) meses.

Os trabalhos da Comissão iniciaram-se imediatamente, nos termos do artigo 228, § 2º, do Estatuto dos Servidores Municipais de Paranatinga. Assim, foram tomadas as seguintes providências:

a) juntada do Ofício nº 761/2020/SMS – da Secretaria de Saúde (fls. 01 a 17);

b) juntada cópia do Ofício 029/2020/PAD e ofício nº 037/2021/PAD (fl.18 e 19);

c) juntada de ofício nº 05/2021 Vigilância em Saúde/ Epidemiológica (fls. 20 a 23);

d) juntada do Despacho Ministerial com os anexos (fls. 24 a 460);

e) juntada do Termo de Autuação, Termo de Compromisso, Ata de Instalação (fls. 461 a 463);

f) juntada do Mandado de Citação (fl. 464);

g) juntada da Ata de Deliberação nº 001/2021/CPPAD e Ata de Deliberação nº 002/2021/CPPAD (fl. 465 e 466);

h) juntada do ofício nº 044/2021/PAD (fl. 467);

i) juntada da Ata de Deliberação nº 003/2021-CPPAD (fl. 468);

j) juntada ofício nº 052/2021/PAD (fl. 469);

k) juntada da Portaria de Prorrogação nº 131/2021 (fl. 470);

l) juntada ofício 19/VIGILÂNCIA EM SAÚDE/EPIDEMIOLÓGICA e ofício 34/2021/SMS/VIG.AMB (fls. 471 a 473);

m) juntada de Mandado de Citação, Mandados de Notificações (fls. 474 a 480);

n) juntada de cópia do ofício 054/2021/PAD (fl. 481);

o) juntada do ofício nº 344/2021/SMS (fl. 482);

p) juntada do ofício nº 351/2021/SMS (fls. 483 a 547);

q) juntada do ofício nº 058/2021/PAD e ofício 59/2021/PAD (fl. 548 e 549);

r) juntada do Relatório de Digiligência realizado nos dias 26, 27 e 28 de abril de 2021 (fls. 550 a 606);

s) juntada do ofício nº 060/2021/PAD (fls. 607 a 609);

t) Juntada da Procuração do Advogado (fl. 611);

u) juntada o Termo de Declaração de Maria José Pereira (fl. 613 a 615);

v) juntada o Termo de Declaração de Rejeane Aparecida Coutinho (fl. 616 a 620);

w) juntada o Termo de Declaração de Fatima Eickoff Hammarstrom (fls. 621 a 625);

x) juntada o Termo de Declaração de Elton Alves de Souza (fl. 626 a 631);

y) juntada o Termo de Declaração de Maíra Marques Amorim (fl. 632 a 636);

z) juntada o Termo de Maberson Borges de Lima (fls. 637 a 639);

aa) juntada o Termo de Declaração de Everton Coldbella (fls. 640 a 644)

bb) juntada da Ata de Deliberação nº 004/2021- CPPAD (fls. 645 a 646);

cc) juntada de Certidão com documentos em anexo (fls. 647 a 650);

dd) juntada do ofício nº 062/2021/PAD e ofício º 063/2021/PAD (fls. 651 a 652);

ee) juntada de cópia do ofício nº 26/SMS/VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (fls. 653 a 759);

ff) juntada de ofício nº 572/2021/PJ/CÍVEL/PTGA (fl.761);

gg) juntada de ofício nº 074/2021/PAD (fl. 762); e

hh) juntada de ofício nº 491/2021/SMS de (fl. 764 a 765).

APRECIAÇÃO

Nada mais restando para o esclarecimento dos fatos, inexistindo pendência sobre qualquer pleito da defesa, estando formado o livre convencimento dos membros da Comissão, passou-se a concluir:

CONCLUSÃO

Diante dos fatos, esta Comissão constatou que não restou comprovado que o servidor infringiu o artigo 203, em seus incisos I, III e XI; e o artigo 204, em seus incisos I, IX, XVI, XVII, XIX e XXV, em razão de inexistir nos autos motivação idônea para reconhecer a responsabilização disciplinar do agente sindicado EVERTON COLDEBELLA.

A Comissão Processante **OPINA** pelo **ARQUIVAMENTO** do Procedimento de Sindicância, com base no artigo 241, inciso I, da Lei nº 024/1997, tendo em vista ausência de provas cabais que sustentem a ocorrência dos fatos indisciplinares imputados ao servidor **EVERTON COLDEBELLA.**

Com relação às sugestões da Comissão Processante à Gestão:

a) Seja realizada conferência do espelho ponto, entabulando assinatura do servidor e de sua Chefia Imediata;

b) Seja feito desconto das faltas não justificadas na folha de pagamento;

c) Anexar a justificativa das faltas e folgas, com a anuência do supervisor para os trabalhos realizados aos fins de semana, junto ao Espelho Ponto;

d) Que seja designado supervisor de área para acompanhamento visita das fichas de visita e dos Boletins Diários de Produção regularmente, e que conste no Boletim a assinatura do mesmo;

e) Que seja realizado visitas *in loco* a cada 03 (três) meses pelo Supervisor de Área e pelo Diretor da Vigilância em Saúde a fim do acompanhamento das atividades dos Agente de Endemias;

f) Que o Diretor da Vigilância em Saúde busque no setor de Tributação a atualização dos registros dos nomes dos logradouros, para que possa ser repassado para cada Agente de Endemias, a fim de evitar a elaboração de Boletins Diários de Produção com inconsistências de informações;

g) Que seja encaminhado uma cópia deste parecer à Secretaria Municipal de Saúde, para que o Gestor determine de todos os servidores à assinatura do Espelho Ponto juntamente com seu coordenador (superior imediato), para que ocorra o devido desconto das faltas injustificadas, que seja anexadas as justificativas das folgas, bem como o devido arquivamento dos referidos Espelhos Pontos; e

h) Que seja feito uma atualização da Lei Municipal 024/97, tendo em vista a sua defasagem em relação aos trabalhos da Comissão Processante.

É o relatório que submetemos a apreciação de Vossa Excelência.

Paranatinga-MT, 21 de outubro de 2021.

DENI MARTINS BORGES GUSTAVO MIRANDA DE FARIA

Presidente Membro

FERNANDA CRISTINA DE MELO

Membro/Secretária

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 2042 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

DECRETO Nº 2042 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"DISPÕE SOBRE O RETORNO PRESENCIAL DAS AULAS NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 11.367 de 10 de maio de 2021 em que reconhece as atividades educacionais escolares e afins como essenciais para o Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1134 de 01 de outubro de 2021 "*revoga os Decretos Estaduais que menciona e dá outras providências"*;

DECRETA:

Artigo 1º. Estabelecer orientações para o regime de trabalho dos servidores públicos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga, com o cumprimento da jornada de trabalho no regime **Presencial,** bem como o **retorno de todos os estudantes da Rede Pública de Ensino Municipal de forma presencial,** a partir do dia 25 de outubro de 2021;

§ 1º - Nas Escolas Municipais de Educação Infantil, o retorno presencial às atividades de ensino, neste ano de 2021 não abrangerá os alunos matriculados no Berçário.

§ 2º - Fica mantido para o retorno seguro das crianças às salas de aula, o uso obrigatório de máscaras de proteção e a maior ventilação possível nos ambientes.

Artigo 2º - Todas as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino devem seguir a Resolução normativa 003/2020 do CEE/MT, bem como os protocolos de biossegurança, tais como: a utilização de máscara no ambiente escolar, aferição da temperatura, a desinfecção das mãos e ambientes com álcool 70% e a rotina de lavar as mãos.

Artigo 3º - Organizar máscaras reservas, material de limpeza e álcool 70% (setenta por cento), assim como instalações necessárias, entre outras medidas de biossegurança, com recursos do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).

Parágrafo único: O intervalo para o recreio, deverá voltar ao horário normal, e ser acompanhado e dirigido por um professor.

Artigo 4º- Não será permitido aos pais ou responsáveis adentrarem nas unidades escolares sem máscaras, podendo, entretanto, acompanhar os filhos até próximo ao portão indicado para entrada/saída dos estudantes.

Artigo 5º- Cabe a gestão da unidade escolar, organizar, monitorar e fazer cumprir as regras de entrada dos alunos e funcionários, higienização, exigir o uso de máscara no interior da unidade escolar.

§1º- A recepção dos alunos deverá ser de forma ordenada na entrada e saída, utilizando termômetro, máscaras e higienizando as mãos sempre com álcool 70%.

§2º- Ao adentrar na escola o estudante deverá seguir direto para a sala de aula, para evitar o contato com alunos de outras turmas.

§3º- Para participarem presencialmente das aulas os estudantes devem portar os seguintes itens (individuais): garrafa de água com a devida identificação do aluno, e ainda duas máscaras, para que seja procedida a troca após o lanche, ou ainda, quando houver necessidade.

Artigo 6º- A equipe gestora deverá acompanhar e monitorar todas as atividades desenvolvidas pelos professores e estar atenta aos cuidados de biossegurança no interior da unidade escolar.

Parágrafo único: Alunos e ou profissionais que apresentarem algum sintoma gripal (febre, tosse ou dificuldade de respirar) deverão ser encaminhados (por seus responsáveis) ou orientados para que procurem o atendimento médico urgente, afim que sejam tomadas as medidas de segurança cabíveis (o responsável pela criança deverá avisar o professor o motivo da falta do estudante) se for um profissional da escola deve avisar a chefia imediata sobre a necessidade de ausentar e apresentar atestado.

Artigo 7º- O ensino não presencial, com a elaboração de material didático impresso (apostilas) referente aos conteúdos trabalhados em sala, será garantido, exclusivamente, para os estudantes que estiverem em isolamento para COVID-19, bem como para aqueles com comorbidade, ou a critério médico, para diminuir o prejuízo para aprendizado e manter o contato com a escola; nestas situações, é responsabilidade da família e/ou responsável apresentar à Instituição de Ensino, documentação médica (atestado médico) que comprove a necessidade de afastamento para realização de atividade não presencial. Conforme parágrafo único art. 11, da Resolução CNE/CP Nº 2 de 05 de agosto de 2021.

Artigo 8º - O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deve também ser garantido, mobilizado e orientado pelos professores, em articulação com as famílias para a organização do retorno presencial.

Artigo 9º - Aos servidores da Secretaria Municipal de Educação pertencentes ao grupo de risco, que já tenham sido incluídos no rol de imunização, mediante as doses da vacina contra a COVID-19, fica vedado o cumprimento da jornada em regime de teletrabalho, conforme consta, no art. 2º da Portaria 662/2021/GS/SEDUC-MT.

I. As gestantes deverão permanecer afastadas das atividades presenciais, sem prejuízo de sua remuneração ficando à disposição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

II. As professoras gestantes, desempenharão seu trabalho de forma não presencial, sem prejuízo de sua remuneração ficando à disposição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

III. Os professores efetivos deverão cumprir a carga horária de trabalho de 26 (vinte e seis) horas semanais nas instituições em que estão lotados. Os professores contratados e demais profissionais cumprirão sua carga horária de trabalho, ficando à disposição da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Artigo 10 - Os casos excepcionais ou omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura do município de Paranatinga-MT.

Artigo 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 20 de outubro de 2021.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001 AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/MT, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, a saber:

I. Divulgar a relação dos candidatos com inscrição deferida do Edital de Processo Seletivo nº 006/2021. II. Divulgar a relação dos candidatos com inscrição indeferida do Edital de Processo Seletivo nº 006/2021 por falta de documentação/dados. III. **Divulgação do resultado da pontuação curricular.** IV. **Convocar os candidatos (relação anexa), para realização da entrevista *a ser realizada no dia 25 de outubro de 2021*, às 14h00min – horário de Cuiabá /MT, na Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Av. Fernando Correa da Costa, s/n. Centro em Pedra Preta/Mato Grosso** V. **Convocar os candidatos (relação anexa), para realização da prova prática *a ser realizada no dia 24 de outubro de 2021*, às 8h00min – horário de Cuiabá /MT, no Centro de Eventos Alexandrina Alves de Freitas (Poliesportivo), localizada na Av. Frei Servávio, s/n. Centro em Pedra Preta/Mato Grosso**, dos cargos de **MOTORISTA**, deverá possuir habilitação de acordo com o cargo. O Candidato DEVE ESTAR CIENTE QUE SOMENTE SERÁ AUTORIZADO A SE SUBMETER À PROVA PRÁTICA se portar a carteira de habilitação original na categoria exigida, com validade na data da realização das mesmas, de conformidade com CTB - Código de Trânsito Brasileiro, pois nenhum condutor poderá dirigir na via pública sem portar seu respectivo documento de habilitação na via original e da classe correspondente ao veículo dirigido. Os deverão exibir ao examinador responsável pelo exame de direção sua carteira nacional de habilitação original exigida e entregar-lhe uma fotocópia da mesma. VI. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis no endereço eletrônico: no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal e Diário Oficial do Município de Pedra Preta/MT, disponível em https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Pedra Preta, 21 de outubro de 2021.

ADENILDA VIEIRA COELHO

Gestora de Recursos Humanos

RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO DEFERIDA DE ANÁLISE CURRICULAR

Nº Ord.	NOME	NASCIMENTO	VAGA
1.	Maria Francisca Arruda de Souza	29/05/1991	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)
2.	Helio Correia da Costa	06/06/1978	Médico PSF (Sede)
3.	José Leonardo Alves da Silva	20/10/1991	Técnico em Enfermagem (Sede)
4.	Simone de Lima	23/02/1981	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)
5.	Jaison Barros Silveira	11/10/1996	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital
6.	Francisco das Chagas Souza	22/10/1966	Motorista
7.	Geisiane Rodrigues dos Santos	04/10/1999	Técnico em Enfermagem (Sede)
8.	Maria de Fátima Oliveira Fernandes	09/05/1986	Técnico em Enfermagem (Sede)
9.	Renata Cecilia de Souza Barbosa	22/11/1987	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)
10.	Cláudio Kleber Juiz de Souza	18/07/1986	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital
11.	Weliton Roriz de Azevedo	01/05/1997	Motorista
12.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital
13.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico PSF (Sede)
14.	Ana Paula dos Santos Reis	07/08/1990	Técnico em Enfermagem (Sede)
15.	Marivaldo Bispo Gonçalves	08/04/1976	Técnico em Enfermagem (Sede)
16.	Marielly Rodrigues Gonçalves	04/07/2000	Técnico em Enfermagem (Sede)
17.	Rosenilda Nogueira da Silva	27/09/1979	Técnico em Enfermagem (Sede)
18.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital
19.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico PSF (Sede)

20.	Higino Nunes de M. Neto	11/10/1980	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital
21.	Maria Ines de Souza Ramos	04/11/1977	Técnico em Enfermagem (Sede)
22.	Zilda Ferreira Rocha Horta	27/111/1963	Técnico em Enfermagem (Sede)
23.	Regiane Gregorio Adbo	25/11/1973	Técnico em Enfermagem (Sede)

RELAÇÃO DE CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO INDEFERIDAS DE ANALISE CURRICULAR

Nº Ord.	NOME	VAGA	INSCRIÇÕES INDEFERIDAS
1.	Sônia Maria Cardoso Souza	Técnico em Enfermagem (Sede)	Motivo: falta de documentos
2.	Marco Cesar Amorim	Continua(o)	Motivo: falta de documentos
3.	Warlei Daniel Correia Novaes	Motorista	Motivo: falta de documentos
4.	Michelle Cristina Zakarevicius Rocha	Médico de PSF	Motivo: falta de documentos
5.	Ellen Líceras Gonçalves	Médico Plantonista Clínico Geral do Hospital	Motivo: falta de documentos

DIVULGAÇÃO DA PONTUAÇÃO CURRICULAR

Nº Ord.	NOME	NASCIMENTO	VAGA	PONTUAÇÃO CURRICULAR
1.	Maria Francisca Arruda de Souza	29/05/1991	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)	20
2.	Helio Correia da Costa	06/06/1978	Médico PSF (Sede)	30
3.	José Leonardo Alves da Silva	20/10/1991	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
4.	Simone de Lima	23/02/1981	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)	25
5.	Jaison Barros Silveira	11/10/1996	Médico Plantonista	15
6.	Francisco das Chagas Souza	22/10/1966	Motorista	85
7.	Geisiane Rodrigues dos Santos	04/10/1999	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
8.	Maria de Fátima Oliveira Fernandes	09/05/1986	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
9.	Renata Cecilia de Souza Barbosa	22/11/1987	Contínua/Merendeira (Assent. 26 de Janeiro)	15
10.	Cláudio Kleber Juiz de Souza	18/07/1986	Médico Plantonista	15
11.	Weliton Roriz de Azevedo	01/05/1997	Motorista	40
12.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico Plantonista	85
13.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico PSF (Sede)	85
14.	Ana Paula dos Santos Reis	07/08/1990	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
15.	Marivaldo Bispo Gonçalves	08/04/1976	Técnico em Enfermagem (Sede)	45
16.	Marielly Rodrigues Gonçalves	04/07/2000	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
17.	Rosenilda Nogueira da Silva	27/09/1979	Técnico em Enfermagem (Sede)	90
18.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico Plantonista	100
19.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico PSF (Sede)	100
20.	Higino Nunes de M. Neto	11/10/1980	Médico Plantonista	40
21.	Maria Ines de Souza Ramos	04/11/1977	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
22.	Zilda Ferreira Rocha Horta	27/11/1963	Técnico em Enfermagem (Sede)	100
23.	Regiane Gregorio Adbo	25/11/1973	Técnico em Enfermagem (Sede)	80

CONVOCAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA SECRETARIA DE SAÚDE PARA ENTREVISTA EM 25/10/2021 AS 14:00 H

Nº Ord.	NOME	NASCIMENTO	VAGA	PONTUAÇÃO CURRICULAR
1.	Helio Correia da Costa	06/06/1978	Médico PSF (Sede)	30
2.	José Leonardo Alves da Silva	20/10/1991	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
3.	Jaison Barros Silveira	11/10/1996	Médico Plantonista	15
4.	Geisiane Rodrigues dos Santos	04/10/1999	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
5.	Maria de Fátima Oliveira Fernandes	09/05/1986	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
6.	Cláudio Kleber Juiz de Souza	18/07/1986	Médico Plantonista	15
7.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico PSF (Sede)	85
8.	Alan Christian de Araújo dos Santos	27/10/1978	Médico Plantonista	85
9.	Ana Paula dos Santos Reis	07/08/1990	Técnico em Enfermagem (Sede)	35
10.	Marivaldo Bispo Gonçalves	08/04/1976	Técnico em Enfermagem (Sede)	45
11.	Marielly Rodrigues Gonçalves	04/07/2000	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
12.	Rosenilda Nogueira da Silva	27/09/1979	Técnico em Enfermagem (Sede)	90
13.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico Plantonista	100
14.	Ilizandro Lopes Reinoso Filho	28/01/1961	Médico PSF (Sede)	100
15.	Higino Nunes de M. Neto	11/10/1980	Médico Plantonista	40
16.	Maria Ines de Souza Ramos	04/11/1977	Técnico em Enfermagem (Sede)	20
17.	Zilda Ferreira Rocha Horta	27/11/1963	Técnico em Enfermagem (Sede)	100
18.	Regiane Gregorio Adbo	25/11/1973	Técnico em Enfermagem (Sede)	80

CONVOCAÇÃO DE MOTORISTAS PARA PROVA PRÁTICA EM 24/10/2021 ÀS 08:00 H

Nº Ord.	NOME	NASCIMENTO	VAGA	PONTUAÇÃO CURRICULAR
1.	Francisco das Chagas Souza	22/10/1966	Motorista	85
2.	Weliton Roriz de Azevedo	01/05/1997	Motorista	40

PORTARIA Nº 637/2021 - FÉRIAS REGULARES AMARILDO DE OLIVEIRA ALVES

21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre FÉRIAS REGULARES de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento requerimento de FÉRIAS REGULARES protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período de 14/08/**2020 à 14/08/2021**

RESOLVE:

ART.1º Conceder FÉRIAS regulares ao servidor **AMARILDO DE OLIVEIRA ALVES**, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de 01/11/2021**à 30/11/2021.**

ART.2ºEsta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 638/2021 - LICENÇA PRÊMIO ROSANGELA QUINTINO V. FONSECA

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidora Pública Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que a servidora faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **18/02/2002 à 18/02/2007.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO à servidora **ROSANGELA QUINTINO V. FONSECA,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de Professora, a serem usufruídas no período de **01/11/2021 à 29/01/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

LEI N° 1298/2021 - CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA - ACIPP

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre autorização legislativa para concessão de auxílio financeiro à Associação Comercial e Industrial de Pedra Preta – ACIPP, e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art.1° Fica o **Poder Executivo Municipal** autorizado a conceder auxílio financeiro à ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE PEDRA PRETA – ACIPP, no valor de R$ 160.000,00 (Cento e Sessenta Mil Reais), destinado à campanha promocional referente às festividades de fim de ano.

§1°- O valor mencionado no presente artigo será repassado em uma única parcela, e deverá ser utilizado em ações voltadas à instalação de iluminação e decoração natalina em diversos locais da cidade, conforme projeto apresentado pela ACIPP.

§2°- A beneficiada fica obrigada a apresentar, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias do recebimento do auxílio, prestação de contas dos gastos realizados com o valor recebido.

Art. 2º Para o cumprimento do exposto no artigo anterior, serão utilizados, no exercício corrente, recursos da seguinte dotação orçamentária:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

041230007.2153 – AUXILIO FINANCEIRA A ASSOC. COM. IND - ACIPP

(50) 3350430000 – Subvenções Sociais

Fr: 1 – Recurso do Tesouro-Exercício Corrente

Art. 3° Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2021

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr.**Nelson Antônio Orlato**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº :	019/2021
b) Modalidade :	Pregão: PRESENCIAL
c) Data Homologação :	20/10/2021
d) Objeto Homologado :	EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

10.302.0020.2.050. - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: W. N. DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ/CPF: 09.100.467/0001-88

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM ILUMINAÇÃO LED - N125 LED ESPECIFICAÇÕES: CABEÇA: BINOCULAR SEIDENTOPF, INCLINAÇÃO DE 300, GIRO DE 3600 COM AJUSTE DE DIOPTRIA ANTI-FUNGO. DISTÂNCIA INTERPUPILAR: 47-78MM. AUMENTO: 40 A 1000X (1600X OPCIONAL). OCULAR: WF 10C/18MM (P16X OPCIONAL). OBJETIVAS ACROMÁTICAS: 4X/0.10, 10X/0.	UND	LABOR IMPORT	1,00	R$ 4.500,0000	R$ 4.500,0000

	25, 40XS/0.65 (RETRÁTIL), 100XS/1.25 (RETRÁTIL) (IMERSÃO/ÓLEO). REVÓLVER: QUÁDRUPLO. PLATINA: QUADRADA DUPLA 140X140MM GRADUADA COM ÁREA DE TRABALHO DE 50X75MM PARA 2 LÂMINAS. CONDENSADOR: ABBE 1,25 N.A. COM DIAFRAGMA DE ÍRIS COM SUPORTE PARA FILTRO. FILTRO: VERDE. ILUMINAÇÃO: LED 3W DE ALTO BRILHO COM CONTROLE DE LUMINOSIDADE. ENFOQUE: MACRO-MICRO COAXIAL COM FAIXA DE 25MM E 0,002MM/DIVISÃO, COM TRAVA DE PRÉ-FOCALIZAÇÃO E TENSOR. ALIMENTAÇÃO: 100 À 240V (BIVOLT AUTOMÁTICO). ACESÓRIOS OPCIONAIS: CABEÇA TRIOCULAR, CONTRASTE DE FASE SIMPLES OU TORRETA, CONDENSADOR DE CAMPO ESCURO (SECO OU ÓLEO), FILTRO AMARELO, FILTRO POLARIZADOR SIMPLES, OCULAR 6,5X OU 20X, OCULAR MICROMÉTRICA WF 10X TIPO RÉGUA, OCULAR COM SETA, BJETIVA ACROMÁTICA 20X E 60X, OBJETIVAS PLANAS/SEMI PLANAS (4X, 10X, 20X, OU 40XS E 100XS), REVÓLVER QUÍNTUPLO, SISTEMA FOTOGRÁFICO, SISTEMA DE VÍDEO DIGITAL OU ANALÓGICO, OLHETE DE BORRACHA PARA OCULARES, SISTEMA DE IMUNOFLUORESCÊNCIA, ILUMINADOR KOEHLER, GARANTIA: 12 MESES/ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE.					
2	ANALISADOR DE ELETRÓLITOS - AUTOMÁTICO, QUE FORNEÇA RESULTADOS RÁPIDOS E COM PRECISÃO, COM CONFIGURAÇÃO DE TRÊS PARÂMETROS QUE REALIZA EXAMES DE SÓDIO (NA), POTÁSSIO (K), E OPTA POR CLORO (CL), LÍTIO (LI) E CÁLCIO (CA^2), ELETRODOS SEM MANUTENÇÃO, VOLUME DA AMOSTRA EM TORNO DE 95 UL, TIPO DE AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO, PLASMA, URINA DILUÍDA, DIALISADOS, SOLUÇÕES AQUOSAS E CONTROLE DE QUALIDADE, ASPIRAÇÃO DE AMOSTRA DE TUBO PRIMÁRIO, SERINGA, AMPOLA DE CONTROLE DE QUALIDADE OU CAPILAR (COM ADAPTADOR), TEMPO DE ANALISE: 50 SEGUNDOS, 60 AMOSTRAS/HORA SEM IMPRESSÃO, 45 AMOSTRAS/HORA COM IMPRESSÃO, REAGENTES E LIXO NA FORMA PACK EVITANDO CONTATO COM MATERIAL BIOLÓGICO, SIMPLICIDADE NA OPERAÇÃO, BAIXA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, IDIOMA EM PORTUGUÊS, REGISTRO ANVISA.	UND	ROCHE - MODELO AVL 9180	1,00	R$ 24. 280,0000	R$ 24. 280,0000
3	DESTILADOR DE ÁGUA PARA LABORATÓRIO PILSEN 5 LITROS: CONSUMO 10 VEZES MAIOR QUE O RENDIMENTO VOLUME 5L, PUREZA ABAIXO DE 4US, COM ENTRADA ATÉ 300US, CONDUTIVIDADE ATE 3,5S/CM, COM ENTRADA ATÉ 310US/CM. CONTROLE ELÉTRICO CHAVE LIGA/DESLIGA, INDICADOR D ACIONAMENTO LÂMPADA PILOTO; SISTEMA DE AQUECIMENTO RESISTÊNCIA TUBULAR BLINDADA EM AÇO INOX 304; MATERIAL TUBO DE DESTILAÇÃO, TAMPA E CALDEIRA EMAÇO IOX 305=4; SENSOR DE NIVEL ELETRÔNICO COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE FALTA DE ÁGUA; CALDEIRA AÇO INOX 304 SEM SOLDAS OU EMENDAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO COM ISOLAMENTO DUPLO, DUAS FASES E UM TERRA, SEM PLUG, TENSÃO 220V	UND	QUIMIS	1,00	R$ 2. 350,0000	R$ 2. 350,0000
5	CADEIRA COLETA, ESTOFADA; ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADO EM D26 REAL; ESTRUTURA EM AÇO CARBONO	UND	METAL SOLUTION - MODELO MSB0024	1,00	R$ 650,0000	R$ 650,0000
7	CONTADOR HEMATOLÓGICO AUTOMATIZADO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS, NOVO, MÍNIMO DE 26 PARÂMETROS, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 60 TESTES/HORA, POSSUIR MEMÓRIA PARA NO MÍNIMO 80.000 RESULTADOS E GRÁFICOS. POSSIBILIDADE DE UTILIZAR AMOSTRAS DILUÍDAS PARA VALORES ALTOS DE WBC, RBC E PLT. PARA CONTAGEM DIFERENCIAL DE CÉLULAS BRANCAS WBC UTILIZAR PRINCÍPIO DE CITOMETRIA DE FLUXO ATRAVÉS DE FLUORESCÊNCIA OU CITOMETRIA OPTICA HYDROFOCUS FREE OCHF. POSSUIR UM PARÂMETRO PARA CÉLULAS IMATURAS QUE REALIZE A CONTAGEM ESPECIFICA SOMENTE DA LINHAGEM GRANULOCITICA (PRÓ-MIELÓCITO, MIELÓCITO E METAMIELÓCITO). POSSUIR ALARMES PARA PRESENÇA SIGNIFICATIVA DE LINFÓCITOS ATÍPICOS, NEUTRÓFILOS BASTONETES, BLASTOS E AGREGADOS PLAQUETÁRIOS. UTILIZAR IMPEDÂNCIA COM FOCO HIDRODINÂMICO OU UTILIZAR DISPERSÃO DE LUZ PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS E RBC. DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA POR MÉTODO QUE COMPROVE NÃO HAVER INTERFERÊNCIA DE TURBIDEZ COMO: LIPEMIA OU LEUCOCITOSE NA AMOSTRA E O REAGENTE DEVERÁ POSSUIR AUSÊNCIA DE CIANETO. REALIZAR PELO MENOS OS SEGUINTES PARÂMETROS : WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, NEUT%, LINF%, MONO%, EO%, BASO%, IG%, NEUT#, LINF#, MONO#, EO#, BASO#, IG#, RDW-SD, RDW-CV, MPV, PCT, PDW E P-LCR . VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE AMOSTRA MÁXIMO DE 25 UL. POSSIBILIDADE OPCIONAL DE: ANÁLISE DE LÍQUIDOS BIOLÓGICOS COM DIFERENCIAL DE 2(DUAS) PARTES, CONTAGEM DE RETICULÓCITOS % E #, FRAÇÃO DE RETICULÓCITOS IMATUROS, CONTEÚDO DE HEMOGLOBINA DO RETICULÓCITO, FRAÇÃO DE PLAQUETAS IMATURAS E UMA SEGUNDA (OUTRA) METODOLOGIA PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS. POSSUIR FLAGS AJUSTÁVEIS DE ACORDO COM USUÁRIO. CICLO DE INICIALIZAÇÃO AUTOMÁTICA. MÍNIMO DE MANUTENÇÃO COM APENAS UM CICLO DE DESLIGA. ALÉM DE POSSUIR O GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE QUALIDADE INTERNO COM POSSIBILIDADE DE NO MÍNIMO 90 ARQUIVOS, O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR EM SEU SOFTWARE UM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM REDE (ONLINE) E COM SISTEMA DE REVISÃO COM O FABRICANTE E COM OUTROS USUÁRIOS (INTERLABORATORIAL) DO EQUIPAMENTO, PODENDO ASSIM ATENDER O ITEM 4.12- RDC 302 / 2005 ANVISA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR DIODO SEMICONDUTOR COMO FONTE DE LASER, PARA BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. A PLATAFORMA OPERACIONAL DEVERÁ POSSUIR INTERFACE EM WINDOWS. DEVERÁ ACOMPANHAR NOBREAK COMPATÍVEL E IMPRESSORA SE NECESSÁRIO. OBRIGATÓRIO APRESENTAR CATÁLAGO DESCRITIVO COM AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS.	UND	SYSMEX - MODELO XNL 350	1,00	R$ 62. 900,0000	R$ 62. 900,0000
8	CENTRÍFUGA - DE BANCADA DIGITAL PROGRAMÁVEL MICROPROCESSADA, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 TUBOS NOS TAMANHOS 10MMX75MM A 13X75MM, TACÔMETRO DIGITAL COM VELOCIDADE DE ROTAÇÃO PROGRAMÁVEL, VARIANDO DE 1800RPM A 3600 RPM, ROTOR EM AÇO INOXIDÁVEL COM ANGULO FIXO DE 45GRAUS,CONTROLES AUTOMÁTICOS DE TEMPO AJUSTÁVEIS DE 0,15, 30 E 45 SEGUNDOS E 1, 2 E 3 MINUTOS. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, RECURSO DE FREIO PARA DESACELERAÇÃO, ALARME SONORO AO TERMINO DA CENTRIFUGAÇÃO, TRAVA DE SEGURANÇA AUTOMÁTICA COM BLOQUEIO DE ABERTURA DA TAMPA DURANTE O FUNCIONAMENTO E PARTIDA COM TAMPA ABERTA, DISPOSITIVO DE DESTRAVAMENTO MANUAL DA TAMPA EM CASO DE EMERGÊNCIA OU FALTA DE ENERGIA, SISTEMA DE DETECÇÃO DE DESBALANCEAMENTO COM EXIBIÇÃO NA TELA, SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA EXCESSO DE VELOCIDADE, PAINEL FRONTAL DIGITAL COM INDICAÇÃO DO PROGRAMA EM USO, VELOCIDADE E TEMPO, ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V, 60HZ,MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS.	UND	KASVI - MODELO K14	2,00	R$ 4. 999,0000	R$ 9. 998,0000

Valor Total Homologado - R$ 104.678,00

Pregoeiro:

Fernando Arantes Corrêa da Costa

PEDRA PRETA, 20 de outubro de 2021.

_____

Nelson Antônio Orlato

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 102/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021

21 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2021.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 739/2021 – Gestão do Sus

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021 realizada por meio do Decreto nº 043/2021, de autoria do Executivo Municipal, publicado no diário oficial da AMM na data de 22/03/2021, e Decreto nº 051/2021, de autoria do Executivo Municipal, publicado no diário oficial da AMM na data de 29/03/2021, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

ODONTÓLOGO/ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA VILA GARÇA BRANCA

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0019070	ESTHELLA CAROLYNE PEREIRA	1º

ODONTÓLOGO/SECRETÁRIA SAÚDE – SEDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0019570	FRANCIELLY DA SILVA CAMIM	1º

Justificativa: Há aproximadamente 2 anos os atendimentos estavam suspensos ou prestados de forma parcial em virtude do fato de os equipamentos odontológicos dos PSFs, encontravam-se danificados. Neste sentido, uma vez em condição de uso os equipamentos odontológicos, necessários se faz a convocação de 2 odontólogos para regularizar o atendimento odontológico nas unidades básicas de saúde da família.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

LEI N° 1303/2021 - DENOMINA A PRAÇA MULTIUSO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA-MT

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Denomina a Praça Multiuso de Pedra Preta-MT.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominada de **Professora Heleni Pereira de Oliveira** a Praça Multiuso, anexa ao Centro de Eventos Alexandrina (Poliesportivo).

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1299/2021 - AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA A CELEBRAR CONVÊNIO COM A EMPRESA SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Autoriza a Prefeitura Municipal de Pedra Preta a celebrar convênio com a empresa SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA**,** e da outras Providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI.

Art. 1º Fica a Prefeitura Municipal de Pedra Preta autorizada a celebrar convênio com a empresa SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.433/0001-85, com a finalidade de possibilitar aos servidores públicos municipais a adesão a plano de saúde coletivo operado pela referida empresa.

§1º A celebração do convênio ora autorizado obedecerá ao disposto na Resolução de Consulta n° 41/2011 do Tribunal de Contas de Mato Grosso.

§2º O convênio a ser celebrado poderá contemplar os servidores do Poder Legislativo Municipal, nos termos e condições a serem estabelecidas no instrumento correspondente.

Art. 2º O plano de saúde a que se refere o convênio ora autorizado será ofertado na modalidade empresarial coletivo, ficando a cargo do Poder Executivo Municipal o gerenciamento das atividades de adesão e exclusão de servidores.

§1º Os custos decorrentes de adesão ao plano de saúde serão integralmente suportados pelos servidores que optarem pela adesão, cabendo aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais a retenção dos valores correspondentes na folha de pagamento dos servidores e o consequente repasse à operadora SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.

§2º A cláusula de reajuste a ser estabelecida no convênio ora autorizado deverá dispor que os reajustes necessários obedecerão aos índices de correção definidos pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, através do Painel de Reajustes de Planos Coletivos.

Art. 3º O convênio ora autorizado será celebrado pelo prazo inicial de 12 (doze) meses, podendo haver a prorrogação por iguais e sucessivos períodos, desde que devidamente justificado e dentro do prazo de vigência.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 636/2021 - DESIGNAÇÃO ANAIDE SILVEIRA DE SOUZA

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre **DESIGNAÇÃO de Servidora Pública Municipal,** e dá outras providências;

***NELSON ANTONIO ORLATO*,** PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art.1º Designar a Servidora Pública Municipal a Senhora **Anaide Silveira de Souza**, matricula 6096, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

PORTARIA Nº 635/2021 - LICENÇA PRÊMIO WALDEMAR CHAVES DE FREITAS

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre LICENÇA PRÊMIO de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o recebimento do requerimento de Licença Prêmio protocolado pelo Departamento de Recursos Humanos.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a referida, adquirida no período aquisitivo de **03/01/2014 à 03/01/2019.**

RESOLVE:

Art.1º Conceder LICENÇA PRÊMIO ao servidor **Waldemar Chaves de Freitas,** lotado na Secretaria Municipal de Finanças, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, a serem usufruídas no período de **08/10/2021 à 05/01/2022.**

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 08/10/2021.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E UM DIAS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial Da AMM.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101/2021 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 001/2021

21 DE OUTUBRO DE 2021

Dispõe sobre convocação de aprovados no Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2021.

NELSON ANTONIO ORLATO, Prefeito Municipal de **Pedra Preta**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade dos serviços públicos e o princípio da Supremacia do Interesse Público;

CONSIDERANDO o recebimento do Ofício nº 718/2021 – Gestão do Sus

CONSIDERANDO a homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado n.º 001/2021 realizada por meio do Decreto nº 043/2021, de autoria do Executivo Municipal, publicado no diário oficial da AMM na data de 22/03/2021, e Decreto nº 051/2021, de autoria do Executivo Municipal, publicado no diário oficial da AMM na data de 29/03/2021, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital, ficando **CONVOCADOS** os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Preta – MT, situada na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, cidade de Pedra Preta, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, conforme estabelecido no **EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2021,** sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga, podendo à Prefeitura convocar o candidato imediatamente posterior.

CANDIDATOS CONVOCADOS:

CONTINUA/MERENDEIRA

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0009080	KATIA APARECIDA DE LIMA	32º

Justificativa: Para cobrir a vaga da servidora Onilda Ribeiro Nascimento que sairá de Licença Prêmio.

MOTORISTA/SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0007080	FRANCISCO DAS CHAGAS MACHADO	5º
0007350	SIDELVAN CICERO DOS SANTOS	6º

Justificativa: Atualmente o quadro de motoristas do Hospital Municipal encontra-se com déficit de 03 motoristas, acarretando a necessidade de constante pagamentos de substituições e horas de trabalho extraordinária. Desta forma, as convocações ora realizadas visam sanar a situação apontada.

AGENTE ADMINISTRATIVO/SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	NOME	POSIÇÃO
0002180	BRUNNA JULIANA FERREIRA LOPES	12º

Justificativa: Para atuar na recepção da unidade básica de saúde PSF João de Barro, em substituição à Ana Paula Fernandes Ramil, que exercia o cargo em desvio de função e não teve o contrato aditivado.

.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

I - TERMO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL E DA DATA DA SESSÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 10/2021.

I - TERMO DE RETIFICAÇÃO

DO EDITAL E DA DATA DA SESSÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº 10/ 2021.

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento na Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, a vista do Termo de Retificação **DO EDITAL E DA DATA DA SESSÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº10/2021**.

Por motivos de divergência nas informações contidas no item 4.1. Das condições de Participação, no item 6.3 – A documentação relativa à qualificação Técnica e no anexo JUSTIFICATIVO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Portanto, partindo do principio de ampla concorrência, fica decidido nova data de sessão **16/11/2021** Horário: **13h00min,** Endereço:**Prefeitura Municipal de Pedra Preta,** Estado de Mato Grosso**,** Avenida Fernando Correa da Costa, n.º 940, CEP: 78.795-000 Bairro: Centro, para devidos ajustes, passando a valer o que segue:

Onde se lê:

3.1 - Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01) e PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 02) deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Licitação até às 13: 00 h do dia 21/10/2021, **na sala de licitação** da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada à Av Fernando Correa da costa n° 940, Centro.

Leia – se:

3.1 - Os envelopes contendo a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO (envelope nº 01) e PROPOSTA DE PREÇOS (envelope nº 02) deverão ser entregues ao Presidente da Comissão de Licitação até às 13: 00 h do dia 16/11/2021, **na sala de licitação** da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, localizada à Av Fernando Correa da costa n° 940, Centro.

PEDRA PRETA, 21 DE Outubro DE 2021.

_____

NELSON ANTONIO ORLATO

PREFEITO

KÉSIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO

(Portaria 527/2021)

Chefe do Departamento de Licitação e Contratos.

REQUERIMENTO LICENÇA AMBIENTAL PARA PROGRAMA DE SUBSTITUIÇÃO DE PONTES DE MADEIRA POR ADUELAS CELULAR DE CONCRETO

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta-MT, CNPJ nº **03.773.942/0001-09,** torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, a Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) para o programa de substituição de pontes de madeira por Aduelas Celular de Concreto, nos seguintes pontos:

PONTOS	Descrição	Coordenadas
P01	PONTE 03	16°42'13"S 54°9'21"W
P02	PONTE 04	16°34'33"S 54°8'52"W
P03	CÓRGO DA JEGA	16°37'3"S 54°7'53"W
P04	ARRANCA UNHA	16°40'10"S 54°8'13"W
P05	PONTE 07	16°41'6"S 54°8'54"W

LEI N° 1300/2021 - DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO - RUA CONSTANTINA MARTINS

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre denominação de logradouro público e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Rua Canários (antiga Projetada 4) do loteamento Chico Simão, localizada neste município passa a denominar Constantina Martins.

Art. 2º É de competência do Executivo Municipal adotar as providências necessárias para que a nova denominação seja inserida nos mapas da cidade, bem como promover a colocação de placas com o nome da referida rua.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2021

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2021

O Município de Pedra Preta/MT, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 03.773.942/0001-09, com sede na Avenida Fernando Correa da Costa, 940, Centro, por intermédio de sua **Chefe do Departamento de Licitação e Contratos a Sr.ª KÉSIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO**, designada pela Portaria nº 527/2021 de 26 de Agosto de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que esta licitação é regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo Decreto Municipal n.º 124, de 6 de Agosto de 2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico – Mato Grosso - AMM de 08 de Agosto de 2019, que regulamenta a modalidade do Pregão, Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, Lei n°999/2017 de 19 de Julho de 2017 ,Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, à Lei Federal n.º 8.666/93, e demais normas pertinentes ao procedimento licitatório e objeto licitado, a sessão será conduzida pelo Pregoeiro(a) do Município Senhor **FERNANDO ARANTES CORREA DA COSTA**, para tanto nomeados Comissão Permanente de Licitação designada pela Portaria nº 547/2021 de 03 de Setembro de 2021, **que às 08:00 horas do dia 09/11/2021,** realizará **LICITAÇÃO** na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 22/2021**, com a abertura dos envelopes nº. 01 e 02, contendo a Proposta Comercial e Documentação de Habilitação, respectivamente para o seguinte objeto**: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Instalação e Manutenção de Condicionadores de ar, Tipo Split e janela, para atender as necessidades da Prefeitura de Pedra Preta - MT e demais Unidades Gestoras, com a Prestação dos Serviços de Suporte e Assistência Técnica, incluindo mão de obra, peças, serviços, ferramentas, materiais de consumo e materiais de reposição imediata, conforme Termo de Referência, parte integrante do Edital;** os interessados poderão retirar o Edital completo, no site https://www.pedrapreta.mt.gov.br/, ou solicitando através do E-mail: licitacao@pedrapreta.mt.gov.br, telefone para contato (66) 3486- 4400- Departamento de Licitação e Contratos.

Pedra Preta MT, 21 de Outubro de 2021.

KÉSIA CRISTINA NUNIS DE CASTRO.

Chefe do Setor de Licitação e Contratos

LEI N° 1301/2021 - DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO - RUA TIZIU

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a alteração da denominação de logradouro público municipal e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Rua C, localizada no Bairro Colina Verde, no município de Pedra Preta-MT, passa a ser denominada de **"Rua Tiziu".**

Art. 2º Compete ao Executivo Municipal tornar pública a alteração da nomenclatura de que trata a presente Lei, registrá-la nos seus sistemas, inseri-la nos mapas da cidade e promover a colocação de placas com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

LEI N° 1302/2021 - DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO - RUA LIÓ DO CAMINHÃO

DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

Dispõe sobre a alteração da denominação de logradouro público municipal e dá outras providências.

NELSON ANTONIO ORLATO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º A Rua A, localizada no Bairro Colina Verde, no município de Pedra Preta-MT, passa a ser denominada de **"Rua Lió do Caminhão".**

Art. 2º Compete ao Executivo Municipal tornar pública a alteração da nomenclatura de que trata a presente Lei, registrá-la nos seus sistemas, inseri-la nos mapas da cidade e promover a colocação de placas com a nova denominação.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT.

AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE 2021.

NELSON ANTONIO ORLATO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicado no Diário Oficial.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2021

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr.**Nelson Antônio Orlato**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº :	019/2021
b) Modalidade :	Pregão: PRESENCIAL
c) Data Homologação :	20/10/2021
d) Objeto Homologado :	EQUIPAMENTOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

10.302.0020.2.050. - MANUTENÇÃO DO HOSPITAL, POLICLINA MUNICIPAL

e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: W. N. DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ/CPF: 09.100.467/0001-88

Item	Descrição	Unid.	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	MICROSCÓPIO BINOCULAR COM ILUMINAÇÃO LED - N125 LED ESPECIFICAÇÕES: CABEÇA: BINOCULAR SEIDENTOPF, INCLINAÇÃO DE 300, GIRO DE 3600 COM AJUSTE DE DIOPTRIA ANTI-FUNGO. DISTÂNCIA INTERPUPILAR: 47-78MM. AUMENTO: 40 A 1000X (1600X OPCIONAL). OCULAR: WF 10C/18MM (P16X OPCIONAL). OBJETIVAS ACROMÁTICAS: 4X/0.10, 10X/0.25, 40XS/0.65 (RETRÁTIL), 100XS/1.25 (RETRÁTIL) (IMERSÃO/ÓLEO). REVÓLVER: QUADRUPLO. PLATINA: QUADRADA DUPLA 140X140MM GRADUADA COM ÁREA DE TRABALHO DE 50X75MM PARA 2 LÂMINAS. CONDENSADOR: ABBE 1,25 N.A. COM DIAFRAGMA DE ÍRIS COM SUPORTE PARA FILTRO. FILTRO: VERDE. ILUMINAÇÃO: LED 3W DE ALTO BRILHO COM CONTROLE DE LUMINOSIDADE. ENFOQUE: MACRO-MICRO COAXIAL COM FAIXA DE 25MM E 0,002MM/DIVISÃO, COM TRAVA DE PRÉ-FOCALIZAÇÃO E TENSOR. ALIMENTAÇÃO: 100 A 240V (BIVOLT AUTOMÁTICO). ACESÓRIOS OPCIONAIS: CABEÇA TRIOCULAR, CONTRASTE DE FASE SIMPLES OU TORRETA, CONDENSADOR DE CAMPO ESCURO (SECO OU ÓLEO), FILTRO AMARELO, FILTRO POLARIZADOR SIMPLES, OCULAR 6,5X OU 20X, OCULAR MICROMÉTRICA WF 10X TIPO RÉGUA, OCULAR COM SETA, BJETIVA ACROMÁTICA 20X E 60X, OBJETIVAS PLANAS/SEMI PLANAS (4X, 10X, 20X, OU 40XS E 100XS), REVÓLVER QUÍNTUPLO, SISTEMA FOTOGRÁFICO, SISTEMA DE VÍDEO DIGITAL OU ANALÓGICO, OLHETE DE BORRACHA PARA OCULARES, SISTEMA DE IMUNOFLUORESCÊNCIA, ILUMINADOR KOEHLER, GARANTIA: 12 MESES/ASSISTÊNCIA TÉCNICA PERMANENTE.	UND	LABOR IMPORT	1,00	R$ 4.500,0000	R$ 4.500,0000
2	ANALISADOR DE ELETRÓLITOS - AUTOMÁTICO, QUE FORNEÇA RESULTADOS RÁPIDOS E COM PRECISÃO, COM CONFIGURAÇÃO DE TRÊS PARÂMETROS QUE REALIZA EXAMES DE SÓDIO (NA), POTÁSSIO (K), E OPTA POR CLORO (CL), LÍTIO (LI) E CÁLCIO (CA^2). ELETRODOS SEM MANUTENÇÃO, VOLUME DA AMOSTRA EM TORNO DE 95 UL. TIPO DE AMOSTRA: SANGUE TOTAL, SORO, PLASMA, URINA DILUÍDA, DIALISADOS, SOLUÇÕES AQUOSAS E CONTROLE DE QUALIDADE, ASPIRAÇÃO DE AMOSTRA DE TUBO PRIMÁRIO, SERINGA, AMPOLA DE CONTROLE DE QUALIDADE OU CAPILAR (COM ADAPTADOR), TEMPO DE ANÁLISE: 50 SE-	UND	ROCHE - MODELO AVL 9180	1,00	R$ 24.280,0000	R$ 24.280,0000

	GUNDOS, 60 AMOSTRAS/HORA SEM IMPRESSÃO, 45 AMOSTRAS/HORA COM IMPRESSÃO, REAGENTES E LIXO NA FORMA PACK EVITANDO CONTATO COM MATERIAL BIOLÓGICO, SIMPLICIDADE NA OPERAÇÃO, BAIXA MANUTENÇÃO DO EQUIPAMENTO, IDIOMA EM PORTUGUÊS, REGISTRO ANVISA.					
3	DESTILADOR DE ÁGUA PARA LABORATÓRIO PILSEN 5 LITROS: CONSUMO 10 VEZES MAIOR QUE O RENDIMENTO VOLUME 5L, PUREZA ABAIXO DE 4US, COM ENTRADA ATÉ 300US, CONDUTIVIDADE ATÉ 3,5S/CM, COM ENTRADA ATÉ 310US/CM. CONTROLE ELÉTRICO CHAVE LIGA/DESLIGA, INDICADOR D ACIONAMENTO LÂMPADA PILOTO; SISTEMA DE AQUECIMENTO RESISTÊNCIA TUBULAR BLINDADA EM AÇO INOX 304; MATERIAL TUBO DE DESTILAÇÃO, TAMPA E CALDEIRA EMAÇO IOX 305=4; SENSOR DE NIVEL ELETRÔNICO COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO EM CASO DE FALTA DE ÁGUA; CALDEIRA AÇO INOX 304 SEM SOLDAS OU EMENDAS, CABO DE ALIMENTAÇÃO COM ISOLAMENTO DUPLO, DUAS FASES E UM TERRA, SEM PLUG, TENSÃO 220V	UND	QUIMIS	1,00	R$ 2.350,0000	R$ 2.350,0000
5	CADEIRA COLETA, ESTOFADA; ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADO EM D26 REAL; ESTRUTURA EM AÇO CARBONO	UND	METAL SOLUTION - MODELO MSB0024	1,00	R$ 650,0000	R$ 650,0000
7	CONTADOR HEMATOLÓGICO AUTOMATIZADO DE CÉLULAS SANGUÍNEAS, NOVO, MÍNIMO DE 26 PARÂMETROS, COM VELOCIDADE MÍNIMA DE 60 TESTES/HORA, POSSUIR MEMÓRIA PARA NO MÍNIMO 80.000 RESULTADOS E GRÁFICOS. POSSIBILIDADE DE UTILIZAR AMOSTRAS DILUÍDAS PARA VALORES ALTOS DE WBC, RBC E PLT. PARA CONTAGEM DIFERENCIAL DE CÉLULAS BRANCAS WBC UTILIZAR PRINCÍPIO DE CITOMETRIA DE FLUXO ATRAVÉS DE FLUORESCÊNCIA OU CITOMETRIA OPTICA HYDROFOCUS FREE OCHF. POSSUIR UM PARÂMETRO PARA CÉLULAS IMATURAS QUE REALIZE A CONTAGEM ESPECIFICA SOMENTE DA LINHAGEM GRANULOCITICA (PRO-MIELÓCITO, MIELÓCITO E METAMIELÓCITO). POSSUIR ALARMES PARA PRESENÇA SIGNIFICATIVA DE LINFÓCITOS ATÍPICOS, NEUTRÓFILOS BASTONETES, BLASTOS E AGREGADOS PLAQUETÁRIOS. UTILIZAR IMPEDÂNCIA COM FOCO HIDRODINÂMICO OU UTILIZAR DISPERSÃO DE LUZ PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS E RBC. DETERMINAÇÃO DA HEMOGLOBINA POR MÉTODO QUE COMPROVE NÃO HAVER INTERFERÊNCIA DE TURBIDEZ COMO: LIPEMIA OU LEUCOCITOSE NA AMOSTRA E O REAGENTE DEVERÁ POSSUIR AUSÊNCIA DE CIANETO. REALIZAR PELO MENOS OS SEGUINTES PARÂMETROS : WBC, RBC, HGB, HCT, VCM, HCM, CHCM, PLT, NEUT%, LINF%, MONO%, EO%, BASO%, IG%, NEUT#, LINF#, MONO#, EO#, BASO#, IG#, RDW-SD, RDW-CV, MPV, PCT, PDW E P-LCR . VOLUME DE ASPIRAÇÃO DE AMOSTRA MÁXIMO DE 25 UL. POSSIBILIDADE OPCIONAL DE: ANÁLISE DE LÍQUIDOS BIOLÓGICOS COM DIFERENCIAL DE 2(DUAS) PARTES, CONTAGEM DE RETICULÓCITOS % E #, FRAÇÃO DE RETICULÓCITOS IMATUROS, CONTEÚDO DE HEMOGLOBINA DO RETICULÓCITO, FRAÇÃO DE PLAQUETAS IMATURAS E UMA SEGUNDA (OUTRA) METODOLOGIA PARA CONTAGEM DE PLAQUETAS. POSSUIR FLAGS AJUSTÁVEIS DE ACORDO COM USUÁRIO. CICLO DE INICIALIZAÇÃO AUTOMÁTICA. MÍNIMO DE MANUTENÇÃO COM APENAS UM CICLO DE DESLIGA. ALÉM DE POSSUIR O GERENCIAMENTO DE CONTROLE DE QUALIDADE INTERNO COM POSSIBILIDADE DE NO MÍNIMO 90 ARQUIVOS, O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR EM SEU SOFTWARE UM PROGRAMA DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO EM REDE (ONLINE) E COM SISTEMA DE REVISÃO COM O FABRICANTE E COM OUTROS USUÁRIOS (INTERLABORATORIAL) DO EQUIPAMENTO, PODENDO ASSIM ATENDER O ITEM 4.12- RDC 302 / 2005 ANVISA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ POSSUIR DIODO SEMICONDUTOR COMO FONTE DE LASER, PARA BAIXO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA. A PLATAFORMA OPERACIONAL DEVERÁ POSSUIR INTERFACE EM WINDOWS. DEVERÁ ACOMPANHAR NOBREAK COMPATÍVEL E IMPRESSORA SE NECESSÁRIO. OBRIGATÓRIO APRESENTAR CATÁLAGO DESCRITIVO COM AS ESPECIFICAÇÕES SOLICITADAS.	UND	SYSMEX - MODELO XNL 350	1,00	R$ 62.900,0000	R$ 62.900,0000
8	CENTRIFUGA - DE BANCADA DIGITAL PROGRAMÁVEL MICROPROCESSADA, CAPACIDADE MÍNIMA PARA 12 TUBOS NOS TAMANHOS 10MMX75MM A 13X75MM, TACÔMETRO DIGITAL COM VELOCIDADE DE ROTAÇÃO PROGRAMÁVEL, VARIANDO DE 1800RPM A 3600 RPM, ROTOR EM AÇO INOXIDÁVEL COM ANGULO FIXO DE 45GRAUS,CONTROLES AUTOMÁTICOS DE TEMPO AJUSTÁVEIS DE 0,15, 30 E 45 SEGUNDOS E 1, 2 E 3 MINUTOS. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO, RECURSO DE FREIO PARA DESACELERAÇÃO, ALARME SONORO AO TERMINO DA CENTRIFUGAÇÃO, TRAVA DE SEGURANÇA AUTOMÁTICA COM BLOQUEIO DE ABERTURA DA TAMPA DURANTE O FUNCIONAMENTO E PARTIDA COM TAMPA ABERTA, DISPOSITIVO DE DESTRAVAMENTO MANUAL DA TAMPA EM CASO DE EMERGÊNCIA OU FALTA DE ENERGIA, SISTEMA DE DETECÇÃO DE DESBALANCEAMENTO COM EXIBIÇÃO NA TELA, SISTEMA DE SEGURANÇA CONTRA EXCESSO DE VELOCIDADE, PAINEL FRONTAL DIGITAL COM INDICAÇÃO DO PROGRAMA EM USO, VELOCIDADE E TEMPO, ACOMPANHA ACESSÓRIOS PARA SEU PLENO FUNCIONAMENTO, ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA 220 V, 60HZ,MANUAIS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO EM PORTUGUÊS.	UND	KASVI - MODELO K14	2,00	R$ 4.999,0000	R$ 9.998,0000

Valor Total Homologado - R$ 104.678,00

Pregoeiro:

Fernando Arantes Corrêa da Costa

PEDRA PRETA, 20 de outubro de 2021.

_____

Nelson Antônio Orlato

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 1.152/2021.

LEI MUNICIPAL Nº 1.152, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR ABERTURAS DE CRÉDITOS EM DOTAÇOES APROVADAS PELA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO EXERCÍCIO DE 2021, NA FORMA QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares, mediante remanejamento, transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, à conta de quaisquer recursos discriminados nos incisos e parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de Março de 1.964, até o limite de 10% (dez por cento) do total da despesa fixada, perfazendo o valor de R$ 12.492.250,00 (Doze Milhões, Quatrocentos e Noventa e Dois Mil, Duzentos e Cinquenta Reais), e a realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos adicionais suplementares, ao seu orçamento até o limite de 5% do excesso de arrecadação apurado por fontes de recursos constantes nas normas que regulam o APLIC – Auditoria Pública Informatizada de Contas do TCE-MT.

Art. 2º - Inclui-se pelo texto acima, a partir da publicação desta lei o disposto no inciso V do art. 28º da Lei Municipal nº 1.099 de 27 de novembro de 2020, que dispõe sobre Lei de Diretrizes Orçamentarias do Município de Peixoto de Azevedo para 2021.

Art. 3º -Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 21 dias de Outubro De 2021.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO CONTRATO N° 055/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA – MT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE PLANTAS ORNAMENTAIS OBJETIVANDO A REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA, CANTEIROS E LOCAIS PÚBLICOS NA ZONA URBANA DE PLANALTO DA SERRA-MT, conforme Termo de Referência. **CONTRATANTE**: Prefeitura municipal de Planalto da Serra-MT. **CONTRATADA**: Regiane Luzia De Souza Tedeschi-EPP. **CNPJ**: 06.048.962/0001-05. **VIGÊNCIA**: 08/10/2021 à 08/10/2022.**VALOR GLOBAL**: R$ 34.747,60. **NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO – Prefeito Municipal**.

EXTRATO DO CONTRATO Nº089/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

OBJETO: Contrato de prestação de serviços por tempo determinado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT

CONTRATADO: MARCELA PAIVA BORGES

CARGO: Auxiliar Administrativo

VIGENCIA: 06**/10/2021 a 20/12/2021**

VALOR MENSAL:R$ 1.215,18 (Hum Mil duzentos e quinze reais e dezoito centavos)

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO - Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº088/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

OBJETO: Contrato de prestação de serviços por tempo determinado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT

CONTRATADO: POLLIANY RODRIGUES DOS SANTOS

CARGO: Auxiliar Administrativo

VIGENCIA: 01**/10/2021 a 20/12/2021**

VALOR MENSAL:R$ 1.215,18 (Hum Mil duzentos e quinze reais e dezoito centavos)

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO - Prefeito Municipal

PORTARIA N° 221/2021

“DISPÕE SOBRE FÉRIAS À SERVIDORA JOELMA DE ALMEIDA FERREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 64, da lei 398/2012:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de Férias a servidora **JOELMA DE ALMEIDA FERREIRA**, matricula 299, efetiva no cargo de recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 18/10/2021 a 01/11/2021, referente ao exercício de **2020**, devendo apresentar-se pronto para o trabalho no dia 02 de novembro de 2021.

Artigo 2° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°- Revogam as disposições em contrários.

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Planalto da Serra-MT, 18 de outubro de 2021.

Natal Alves de Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 238/2021

“DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA IREDIANA DE SOUZA CONCEIÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei e considerando o Artigo 116, da lei 398/2012.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 3 (três) anos de licença para tratar de assuntos particulares sem ônus, a servidora **IREDIANA DE SOUZA CONCEIÇÃO**, efetiva no cargo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Assistência social Gestão e Trabalho, matricula 529, no período de 01/10/2021 a 31/09/2024, devendo apresentar-se para o trabalho no dia 01 de outubro de 2024.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto da Serra – MT, em 01 de outubro de 2021.

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 240/2021

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DO SERVIDOR FERNANDO JOAIR PONTES CARVALHO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.”

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO, Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei Orgânica Municipal e nos termos do art. 36 *caput* da Lei Complementar 398/2012 – Estatuto do Servidor Público do Município de Planalto da Serra:

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a pedido conforme solicitação em anexo, o Servidor **FERNANDO JOAIR PONTES CARVALHO** efetivo no cargo de Auxiliar de serviços gerais, matricula – 1392, lotado na secretaria Municipal de Obras e serviços urbanos do quadro dos servidores efetivos desta Prefeitura.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Planalto da Serra – MT, em 18 de outubro de 2021.

Natal Alves De Assis Sobrinho

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº087/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

OBJETO: Contrato de prestação de serviços por tempo determinado

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra - MT

CONTRATADO: LIZZYE EMANUELLA DE LIMA

CARGO: Auxiliar de serviços gerais (subistituta)

VIGENCIA: 01**/10/2021 a 30/10/2021**

VALOR MENSAL:R$ 1.215,18 (Hum Mil duzentos e quinze reais e dezoito centavos)

NATAL ALVES DE ASSIS SOBRINHO - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PORTARIA Nº 502/2021

O SENHOR ATAIL MARQUES DO AMARAL, PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - Nomear os **"Membros do Conselho Municipal Do Fundo Estadual de Transporte e Habitação – FETHAB"**, conforme composição abaixo, de acordo com a Lei Municipal Nº 1.845 de 04 de abril de 2017.

CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO – FETHAB.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PRESIDENTE DO CONSELHO

Ney Rondon Marques – CPF 265.982.211-53.

Naudson Luís Bastos de Arruda - CPF 673.177.821-49

Carlina Falcão de Arruda Calábria – CPF 352.579.541-68.

Uebson Aparecido Arciso – CPF 955.294.541-00.

Ageane Silva Barros Neves – CPF 024.735.131-80.

CÂMARA MUNICIPAL DE POCONÉ

Ver. Amarildo Schmieleski – CPF 964.662.009-49.

SINDICATO RURAL DE POCONÉ

Raul Santos Costa Neto – CPF 815.234.081-20.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE POCONÉ

Joenil Helenode Jesus – CPF 046.437.241-02.

CÂMARA DOS DIRIGENTES LOGISTAS – CDL

Tatiele Carolina de Arruda Santos – CPF 064.408.141-41.

SINDICATO DOS SERVIDOPRES MUNICIPAIS DE POCONÉ - SISMUP

Nelson Gonçalo Maciel dos Santos – CPF 571.964.001-00

ARTIGO 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

PUBLICADA, REGISTRADA, CUMPRA-SE.

Prefeitura Municipal de Poconé-MT, 18 de outubro de 2.021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (TATÁ AMARAL)

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL
DECRETO Nº 133 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação o imóvel que especifica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 45, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica o Município de Poconé/MT autorizado a desapropriar, por Utilidade Pública, um imóvel com área total de 18.903,56 m² (dezoito mil, novecentos e três virgula cinqüenta e seis metros quadrados), devidamente Registrados sob o números: Área remanescente da Matrícula 12.568, em nome de Marileide Paes de Arruda, inscrita no RG 213.276 SSP/MT e CPF: 048.499.141-87, residente e domiciliada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, n° 1110-A, Cuiabá/MT; Matrícula 12.365, em nome de Ana Lucia de Arruda e Silva, inscrita no RG 0065632-1 SSP/MT e CPF: 172.540.191-68, residente e domiciliada na Rua Antonio João, n° 366, Centro, Poconé/MT; Matrícula 12.810 em nome de Vanda Luzia Paes de Arruda, inscrita no RG 3135194-8 SSP/MT e CPF: 065.233.071-15, residente e domiciliada na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, n° 1110-B, Cuiabá/MT; e Matrícula 12.366 em nome de Marta Vicência Paes de Arruda, inscrita no RG 0188602-9 SSP/MT e CPF: 172.613.411-34, residente e domiciliada na Rua Dois, Setor Norte, n° 24, Bairro Morada do Ouro, Cuiabá/MT, de acordo com o croqui e memorial descritivo, apensados como parte integrante da Lei Municipal 2.059 de 21 de setembro de 2021.

Art. 2º. A desapropriação de que trata a presente Lei será em favor do Município de Poconé-MT, ficando este responsável pelos atos executórios, bem como ao pagamento da indenização correspondente a R$ 1.260.000,00 (um milhão duzentos e sessenta mil reais), os quais serão pagos em 36 (trinta e seis) parcelas de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), fixas e irreajustáveis

Art. 3º. A presente desapropriação será por Utilidade Pública com a finalidade de ampliação do cemitério municipal Nossa Senhora do Rosário, para acomodação de novos túmulos.

Art. 4º. Para o cumprimento do disposto nesta Lei serão utilizados recursos à conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 5º. O Município tomará a posse do imóvel no ato da promulgação deste Decreto, e eventuais encargos para regularizar o domínio serão suportados por conta do Tesouro Municipal.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Poconé – MT, em 21 de outubro de 2021.

ATAIL MARQUES DO AMARAL (Tatá Amaral)

PREFEITO MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2021

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria Nº 101/2021, de 24/02/2021, torna público para conhecimento dos interessados, que os vencedores da presente licitação destinada para AQUISIÇÃO DE PAES E BOLOS PARA ATENDER A MERENDA ESCOLAR CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. são:

Vencedores:	
Licitante	**CNPJ/CPF**
ALENIR ASSIS DE ALMEIDA	**24.912.703/0001-54**

POCONÉ, 21 de Outubro de 2021

Erasmo Paulo de Lima

Pregoeiro

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO PARA GESTORES DAS UNIDADES ESCOLARES BIÊNIO 2022/2023

Segue relação abaixo:

MEYRINALVA FURTADO DOS SANTOS – DEFERIDO

JOANETE DE ARRUDA OLIVEIRA E SOUZA – DEFERIDO

DEOSDETH DA SILVA SANTOS – DEFERIDO

JAKSON ELBIS DE ARRUDA SALES – DEFERIDO

GILZA MARA DE SOUZA – DEFERIDO

CLEUZA MARIA BRIZOLA GELAIN – DEFERIDO

DANIELA MARTINS DE LEÃO – DEFERIDO

ROSIANE CÂNDIDA DA SILVA – INDEFERIDO (NÃO ATENDE O ITEM 3 DO PARÁGRAFO 02)

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO DECRETO Nº. 2327/2021

EXTRATO DO DECRETO Nº. 2327/2021 De 21 de outubro de 2021.

Dispõe sobre autorização de Elevação de Classe e Nível de Servidora do Município de Pontal do Araguaia e dá outras providências.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL N.º 1024/2021

LEI MUNICIPAL N.º 1024/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

"Institui o Conselho Municipal de Política Cultural de Pontal do Araguaia, e dá outras providências."

ADELCINO FRANCISCO LOPO, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica criado instituído o Conselho Municipal de Política Cultural – CMPC, no município de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, órgão colegiado deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio do Departamento de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil, se constitui no principal espaço de participação social institucionalizada, de caráter permanente, na estrutura do Sistema Municipal de Cultura – SMC do município de Pontal do Araguaia.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Política Cultural de Pontal do Araguaia, tem como principal atribuição atuar, com base nas diretrizes propostas pela Conferência Municipal de Cultura – CMC, elaborar, acompanhar a execução, fiscalizar e avaliar as políticas públicas de cultura, consolidadas no Plano Municipal de Cultura – PMC.

Art. 3º. Os integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural que representam a sociedade civil são eleitos democraticamente, pelos respectivos segmentos e têm mandato de dois anos, renovável, uma vez, por igual período, conforme regimento.

Art. 4º. A representação da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural deve contemplar na sua composição os diversos segmentos artísticos e culturais, considerando as dimensões simbólica, cidadã e econômica da cultura, bem como o critério territorial.

Art. 5º. A representação do Poder Público no Conselho Municipal de Política Cultural deve contemplar a representação do Município de Pontal do Araguaia, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC/Departamento Cultura e suas Instituições Vinculadas, de outros Órgãos e Entidades do Governo Municipal e dos demais entes federados.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 6º. São atribuições e competências do Conselho Municipal de Política Cultural do município de (Pontal do Araguaia):

I – estabelecer normas e diretrizes pertinentes às finalidades e aos objetivos do Sistema Municipal de Cultura do município de (Pontal do Araguaia);

II - organizar e dirigir seus serviços administrativos;

III - propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar ações e diretrizes de políticas públicas para o desenvolvimento da cultura, sempre na preservação do interesse público;

IV - formular políticas públicas culturais inclusivas e diretrizes para o Plano Municipal de Cultura;

V - apreciar, aprovar e acompanhar a execução do Plano Municipal de Cultura a partir das diretrizes, metas e ações definidas, observando as recomendações dos Fóruns de Cultura e da Conferência Municipal de Cultura;

VI - garantir a cidadania cultural como direito de acesso e fruição dos bens culturais, de produção e de preservação da memória material e/ou imaterial histórica, social, política e artística do município;

VII - incentivar estudos, eventos, programas, atividades permanentes e pesquisas na área da cultura;

VIII - auxiliar, colaborar e sugerir medidas para a integração e articulação das ações afirmativas entre organismos ou setores culturais públicos e privados (entidades de caráter cultural beneficente ou sem fins lucrativos, ONGs, movimentos populares e afins);

IX - buscar articulação com outros Conselhos Municipais e entidades afins, objetivando intercâmbios, acúmulo de experiências e ações afirmativas conjuntas quando possível;

X - propor políticas públicas de geração, captação e alocação de recursos para o setor cultural;

XI - emitir e analisar pareceres sobre questões culturais;

XII - avaliar e emitir parecer acerca dos projetos apresentados pelos proponentes, pessoas físicas ou jurídicas, desde que preencham os requisitos de habilitação dos editais e regulamentos;

XIII - fiscalizar a execução financeira dos projetos culturais patrocinados e apoiados pelo município;

XIV - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura – FMC;

XV - apreciar e apresentar parecer sobre Convênios e Termos de Parceria a ser celebrados pelo Município com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs, Associações, Organizações não governamentais, bem como acompanhar e fiscalizar a sua execução.

XIV - fiscalizar a execução dos projetos e ações financiadas pelo Fundo Municipal de Cultura e os projetos objeto de convênio entre a Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Governo Estadual e/ou Federal em que a comunidade for contemplada;

XV – elaborar resoluções do Conselho Municipal de Política Cultural, acompanhar e fiscalizar a elaboração dos editais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura Departamento de Cultura

XVI - elaborar, promover, organizar e coordenar anualmente os Fóruns de Cultura ou Fóruns Setoriais de Cultura em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Departamento de Cultura;

XVII - elaborar e promover bienalmente a Conferência Municipal de Cultura em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Departamento de Cultura;

XVIII - elaborar em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura/ Departamento de Cultura o Regimento Interno da Conferência Municipal de Cultura e dos Fóruns;

XIX - colaborar com os Conselhos Estadual e Nacional de Política Cultural, como órgão consultivo e de assessoramento, sempre que solicitado ou apresentando sugestões;

XX - sugerir medidas de sustentabilidade, preservação e manutenção da Casa de Cultura e dos equipamentos culturais do município;

XXI - elaborar e aprovar seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa dias), após a eleição dos membros colegiados, submetendo-o à aprovação do Gestor Público Municipal.

XXII – colaborar, acompanhar e fiscalizar o Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais, bem como levantamento de dados e mapeamento dos agentes culturas (artistas, profissionais técnicos e produtores culturais), instituições e empresas culturais presentes no município;

XXIII - aprovar as condições que garantam a continuidade dos projetos culturais de reconhecido valor em benefício da sociedade civil e em fortalecimento as entidades artísticas locais;

XXIV - cooperar na defesa e conservação do patrimônio histórico, artístico, turístico, arquitetônico, arqueológico, natural e imaterial do município de (Pontal do Araguaia);

XXV – fomentar, incentivar e cooperar para a realização de exposições, festivais, congresso, seminários, palestras, conferências, simpósios, fóruns, feiras de caráter científico, artístico, literário ou intercâmbio cultural com outras entidades culturais;

Art. 7º A Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Departamento de Cultura garantirá infraestrutura, suporte técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Política Cultural para o desempenho de suas atribuições.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art.8º. O Conselho Municipal de Política Cultural será composto por 10 (dez) membros titulares e seus respectivos suplentes, sendo 05 (cinco) representantes da sociedade civil eleitos pelos segmentos culturais e representações sociais inclusivas, e 05 (cinco) representantes do poder público.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural serão eleitos por um período de 02 (dois) anos, sendo permitida uma reeleição por igual período.

Art.9º. O Conselho Municipal de Política Cultural deverá estar representado pela diversidade cultural do Município, para tanto, a referência destas escolhas serão a Conferência Municipal de Cultura, Fóruns Permanentes de Cultura e os Fóruns Setoriais, que são onde devem emergir representantes da sociedade civil no órgão colegiado.

Art.10. Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, representados pela sociedade civil, sendo os 05 (cinco) representantes indicados e eleitos por seus pares vinculados às seguintes representações:

I - 01(um) membro titular e seu suplente da área de **Artes Cênicas** (teatro dança e circo) e/ou **Música**;

II - 01(um) membro titular e seu suplente da área de **Danças Tradicionais Africanas**;

III - 01(um) membro titular e seu suplente da área de **Patrimônio Histórico e Memória e Cultura Tradicional;**

IV - 01(um) membro titular e seu suplente da área do **Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas;**

V - 01(um) membro titular e seu suplente representante da **Dimensão Cidadã da Cultura** (comunidade LGBTQIA+, promoção da igualdade racial, idosos, mulheres e pessoas com deficiência)

Parágrafo único. Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, representantes da sociedade civil, serão escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio artístico e cultural do Município de (Pontal do Araguaia), e, na ausência de um dos representantes acima referidos, será escolhido representante cultural diverso dos mencionados acima.

Art.11. Os 05 (cinco) representantes do poder público e da Administração Pública Municipal e seus suplentes serão indicados pelos gestores das pastas e dos órgãos representantes, levando em conta a seguinte composição:

I- 01 (um) representantes da Departamento de cultura;

II- 01 (um) representante da Biblioteca Municipal;

III- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

V- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo;

VI- 01 (um) representante das Universidades Públicas e Instituto Federal**.**

Art.12. A função do membro do Conselho Municipal de Política Cultural não será renumerada, sendo considerada de relevante interesse público.

Art.13. Os representantes da sociedade civil e da Administração Pública, integrantes do Conselho Municipal de Política Cultural, deverão ser nomeados por Portaria pelo Prefeito Municipal.

Art.14. O funcionamento do Conselho será regulamentado pelo Regimento Interno do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art.15. Os membros da sociedade civil que compõem o Conselho Municipal de Política Cultural não podem apresentar projetos e concorrer aos Editais do Fundo Municipal de Cultura.

Art.16. Qualquer pessoa física pode se candidatar e ser eleita para representar um único segmento cultural da sociedade civil no Conselho Municipal de Política Cultural, independentemente de vinculação a qualquer Instituição Cultural, desde que apresente comprovante de residência domiciliar no município de (Pontal do Araguaia);

Art.17. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Política Cultural será extinto por renúncia expressa ou tácita com ausência sem justa causa ou pedido de licença, com o período e quantitativo definido em regimento.

CAPÍTULO IV

DA ELEIÇÃO

Art.18. Os membros da sociedade civil que farão parte do Conselho Municipal de Política Cultural serão eleitos durante a realização dos Fóruns de Cultura anuais ou Conferência Municipal de Cultura, realizada bienalmente de acordo com o calendário das conferências Estadual e Nacional.

§ 1º. Para compor a 1ª nominata do Conselho Municipal de Política Cultural será convocado um Fórum Municipal de Cultura extraordinário.

§ 2º. Caso as condições sanitárias pandêmicas ou por qualquer outro motivo do município não permitam a realização de Fóruns ou conferências presenciais, o município realizará uma convocatória para a realização das mesmas em ambiente online ou no formato hibrido, respeitando os decretos municipal e estadual vigente.

Art.19. No Regimento Interno do Fórum de Cultura ou da Conferência Municipal de Cultura deverão constar capítulo específico sobre as eleições do Conselho Municipal de Política Cultural.

Art.20. Para habilitar-se a candidatura ao Conselho Municipal de Política Cultural o candidato deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser maior de 18 anos;

II - Ser morador do município de Pontal do Araguaia.

III - Atuar em atividade cultural há mais de 1 (um) ano, comprovados por meio de portifólio cultural ou currículo.

Parágrafo Único. O candidato deverá apresentar cópias de documentos que ratifiquem as situações mencionadas no inciso I e II, como: documento de identificação com foto, comprovante de residência ou declaração de residência.

CAPÍTULO V

DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art.21. O Conselho Municipal de Política Cultural é composto pelos seguintes órgãos colegiados:

I – Diretoria;

II - Secretaria Executiva;

III – Plenário;

Art.22. A Diretoria, órgão diretivo do Conselho Municipal de Política Cultural é composta pelo Presidente e pelo Vice-Presidente, eleitos por seus pares mediante maioria absoluta de votos, na forma do Regimento.

Art.23. A Secretaria do Conselho Municipal da Política Cultural será exercida por membro eleito mediante maioria absoluta de votos, na forma do Regimento.

Art.24. O Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural é o órgão deliberativo máximo, composto pelos Conselheiros Titulares e na ausência destes por seus respectivos Suplentes.

Art.25. O Conselho Municipal de Política Cultural reunir-se-á mensalmente conforme calendário e extraordinariamente sempre que convocado.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.26. O Conselho Municipal de Política Cultural poderá solicitar a colaboração de entidades, pessoas e/ou especialistas para participarem da elaboração de estudos, proferirem palestras ou prestarem os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Art.27. O Conselho Municipal de Política Cultural poderá indicar sugestões de alteração de seu Regimento Interno, pelo voto de 2/3 (dois terços) do total de seus membros.

Art.28. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura / Departamento de Cultura em conjunto com o Plenário do Conselho Municipal de Política Cultural no âmbito de sua competência.

Art.29. As despesas orçamentárias para a execução desta Lei ocorrerão por conta da dotação e rubricas específicas e respectivas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 247/2000.

Gabinete do Prefeito de Pontal do Araguaia – MT, 21 de Outubro de 2021.

ADELCINO FRANCISCO LOPO

Prefeito Municipal

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2021

Tipo: Menor Preço Item

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia-MT, torna-se público aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO n° 009/2020**, tendo como objeto**REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA AQUISIÇÃO DE TINTAS E MATERIAIS DE PINTURA DESTINADO AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PARA EVENTUAIS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE PONTAL DO ARAGUAIA –MT**, cuja a abertura ocorreu as oito horas (horário de Brasília), do dia 21 de outubro de 2021.

Sagrou-se vencedora da presente licitação as seguintes Empresas:

1 – CONSTRUFER MÁQUINAS CONSTRUÇÕES FERRAMENTAS E E EPI LTDA - inscrita no CNPJ nº 37.853.101/000115, situada na Av. Manoel José de Arruda, 1700, Quadra 10 anexo B, Bairro Praeiro, na cidade de Cuiabá/MT, com valor total de **R$ 57.848,65 (cinquenta e sete mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e cinco centavos)**

2 – L.F GUIMARAES EIRELLI - inscrita no CNPJ nº 02.564.942/0001-28, situada na Av. Universitária nº 78, Bairro Centro na cidade de Pontal do Araguaia, com valor de **R$ 168.863,65 (cento e sessenta e oito mil oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e cinco centavos)**

3 – ELOI BAUER MELO & CIA LTDA – inscrita no CNPJ n° 02.972.891/0001-54, situada na Rua Goiás, nº 283, QD 17, LOTE 07, centro, na cidade de Barra do Garças/MT, com valor de **R$ 110.052,20 (cento e dez mil e cinquenta e dois mil e vinte centavos)**

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia, 20 de outubro de 2021.

ALESSANDRO DOS SANTOS OLIVEIRA

Pregoeira Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2021

A Prefeitura Municipal de Ponte Branca – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17-07-2002 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇOPOR ITEM,** visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO HOSPITALAR DO TIPO APARELHO DE RAIO-X E MONITOR MULTIPARAMETROS, PARA SUPRIR A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE PONTE BRANCA- MT. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Av. Cel. Belmiro Nogueira, 300, no **dia 10/11/2021, às 09h00min (horário de Brasília)**, sendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no endereço acima mencionado, em qualquer dia útil e durante o expediente normal. Informações, pelo telefone (XX 66) 3466 - 1311, via e-mail: licitacaopbmt@hotmail.com ou através do site: http://prefeituradepontebranca-mt.com.br/.

Ponte Branca - MT, 21 de Outubro de 2021.

Glimara Nogueira Gonçalves

Pregoeira

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO ADITIVO MOTORISTA

EXTRATO SEGUNDO DE ADITIVO Nº 003/2021

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: ADITIVO nº 003/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **WALDEAN FLORENTINO DA SILVA**

CARGO: MOTORISTA

VALOR: R$ **4.609,52 (QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA DOIS CENTAVOS)**

DATA DA ASSINATURA: 30/08/2021

VIGENCIA:30/08/2021 A 30/11/2021

EXTRATO SEGUNDO DE ADITIVO Nº 002/2021

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: ADITIVO nº 002/2021

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **EDEVALDO DOS SANTOS SALES**

CARGO: MOTORISTA

VALOR: R$ **4.609,52 (QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA DOIS CENTAVOS)**

DATA DA ASSINATURA: 30/08/2021

VIGENCIA:30/08/2021 A 30/11/2021

EXTRATO QUARTO DE ADITIVO Nº 015/2020

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: ADITIVO nº 15/2020

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº. 687/2020 de 22 de Abril de 2020

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Ponte Branca MT**

CONTRATADO: **CELIOMAR LOPES DA ROCHA**

CARGO: MOTORISTA

VALOR: R$ **4.609,52 (QUATRO MIL SEISCENTOS E NOVE REAIS E CINQUENTA DOIS CENTAVOS)**

DATA DA ASSINATURA: 30/08/2021

VIGENCIA:30/08/2021 A 30/11/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA SEMA - CAIS

LICENÇA SEMA

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte, CNPJ nº 03.238.672/0001-28, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, a Licença Previa e Licença de Instalação referente a Construção de Cais,no ponto:10°52'23.28"S 51°38'1.20"O. No Município de Porto Alegre Do Norte/MT.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 325/2021 INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

PORTARIA Nº 325/2021

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM DESFAVOR DE GLAITON SEBASTIÃO DA COSTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT, Sr. **DANIEL ROSA DO LAGO,** no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os que o artigo 195 da Lei Municipal nº 148/1992 nos ensina que sempre que o elícito praticado pelo funcionário ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias ou demissão, extinção de aposentadoria ou disponibilidades, ou ainda destituição de cargo em comissão será obrigatória à instauração de processo disciplinar**;**

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar, em face do servidor Glaiton Sebastião da Costa a fim de que seja averiguado os atos irregulares imputados, concedendo a ampla defesa no devido processo legal, bem como a aplicação da pena cabível se for o caso, conforme documentos acostados no PAD em questão.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais abaixo relacionados para conduzir a Sindicância, cabendo à presidência ao primeiro nominado:

NOME	SECRETARIA	MATRÍCULA
Eluis Adorno Aguiar	Sec. Mun. Administração	935
Elenir Afonso da Silva	Sec. Mun. Educação, Cultura, Desporto e Lazer	100
Fernanda Divina Soares	Gabinete do Prefeito	1241

Art. 3º - O prazo para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar será de 60 (sessenta) dias podendo ser prorrogado uma só vez por igual período mediante justificativa, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na da de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Porto Alegre do Norte, 20 de outubro de 2021.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LICENÇA AMBIENTAL SEMA PAVIMENTAÇÃO DA MT 550 15KM

LICENÇA SEMA

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte,CNPJ nº03.238.672/0001-28, torna público que requereu junto a SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao projeto de Pavimentação da Rodovia MT 550, extensão de 15 km,localizadas no município de Porto Alegre do Norte/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

LICITAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO

PUBLICAÇÃO DE HOMOLOGAÇÃO ADESÃO A ATA 13/2021

A prefeitura de Porto Esperidião torna público a HOMOLOGAÇÃO DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 13/2021. **"SISTEMA CARONA"** DO OBJETO: **AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO PIPA.**

DETENTORA DA ATA A EMPRESA:**TORINO COMERCIAL DE VEICULOS LTDA CNPJ: 02.416.362/0001-93.**

VALOR TOTAL DE: 538.975,00 (Quinhentos e trinta e oito mil novecentos e setenta e cinco reais) - Porto Esperidião-MT, 21 DE OUTUBRO DE 2021 - MARTINS DIAS DE OLIVEIRA- PREFEITO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021

A Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho – MT torna público que, com base na Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações, Lei Federal do Pregão nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº

460/07 e demais legislações correlatas, fará realizar a Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLAYGROUNS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DO MUNICIPIO DE RIBEIRÃOZINHO, conforme especificações contidas no Termo de Referência, Anexo VI, parte Integrante do Edital. As propostas e documentações deverão ser entregues no Departamento de Licitações e Contratos à Rua São João, s/n, no dia 09/11/2021 às 09h00minsendo que os mesmos serão abertos no mesmo dia e horário. Ficam convocados à competição Licitatória todos aqueles que tiverem o interesse na matéria e que se enquadrarem nas condições estabelecidas no inteiro teor do Edital, cujas cópias poderão ser obtidas no site da Prefeitura. Informações, pelo telefone (66) 3415-1129/1207.

Ribeirãozinho - MT, 21 de outubro de 2021.

DECRETO N° 078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

DECRETO N° 078, DE 11 DE OUTUBRO DE 2021

Declara situação de calamidade pública e hídrica, e institui medidas visando a economia e o uso racional de água potável, em razão da indisponibilidade de água suficiente para captação, tratamento e abastecimento do município de Ribeirãozinho/MT.

Codificação Brasileira de Desastres

(COBRADE 1.4.1.2.0).

O Prefeito de Ribeirãozinho, Estado de Mato Grosso, Sr. **RONIVON PARREIRA DAS NEVES,** no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o desabastecimento de água na cidade, causado pela falta de chuvas e a redução abrupta dos níveis de água dos poços artesianos que abastecem o Município de Ribeirãozinho/MT;

CONSIDERANDO que o desabastecimento no Município de Ribeirãozinho – MT vem privando e poderá vir a privar a comunidade de condições mínimas de atendimento de suas necessidades básicas de higiene e dessedentação;

CONSIDERANDO que além da Sede do Município de Ribeirãozinho – MT, há uma escassez de água potável na Colônia Couto Magalhães que também é abastecida por poço artesiano, comprometendo àquela população;

CONSIDERANDO que o abastecimento de água potável é essencial para vida humana;

CONSIDERANDO, que os níveis atuais dos poços artesianos, exigem o uso racional e restrito da água distribuída pelo Município para fins estritamente essenciais, sob risco de um colapso no abastecimento de água potável, caso não haja providências efetivas neste sentido;

CONSIDERANDO, que mesmo com as poucas chuvas no Município não foi superada a falta de água no Município, prejudicando o andamento de serviços públicos essenciais;

CONSIDERANDO, que foi decretado calamidade pública por 60 (sessenta) dias, através do Decreto nº. 71, de 21 de Dezembro de 2020, sendo prorrogada a referida calamidade pública pelos Decretos nº. 009/2021 e 059/2021;

CONSIDERANDO, que mesmo após o início de chuvas no Município a escassez de água reflete em toda a população, não sendo sanado a questão da água na Colônia Couto Magalhães que atualmente é abastecida 100% com água transportada com caminhão pipa;

CONSIDERANDO, o disposto no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8. 666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

CONSIDERANDO, a urgente necessidade de esclarecer e convocar a população, para colaborar com medidas de contenção do consumo de água potável, inclusive com o aumento da propaganda institucional neste sentido;

CONSIDERANDO, que compete ao Município zelar pelo bem estar da população, bem como tomar medidas que fizerem necessárias para, em regime de cooperação, combater situações emergenciais;

DECRETA:

Art. 1° Fica declarado, novamente, para todos os efeitos legais, o estado de calamidade pública e hídrica no Município de Ribeirãozinho/MT, pelo período de mais 60 (sessenta) dias, em razão da prolongada estiagem que reduziu os níveis de água dos poços artesianos que abastecem o Município de Ribeirãozinho/MT.

Art. 2° Fica proibido em todo território do Município de Ribeirãozinho, o funcionamento de lava a jato, ainda que destinado a lavagem de veículos de empresa especifica, lavador automático, lavagem manual de veículos, em postos revendedores de combustíveis e serviços, em que os mesmos usem para tal serviço água da rede pública de abastecimento. **Parágrafo único.** As atividades de que trata o caput, somente poderão ser executadas com um ou mais dos seguintes recursos: I - aproveitamento das águas pluviais; II - água de caminhão pipa, revendida por empresa legalizada; III - captação de água subterrânea, desde que possua a devida outorga da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, ou ainda a dispensa da mesma; IV - empresas de lavagem manual que se dediquem a modalidade de lavagem a seco.

Art. 3° Fica proibido em todo o território do Município de Ribeirãozinho, a utilização de água tratada para lavagem de calçadas, quintais e outros fins desnecessários. Art. 4° Uma vez caracterizado o desperdício de água distribuída para o consumo humano, nas hipóteses supracitadas, fica o fiscal autorizado a advertir o usuário, colhendo sua ciência no auto de notificação, orientando ademais, sobre as sanções cabíveis em caso de reincidência do ato.

Art. 5° Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem, nas ações de resposta necessárias a minimizar os efeitos causados pela falta de água no Município. Art. 6° Em decorrência da declaração de situação de emergência constante no art. 1º, fica autorizado o Município de Ribeirãozinho, a dispensar a licitação, com fundamento no art. 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993, para a aquisição dos bens, materiais, produtos necessários, inclusive água tratada, de modo a evitar o colapso no sistema público de abastecimento de água.

Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, Prefeitura de Ribeirãozinho-MT, aos 11 dias do mês de Outubro de 2021.

RONIVON PARREIRA DAS NEVES

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 79/2021 RIBEIRÃOZINHO, 19 DE OUTUBRO DE 2021.

Designa servidores para responder concomitamente pela emissão TIF, TCI e NL da Malha Fiscal do ITR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal do Município de Ribeirãozinho e da outras providências, e,

Considerando a Norma de Execução Cofis nº 7, de 01 de Março de 2021;

Considerando o artigo 11 do Decreto Federal nº 70.235/1972;

Considerando Instrução Normativa **RFB** Nº 1954, de 21 de Maio de 2020, Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.640, de 11 de maio de 2016o artigo 11 do Decreto Federal nº 70.235/1972;

DECRETA:

Art 1º - Designa os servidores abaixo ocupantes do cargo de Fiscal de Tributos, para responder concomitantemente, pela emissão e assinatura dos Termos de Intimação Fiscal -TIF, Termos de Constatação e Intimação – TCI e Notificação de Lançamento – NL, correspondentes da malha Fiscal do ITR, conforme convênio vigente celebrados entre o município de Ribeirãozinho e a Receita Federal do Brasil:

- Neviton Freitas Ribeiro CPF nº 170.251.331-91 Matricula nº 18

Art. 2º - As designações aplicadas no artigo anterior correrão sem ônus ao erário municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ribeirãozinho-MT, em 19 de Outubro de 2021.

Ronivon Parreira das Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

GABINETE DA PREFEITURA
EXTRATO DO 4º ADITIVO ACRESCIMO CONTRATO Nº 007/2020-PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e JOSIAS BRAZ DOS SANTOS EIRELI, CNPJ Nº 31.111.264/0001-46.

Objeto: aditivo de acréscimo contrato nº 007/2020 tendo objeto serviços de engenharia para pavimentação poliédrica de ruas e vias urbanas com meio fio, sarjeta e drenagem com fornecimento de materiais e mão de obra.

Licitação originária: TP nº 001/2020

Proc. Adm. Apenso nº 041/2020-SEMOSP

Proc. Adm. nº 386/2021-SEMOSP

Fundamentação: decisão administrativa nº 049/2021/GAB/PREFEITO e amparo Clausula Décima Oitava do Contrato nº 007/2020-PMR c/c art. 65, alínea “b” do inciso I, combinado com o § 1º, da Lei nº 8.666/93.

Dotação orc.: 06.01.03.01.15.451.0109.2180.4.4.90.51-09100, subelemento: Obras em andamento - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Lei Orçamentária Anual vigente - Nota de Empenho nº 01269, de 16/08/2021 - R$ 164.241,48.

Prazo: 16/11/2021

Ass.:16/08/2021

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO ELETRÔNICO COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 29/2021

2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Pregoeira oficial nomeada através do Decreto nº 007/GAB/PMR de 11 de Janeiro de 2021, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 29/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 782/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do ***MENOR PREÇO POR ITEM***, objetivando o **“REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (LIXO) COMO: COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS HOSPITALARES (INFECTANTES).**

O PREGÃO ELETRÔNICO será realizado em sessão pública, via INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos pela pregoeira, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante da página LICITANET - licitações on - line – www.licitanet.com.br

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Recebimento das propostas: A partir da publicação do aviso de edital;

Do encerramento do recebimento das propostas: 10/11/2021 às 09:00 horas (Horário de

Início da disputa:10/11/2021, às 09:01 horas (Horário de Brasília - DF);

Endereço eletrônico da disputa: www.licitanet.com.br

A integra deste edital e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br; ou através do endereço de e-mail pregoeiro@rondolandia.mt.gov.br, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia – MT, 21 de Outubro de 2021.

Keila Taiane

Pregoeira Oficial

Decret. Nº 007/GAB/PMR/2021

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
DECLARAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Declaro para os devidos fins que o projeto da Prefeitura Municipal de Rondolândia para Pavimentação em blocos sextavados na Rua Manoel de Oliveira Guedes; Rua Nossa Senhora Auxiliadora; Rua Pedro Moreira; Rua Railton Nunes Maciel; Rua Carmo Castilho, localizadas na sede municipal, está em conformidade com as normas desta Prefeitura no que se refere ao uso e ocupação do solo, não havendo restrições à execução do mesmo.

Rondolândia/MT, 21 de outubro de 2021.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DA PREFEITURA
EXTRATO DO 3º ADITIVO REAJUSTE DE VALOR CONTRATO Nº 007/2020-PMR

MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA e JOSIAS BRAZ DOS SANTOS EIRELI, CNPJ Nº 31.111.264/0001-46.

Objeto: aditivo de reajuste de valor contrato nº 007/2020 tendo objeto serviços de engenharia para pavimentação poliédrica de ruas e vias urbanas com meio fio, sarjeta e drenagem com fornecimento de materiais e mão de obra.

Licitação originária: TP nº 001/2020

Proc. Adm. Apenso nº 041/2020-SEMOSP

Proc. Adm. nº 386/2021-SEMOSP

Fundamentação: decisão administrativa nº 043/2021/GAB/PREFEITO e amparo Clausula Décima Nona do Contrato nº 007/2020-PMR c/c art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.192/01 c/c artigos aplicáveis da Lei nº 8.666/93.

Dotação orc.: 06.01.03.01.15.451.0109.2180.4.4.90.51-09900, subelemento: Outras Obras e Instalações - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Lei Orçamentária Anual vigente - Nota de Empenho nº 01163, de 30/07/2021 - R$ 23.276,22.

Prazo: 16/11/2021

Ass.:30/07/2021

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 090/2021

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 090/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.994/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando a **"Aquisição de Materiais de Consumo para Manutenção das Pontes de Madeira do Município de Rondolândia/MT".**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 21 de Outubro de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
LICENÇA PREVIA (LP) E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LI)

A Prefeitura Municipal de Rondolândia, CNPJ nº 04.221.486/0001-49, torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-MT), a Licença Previa (LP) e Licença de Instalação (LI), referente ao projeto de Pavimentação asfáltica em TSD em diversas ruas localizadas na sede municipal, perímetro urbano do município de Rondolândia/MT.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 089/2021

(Inc. IV, do Art. 24, da Lei nº 8.666/93)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de sua Presidente nomeada através do Decreto nº 010/GAB/PMR de 18 de Janeiro de 2021, **Torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº. 089/2021**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº.991/2021, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO GLOBAL**, objetivando a **"Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Mao de Obra de 01 (uma) Ponte de madeira de Lei, tipo bate estaca, com 36 metros, sobre o Rio Madeirinha, localizado na MT 198, para atender as necessidades do Município de Rondolândia, visando a manutenção e desenvolvimento desta Municipalidade".**

A Proposta de Preço e toda documentação poderá ser encaminhada via e-mail institucional: cpl@rondolandia.mt.gov.br no período de até 01(um) dia útil da publicação, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 21 de Outubro de 2021.

Luciene Souza dos Santos

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 67/2021

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **nos termos do inciso VIII, do art. 24 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**. **RATIFICA O PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 67/2021**, com fulcro na decisão administrativa proferida pelo prefeito José Carlos Junqueira de Araújoque autoriza a modalidade de Dispensa de Licitação, diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, a contratação a favor da empresa: **CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONÓPOLIS**, situada na Av. Dr. Paulo de Oliveira, n° 1411, Bairro Cascalhinho, CEP: 78.720-300, Rondonópolis/MT, inscrita no CNPJ: **03.940.848/0001-99.**

OBJETO:CONSTRUÇÃO DE CALÇADA DA PRAÇA DO JARDIM EUROPA – NA RUA DINAMARCA, QUADRA 01 E 02 NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT.

VALOR TOTAL DISPENSA: R$ 19.000,95 (dezenove mil reais e noventa e cinco centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Município – DIORONDON**, no jornal de circulação local **Jornal A Gazeta,** no **Diário Oficial Eletrônico dos Municípios** e no **Diário Oficial de Contas,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 21 de Outubro de 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 38/2021

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Senhor **JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO**, Prefeito Municipal de Rondonópolis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e especificamente **nos termos do art. 25, inciso I, da Lei Federal n.º 8.666, de junho de 1993, RATIFICA O PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 38/2021**, com fulcro no Parecer Jurídico n.º 443/2021, que apreciou o processo administrativo na modalidade de Inexigibilidade de Licitação, e diante da situação fática, de acordo com a Lei de Licitações, manifestou a favor do Licitante**: OGASEC CONSULTORIA E INFORMÁTICA S.A.,** com endereço na QD. 01 Conjunto C, Lote 3, 5, 7 e 9 Parte, S/Nº, Bairro Setor de Indústrias Bernardo Sayao (Núcleo Bandeirantes) - CEP: 71.736-103, Brasília-DF, inscrito no CNPJ: 01.919.316/0001-44.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE USO DO PROGRAMA FIREWALL, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO.

VALOR DA INEXIGIBILIDADE: R$ 10.399,32 (dez mil trezentos e noventa e nove reais com trinta e dois centavos).

Publique-se no átrio desta Prefeitura, no **Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado (TCE)**, **Diário Oficial da Associação Matogrossense dos Municípios (AMM)**, **Diário Oficial do Município – DIORONDON** e no jornal de circulação local **A TRIBUNA** e jornal **A GAZETA,** para ciência de todos os interessados observadas as prescrições legais.

Rondonópolis-MT, 21 de outubro 2021.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO

Prefeito Municipal de Rondonópolis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N°023/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 023/2021, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 21/10/2021, após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

1) GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 17.472.278/0001-64, R$ 114.150,0000; 2) C.A. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI 26.457.348/0001-04, R$ 90.570,0000;

3) CENTERMEDI- COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 03.652.030/0001-70, R$ 249.094,0000;

4) FAMA DISTIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME 03.250.803/0001-92, R$ 568.205,0000;

5) CIRURGICA ASSSIS 39.610.184/0001-47, R$ 32.160,0000;

6)PRO REMEDIOS DISTRIBUIDORAS DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E COSMETICOS EIRELI 05.159.591/0001-68, R$ 275.350,0000;

7) INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA 12.889.035/0001-02, R$ 171.956,2000;

8) COMERCIAL DENTARIA HOSPITALAR FONTANNA LTDA 78.688.660/0001-02, R$ 45.712,0000;

9) COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA 67.729.178/0004-91, R$ 36.910,0000;

10) ARMAZEM DOS MEDICAMENTOS EIRELLI-ME 27.718.661/0001-03, R$ 123.025,0000;

11) SUPERMEDICA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI 06.065.614/0001-38, R$ 35.510,0000;

12) DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA 02.520.829/0001-40, R$ 45.650,0000;

Rosário Oeste/MT, 21 de outubro de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2021

O Município de Rosário Oeste – MT, torna público aos interessados que na licitação modalidade Pregão Presencial com Registro de Preço n. 022/2021, cujo objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA ADMINISTRATIVA, CONTABIL E PLANEJAMENTO EM CARÁTER COMPLEMENTAR AOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, cuja abertura de Documentos de Habilitação e Proposta de Preço se deu às 09:00 horas do dia 18/10/2021, após julgamento sagrou-se vencedora a seguinte empresa:

01 – GESTÃO MT, inscrita no CNPJ n. 12.015.532/0001-81, representada neste ato pelo procuradora a Sra. TATIANE GOMES NASCIMENTO, portador do CPF n. 046.570.431-02;

Rosário Oeste/MT, 20 de outubro de 2021.

FAGNER CAMARGO SAMPAIO

Pregoeiro Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 020/2021

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico n° 020/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS PARA SANTA CRUZ DO XINGU-MT. Modalidade Pregão n° 020/2021, na forma Eletrônica, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 09 de Novembro de 2021. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1000, pelo e-mail: licitacao@santacruzdoxingu.mt.gov.br, pelo site: https://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br ou pelo site https://www.comprasgovernamentais.gov.br/.Santa Cruz do Xingu – MT, 21 de Outubro de 2021.

WANDERCIDES DIVINO PEREIRA RAMOS – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 061/2021

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUALCONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DA REFORMA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO QUE IRÁ CONTEMPLAR:**

A) ELABORAÇÃO DA LEI QUE DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS;

B) ELABORAÇÃO DA LEI CTM (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL) PLANTA GENÉRICA;

C) ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT torna público que no **dia 04 de novembro de 2021 às 14h00min (Horário Oficial de Santa Rita do Trivelato – MT),** estará recebendo propostas, para abertura do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato/MT, 22 de outubro de 2021.

DIENIFFER MOURA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

COMPRAS E LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 0524/2021 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

PORTARIA Nº 0524/2021

DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 109/2021 E 110/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor **MARIONEI ABRÃO NETO MARTINS,** inscrito no CPF/MF sob o nº 017.864.931-79 para **Fiscalização do Contrato**

nº 109/2021 e 110/2021, cujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, CONSIDERANDO O MAIOR DESCONTO SOBRE A TABELA DE PREÇOS SINAPI**.

Art. 2º.A presente portaria entra em vigor com efeitos retroativos a data do dia 27/08/2021.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 20 DE OUTUBRO DE 2021.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2021 AVISO DE PUBLICAÇÃO, EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 055/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. **EGON HOEPERS,** torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas nos autos, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade da**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE BANDEIRAS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT,** junto à empresa**SÓ BANDEIRAS – DISTRIBUIDORA DE BANDEIRAS LTDA - CNPJ Nº 09.342.293/0001-60,** no valor de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93, **PUBLICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 22 de outubro de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

OBJETO: PROCESSO DE DISPENSA PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE CONJUNTOS DE BANDEIRAS PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT.**

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATADO:**SÓ BANDEIRAS – DISTRIBUIDORA DE BANDEIRAS LTDA**

CNPJ Nº **09.342.293/0001-60**

VALOR GLOBAL: R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)

VIGÊNCIA: 60 **(sessenta) dias.**

HOMOLOGO.

Santa Rita do Trivelato – MT, 22 de outubro de 2021.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº. 1.542, DE 19 DE OUTUBRO DE 2021.

REGULAMENTA, EM ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, A LEI FEDERAL Nº. 14.150/21, QUE PRORROGA ATÉ DEZEMBRO DE 2021 OS EFEITOS DA LEI ALDIR BLANC, DE APOIO AO SETOR CULTURAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DE COVID-19.

O PREFEITO THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - O Poder Executivo do Município de Santa Terezinha por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o art. 1º da Lei Federal nº. 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei de Emergência Cultural – Aldir Blanc), mediante programas que contemplem todas as hipóteses enumeradas no art. 2º da referida Lei.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o auxílio da Comissão de que trata o art. 2º deste Decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para a gestão dos recursos que já foram destinados ao Município de Santa Terezinha, nos termos do art. 3º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020.

Art. 2º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da Lei Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I - Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Santa Terezinha para a distribuição dos recursos na forma prevista no art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, e observando-se o art. 3º deste Decreto;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do art. 1º deste Decreto;

IV - Acompanhar a aplicação direta dos recursos do Governo Federal para o Município de Santa Terezinha;

V - Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Santa Terezinha.

Art. 3º - A Comissão de que trata este Decreto será composta pelos seguintes integrantes:

I – 1 (um) Titular da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que o presidirá;

II - 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;

III - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e lazer;

IV - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social.

V – 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º - É assegurada a participação da sociedade civil no acompanhamento e na fiscalização da aplicação dos recursos oriundos da Lei Aldir Blanc, podendo exercer esse direito por intermédio de solicitação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo e-mail esmec.stz@hotmail.com ou no sítio eletrônico www.santaterezinha.mt.gov.br.

Art. 5º - Todas as informações de interesse público relativas à aplicação da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, em âmbito local, ficarão disponíveis no endereço www.santaterezinha.mt.gov.br/aldirblanc.

Art. 6º - A Secretária Municipal de Educação e Cultura poderá expedir normas para complementar, esclarecer e orientar a execução da Lei Federal nº. 14.017, de 2020, inclusive no tocante à forma de execução de seu art. 2º.

Art. 7º - Revogadas as disposições contrárias, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha-MT, 19 de outubro de julho de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria 233/2021 Gabinete do Prefeito.

Cria a Comissão de Acompanhamento e Execução do Inciso II da Lei Federal nº 14.017 (Lei Aldir Blanc), que será composta por 5 (cinco) servidores, escolhidos e indicados pelo Prefeito Municipal de Santa Terezinha.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, **THIAGO CASTELLAN RIBEIRO**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar a Comissão de Acompanhamento e Execução do Inciso II da Lei Federal nº 14.017 (Lei Aldir Blanc), que será composta por 10 (dez) servidores e 10 (dez) representantes da sociedade civil, escolhidos e indicados pelo Secretário Municipal de Cultura.

Artigo 2º – Nomear os seguintes membros para sua composição:

Messias Santos de Sousa – Coordenador pedagógico, responsável pelo SMC;

Ailton Aparecido Moraes Galeno – Secretário Municipal de Turismo, Esporte e Lazer;

Ana Raquel Correia Ribeiro – Secretária Municipal de Assistência Social;

Israel Martins dos Santos – Secretário Adm. Chefe de Gabinete;

Renato Volgango Silveira Rocha – Secretário Municipal de Finanças.

III – A Comissão de Acompanhamento e Execução possui as seguintes competências:

Artigo 3º - Compete à Comissão nomeada por esta Portaria exercer as atribuições previstas no art. 2º do Decreto Municipal n.º 1.542, de 19 de outubro de 2021 e em normas correlatas, notadamente:

I - Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Santa Terezinha para a distribuição dos recursos na forma prevista no art. 2º da Lei Federal nº. 14.017, de 2020;

III - acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do art. 1º do Decreto Municipal n.º 1.542, de 19 de outubro de 2021;

IV - Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município de Santa Terezinha;

V - Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

VI - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Santa Terezinha.

VII - Analisar as solicitações de recebimento dos subsídios para a manutenção de espaços artísticos e culturais definidos por lei.

VIII - Solicitar, se necessário, esclarecimentos e documentos complementares aos candidatos durante a pré-qualificação.

IX - Analisar a documentação dos candidatos e classificá-los conforme os critérios definidos em lei.

X - Homologar os cadastros individuais e de Instituições Culturais no Cadastro do Sistema Municipal de Cultura – SMC, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

XI - Conferir as contrapartidas, caso elas existam, e sejam apresentadas no ato da inscrição, bem como aprovar a prestação de contas apresentada ao final da execução.

XII - A Comissão ora constituída atuará até o mês de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, caso o Governo Federal altere a data limite de prestação de contas.

XIII - Todos os pareceres referentes a análise de prestação de contas deverão ser assinados por todos os membros da comissão.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

Santa Terezinha-MT, 19 de outubro 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO

EDITAL DE FOMENTO AS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA - ALDIR BLANC

De acordo com o contido na Lei Federal nº 14.017/2020, Lei Federal 14.150/2021, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464/2020 e 10.751/2021, no Decreto Municipal nº 1.542 de 19 de outubro de 2021, e supletivamente na Lei Federal nº 8.666/1993, e ainda fundamentadas na decisão da Comissão de Acompanhamento e Execução da Lei Aldir Blanc, nomeada pela Portaria 233/2021GP, constante da Ata nº 622/21, vem por meio deste Edital, estabelecer ações emergenciais ao setor cultural do município de Santa Terezinha-MT.

1 - DO OBJETO

1.1.O presente edital de chamada pública destina-se a ações emergenciais de apoio ao setor cultural por meio de Edital de Fomento à Difusão e Fomento da Produção Cultural Digital para: - Manutenção de agentes, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

1.1.1. O material apresentado na inscrição, após divulgação do Resultado Final, deverá ser entregue em Pendrive, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Rua 25, S/Nº, Centro, Santa Terezinha-MT, de segunda a sexta feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30 horas, de forma presencial, sendo requisito fundamental para que o pagamento seja realizado.

1.2. Obrigatoriamente na inscrição deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, que o mesmo projeto/produto apresentado não recebeu recursos públicos, oriundos de outras esferas de governo, ou ainda de programas relacionados Apoio e Incentivo a Cultura. Sendo identificado em qualquer época, a inveracidade do declarado, o proponente estará sujeito a devolução dos recursos recebidos, com correção, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, sendo assegurado o amplo e irrestrito direito de defesa. –

DAS DEFINIÇÕES 2.1 Para efeito deste edital adotam-se as seguintes definições:

2.1.1. Proponente: pessoa física, domiciliada no Município de Santa Terezinha, parte diretamente responsável pelo projeto cultural, nele atuante e que propõe o projeto.

2.1.2. Empreendedor: é o proponente que teve seu projeto aprovado, responsável primeiro pela execução do mesmo.

2.1.3. Inédito: objetos de projetos que não tenham sido apresentados nos Editais da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020) em qualquer esfera governamental ou ainda já tenha sido contemplado com recursos estaduais ou outros recursos federais.

2.1.4. Comprovantes de endereço: comunicados de tributos municipais, estaduais ou federais, contas de concessionárias de água, luz, telefone fixo, faturas de internet, celular, TV por assinatura, cartão de crédito, correspondência bancária, contrato de aluguel – emitidos a partir do ano de 2021.

2.1.5. Documentos comprobatórios de conta corrente, preferencialmente de bancos oficiais: fotocópias de cheque, cartão, faturas, extrato bancário e foto do bankline.

3 - DO VALOR DO EDITAL

3.1. Será disponibilizado para o presente edital o valor de até R$ 68. 000,00 (sessenta e oito mil reais):

3.1.1. Exclusivamente para pessoas físicas, será destinado o valor de até R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para atender até 10 (dez) projetos no valor de R$ 2.000,00 (três mil reais) para cada projeto, nas seguintes faixas:

I. Vídeos Autorais (Solos ou Coletivos - com duração de acordo com a área e a proposta, com tempo médio mínimo de cinco minutos de duração), nas áreas de Artes Visuais, Cinema, Dança, Literatura, Música, Patrimônio Cultural, Teatro, Circo e Manifestações Culturais Tradicionais, tais como curtas-metragens, videoclipes, monólogos, leituras, contação de histórias, clipoemas, mostras ou espetáculos simplificados de dança, teatro e música, arte digital, animações, exposições virtuais, documentários, números de circo e comédia filmados, oficinas teóricas ou práticas de artes, entre outros, que, ao serem contemplados, venham a ser disponibilizados nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, como forma de promoção e dinamização da economia da cultura no Município de Santa Terezinha.

II. Artigos, peças, contos e crônicas, (três mil caracteres no mínimo) que, ao serem contemplados, venham a ser disponibilizados nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, como forma de promoção e dinamização da economia da cultura no Município de Santa Terezinha-MT.

III - Memória Viva (depoimentos com no mínimo de dez minutos e no máximo de vinte minutos de duração) de agentes culturais moradores da cidade detentores de saberes nos mais diversos segmentos culturais, cuja experiência e trajetória de vida retratem e transmitam aspectos do cotidiano e da cultura do Município de Santa Terezinha. Os vídeos deverão abordar um dos temas a seguir**: 1)** dados biográficos e a relação com a cidade; **2)** a trajetória pessoal e profissional e/ou cultural a ser relatada; **3)** as impressões do mundo da pandemia e as expectativas futuras.

3.1.1.2. Todos os produtos encaminhados na inscrição, de forma virtual, serão difundidos nas redes dos empreendedores e nas redes sociais da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, após Resultado Final, por meio dos produtos entregues, conforme item 1.1.1. do Edital.

. 3.2. Os recursos financeiros deste edital correrão por conta do recurso repassado ao Município por força da Aldir Blanc.

4 - DA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão se inscrever nesta chamada pública:

4.1.1. Exclusivamente pessoas físicas domiciliadas no Município de Santa Terezinha, atuantes no projeto, cujo objeto ou ramo de atuação evidencie relação com o objeto deste edital, devendo ainda indicar e comprovar experiência na realização de ao menos 01 (um) evento relacionado às seguintes áreas:

I - Música;

II - Artes cênicas, compreendendo teatro, dança e circo;

III - Audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão e rádio;

IV – Literatura;

V - Artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design e artes gráficas e tecnológicas;

VI - Patrimônio histórico, artístico e cultural;

VII - Folclore, artesanato, cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais, por meio de atividades artístico-culturais de realização singular ou continuada com resultado como livro, DVD, show, temporada, mostra, festival, circuito, exposição, produtos de arte e tecnologia, produções para difusão de internet, arte urbana, entre outros, podendo apresentar projetos que contemplem transversalidade das áreas referidas acima.

5 - DAS INSCRIÇÕES

5.1. As inscrições exclusivas a pessoas físicas serão gratuitas e estarão abertas pelo prazo de 07 (sete) dias corridos, depois de decorridos os 30 (trinta) dias de publicação do Edital, conforme previsão da Lei nº 8.666/93.

5.2. As inscrições deverão ser realizadas a partir de decorrido o prazo legal de 30 (trinta) dias da publicação deste edital no Diário Oficial do conforme regramento da Lei 8.666/93 entre às 8h do dia 18 de novembro de 2021 até às 18h do dia 26 de novembro de 2021.

5.3. A inscrição deverá ser feita, em formato digital, no endereço eletrônico: www.santaterezinha.mt.gov.br

5.4. O proponente que não tenha cadastro de pessoa física deverá previamente se cadastrar no seguinte endereço eletrônico, www.santaterezinha.mt.gov.br/cadastro/agente.cultu...

5.4.1. Somente serão aceitas inscrições de proponentes pessoas físicas.

5.5. Toda a documentação deverá ser digitalizada e, quando for o caso, frente e verso, devendo ser observado o seu prazo de validade no momento da inscrição. 5.6. Os documentos e conteúdos obrigatórios para anexação deverão respeitar as especificações técnicas exigidas no sistema, sendo expressamente proibida a anexação de documentos que contenham rasuras, colagens ou montagens, especialmente no que diz respeito às assinaturas.

5.7. Caso o proponente deixe de preencher qualquer das abas do formulário ou não anexar algum documento exigido, por particularidade do projeto, deverá anexar Documentos Complementares como forma de justificativa, sob pena de não o fazendo incorrer na inabilitação ou desclassificação do projeto.

5.8. A composição do projeto deverá apresentar elementos para análise de mérito conforme abas disponibilizadas no sistema. Deverão ser juntados os documentos e materiais complementares abaixo indicados:

a) Documentos obrigatórios ou essenciais de conformidade com o exigido no momento do cadastro do projeto;

b) Currículo do proponente pessoa física;

c) Comprovação curricular do proponente (daquele que está propondo/apresentando e não do projeto a ser realizado), anexando referências visuais e/ou sonoras, bem como documentos ou registros em foto e vídeo que permitam a comprovação de trabalhos desenvolvidos pelo proponente na área, podendo ainda ser recortes de jornais, folders, programas de espetáculos, certificados ou declarações de conclusões de cursos, entre outros.

d) Declaração de Cessão de Direito do Autor, Anexo I deste Edital, assinada pelo proponente do projeto.

e) Declaração de inexistência de uso de recursos públicos para o projeto apresentado, Anexo II deste Edital, assinada pelo proponente do projeto.

f) Anexar o produto cultural, conforme abaixo:

5.9. Os Vídeos Autorais (Solos ou Coletivos), Artigos, Contos e Crônicas deverão ser de classificação indicativa livre, destinados a todo tipo de público, sem limite de idade.

5.10. Não será admitido uso de vídeo autoral com imagens de terceiros, sem autorização expressa quando da inscrição do projeto.

5.11. O proponente é responsável por manter ativo e acessível durante o período de avaliação do projeto, os links de acesso indicados, sob pena de não o fazendo estar sujeito à desclassificação.

5.12. À Secretaria Municipal de Educação e Cultura é reservado o direito de exigir, em qualquer momento, a apresentação do documento original, dentro do prazo estipulado na diligência, e sendo detectada a montagem

ou colagens de assinaturas nos documentos, documento diverso do que foi anexado no ato de inscrição no sistema, ou ainda, a falta de apresentação ou o descumprimento do prazo o projeto será automaticamente inabilitado ou desclassificado.

5.13. Finalizado e encaminhado o projeto, caberá ao proponente verificar a documentação e a consistência e qualidade dos dados apresentados.

5.14. Encerrada a fase de inscrição, não será possível qualquer alteração no projeto ou acréscimo documental exigido pelo edital nas etapas de "habilitação" e "avaliação de mérito".

6 - DO IMPEDIMENTO

6.1. Não poderão participar desta chamada pública:

6.1.1. Servidores do Município de Santa Terezinha-MT integrantes dos quadros da administração direta e indireta.

6.1.2. Pessoas físicas com idade inferior a 18 (dezoito) anos, no ato da inscrição.

6.1.3. Integrantes da Comissão do acompanhamento e avalição da Lei Aldir Blanc.

6.1.5. Pessoas jurídicas de qualquer natureza.

6.1.6. Proponentes não residentes no Município de Santa Terezinha.

7 - DAS FASES DO PROCESSO DE CHAMAMENTO:

7.1. O chamamento será composto por 03 etapas, habilitação, análise de mérito e documentação complementar:

7.2 - DA HABILITAÇÃO

7.2.1. Será efetivada por servidores da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, especialmente designados para este fim, onde será avaliado o correto preenchimento do formulário de inscrição, bem como o atendimento a todas as exigências nesta etapa.

7.2.2. Após a divulgação do resultado da fase de habilitação, o proponente inabilitado poderá interpor recurso em instância única, por meio recurso apresentado na sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devendo ser dirigido à Presidência da Comissão de Acompanhamento e Execução Da Lei Aldir Blanc, no prazo de prazo de 03 (três) dias corridos, a partir da divulgação da lista de habilitados e inabilitados a ser disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, no endereço www.santaterezinha.mt.gov.br

7.2.3. Não será conhecido recurso não apresentado fora da sede da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, fora do prazo ou interposto por pessoa não interessada.

7.2.4. O recurso será julgado pelo Presidente da Comissão do Fundo Municipal de Cultura em até 03 (três) dias úteis, e seu resultado será disponibilizado no site da www.santaterezinha.mt.gov.br

7.2.5. A lista dos habilitados e não habilitados após o julgamento dos recursos será divulgada no www.santaterezinha.mt.gov.br.

7.2.6. Os projetos habilitados nesta fase serão encaminhados à apreciação da Comissão de Acompanhamento e Execução.

7.3 - DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO

7.3.1. A Comissão será composta por cinco membros, indicados por portaria e ficaram impedidos de participar nas seguintes hipóteses: a) na análise de projetos nos quais tenham interesse direto ou indireto; b) na análise de projetos dos quais tenham participado ou venham a participar como proponente; c) na análise de projetos apresentados por proponente (ou seus respectivos cônjuges ou companheiros) com os quais estejam litigando judicial ou administrativamente.

7.3.2. A Comissão ou a Secretaria Municipal de Educação poderão solicitar apoio técnico quando necessário, mediante indicação de servidores ou terceiros devidamente habilitados, ou ainda, diligenciar informações adicionais para dirimir dúvidas caso seja necessário, desde que estas não tenham caráter obrigatório no edital.

7.3.3. Será classificado o projeto que atinja no mínimo 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis na soma dos critérios de avaliação de mérito.

7.3.5. A pontuação total será aferida, pela própria Comissão, a partir da média aritmética exclusivamente pelas três notas válidas dadas.

7.3.6. O projeto que for classificado por atingir a pontuação mínima acima citada não estará automaticamente aprovado, para tanto deverá estar dentro da faixa de contemplação a ser divulgada dentro do limite de valores, conforme estipulado neste edital.

7.3.7. Para efeito do presente edital a nota será o fator de seleção do projeto.

7.3.9. Os critérios de pontuação adotados para a análise do mérito dos projetos pela Comissão de Acompanhamento e Execução serão os abaixo relacionados.

7.3.9.1. Os critérios serão analisados segundo a categoria escolhida pelo proponente para o projeto. Critério Especificação Pontuação máxima a) Conteúdo e coerência da proposta Pertinência do tema em relação à área de atuação e qualidade do vídeo ou publicação em relação aos elementos estéticos da área escolhida. 0 a 40 pontos b) Viabilidade de execução Formato em consonância com as especificações técnicas previstas no edital. 0 a 30 pontos c) Currículo do proponente Tempo de atuação na área, sendo: Até 02 anos: 10 pontos; Até 10 anos: 20 pontos; Acima de 10 anos: 30 pontos. 0 a 30 pontos 7.3.10. Havendo empate no total das notas aplicadas ao projeto, e sendo necessário o desempate entre projetos, serão consideradas as maiores notas atribuídas nos critérios "a", "b" e "c" consecutivamente. Se, após a aplicação dos critérios acima mencionados, o empate persistir, a classificação será definida por meio de sorteio, a realizar-se em sessão dirigida pela Presidência da Comissão da qual será lavrada Ata específica.

7.3.11. A Comissão de Acompanhamento e Execução elaborará relação dos projetos classificados, em ordem decrescente de pontuação.

7.3.11.1. Serão aprovados projetos até a utilização integral dos recursos existentes.

7.3.11.2. A lista dos selecionados, após o julgamento dos recursos, será divulgada no site eletrônico www.santaterezinha.mt.gov.br

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR PARA OS PROJETOS CONTEMPLADOS

7.4.1. Os proponentes convocados deverão encaminhar a documentação abaixo a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relativos ao procedimento de seleção, sendo o formato da entrega documental regulamentado no Edital de Convocação.

7.4.1.1. O prazo para envio dos documentos será de até 05 (cinco) dias corridos, a contar do primeiro dia útil posterior à publicação do resultado final dos contemplados.

7.4.2. Documentação de Pessoa Física: a) Cópia legível da Carteira de Identidade - RG e do Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou de outro documento oficial, contendo fotografia e os números dos respectivos RG e CPF que comprove idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos na data da inscrição; b) Cópia legível de documento contendo o número do PIS/PASEP ou inscrição no INSS do proponente; c) Cópia legível de comprovante de endereço em nome do proponente. Em caso de comprovante em nome de terceiros, deverá acompanhar Declaração de co-residência, com fotocópia de documento de identificação do declarante e fotocópia de comprovante de endereço informado. d) Autodeclararão de que o proponente não pertence aos quadros da administração direta ou indireta do município de Santa Terezinha. e) O proponente, pessoa física, deverá encaminhar documento com informação da conta corrente para depósito do valor da aqui-

sição, pela Prefeitura Municipal de Santa Terezinha, do produto resultante do Edital, no caso, os vídeos/produtos apresentados. A conta corrente poderá ser de caráter digital, preferencialmente em banco oficial.

7.5. Toda e qualquer documentação que contenha prazos deverão estar dentro de sua validade, na data da sua entrega, atualizando-as durante o período de realização do projeto, uma vez que o repasse financeiro depende da apresentação de documentações válidas, independentemente de comunicação pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

7.5.1. O não envio da documentação complementar conforme prazo e especificações descritos no item 7.4. Acarretará a desclassificação do projeto.

7.6. O resultado final dos selecionados será homologado pelo Edital de Resultado Final a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios de Mato Grosso

8.1. O valor do projeto é fixo sem necessidade de orçamento detalhado.

8.1.2. Incumbe ao proponente enquadrar o respectivo projeto em uma das seguintes áreas das artes e cultura a seguir nominadas, e não poderá sofrer alteração após o cadastro do projeto: I - música; II - artes cênicas, compreendendo teatro, dança e circo; III - audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão e rádio; IV – literatura; V - artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design e artes gráficas e tecnológicas; VI - patrimônio histórico, artístico e cultural; VII - folclore, artesanato, cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais.

8.2. Somente será admitida a aprovação de 1 (um) projeto para cada proponente.

8.3. O empreendedor deverá zelar pelo bom nome das instituições envolvidas e ainda incluir, em todo material relativo ao projeto (impresso, virtual e audiovisual), a logomarca da Prefeitura Municipal de Santa Terezinha

8.4. Em todo o produto de obra literária, relativo ao projeto (impresso, virtual e audiovisual), deverá constar a seguinte informação: “TODAS AS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESTA OBRA SÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA DO AUTOR”.

8.5. Caberá exclusivamente ao empreendedor a responsabilidade pela legalidade da utilização dos elementos artísticos discriminados no projeto, atendendo em especial às disposições nas legislações pertinentes aos “direitos de autor” e “direitos de imagem” e isentando a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha de qualquer ônus nesse sentido.

9 - DA INABILITAÇÃO E DESCLASSIFICAÇAO DOS PROJETOS

9.1. Na etapa de habilitação será considerado inabilitado o projeto que se enquadrar em pelo menos uma das situações a seguir elencadas:

a) Projeto que tenha sido cadastrado de forma incorreta ou preenchimento incompleto no formulário de inscrição, sem os dados essenciais ou cujos documentos obrigatórios não tenham sido anexados, ou sem a devida justificativa fundamentada;

b) Projeto inscrito em duplicidade. Quando identificado o mesmo proponente em projeto idêntico, será validado aquele inscrito por último.

c) Projeto com documento e/ou conteúdo contendo rasuras, emendas, colagens ou montagens, especialmente no que diz respeito às assinaturas em documentos ou declarações;

d) Falta ou irregularidade de quaisquer documentos, informações ou características do projeto, considerados como obrigatórios;

f) Projeto em que o proponente não atenda diligência da Secretaria Municipal de Educação e Cultura no prazo estipulado;

G) Apresentação de projeto por proponente impedido, conforme normas que regulam o Programa de Apoio e Incentivo à Cultura e este edital;

h) Projeto que tenha o mesmo conteúdo apresentado em outras edições da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020) em qualquer esfera governamental ou ainda já tenha sido contemplado com recursos municipais estaduais ou outros recursos federais.

i) Projeto que não atenda aos requisitos previstos no Edital. 9.2. Na etapa de avaliação de mérito será considerado desclassificado o projeto que se enquadrar em pelo menos uma das situações a seguir elencadas: a) Obtenção de pontuação final inferior a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos possíveis na soma dos critérios de análise de mérito; b) Projeto sem os dados essenciais ou cujos documentos obrigatórios não tenham sido anexados, independentemente da justificativa apresentada; c) Superação do limite de projeto aprovado por proponente, conforme estabelecido no Edital. Caso o proponente obtenha a classificação de projeto acima do permitido no presente Edital, estará assegurado o prosseguimento do projeto que tenha obtido a melhor classificação;

d) Falta ou irregularidade de quaisquer documentos, informações ou características do projeto, considerados como obrigatórios;

e) Projeto que evidencie a intenção de promover a difusão de ideologias políticas, religiosas, filosóficas que apresentem caráter sectário ou discriminatório;

f) Projeto que tenha sido submetido a julgamento por componentes ou membros impedidos da Comissão de Acompanhamento e Execução;

g) Projeto que o proponente não atenda diligência da Comissão de Acompanhamento e Execução;

h) Apresentação de projeto por proponente impedido, conforme legislação pertinente;

i) Projeto que não atenda aos requisitos previstos no Edital;

j) Projeto que tenha o mesmo conteúdo apresentado em outras edições da Lei Aldir Blanc (Lei Federal nº 14.017/2020) em qualquer esfera governamental ou ainda já tenha sido contemplado com recursos municipais, estaduais ou outros recursos federais.

9.3. Na etapa documentação complementar, será considerado desclassificado o projeto que se enquadrar em pelo menos uma das situações a seguir elencadas: a) a não entrega de todos os documentos dentro do prazo e especificações exigidos no item 7.4 do presente Edital;

b) documento e/ou conteúdo contendo rasuras, emendas, colagens ou montagens, especialmente no que diz respeito às assinaturas em documentos ou declarações.

9.4. A desistência do empreendedor contemplado após o repasse dos recursos relativos ao apoio financeiro referido neste edital implicará na devolução integral dos recursos repassados, devidamente corrigidos, bem como o empreendedor ficará sujeito a penalidade de suspensão, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das eventuais penalidades que se mostrem cabíveis.

9.4.1 Suspensão temporária de participar em licitações e o impedimento de contratar com o Município de Santa Terezinha.

10 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 Exclusivamente para este Edital, o proponente não precisará apresentar prestação de contas, pois o recurso está destinado à aquisição de um bem – gravação de vídeos autorais, artigos, contos e crônicas e depoimentos que farão parte do acervo cultural do Município de Santa Terezinha e da Memória para consulta da comunidade.

11. Esclarecimentos sobre este edital serão prestados pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e pela Comissão de Acompanhamento e Execução Diretoria de Incentivo à Cultura.

11.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou pela Comissão de Acompanhamento e Execução da Lei Aldir Blanc, segundo as respectivas competências.

11.1.2.' O período de vigência do presente edital é de outubro de 2021 a dezembro de 2021, podendo ser prorrogado, desde que obedecida e autorizada pela legislação vigente.

Santa Terezinha-MT, 21 de outubro de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO MUNICIPAL

NILZA ALVES DOS SANTOS RODRIGUES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

MESSIAS SANTOS DE SOUSA

COORDENADOR PEDAGÓGICO- RESPONSÁVEL PELO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
DECRETOS 1545 E 1546 / 2021

DECRETO Nº 1545/2021

DE 21 DE OUTUBRO DE 2.021

"Decreta luto oficial de três dias em Santa Terezinha MT, pelo falecimento de MARCELO LIMA MILHOMEM".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Luto oficial de 03 (três) dias, no município, contados desta data, pelo falecimento de **MARCELO LIMA MILHOMEM**, vítima de morte natural, no dia 21/10/2021, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro de 2.021.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

DECRETO Nº 1546/2021

DE 21 DE OUTUBRO DE 2.021

"Decreta luto oficial de três dias em Santa Terezinha MT, pelo falecimento do Sr. SABINO ALVES DE BARROS".

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, Prefeito de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Artigo 1º - Luto oficial de 03 (três) dias, no município, contados desta data, pelo falecimento do Sr. **SABINO ALVES DE BARROS**, vítima de morte natural, no dia 20/10/2021, na cidade de Palmas, Estado do Tocantins.

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Outubro de 2.021.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PREFEITURA / RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO AUDIENCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA, Estado Mato Grosso, Sr. THIAGO CASTELLAN RIBEIRO, invocando os princípios da transparência e da publicidade que regem a administração pública, de acordo com o Parágrafo Único do artigo 48º da Lei 101/2.000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 44 da Lei n. 10.257, de 11 de julho de 2001, informa à população que fará realizar AUDIÊNCIA PÚBLICA VIRTUAL, no dia 27 de Outubro (quarta feira) de 2021, com início ás 17:00 horas (horário de Brasília), para Demonstração e Avaliação das Metas Fiscais do 3º Quadrimestre/2020, 1º e 2º Quadrimestre/2021.

Em razão da pandemia COVID 19, a audiência pública será realizada de forma virtual (online) e será transmitida via Facebook página:

https://www.facebook.com/prefeiturasantaterezinham...

Este Edital será publicado no site. https://santaterezinha.mt.gov.br/, portal transparência, diário oficial e nas mídias digitais.

Santa Terezinha, 21 de outubro de 2021.

THIAGO CASTELLAN RIBEIRO

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL RESUMIDO

PRORROGAÇÃO DO EDITAL

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 022/2021 COM REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua PREGOEIRA Oficial, torna público aos interessados, que será **PRORROGADO** a realização do procedimento licitatório na modalidade **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE APARELHO DE RAIO X COM CONJUNTO DETECTOR DIGITAL TIPO DR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE PSF DA VILA ALTA SANTO AFONSO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO – MT. EMENDA PARLAMENTAR Nº 79/2021.** Nova Data e horário do recebimento das propostas: **até às 10h00min horas do dia 04/11/2021. Data e horário do início da disputa: 10h20min horas do dia 04/11/2021. (horário de Brasília).** Disponibilização do edital e informações no endereço eletrônico www.licitanet.com.br e www.santoafonso.mt.gov.br . Informações complementares poderão ser obtidas através dos telefones: (65) 3312.1160 – Prefeitura Municipal de Santo Afonso (Setor de licitações e Contratos).

Santo Afonso, 21 de Outubro de 2021

Roseane Dias da Silva

Pregoeira Municipal

ADESÃO 004/2021

RATIFICAÇÃO

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO/MT

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2020 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2020, REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, ADEQUAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, MANUTENÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL E REMOTA, CONSTITUINDO UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, infra-assinado, usando de suas atribuições legais e na forma do Decreto 7.892 de 23 de

janeiro de 2013 – art. 15 da ***Lei*** nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11 da ***Lei*** nº 10.520, de 17 de julho de 2002, c/c as alterações que lhe foram dadas, **RATIFICA A ADESÃO DE N° 004/2021REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCESSÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA, INCLUINDO OS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO, ADEQUAÇÃO, TREINAMENTO, CUSTOMIZAÇÃO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, MANUTENÇÃO, SUPORTE E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PRESENCIAL E REMOTA, CONSTITUINDO UM SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT.**O valor da referida adesão atinge o montante estimado em **VALOR R$153.615,24 (CENTO E CINQUENTA TRÊS MIL SEISCENTOS QUINZE REAIS E VINTE QUATRO CENTAVOS).** Valor este que será contratado de acordo com a necessidade da administração. Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, RATIFICO o processo de adesão a Ata de Registro de Preços nº 26/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Santo Afonso/MT, 21 de Outubro de 2021.

Luis Fernando Ferreira Falcão.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS DO CONTRATO Nº 001/2021

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 001/2021A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER, POR MEIO DA PREFEITA MUNICIPAL SENHORA FRANCIELI MAGALHÃES DE ARRUDA VIEIRA PIRES, TORNA-SE PÚBLICO **O EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DO CONTRATO N° 001/2021** PARA O SEGUINTE OBJETO:**O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETO A REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO DOS PREÇOS DO CONTRATO FIRMADO ENTRE AS PARTES NA DATA DE 21/10/2020, NOS TERMOS PREVISTOS O ART. 65, II, "D", DA LEI Nº 8.666/93.**

ITEM	CODIGO TCE	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VALOR CONTRATUAL	VALOR REQUILIBRIO	
1	50028-3	DIESEL COMUM	362.160,000	R$ 5,069	R$ 5,489	
2	0000758	DIESEL S-10	468.720-000	R$ 5,099	R$ 5,597	
3	149108-3	GASOLINA	155.040,00	R$ 5,897	R$ 6,499	
4		ETANOL	54.600,000	R$ 4,329	R$ 4,899	

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE LEVERGER-MT,** inscrito no CNPJ n.º 03.507.555/0001-12.**CONTRATADA: COMERCIAL VILLA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o Nº 02.005.520/0002-01, com sede na Rodovia MT 261, S/N, KM 48, Porto de Fora, Santo Antônio do Leverger-MT**DATA DE ASSINATURA: 21/10/2021**Os efeitos financeiros decorrentes do Reequilíbrio Econômico Financeiro vigoram a partir de **21/10/2021**Santo Antônio do Leverger –MT, 21 de Outubro de 2021**Francieli Magalhaes de Arruda Vieira PiresPrefeita Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2021

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2021

O Exmo. Sr. Prefeito Municipal Jose Arimateia Vieira Alves, tendo em vista as justificativas apresentadas pela Comissão de Licitação e pela Assessoria Jurídica do Município, sobre a contratação direta por dispensa de licitação, fulcrada no art. 24 inciso I da Lei 8.666/93, no valor total de R$ 6. 515,00 (seis mil e quinhentos e quinze reais), tendo como objeto a Contratação de empresa de serviço especializado para estudo de sondagem NSPT (Standard Penetration Test) na Escola Estadual Prof. Vanderlei Cecatto para verificação da capacidade de suporte de fundação do solo para implantação de quadra poliesportiva.

Resolve RATIFICAR o presente processo a favor de **Empresa: CASARIN & MERA LTDA - CNPJ: 12.148.452/0001-02**, com sede na Rua Jacarandas nº 1.413, bairro: Coophaalis, na cidade de Rondonópolis – MT, CEP: 78.740-600 e ordenar sua publicação em cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei 8.666/93.

Santo Antônio do Leste-MT, 20 de outubro de 2021

_____

JOSE ARIMATEIA VIEIRA ALVES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 121/2021

PREGÃO PRESENCIAL N° 25/2021

CONTRATO (A)BALPAS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

OBJETO -O PRESENTE CONTRATO DECORRE DO PROCESSO DE N°105/2021 DO PREGÃO PRESENCIAL N°25/2021, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, COMPLEMENTANDO OS SERVIÇOS MÉDICOS REGULARES NOS TERMOS DO ART.199, s1° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. OS ATENDIMENTOS OCORRERÃO NO CENTRO DE SAÚDE EULER BASÍLIO DE CARVALHO E NO DISTRITO DE NOVA CATANDUVA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I TERMO DE REFERENCIA DESTE EDITAL.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de **R$ 1.350.000,00 (Um milhão trezentos e cinquenta mil reais)**.

DA VIGÊNCIA- O contrato terá vigência do dia **13 de Outubro de 2021** a **31 de dezembro de 2021**, podendo prorrogado de acordo com a lei 8666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PORTARIA N.º 042/2021 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre a concessão do Benefício PENSÃO POR MORTE em caráter vitalício a Sra. ***LOURDES PEDROSO DA SILVA."***

A Diretora do PREVIMUNI – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 7º, inciso II, e § 8º da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº41/2003, combinado com o §8º do artigo 23 da Emenda Constitucional nº 103 de 19 de novembro de 2019, e ainda combinado com os artigos 7º, inciso I, 31, Inciso II e art. 32, inciso I da Lei Municipal nº 963 de 27 de junho de 2013, que rege a Previdência Municipal, e dá outras providências e Anexo III-B da Lei Municipal nº 989/2014, de 21 de janeiro de 2014, que dispõe sobre a Reestruturação do plano de cargos, carreiras e vencimentos dos servidores do quadro geral do poder executivo do Município de São José do Rio Claro – MT e dá outras providências, reajustado através do decreto 016 de 18 de fevereiro de 2020.

Art. 1º Conceder o benefício PENSÃO POR MORTE, em decorrência do falecimento do(a) Sr(a). **JOAQUIM GONSALVES DA SILVA,** matricula previdenciária nº 261, CPF 302.008.149-15, RG nº 1.967.513 SSP/PR, Servidor(a) ativo(a), EFETIVO no cargo de Operador de Máquina, Classe B, Nível 10, com **Proventos Integrais e direito ao reajuste do valor real**, a partir da data do óbito (01/10/2021), Conforme processo administrativo do PREVIMUNI, n.º 2021.07.00000005.

Nome	Parentesco	CPF/RG	Representante Legal	Data de Nasc.	Data fim	%
LOURDES PEDROSO DA SILVA	Cônjuge	CPF: 503.171.641-04 RG: 0689268-0 SESP/MT		24/07/1957	Vitalício	100

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

São José do Rio Claro- MT, 21 de outubro de 2021.

_____

CLEIDE DE LIMA SILVA

Diretora Executiva

HOMOLOGO**:**

_____

LEVI RIBEIRO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO Nº087/2021

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 87/2021
DE QUINTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2021

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ALTERAÇÃO DE FONTE DE NO VALOR QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEVI RIBEIRO, Prefeito Municipal de SAO JOSE DO RIO CLARO, Estado de MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente a Lei Municipal n.º 1295/2020, e em consonância com a Lei Federal 4320/64.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento da Prefeitura Municipal de SAO JOSE DO RIO CLARO - MT, abre CRÉDITO ADICIONAL ALTERAÇÃO DE FONTE DE RECURSO, até o montante de R$ 47.117,31 (QUARENTA E SETE MIL E CENTO E DEZESSETE REAIS E TRINTA E UM CENTAVOS), nas dotações orçamentárias:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA**	
Cód. Reduzido	**1240**	
003.15.451.0016.10350	DRENAGEM, RECAPEAMENTO E PAV. DE VIAS PUBLICAS	
0124000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO (NÃO RE	
4490930000	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	47.117,31
	SUBTOTAL	**47.117,31**
	TOTAL	**47.117,31**

Art. 2º - O valor transposto e remanejado pelo artigo anterior, será coberto com a redução das seguintes dotações orçamentárias:

08	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA**	
Cód. Reduzido	**1020**	
003.15.451.0016.10350	DRENAGEM, RECAPEAMENTO E PAV. DE VIAS PUBLICAS	
0124000000	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU CONTRATOS DE REPASSE DA UNIÃO (NÃO RE	
4490510000	OBRAS E INSTALACOES	47.117,31
	SUBTOTAL	**47.117,31**
	TOTAL	**47.117,31**

Art. 3º - Este decreto lei entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação em local de costume, revogadas as disposições em contrário:

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO RIO CLARO
GABINETE DO PREFEITO

GABINETE DO PREFEITO SAO JOSE DO RIO CLARO - MT.
AOS DOZE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E HUM.

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação
no lugar público de costume na data supra.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

OUVIDORIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2021

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso**,** no uso de suas atribuições legais, considerando a homologação do Processo Seletivo simplificado Nº 002/2021, vem através deste convocar a candidata aprovada no referido certame a comparecer até o 22 de outubro de 2021 a partir da 7h, na Secretaria Municipal de Educação para apresentar documentação exigida para a devida contratação – conforme disposto a seguir:

Professor II – Pedagogia

28º - EUZELI DOS ANJOS

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência da convocada, podendo a Prefeitura de São José dos Quatro Marcos-MT, através da sua Secretaria Municipal de Educação, convocar imediatamente os posteriores, obedecendo a ordem de classificação dos candidatos.

São José dos Quatro dos Quatro Marcos-MT, 21 de outubro de 2021.

JAMIS SILVA BOLANDIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 2º Termo de Apostilamento do Contrato **nº 005/2021; Signatários:** pelo Contratante, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT; **Objeto**: Rateio dos custos com a manutenção das atividades do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Mato Grosso e o cumprimento dos objetivos fixados no Protocolo de Intenções e no Estatuto Social do CISOMT, em cumprimento às exigências da Lei Federal n. 11.107/05, e seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007. **Alteração do Fiscal de Contrato: Micheli Carvalho dos Santos. Data: 01/10/2021.**

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 1º Termo de Apostilamento do Contrato **nº 20/2021; Signatários:** pelo Contratante, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT; **Objeto**: Prestação de serviços médicos do tipo Via Alta (Cesária) e Via Baixa (Normal). **Alteração do Fiscal de Contrato: Michelle Alves de Oliveira. Data: 01/10/2021.**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 5º Termo Aditivo do Contrato **Nº 117/2017**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, **Sr**. **JOSÉ CARLOS MARIN**; **Objeto**:locação do imóvel para a Senhora Judith Coelho de Arruda Fernandes. **Alteração de prazo:** prorrogação do prazo de vigência do Contrato até 24/10/2022.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Espécie: 2º Termo de Apostilamento do Contrato **nº 001/2019; Signatários:** pelo Contratante, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT; **Objeto**: Prestação deserviços médicos hospitalares de Urgência e Emergência em Pronto Atendimento (PA) em regime de 24 horas, no Hospital Municipal de São José dos Quatro Marcos atendendo a população do município. **Alteração do Fiscal de Contrato: Kerlianne Martins Ferreira Soares. Data: 01/10/2021.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

ERRATA AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVÉL N.º 015/2021

ERRATA AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVÉL N.º 015/2021

Tem o objetivo de retificar a data de assinatura do referido contrato, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT e a senhora Juliana Nunes Pereira de Sousa.

ONDE SE LÊ

Serra Nova Dourada/MT, 05 em de Outubro de 2021

LEIA-SE

Serra Nova Dourada/MT, 18 em de Outubro de 2021

Serra Nova Dourada-MT, 21 de outubro 2021.

Jean Everson Pereira Nascimento

Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL N.º 393 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial, **NOS TERMOS DO ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 1º,** à LOA do exercício de 2021."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – Mt, Sr. Prefeito Elson Farias de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais) destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde

Projeto/Atividade: 1.025 – CONSTRUIR, AMPLIAR E REFORMAR POSTO DE SAUDE

Elemento de Despesa:4.4.90.51.00.00.00.00.–OBRAS E INSTALACOES

Fonte de Recurso: 23

Valor: R$ 500.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados NOS TERMOS DO ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 1º de receitas de convênios não previstas no orçamento inicial das receitas do ano de 2021, conforme convênio abaixo:

ü **Emenda Parlamentar nº 2021525470003 – Dep. Federal Carlos Bezerra.**

Art. 3º - **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.**

Serra Nova Dourada - MT, 20 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

LEI MUNICIPAL N.º 394 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõem Sobre a Autorização para Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências"

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – MT, Sr. Elson Farias de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05 – Secretaria Mun. De Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – Saúde

Projeto/Atividade: 2.016 – MANUT. ENC. C/ PROGRAMA PAB FIXO

Elemento de Despesa:

3.3.90.30.00.00.00.00. – Material de Consumo

3.3.90.36.00.00.00.00. – Outros Serv. De Terceiros P. Física

3.3.90.39.00.00.00.00. – Outros Serv. De Terceiros P. Jurídica

Fonte de Recurso: 1046

Valor: R$ 200.000,000

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, resultantes do excesso de arrecadação de receitas de convênios não previstas no orçamento inicial das receitas do ano de 2021, conforme Convênio abaixo:

- Portaria nº 1285, Processo 25000.130047/2021-61 – MS/FNS.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 20 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVÉL N.º 015/2021

ERRATA AO EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVÉL N. º 015/2021

Tem o objetivo de retificar a data de assinatura informada no referido extrato de contrato publicado em 21 de outubro de 2021, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT e a senhora Juliana Nunes Pereira de Sousa.

ONDE SE LÊ

DATA DA ASSINATURA: 05 em de Outubro de 2021

LEIA-SE

DATA DA ASSINATURA: 18 em de Outubro de 2021

Serra Nova Dourada-MT, 21 de outubro 2021.

Jean Everson Pereira Nascimento

Presidente da CPL

PORTARIA Nº 172/2021

"Dispõe sobre Exoneração de Ocupante de Cargo em Comissão de Coordenador de Vigilância em Saúde e da outras providências".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, **Elson Farias de Sousa**, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE;

Artigo I – Exonerar o senhor **WILMO CLARA LUZ**, inscrito no CPF sob o nº 749.103.291-53 e RG: 24329380 SEJUSP/MT, do cargo de **COORDENADOR DE VIGILANCIA EM SAÚDE,** da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada.

Artigo II – Esta portaria entra em vigor na data de **30 de outubro de 2021**, revogadas disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpre-se.

Serra Nova Dourada - MT, 21 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PORTARIA Nº. 170/2021

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão do Processo Seletivo Simplificado 001/21, para servidores do Quadro em Geral da prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, Senhor **José Ocimar Gomes da Silva Aguiar**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu artigo n. 109 inciso V.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Comissão do Processo Seletivo Simplificado, abaixo relacionados e seus respectivos cargos, para desempenharem as funções de acompanhamento desde a homologação do Edital de abertura até final de todo o processo.

Presidente: Aleandro da Silva Costa

Secretário: José Aurelio Aguiar Brito

Membro; Valdivino Barreira Oliveira

Membro; Danila Costa Amorim

Membro; Raquel Alves Dos Santos

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Serra Nova Dourada/MT, 18 de outubro de 2021.

Elson Farias de Sousa

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 389 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Institui o Feriado Municipal Dia de Nossa Senhora dos Posseiros, Padroeira do Municipio de Serra Nova Dourada - MT."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – MT, Senhor Prefeito Elson Farias de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Feriado Municipal Dia de Nossa Senhora dos Posseiros, Padroeira do Município, a ser comemorado dia 08 de setembro de cada ano, em todo o território do Municipal.

Art. 2º. No dia consagrado à Padroeira do Município, as repartições públicas não funcionarão, e os demais estabelecimentos comerciais e industriais cumprirão as determinações da Lei Orgânica Municipal, Decreto-Lei 5. 452 – CLT, no que diz respeito aos feriados Municipais.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 20 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

LEI MUNICIPAL N.º 391 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação Emenda Parlamentar fonte de recurso 1022, NOS TERMOS DO ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 1º, à LOA do exercício de 2021."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – MT, Senhor Prefeito Elson Farias de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação Emenda Parlamentar fonte de recurso 1022, no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura, Turismo e Esporte

Unidade: 01 – Sec. Mun. De Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.023 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Elemento: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1022

Valor: 45.000,00 (Aquisição de ar condicionado)

Valor: 25.000,00 (Aquisição de Notebooks)

Valor total: R$ 70.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, resultantes do excesso de arrecadação de receitas de Emenda Parlamentar não previstas no orçamento inicial das receitas do ano de 2021, conforme descrição abaixo:

- Emenda Parlamentar nº 144 – Dep. Estadual Dr. João José Proc. Nº 182696/2021 e 182695/2021.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 20 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

LEI MUNICIPAL N.º 392 DE 20 DE OUTUBRO DE 2021.

"Dispõe sobre autorização para abertura de Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação Emenda Parlamentar fonte de recurso 1022, NOS TERMOS DO ART. 41, ITEM II, ART. 42 E ART. 43, § 1º, à LOA do exercício de 2021."

O Prefeito Municipal de Serra Nova Dourada – MT, Senhor Prefeito Elson Farias de Sousa, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Especial por Excesso de Arrecadação Emenda Parlamentar fonte de recurso 1022, no valor de R$ 150.000,00 (Cento e Cincoenta mil reais) destinado a atender as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 04 – Secretaria Mun. De Educação, Cultura, Turismo e Esporte

Unidade: 01 – Sec. Mun. De Educação e Cultura

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – Ensino Fundamental

Projeto/Atividade: 1.023 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE

Elemento: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte de Recurso: 1022

Valor: 150.000,00 (Aquisição de Notebooks)

Valor total: R$ 150.000,00

Art. 2º - Para cobrir o crédito aberto no artigo anterior serão utilizados os recursos mencionados no artigo 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, resultantes do excesso de arrecadação de receitas de --Emenda Parlamentar não previstas no orçamento inicial das receitas do ano de 2021, conforme descrição abaixo:

- Emenda Parlamentar nº 138 – Dep. Estadual Dr. Eugenio – Ofício nº 050_1/2021EMENDAS/ALMT.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Serra Nova Dourada - MT, 20 de outubro de 2021.

ELSON FARIAS DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

GESTÃO 2021-2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

PORTARIA Nº. 539/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ***"FÉRIAS", de 30 (Trinta) dias, iniciando-se em 03/11/2021, com término em 02/12/2021****, referente ao período aquisitivo de 04/01/2019 a 03/01/2020,* a senhora ***ROSIMEIRI DIAS GARCIA OLIVEIRA*****,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 947, no cargo de **Técnico de Nível Médio I – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº. 218/1999, Art. 87, e ainda, com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã MT, em 22 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
REPUBLICAR

DECRETO Nº 4.481 /2021 DE 30 DE AGOSTO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica decretado a nomeação dos membros para composição do **"Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE",** cujas funções, atribuições e competências, encontram-se disciplinadas pela Lei Municipal nº.268/2001, de 03 de Abril de 2001, conforme segue abaixo:

I – REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO

TITULAR

- AILSON DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado, pedreiro, RG 731.085-4 SSP/MT, CPF 538.113.131-34, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua José Carlos Roberto Platero, 719, telefone (66) 99966-0849, Email: ailson1967@hotmail.com

SUPLENTE

- VICTOR HUGO BORK BARBOSA, brasileira, casado, auxiliar de saneamento, RG 2330155-4 SSP, CPF 039.435.491-51, residente e domiciliado nesta cidade na Rua Mateus Lima Souza, 295, telefone (66) 3557-1505,

II – REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

TITULARES

- ALYSSON DENARDI ANTONIASSI, professor, brasileiro, união estável, portador da Cédula de Identidade RG nº 5940745-7 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas CPF sob o nº 029.845.949-32, residente e domiciliado na Rua Wilson Geovedi, s/nº, fone (66) 99253-1180, nível superior, E-mail: alyssonantoniassi@hotmail.com

- MARLI TEREZINHA DE AMORIM CONTREIRAS, brasileira, casada, professora RG: 0516980-1 SSP/MT, CPF: 361.377.231-00, residente e domiciliada nesta cidade, na Rua Joaquim Do Carmo Esteves s/nº, telefone 66- 99986-2442 EMAIL: *mtamorim11@hotmail.com*

SUPLENTES

- MARLI DE FÁTIMA SPARVOLLI, brasileira, divorciada, professora, 5. 671.518-5 SSP/PR, 762.081.099-49, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Joaquim do Carmo Esteves, 885-E, telefone (66) 99926-3551, E-mail: marlisparvolli@hotmail.com

- SILVINA MARIA CASSIANO DE SOUZA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Rua João Malonyai Filho, S/Nº, RG 2430504-9 SSP/MT, CPF 355.886.841-87, telefone (66) 99601-8176, E-mail: emmeninojesus2011@hotmail.com

III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

TITULAR

- THAISE GUIMARÃES LIMA, brasileira, solteira, nutricionista, RG: SSP/MT, CPF: 031.232.331-03, residente e domiciliada nesta cidade na Av. Dr. Carlos Vidoto, s/nº, telefone: (66) 99672-0201, email: thaise_taba@hotmail.com

SUPLENTE

-RUTE ESTER DE PAULA OLIVEIRA, brasileira, casada, professora, RG 1938798-9 SSP/MT, CPF 024.524.701-71, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Santa Catarina 1075, telefone (66) 99634-3851, e-mail: rute_ester30@hotmail.com

TITULAR- ANDREIA HATSCHBACH DE FREITAS*,* brasileira, casada, téc. Adm. Educacional, Rua Rio Grande do Sul, 825*,* telefone (66) (66) 99646-5504, E-mail: andreiahats@hotmail.com

SUPLENTE: **CLAUDIA ROSELI MEDEIROS**, brasileira, casada, diarista,

Rua Odete Terezinha Lodi, s/n, telefone (66) 8462-0566, RG: 2211853-5 SSP/MT, CPF: 031.679.361-26, E-mail: tabapora.smec@hotmail.com

IV – REPRESENTANTES INDICADOS POR ENTIDADES CIVIS ORGANIZADAS

TITULARES

- **JOSUÉ PEREIRA BARRETO**, brasileiro, casado, agricultor, RG 13225960 SSP/MT, CPF 721.495.311-00, residente e domiciliado neste município, Assentamento Pai Herói, Estrada Antonio Pedro dos Santos, na Chácara União, telefone (66) 99957-4690, email: tabapora.smec2020@gmail.com

- **DAVI FRANCISCO FILHO**, brasileira, casado, agricultor, RG 5868864-9-SSP/PR, CPF 017.990.789-14, residente e domiciliado neste município, na Com. São Cristóvão, no Sítio Paraíso, telefone (66) 99210-9821, email: tabapora.smec2020@gmail.com

SUPLENTES

- **GEOVÁ CIRILO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, agricultor, RG 3.486. 538-8 SSP/MT, CPF 287.122.189.-87, residente e domiciliado neste município, no Assentamento Pai Herói, Estrada Antonio Pedro dos Santos, na Chácara Dois Irmãos, telefone (66) 99963-2130, email: tabapora.smec2020@gmail.com

- ENEIDE DOS SANTOS, brasileira, casada, agricultora, RG 7287792-6 SSP/MT, CPF 024.120.029-67, residente e domiciliada neste município, Assentamento Pai Herói, Estrada Antonio Pedro dos Santos, na Chácara União, telefone (66) 99931-6463, email: tabapora.smec2020@gmail.com

Artigo 2º. - A função de Conselheiro do presente conselho, é considerada de serviço público relevante e não será remunerada.

Artigo 3º. - Conforme as Leis Municipais nº. 268/2001, c/c o artigo 2°. § 2°. da Lei nº. 830/2011, o prazo da seguinte nomeação será por um período de 04(Quatro) anos, tendo início em **01/09/2021 à 31/08/2025**, permitida a sua recondução de acordo com a indicação dos seus respectivos seguimentos.

Artigo 4º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 4.527/2021

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Artigo 1º. – EXONERAR do cargo de **Representante no Projeto de Assentamento Gleba Mercedes Benz I e II**, a partir de **21/10/2021** o senhor **RICARDO PEREIRA LIMA**, servidor comissionado com matrícula no RH nº. 2063, com lotação na Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT, em conformidade com a Lei Municipal nº. 1.090/2017 e com a Constituição Federal.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã - MT, em 21 de Outubro de 2021.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/RH
PORTARIA Nº. 538/2021

"Dispõe sobre averbação de Tempo de Contribuição, não concomitante, em favor da **Sra. Maria Alves Teixeira,** servidora pública efetiva deste município."

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e

RESOLVE:

Artigo 1º. - Averbar o tempo de contribuição não concomitante trabalhado pela servidora **Sra. Maria Alves Teixeira,** portadora do RG nº. 3157262-6 SESP/MT e inscrita no CPF nº. 759.955.731-87, residente e domiciliada neste Município, servidora Efetiva, no cargo de Agente de Limpeza, com carga horária de 40 horas semanais, Classe "E", Nível "28", lotada na Câmara Municipal de Tabaporã, devidamente matriculada sob o n°. 02, equivalente a: **507 dias líquidos**, correspondentes a **01 ano, 04 meses e 22 dias** de tempo de contribuição, conforme Certidão Original de Tempo de Contribuição sob nº. 10001160.1.00045/11-3 expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

Artigo 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tabaporã/MT, 22 de Outubro de 2021.

PAULO KATSUMI TAKEDA

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 069/2021

AVISO DE ABERTURA-PREGÃO ELETRÔNICO N° 069/2021-TIPO MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto:**REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual**AQUISIÇÃO DE KIT DE HIGIENE BUCAL (ESCOVA DENTAL INFANTIL, CREME DENTAL, FIO DENTAL, REVISTA EDUCATIVA E ETC), PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, parte Integrante do Edital. **Realização: 05 de Novembro de 2021 às 09h00 horário oficial de Brasília**. **Fundamento legal**: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei Complementar n° 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Federal nº 7.892/2013 e Decreto Municipal nº 355/2019. **Endereço Eletrônico:** www.comprasnet.gov.br. **Observação:** O Edital e seus anexos estará disponível para acesso dos interessados a partir do dia **22 de Outubro de 2021,** no link http://www.tangaradaserra.mt.gov/licitacao/. Demais informações, poderão ser obtidas através do telefone 65-3311-4800, 65-3311-4809. Tangará da Serra- MT, 21 de Outubro de 2021. Janine Cristina Gruber Nogueira- Chefe do Departamento de Licitações e Contratos.

DEPT. DE LICITAÇÕES- MEMBRO DA CPL
AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021.

AVISO DE RESULTADO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2021. A Prefeitura Municipal de Tangará da Serra do Estado de Mato Grosso, depois de analisado o parecer jurídico e considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo à licitação, modalidade Pregão Eletrônico, Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS,** para futura e eventual **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's) E UNIFORMES, A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO,** conforme especificações contidas no Termo de Referência e demais exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos,torna público o resultado e homologação do certame acima referido. Tangará da Serra-MT, 21.10.2021. Márcia Dourado Ferreira – Pregoeira.

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2021/ SAMAE

RATIFICO, o Procedimento de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2021/ SAMAE**, cujo teor e objeto é a **SERVIÇO DE MONTAGEM DE QUADRO DE COMANDO, MANUTENÇÃO DE BOMBA SUBMERSA, SERVIÇO DE REMOÇÃO E INSTALAÇÃO DE BOMBA E LIMPEZA EM POÇO ARTESIANO – DISTRITO DE SÃO JOAQUIM DO BOCHE**,pelo valor global de **R$ 6.040,00 (seis mil e quarenta reais),** para o SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará Da Serra - MT. Signatário do Procedimento: **EMOTAN – JOAS PESSOA DE MORAES**, inscrito no **CNPJ: 00.321.209/0001-57**, Conforme consta dos pareceres da Comissão Permanente de Licitação e Assessoria Jurídica, para que produza os desejados efeitos legais.

Tangará da Serra - MT, 21 de Outubro de 2021.

HELITON LUIZ DE OLIVEIRA

Diretor Geral do SAMAE

SERRAPREV
BALANÇO FINANCEIRO - SETEMBRO/2021 - SERRAPREV

SERRAPREV - INSTI. MUNIC. DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERV. DE TANGARA DA SERRA

Anexo 13 - Balanço Financeiro Liquidado

Período: SETEMBRO/2021

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	20.656.399,84	21.981.143,40	DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	10.552.913,61	10.659.154,17
VINCULADA	20.690.422,18	21.987.035,31	VINCULADA	10.552.913,61	10.659.154,17
PREVIDÊNCIA SOCIAL	20.690.422,18	21.987.035,31	PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.552.913,61	10.659.154,17
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	34.022,34	5.891,91			
			PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	9.165.000,74	14.847.598,34
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	11.198.631,72	15.804.139,66	OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS A RE	0,00	43.045,22
REMUNERAÇÃO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS	8.104.646,63	13.177.561,37	CONSIGNAÇÕES	3.070.407,95	2.601.304,25

BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR	0,00	0,01	REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS	6.051.143,89	12.203.248,87
CONSIGNAÇÕES	3.071.164,74	2.601.473,28	FORNECEDORES NACIONAIS	0,30	0,00
PIS/PASEP A RECOLHER	22.820,35	25.105,00	PIS/PASEP A RECOLHER	43.448,60	0,00
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	138.748.403,00	114.491.812,29	SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	150.885.520,21	126.770.342,84
BANCOS CONTA MOVIMENTO	26.444,37	51.800,98	BANCOS CONTA MOVIMENTO	1.979.400,73	3.714.185,76
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	112.892.379,17	106.783.956,14	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA FIXA	117.210.614,50	102.317.774,97
APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	25.829.579,46	7.656.055,17	APLICAÇÕES EM SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL	31.695.504,98	20.738.382,11
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	170.603.434,56	152.277.095,35	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	170.603.434,56	152.277.095,35

LAURA PEREIRA KEURY VALERIANO RODRIGUES

DIRETORA EXECUTIVA CONTADOR CRC 017620/O-4

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 98 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

SÚMULA: "FICA AUTORIZADO O RETORNO DAS AULAS DE FORMA PRESENCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR *PASCOAL ALBERTON*, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E

Considerando o avanço da vacinação no Município e em todo o Estado de Mato Grosso;

Considerando o baixo índice de contágio no Município, contando hoje com 01 (uma) pessoa em isolamento domiciliar (Boletim nº 180);

Considerando o baixo índice de contágio no sistema híbrido de ensino;

Considerando que o Governo do Estado de Mato Grosso anunciou em 07/10/2021 o retorno de 100% (cem por cento) das aulas presenciais nas escolas estaduais para o dia 18/10/2021;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinado e autorizado o retorno das aulas presenciais nas escolas da rede municipal e estadual do Município de Terra Nova do Norte/MT.

Art. 2º. As instituições de ensino devem receber os estudantes e funcionários em segurança, além de seguirem os protocolos orientados pela Organização Mundial da Saúde – OMS quanto a assepsia e profilaxia das pessoas e ambientes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e divulgação simultânea nos sites institucionais.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 94 DE 18 DE OUTUBRO DE 2021

Súmula: "Prorroga o Dia do Servidor Público e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, **Sr. Pascoal Alberton**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando que no dia 28 de outubro é comemorado o Dia do Servidor Público, conforme o artigo 236 da Lei Federal nº 8.112/1990;

Considerando que compete ao Executivo, à luz da Lei Orgânica Municipal, a regulamentação dos serviços internos da Administração Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica decretado e prorrogado para o dia 01 de novembro de 2021 (segunda-feira), o ponto facultativo relativo ao Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubros nas repartições públicas internas da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT.

Art. 2º - Compete aos Secretários Municipais, na competência que lhes foi outorgada pela Lei Orgânica Municipal, regular em cada Secretaria o horário do funcionamento do expediente interno de suas Repartições.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Terra Nova do Norte/MT, aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO RESULTADO PP 081/2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2021.

O PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADO PELA PORTARIA Nº. 23/2021 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

PROCESSO: 142/2021

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO E PRANCHA USADOS, EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE USO, PARA TRANSPORTE DE MAQUINÁRIOS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.

VENCEDORES:

TRUCKADO VEÍCULOS LTDA

CNPJ: 19.517.229/0001-26

ITEM 02 R$ 240.000,00 -

TERRA NOVA DO NORTE – MT, 21 DE OUTUBRO DE 2021.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

PREGOEIRO/OFICIAL

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO RESULTADO PE 009/2021

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2021 Processo Adm: Nº 137/2021

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referencia e Plano de Trabalho pertencente ao Convênio nº 335/2021/SECEL/MT

Empresas vencedoras valor total: R$18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais): **GENESIS IND. E COM. DE ARTIGOS ESPORTIVOS EIRELI - ME** (21542278000160) com os lotes: 4, 7 e 9 no valor total de R$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). **DELVA FABRICAÇÃO DE PEÇAS EM METAIS** (09135430000195) com os lotes: 1, 2, 3, 5, 6, 8 e 10 no valor total de R$14.200,00 (quatorze mil e duzentos reais).

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 21 de outubro de 2021

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA CONDUTOR DE PROCESSOS

CONTRATOS
PUBLICAÇÃO AVISO DD 029/2021

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 029/2021

OBJETO**:** PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA PERFURAÇÃO DE POÇO SEMIARTESIANO, COM FORNECIMENTO DE TODO MATERIAL NECESSÁRIO, PARA O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT**.**

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, incisos II da Lei nº 8.666/93.

CONTRATADA: ADAIR GOMES DE MENEZES ME

CNPJ: 10.931.759/0001-41

VIGÊNCIA: 10 (dez) dias.

HOMOLOGO.

Terra Nova do Norte – MT, 21 de Outubro de 2021.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 95 DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

SÚMULA: "REVOGA O DECRETO Nº 92/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR *PASCOAL ALBERTON*, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica determinada a retomada dos serviços/atividades de toda a frota municipal, revogando as disposições contidas no Decreto nº 92/2021.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e divulgação simultânea nos sites institucionais.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um.

PASCOAL ALBERTON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

LICENÇA POR COMPROMISSO E ADESÃO - LAC.

A prefeitura municipal de Torixoréu, CNPJ 03.503.646/0001-80 torna público que requereu junto a Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, a Licença por Compromisso e Adesão LAC para a manutenção das seguintes pontes: Bueiro MT270 sobre o curso d'água Cemitério; Ponte sobre o curso d'água Lagiadin, Ponte sobre Córrego Posse; Ponte sobre o curso d'água Mané Bengala; Ponte sobre o curso d'água Osvaldo Ribeiro; Ponte sobre o Córrego Josias; e Ponte sobre o Córrego do Divinão. Estando todos os pontos localizados na Zona rural do município de Torixoréu/MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

DECRETO Nº 1.350, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021

Fixa valores mínimos cobrados pelo Município de União do Sul para fins de recolhimento do ITBI incidente sobre Imóveis Rurais e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fulcro no disposto no art. 64 da Lei Complementar nº 031, de 09.12.2019 (Código Tributário Municipal);

DECRETA:

Art. 1º. Ficam fixados como preços mínimos do hectare (ha) para fins de cobrança do Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis - ITBI, incidente sobre os Imóveis Rurais situados no território do Município de União do Sul – MT, os preços em moeda corrente nacional (R$) constantes da tabela genérica seguinte:

TABELA GENÉRICA (ITBI RURAL)

DISTÂNCIA DA SEDE DO MUNICÍPIO	LOTES RURAIS (com Agricultura) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (com Pastagem) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (Mata Explorada) por hectare (ha)	LOTES RURAIS (Mata não Explorada) por hectare (ha)
Até 10 Km	3.622,81	3.241,46	2.288,09	2.097,41
11 a 20 Km	3.050,78	2.288,09	1.525,39	1.334,72
21 a 30 Km	2.478,76	1.716,07	1.144,04	762,70
31 a 40 Km	1.906,74	1.144,00	762,70	667,36
41 Km e acima	1.525,39	858,03	572,02	381,35

Art. 2º.Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º.Revoga-se o Decreto nº 1.286 de 27 de outubro de 2020 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, em 21 de outubro de 2021.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - CHAMADA PÚBLICA 002/2021 - PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 057/2021

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitações - CPL, designada pela Portaria nº 006/2021 de 04 de janeiro de 2021, alterada pelas Portarias nºs. 040/2021 de 01/02/2021 e 144/2021 de 04/08/2021, por meio da presidente abaixo subscrita, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, torna público para conhecimento dos interessados, que o Agricultor Familiar: Sr. RAPHAEL BUENO DE MORAIS, inscrito no CPF sob nº 065.663.031-03, DAP nº SDW00656630310311082103O2, sagrou-se vencedor com o valor total de R$ 10.865,25 (dez mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), em decorrência da Chamada Pública Nº 002/2021 – Processo de Dispensa de Licitação nº 057/2021,sagrando-se apto para o fornecimento exclusivo, mediante contrato, à Prefeitura Municipal de União do Sul – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE.

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 20 de outubro de 2021.

DÉBORA PESTANA TEDESCO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações – CPL

Visto:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 0021, DE 2 DE AGOSTO DE 2021

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 0021, DE 2 DE AGOSTO DE 2021

Abre crédito Adicional suplementar originário do orçamento geral 2021

O Prefeito do Município de Várzea Grande no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Várzea Grande e autoriza contida na Lei Municipal Nº . 4681, de 15 de Dezembro de 2020

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R$ 32.169.721,43 (trinta e dois milhões e cento e sessenta e nove mil e setecentos e vinte e hum reais e quarenta e tres centavos), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

07 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENV RURAL SUSTENTAVE
07.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
04.122.0002.2236 - Manutenção e Fortalecimento das Atividades de Gestão, Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Semm

339030.0100000000 - Material de Consumo R$: 38.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0015.2305 - Ampliação do Acesso aos Serviços de Saúde e Otimização da Gestão nos Níveis de Atenção (a.b Mac).

339039.0102000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 800.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

339039.0146000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 1.400.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

339040.0146000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa R$: 350.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

10.122.0015.2306 - Ampliação, Manutenção e Qualificação da Força de Trabalho do sus em Vg.

319011.0102000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 2.418.183,83
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

339093.0102000000 - Indenizacoes e Restituicoes R$: 269.686,81
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

10.302.0012.2304 - Ampliação do Acesso, Custeio e Investimento em Estrutura, Equipamentos e Insumos Diversos.

339030.0146000000 - Material de Consumo R$: 444.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS

PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

339093.0142000000 - Indenizacoes e Restituicoes R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

10.303.0020.2307 - Provimento de Medicamentos e Insumos Hospitalares aos Serviços de Saúde Pública do Município.

339030.0146000000 - Material de Consumo R$: 2.916.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.01 - GABINETE DA SECRETÁRIO

04.122.0002.2214 - Manter o Funcionamento da Secretaria Municipal Conforme a Nob/suas.

319094.0100000000 - Indenizacoes e Restituicoes Trabalhistas R$: 234,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

339033.0100000000 - Passagens e Despesas com Locomocao R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 129.766,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

04.122.0002.2280 - Manutenção dos Conselhos Tutelares de Várzea Grande

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 30.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.02 - FUNDO MUINICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0042.2290 - Abrigamento Para Crianças e Adolescentes

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0041.2112 - Cras - Centro de Referência Assistência Social

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1087 - Centro de Referência Especializado da Assistência Socia - Creas

319004.0129000000 - Contratacao por Tempo Determinado R$: 15.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

319013.0129000000 - Obrigacoes Patronais R$: 8.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1402 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas - pop (população de Rua)

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1590 - Implantação da Casa de Passagem

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.2113 - Manutenção e Operacionalização da Casa de Amparo

449052.0129000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.03 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENTE

08.243.0041.1546 - Operacionalização do Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - Fia

335043.0127000000 - Subvencoes Sociais R$: 2.800,00
Fonte de Recursos: DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTENCIA SOCIAL

21 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
21.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

04.122.0002.2289 - Manutenção das Atividades e Encargosda Secretaria de Assuntos Estrategicos

319011.0100000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 270.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
23.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

03.092.0002.9002 - Análise de Sentenças e Liquidação de Precatórios

469091.0100000000 - Sentencas Judiciais R$: 4.590.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

03.092.0002.9003 - Sentenças Judiciais/ Pagamento Requisição de Pequeno Valor - Rpv

339091.0100000000 - Sentencas Judiciais R$: 150.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

28.846.0002.9001 - Administração e Manutenção da Dívida Pública

329021.0100000000 - Juros Sobre a Divida por Contrato R$: 100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

469077.0100000000 - Principal Corrigido da Div.contratual Refinan. R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

12.122.0002.2165 - Manutenção e Encargos das Atividades da Secretaria Municipal de Educação

319004.0101000000 - Contratacao por Tempo Determinado R$: 290.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

339039.0101000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 1.500.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

339197.0101000000 - Aporte Para Cobertura do Deficit Atuarial do Rpps R$: 610.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.02 - SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER

27.812.0033.2294 - Manutenção e Encargos da Superintendência de Esporte e Lazer

319004.0100000000 - Contratacao por Tempo Determinado R$: 140.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 120.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.03 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

12.361.0103.2209 - Manutenção da Frota

339092.0101000000 - Despesas de Exercicios Anteriores R$: 425.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

12.361.0103.2310 - Manutenção do Ensino Fundamental

339030.0101000000 - Material de Consumo R$: 2.000.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

339039.0101000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 1.340.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

449052.0101000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 200.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

12.365.0104.2089 - Manutenção da Educação Infantil

339039.0101000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 520.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.05 - FUNDEB

12.361.0103.2185 - Manutenção e Encargos do eja 60%

319011.0118000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 50.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

12.365.0104.2181 - Manutenção e Encargos do Ensino Infantil 60%

319004.0118000000 - Contratacao por Tempo Determinado R$: 670.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

319005.0118000000 - Outros Beneficios Prev.do Servidor ou do Militar R$: 40.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

319011.0118000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 840.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

319013.0118000000 - Obrigacoes Patronais R$: 90.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

12.367.0102.2187 - Manutenção e Encargos da Educação Especial 60%

319011.0118000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil — R$: 200.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS
37.02 - COORDENADORIA DE OBRAS E TRÁFEGO

15.451.0022.1517 - Recapeamento / Reperfilamento

449051.0100000000 - Obras e Instalacoes — R$: 1.500.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

15.451.0022.1554 - Restauração de Vias Urbanas Pavimentadas/tapa Buracos

449093.0124055000 - Indenizacoes e Restituicoes — R$: 52.800,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1559 - Pavimentação Asfáltica

449051.0100000000 - Obras e Instalacoes — R$: 2.100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

15.451.0022.2292 - Manutenção de Infra-estrutura Urbana

339030.0100000000 - Material de Consumo — R$: 990.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

04.122.0002.2282 - Manutenção e Encargos da Secretaria Serviços Público

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 50.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

339197.0100000000 - Aporte Para Cobertura do Deficit Atuarial do Rpps — R$: 60.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.02 - COORDENADOR REGIONAL I E II

25.752.0026.2245 - Manutenção da Rede de Iluminicação Pública - Cip

339039.0117000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.03 - COORDENADOR DE TRANSPORTE

15.452.0023.2313 - Passe Livre Idosos

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 1.100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

15.452.0023.2320 - Manutenção da Sinalização do Município

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 200.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.06 - COORDENADOR DE LIMPEZA E RES. SÓLIDOS.

15.452.0022.2254 - Manutenção do Cemitério Público

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 30.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

15.452.0031.1096 - Construção e Manutenção do Aterro Sanitário.

339035.0100000000 - Servicos de Consultoria R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
39.01 - GABINETE DO SECRETARIO
04.122.0002.2265 - Manutenção e Encargos da Defesa Social

339040.0100000000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa R$: 4.250,79
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
39.02 - GABINETE COMANDANTE DA GUARDA
06.181.0035.1538 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Guarda Municipal

339036.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$: 36.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: anulação nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

07 - SEC MUN DE MEIO AMBIENTE E DESENV RURAL SUSTENTAVE
07.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
04.122.0002.2236 - Manutenção e Fortalecimento das Atividades de Gestão, Licenciamento e Fiscalização Ambiental da Semm

337041.0100000000 - Contribuicoes R$: 38.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.122.0015.1588 - Enquadramento e Reenquadramento dos Servidores do Sus.

319011.0102000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R$: 284.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

319113.0102000000 - Obrigacoes Patronais R$: 20.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

339197.0102000000 - Aporte Para Cobertura do Deficit Atuarial do Rpps R$: 273.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

10.122.0015.2306 - Ampliação, Manutenção e Qualificação da Força de Trabalho do sus em Vg.

319004.0146000000 - Contratacao por Tempo Determinado R$: 1.960.870,64
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

339093.0146000000 - Indenizacoes e Restituicoes R$: 150.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

D

10.122.0015.2323 - Ampliação do Acesso das Pessoas aos Cuidados e Tratamento no Enfretamento e Combate ao Covid-19.

339030.0146076000 - Material de Consumo R$: 2.000.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

449052.0146076000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 1.500.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO AO CORONAVÍRUS

10.301.0003.2303 - Ampliação do Acesso, Custeio e Investimentos em Estrutura, Equipamentos e Insumos Diversos, às Ações

339030.0146000000 - Material de Consumo R$: 350.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

339036.0146000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$: 180.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

339039.0142000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 350.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

339039.0146000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 350.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

449051.0102000000 - Obras e Instalacoes R$: 500.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - SAÚDE

10.302.0012.2304 - Ampliação do Acesso, Custeio e Investimento em Estrutura, Equipamentos e Insumos Diversos.

339030.0142000000 - Material de Consumo R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS - ESTADO

339091.0146000000 - Sentencas Judiciais R$: 450.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO D

10.305.0021.2311 - Manutenção e Ampliação das Atividades do Sistema Municipal de Vigilância Epidemiológica

339030.0146000000 - Material de Consumo R$: 230.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE CUSTEIO

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

D

11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.02 - FUNDO MUINICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.0042.2290 - Abrigamento Para Crianças e Adolescentes

339036.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0041.2094 - Cadastro Único/bolsa Família

319004.0129000000 - Contratacao por Tempo Determinado — R$: 160.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

339039.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 33.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0041.2112 - Cras - Centro de Referência Assistência Social

339036.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1087 - Centro de Referência Especializado da Assistência Socia - Creas

339036.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1402 - Centro de Referência Especializado da Assistência Social - Creas - pop (população de Rua)

339036.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

08.244.0042.1590 - Implantação da Casa de Passagem

319013.0100000000 - Obrigacoes Patronais — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

08.244.0042.2113 - Manutenção e Operacionalização da Casa de Amparo

339030.0129000000 - Material de Consumo — R$: 10.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FNAS

11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
11.03 - FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCENTE

08.243.0041.1546 - Operacionalização do Fundo Municipal da Infancia e Adolescencia - Fia

339030.0127000000 - Material de Consumo — R$: 2.800,00
Fonte de Recursos: DEMAIS RECURSOS VINCULADOS DESTINADOS ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

23 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
23.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
03.092.0002.9002 - Análise de Sentenças e Liquidação de Precatórios

319091.0100000000 - Sentencas Judiciais — R$: 100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

03.092.0002.9003 - Sentenças Judiciais/ Pagamento Requisição de Pequeno Valor - Rpv

319113.0100000000 - Obrigacoes Patronais — R$: 50.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

03.092.0002.9005 - Sentenças Judiciais/liminar/ms/bloqueio Jud. e Outras

339091.0100000000 - Sentencas Judiciais — R$: 100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.02 - SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER
27.812.0033.2294 - Manutenção e Encargos da Superintendência de Esporte e Lazer

449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente — R$: 120.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.03 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0103.1515 - Enquadramento e Reenquadramento Profissionais da Educação

319011.0101000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil — R$: 430.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

12.361.0103.1526 - Reforma / Apliação

449039.0101000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 500.000,00
Fonte de Recursos: RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO

12.361.0103.1563 - Construção de Escolas de Ensino Fundamental

449051.0122000000 - Obras e Instalacoes — R$: 2.910.000,00
Fonte de Recursos: TRANSF. DE CONVENIOS EDUCAÇÃO - SEM DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS

12.361.0103.2310 - Manutenção do Ensino Fundamental

339030.0115049000 - Material de Consumo — R$: 750.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

339039.0115049000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 950.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

449051.0122000000 - Obras e Instalacoes — R$: 725.000,00
Fonte de Recursos: TRANSF. DE CONVENIOS EDUCAÇÃO - SEM DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS

449052.0115049000 - Equipamentos e Material Permanente — R$: 340.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

449052.0122000000 - Equipamentos e Material Permanente — R$: 200.000,00

Fonte de Recursos: TRANSF. DE CONVENIOS EDUCAÇÃO - SEM DETALHAMENTO DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS

12.365.0104.2089 - Manutenção da Educação Infantil

339039.0115049000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 220.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO EDUCAÇÃO

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.05 - FUNDEB

12.361.0103.2184 - Manutenção e Encargos do Ensino Fundamental 40%

319011.0119000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil — R$: 1.600.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%

12.365.0104.2181 - Manutenção e Encargos do Ensino Infantil 60%

339197.0118000000 - Aporte Para Cobertura do Deficit Atuarial do Rpps — R$: 90.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 60%

12.367.0102.2188 - Manutenção e Encargos da Educação Especial 40%

319004.0119000000 - Contratacao por Tempo Determinado — R$: 200.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB 40%

37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS
37.02 - COORDENADORIA DE OBRAS E TRÁFEGO

15.451.0022.1310 - Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário - Projeto Pantanal

449051.0124000000 - Obras e Instalacoes — R$: 1.770.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

449061.0124000000 - Aquisicao de Imoveis — R$: 900.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1312 - Urbanização de Assentamento Precário/ Jardim Icaraí e são João

449051.0124000000 - Obras e Instalacoes — R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1517 - Recapeamento / Reperfilamento

339039.0124055000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 500.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

449051.0124055000 - Obras e Instalacoes — R$: 500.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1554 - Restauração de Vias Urbanas Pavimentadas/tapa Buracos

449051.0100000000 - Obras e Instalacoes — R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

15.451.0022.1555 - Espaço Municipal Para Comercialização

449051.0124055000 - Obras e Instalacoes — R$: 1.000.000,00

Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1556 - Implantação do Terminal Rodoviário

449051.0124055000 - Obras e Instalacoes R$: 1.052.800,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1558 - Construção Pontes Concreto/madeira

449051.0130000000 - Obras e Instalacoes R$: 200.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS DO FUNDO DE TRANSPORTE E HABITAÇÃO - FETHAB

15.451.0022.1559 - Pavimentação Asfáltica

449051.0124055000 - Obras e Instalacoes R$: 1.900.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.1589 - Estruturação e Reestruturação do Parque Berneck

449051.0124055000 - Obras e Instalacoes R$: 690.000,00
Fonte de Recursos: TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS - OUTROS (NÃO RELACIONADOS À EDUCAÇÃO/SAÚDE/ASSIST. SOCIAL)

15.451.0022.2292 - Manutenção de Infra-estrutura Urbana

339030.0116000000 - Material de Consumo R$: 990.000,00
Fonte de Recursos: COTA-PARTE DA CONTRIBUIÇÃO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO - PRINCIPAL

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO

04.122.0002.2282 - Manutenção e Encargos da Secretaria Serviços Público

449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente R$: 30.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.02 - COORDENADOR REGIONAL I E II

25.752.0026.1097 - Ampliação e Melhoria da Iluminação Pública

339039.0117000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 1.000.000,00
Fonte de Recursos: CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - COSIP

339092.0100000000 - Despesas de Exercicios Anteriores R$: 30.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.03 - COORDENADOR DE TRANSPORTE

15.452.0023.1579 - Melhoria na Qualidade do Transporte Público.

339030.0100000000 - Material de Consumo R$: 60.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 100.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

449051.0100000000 - Obras e Instalacoes R$: 210.000,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.06 - COORDENADOR DE LIMPEZA E RES. SÓLIDOS.
15.452.0022.1578 - Revitalização e Acessibilidade de Praças Públicas e Principais Vias.

339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica — R$: 20.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
39.01 - GABINETE DO SECRETARIO
04.122.0002.2265 - Manutenção e Encargos da Defesa Social

339030.0100000000 - Material de Consumo — R$: 4.250,79
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL
39.02 - GABINETE COMANDANTE DA GUARDA
06.181.0035.1538 - Formação e Capacitação dos Profissionais da Guarda Municipal

449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente — R$: 36.000,00
Fonte de Recursos: RECURSOS ORDINÁRIOS

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/08/2021.

Gabinete do Prefeito Municipal, (02.08.2021).

KALIL SARAT BARACAT DE ARRUDA
PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

MÓDULO: ARLOA0029G PÁGINA: 12 USUÁRIO: 20998 - JONATAS MARQUES DOS SANT

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 324/2021

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer Jurídico - Procurador Chefe n°**221/2021/JUR/DA-EVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do(a) Servidor(a) **ADRIANA CRISTINA DOS SANTOS**, **matr.nº2326**, lotado(a) na Procuradoria Jurídica, exercendo o cargo de **Advogado**, o benefício de Auxílio Natalidade. Conforme previsto em Lei de nº 1.164/91 art.194, Inciso I "b" cumulado com art. 204 §1° e 2° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 21 de Outubro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente

EDITAL DE LEILÃO 09/2021

A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, por intermédio da **Vip Gestão e Logística SA**, inscrita no CNPJ sob o nº **08. 187.134/0001-75**, na condição de contratada pública de serviços de **recolhimento e custódia em pátios informatizados, de veículos automotores apreendidos em razão de infração à Legislação de Trânsito, veículos abandonados em vias públicas, que prevejam a aplicação de medidas administrativas e ainda a preparação e organização de leilões públicos por leiloeiro público oficial do estado de Mato Grosso, obedecendo o Código de Trânsito Brasileiro (LEI 9.503/97), Lei 8.987/95 e a Lei Complementar nº 4.162/2016 da Prefeitura de Várzea Grande - MT**, em conformidade com o **Contrato Público nº 072/2018 de 19 junho de 2018**, em obediência à Lei Federal nº 13.160, de 25/08/2015 e Art. 4º §6° da Resolução CONTRAN nº 623/2016, TORNA PÚBLICO que realizará licitação, sob a modalidade **LEILÃO PÚBLICO TIPO MAIOR LANCE OFERTADO**, na modalidade **ONLINE** no site www.vipleiloes.com.br para alienação de veículos automotores retidos, removidos ou apreendidos a qualquer título, referentes aos lotes constantes dos Anexos, em condições de CONSERVADOS, SUCATAS APROVEITAVEIS e SUCATAS APROVEITAVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL, depositados nos Parques de Retenção do município e nos pátios terceirizados da empresa VIP Gestão e Logística S.A, há mais de 60 (sessenta) dias, conforme condições constantes neste Edital e Anexos, o qual será disponibilizado no sítio eletrônico, www.vipleiloes.com.br, tudo em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/94.

I – **DATA, LOCAL E HORÁRIO DO LEILÃO:**

1.1. O procedimento do leilão será conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, inscrito na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso **(JUCEMAT), Sr. ERICO SOBRAL SOARES, CPF: 043.261.883-08**, e assessorada pela Comissão Permanente de Leilão, através de seção pública, na modalidadeON-LINE / ELETRÔNICA com participação on-line, conforme as especificações a seguir:

1.1.1. **PREGÃO** – Alienação dos Veículos Listados no Anexo I,

Data: 08/11/2021

Disponível: Site da Vip Leilões (www.vipleiloes.com.br), via logine senha de fácil cadastro para todos.

Horário: 09h

1.1.2. **DA PARTICIPAÇÃO ON-LINE**: Poderão os interessados participarem na modalidade "on-line", através de login e senha obtidos por cadastramento prévio no site**: www.vipleiloes.com.br**, conforme regras de participação dispostas neste Edital

§1º. As informações, referentes ao Leilão, serão divulgadas por meio de publicação no site eletrônico da **VIP LEILÕES www.vipleiloes.com.br** e afixadas nas dependências da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** e da contratada - Pátio da **VIP LEILÕES.**

§2º. Não cabe aos licitantes alegar desconhecimento atinente ao local de realização do aludido leilão de veículos, sendo de inteira responsabilidade dos interessados a diligência pela procura quanto às informações acerca do local de realização da hasta licitatória, na forma do parágrafo anterior.

II – **OBJETO DO LEILÃO**:

2.1. A presente licitação na modalidade de leilão tem por objeto leiloar os veículos que se encontram há mais de 60 (sessenta) dias nos Parques de Retenção da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e nos PÁTIOS TERCEIRIZADOS, os quais foram apreendidos, recolhidos ou removidos por esta Autarquia.

2.2. Os veículos a serem leiloados são os relacionados nos Anexos Único deste Edital e descritos na seguinte ordem: **Lote, Placa, Unidade da Federação de Registro, Marca e Modelo, Ano Modelo, Chassi, Situação (Conservado ou Sucata), Valor Mínimo a ser pago pelo lote**.

2.3. Os veículos dividem-se em lotes de SUCATAS divididas em SUCATAS APROVEITÁVEIS, SUCATAS APROVEITAVEIS COM MOTOR INSERVÍVEL (motor suprimido/ motor divergente), sem direito de voltarem a circularem destinadas ao comércio de peças e componentes, e lotes de COSERVADOS, com possibilidade de voltarem a circular conforme redação do item 1 do §1º do Art. 328 do CTB, e vendidos no estado e condições em que se encontrarem, em funcionamento ou não, pressupondo-se que tenham sido previamente examinados pelos licitantes, não cabendo, quaisquer reclamações posteriores quanto a marcas, procedência e suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.

III – **VISITAÇÃO PÚBLICA DOS VEÍCULOS:**

3.1. Por medidas de segurança de saúde pelo atual cenário do COVID-19, nossa visitação presencial não acontecerá. O cliente interessado em participar poderá visitar o site e realizar a vistoria visual através das fotos expostas e descrição dos bens ofertados, bem como condições de venda, conforme suas classificações.

3.2. O Edital poderá ser baixado gratuitamente e poderá sofrer alterações até um dia útil anterior à data do leilão:

IV – **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

4.1. Poderão participar do certame e oferecer lances, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente cadastradas, de forma eletronicamente, ou seja, on-line:

4.1.1. Lotes classificados como conservados (destinados à circulação): Pessoas físicas e pessoas jurídicas, inscritas respectivamente no Cadastro de Pessoa Física – CPF e no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ do Ministério da Fazenda, possuidores de documento de identidade, excluídos os incapazes nos termos da legislação civil.

4.1.2. Lotes classificados como Sucatas Aproveitáveis ou Sucatas Aproveitáveis com Motor Inservíveis (motor suprimido/ motor divergente): Empresas do ramo do comércio de peças usadas reguladas pela Lei nº 12.977/2014, e normativos do CONTRAN, sendo necessária a comprovação do ramo de atividade de comércio de peças usadas, no ato do credenciamento perante o leiloeiro, com a apresentação, no ato do credenciamento perante o leiloeiro, do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (emitido no mês), Contrato Social, CNPJ, RG e CPF do representante legal.

4.2. Os documentos referidos no subitem anterior poderão ser exigidos no original ou por intermédio de fotocópia integral legível, autenticadas em cartório ou acompanhadas do original.

4.3. Para participação on-line deverão os interessados realizarem cadastro prévio, em até 48 horas do horário marcado para início dos leilões, no site **www.vipleiloes.com.br** para obtenção de "login e senha" habilitados e liberados para apresentação de lances on-line. A participação on-line estará condicionada à obtenção desta habilitação prévia, a qual será concedida de acordo com os critérios de cadastro e segurança do leiloeiro e da empresa responsável pela organização do leilão. Lances enviados na modalidade "on-line" e que não sejam registrados e/ou conhecidos no pregão por recusa do leiloeiro, queda de conexão do sistema e/ou de internet, não garantem direitos aos ofertantes, tendo em vista que a participação on-line é apenas uma facilitadora de acesso e das ofertas, com os riscos naturais às imprevisões e intempéries.

V – **DA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:**

5.1. Não será permitida a participação de:

a) Servidores da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e aqueles que, a qualquer título, recebam numerários dos cofres da Instituição, inclusos os terceirizados e os temporários;

b) Pessoas físicas ou jurídicas declaradas inidôneas ou punidas com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, por órgão ou entidade integrante da Administração Direta ou Indireta das esferas Federal, Estadual, Distrital e Municipal;

c) O arrematante fica proibido de dar lances ao lote do qual é proprietário;

d) Pessoas menores de 18 anos não emancipadas;

e) Funcionários, prepostos e membros da equipe do leiloeiro e da empresa organizadora do leilão.

VI – **DO PROCEDIMENTO DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:**

6.1. Será exigida a disponibilização do CPF/CNPJ de todos os interessados em participar das hastas licitatórias, através do cadastro no site.

6.2. Os participantes efetuarão lances on-line, a partir do preço mínimo de avaliação constantes nos Anexos deste Edital, considerando-se vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo leiloeiro oficial.

6.3. O Leiloeiro Oficial irá estabelecer o método de sucessão de lances, indicando a diferença de valores mínimos a serem lançados pelos participantes (incremento), devendo o licitante vencedor, se dirigir imediatamente à mesa após a "batida do martelo" pelo leiloeiro, munido dos documentos previstos no item 4.2 deste Edital, sob pena de perder o direito ao lote, sendo considerado nulo o lance oferecido, retornando o lote ao leilão.

6.4. O pregão será transmitido em áudio e vídeo pelo sistema de leilões on-line da VIP Leilões (acessado através do site www.vipleiloes.com.br. Em caso de queda no sistema e/ou conexão de internet, o leiloeiro oficial, em conjunto com comissão permanente de leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, decidirá, de acordo com as condições mais favoráveis ao objeto deste edital, pela suspensão do pregão com a continuidade do mesmo no primeiro dia útil subsequente ao evento.

VII **– DOS VALORES A SEREM PAGOS PELO ARREMATANTE E DA FORMA DE PAGAMENTO:**

7.1. Os bens serão arrematados e pagos rigorosa e integralmente **À VISTA,** imediatamente após a arrematação, na forma a seguir:

7.1.1. No ato da arrematação, os compradores farão o pagamento de 100% do valor do lance mais o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do lote arrematado, referente à comissão do leiloeiro, conforme o disposto no parágrafo único do art. 24 do decreto nº 21.981/1932 c/c art. 12, II, alínea "a" da IN nº 113/2010-DNRC.

7.1.2. O pagamento será realizado através de Boleto Bancário emitido no dia do leilão pela **VIP LEILÕES** com vencimento para o primeiro dia útil após o leilão.

7.1.3. Os Arrematantes deverão emitir os boletos na área "minha conta" do site através do seu login e senha utilizados para arrematação. O boleto gerado automaticamente no **site www.vipleiloes.com.br**.

7.1.4. O Arrematante não efetuando o pagamento do boleto até o vencimento, terá a arrematação do bem cancelada.

7.2. Se o arrematante não cumprir com as condições acima estabelecidas, o bem poderá ser alienado no mesmo pregão ou no próximo pregão agendado, de acordo com o entendimento do leiloeiro oficial e da comissão permanente de leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

7.3. Além do valor do bem, seja CONSERVADO ou SUCATA, fica o arrematante ciente da responsabilidade pelo pagamento referente ao ICMS e houver, na alíquota exigida pelo estado, devendo o mesmo dirigir-se para receber orientações e adotar os procedimentos devidos, junto à Secretaria Executiva de Estado da Fazenda.

7.4. Ficará ainda sob a responsabilidade do arrematante o registro dos veículos leiloados na condição de CONSERVADOS junto da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, através do pagamento integral dos respectivos encargos patrimoniais: IPVA 2021 (proporcional, a contar do mês de realização do leilão), DPVAT 2021 (em todos os casos), Taxas de Licenciamento 2021 (proporcional, a contar do mês de realização do leilão), Transferência de Propriedade (em todos os casos), Transferência de Jurisdição Municipal (se for o caso), Mudança de Característica (se for o caso), Vistoria (em todos os casos), Lacre de Placa (se for o caso), Serviços Bancários (em todos os casos) e Serviços de Correio (opcional).

7.5. Ficará proibida a cessão, a qualquer título, dos direitos adquiridos pelo arrematante. 7.6. Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

7.6. Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

VIII – **DA ENTREGA DO BEM E DA DOCUMENTAÇÃO:**

8.1. Os veículos alienados (motos, caminhões, ônibus, carros e etc...), por serem objeto de apreensões, remoções ou recolhimento, de trânsito, serão vendidos e entregues nas condições físicas e de funcionamento em que se encontram, devendo os interessados examiná-los previamente de acordo com o disposto neste edital, ficando desde já estabelecido que não caberá ao Leiloeiro oficial, a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** ou à empresa organizadora do leilão, qualquer responsabilidade ou ônus por avarias ou defeitos eventualmente verificados, sejam eles visíveis ou não. Uma vez retirado o veículo do pátio da empresa organizadora, não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações, sejam de que natureza forem, tendo em vista que os valores recebidos pelo leiloeiro serão integralmente destinados nos termos previstos no Código de Trânsito Brasileiro e na Resolução nº 623/2016 do CONTRAN.

8.1.2. Os veículos inseridos no anexo II possuem restrições judiciais (Resolução 623, Art. 7, § 8), prazo para regularização são de 120 dias. Ficam os arrematantes cientes que devido a atual situação mundial da Pandemia ocasionada pela Covid 19, esse prazo poderá se estender por conta da lentidão e/ou medidas restritivas dentro do período, além de recessos ou afastamentos do magistrado

8.2. Cumpridas integralmente as formalidades da arrematação previstas neste Edital Público, com a apresentação dos documentos exigidos e a conclusão do pagamentos na forma prevista, expedirá a Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**Autorização de Saída de Lote para que o pátio proceda a entrega do lote ao arrematante, o qual deverá inspecionar o veículo e declarar, assinando Termo de Entrega específico, que está de acordo com sua retirada e que está ciente de que, após a retirada do veículo do pátio de leilões, em face da natureza do leilão e do rito previsto na legislação aplicável, não será aceita qualquer reclamação, alegação, devolução, compensação ou cancelamento da arrematação.

8.3. Haverá um cronograma de entrega dos lotes arrematados a ser divulgado no dia seguinte de realização das hastas licitatórias, inclusive, com a disposição de horário e ordem de entrega dos lotes, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, compreendido no período entre os dias 08/12/2021 a 07/01/2021 (leilão do dia 08/11/2021), conforme art. 39 da Resolução 623/2016 do CONTRAN, sendo a entrega condicionada à apresentação dos documentos originais de **TERMO DE ARREMATAÇÃO E RESPONSABILIDADE**.

8.4. A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** poderá prorrogar o prazo de retirada de veículo

arrematado por mais 30 (trinta) dias úteis. no caso existência de débitos pendentes (não desvinculados) de outros órgãos nos

prontuários dos veículos leiloados, podera ser acresentado mais 30 (trinta) úteis para as desvinculações dos respectivos debitos

existentes.

8.5. Local de entrega dos veículos:

PÁTIO DA VIP LEILÕES - **AV. JÚLIO DOMINGOS DE CAMPOS, Bairro: MARAJOARA, VARZEA GRANDE - MT**

8.6. Nos casos de o arrematante ser pessoa física, o mesmo também deverá entregar cópias do DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE (com foto), CPF e do Comprovante de Residência com CEP.

8.7. Os representantes das pessoas jurídicas, deverão apresentar o original ou cópia autenticada do ato constitutivo e alterações, onde conste que eles sejam representantes da Empresa; ou sendo eles procuradores dela, e não sócios, deverão deixar a original da procuração e cópias de DOCUMENTO OFICIAL DE IDENTIDADE (com foto) e CPF.

8.8. Em todos os casos, o licitante vencedor não poderá alegar que desconhece as condições atuais do bem alienado, obrigando-se a aceitá-lo no estado em que se encontrar e a retirá-lo no período conforme o subitem 8.3, pelo que, caso contrário, implicará a declaração de abandono, sem direito à devolução do valor pago pela arrematação, retornando o bem a depósito para ser leiloado em outra oportunidade.

8.9.Os veículos vendidos como “SUCATA” serão entregues aos arrematantes, sem as placas, sem documentação e com a identificação gravada no chassi que contém o registro VIN inutilizada, não podendo ser registrados ou licenciados e sendo absolutamente proibida a sua circulação em via pública, destinando-se, portanto, exclusivamente para desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas.

8.10. Os veículos que estão licenciados na categoria ALUGUEL, e que forem vendidos como “CONSERVADOS” serão registrados em nome do arrematante na categoria PARTICULAR, exceto se o mesmo conseguir autorização do poder público concedente do serviço onde esteja registrado para esse fim, permanecendo assim na categoria ALUGUEL.

IX – **DOS DIREITOS E DEVERES DO ARREMATANTE:**

9.1. O arrematante tem o dever de transferir a titularidade do veículo classificado como CONSERVADO para o seu nome, junto a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão pela Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** do **TERMO DE ENTREGA**, responsabilizando-se pelo pagamento das taxas porventura decorrentes do previsto no Art. 123 do Código de Trânsito Brasileiro.

9.1.1. Sob nenhuma hipótese poderá o veículo arrematado circular em via pública, antes do recebimento do novo CRLV, em nome do arrematante, após a solicitação e pagamento de todas as taxas inerentes à transferência de propriedade e outros serviços necessários à regularização do veículo junto aos órgãos.

9.2. O arrematante do veículo considerado SUCATA, o qual será baixado no RENAVAM – Registro Nacional de Veículos Automotores, não poderá circular, registrar ou licenciar o veículo, sendo sua arrematação voltada apenas para fins de desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas.

9.3. O arrematante será responsável pela destinação final das SUCATAS e responderá civil e criminalmente pelo uso ou destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor. Assinará o Termo de Arrematação e Responsabilidade, comprometendo-se em não circular em vias abertas ao público em hipótese alguma, consoante o disposto no Art. 328 §4º do CTB.

9.3.1. Ademais, os motores dos veículos arrematados como SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVÍVEL, não poderão ser comercializados, destinando-se exclusivamente para desmonte e reaproveitamento comercial de suas peças e partes metálicas, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, não sendo possível a reutilização do bloco do motor.

9.3.2. Os vidros dos veículos que apresentarem os códigos VIS impresso não poderão ser reutilizados.

9.3.3. O estado e as condições em que as SUCATAS serão vendidas se pressupõem conhecidos e aceitos pelas empresas licitantes na data da realização do leilão, não sendo aceitas reclamações posteriores.

9.4. O arrematante do veículo considerado CONSERVADO assinará Termo de Arrematação e Responsabilidade, comprometendo-se em circular com o mesmo somente após a transferência de propriedade junto a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** e de posse do respectivo CRLV, com fulcro no artigo 232 do CTB, ficando ciente das responsabilidades civis às quais será acometido, caso venha a circular com o mesmo.

9.5. O arrematante do veículo considerado CONSERVADO, na hipótese de não mais mantê-lo em circulação, deverá providenciar a baixa do seu registro, conforme a legislação vigente.

9.6. O arrematante é responsável pela utilização e destinação final da SUCATA e responderá civil e criminalmente pelo seu uso em desacordo com as restrições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

9.7. A empresa arrematante fica desde já ALERTADA, de que a COMERCIALIZAÇÃO DA SUCATA NA FORMA ORIGINALMENTE ARREMATADA, fica expressamente PROIBIDA, sendo a mesma passível de ser penalizada conforme a clausula anterior.

9.8. As despesas para retirada do veículo serão de responsabilidade do arrematante, que deverá retirá-lo somente através de meio de transporte legal, admitido pelo Código de Trânsito Brasileiro para tráfego de veículo em via pública.

9.8.1. Neste viés, havendo necessidade de movimentação de outros veículos dentro do parque de retenção de veículos, para que seja possível a retirada do veículo arrematado, o custo e a operacionalização serão de total responsabilidade do arrematante, inclusive, os danos daí resultantes.

9.9. Fica proibido ao arrematante ceder, permutar, vender ou, de qualquer forma, negociar os lotes antes do pagamento, retirada e registro dos veículos, sendo este último requisito (registro) exigido apenas para o caso de bem CONSERVADO.

9.10. No cadastro do veículo CONSERVADO, constará restrição administrativa provisória com a informação da referida alienação, bem como o nome e endereço do Arrematante, a partir da data de entrega dos veículos até a sua devida regularização perante a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.**

9.11. A responsabilidade pela entrega dos documentos dos veículos, necessários a transferência para o nome dos arrematantes de veículos classificados como CONSERVADOS, assim como a emissão da Certidão de Baixa no registro de veículos SUCATAS no sistema RENAVAN - Registro Nacional de Veículos Automotores, é EXCLUSIVA da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**através de sua Comissão Permanente de Leilão, estando o leiloeiro oficial e a empresa VIP Leilões Gestão e Logística isentos de qualquer responsabilidade pelo processamento e entrega dos documentos aos arrematantes.

9.12. A baixa dos veículos de outra Unidade Federativa fica a critério da entidade ou órgão executivo de trânsito de registro do veículo, sendo a**Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**designado a solicitar sua baixa à unidade de registro. Portanto, dos veículos de outra Unidade Federativa, vendidos como sucatas aproveitáveis, só serão aproveitados os motores quando a baixa deste for executada pelo Estado de origem, não ficando a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**obrigado a regularizar os motores sem a devida baixa na sua base de origem.

9.13. Não será permitido, ao arrematante, retirada de quaisquer componentes do bem leiloado antes do período de entrega dos lotes.

X – **IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

10.1. Impugnações ao presente Edital deverão ser apresentadas por escrito e serão dirigidas ao Diretor-Geral da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, por meio da Comissão Permanente de Leilão.

10.2. Decairá do direito de impugnar o Edital do Leilão, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a realização do evento, de conformidade com o art. 41, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

10.2.1. A impugnação aos atos do leilão, serão decididas de imediato pelo leiloeiro em conjunto com a Comissão Permanente de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**e deve sr contínua ao fato, sob pena de preclusão.

10.3. As dúvidas e esclarecimentos sobre este Edital deverão ser encaminhados a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, Comissão Permanente de Leilão, sito na **Av. Castelo Branco – Centro Sul, Várzea Grande – MT CEP 78110-200**, no horário de 12h00 às 18h00.

XI – **DAS SANÇÕES E PENALIDADES:**

11.1. O arrematante que não apresentar os documentos indicados 4.2 ou ainda que não efetuar os pagamentos em consonância com as exigências contidas no subitem 7.1, além de perder o direito ao bem ficará sujeito à penalidade de suspensão do direito de participar de LEILÕES realizados pela **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana** no ano de 2020, conforme dispõe o artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.2. Todos os arrematantes estarão sujeitos ao art. 335, do Código Penal Brasileiro, que preconiza: “Todo aquele que impedir, perturbar ou fraudar concorrência pública ou venda em hasta pública, promovida pela administração federal, estadual ou municipal, ou por entidade paraestatal; afastar ou procurar afastar licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem estará incurso nas penas de 06 meses a 02 anos de detenção, ou multa, além da pena correspondente à violência, com os agravantes dos crimes praticados contra a Administração Pública, se houverem”.

11.3. Decorrido o prazo de 30 dias, contados da data de entrega, conforme Cronograma de Entrega de lotes, sem que o arrematante tenha providenciado a retirada do lote ou lotes do pátio, o Arrematante será considerado desistente e perderá, em favor do Estado do Pará, o valor integral pago pela arre-

matação, bem como o direito a adjudicação dos lotes arrematados, que permanecerá sob custódia do Municio de Várzea Grande para ser leiloado em outra oportunidade.

XII – **DA ATA:**

12.1. Após o Leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os lotes vendidos, bem como a correspondente identificação dos arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

XIII – **DISPOSIÇÕES FINAIS:**

13.1. A **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**poderá, a qualquer momento, por motivos justificados, retirar do leilão os veículos descritos neste Edital

13.2. Os licitantes são responsáveis pela legitimidade das informações e dos documentos apresentados, sendo-lhes exigível, ainda, a qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações necessárias, que a **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**julgar necessário.

13.3. A participação no leilão implicará, automaticamente, na aceitação integral de todas as condições estabelecidas neste Edital e naquelas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.4. O Edital de Leilão poderá ser alterado até a data do pregão e o interessado deverá acompanhar as possíveis atualizações por meio dos sites mencionados no subitem 13.15 ou na abertura do leilão.

13.5. A descrição dos lotes está sujeita a correções e divulgadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminações de distorções eventualmente verificadas.

13.6. O veículo CONSERVADO, destinado à circulação, será entregue ao arrematante durante o período de entrega de lotes e estará livre e desembaraçado de quaisquer ônus e gravames que porventura existirem até a data da arrematação, no prazo de até 90 dias.

13.7. O valor arrecadado em cada lote, individualmente, será utilizado para quitação dos débitos do veículo até a data do leilão. O restante, se houver, ficará à disposição do interessado (proprietário anterior), na forma da lei, devendo ser resgatado através de requerimento dirigido a Diretor Geral da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.8. Salvo as despesas especificadas neste Edital, não caberá aos arrematantes quaisquer outras relativas a débitos anteriores vencidos até a realização do leilão, sejam de que natureza forem, débitos posteriores ao leilão, ou vencidos após a arrematação, são de responsabilidade exclusiva dos arrematantes.

13.9. Aqueles que tiverem crédito sobre o veículo poderão requerer a sua habilitação para exercer direito sobre o crédito identificado, obedecida a ordem de prevalência legal constante da Resolução do Contran nº 623/2016, sendo considerados notificados desde a publicação deste edital.

13.10. A Comissão Permanente de Leilão, na pessoa de seu Presidente ou de quem receber delegação para este ato, se reserva ao direito de adiar, cancelar, alterar ou retirar, algum bem descrito nos anexos deste Edital, caso seja constatada alguma irregularidade ou ainda por conveniência administrativa, antes da realização do leilão.

13.11. Os prazos aludidos neste Edital só se iniciam e vencem em dias úteis e de expediente da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.12. Não havendo expediente no dia marcado para o início do leilão ou entrega de veículos, o mesmo começará no primeiro dia útil seguinte, mantidos, porém, os horários e locais.

13.13. Os lotes que não forem vendidos e aqueles que, mesmo tendo sido alienados, tiverem sua arrematação cancelada por falta de pagamento, determinação administrativa ou descumprimento pelo arrematante das normas previstas neste edital, poderão ser vendidos a quem maior lance oferecer no mesmo pregão ou incluídos em outro pregão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**, mediante autorização da Comissão de Leilão da **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana**.

13.14 Os interessados em participar do presente leilão poderão obter cópias deste edital e de seus anexos, acessando por meio do endereço (Site) eletrônico, da VIP LEILÕES: www.vipleiloes.com.br.

13.15. Qualquer um dos lotes, indicados nos Anexos deste Edital, poderá ser excluído do leilão, caso incida impedimento de transferência ou outro qualquer que inviabilize a arrematação do bem ou, ainda, por ordem judicial superveniente a publicação do Edital.

13.16. Sobre o rateio dos valores arrecadados segue o que preceitua o Art. 32 da Resolução 623/2016 do CONTRAN,

13.17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Permanente de Leilão, nomeada para realizar o certame.

13.18. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de Várzea Grande - MT, para discussão de eventuais litígios, oriundos da presente licitação na modalidade de leilão.

13.19. Segue o Anexo I, contendo a Relação Completa dos veículos organizados em lotes.

Várzea Grande/MT, 21 de outubro de 2021

ERICO SOBRAL SOARES JUCEMAT-54

Vip Leilões – GESTÃO E LOGISTICA AS CNPJ 08.187.134/0001-7

Anexo Único

LOTE	PLACA	UF	MARCA/MODELO	ANO/MOD	COR	COMBUSTÍVEL	CHASSI	MOTOR	RESTRIÇÃO	AVALIAÇÃO	LANCE INICIAL

1	OBO1569	MT	VOLKSWAGEN/NOVO GOL 1.0	2013/2014	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9BWA-A05U5ET145186	CPB314322		CONSERVADO	R$ 3.000,00
2	DUY8101	MT	SUZUKI/EN125 YES	2006/2006	AZUL	GASOLINA	9CDNF41LJ6M024427	F466-BR125261	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
3	KAT0339	MT	MITSUBISHI/L200 SPORT 4X4 HPE	2006/2007	BRANCA	DIESEL	93X-PRK7407C625658	4D56-CE1728	SIM	CONSERVADO	R$ 3.000,00
4	PVI2153	MG	NISSAN/FRONTIER SVATK4X2	2014/2015	BRANCA	DIESEL	94DVCGD40FJ531136	YD25616651P	SIM	CONSERVADO	R$ 5.000,00
5	JYV8954	MT	CHEVROLET/CORSA WIND	1999/1999	VERMELHA	GASOLINA	9BGSC68Z0XC723523	AJ0037235	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
6	NKM3836	GO	HONDA/CG 125 FAN KS	2009/2009	PRETA	GASOLINA	9C2JC41109R528055	JC41E19528055	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
7	KAA7630	MT	VOLKSWAGEN/GOL SPECIAL	2001/2002	BRANCA	GASOLINA	9BW-CA05Y32T029735	AFZ679877	SIM	CONSERVADO	R$ 1.500,00
8	NPP5673	MT	RENAULT/SANDERO SW1616VA	2012/2012	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	93YBSR8VNCJ271272	K4MG695Q008588	SIM	CONSERVADO	R$ 2.500,00
9	NJC5939	MT	HONDA/POP100	2007/2007	VERMELHA	GASOLINA	9C2HB02107R044875	HB02E17044875	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
10	JZN6984	MT	HONDA/C100 BIZ ES	2002/2003	PRETA	GASOLINA	9C2HA07103R021884	HA07E13021884	SIM	CONSERVADO	R$ 900,00
11	QBV6092	MT	HONDA/NXR 160 BROS	2017/2017	BRANCA	GASOLINA	9C2KD1000HR011254	KD10E0H011256		CONSERVADO	R$ 2.500,00
12	HSS6147	MS	HONDA/BIZ 125 KS	2006/2007	PRETA	GASOLINA	9C2-JA04107R001375	JA04E17001375	SIM	CONSERVADO	R$ 900,00
13	NJN7623	MT	HONDA/NXR150-BROS MIX ESD	2010/2010	VERMELHA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KD0510AR011193	KD05E1A011193		CONSERVADO	R$ 1.200,00
14	NTX2677	MT	HONDA/CG 125 FAN KS	2010/2010	AZUL	GASOLINA	9C2JC4110AR665155	JC41E1A665155		CONSERVADO	R$ 1.000,00
15	NJU3299	MT	HONDA/CG 125 FAN	2008/2008	CINZA	GASOLINA	9C2JC30708R216190	JC30E78216190		CONSERVADO	R$ 1.000,00
16	OAQ6196	MT	HONDA/CG 125 FAN ES	2013/2013	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4120-DR552391	JC41E2D552391		CONSERVADO	R$ 1.000,00
17	JZK5120	MT	HONDA/C100 BIZ	1998/1999	VERMELHA	GASOLINA	9C2HA070X-WR003988	HA07E-X003988		CONSERVADO	R$ 800,00
18	KAP9503	MT	YAMAHA/YBR 125K	2007/2007	PRETA	GASOLINA	9C6-KE092070102414	E382E-102129	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
19	NPD8288	MT	PEUGEOT/207HB XR	2009/2010	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9362MKFW-XAB016234	10DBS-S0042074		CONSERVADO	R$ 2.000,00
20	OBM2151	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2013/2014	VERMELHA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1680ER011412	KC16E8E011412		CONSERVADO	R$ 1.000,00
21	JYR5902	MT	HONDA/CG 150 FAN ESI	2010/2010	CINZA	GASOLINA	9C2KC1550AR048103	KC15E5A048103	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
22	NPN4981	MT	HONDA/CB 300R	2010/2011	PRETA	GASOLINA	9C2NC4310BR012399	NC43E1B012399	SIM	CONSERVADO	R$ 1.000,00
23	JZU3643	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2004/2004	PRETA	GASOLINA	9C2KC08204R000162	KC08E24000162		CONSERVADO	R$ 800,00
24	NJG5043	MT	YAMAHA/FACTOR YBR125 K	2008/2009	VERMELHA	GASOLINA	9C6-KE122090037744	E3D1E-036717	SIM	CONSERVADO	R$ 900,00
25	QBI0864	MT	HONDA/CG150 FAN ESDI	2015/2015	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1680FR588141	KC16E8F588141		CONSERVADO	R$ 1.000,00
26	NJC8569	MT	HONDA/CG 150 TITAN ESD	2007/2008	PRETA	GASOLINA	9C2KC08208R006994	KC08E28006994		CONSERVADO	R$ 900,00
27	KAG3808	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2004/2004	AZUL	GASOLINA	9C2KC08104R060979	KC08E14060979		CONSERVADO	R$ 800,00
28	MPA2359	MT	HONDA/XR 250 TORNADO	2003/2003	VERMELHA	GASOLINA	9C2MD34003R113055	MD34E-3113055	SIM	CONSERVADO	R$ 800,00
29	NJE8627	MT	HONDA/CG 150 TITAN KS	2008/2008	PRETA	GASOLINA	9C2KC08108R258278	KC08E18258278		CONSERVADO	R$ 900,00
30	JZV8939	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2004	AZUL	GASOLINA	9C2JC30104R013412	JC30E14013412	SIM	CONSERVADO	R$ 800,00

31	OAR9088	MT	HONDA/ CG 125 FAN KS	2011/2012	PRETA	GASOLINA	9C2JC4110-CR314369	JC41E1C314369		CONSERVADO	R$ 1.000,00
32	OBM2155	MT	HONDA/ BIZ 125 ES	2013/2013	VERMELHA	ALCOOL/ GASOLINA	9C2JC4820-DR066722	JC48E2D066722		CONSERVADO	R$ 1.000,00
33	RAM6J96	MT	HONDA/ CG 160 FAN	2019/2020	PRATA	ALCOOL/ GASOLINA	9C2KC2200LR000888	KC22E0L000902		CONSERVADO	R$ 2.500,00
34	QBA7386	MT	YAMAHA/ YBR125 FACTOR K1	2014/2014	PRETA	GASOLINA	9C6-KE1950E0030605	E3L2E-041312		CONSERVADO	R$ 1.000,00
35	JYY8242	MT	CHEVROLET/CORSA WIND	1999/2000	VERDE	GASOLINA	9BGSC08Z0YC137963	NM0019023		CONSERVADO	R$ 1.000,00
36	KER8713	MT	CHEVROLET/CELTA	2002/2002	VERMELHA	GASOLINA	9B-GRD08Z02G144281	DJ0103931		CONSERVADO	R$ 2.000,00
37	NTX9870	MT	FIAT/UNO MILLE WAY ECON	2010/2011	BRANCA	ALCOOL/ GASOLINA	9BD15804AB6511348	146E1011*9733857*		CONSERVADO	R$ 2.000,00
38	NJS7582	MT	HONDA/ CG 150 FAN ESI	2011/2011	PRETA	ALCOOL/ GASOLINA	9C2KC1670BR520813	KC16E7B520813		CONSERVADO	R$ 1.000,00
39	JZA9872	MT	HONDA/ CG 150 TITAN ESD	2008/2009	PRETA	GASOLINA	9C2KC15309R001968	KC15E39001968		CONSERVADO	R$ 1.000,00
40	OBR6556	MT	VOLKSWAGEN/GOL 1.0 GIV	2013/2014	BRANCA	ALCOOL/ GASOLINA	9BWA-A05W2EP010208	CCP423883		CONSERVADO	R$ 2.500,00
41	OAQ1576	MT	VOLKSWAGEN/NOVO GOL 1.0	2013/2014	BRANCA	ALCOOL/ GASOLINA	9BWA-A05U8EP103488	CPB302665		CONSERVADO	R$ 2.500,00
42	OAZ6336	MT	HONDA/ CG 125 FAN ES	2011/2012	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC4120-CR535548	JC41E2C535548	SIM	CONSERVADO	R$ 700,00
43	EUC9060	SP	FIAT/PALIO ELX FLEX	2010/2010	PRETA	ALCOOL/ GASOLINA	9BD17140-LA5647261	310A1011*9560958*		CONSERVADO	R$ 950,00
44	KAN1327	MT	HONDA/ CG 125 TITAN KS	2001/2002	AZUL	GASOLINA	9C2JC30102R123997	JC30E12123997		CONSERVADO	R$ 700,00
45	KAF6896	MT	HONDA/ CG 125 FAN	2006/2006	PRETA	GASOLINA	9C2JC30706R882938	JC30E76882938	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 800,00
46	NJA0937	MT	SUNDOWN/ STX MOTARD 200	2008/2008	PRATA	GASOLINA	94J2XJE-E88M005752	JEA-E8008292		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
47	NJP0389	MT	SUNDOWN/ HUNTER 100	2007/2008	VERMELHA	GASOLINA	94J2XSBM78M002220	ZS147FMF27203967	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
48	JYW9593	MT	FIAT/UNO MILLE EX	1999/1999	VERMELHA	GASOLINA	9BD158018X4050037	5693636		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 600,00
49	NJV2529	MT	DAFRA/ SPEED 150	2008/2009	VERMELHA	GASOLINA	95V-CA1H289M032641	C3G8030589		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
50	JZQ2130	MT	HONDA/NX 200	1999/1999	ROXA	GASOLINA	9C2MD2700XR007518	MD27E-X007518		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
51	JZC0387	MT	HONDA/ CG 125 TITAN	1999/1999	AZUL	GASOLINA	9C2JC2500XR227872	JC25E-X227872	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
52	JZT0949	MT	CHEVROLET/CELTA 5 PORTAS SUPER	2003/2004	AZUL	GASOLINA	9B-GRD48X04G105245	6V0006057		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 800,00
53	OBF4076	MT	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	BRANCA	ALCOOL/ GASOLINA	9BD15822AD6738447	146E10110979529		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 900,00
54	QCP1424	MT	HONDA/ BIZ 125	2017/2017	VERMELHA	ALCOOL/ GASOLINA	9C2JC4830HR506206	JC48E3H506296		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 500,00
55	KAC4348	MT	FIAT/PALIO YOUNG	2001/2001	VERMELHA	GASOLINA	9BD17834612305927	6305036		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 700,00
56	NBN0390	RO	FORD/ VERSAILLES 2.0 GHIA	1993/1994	AZUL	ALCOOL	9BFZZZ33ZPP061021	UR077827		SUCATA APROVEITÁVEL	R$ 800,00
57	OAY6724	MT	FIAT/FIORINO FLEX	2013/2013	BRANCA	ALCOOL/ GASOLINA	9BD255049D8973067	178E90111676445	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00

58	KAE7766	MT	CHEVROLET/ASTRA SPORT	2000/2000	BRANCA	GASOLINA	9BGTJ08B0YB192067	NK0033852	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 1.000,00
59	JZN7802	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2003/2003	PRATA	GASOLINA	9C2JC30103R286728	JC30E1328 6728	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
60	IPQ2003	RS	RENAULT/SCENIC RXE 2.0	2003/2003	PRETA	GASOLINA	93YJA1D353J398950	F4RC740C030204	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
61	IOP0601	RS	RENAULT/MEGANESD DYN 16	2008/2008	PRATA	ALCOOL/GASOLINA	93YLM2M3H8J013443	K4MV768Q013895		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
62	APR8043	PR	FIAT/SIENA ELX FLEX	2008/2008	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9BD17204L83401158	310A10118000722	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
63	KAL9923	MT	TRAXX/JL50Q 2	2006/2006	PRETA	GASOLINA	LAAAXKBB760004996	2006005276		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00
64	JHO6998	MT	FIAT/UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	BRANCA	ALCOOL/GASOLINA	9BD15802A96217858	146E1011*8590701*	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
65	JZN3784	MT	FIAT/UNO MILLE FIRE	2002/2003	CINZA	GASOLINA	9BD15802534430451	5567272	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
66	JYJ1221	MT	FORD/ESCORT 1.0 HOBBY	1995/1996	AZUL	GASOLINA	9BFZZZ54ZSB808210	176424		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 750,00
67	JZL0377	MT	HONDA/CBX 200 STRADA	2001/2001	VERMELHA	GASOLINA	9C2MC27001R027119	MC27E-1027119		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
68	JZA7124	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/2000	PRATA	GASOLINA	9C2JC3010YR072778	JC30E1Y072778	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
69	NUD2345	MT	FORD/KA FLEX	2011/2012	BRANCA	ALCOOL/GASOLINA	9BFZK53A3CB335447	SMRBC335447	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
70	NBG7850	MT	FORD/F1000	1988/1989	BEGE	DIESEL	9BFEXXL33JDB83624	22904177275	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
71	JYM1239	MT	FORD/F100	1980/1980	VERMELHA	GASOLINA	LA7AYK80970		SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
72	OBD6984	MT	HONDA/POP100	2013/2013	PRETA	GASOLINA	9C2HB0210-DR401562	HB02E1D401562		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 750,00
73	NIY4519	MT	HONDA/POP100	2007/2007	PRETA	GASOLINA	9C2HB02107R067733	HB02E17067733		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 700,00

74	GKZ4881	MT	VOLKSWAGEN/GOL CL 1.8	1994/1994	BRANCA	GASOLINA	9BWZZZ30ZRT032045	UE379756	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
75	QBW7606	MT	HONDA/CG150 START	2015/2015	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9C2KC1670FR526612	KC16E7F526612		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
76	JZE2224	MT	VOLKSWAGEN/GOL SPECIAL	2001/2001	BRANCA	GASOLINA	9BWCA05Y21T158127	AFZ612111	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
77	QBG7490	MT	TRAXX/JH125F	2014/2015	VERMELHA	GASOLINA	951BAKJC1FB000018	JL158FMI-214T000254		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 500,00
78	JZW6841	MT	VOLKSWAGEN/GOL 1.0	2004/2005	CINZA	GASOLINA	9BWCA05X75T056786	AZN210271	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
79	NJC6746	MT	FORD/KA FLEX	2008/2009	PRETA	ALCOOL/GASOLINA	9BFZK03A99B030126	SMRA9030126	SIM	SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 900,00
80	KAU0888	MT	VOLKSWAGEN/GOL I 1.6	1996/1996	BRANCA	GASOLINA	9BWZZZ377TP506895	UNC143952		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
81	JZA6416	MT	VOLKSWAGEN/GOL 16V	1999/2000	AZUL	GASOLINA	9BWZZZ373YP003760	AFR203037		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
82	JZB0162	MT	KIA/BESTA 12P GS	1999/2000	BRANCA	DIESEL	KNHTR7312Y7503725	J2252411		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
83	JZK8120	MT	VOLKSWAGEN/GOL CL	1992/1993	PRATA	ALCOOL	9BWZZZ30ZNT147262	MT0002205		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
84	HRT2519	MS	HONDA/CG 125 TITAN	1999/1999	VERDE	GASOLINA	9C2JC2500XR178682	JC25EX178682		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 600,00
85	HRP5014	MT	VOLKSWAGEN/GOL 16V	1998/1999	AZUL	GASOLINA	9BWZZZ373XP014315	AFR138573		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
86	KAB6330	MT	VOLKSWAGEN/GOL 16V POWER	2001/2002	PRATA	GASOLINA	9BWCA05X32P017438	AZP017709		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 800,00
87	KEC0684	MT	HONDA/CG 125 TITAN KS	2000/2001	VERMELHA	GASOLINA	9C2JC30101R016806	JC30H1016806		SUCATA APROVEITÁVEL COM MOTOR INSERVIVEL	R$ 700,00

Várzea Grande/MT, 21 de outubro de 2021.

Vip Leilões – Gestão e Logística SA

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE RESULTADO DA ANALISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E RESULTADO TOMADA DE PREÇOS Nº. 10/2021

Processo n° 729398/2021. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Rua: Tiradentes, s/n, bairro: **Nova Ipê**, Várzea Grande/MT, CEP 78144-348, em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo deCompromisso nº. PAC2: 7849/2014.Torno público para conhecimento dos interessados, a necessidade de **RETIFICARa publicação da data 20/10/2021**. Tal necessidade decorre de **ERRO MATERIAL DE DIGITAÇÃO**, assim, obedecendo aos princípios inerentes que regem a Administração Pública, assim resolve promover a seguinte **CORREÇÃO**:**Onde Se Lê:** "**DECLARA: CLASSIFICADA** e **VENCEDORA** do certame a empresa: **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP,** CNPJ nº 18.046.443/0001-89,com o valor global de 1.733.863,32 (Um Milhão, Setecentos e Trinta e Três Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais e Trinta e Dois Centavos) ".**LEIA SE:**"**DECLARA: CLASSIFICADA** e **VENCEDORA** do certame a empresa: **CEVIC CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI - EPP,** CNPJ nº 18.046.443/0001-89,com o valor global deR$ 1.804.104,54 (Um Milhão, Oitocentos e Quatro Mil, Cento e Quatro Reais e Cinquenta e Quatro Centavos). O presente documento encontra-se disponível no site www.varzeagrande.mt.gov.br, Várzea Grande, 21 de outubro de 2021. **ELIZANGELA BATISTA DE OLIVEIRA -** PRESIDENTE CPL.

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 11/2021

Aos**quinze** dias do mês de outubro de 2021, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDÉLIS, **autoriza** a**EMPRESA ESCAF CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS LTDA – EPP,** inscrita no CNPJ n. 21.952.743/0001-31, representado por seus sócios administradores o senhor GLEISON FRANCO DE ARRUDA e a senhora AMÉLIA DEOLINDA FRANCO DE ARRUDA, a **iniciar** a obra deReforma e Ampliação da **EMEB "Mamed Untar**", localizada na Rua Marfim, s/nº Bairro: Jardim Alá no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 1.342,00m, de acordo com as especificações descritas no processo licitatório de Tomada de Preços n°. 16/2020 – **Contrato n. 148/2021.**

Várzea Grande, 15 de outubro de 2021.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EXTRATO CONTRATO N. 168/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 37.152.127/0001-36. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da Lei n. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico n. 20/2021, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 118/2021, no Termo de Referência n. 15/2021 da Secretaria de Municipal de Administração, bem como no Processo Gesrpo n.737910/2021. OBJETO: O objeto deste contrato é a aquisições de materiais de limpeza para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 35.876,14 (trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e catorze centavos). UO: SECRETARIA DE ADMINISRAÇÃO FONTE: 0100. UO: SECRETARIA DE SAÚDE FONTE: 0102/0142/0146. UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FONTE: 0101/0115049. UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FONTE: 0100/0129. VIGÊNCIA: presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCALIZAÇÃO: A Secretaria Municipal de Administração que designa neste ato a fiscal, à servidora Maryane Beijamina da Silva, portadora da Cédula de Identidade RG n. 2016100-0 SSP/MT e inscrita no CPF n. 039.043.811-13, e a Fiscal Suplente à servidora Pauline Fonseca Maximiano, portadora da Cédula de Identidade RG n. 25634492-9 SSP/MT e inscrita no CPF n. 812.040.001-15. A Secretaria Municipal de Saúde, que designa neste ato, o servidor Arthur Assis de Oliveira, portador da Cédula de Identidade RG n. 2074678-4 SSP/MT e inscrito no CPF n. 032.221.001-10, e a Fiscal Suplente, o servidor Arley Ferreira de Assunção, portador da Cédula de Identidade RG n. 0480796-0 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. 346.003.701-63. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte de Lazer, que designa neste ato a fiscal, o servidor Wagner Júlio Gomes Teixeira, portador da Cédula de Identidade RG n. 185600-75 SSP/MT e inscrito no CPF n. 034.519.351-20, e a Fiscal Suplente, o servidor Leonam José Barros Filho, portador da Cédula de Identidade RG n. 2205133-3 SSP/MT e inscrito no CPF n. 059.224.791-05. A Secretaria Municipal de Assistência Social, que designa neste ato a fiscal, à servidora Lucilene da Costa, portadora da Cédula de Identidade RG n. 297.253 SSP/MT e inscrita no CPF n. 654.794.081-00, e a Fiscal Suplente à servidora Jocileize Alcântara Rondon e Silva, portador da Cédula de Identidade RG n. 1691147-4 SSP/MT e inscrito no CPF. 024.927.031-50.

DATA DE ASSINATURA: 04.10.2021.

ANDERSON RODRIGO DO NASCIMENTO SILVA

Secretaria de Administração

ANA CRISTINA VIEIRA E SILVA

Secretaria de Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação

GONÇALO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Saúde

Contratante

AHS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI

Contratada

PORTARIA 148/2021

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora **VÂNIA CRISTINA DA SILVA PIRES LINO** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE: Art. 1° - Conceder 10(Dez) dias de Férias referente ao período aquisitivo 2019/2020, a partir de **03/11/2021**, a servidora **VÂNIA CRISTINA DA SILVA PIRES LINO**, cargo de Auditora de Controle Interno do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 20 de outubro de 2021.

***Juarez Toledo Pizza* Presidente**

PREVIVAG

PORTARIA 149/2021

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora **MARCIA CEZAR TEIXEIRA** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE: Art. 1° - Conceder 05(Cinco) dias de Férias referente ao período aquisitivo 2019/2020, a partir de **25/10/2021**, a servidora **MARCIA CEZAR TEIXEIRA**, cargo de Agente de Previdência do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 20 de outubro de 2021.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

PREVIVAG

ERRATA

ONDE SE-LÊ:

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 271/2021, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Eletrônico n.º 019/2021**, regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global Por Lote

Realizado no dia: 14/10/2021

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

RESULTADO:

LOTE 1

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de **R$ 641.732,00 (seiscentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e dois reais).**

LOTE 4

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com **valor de R$ 849.437,94 (oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais, e noventa e quatro centavos).**

LEIA-SE:

LOTE 1

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de **R$ 640.640,00 (seiscentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais).**

LOTE 4

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de **R$ 849.052,62 (oitocentos e quarenta e nove mil, cinquenta e dois reais, e sessenta e dois centavos).**

Várzea Grande, 18 de outubro de 2021.

EVANILZE VALEIDE DA SILVA

PREGOEIRA- DAE/VG

CARLOS ALBERTO S. DE ARRUDA.

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

ERRATA

ONDE SE-LÊ:

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

PROCESSO Nº. 047/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2021

TIPO: Menor Preço Global Por Lote

LOTE 1

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor **de R$ 641.732,00 (seiscentos e quarenta e um mil setecentos e trinta e dois reais).**

LOTE 4

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de R**$ 849.437,94 (oitocentos e quarenta e nove mil, quatrocentos e trinta e sete reais, e noventa e quatro centavos).**

LEIA-SE:

LOTE 1

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de **R$ 640.640,00 (seiscentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais).**

LOTE 4

A empresa INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA, CNPJ: 10.717.170/0001-45, foi a VENCEDORA, para o lote, fechou com valor de **R$ 849.052,62 (oitocentos e quarenta e nove mil, cinquenta e dois reais, e sessenta e dois centavos).**

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a análise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA

PORTARIA N° 325/2021

Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto - DAE-VG, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta na Lei n°1.164/91 art.97,conforme Parecer Jurídico - Procurador Chefe n°**222/2021/JUR/DAEVG.**

RESOLVE:

Art.1°- Conceder em favor do(a) Servidor(a) **LAURIANE RODRIGUES SOARES PINTO**, **matr.nº699**, lotado(a) na setor Comercial, exercendo o cargo de **Agente de Saneamento/Cadastrador**, o benefício de Auxílio Natalidade. Conforme previsto em Lei de nº 1.164/91 art.194, Inciso I "b" cumulado com art. 204 §1° e 2° do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 21 de Outubro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

Diretor Presidente

EXTRATO TERMO DE CONTRATO N. 186/2021

PARTES INTERESSADAS: O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, ESTADO DE MATO GROSSO vem, por intermédio da PREFEITURA MUNICIPAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 03.507.548/0001-10, e de outro lado, a Empresa CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 09.488.002.0001-46. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Este Instrumento Contratual se encontra vinculado aos termos e condições da TOMADA DE PREÇOS N. 11/2021 que passa a fazer parte integrante do presente Contrato, juntamente com a proposta da CONTRATADA, vinculado à Lei n. 8.666 de 21/06/93 e alterações, regulando suas cláusulas, bem assim nos casos omissos, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e as estabelecidas neste instrumento, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO N. 734178/2021. OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, contratação de empresas de engenharia para execução da obra de reforma e ampliação da EMEB "Maria Pedrosa de Miranda", localizada na Rua 15, Qd. 15, S/n°, Bairro: Parque Sabiá no Município de Várzea Grande/MT, atendendo aos critérios do padrão SMECEL/VG, com intervenção em área aproximada de 2. 151,51², contemplando os serviços de cobertura, pintura interna e externa, revestimento cerâmico, instalação de forro, instalações hidros sanitárias e elétricas, louças e metais, esquadrias, calçamento, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. VALOR GLOBAL: O VALOR GLOBAL estimado do presente Contrato é de R$ 1.503.473,86 (hum milhão, quinhentos e três mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e seis centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. FONTE: 0101. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, que se iniciará a partir da data da sua assinatura do contrato. No exclusivo interesse da Administração, está poderá emitir quantas Ordens de execução de Serviços, Ordens de Paralisação ou Ordens de Reinício de Serviços que se façam necessárias para o bom desenvolvimento das obras. FISCALIZAÇÃO: O acompanhamento e a fiscalização deste termo contratual, ficarão a cargo da CONTRATANTE, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, que, designa para este ato, o servidor –Engenheiro Civil VITOR GUSTAVO VERHALEN – CREA/MT 49989, portador do RG n. 1837848-0 SSP/MT, inscrito no CPF n. 060.901.901-52, nos termos do Artigo 67 da Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1991 e suas alterações posteriores, especialmente para este fim.

DATA DE ASSINATURA: 18.10.2021.

SILVIO APARECIDO FIDÉLIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Contratante

CAG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP

Contratada

PORTARIA Nº 1074/2021

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e tendo em vista o que consta do Processo nº 762399/2021,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a Portaria n° 1069/2021 que conceder àservidora**SIDNAYRA ANTONIA GADELHA DA CRUZ,**matrícula 130679, exercendo o cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer,**02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar a partir de **01/10/2021 a 01/10/2023.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT,21 de outubrode 2021.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA 116/2021

"Nomeia Presidente do Comitê de Investimentos, órgão auxiliar nos processos decisórios, com competência de analisar e sugerir políticas e estratégias de investimento do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG".

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 63, da Lei n. 4649/2020;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a servidora **PAULINA COSTA MARQUES MEDEIROS MIRANDA,**como Presidente do Comitê de Investimentos do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos de Várzea Grande – PREVIVAG nos termos do artigo 63, n. 4649/2020:

I- Presidente: Paulina Costa Marques Medeiros

II- Membro: Marcos Rodrigues da Silva

III- Membro: Karine Raquel Francisca Metelo

Art. 2º - Os membros do Comitê de Investimentos são vinculados ao Município, possuem cargos efetivos com escolaridade de nível superior e sendo a maioria certificados por entidade autônoma reconhecida pelo CMN;

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 22de outubro de 2021.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº050/2021

Pelo presente instrumento, o **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE, DAE/VG**, inscrito no CNPJ sob o nº 02.555.079/0001-42, estabelecido na Av. Governador Júlio Campos, 2.599, Bairro Jardim dos Estados, Várzea Grande/MT, CEP 78.150-000, representado pelo Sr. **CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA**, portador do CPF n.º 314.071.611-72, e portador do RG nº 450712 SSP/MT, residente e domiciliado nesta cidade, na qualidade de Diretor Presidente da Autarquia Municipal, nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93, Lei Federal nº 10.520/2002, e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 019/2021/DAE-VG** - Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço e necessária homologação devidamente publicada, conforme consta nos autos do respectivo processo licitatório, denominada **CONTRATANTE** e a empresa: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.717.170/0001-45, estabelecida na Av. Gov. Júlio José de Campos, n. 6969, loteamento Cidade de Deus Bairro: Santa Isabel – Cuiabá – MT, CEP 78.150-538, neste ato representado pelo procurador Sr. **RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL**, inscrito no CPF nº: 009.284.081-75 e portador do RG

nº:133.781-63 SSP/MT,doravante denominada **CONTRATADA**, demais empresas relacionadas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, firmam a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de produto químico: Cloreto Férrico liquido (FeCl3) 40%, Hipoclorito de Sódio 12%, Soda Caustica liquida 50%, Ácido Cítrico a 50% e Fluossilício a 20%, para atender a demanda do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande – MT.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO REGISTRADO

2.1. Os preços dos bens, produtos e serviços estão registrados nos termos da proposta vencedora do Pregão Eletrônico nº 019/2021/DAEVG - Sistema de Registro de Preços, Processo Adm. nº047/2021, conforme o tabela (s) abaixo:

QUALIFICAÇÃO DA EMPRESA		
Empresa: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA**		
CNPJ nº: 10.717.170/0001-45		
Endereço: Av. Júlio Domingos de Campos (Loteamento cidade de Deus) n. 6969 galpões 02		
Bairro: Santa Isabel		
Cidade: Várzea Grande	Estado: MT	CEP: 78.150-538
Telefone(s): (65) 3684-8004	E-mail: vendas01cmtquimica.com.br	
Banco: Banco do Brasil S/A	Agência: 7139-0	Conta Corrente: 51459-4
Representante Legal: **RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL**		
RG nº: 13378163	Órgão Emissor: SSP/MT	CPF nº: 009.284.081-75

LOTE 01 – CLORETO FÉRRICO LIQUIDA						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT**	**PREÇO TOTAL**
01	**CLORETO FÉRRICO (FeCl3) 40%, PRODUTO ENTREGUE DILUIDO (LÍQUIDO).**	**SUALL**	**KG**	**145.600**	R$ 4,40	**R$ 640.640,00**
TOTAL R$ 640.640,00 (seiscentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais).					**R$ 640.640,00**	

LOTE 02 – HIPOCLORITO DE SÓDIO						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT**	**PREÇO TOTAL**
01	**HIPOCLORITO DE SÓDIO 12%, PRODUTO ENTREGUE DILUIDO (LÍQUIDO).**	**CARBOCLORO**	**KG**	**592.800**	**R$ 2,17**	**R$ 1.286.376,00**
TOTAL R$ R$ 1.286.376,00 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais).					**R$ 1.286.376,00**	

LOTE 03 – SODA CÁUSTICA						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT POR LITRO**	**PREÇO TOTAL**
01	**SODA CÁUSTICA 50%, PRODUTO ENTREGUE DILUIDO (LÍQUIDO).**	**CMT (MARCA PRÓPRIA)**	**KG**	**39.000**	**R$ 5,11**	**R$ 199.290,00**
TOTAL R$ 199.290,00 (cento e noventa e nove mil, duzentos e noventa reais).					**R$ 199.290,00**	

LOTE 04 – ÁCIDO CÍTRICO						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT**	**PREÇO TOTAL**
01	**ÁCIDO CÍTRICO A 50%, PRODUTO ENTREGUE DILUIDO (LÍQUIDO).**	**CMT (MARCA PRÓPRIA)**	**KG**	**57.798**	**R$ 14,69**	**R$ 849.052,62**
TOTAL R$ 849.052,62 (oitocentos e quarenta e nove mil, cinquenta e dois reais, e sessenta e dois centavos).					**R$ 849.052,62**	

LOTE 05 – FLUOSSILICIO						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO DO ITEM**	**MARCA**	**UNID.**	**QUANT**	**PREÇO UNIT**	**PREÇO TOTAL**
01	**FLUOSSILICIO (ÁCIDO FLUOSSILICIO) A 20 %, PRODUTO ENTREGUE DILUIDO (LÍQUIDO).**	**SUALL**	**KG**	**40.560**	**R$ 5,63**	**R$ 228.352,80**
TOTAL R$ 228.352,80 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais, e oitenta centavos).					**R$ 228.352,80**	

Parágrafo Primeiro: Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor global dos lotes é de **R$ 3.203.711,42 (três milhões, duzentos e três mil, setecentos e onze reais, e quarenta e dois centavos).**

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar o fornecimento dos bens e produtos, em estrita observância dos termos e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2021/DAEVG -, do Termo de Referência e anexos que integram o presente contrato.

3.2. A contratação decorrente desta Ata será formalizada após a assinatura da Ata de Registro de Preços, por meio de Contrato e/ou documento equivalente, o qual deverá ser assinado e retirado pelo Fornecedor no prazo máximo de 03 (três) dias a contar da comunicação, observando-se as condições estabelecidas, legislação vigente e na proposta vencedora.

3.3. Mediante a assinatura desta Ata de Registro de Preços estará caracterizado o compromisso de execução dos serviços objeto do Pregão, por todos os signatários.

3.4. O fornecedor que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a nota de empenho ou assinar o respectivo contrato de fornecimento no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades fixadas no edital e seus anexos.

3.5. Os materiais objetos da licitação deverão ser entregues de acordo com o edital, com a proposta vencedora da licitação, bem como as cláusulas da presente Ata.

3.6. A Administração Pública não está obrigada a contratar o objeto desta licitação, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços, preferência, em igualdade de condições.

3.7. Tipos / Prazo de Entrega: Sob demanda, conforme as necessidades da contratante, **em até 10 (dez) dias corridos para entrega dos Materiais**, contados a partir do recebimento da (s) Ordem (ns) de Fornecimento (s);

3.7.1 A CONTRATADA deverá fornecer **laudo de qualidade**do produto obedecendo à norma da ABNT NBR 157894:2017 e portaria 2.914/11 do Ministério da Saúde (artigo 13, item III, letra b) juntamente com a nota fiscal do produto a cada entrega solicitada pelo CONTRATANTE através da ordem de fornecimento;

3.8. A contratada poderá solicitar, por uma única vez, prorrogação do prazo que se refere o subitem anteriormediante justificativa a ser analisada pela administração pública, sem prejuízo de aplicação da respectiva sanção administrativa.

3.9. Os objetos serão recebidos em definitivo, por servidor responsável da administração pública, após a verificação de que as qualidades dos objetos estão de acordo com as especificações técnicas solicitadas, devendo a unidade solicitante emitir um termo de recebimento definitivo do objeto.

3.9.1. Se, mesmo após o recebimento definitivo do objeto, a qualidade ou características do bem/material/serviço entregue não corresponderem às especificações exigidas no Termo de Referência, as adequações/substituições necessárias deverão ser feitas, pelo contratado/fornecedor, no prazo máximo de até 48h, a partir do recebimento da solicitação, às suas expensas, independentemente da aplicação das sanções legais.

3.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata e/ou do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados, após apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, em conformidade com as quantidades e qualidades contratadas no prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos pela administração pública.

4.2. A contratada deverá apresentar ainda os documentos a seguir discriminados, para verificação do cumprimento dos deveres trabalhistas e previdenciários, pela mesma:

4.2.1. Ofício solicitando o pagamento;

4.2.2. Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União, a qual engloba também os tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social;

4.2.3. Certificado de Regularidade de Situação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal;

4.2.4. Certidão Negativa de Débito junto à Fazendas Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

4.2.5. Certidão Negativa de Débito Trabalhista, emitida pelo Superior Tribunal do Trabalho (www.tst.jus.br);

4.2.6. Certidão Negativa de Débito Municipal, expedida pela Prefeitura do respectivo domicilio Tributário.

Parágrafo Único: Inclusive as certidões negativas constantes nos artigos 74 (se for o caso) e 75 do Decreto Municipal nº 09/2010 do Município de Várzea Grande.

4.3. Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da licitante fornecedora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

4.4. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, em conta indicada pela contratada.

4.5. Em caso de dúvida ou divergência, o gestor do contrato liberará para pagamento a parte inconteste dos serviços.

4.6. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos materiais/serviços prestados a este Departamento de Água e Esgoto, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

4.6.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

4.6.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do objeto entregue ou serviços executados.

4.7. O Departamento de Água e Esgoto não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

4.8. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA QUINTA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - DA VALIDADE - DO CONTROLE DOS PREÇOS

5.1. O registro formalizado na ata a ser firmada entre a Administração Pública e os fornecedores classificados, observado o disposto no item 22 deste edital, terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no respectivo Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

5.2. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Publica não ficará obrigada a comprar os serviços objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida à legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do Registro à preferência em igualdade de condições.

5.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do Registro de Preços quando a Autarquia Municipal, optar pela aquisição do objeto por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

5.4. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na ata, sendo que serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Secretaria Municipal de Administração.

5.5. Caso seja constatado que o preço registrado na ata seja superior a média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, deforma a adequá-los aos níveis definidos no subitem anterior.

5.6. Caso o fornecedor não possa reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento/serviço, e sem aplicação da penalidade se confirmada à veracidade dos motivos e comprovantes apresentados pelo gerenciador da ata que poderão convocar, os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que trata nos subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da ata, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.8. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1° do art. 65 da Lei n.º 8.666/1993.

5.10. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea “d” do inciso II do caput, do art. 65, da Lei n. 8666/93.

5.11. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticados no mercado o órgão gerenciador deverá:

5.11.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

5.11.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

5.11.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, poderá:

5.12.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do Pedido de Serviço; e

5.12.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.13. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.14. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.15. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento/ prestação de serviço nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

5.15.1. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

5.16. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.17. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

5.18. As convocações de que tratam os itens anteriores deverão ser atendidas no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da comunicação formal, podendo ser prorrogado, em conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 64, da Lei federal nº 8.666/93.

5.19. O registro de preços terá validade não superior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de publicação do Extrato da Ata no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do parágrafo 3° do art. 15 da Lei n. 8.666/93.

5.20. A Adjudicatária que se recusar a executar o objeto, não aceitar ou não retirar a Nota de Empenho/ordem de Serviço no prazo e condições estabelecidas, sem nenhum motivo relevante, ficará sujeita à aplicação das penalidades descritas neste Edital.

5.21. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.22. O órgão gerenciador somente autorizará a adesão à ata, após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

5.23. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida à ordem de classificação.

5.24. Caberá ao prestador de serviço beneficiário da Ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.25. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços, para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.26. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo e vigência da ata.

CLÁUSULA SEXTA - **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os objetos.

6.2. Permitir ao pessoal da contratada acesso ao local da entrega desde que observadas às normas de segurança;

6.3. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos objetos.

6.4. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas no **Termo de Referência.**

Parágrafo único: caberá ao Setor de Compras promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados do mercado.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou

Supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art.65, da Lei nº. 8.666/93.

7.2. Uma vez comunicadas de que o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer até 03 (três) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura do contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

7.3. Encaminhar a Nota Fiscal ao Departamento de Compras para atesto e posterior encaminhamento Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

7.4. Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Compras, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

7.5. Assumir, ainda, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou entrega ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências, do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande e transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.6. Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem. qualquer ônus para o Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, e manter as condições de Habilitação e Qualificação exigidas para a sua contratação.

7.7. Manter um estoque mínimo de 10% do quantitativo de cada item do contrato, durante sua vigência.

7.8. Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado.

7.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega dos produtos/equipamentos ou prestação dos serviços, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

7.10. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande.

7.11. É de responsabilidade do licitante, que a garantia expressa de seus produtos/equipamentos ou serviço atenda as condições exigidas.

CLÁUSULA OITAVA - **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito:

8.1.1. Pelo Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, quando:

8.1.1.1. A(s) detentora(s) não cumprir (em) as obrigações dela constantes;

8.1.1.2. A(s) detentora(s) não cumprir (em) os prazo estabelecido no edital e documentos que o integram, desde que não seja aceita sua(s) justificativa(s);

8.1.1.3. A(s) detentora(s) der (em) causa a rescisão administrativa de contrato decorrente deste instrumento de Registro de Preços, em algumas hipóteses previstas no artigo 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;

8.1.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente deste instrumento de registro;

8.1.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.1.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Pela(s) detentora(s), quando mediante solicitação por escrito, comprovar (em) estar impossibilitada(s) de cumprir as exigências nela contidas ou quando ocorrer alguma das hipóteses contidas no artigo 78, incisos XIV e XVI, da Lei Federal nº 8.666/93 com as respectivas alterações posteriores.

8.2.1. A solicitação da(s) detentora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida a Administração Pública, facultada a ele a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

8.3. Ocorrendo o cancelamento do Registro de Preços pela Administração, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo ser anexado ao processo que tiver dado origem ao Registro de Preços.

8.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da(s) detentora(s), a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

8.3.2. Fica estabelecido que as detentoras da Ata deverão comunicar imediatamente a Administração Pública, qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES

9.1. Além das penalidades constantes da Minuta do Contrato - AnexoX, e sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas, que só deixarão de ser aplicadas em caso de comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

9.2. Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a licitante que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, não assinar o Contrato, não retirar a Nota de Empenho, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 02 (dois) anos.

9.3. Ficará também impedido de licitar ou contratar com a Autarquia Municipal e com a Prefeitura do Município de Várzea Grande pelo prazo de até 05 (cinco) anos aquele que praticar quaisquer dos atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

9.4. A inabilitação da licitante classificada, independentemente da declaração prevista no Anexo III deste edital, implicará a aplicação de multa correspondente a 2% do valor da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

9.5. Será devido multa de 20% sobre o valor estimado para a execução do objeto, no período de 12 meses, pela recusa da assinatura do Contrato ou pela falta da apresentação da documentação necessária para tal.

9.6. O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada.

9.6.1. A critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber da Contratante.

9.6.2. Em não ocorrendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo de execução fiscal.

9.7. A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

9.8. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 109 da Lei federal nº 8.666/93, observados os prazos ali fixados.

9.8.1. Recursos contra decisões de aplicação de penalidade deverão ser dirigidos a Secretaria Municipal de Educação, após o recolhimento em agência bancária dos emolumentos devidos.

9.9. Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO CADASTRO RESERVA

11.1. Para fins de cadastro reserva, em atendimento ao disposto no artigo 10 do Decreto 7.892/2013, tendo aceitado as fornecedoras a redução dos lances ao preço da oferta melhor classificada, registra os preços e a classificação das empresas conforme quadro a seguir:

LOTE 01	
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição:1ª Classificada	**Empresa: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** **R$ 640.640,00 (seiscentos e quarenta mil, seiscentos e quarenta reais).** **Única empresa participante do lote.**

LOTE 02	
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição:2ª Classificada	Empresa: **SABARA QUIMICOS E INGREDIENTES S/A** **R$ 1.357.512,00 (um milhão, trezentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e doze reais).**
Posição:3ª Classificada	Empresa: **BELGIQUÍMICA PRODUTOS E QUIMICOS LTDA – EPP** **R$ 1.688.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e oito mil reais).**
Posição:4ª Classificada	Empresa: **G R INDÚSTRIA COMERCIO E TRANSPORTES DE PRODUTOS Q** **R$ 1.689.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta e nove mil reais).**

LOTE 03	
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição:1ª Classificada	Empresa: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** **R$ 199.290,00 (cento e noventa e nove mil, duzentos e noventa reais).** **Única empresa participante do lote.**

LOTE 04	
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição:1ª Classificada	**Empresa: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** **R$ 849.052,62 (oitocentos e quarenta e nove mil, cinquenta e dois reais, e sessenta e dois centavos).**
Posição: 2ª Desclassificada	**Empresa: GREEN TEX QUIMICA LTDA** **R$ 5.779.800,00 (cinco milhões, setecentos e setenta e nove mil, oitocentos reais).**

LOTE 05	
CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA / LANCE	
Posição:1ª Classificada	**Empresa: INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA** **R$ 228.352,80 (duzentos e vinte e oito mil, trezentos e cinquenta e dois reais, e oitenta centavos).** **Única empresa participante do lote.**

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato no Jornal OficialEletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

12.2. Integram o presente instrumento, independente de transcrição, todas as condições e respectivos atos do Pregão Eletrônico nº 019/2021/DAEVG-Sistema de Registro de Preços.

12.3. A autoridade competente designará o gestor da Ata de Registro de Preços através de Portaria.

12.4. A presente Ata e seus anexos, bem como a proposta da licitante vencedora, integrarão o contrato, independentemente de transcrição.

12.5. A simples apresentação da proposta implicará na aceitação pela licitante de todas as condições estabelecidas neste edital.

12.6. As intimações e notificações serão realizadas através no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso,independente de qualquer intimação ou comunicação pessoal do licitante interessado ou contratado.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos no edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

12.8. Fica assegurado o direito de, a qualquer tempo e no interesse da Administração Pública, anular ou revogar a presente licitação, no todo ou em parte, dando ciência aos participantes na forma da legislação vigente.

12.9. As licitantes assumirão todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e Autarquia Municipal não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.10. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

12.12. Aos casos omissos, aplicarão as demais disposições do Decreto Federal 7.892/2013 e Lei Federal n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações e demais legislações pertinentes.

12.13. A homologação do resultado dessa licitação não importará em direito à contratação.

12.14. É de responsabilidade da licitante o acompanhamento do Edital eventuais alterações e retificações pelo site http://www.dae.varzeagrande.mt.gov.br até a data da realização da sessão pública de abertura dos envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

E, por estarem às partes justas e compromissadas, assinam a presente Ata de Registro de Preço, em 02 (duas) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Várzea Grande - MT, 19 de outubro de 2021.

CARLOS ALBERTO SIMÕES DE ARRUDA

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/V**RAFAEL RODRIGUES ALVES REAL**

INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA N. 411, DE 21 DE OUTUBRO DE 2021.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que a servidora abaixo referenciada, requereu junto ao Departamento de Recursos Humanos, sua exoneração a partir da data de 21/10/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a servidora **NAYRA RINALDI BENTO**, matrícula n. 3820, do cargo efetivo de Procuradora do Município, a contar do dia 21/10/2021.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E UM DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E UM.

JACOB ANDRÉ BRINGSKEN PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 077

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 163/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 077/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 903606

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que será regida pela Lei 10.520/2002 e pelos Decretos nº 3.784/2001, 5.450/2005 e 5.504/2005, Decretos Municipais nº 048/2006 e 049/2006; Decreto 10.024/2019 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de portas de alumínio e Janela de aço, para atender a secretaria de educação na Escola vila nova.

REALIZAÇÃO: 05/11/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 08h30min.

ABERTURA DA DISPUTA DE PREÇO: 09h00min.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no aplicativo denominado "Licitações-e", desenvolvido pelo Banco do Brasil S/A, constante da página eletrônica do Banco do Brasil, diretamente no site www.licitacoes-e.com.br e no site do Município www.vilarica.mt.gov. br.

Vila Rica / MT, 21 de Outubro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO
Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

IMPREV
ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2021
Período: Janeiro à Setembro
Página: 1/2

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	7.758.400,00	7.758.400,00	4.646.948,73	-3.111.451,27
_ Contribuições	2.610.400,00	2.610.400,00	1.711.523,91	-898.876,09
___ Contribuições Sociais	2.610.400,00	2.610.400,00	1.711.523,91	-898.876,09
_ Receita Patrimonial	3.068.000,00	3.068.000,00	717.782,88	-2.350.217,12
___ Valores Mobiliários	3.068.000,00	3.068.000,00	717.782,88	-2.350.217,12
_ Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	3.483,99	3.483,99
___ Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	3.483,99	3.483,99
_ Contribuições	2.080.000,00	2.080.000,00	2.214.157,95	134.157,95
___ Contribuições Sociais	2.080.000,00	2.080.000,00	2.214.157,95	134.157,95
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.758.400,00	7.758.400,00	4.646.948,73	-3.111.451,27
Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.758.400,00	7.758.400,00	4.646.948,73	-3.111.451,27
Déficit (VI)	-	-	-	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.758.400,00	7.758.400,00	4.646.948,73	-3.111.451,27
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	0,00	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.357.600,00	4.357.600,00	3.960.154,10	3.906.273,68	3.536.703,68	397.445,90
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.944.320,00	3.944.320,00	3.869.232,90	3.869.232,90	3.499.662,90	75.087,10
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTE	413.280,00	413.280,00	90.921,20	37.040,78	37.040,78	322.358,80
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	20.800,00	20.800,00	7.569,00	7.569,00	7.569,00	13.231,00
_ INVESTIMENTOS	20.800,00	20.800,00	7.569,00	7.569,00	7.569,00	13.231,00
Reserva de Contingência (X)	3.380.000,00	3.380.000,00	0,00	0,00	0,00	3.380.000,00
_ RESERVA DE CONTINGENCIA	3.380.000,00	3.380.000,00	0,00	0,00	0,00	3.380.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.967.723,10	3.913.842,68	3.544.272,68	3.790.676,90
Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MATO GROSSO
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Betha Sistemas
Exercício de 2021
Período: Janeiro à Setembro
Página: 2/2

Amortização da Dívida / Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
___ Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	7.758.400,00	7.758.400,00	3.967.723,10	3.913.842,68	3.544.272,68	3.790.676,90
Superávit (XIV)	_____ -_____	_____ -_____	679.225,63	-	-	-679.225,63
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	7.758.400,00	7.758.400,00	4.646.948,73	3.913.842,68	3.544.272,68	3.111.451,27
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	0,00	108.794,92	103.294,92	103.294,92	0,00	5.500,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	108.794,92	103.294,92	103.294,92	0,00	5.500,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	108.794,92	103.294,92	103.294,92	0,00	5.500,00

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	0,00	3.614,75	3.614,75	0,00	0,00
_ PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	1.240,76	1.240,76	0,00	0,00
_ JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	2.373,99	2.373,99	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
_ AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	3.614,75	3.614,75	0,00	0,00

VILA RICA, 21/10/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI APARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 315/2021

PORTARIA N.º 315/2021.

De 21 de Outubro de 2021.

Abmael Borges da Silveira, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder Licença Maternidade à servidora VANESSA DA SILVA SOARES matricula nº 4081 no cargo de Agente Comunitário de Saúde no período de 05/10/2021 a 01/02/2022 com base no que dispõe a Subseção IV, Art. 89 da Lei Municipal nº 747//2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 05/10/2021.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Abmael Borges da Silveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 157/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de poltronas hospitalares para acompanhantes.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 21 de Outubro de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI EPP (07.554.943/0001-05) R$ 26.000,00- Contratada.

PREFEITURA/LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2021

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 070/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2021

DO OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de móveis, eletrodomésticos e diversos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Administração, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Obras, Educação, Cultura Desporto e Lazer e Gabinete do Prefeito.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado à CONTRATADA em até **10 (Dez)** dias úteis, contados do recebimento dos itens bem como, da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal devidamente designado para esse fim.

DATA: Vila Rica/MT, 21 de Outubro de 2021.

ASSINANTES / VALOR:

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA - Prefeitura Municipal de Vila Rica – Contratante.

COMERCIO SILVEIRA ATACADISTA DE MOVEIS MOGI MIRIM EIRELI – EPP (10.205.116/0001-10) R$ 7.250,80- Contratada.

HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-EPP M (05.258.798/0001-90) R$ 14.933,56-Contratada. OLMI INFORMATICA LTDA (00.789.321/0001-17) R$ 26.300,00 - Contratada.

COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI – ME (10.942.831/0001-36) R$ 33.176,51 - Contratada.

WANDA MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA (12.358.170/0001-21) R$ 4.500,00- Contratada.

MATO GROSSO

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13

Administração Indireta - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

EXERCÍCIO:2021
PERÍODO (MÊS): Janeiro Á Setembro
DATA DE EMISSÃO:21/10/2021
FAGINA:1

IMPREV

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	**Exercício Atual**	**ESPECIFICAÇÃO**	**Exercício Atual**
Receita Orçamentária (I)	**4.646.948,73**	**Despesas Orçamentária (VII)**	**3.967.723,10**
Ordinária	0,00	Vinculada	3.967.723,10
Vinculada	4.646.948,73	Recuros RPPS	3.967.723,10
Recuros RPPS	4.646.948,73	**Transferências Financeiras Concedidas (VIII)**	**0,00**
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**0,00**	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	0,00	**Interferências Financeiras Concedidas (IX)**	**1.579.842,46**
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**1.112.179,41**	PERDAS COM ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO P	1.579.842,46
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	53.880,42	**Pagamentos Extraorçamentários (X)**	**776.831,67**
Inscrição de Restos a Pagar Processados	369.570,00	RP NAO PROCESSADOS PAGOS	103.294,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	688.728,99	RP PROCESSADOS PAGOS	3.614,75
Saldo do Exercício Anterior (V)	**37.891.342,28**	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	669.922,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	37.320.674,87	**Saldo para o Exercício Seguinte (XI)**	**37.326.073,19**
BANCO C/ MOVIMENTO	391.779,77	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	36.715.402,46
POUPANÇA	178.887,64	BANCO C/ MOVIMENTO	423.570,26
		POUPANÇA	187.100,47
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	43.650.470,42	**TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)**	43.650.470,42

VILA RICA, 21/10/2021

EURICO DA CUNHA BARBOSA
DIRETOR EXECUTIVO

LEIDI AFARECIDA MINELI
CONTADORA CRC-MT-015487/O-3

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 143/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 893783

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 145/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 068/2021 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de móveis, eletrodomésticos e diversos para atender as necessidades das Secretarias Municipais de: Administração, Saúde, Assistência Social, Agricultura, Obras, Educação, Cultura Desporto e Lazer e Gabinete do Prefeito, onde foram declaradas vencedoras as empresas:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
COMERCIO SILVEIRA ATACADISTA DE MOVEIS MOGI MIRIM EIRELI – EPP (10.205.116/0001-10)	**R$ 7.250,80**
HGC TAVEIRA COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-EPP M (05.258.798/0001-90)	**R$ 14.933,56**
OLMI INFORMATICA LTDA (00.789.321/0001-17)	R$ 26.300,00
COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI – ME (10.942.831/0001-36)	R$ 33.176,51
WANDA MOVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA (12.358.170/0001-21)	R$ 4.500,00

OS LOTES: 04 (BANQUETA); 06 E 07 (BRINQUEDO EDUCATIVO); 13 (CAIXA PLÁSTICA); foram desertos porque não houve propostas.

OS LOTES: 01 (ARQUIVO PASTA SUSPENSA); 08 (CADEIRA GIRATÓRIA ATÉ 120 KG); 09 (CADEIRA GIRATÓRIA BRAÇO REGULÁVEL); 10 (CADEIRA FIXA); 15 (CLIMATIZADOR); 16 (DISPENSADOR DE SENHA MANUAL); 22 (MESA TRABALHO); 23 (MESA ESCRIVANINHA); 26 (TV LED 42''); foram fracassados porque os valores dos lotes ficaram acima do valor estimado no edital.

Vila Rica – MT, 21 de Outubro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO

RESULTADO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 157/2021

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 076/2021

Nº DE LICITAÇÃO NO BB: 900029

A Pregoeira Oficial, Srª Cristina Magalhães Castro designada pela Portaria nº. 012/2015, leva ao conhecimento dos interessados o Resultado do Processo Licitatório nº 145/2021 na modalidade Pregão Eletrônico nº 068/2021 Registro de Preço para futura e eventual aquisição de poltronas hospitalares para acompanhantes, declarada vencedora a empresa:

EMPRESAS DECLARADAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL (R$)
ADOVANDRO LUIZ FRAPORTI EPP (07.554.943/0001-05)	**R$** 26.000,00

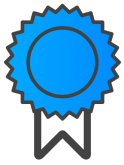
Vila Rica – MT, 21 de Outubro de 2021.

CRISTINA MAGALHÃES CASTRO

Pregoeira Oficial

Portaria nº 012/2015

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Oct 21 23:31:44 UTC 2021
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)